BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.171 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Entrevista de Carlos Lacerda na Rádio Tupi 1.2.1 Faixa 2a Continuação - Entrevista de Carlos Lacerda na Rádio Tupi 1.2.2 Faixa 2b Carlos Lacerda Fala à Imprensa 2. Temas 1.1 Faixa 1 Compra de geradores, venda de energia à Light, déficit de 136 mil quilowatt, perigo de cortes de luz, equipamento, importado, custos, 'escândalo da compra dos geradores', autorização concedida, Ranielli Mazilli, 'técnica do despistamento', traição à "Revolução", Lacerda ligado a interesses estrangeiros, Hermano Alves: "traidor por profissão e por vocação", escriba a serviço de Santiago Dantas, informantes do general Golbery, Serviço Nacional de Informações (SNI). ameaça comunista, crítica a Mário Henrique Simonsen, dinheiro roubado do café brasileiro. Roberto Campos, negociações entre o governo brasileiro e o governo americano, dinheiro brasileiro da Aliança para o Progresso, comprar ferro-velho das concessionárias, "melhor nacionalismo", Electric Bond and Share, política de exportação de minérios de ferro, construção do porto de minérios de Santa Cruz e da COSIGUA 1.2.1 Faixa 2a Fechar o Congresso, balanço dos preços dos produtos alimentícios, inflação, incentivo à avicultura, falta de crédito direto, falso dirigismo econômico, fechar a COFAP e a SUNAB, política econômica errada, venda de	F1:58:51min F2a e F2b: 53:44min	**F1: [1964/1965]** **F2a:[1964/1965]** **F2b [1964/1965]**	*Faixa 1* Entrevista de Carlos Lacerda na Rádio Tupi Diz ter três assuntos a tratar com o povo. O primeiro ele considera agradável. Diz que no dia 26 de agosto, em Marechal Hermes, entrariam em funcionamento os dois primeiros geradores da série de quatro comprados pelo Governo do Estado da Guanabara. Eles iriam injetar energia na rede da Light, de modo que pela primeira vez o governo ia vender energia à Light em vez da Light vender energia ao governo. Diz que os geradores representavam uma vitória geral para a economia e para a população carioca. Uma vitória moral. Sobre a energia que se iria produzir com os quatro geradores ele ressalta que ela visava a corresponder, em parte, a um déficit no estado de quase 136 mil quilowatt. Acrescenta que haveria a eliminação do perigo de cortes de luz por racionamento - o corte das casas, "o corte mais vexatório para o estado da Guanabara". Ele aproveita a ocasião para desafiar a Light e dizer que, ele assim esperava, ela desse um impulso, pois andava bem desfalecente. Lacerda, comparando com outras localidades do Brasil, sustenta que os quatro geradores iriam gerar energia para a Guanabara uma vez e meia a energia da capital do país – Brasília – e 50% da energia produzida no alto Nordeste, excetuando a região de Paulo Afonso. Ele compara com outros lugares e afiança que este seria apenas o começo de um programa de conversão de 50 ciclos para 60 ciclos, de 10 meses de trabalho, da Secretaria de Serviços Públicos. Sobre o custo, ele declara que o equipamento, importado, custara aos cofres do governo o valor de 2 bilhões e 600 milhões com financiamento em 7 anos pelo vendedor; o nacional, 80 milhões de cruzeiros; o transporte marítimo e terrestre, 136.600.000 de cruzeiros; com construção civil e montagem, 302.941.000 de Cruzeiros. O total fora de 3.118.541.000 para os dois geradores. Os quatro custariam 6.237.082.000 cruzeiros. Assinala que tinha sido uma "tragédia" trazer os geradores, pois não havia guindaste apropriado para transportá-los. Conta que, durante o governo de João Goulart, a Guanabara não obtivera licença para a importação de tais geradores. Destaca que já havia sido montada toda a engenharia financeira para a compra deles, inclusive com participação do Banco do Estado da Guanabara, mas não fora concedida licença, fazendo com que houvesse cortes de luz nas casas da população do Rio de Janeiro durante um tempo. Ele fala que o jornal *Última Hora* havia permitido que se armasse o 'escândalo da compra dos geradores'. Lacerda explica que a autorização só fora concedida quando o presidente da Câmara, Ranielli Mazilli, assumira quase por algumas horas a Presidência da República, por conta de uma viagem de Jango,

consignações, gastos do estado da Guanabara, Congresso indispensável à democracia, parlamentarismo, troca de voto por favores eleitorais, partidos políticos com ideias e programas 1.2.2 Faixa 2b Estranha conduta dos ministros do Supremo Tribunal, aplicação do Ato Institucional, respeito à ordem cronológica das representações, proteção à Light, Tribunal de leões de chácara de João Goulart e Juscelino Kubitschek, colaborar com a Tribuna da Imprensa, Roberto Marinho, controle de uma rede de rádio e televisão, negociatas da Elkem Rana, entrega do porto de minério, atentado à dignidade e à economia nacional, matar a COSIGUA, ameaça à Vale do Rio Doce e ao porto do Rio de Janeiro, ministros do Supremo mancomunados com Jango.			e Lacerda foi correndo pedir que ele assinasse a autorização. Ele fala que se permitia contar aos telespectadores que os comunistas, na Rússia, depois de desenvolverem ao máximo a técnica da propaganda pela informação, atribuíam então a maior importância a um departamento da ação comunista internacional que eles chamavam "desinformação". Na sessão de 'desinformação', eles criavam um clima de mentiras, de intrigas, de meias verdades, de truques, de sofismas e de invenções que levavam os adversários democratas a pensarem o contrário do que deveriam pensar e a saberem o contrário do que deveriam saber. Ele comenta que, naquele momento, o Brasil estava sendo vítima desta 'técnica do despistamento' e da confusão. Cita alguns exemplos que partiam não necessariamente de comunistas, mas de fontes comunistas que alimentavam os 'colunistas' da imprensa nacional. *O Jornal*, para Lacerda um órgão digno e democrata, diz: "Encontro de Brunini com Mauro Borges é etapa das articulações de Lacerda!" A fonte diz que se trata de Lacerda convencer os seus companheiros de "Revolução" que ele, por amor à sua candidatura às eleições para presidente, estaria traindo a "Revolução". No *Periscópio*, sessão de boatos políticos mantida pelo competente e bem conhecido *Diário de Notícias* do Rio, saiu uma manchete: "O Almirante Sylvio Heck considera Lacerda ligado a interesses estrangeiros!" Acrescenta Lacerda que a *Folha da Manhã*, de São Paulo, havia publicado a mesma coisa. E, ainda a mesma *Folha*, no dia 07 passado, publicara, preocupada em intrigá-lo com o presidente Castelo Branco: "Castelo conseguiu minar o dispositivo de Lacerda!" Então, dizia ela: "Em palestra com o representante da imprensa norte-americana, o governador Carlos Lacerda afirmou que pretende desenvolver esforços no sentido de atrair a esquerda não-comunista, convocando socialistas, nacionalistas, inclusive militantes católicos, etc. No entanto, até agora não teve êxito. Por outro lado, a estação de isolamento de Carlos Lacerda já provocava um debate intenso na própria colônia norte-americana no Brasil..." Lacerda diz que o autor 'disso' chamava-se Hermano Alves, um cria seu na *Tribuna da Imprensa* e um "traidor por profissão e por vocação", tornando-se um escriba a serviço de Santiago Dantas e então um dos mais íntimos informantes do general Golbery, ministro e chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Lacerda acredita que ainda não estávamos livres da ameaça comunista e da subversão. Diz que estava mal ferida, mas não morta. Acrescenta que, naquele momento, havia duas forças que ameaçavam a "Revolução": uma de fora para dentro, mas a porta de dentro lhe estava sendo aberta pelo general Golbery, pois ele, através de "comunistas de salão", de adversários notórios da

			“Revolução”, que eram seus confidentes e conselheiros, estava informando errado ao presidente da República. Segundo diz Lacerda, ele estava preparando “uma série de informações facciosas, tendenciosas e até falsas para afastar o presidente dos seus companheiros e de seus amigos, para aproximá-lo de toda a arraia de intrigantes, de aventureiros, de oportunistas e de sediciosos que endeusavam a subversão e a corrupção até a véspera da “Revolução”, como naquele momento endeusavam o presidente Castelo Branco, à espera de vê-lo cair!”; a outra, acha Lacerda, era bem mais sutil, era a rede de interesses contrariados que estava imobilizando a ação revolucionária. Carlos Lacerda critica Mário Henrique Simonsen, dizendo que seu grupo tinha dado ao Brasil um prejuízo de cerca de 30 milhões de dólares e que as emissoras do grupo haviam sido compradas com dinheiro roubado do café brasileiro. Acrescenta que Mário Simonsen mascarava seus bens para não entregá-los ao país e usou a TV Excelsior para mascarar a verdade, difamar a “Revolução”, intrigar uns com os outros, absolutamente impune. Carlos Lacerda pergunta: “Em nome de quê se está poupando este ladrão?” Ele diz entender o porquê da negativa do governo americano no que diz respeito ao financiamento dos geradores para o estado da Guanabara. Quando ele esteve com o presidente Kennedy, em Washington, ele estava acompanhado do então embaixador brasileiro nos EUA, Roberto Campos, que disse ao presidente americano que não precisava de dinheiro do seu país, do seu governo, para a compra de concessionárias de serviço público. Lacerda, então, disse a Kennedy que seria necessário comprar as concessionárias para resolver o problema. O embaixador sobrepôs sua voz à de Lacerda e disse que o governador estava se referindo ao grupo da Light and Power, mas as negociações em curso em Washington se referiam à American Foreign Power. Para Lacerda tratava-se do mesmo caso, mas como não queria uma discussão entre brasileiros, na frente do presidente americano, mudou de assunto. Carlos Lacerda conta que, de volta ao Brasil, denunciou o fato de haver, clandestinamente e, à revelia do povo brasileiro, negociações entre o governo brasileiro e o governo americano para a compra das concessionárias. Lacerda acrescenta, ainda, que o governo de João Goulart pretendia usar o dinheiro brasileiro da Aliança para o Progresso para comprar as empresas americanas concessionárias de serviço público. Roberto Campos telefonou para Lacerda, de Washington, e pediu que ele desmentisse o fato, porque não era verdade. Lacerda aceitou, porque realmente não era verdade. Mas, o que era verdade era que o governo brasileiro iria comprar as concessionárias com o dinheiro brasileiro, e depois não tendo

			dinheiro, o governo americano emprestaria dinheiro ao governo brasileiro para cobrir a diferença. Segundo Lacerda, foi fácil Santiago Dantas e Roberto Campos convencerem Jango, dado o seu 'nacionalismo primário', de que era do "melhor nacionalismo" ele comprar o ferro-velho, ficar o Brasil 'dono disto'. Carlos Lacerda explica que não sabia que não poderia ter financiamento americano para a compra dos geradores, pois se instalassem geradores naquela ocasião iriam demonstrar que não precisavam realmente comprar as concessionárias para ter energia no Brasil. E o racionamento, a escuridão e os apagões davam a impressão de que era algo urgente a compra das concessionárias para a solução do problema de energia no Brasil. Carlos Lacerda fala sobre a relação entre o governo brasileiro e o governo americano no que diz respeito ao financiamento americano na concessão de energia para o Brasil, por intermédio das empresas concessionárias de serviço público. Fala das vendas das empresas ao governo brasileiro, proposta que não foi nem do Brasil nem do governo americano, e sim do presidente da Electric Bond and Share, uma das empresas. Lacerda diz que se tratava de um ótimo negócio para as empresas que vendiam seu "ferro-velho" para os países que deles dependiam e o dinheiro que recebiam era reinvestido nos mesmos países com novas tecnologias. Carlos Lacerda mostra-se contra a nacionalização dessas empresas e sustenta que não era nacionalista, muito menos o que ele chamava de 'nacionalista profissional', que tinha horror à demagogia, que era a favor do capital estrangeiro, da colaboração estrangeira. Carlos Lacerda diz que João Goulart, em carta ao presidente norte-americano, assumira o compromisso de comprar as empresas e atribuía à oposição que enfrentava no país o motivo do atraso no cumprimento deste compromisso. Lacerda conta que, inclusive, a carta insinuava que a sua oposição era a que oferecia mais dificuldades a Jango. E, justamente por conta disso, ele não cumprira o seu compromisso, não comprando a Electric, Bond and Share. Carlos Lacerda acha um absurdo que se considerasse um compromisso do Brasil, já sob o governo "revolucionário" de Castelo Branco, a compra da Electric, Bond and Share. Comenta que o ministro Roberto Campos entendia que era compromisso do Brasil. Lacerda diz que, se por um lado o presidente da Electric, Bond and Share propunha a solução que mais lhe convinha, por outro, o governo brasileiro deveria propor a melhor solução também. Lacerda pergunta porque a empresa não permanecia no Brasil e, durante os 22 anos que ela propunha como prazo para pagamento pelo governo brasileiro de sua compra, ela não se expandiu e se atualizou tecnologicamente, para depois resgatar as ações

			dos acionistas que queiram vender suas ações? Lacerda explica que isso era legítimo, era válido. O que para ele não era legítimo era dizer que era um compromisso do Brasil um compromisso dos srs. João Goulart, Santiago Dantas e Roberto Campos. Acrescenta que esse era um dos perigos que ameaçavam a "Revolução", o de pensarem que a "Revolução" tinha sido feita para este tipo de coisa, quando fora feita para o contrário. Carlos Lacerda discorre, já no fim da fita, sobre a política de exportação de minérios de ferro no Brasil. Fala da construção do porto de minérios de Santa Cruz e da COSIGUA (Companhia Siderúrgica da Guanabara). Fala do requerimento da Rana Mining and Company ao ministério da Viação de um porto próprio para exportar minérios. A Jangada, uma companhia considerada por Lacerda muito bem montada, por "um admirável técnico brasileiro, o Dr. Antunes", requereu também o seu porto. Ocorre que, de repente, a COSIGUA vê não só a Guanabara, mas o Brasil inteiro na 'cômica situação' de concessão de vários portos próprios às Companhias, para a exportação de minérios de ferro na mesma baía, a de Sepetiba. Carlos Lacerda pede que imaginem o que significa o desperdício disso! *Faixa 2a* Entrevista de Carlos Lacerda na Rádio Tupi Carlos Lacerda garante que se pronunciaria com espírito desarmado, mas ao mesmo tempo vigilante, trazendo à tona as informações. Assegura que não queria fechar o Congresso, nem desejava mandar no governo federal ; não queria ser ministro, nem queria fazer ministro; mas queria que a "Revolução" prosseguisse, que não fosse desmoralizada pelos seus inimigos e até pelos seus amigos. Ele faz um balanço dos preços dos produtos alimentícios de primeira necessidade, com o objetivo de evidenciar os efeitos da inflação, em 15 dias, entre julho e agosto do ano corrente. Compara também os preços praticados por vários estabelecimentos comerciais, como supermercados e 'biroscas'. Chegou à conclusão de que as biroscas, ainda que, em sua maioria, localizadas em áreas nas quais moravam as pessoas mais pobres, eram as que vendiam mais caro! Carlos Lacerda fala das políticas de incentivo à avicultura. Critica a falta de crédito direto, pessoal, num banco rural ligado ao Ministério da Agricultura, este que, segundo ele, deveria ser 'o grande Ministério da "Revolução"! A propósito do assunto em questão, Lacerda critica Taveira e diz que nos últimos dias tinha ouvido muita 'asneira' dele como, por exemplo, sua crítica à indústria do açúcar, à agro-indústria mais evoluída do Brasil. Segundo Lacerda, para Taveira a 'indústria latifundiária' do açúcar levara à revolução cubana. Lacerda crê que a "Revolução" (de 1964) tinha sido feita para

			transformar profundamente o país. E a maior transformação a fazer no país seria reconhecer que as experiências de falso dirigismo econômico, que aqui haviam feito, fracassaram. Ele sugere que seria preciso corajosamente rever tudo isto; fechar a COFAP (Comissão nacional de Abastecimento e Preços) com a SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento), o quanto antes. Acrescenta que a política financeira do governo estava certa; o que estava errada era a política econômica. A sua impressão era a de que se estava tentando criar no Brasil um falso dilema, uma luta errada entre duas concepções que seriam ambas erradas, na "Revolução": de um lado os ditatorialistas, isto é, aqueles que queriam fechar o Congresso, queriam um ditador, uma linha dura, etc, de outro os legalistas, isto é, o Congresso do jeito que estava, a bagunça, assim mesmo, etc. Ele diz crer que a "Revolução" não fora feita nem para uma coisa, nem para outra. Discorda das críticas que lhe haviam sido feitas por conta do aumento de 0,5% do imposto de venda de consignações, na Guanabara. Compara com o das outras capitais da mesma região: São Paulo 6%, Belo Horizonte, 8% e Niterói 7% - para dizer que o aumento não era abusivo ou injusto. Ele discorre sobre os gastos do estado da Guanabara. Conta que no ano de 1965, o estado teria uma despesa de cerca de 9 bilhões com a ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara), gasto esse que era na base de 1 bilhão quando ele chegara ao governo. E que alguns deputados achavam normal que se gastasse tanto com a ALEG, mas achavam monstruoso que o imposto de venda de consignações passasse de 5 para 5,5%. Lacerda ameaça perguntando aos senhores que queriam interromper suas obras na Guanabara se eles conheciam o inquérito da Caixa Econômica Federal; se eles podiam comparar a opinião dos senhores nos dias do plebiscito com os empréstimos obtidos na CEF (Caixa Econômica Federal) para eles encherem o bolso. Ele pergunta: "Quem foi que recebeu na Caixa Econômica, na semana do plebiscito, um empréstimo de 105 milhões de Cruzeiros? "Quem for que se apresente, mas não continue a querer destruir a obra do Governo do Estado da Guanabara, porque saio com os nomes e com as datas!" O aspecto que ele queria abordar era o fato de os pensionistas de João Goulart, os que iriam receber favores 'ao pé da sua cama no Palácio Laranjeiras', viessem então fazer-se de catões à custa do governo da Guanabara, pretendendo que estavam defendendo o povo, a "Revolução" e elogiando o presidente Castelo Branco à custa dele. Ele diz que isso custava muito! Ele assinala que ninguém, nenhum democrata verdadeiro desejava ver o Congresso fechado. Reconhece que era verdade que ele ficava aberto tempo demais... Mas, reconhece que o Congresso era "indispensável à

			democracia, à liberdade, à dignidade de um povo, ao decoro de uma nação!" Para Lacerda, não se podia confundir o respeito ao Congresso com o respeito à maioria que dominava o Congresso, maioria esta que dominava e não respeitava o Congresso, que não respeitava, porque senão não teria votado no parlamentarismo num dia e, logo depois, votado o seu contrário. Segundo ele, se respeitasse, não iria, como tantas vezes, trocar o seu voto por favores eleitorais, e não faria de seu mandato um privilégio, mas ao contrário, um serviço! Lacerda salienta que a gente que havia dominado o Congresso era a gente que tinha degradado a instituição. Sobre os partidos políticos, ele pede, inclusive ao seu, à UDN, que eles desaparecessem o mais cedo possível, que se fundissem e formassem correntes de opinião, com ideias e programas, e não aquela competição, aquela disputa. Ele comenta sobre o sacrifício que ele acreditava que fazia estando na vida pública. E pede que o povo permanecesse vigilante e se unisse ao governo para que tal esforço não fosse inútil, ajudando-o com sua oração e confiança. Pede para que eles não desertassem e nem desanimassem. Observação: este discurso do Lacerda termina aos 27:56min da fita. Aos 28:05min a fita sofre um corte e aparece uma outra gravação, cujas informações são as que se seguem. *Faixa 2b* Carlos Lacerda Fala à Imprensa Carlos Lacerda convoca a imprensa para trazer ao conhecimento do povo alguns fatos de certa gravidade que exigiriam o pronunciamento de cada cidadão. O primeiro deles, explica, era a estranha conduta dos ministros do Supremo Tribunal. Ele diz que era com pesar que comunicava que o Supremo Tribunal havia sido invadido por pessoas que lá nunca deveriam ter entrado, e que de lá já deveriam ter saído. Ele refere-se a um grupo que nunca tendo sido magistrado continuava político, mesmo depois de terem sido nomeados magistrados. Homens que foram chefe de gabinetes, ministros de Estado, primeiros ministros de João Goulart ou Juscelino Kubitschek. Enquanto que esses dois tinham sido punidos pela "Revolução", os seus adeptos eram os responsáveis pelo julgamento desta punição. Ele fala da aplicação do Ato Institucional no estado da Guanabara pelo seu vice-governador em exercício, Rafael de Almeida Magalhães, quando ele estava em viagem ao exterior. Sobre sua crítica ao Supremo Tribunal, ele explica que chegou a pedir ao presidente da República, Castelo Branco, que fosse ao menos respeitada a ordem cronológica das representações e que elas fossem julgadas de acordo com essa ordem. Ele cita como exemplo as representações contra a Light, que

			nunca eram julgadas, pois era intenção deles, desde o tempo do governo de Jango, proteger a Light. Ele questiona porque algumas representações sequer eram discutidas, enquanto outras, como aquela que visava a condenar o Ato Institucional e dar início ao processo da "contrarrevolução" através do "Tribunal de leões de chácara de João Goulart e Juscelino Kubitschek", iam em primeiro lugar. Carlos Lacerda diz que seu governo havia lançado mão de um dispositivo de lei que assegurava ao governo da Guanabara o direito de arguir a suspeição dos juízes que, por sua posição política declarada e definida, por sua participação no governo derrubado pela "Revolução", não podiam 'decentemente' e 'licitamente' participar de um julgamento de matéria eminentemente política como tal, a da inspeção ou não do Ato Institucional no âmbito de um estado. Afirma que quando havia matéria do interesse de João Goulart ou de Juscelino Kubitschek o país inteiro sabia qual seria a posição desses cinco senhores. Quando, utilizando um dispositivo da lei, foi pedida a declaração de exceção dos cinco ministros, Lacerda diz que saiu furioso o presidente do Tribunal, o ministro Ribeiro da Costa, com insultos ao governador. Carlos Lacerda aproveita a ocasião para dizer que estava delegando o seu advogado pessoal, o vice-governador da Guanabara, Rafael de Almeida Magalhães, para mover processo contra o presidente do Tribunal por crime de calúnia e injúria contra um 'mandatário do povo', 'um cidadão' e 'governador da Guanabara'. Ele diz não entender como a "Revolução" respeitava ministros que não se respeitavam; como a "Revolução" pretendia submeter, a ministros nomeados por Juscelino e João Goulart, os crimes por eles cometidos quando tivessem de ser processados. Lacerda comenta que, de acordo com a Constituição Federal, os crimes comuns praticados pelo presidente da República e seus ministros eram julgados pelo Supremo Tribunal. Sendo assim, seriam os ministros nomeados por Juscelino e Jango, ex-primeiros-ministros, ex-chefes de gabinetes, ex-ministros de estados desses dois elementos punidos pela "Revolução" que iriam julgar a "Revolução". Esta era a razão pela qual ele se via obrigado a processar o presidente do Supremo Tribunal. Lacerda anuncia que a partir do dia seguinte ele voltaria a colaborar com a *Tribuna da Imprensa*, pois não poderia mais contemporizar. Ele acredita que era preciso contar realmente o que estava se passando, pois tinha se dado conta de que o que chegava ao conhecimento do povo não era, senão, uma mentira, pois a verdade o povo não lia. Ele pergunta de onde o sr. Roberto Marinho havia tirado tanto dinheiro (cerca de 5 bilhões) para controlar uma rede de rádio e televisão, pois na

			época de Goulart, Roberto Marinho chamava o presidente de 'estadista' em troca de um crédito de 170 milhões na Caixa Econômica Federal para o seu jornal *O Globo*. Ele alude ao fato do grupo americano Elkem Rana ter pago ao sr. Mauro Thibau para ser o seu técnico no controle que ela havia tomado sobre a São João Del Rey Maining and Co., em Minas Gerais, e a mesma Elkem Rana ter também pago ao sr. Roberto de Oliveira Campos para ser o seu técnico no projeto pelo qual o grupo havia começado o controle do minério de ferro exportado do Brasil. Ele diz que esperava que os dois senhores que eram, respectivamente, ministro de Minas e Energia e ministro do Planejamento, tivessem o decoro, o cuidado elementar, pois ele considerava a entrega do porto de minério de ferro à Elkem Rana um atentado à dignidade e à economia nacional. Lacerda assegura que esta entrega mataria de vez a COSIGUA (Companhia Siderúrgica da Guanabara), e ameaçava gravemente a Vale do Rio Doce e, sobretudo, mataria, desde logo, o porto do Rio de Janeiro. Ele diz que pensava que a "Revolução de 1964" era para fazer a COSIGUA. Mas não, ao contrário, a COSIGUA estava sendo apunhalada pelas costas, pelo ministro Roberto Campos, que se tinha tornado o primeiro-ministro da "Revolução" fracassada. Mas, Lacerda afiança que ela (a "Revolução) não malograria com a concordância e submissão de seu governo. Ele convida o presidente da República a pôr para fora do governo o ministro Roberto Campos. Salienta que o ministro conseguira a autorização do presidente, que desde o Dutra estava tentando conseguir: a da compra de máquinas de segunda mão de outros países, fazendo do Brasil "um país de segunda mão", um país de indústria de última ordem, antieconômica. Lacerda assegura que não era nacionalista e que se recusava a ser demagogo. Mas, pondera, entre ser nacionalista profissional, demagogo por vocação e calar diante deste abuso, silenciar diante deste cínico absurdo ia uma diferença muito grande. No fim da fita ele pergunta quem eram os assessores do ministro Roberto Campos. E ele mesmo responde que eram os mesmos assessores do governo João Goulart e do governo Juscelino. Acrescenta que a contrarrevolução estava no Supremo Tribunal Federal. Ele destaca que o povo deveria saber de tudo isso para que não condenasse uma "Revolução que de fato ainda não começara.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.172 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Fala de José de Assis, Repórter do Programa Voz da América no Brasil	F1: 00:21min F2: 34:19min F3: 59:49min F4: 30:44min	**F1: [1965]** **F2: [1965]** **F3: [1964]** **F4: [1964/1965]**	*Faixa 1* Fala de José de Assis, Repórter do Programa Voz da América no Brasil O repórter José Assis, fala sobre uma reportagem realizada no momento em que visitava o Brasil o sr. David Bell, diretor mundial da Agência para o Desenvolvimento Internacional, do governo dos EUA.

1.2 Faixa 2 Entrevista de Carlos Lacerda na TV Rio sobre a Reforma Agrária 1.3 Faixa 3 Entrevista de Carlos Lacerda a Jornalistas, no Salão Verde do Palácio Guanabara 1.4 Faixa 4 Carlos Lacerda Fala à Rádio Nacional do Rio de Janeiro e à Rádio Nacional de Brasília, no Palácio Guanabara Temas 1.1 Faixa 1 Visita de David Bell, diretor mundial da Agência para o Desenvolvimento Internacional, do governo dos EUA 1.2 Faixa 2 Estatuto da Terra, candidatura à Presidência da República, eleições livres para presidente, sucessão sinônimo de desordem, “Revolução” imposta às Forças Armadas, reforma agrária, Mogi das Cruzes, centro avícola, exemplo de estrutura agrária, implemento de fábricas 1.3 Faixa 3 Movimento contra João Goulart, candidato militar ponte entre a “Revolução” e a Constituição, contra governo provisório, infiltração de comunistas, Eurico Gaspar Dutra, prisão de jornalistas, Vasco Leitão da Cunha, política livre com os países socialistas, natural liderança no continente, relação entre o Brasil e os países comunistas, direito de asilo de João Goulart, asilo de Eloy Dutra, Magalhães Pinto, relações entre Brasil e Uruguai, crítica à SUPRA e à CODEP, imediata eleição de um presidente militar. reforma agrária, encontro com Dutra, máquina do PSD, quebra-quebra no jornal *Última Hora* 2.4 Faixa 4 Convenção da UDN, percorrer o Brasil, destino da UDN e da democracia, ameaça comunista, escolha do candidato à			*Faixa 2* Entrevista de Carlos Lacerda na TV Rio sobre a Reforma Agrária Carlos Lacerda discorre sobre o Estatuto da Terra, que o presidente Castelo Branco havia colocado para sua apreciação. Comenta que era um conjunto estranhíssimo, contraditório, com lei, estatuto, regimento interno, tudo misturado, cujo resultado final ele duvidava que fosse bom. Salienta que seu maior objetivo, naquele momento, era obter a convenção da UDN e nela ver consagrada a indicação que já fora feita pela maioria dos diretórios do partido nacional: sua candidatura à Presidência da República. Diz que foram os próprios diretórios da UDN, em sua grande maioria, que tinham pedido a convenção ainda em 1964. Acrescenta que a candidatura do governador da Guanabara à Presidência da República não fora imposta por ele, não fora algo inventado por ele. Conta que a proposta de sua candidatura tinha sido a proposta de 15 dos 22 diretórios estaduais da UDN, para sua honra e seu temor, confessa. Esclarece, então, que não era ele quem estava pedindo ao partido a convenção, nem ele que estava inventando candidatura. Porém, manifesta-se de acordo com ela. Ele pergunta: “Desde quando isto é crime?” Ele ressalta que pouco antes do golpe de 1964, no governo João Goulart, valia tudo, menos a eleição do governador da Guanabara para a Presidência da República. Lacerda diz que essa, inclusive, fora uma das razões para que o Exército se mobilizasse e tirasse o presidente João Goulart do governo. Acrescenta Lacerda que Jango não queria eleições livres para presidente. Lacerda assegura que, então, foi feita uma revolução para devolver ao povo a tranquilidade, o tempo, a oportunidade e o poder de escolher o presidente da República. Mas, comenta que vinham alguns “defensores da ´Revolução`” dizer que era desacato falar da sucessão do presidente Castelo Branco. Lacerda pergunta se sucessão era sinônimo de desordem e desagregação. Pois, após o restabelecimento da ordem, quando ele voltara do exterior, havia encontrado um tabu no Brasil, que consistia na proibição dos partidos se mobilizarem em torno de suas candidaturas. Ele explica que era contra isso e denuncia dizendo que interromper o processo democrático do Brasil seria fazer exatamente o jogo da camarilha que se apossara do Brasil e que não queria de modo nenhum largá-lo. Entende Lacerda que a “Revolução” fora precipitada e imposta às Forças Armadas pelas provocações do governo que elas haviam derrubado em boa hora. Entende que não tinha havido uma preparação para o governo, sendo que o presidente Castelo Branco fora pego num último momento. Alguns de seus ministros haviam sido convidados de surpresa. Comenta que ele não teve tempo de fazer uma campanha eleitoral, nem de

Presidência, Estatuto da Terra, reforma eleitoral, menos partidos, diferentes correntes, máquina emperrada, conchavo, comparecimento à convenção,			sedimentar um programa de governo. Não teve de conhecer e fazer surgirem as vocações para o seu ministério. Lacerda diz que não invejava a situação e compreendia suas dificuldades. Lacerda garante que não queria para seu sucessor as mesmas dificuldades. Defende o início de uma campanha de sucessão presidencial e que houvesse no país uma consciência da grandeza brasileira e da nossa responsabilidade perante ela; menos legislação e mais ação; menos planejamento e mais organização; menos conversa e mais trabalho; menos discussão e mais exame; menos improvisação e mais estudo; menos inspiração e mais esforço; menos tapeação e mais sinceridade. Ele pede que acabassem com a divisão dos brasileiros entre aqueles que eram contra e aqueles que eram a favor de reforma agrária e que se unissem os brasileiros a favor de mais comida para o povo; e de comida mais abundante, único meio de ter comida mais barata. Cita como exemplo Mogi das Cruzes, o maior centro avícola da América do Sul. Segundo Lacerda, não existia em outro lugar da América do Sul lugar com mais galinha e mais ovo. Diz que a cidade era um exemplo de estrutura agrária, feita sem reforma agrária e sem as bobagens que vinham sendo pregadas. Fala também do implemento de fábricas em Mogi das Cruzes, com oficinas de aprendizado para os técnicos. Afirma que era isso que ele pretendia fazer no Brasil e que por isso era candidato, sim, à Presidência da República. E assegura que não praticava crime nenhum em assim proceder. Esclarece que não precisava de licença de ninguém, apenas do voto de seu partido. *Faixa 3* Entrevista de Carlos Lacerda a Jornalistas, no Salão Verde do Palácio Guanabara. Inicia-se a série de perguntas e o jornalista Denny Davis, da UPI, pergunta sobre o fato do governador 'estar por dentro' do movimento contra João Goulart. Carlos Lacerda responde dizendo que se ele considerava que 'estar por dentro' era conspirar, ele então não tinha feito parte do movimento, pois ele afirma que nunca havia conspirado. Assegura que não era dono de movimento nenhum e nem conspirador. Ele considera que apenas tinha denunciado ao país o erro que era a entrega do poder ao sr. João Goulart. Perguntam quem era o candidato de Lacerda à Presidência do Brasil. Ele responde que não tinha um candidato nominal e sim um candidato dentro de um quadro. Diz que quanto mais rápido fosse realizada a eleição, melhor, para se ter um governo estável, duradouro. Acha necessário que fosse um militar, porque o militar deveria ser a ponte entre a “Revolução” e a Constituição. Lacerda se posiciona contra um governo provisório, de 30 dias, por exemplo. Em

			resposta a um jornalista de *O Globo* Carlos Lacerda diz que não era favorável à perseguição, à vinganças indiscriminadas. Nunca tinha sido e nem seria. Não era favorável à prisão de ninguém só pelo simples fato de ser comunista; era favorável à prisão de qualquer pessoa pelo simples fato de haver violado a lei, comunista ou não comunista. Lacerda diz que não tinha medo das ideias comunistas, mas que as suas eram melhores que as deles. Esclarece que o que se tinha combatido era a infiltração de comunistas num governo para o qual o povo não os elegera. Mas, explica, não havia guerra santa ao Comunismo. Perguntam se Eurico Gaspar Dutra seria o seu candidato militar à Presidência da República. Ele responde que era a favor do candidato militar que fosse capaz de manter unidos os militares, os militares com os civis e a nação. Assinala que preferia não indicar nomes. Sobre a prisão de jornalistas, um jornalista do *Jornal do Commércio* pergunta sobre a veracidade da notícia de que havia uma lista com os nomes de 126 jornalistas, que seriam presos. Ele responde que não estava informado ainda disto. Acrescenta que ninguém seria preso por ser apenas jornalista; se algum jornalista fosse preso seria porque nas 'horas vagas' exercia atividades comunistas e ilegais, agindo contra a lei. Um jornalista do *Jornal do Brasil* pergunta se ele acreditava que o ministro Vasco Leitão da Cunha poderia continuar com a política livre com os países socialistas, inclusive com os créditos abertos com a Checoslováquia e as negociações com a Hungria. Antes de responder, ele se permite retificar o jornalista dizendo que os únicos países socialistas que ele conhecia eram os países da Escandinávia, e que os países citados pelo jornalista eram totalitários-comunistas, nada tendo em comum com o socialismo. Ele acredita que a política exterior do Brasil havia feito com que o país se isolasse, pois, segundo Lacerda, o Brasil nunca esteve tão só na América Latina como quando se juntou com Cuba, abandonando todas as outras nações latino-americanas. Acha que o país tinha perdido sua natural liderança no continente. Acrescenta que o Brasil traiu Portugal ao apoiar 'ditaduras sangrentas', isolando-se de uma nação com a qual Lacerda entende que se deveria caminhar junto. Sobre a relação entre o Brasil e os países comunistas, ele denuncia a falta de reciprocidade, pois, exemplifica, para cada brasileiro trabalhando naqueles países havia 20 deles trabalhando aqui, fossem romenos, húngaros, russos. Lacerda deseja esclarecer outros dois pontos, a seu ver importantes: não crê que fosse verdadeiro o informe acolhido pelo *Diário de Notícias*; não conhece a fonte da informação. Mas, entende que havia de se respeitar o direito de asilo de João Goulart, e se fosse necessária a extradição, haveria de requerê-la na forma dos

			acordos internacionais que regiam à matéria. Sobre o asilo de Eloy Dutra na embaixada do Uruguai, Carlos Lacerda diz ao jornalista uruguaio que lhe dirigiu a pergunta que gostaria que ele transmitisse ao embaixador uruguaio que, se dependesse do estado da Guanabara, o sr. Eloy Dutra poderia sair naquele momento. Carlos Lacera não o considerava perigoso suficiente para permanecer preso. Um jornalista de *O Globo* pergunta se Lacerda tinha conhecimento se Magalhães Pinto seria candidato à Presidência da República. Ele responde sucintamente que não. Um jornalista de Montevidéu pergunta sobre as relações entre Brasil e Uruguai e os acordos econômicos. Lacerda responde que acreditava que todos os negócios que fossem proveitosos para o Brasil seriam mantidos e todos os negócios que fossem prejudiciais ao Brasil deveriam ser cancelados. Ele assevera: “Por que não?” Assinala que o que importava eram os interesses do Brasil e que o que ele nunca tinha acreditado era que as relações com os países da 'cortina de ferro' fossem lucrativos e, sobretudo, fundamentais ao Brasil. Para ele, eles não resolviam nenhum de nossos problemas, pois se alguns deles estavam passando fome e importando trigo dos EUA até para fazer vodca para beber, não tinham muita coisa para nos vender. Pergunta do *Jornal do Commércio* sobre suas conversas com o presidente Ranieri Mazilli e o que ele tinha dito sobre os últimos decretos assinados pelo presidente João Goulart, sobre a SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), os aluguéis e a CODEP (Comissariado de Defesa da Economia Popular) a combater o custo de vida. Lacerda responde que não havia conversado com Ranielli Mazilli sobre isso. Explica que tinha conversado com ele sobre um só problema: a imediata eleição de um presidente militar. Carlos Lacerda diz que pessoalmente entendia que a CODEP era um ‘conto do vigário’ e a SUPRA uma agência de ‘desonestidade, corrupção e comunismo’. Ele diz esperar que as autoridades mostrassem o que apreenderam na SUPRA: numerosos cheques em branco assinados pelo aventureiro João Pinheiro Neto, “um dos maiores ratos do país”. Era apenas uma agência a propagar no campo brasileiro agentes de subversão e da guerra civil. Em outras palavras, agentes para provocar a fome do povo brasileiro, pois em agosto, quando começariam as semeaduras, ninguém mais iria plantar, pois ninguém planta numa terra que não sabe se iria ser sua. Não havendo quem plantasse na próxima colheita, afiança ele, não haveria o que colher. Considera que para se fazer reforma agrária, bastaria o Ministério da Agricultura, não seria necessária a SUPRA. Na opinião de Lacerda, ela deveria ser imediatamente fechada. O jornalista Ledo Ivo, da *Manchete*, pergunta sobre qual dos dois mandatos – o de deputado federal ou o de vice-governador –

			Eloy Dutra perdera. Lacerda responde que esta seria uma matéria para constitucionalistas, para os juristas da Câmara, e não para ele. Ele sustenta não querer ultrapassar a barreira do constrangimento, para provocar de alguma forma o cancelamento do mandato de seu eventual sucessor, de seu substituto. Em seguida, outra pergunta de outro jornalista lhe é dirigida, sobre a opinião de Lacerda a respeito de como seria designado o candidato militar à Presidência da República. Ele responde que achava que seguiria a maneira tradicional, menos no que concernia à convenção partidária, que seria substituída por uma manifestação coletiva armada e desarmada do povo na rua e dos quartéis indo para a rua. Em seguida, a pergunta do representante do *Jornal do Brasil*. Ele pergunta se Carlos Lacerda poderia falar alguma coisa sobre seu encontro com o marechal Eurico Gaspar Dutra. Ele diz que sim, que conversou com ele e ele lhe disse para que se reunisse a maioria necessária de modo a manter a unidade do Exército e fazer um governo que inspirasse à nação confiança, não só contra o comunismo mas a favor da democracia, não só para acabar com o comunismo, mas para começar alguma coisa nova no Brasil; se ele pudesse fazer um governo que desse a ele a garantia de que o sr. Juscelino Kubitschek não usaria a máquina do PSD para depois buscar os votos do PTB e dos comunistas e pretendesse roubar-lhes a "Revolução", como já roubara a nação, teria o seu apoio. Em seguida, a pergunta do jornalista do *El Plata*, de Montevidéu. Ele pergunta se a iniciação da reforma agrária pelo presidente João Goulart estava ou não enquadrada dentro dos termos da lei. Carlos Lacerda responde que não, e que nem havia começo de reforma agrária nenhuma. Considera que o que havia era uma chantagem com os donos de terra e uma chantagem maior contra os que não tinham terra. Era essa, assegura ele, a reforma agrária de João Goulart. Lacerda diz que o presidente não queria reforma agrária nenhuma, pois quem queria fazer reforma agrária não compraria, em pouco mais de dois anos, 550 mil hectares de terras, nas quais tinha um boi em cada 5 hectares. Danny Davis, da UPI (United Press International), novamente faz uma pergunta ao governador. Ele fala sobre a notícia de *A Última Hora* sobre o fato da força pública do estado nada ter feito para impedir o quebra-quebra no jornal. Ele pede que Carlos Lacerda comente o incidente. O governador responde salientando que, em primeiro lugar, não acreditava no que *A Última Hora* dizia. Em segundo lugar, a força pública, que era a Polícia Militar do estado da Guanabara, estava até o dia anterior empenhada em zelar pela ordem pública que *A Última Hora* mandava perturbar. Observação: no momento em que Carlos Lacerda estava respondendo à esta pergunta, chega ao salão verde os governadores

			Fernando Correia da Costa, de Mato Grosso, Ildo Meneghetti, do RS, e Adhemar de Barros, de São Paulo. Ele interrompe a resposta e saúda os governadores. *O Globo* faz uma pergunta aos três governadores presentes. *Faixa 4* Carlos Lacerda Fala à Rádio Nacional do Rio de Janeiro e à Rádio Nacional de Brasília, no Palácio Guanabara O assunto é a realização da Convenção da UDN. O locutor Barcelos pede que, antes da entrevista, o governador se dirigisse aos ouvintes da Rádio Nacional. Carlos Lacerda fala sobre os trabalhos da Convenção da UDN. Comenta que, ao que parecia, iam bem, de acordo com as notícias dadas pelo presidente do partido. Diz que iria percorrer todo o Brasil para pedir aos convencionais que, mesmo com o sacrifício de tempo e dinheiro, não deixassem de comparecer à convenção do partido, em Brasília, pois para ele seria decisiva para o destino da UDN e, de certo modo, para o destino da democracia no Brasil. Lacerda acredita que o povo brasileiro estava amadurecendo, com uma consciência democrática em plena evolução, tendo demonstrado isto por várias vezes, derrotando a ameaça comunista. Acha que era hora de aproveitar o momento do Brasil, para pô-lo emparelhado com as nações mais decisivas do mundo, pois considerava o Brasil uma das nações mais decisivas do planeta, pelo seu território, população e exemplos dados ao mundo. Ele argumenta que a convenção da UDN, longe de ser prematura ou cedo demais, deveria ser realizada na hora certa, para a escolha do candidato à Presidência. Para ele, quanto mais cedo fosse realizada a convenção, melhor, para que se retomasse o ritmo da democracia, o tônus da democracia. Para Carlos Lacerda, democracia só se fazia com muitas ideias, e boas. E como saber qual seria a melhor delas? Para ele, seria examinando, discutindo, peneirando, aperfeiçoando, filtrando, até chegar àquelas que fossem, com o consenso da maioria, mais práticas, mais úteis, mais fecundas, mais benéficas ao povo. Perguntam a Lacerda se o Estatuto da Terra poderia mudar os rumos da convenção da UDN. Ele acredita que não, acha que o estatuto seria examinado com objetividade. Ele espera que o presidente da República modificasse o projeto, pois o projeto, como estava, era horrível. Um dos locutores pede que Lacerda falasse um pouco sobre a reforma eleitoral e a quantidade ideal de partidos políticos nas eleições. Ele responde que um partido só, significaria fascismo ou comunismo, mas o ideal seria ter menos partidos do que os que existiam, contanto que dentro deles as diferentes correntes pudessem exprimir-se e fazer-se representar. Lacerda diz que apesar de haver na chefia do governo um democrata, havia

			problemas graves de ordem executiva, na medida em que as coisas custavam a funcionar, pois a máquina brasileira era, para ele, uma "máquina emperrada, difícil, complexa, cheia de vícios, cobertas de erros do passado". Mas, acredita que a democracia estava em seu caminho, desde 31 de março de 1964. Perguntam se um eventual atraso na convenção da UDN poderia obrigar o partido a fazer um 'conchavo' para candidato que não fosse de seu partido. Ele reconhece que existia, sim, esse perigo, como existira no passado. O locutor Barcelos, pede que Lacerda se dirija ao povo da Guanabara. Ele diz ao povo que já havia passado da idade do bate-boca e que, portanto, não esperassem que ele fosse trocar farpas político-eleitorais. Diz que não pretendia tomar o tempo das emissoras, senão com o estudo das soluções dos problemas mais graves da população. Acrescenta "que problemas tratados em cima da perna, com ar de mesa de botequim e debaixo de palavrões mal contidos" isso já estava muito para trás. Se fosse pra continuar nesse tom, era melhor não ter havido "Revolução", conclui, pois João Goulart nesse sentido era 'campeão'! No fim da fita ele encerra ratificando o pedido aos convencionais que comparecessem à convenção, fosse onde fosse e quando fosse.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.173 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Final do Programa Falando a Verdade na Rádio Nacional 1. 2 Faixa 2 Entrevista do Governador à Tribuna de Imprensa sobre Prorrogação de Mandato e Momento Nacional 1.3 Faixa 3 Entrevista do Governador no Programa Noite de Gala, TV Excelsior 1.4 Faixa 4 Entrevista com o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, no Programa Noite de Gala - Final da Entrevista 2. Temas 2.1 Faixa 1 Privilégio da educação, seriedade dos jovens, construção da nação, contrapartida do estudante	F1:03:44 min F2: 18:00min F3: 09:20min F4: 31:42min	**F1: 27/08/1964** **F2: 21/08/1964** **F3: 5/10/1964** **F4: 5/10/1964**	*Faixa 1* Final do Programa Falando a Verdade na Rádio Nacional Uma pessoa agradece ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda, pois não existia mais o problema da escola primária. Segue-se uma salva de palmas. Carlos Lacerda discorre sobre como poderiam os estudantes ajudar à "Revolução", para a sua consolidação. Ele enfatiza que a maior ajuda que os estudantes poderiam dar a uma revolução seria estudar, porque estudar no Brasil ainda era, então, um privilégio. Comenta que quem chegava a ter a aventura deste privilégio não deveria considerá-lo como privilégio, deveria considerá-lo como uma missão. Segundo acepção do governador, quem estudava tinha que dar alguma coisa a alguém, de forma a pagar o que havia recebido estudando. Ele também salienta a necessidade de , que eram maioria no Brasil, seriedade que não deveria excluir humor, alegria, jovialidade. Mas, que deveria incluir o sentido de quem tomava a sério o seu país. Lacerda considera que o Brasil teria que ser um país sério, um país tomado a sério. *Faixa 2* Entrevista do Governador à Tribuna de Imprensa sobre Prorrogação de Mandato e Momento Nacional Ele fala sobre a prorrogação dos mandatos dos governos da "Revolução" e de uma desagregação da "Revolução". Sobre a ação revolucionária, ele acredita que todo movimento político de reforma

2.2 Faixa 2 Prorrogação dos mandatos, autoridade destruída pela corrupção,improvisação do Ato Institucional, comando revolucionário heterogêneo, restabelecimento da rotina da vida institucional, legalismo formal, interpretada desfavoravelmente no exterior, quartelada de gorilas, cassação de mandatos suspensão de direitos políticos escrúpulos e preconceitos legalistas experiência perigosa e arriscada parlamento dominado, autoridade política, queda da autoridade do governo, ascendência do Congresso, inflação, meia-revolução, meias medidas, movimento reconstrutor e renovador, fracasso da "Revolução 2.3 Faixa 3 Grandes obras, 4º Centenário da Cidade, exaltação das obras nas áreas de saneamento básico , fornecimento de água e educação, MAM campanha do Correio da Manhã 'fantasma de jornal' impostos, sonegação, instauração da CPI, Código de Contabilidade 2.4 Faixa 4 Campanha presidencial, obras do Guandu, ALEG, CPI, presidente do Senegal, candidatura à Presidência, perda do apoio de Amaral Neto, Eloy Dutra, 'antilacerda renegasse amizade, preparativos do 4ª Centenário, modéstia, mania de grandeza, analfabetismo, escola para todos			luta para alcançar os seus objetivos. E que quando o movimento tinha sentido revolucionário, os obstáculos eram removidos pela força, na medida exata em que o emprego da força se fazia necessário. Diz Lacerda que a "Revolução" tinha se consumado com uma instantaneidade que havia desnorteado seus chefes militares. Acrescenta que o governo desabara por si mesmo, porque sua autoridade estava destruída pela corrupção e pela incompetência. Considera prova deste despreparo a improvisação do Ato Institucional, que surgira, segundo as palavras de Carlos Lacerda, 'atabalhoadamente', mas como uma necessidade psicológica de afirmar que ocorrera uma "Revolução", por cujo destino seria responsável um comando revolucionário heterogêneo, que tivera vida efêmera e logo ficara reduzido a um de seus componentes. Para Lacerda, o Ato Institucional refletira o sentimento dominante no comando militar da "Revolução"; limitara os poderes e os objetivos dela, fixando-lhe estranhamente prazo para duração, e procurara acomodar o movimento insurrecional dentro da normalidade política e legal. A preocupação manifesta tinha sido: reduzir ao mínimo o impacto revolucionário e restabelecer prontamente a rotina da vida institucional do país, dentro dos quadros pré-existentes. Carlos Lacerda diz que dois sentimentos, parecem, haviam ditado esta orientação: o preconceito do legalismo formal e o receio de que a "Revolução" pudesse ser interpretada desfavoravelmente no exterior, como uma 'quartelada de gorilas'. Os "revolucionários" estavam visivelmente sensibilizados pela astuciosa propaganda dos adversários. "O súbito amortecimento da mentalidade revolucionária revelou-se, desde logo, em dois fatos: a escolha para a vice-Presidência de uma figura exponencial do PSD (Partido Social Democrático), entrosado com a situação deposta, e que com o apoio desta contava reconquistar o governo da nação, e a perplexidade e desorientação reveladas na cassação de mandatos e na suspensão de direitos políticos. Já então a "Revolução" começara a perder a sua flama política, a temibilidade essencial à eficiência da sua ação renovadora. E, entraram, logo a seguir, os métodos da negociação e os entendimentos, como se voltasse à rotina do procedimento político normal. A ideia da normalização tornou-se obsessiva". Fazer a "Revolução" dentro da legalidade foi o método adotado. Mas que legalidade, pergunta Lacerda que completa: "Legalidade que já existia e que foi impotente em dar uma solução à crise". Carlos Lacerda diz que o governo "revolucionário", integrado na rotina da ação política e administrativa, subjugado pela normalidade do sistema, tomara, assim, um caminho temerário para realizar a sua missão: quis ser prudente, sob a inspiração de escrúpulos e preconceitos legalistas.

			Mas, na verdade, seguira uma linha de falsa prudência. Lançara-se numa experiência perigosa e arriscada, sendo que os resultados eram as crises que já eclodiam e que fatalmente iriam agravar-se com o desgaste de sua autoridade e de seu poder. Lacerda diz que o governo "revolucionário", empenhado sempre em preservar a normalidade nos princípios e nos métodos, depois de perder a temibilidade, perdera a força e a autoridade específicas de um vigoroso e impetuoso movimento renovador de mentalidade, processos e objetivos, capaz de incandescer a opinião pública, para ser utilizado como arma de pressão invencível. Lacerda denuncia que o Parlamento tinha permanecido dominado pelos mesmos viciosos políticos que só poderiam ter um alvo essencial: desacreditar o governo e a obra da "Revolução", para que se restaurasse, inelutavelmente, a velha ordem, que ainda não fora substituída por aquela que a "Revolução" prometera criar. Carlos Lacerda diz que era patente que o governo perdera sua autoridade política e a "Revolução" tendia a malograr-se. Os métodos e os homens do passado tinham voltado a decidir os destinos do país, assegura. Carlos Lacerda vale-se da observação de [Bossuet?] sobre a esterilidade política de Catão, para explicar o que ocorrera com o governo da "Revolução": "Exagerar os escrúpulos é desarmar a virtude". Lacerda acrescenta que a queda da autoridade do governo coincidia com a ascendência do Congresso. Ele sustenta que a "Revolução" fenecia e a contra-revolução fortalecia-se, assinalando que esta ascendência era alarmante quando se percebia que o governo "revolucionário" tinha apenas 3 meses. Carlos Lacerda fala das ações do governo "revolucionário" no combate a um dos males que assolavam o Brasil, na época: a inflação. Ele pergunta o que esperar da impossível colaboração de um Congresso, moral e politicamente hostil pela sua maioria, ao movimento "revolucionário" e a qualquer programa de efetiva renovação. As relações entre o Executivo e o Congresso, dominado pela contra-revolução, conduziriam fatalmente à desfiguração e à paralisia do movimento "revolucionário", por enfraquecimento rápido da autoridade do governo, pelo desapontamento que levava a expectativa e à esperança do povo, que o via envolvido na trama e nas manhas dos politiqueiros. Para Lacerda, aquela fora a mais tímida das revoluções brasileiras. Uma meia-revolução, com meias medidas, que não poderiam conduzir a seus objetivos representavam um retrocesso na evolução democrática, que ela quisera favorecer. Para evitar o malogro da "Revolução" e impedir o retorno, dois caminhos abriam-se para Lacerda: a implantação urgente de uma mentalidade revolucionária no governo, na criação de uma

			dinâmica vigorosa, agressiva e impetuosa; ou, de acordo com ele, a inviabilidade da solução antes indicada imporia, como uma fatalidade, um regime de plenos poderes como um dever inelutável da "Revolução" que não podia capitular diante do desgaste de sua autoridade por obra dos elementos, obstáculos ou escombros da situação deposta e que se antepunham no caminho do movimento reconstrutor e renovador. Carlos Lacerda diz que das duas, sem dúvida, a melhor seria a primeira. Mas, qualquer dos dois caminhos exigiria uma revisão completa do governo. A única coisa que seria inadmissível era o fracasso da "Revolução" Carlos Lacerda considera esta análise como 'Objetiva', 'Firme' e 'Lúcida'. *Faixa 3* Entrevista do Governador no Programa Noite de Gala, TV Excelsior O repórter informa que jornais de oposição e alguns deputados estavam dizendo que ele não iria conseguir terminar todas as grandes obras prometidas para o 4º Centenário da Cidade do Rio de Janeiro. Ele nega a informação, dizendo que todas as obras prometidas seriam entregues, sim. Exalta seus feitos na área de saneamento básico, fornecimento de água e educação. Ele confirma o empréstimo de 600 milhões ao MAM (Museu de Arte Moderna. Diz que o Museu era uma instituição respeitável e que tinha o seu apreço. Perguntam se havia tomado conhecimento da campanha do *Correio da Manhã* contra o seu governo. Ele diz que sim, mas o que ele não tinha tomado muito conhecimento era do próprio *Correio da Manhã*. Diz que o *Correio da Manhã* não era mais um jornal, e sim um 'fantasma de jornal'. Acrescenta que o que ocorria com o jornal, sendo bom que os leitores dele soubessem, era que a então proprietária herdara em testamento as ações dele e precisaria pagar, na forma da lei, os impostos correspondentes, e tentou sonegá-los. Lacerda diz que ela acabara de ser condenada, não por ele, nem por ninguém do Poder Executivo, mas sim pela justiça, por unanimidade, a pagar os impostos. E não queria pagá-los, vingando-se de Lacerda. Um repórter pede a opinião do governador a respeito da instauração da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar irregularidades nos contratos firmados entre o governo e firmas empreiteiras. Ele se diz a favor de CPIs, que nunca procurou cercear nenhuma e como deputado realizou várias. Ele fala das dificuldades enfrentadas pelo governo para concluir as obras de que o estado necessitava e critica a CPI por ela querer instaurar um ambiente de terror em torno das firmas, pois não se lia o Código de Contabilidade para mostrar os diferentes tipos de concorrência que o código admitia. Menciona que diziam apenas que acontecera um escândalo e não se davam ao

			trabalho de trazerem provas das acusações. *Faixa 4* Entrevista com o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, no Programa Noite de Gala - Final da Entrevista Perguntam a Carlos Lacerda se acreditava na campanha presidencial de 1966. Ele responde que não era matéria de crença e sim de lei, que a lei dizia que haveria eleição em 66. Afirma que seria candidato, sim. Perguntam como iam as obras do Guandu. Ele retruca que iam bem e convida os repórteres presentes a irem ver. Considera que talvez nem a terça parte da ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara) conhecia o Guandu e isso o deixava triste, pois, antes de o acusar, eles deveriam saber do que se tratava a obra. Ele convida os membros da CPI a visitar a obra. Carlos Lacerda salienta que desde quando começara a obra do Guandu, o Brasil tivera quatro presidentes da República, e, no entanto, o único presidente que foi lá ver a obra tinha sido o do Senegal. Ele acha que não era possível que a maior obra do gênero até então feita no Brasil, uma das maiores do mundo, não despertasse o sentimento de responsabilidade na ALEG e no presidente da República. Carlos Lacerda denuncia que o que queriam era inutilizar a sua candidatura à Presidência da República e para isso valia tudo. Mas, comenta que eles estavam enganados, pois o povo já havia entendido toda a manobra. Destaca que lamentava muito a perda do apoio de Amaral Neto, pois não queria perder o apoio de ninguém, muito menos de um homem que fora seu amigo e acreditava que fosse ainda. Acrescenta que não considerava Amaral Neto seu inimigo, apenas achava que ele não tinha condições de ser governador do estado da Guanabara. Lacerda diz que não ousava em negar ao deputado Amaral Neto o seu direito de candidato à vaga, deixada por Eloy Dutra, de 'antilacerda'. Assegura que se ele quisesse ser candidato a governador do estado, nesta vaga, era um direito dele, mas que ele lamentava muito, com um grande pesar, se ele renegasse a sua amizade, pois isso provaria que as paixões políticas ainda cegavam os homens. Lacerda discorre sobre os preparativos da cidade para as comemorações do 4ª Centenário. Deixa bem claro que o estado iria ajudar a fazer o 4ª Centenário, preparando estruturalmente a cidade, sendo que as festividades, as comemorações ficariam a cargo das diversas agremiações (fossem os clubes de futebol, as escolas de samba, etc). Conta que o estado estava preparando algumas coisas, mas não tudo e que todos podiam fazer alguma coisa para as comemorações. E, então, pergunta: Onde estava o espírito associativo e de iniciativa do carioca? Já no fim da fita, Lacerda diz que as coisas seriam feitas com modéstia, não iriam embarcar na mania de grandeza, não fariam

			uma festa para arruinar o estado, pois a melhor maneira de comemorar o 4º Centenário era acabando com o analfabetismo na Guanabara, dando escola para todos, e isso estava sendo feito, além da obra de fornecimento de água. O resto, cada um que cumprisse com o seu.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.174 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Entrevista sobre o Ato Institucional e outros Assuntos Nacionais – Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Palavras pela Passagem de Ano Novo - Abertura de Solenidades do IV Centenário – Fortaleza São João 1.3 Faixa 3 Pronunciamento sobre a Prorrogação de Mandatos e Mandato Tampão 1. 4 Faixa 4 Pronunciamento sobre Decreto que dá Autonomia ao Departamento de Trânsito 1.5 Faixa 5 Continuação da Faixa Anterior 2. Temas 2.1 Faixa 1 Roberto Marinho estadista João Goulart cadeia de rádio e televisão, inquérito da Caixa Econômica, fotocópias, convenção da UDN, candidatura, ação entre amigos', revolução, recursos no Supremo Tribunal, CONSULTEC, controlar o minério de ferro, Rana, Ato Institucional, intervenção na Guanabara, Mauro Borges, conclusão de obras moralizar a carreira do servidor Constituição Federal, Constituição Estadual, processar um presidente do Supremo Tribunal magistrados feitos às pressas, mandato do vice-governador, Rafael de Almeida Magalhães, Senado fechado. interventor na Guanabara	F1: 08:58min F2: 06:15min F3: 10:07min F4: 29:06min F5: 29:06min	**F1: 3/10/1964** **F2: 31/12/1964** **F3: 22/ 02/1965** **F4: 22/02/1965** **F5: 22/02/1965**	*Faixa 1* Entrevista sobre o Ato Institucional e outros Assuntos Nacionais – Palácio Guanabara Carlos Lacerda conta que Roberto Marinho chamava de estadista o sr. João Goulart, em troca de um empréstimo de 170 milhões de cruzeiros na Caixa Econômica o que provava, portanto, que ele não tinha 170 milhões de cruzeiros para o seu grande jornal dois anos antes; naquele momento tinha cerca de 5 bilhões de cruzeiros para comprar uma cadeia de rádio e televisão. De onde tinha vindo esse dinheiro? Veio do *Time* e do *Life*? Pergunta. Nesse caso, responde, era contra a Constituição, porque estrangeiro não podia ter rádio e televisão no Brasil! Fala que gostaria de saber se os elogios dele ao governo da República tinham como preço a não divulgação do inquérito da Caixa Econômica. E adenda: "Não adianta, porque eu tenho fotocópias!" "A luta está desencadeada. Agora entendo porque não se queria a convenção da UDN, nem a minha candidatura. Estão transformando a revolução numa 'ação entre amigos'..."Lacerda comenta que a única coisa que ele pedira ao presidente da República fora que ele desse instruções ao Procurador Geral, que era um funcionário dele, para exigir o rigoroso respeito à ordem cronológica dos recursos no Supremo Tribunal. Em vez disso, assinala, ele deu um parecer que importava quase na adesão ao ponto de vista dos ministros do sr. João Goulart e do sr. Kubitschek. Lacerda considera que ele se curvara ante a imposição do ministro Gonçalves de Oliveira! "Portanto, como tal qual antes de março, estou sozinho na luta. Mas, acho que assim luto melhor", acrescenta. "...O que não posso ver calado, é o sr. Roberto Campos se apropriar da revolução para transformá-la em 'cão de guarda' da CONSULTEC (Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda), em 'leão-de-chácara' da CONSULTEC!" e continua; "Está publicado que o sr. Mauro Thibau e o sr. Roberto Campos foram técnicos contratados pela (Elken) Rana para controlar o minério de ferro do Brasil. Hoje são ministros do governo da revolução e, tal qual os ministros do Supremo Tribunal, em vez de se declararem suspeitos, ao contrário, continuam advogados da (Elken) Rana no governo federal . Não creio que a revolução tenha sido feita para a Rana". "No mais, continuaremos a trabalhar aqui, porque mais uma dificuldade não nos assusta: nós já vencemos muitas!" Carlos Lacerda responde a uma pergunta de um jornalista que queria saber se ele

2.2 Faixa 2 Data estadual e nacional, fundação da cidade, Brasil íntegro, unido, soberano e livre, solenidades de comemoração do 4º Centenário 2.3 Faixa 3 Isolamento, candidato revolucionário, máquina do adversário, mandato tampão, coincidência de mandatos, interventor, restauração do Estado Novo, prorrogação de mandatos 2.4 Faixa 4 Departamento de Trânsito autônomo, Secretaria de Segurança Pública, coronel Francisco Américo de Fontenelle, reforma urbanística abertura de túneis construção de viadutos, substituição dos bondes e lotações, desafogamento do Centro da cidade, melhoria da sinalização de trânsito 2.5 Faixa 5 Melhorias implementadas no Departamento de Trânsito,visibilidade,desenvoltura administrativa, combate à corrupção, exaltação do coronel Fontenelle,‘perturbadores do trânsito’, vigilância			continuaria a aplicar o Ato Institucional na Guanabara: “Continuarei aplicando o Ato Institucional em tudo o que puder. E se não estiverem satisfeitos, podem intervir na Guanabara. Eu convido o presidente do Supremo Tribunal a comandar a intervenção na Guanabara, e não sou Mauro Borges, não! O que também não se disse é que as duas leis que foram publicadas de acordo com o Ato Institucional, uma diz respeito a recursos para prosseguimento e conclusão de obras e a outra visa a defender os servidores públicos e a moralizar a carreira do servidor, defendendo-o contra o favor político e eleitoral. Não houve nenhuma lei beneficiando o governador ou amigos do governador...” Perguntam ao governador, se no caso dele caberia recurso apenas ao Senado? Carlos Lacerda responde que “A Constituição do Estado diz que a Assembleia não pode autoconvocar-se, só o governador pode convocá-la! A Assembleia recorreu ao Supremo Tribunal, e o Supremo Tribunal reconheceu que a Constituição Federal manda que o Congresso possa ser convocado, logo, por extensão, considerou que a Assembleia também pode se convocar. Portanto, o Supremo Tribunal reconheceu que o que regula as relações entre os poderes é a Constituição Federal e a Constituição Estadual ou repete ou quando contraria, não vale. Esse é o fundamento jurídico. Quanto ao fundamento político, é evidente; no Amazonas foi aplicado o Ato Institucional; no estado do Rio o governador foi eleito pelo Ato Institucional, por aplicação do Ato Institucional. Nem tinha cabimento que o Ato Institucional fosse aplicado num pedaço, e não fosse noutro, do território nacional, conclui Lacerda. “De maneira que é isso... Vamos agora para esse desagradável episódio judiciário, inédito, penso eu. Acho que nunca, infelizmente, vai me caber a honra de processar um presidente do Supremo Tribunal. Acredito que o ministro Ribeiro da Costa ainda tem tempo de pensar e retirar o que disse, eu acolheria com muito prazer qualquer retificação sua”. A uma pergunta de um outro jornalista, se, no caso, o presidente do Supremo Tribunal, ministro Ribeiro da Costa, seria julgado pelo próprio Supremo Tribunal, assim respondeu o governador: “Há de ser curioso se ele for julgado pelos mesmos homens, mas no Brasil tudo é possível atualmente. Depõe-se um presidente e ele deixa vários ministros no ninho. Eu me pergunto: de que adianta depor o presidente, se os juízes que vão julgar esse ato são aqueles que ele nomeou e que participavam da política dele; qual é o grau de corresponsabilidade do chefe da casa civil e ministro das Relações Exteriores na política exterior do dr. João Goulart e do dr. Kubitschek? Ele acrescenta que por um acaso, eram exatamente esses funcionários e desses cinco, só um era magistrado, os outros todos eram políticos

			(erma professores, advogados...), sempre foram políticos. E tinham exercido funções políticas da maior responsabilidade no governo anterior. De maneira, afiança Lacerda, eram " magistrados feitos às pressas!" Indagado sobre como ele tinha visto o caso do vice-governador, Rafael de Almeida Magalhães, afirmou o governador: "Eu também não reconheço decisão nenhuma, que seja tomada lá, em relação ao mandato do vice-governador, não. Podem tomar a que quiserem. Para nós, aqui na Guanabara, ele continua vice-governador. Já passou em julgado. Eles estão preparando isso e há muito tempo. O que eles querem é um ladrão aqui no meu lugar, para fazer favores a eles, empregar a família deles, como sempre empregaram, fazer 'cavações' para eles, como sempre fizeram, e assim por diante. Este estado era 'propriedade' de um grupo de pessoas. É disso que eles estão com saudade. Parava-se a administração para atender ao pedido do sobrinho, do afilhado, do compadre, do ministro, etc. Isso acabou, mas esse pessoal custa a desencarnar. É muito desagradável tudo isso, mas enquanto o Supremo Tribunal for uma espécie de Fla-Flu, apitado pelo presidente do Fluminense, o que já é uma injúria ao Fluminense, pela qual eu peço desculpas, mas eu sou Flamengo, não é possível contar com justiça. Faz um Fla-Flu e dão apito ao presidente do Flu...Pergunta, ainda do mesmo jornalista, quando ele achava que o Senado julgaria sua causa, ele respondeu: "Quando abrir, não é? Quando abrir... É a fúria e a falta, enfim, de prudência jurídica desses senhores. Eles tomaram uma decisão que não pode ser cumprida por falta de local. O local da Constituição para dar cumprimento é o Senado, não sou eu. Não tenho nada com isso. Ao Senado compete declarar, suspender a lei por causa da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal. O Senado está fechado... Só convocando o Senado, e como o Senado também acha que o [Mauad] Fernandes não tem bastante qualidade para ser membro do Conselho do Banco Nacional de Habitação, é possível que escolha esse moço, o Serpa, para interventor na Guanabara. Vamos pro pau!" *Faixa 2* Palavras pela Passagem de Ano Novo - Abertura de Solenidades do IV Centenário – Fortaleza São João Ele anuncia as autoridades presentes, inclusive o presidente da República, marechal Castelo Branco. Lacerda menciona que caberia ao presidente da República a honra de dar a declaração oficial. Diz que a data estadual era uma data antes de tudo nacional e ele ainda ousaria dizer que se tratava de uma data internacional, do Brasil. Carlos Lacerda fala sobre a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Refere-se

			à cidade como “a cidade em que os estudantes se transformaram em soldados e os soldados em herois”. Acrescenta que a cidade se engalanava, dirigindo-se ao presidente Castelo Branco, justamente para receber a palavra dele – “a do Brasil íntegro, unido, soberano e livre”. Diz Lacerda que a cidade constituía a vitória do homem sobre o mar e a pedra. Era um casamento do esforço do homem com a obra espontânea e generosa de Deus. No fim, Carlos Lacerda chama o presidente para declarar abertas as solenidades de comemoração do 4º Centenário da Cidade do Rio de Janeiro. *Faixa 3* Pronunciamento sobre a Prorrogação de Mandatos e Mandato Tampão As críticas de Carlos Lacerda centram-se nas permanências do governo da “Revolução”, em relação ao governo deposto. Uma delas seria a tentativa de isolá-lo (a ele, Lacerda), de provocá-lo de todos os modos e exagerar sentimentos imaginários, tudo isso por ele ser um “candidato revolucionário de base popular a uma eleição, e não a uma usurpação”. Explica que seu ‘crime’ tinha se agravado quando disse que sairia somente quando terminasse seu mandato e que o fato dele ser “revolucionário” e confiar mais no povo do que nos oportunistas parecia aos outros um verdadeiro escândalo. Ele assinala que não se falava com clareza e nem se agia com sinceridade, pois até então, parecia, não se tinha aprendido que era assim que se deveria proceder numa democracia. Comenta que se deixava que o povo desconfiasse da lealdade e da firmeza de seus líderes e que, portanto, eles deixariam de ser líderes exatamente à medida em que o povo não confiava neles. Menciona que a “Revolução” não fora ainda capaz de destruir a máquina do adversário e que setores decisivos continuavam nas mãos do adversário, impune e poderoso. Acha que a “Revolução” ainda não começara e que, por isso, não poderia haver eleições. Acrescenta que, em vez de divulgar a “Revolução”, de aliciar para ela o apoio do povo através de atos concretos em seu favor e contra os seus inimigos, haviam montado no governo uma ‘aflitiva máquina’ de intrigar os “revolucionários” uns com os outros e de favorecer os inimigos da “Revolução”, transformando-os em confidentes. Para Lacerda, a “Revolução” sem eleições ia se transformando em mais uma decepção para o povo. E, daquela vez, definitiva. Condena o que ele chama de ‘mandato tampão’, como o mais medíocre, o mais nocivo subterfúgio para o adiamento das eleições, isto é, governadores eleitos por um ano ou mais, por Assembleias nas quais predominavam justamente os adversários da “Revolução”, com o pretexto da coincidência de mandatos. Lacerda também critica a coincidência de mandatos, como um expediente

			antidemocrático. Trata-se de todas as eleições, num dia só, num “vale-tudo eleitoral”, segundo ele. Explica que era o povo votando muito pouco e os políticos politicando demais, sendo que o povo deveria ser convocado a votar mais, e não menos; “separadamente para diferentes postos de governo, e não conjuntamente como um rebanho que vota no seu único pastor”, assinala Lacerda. Sobre o ‘mandato tampão’, ele o considera uma imoralidade pela qual durante um ano, ou mais, onze estados, ou seja, mais da metade do Brasil, seriam governados por governadores eleitos pelas 'camarilhas políticas' corrompidas, poupadas pela “Revolução” e dispostas a não poupá-las. Homens seriam escolhidos para governar não por suas virtudes, nem pela preferência direta do povo, mas precisamente pelos seus vícios e por sua capacidade de dissimularem perante o povo. Outra modalidade que ele condena era a nomeação de interventores de estado pelo presidente da República, pois isto seria transformar o próprio presidente em interventor do Brasil. Ele pergunta se a Guanabara precisava de um interventor, coisa que nem mesmo João Goulart havia criado. Diz que a Guanabara “não é uma satrapia onde se venha impor um interventor nomeado. Seria uma punição revoltante, uma vergonha imerecida e sem nome, que nem um partido, nenhuma candidatura, poderia aceitar e, sobretudo, um desaforo lançado ao povo carioca, que jamais o perdoaria”. Contudo, Lacerda não acredita que isso seria posto em prática pelo presidente da República. Acrescenta ele que, mais do que uma violência, a nomeação de interventores seria uma anedota, pois convinha que se soubesse que a “Revolução” de 1964 não fora a restauração do Estado Novo, com todos os seus interventores; mas, ao contrário, fora o início de sua destruição, quase 30 anos depois de sua implantação no Brasil. Isto é que, segundo Lacerda, não parecem entender alguns dos chefes do episódio de 31 de março. Já no fim da fita, sobre a terceira modalidade proposta, a da prorrogação de mandatos, ele se mostra contra ela. Diz que prorrogar o mandato na Guanabara, por exemplo, poderia parecer um ato aparentemente inofensivo, mas prorrogá-lo num estado em que haja um político que não trabalhava, mas que politicava e intrigava, seria um prejuízo para o estado e uma afronta ao povo deste estado que tendo escolhido pelo voto um mau governo, tinha o direito de, pelo voto também, de livrar-se dele. *Faixa 4* Pronunciamento sobre Decreto que dá Autonomia ao Departamento de Trânsito Carlos Lacerda fala da assinatura do Decreto que transformava em órgão relativamente autônomo, de acordo com a legislação da reforma administrativa, o Departamento de Trânsito, no

			quadro da Secretaria de Segurança Pública. Para explicar o Decreto e tratar de matéria relativa ao seu Departamento, o governador passa a palavra ao coronel Francisco Américo de Fontenelle, que discorre sobre a reforma urbanística do Rio de Janeiro, implementada por Lacerda, que objetivou melhorar o trânsito também. Menciona a abertura dos túneis Major Vaz e Catumbi-Laranjeiras; as pistas da Glória, do Flamengo e de Botafogo; a construção dos viadutos Lobo Junior, Faria-Timbó e dos Marinheiros; a substituição dos bondes e lotações por ônibus elétricos e a diesel na Zona Sul e Norte; a abertura das avenidas Radial Oeste e Maracanã; a preparação e asfaltamento de centenas de ruas e avenidas, além do início da construção dos viadutos de Benfica, Del Castilho; o alargamento das avenidas Suburbana e dos Democráticos, ambas que estavam prestes a serem entregues ao tráfego, além de inúmeras obras viárias, que haviam ultrapassado o investimento de 100 bilhões de cruzeiros. Ele fala da colaboração da população, do desafogamento do Centro da cidade e da melhoria da sinalização de trânsito da urbe carioca. Comenta as condições em que estava o Departamento de Trânsito do Estado da Guanabara quando assumiu e as melhorias implementadas. Enaltece o papel do governador Carlos Lacerda nessa mudança. *Faixa 5* Continuação da Faixa Anterior Com a palavra o coronel Francisco Américo de Fontenelle falando sobre as melhorias implementadas no Departamento de Trânsito do Estado da Guanabara. Ele agradece o apoio do governador Carlos Lacerda, do vice-governador Rafael de Almeida Magalhães, do secretário de Segurança, coronel Gustavo Borges, entre outros, inclusive jornais e emissoras de rádio e televisão. Após o discurso do coronel, reassume a palavra o governador Carlos Lacerda. O governador diz crer que o Decreto daria ao Departamento de Trânsito visibilidade, desenvoltura administrativa. Ele faz uma advertência ao Departamento de Trânsito, no momento em que ele ganhava a sua autonomia relativa, no quadro da reforma administrativa. Observação: O áudio sofre um corte aos 17:01min, entrando outra gravação em francês. O áudio anterior retorna 15 segundos depois. Lacerda assinala que sabia o quanto tinha sido tenaz a vigilância e o esforço de quantos tinham responsabilidade no Departamento de Trânsito para reduzir ao mínimo os casos, as aberrações, infelizes e deploráveis, que existiam em todas as coletividades, de corrupção. Ele pede aos homens do trânsito que levassem profundamente a sério aquele momento de mudança e que por isso os convocara para a cerimônia. Ele exalta a figura do

			coronel Fontenelle como a personificação desta mudança. Menciona os 'perturbadores do trânsito' e a necessidade de retirá-los das ruas a fim de normalizar o trânsito. Assegura que era absolutamente indispensável que, com a mesma integridade, com a mesma dedicação e esforço com que estavam reabilitando e reorganizando o trânsito, se dedicassem a 'limpar' o trânsito de seus maus elementos. Salienta para os homens do Departamento de Trânsito presentes seu repúdio à corrupção e ao suborno, que só vinham descreditar o Departamento. Ele pede que se redobrasse a vigilância no setor, para que se dissesse que o trânsito do Rio de Janeiro não era só enérgico e eficiente, mas também incorruptível, digno do respeito moral, assim como era digno do terror cívico. Carlos Lacerda assegura que o coronel Fontenelle só sairia do trânsito do estado da Guanabara quando ele saísse do governo. "Salvo se ele quiser!", acrescenta.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.175 1. Assunto 1. 1 Faixa 1 Entrevista Concedida à Imprensa no Palácio Guanabara sobre a Urbanização da Maior Favela do Rio 1.2 Faixa 2 Entrevista Concedida à Imprensa no Palácio Guanabara sobre a Urbanização da Maior Favela do Rio 2. Temas 2.1 Faixa 1 Jacarezinho, rede de luz, rede de água e esgotos, COHAB, escritório na favela, Panair, aproveitamento pessoal da Panair, desemprego, dívida da Panair, empregados acionistas, capital de giro, BEG, Fundação Panair, falência, interesse público, CEDUG, Doxiadis, casas populares em Acari, financiamento, prorrogação de mandato, vice-governador, Supremo Tribunal, campanha de sucessão presidencial, ganhar a vida na imprensa, apoio Rio Grande do Sul e PTB 2.2 Faixa 2 Candidatura, vencimento dos funcionários, salário mínimo,	F1: 29:49min F2: 20:24min	**F1: 25/02/1965** **F2: 25/02/1965**	*Faixa 1* Entrevista Concedida à Imprensa no Palácio Guanabara sobre a Urbanização da Maior Favela do Rio Carlos Lacerda diz que o Jacarezinho era a maior favela do Rio de Janeiro e que a obra havia começado com a rede de luz, parte da qual já estava funcionando. Promete que iria construir a rede de água e esgotos e que o trabalho seria feito pela Secretaria de Serviços Sociais e pela COHAB (Companhia Habitacional), que já estava com escritório montado na favela. Adianta que seria concluído no prazo de 8 meses e custaria cerca de 1 bilhão de cruzeiros. Acrescenta que se cumpria, assim, um compromisso firmado, ainda antes de sua eleição, com a população local. No que se refere à Panair, ele conta que tinha recebido do governo federal , através do ministro da Aeronáutica, um ofício que não considerava viável a proposta dele para salvar a Panair. Carlos Lacerda afirma que se preocupava com a situação do pessoal da Panair. Diz que lá havia técnicos de comunicações, técnicos de rádio, técnicos de emissão de ondas, etc, contadores, datilógrafos, eletricistas, etc. Acrescenta que o estado iria contratar, depois de uma prova de seleção e aproveitamento, parte do pessoal da Panair, de acordo com as necessidades do estado, em regime de lei trabalhista. Mas, salienta que isso estava muito longe de resolver o problema social criado pelo desemprego. Lacerda diz que a Varig desejava o 'filé mignon' da Panair, certa de que não iria ficar com ossos, e que o governo estava transferindo osso, convencido de que o filé mignon seria uma isca para a Varig aceitar. Acrescenta que em cruzeiros a dívida da Panair era muito superior à da Varig, mas no total da dívida em dólares da aviação comercial brasileira, a dívida da Varig era um pouco superior à metade do total. Considera que a Varig poderia receber o

crítica à ALEG, limitação constitucional da despesa de pessoal, Tribunal de Contas, fiel fiscal do governo, orçamento da ALEG, poderes eram independentes entre si, possibilidades do erário, paridade dos três poderes, 'aristocracia do funcionalismo', autonomia e independência dos poderes, sucessão na Guanabara, 'Ato Institucional, 'presos políticos, Inquérito Policial Militar, concurso de selos comemorativos do 4º Centenário, aumento do preço dos ingressos no Maracanã.			'acervo' da Panair e operá-lo em linha internacional. Mas, por outro lado, afirma também que se dessem à nova Panair só a linha internacional, "limpando a sujeira e não tendo a obrigação de pagar as dívidas", a empresa iria dar lucro, era só ser bem administrada. Carlos Lacerda propõe fazer do caso da Panair uma experiência social da maior repercussão e utilidade, transformando o seus empregados em acionistas. Mas, ele diz esperar poder esclarecer que não considerava obrigatório que o governo transformasse toda a dívida da Panair, com ele, em ações preferenciais. Se não quisessem ação nenhuma e quisessem apenas esperar que a nova começasse a pagar a dívida também servia, assegura Lacerda. Sobre o capital de giro, para começasse a movimentar a nova Panair, segundo a proposta de Lacerda, o Banco do Estado da Guanabara entraria com 2 ou 3 bilhões, na condição de acionista. Sua proposta previa, ainda, a criação junto aos credores estrangeiros de uma composição – Companhia de Gasolina e Companhia de Aviação – pois ele estava certo de que eles aceitariam qualquer composição legítima que preservasse os seus interesses, sem que eles tivessem que levar os aviões daqui. Lacerda pergunta: "O que eles iriam fazer com aviões de segunda mão, nesta altura?". Lacerda acha que era muito melhor para eles fazer uma composição com uma Companhia nova, chamada Fundação Panair, que pusesse os aviões no ar, do que entrar numa falência em que seriam os últimos credores a receber. Acrescenta Lacerda que a falência da Panair não serviria a ninguém, somente para apurar a responsabilidade financeira e até a penal dos que levaram a companhia à falência. E que a solução de uma 'nova Panair' lhe parecia ser a solução menos arriscada. Porém, ele sugere que todos corressem esse risco: o governo federal , o Banco do Estado e os funcionários. Para Carlos Lacerda não havia solução ideal, sendo a proposta por ele a 'menos ruim'. Diz que o fechamento da Panair seria pior para o interesse público, além de gerar vários problemas: social, econômico, financeiro, de prestígio do país, de perda do 'capital fabuloso' que representavam 25 anos de voo na Europa. Mudando de assunto, Carlos Lacerda volta a falar da obra do Jacarezinho. Ele gostaria de chamar atenção dos presentes para uma coisa da maior importância: tinha ficado pronto o projeto da CEDUG (Comissão Executiva para o Desenvolvimento Urbano da Guanabara), feito com a consultoria da firma Doxiadis, para o projeto-piloto de casas populares em Acari. Comenta que, para esse projeto, iria ser necessário pedir financiamento a quem tivesse dinheiro para emprestar, fosse aqui no Brasil ou fosse 'lá fora'. Carlos Lacerda menciona que até o fim daquele ano estaria aberta a rua paralela à rua 24 de Maio, até a rua Dias da Cruz, no Méier. Uma obra que só

			em desapropriações custaria, ao término, 400 milhões de cruzeiros, e iria ao total de quase 1 bilhão. Perguntam a Carlos Lacerda sobre a prorrogação do mandato. Ele assinala que assumiria o vice-governador, se não fosse deposto pelo Supremo Tribunal. Ocorrendo isto, seria um problema do Supremo Tribunal e do vice-governador, e não dele. Acrescenta que depois do carnaval começaria sua campanha de sucessão presidencial. Por enquanto, ele reconhece, muito tímida, pois a conciliaria com as funções de governador, pelo menos até 06 de dezembro, quando então, após 'algum descanso', ele se dedicaria, "salvo o necessário para ganhar a vida", em tempo integral, à campanha. Perguntam a ele se voltaria para a imprensa. Ele responde que se fosse necessário ganhar a vida na imprensa, sim. No fim da fita, ele fala sobre por onde iria começara a campanha (pelo Acre) e que depois iria à Bahia para mobilizar os amigos de Juracy Magalhães e conquistar outras áreas políticas, que ele estava certo que não recusariam apoio ao seu programa. Assinala que no Rio Grande do Sul tinha encontrado apoio, inclusive do PTB, principalmente da corrente (Alberto) Pasqualini. *Faixa 2* Entrevista Concedida à Imprensa no Palácio Guanabara sobre a Urbanização da Maior Favela do Rio Carlos Lacerda ratifica sua condição de candidato, dizendo que só deixaria de sê-lo em duas condições: ou derrotado ou eleito, que aí deixaria de ser candidato, ao se tornar presidente. Perguntam sobre o vencimento dos funcionários e servidores do estado da Guanabara. Ele responde que tão logo fosse decretado o salário mínimo, o estado iria imediatamente cumprir a lei. Mas, salienta que era preciso reconhecer que o dinheiro em caixa não dava para tudo. Lacerda critica a ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara) por não tomar conhecimento da limitação constitucional da despesa de pessoal. Assinala que o Executivo fazia um enorme esforço para conter a despesa com pessoal em 64%, que era a percentagem que mandava a Constituição, enquanto que a Assembleia admitia "toda aquela gente sem concurso e com grandes ordenados, criando uma injustiça com os demais servidores que é uma coisa clamorosa!" Acrescenta que não havia maior injustiça do que, por exemplo, pagar um motorista que servia a todo o estado da Guanabara a terça ou a quarta parte do que ele ganharia se tivesse o privilégio de ser motorista de um deputado. Lacerda salienta que o Tribunal de Contas, "o fiel fiscal do governo", precisava fiscalizar isso. Sobre o orçamento da ALEG, Lacerda diz que mandaria para ela exatamente o que ela havia previsto para dezembro próximo. E que eles dividissem como

			entendessem. Diz que não mandaria um vintém a mais! Considera que havia uma interpretação um pouco excessiva sobre a autonomia e independência dos poderes. Salienta que os poderes eram independentes entre si, sim, mas todos eram dependentes do tesouro, das possibilidades do erário. Explica que o presidente Castelo Branco estava fazendo um esforço para a paridade dos três poderes. Lacerda acha que isso era essencial, até pela democracia, pois do contrário o Brasil poderia virar uma 'aristocracia do funcionalismo'. Sobre o seu sucessor na Guanabara, Lacerda assegura que seria aquele que seu partido escolhesse. Ele acredita que tanto Rafael da Almeida Magalhães como Sandra Cavalcante podiam ser candidatos. Assinala que não havia entre eles problemas de competição pessoal. Lacerda comenta que Rafael de Almeida Magalhães tinha qualidades extraordinárias para ser o seu sucessor. Agora, se ele seria candidato, ou não, dependia mais dele do que de qualquer outra pessoa. Carlos Lacerda fala das eleições para a sua sucessão na Guanabara e da possibilidade do Supremo Tribunal ter o seu 'Ato Institucional' e cassar o mandato do vice-governador Rafael de Almeida Magalhães. Lacerda ressalta que se assim procedesse, o Supremo Tribunal estaria irremediavelmente consagrando Rafael de Almeida Magalhães como o seu sucessor, pois ele tinha a impressão de que o povo carioca teria especial prazer em eleger 'a vítima do Supremo Tribunal'. Lacerda, ironicamente, pede então que os ministros do Supremo Tribunal lhe fizessem o favor de ajudar a eleger Rafael como o seu sucessor. Sobre os presos políticos, Carlos Lacerda fala da situação dos ex-deputados Fernando Santana e Waldemar Viana. Conta que eles não estavam presos pelo estado da Guanabara, e sim por autoridades federais do Inquérito Policial Militar, que pediram à polícia do estado da Guanabara o ato material da detenção. Carlos Lacerda lamenta a prisão de Waldemar Viana, por ele ser doente, tendo, inclusive, um histórico de problemas cardíacos, e também por considerá-lo muito melhor do que vários que ficaram na ALEG, por força de proteções indevidas. Explica que se pudesse trocar, poria ele de volta na Assembleia e tiraria alguns de lá! Carlos Lacerda lamenta sua situação, pois sabe que era um homem doente, e que apenas estava cumprindo um 'desagradável dever' do qual não podia fugir, sob pena de prevaricação. Acrescenta o governador que no que dependesse dele para depor a favor do deputado Waldemar Viana, ele deporia com prazer. Outros assuntos são levantados ao longo da entrevista. Perguntam sobre onde ele iria passar o próximo carnaval. Perguntam também sobre o porquê de não ter havido concurso para escolha de motivos dos selos comemorativos do 4º Centenário da Cidade

			do Rio de Janeiro e sobre o aumento do preço dos ingressos no Maracanã. Ele diz que da parte do estado nunca haveria aumento; a não ser que fosse uma necessidade da federação. No fim da fita ele fala do plano-piloto para o projeto de casas populares em Acari.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.176 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Entrevista com Jornalistas na Sala de Imprensa do Palácio Guanabara sobre a Administração do Estado. Emite Opinião sobre o Parlamentarismo e Anuncia a Entrega ao Presidente de um Estudo sobre o Código Eleitoral 1.2 Faixa 2 Final da Entrevista 2. Temas 2.1 Faixa 1 Light, instalação de telefones, demanda acumulada, CETEL, investimento de 20 bilhões de cruzeiros, acionistas, orçamento votado pela ALEG, preço do telefone na Guanabara, construção da sede da estatal, demagogia da Light, demagogia comunista. colaboração entre civis e militares, Forças Armadas, CTC, bondes da Zona Sul 2.2 Faixa 2 Remodelação das avenidas Suburbana e dos Democráticos, crítica ao serviço de bondes, Light, responsabilidades trabalhistas, Salvador Mandim, transformação do serviço de transportes coletivos, CTC, empresa padrão de transporte, construção de mobiliário escolar, nova estação rodoviária, projeto rápido, simples, funcional e barato, 4º Centenário	F1 38:35min F2: 35:04min	**F1: 4/03/1965** **F2: 4/03/1965**	*Faixa 1* Entrevista com Jornalistas na Sala de Imprensa do Palácio Guanabara sobre a Administração do Estado. Emite Opinião sobre o Parlamentarismo e Anuncia a Entrega ao Presidente de um Estudo sobre o Código Eleitoral Carlos Lacerda comenta sobre a mediação da União, que impediu a Guanabara de manter sua intervenção e protegeu a Light contra a sua obrigação de cumprir o contrato, ou seja, de instalar telefones. Ele pede que se observasse o crime praticado contra o país, com a intervenção do presidente João Goulart, que consistira na proteção dada à Light, com uma 'intervenção camarada'. Lacerda salienta que não fosse isso e ele poderia ter instalado na Guanabara mais de 150 mil telefones, o que atenderia praticamente a toda a demanda de pedidos. Lacerda dá um recado ao povo: "Nós tivemos que suspender todo nosso programa nesta área da Guanabara, de maneira, meu amigo, que se você, por acaso, não tem telefone em casa nesta área, saiba que deve isto a João Goulart e seus amigos. Vote neles, se quiser!" Lacerda passa a palavra ao brigadeiro Toledo, para que ele falasse sobre a demanda acumulada por telefones na Zona Rural e Suburbana do estado da Guanabara e sobre o programa da CETEL (Companhia Estadual de Telefone). Ele discorre sobre as conquistas da CETEL, em pouco tempo, desde sua fundação. Traça um mapa da rede da CETEL e da cobertura quase total do estado da Guanabara pela Companhia. Lacerda interrompe a exposição do brigadeiro Toledo, para dirigir-lhe algumas perguntas, com o objetivo de melhor esclarecer a população. Ele pergunta sobre o total investido pela Companhia. O brigadeiro responde que se tratava de um investimento de 20 bilhões de cruzeiros para implantar uma estrutura de 200 mil telefones. Lacerda pergunta o quanto, dos 20 bilhões, tinha sido recebido do governo federal . O brigadeiro responde que até aquela data nada fora recebido, a não ser um financiamento, um empréstimo que estava sendo pago com os juros da lei, de cerca de 1.200.000.000 cruzeiros, sendo que todo o resto tinha vindo, uma parte – 49% -, dos próprios usuários, que eram acionistas da CETEL, e 51% indiretamente, através do próprio usuário, por orçamento votado pela ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara). Lacerda pergunta sobre o número de acionistas da CETEL e o brigadeiro responde que eram cerca de 18 mil acionistas. O brigadeiro afirma que muitos duvidavam da CETEL, mas salienta que até

			novembro daquele ano todo o sistema da Companhia entraria em funcionamento, todas as estações. O governador pergunta ao brigadeiro sobre o preço do telefone na Guanabara. Ele responde que estava custando cerca de 600 mil cruzeiros para o usuário. Lacerda enfatiza então que em São Paulo, para se ter um telefone, era preciso desembolsar à Light 1.200.000, sendo que na Guanabara se pagava 600 mil para ter o telefone e ainda ser acionista da Companhia. Carlos Lacerda fala da extensão dos cabos e dutos instalados pela CETEL em apenas 2 anos. Ele exalta os números e fala da construção da sede da estatal em Bento Ribeiro, iniciada em novembro de 1963 e terminada em maio de 1965. Enfatiza que, como se tratava de uma Companhia suburbana, seu escritório e sua Presidência não teriam mesmo que ficar na avenida Rio Branco. Ele fala da construção das estações de telefones em Bangu e, inaugurada no mesmo dia em Irajá, e a entrar em funcionamento no sábado seguinte, em Jacarepaguá, e a ser inaugurada em novembro daquele ano, na estrada do Pau-Ferro. Ele manifesta a pena que tinha do povo da Zona Sul, que queria ter um telefone e não tinha por causa de duas demagogias: a demagogia da Light e a demagogia comunista. Duas demagogias que estavam unidas contra ele, acrescenta, e que apoiavam o mesmo candidato. Fala ainda, mostrando aos presentes as respectivas maquetes da construção das estações de Campo Grande e de Santa Cruz, da Ribeira, na Ilha do Governador, esta então em funcionamento, com um custo de 200 milhões de cruzeiros, e da ilha de Paquetá. Carlos Lacerda diz que em 1940, contabilizando apenas a área naquele momento coberta pela CETEL, havia um telefone para cada grupo de 115 habitantes; em 1963, a situação piorara muito, com 1 telefone para 260 habitantes. Menciona que a CETEL tinha começado com 1 telefone para cada 65 habitantes, e, na etapa final, haveria 1 telefone para 7 habitantes. Carlos Lacerda assegura que a CETEL não teria sido possível se não fosse a colaboração entre civis e militares e o alto grau de preparação técnica e cívica dos elementos militares que colaboraram. Acrescenta que as Forças Armadas eram, no Brasil, o sucedâneo da Universidade, pois esta ainda não havia sido capaz de fornecer ao país os técnicos em quantidade necessária para as suas necessidades mínimas, e as Forças Armadas preparavam – e, muitas vezes , muito bem, segundo Lacerda – um certo número de técnicos, era lá que se ia buscar técnicos para empreendimentos como a CETEL. Já no fim da fita Lacerda fala da CTC (Companhia de Transporte Coletivo), que era, segundo ele, a história da transformação dos bondes em ônibus, da extinção dos lotações e da criação de uma Companhia que poderia, ainda, melhorar muito,

			na medida em que conseguisse equilibrar o grave ônus que lhe tinha sido deixado pela Light quando esta lhe passara os bondes. Ele explica que quando terminara o contrato de uma das linhas de bonde da Light, a Jardim Botânico, o que tinha acontecido assim que ele assumira o governo da Guanabara, a Companhia não estava mais disposta a continuar com a exploração do serviço. Lacerda diz que a Light 'jogou os bondes em seu colo' e o estado não estava preparado para nada, nem para assumir a Companhia, nem para substituir a Companhia, nem para operar os bondes, nem para deixar de operá-los, pondo alguma coisa em seu lugar. Lacerda diz que fez um 'apelo patético' à Light, para que ela aceitasse por mais um mês, por mais 15 dias, por mais 1 semana... operar o serviço de bondes na Zona Sul. Acrescenta que a Companhia fora absolutamente inflexível. *Faixa 2* Final da Entrevista Carlos Lacerda começa falando da remodelação das avenidas Suburbana e dos Democráticos, duas ruas tradicionais do subúrbio da Leopoldina, que eram um horror, estreitas, mal-calçadas, com vazamento de água, etc. Lacerda critica o serviço de bondes oferecido pela Light. Ele comenta a proposta que tinha sido feita à Companhia, afim de que ela não tivesse mais os crescentes prejuízos com o serviço e, à população, fosse oferecido um serviço de melhor qualidade. A Light ainda tinha 7 anos de contrato para cumprir e Lacerda propusera que se multiplicasse por 7 o valor do último prejuízo anual computado pela Companhia, que era de 600 milhões de cruzeiros, totalizando 4.200.000.000 de cruzeiros, importância a ser paga ao estado em promissórias, ficando o governo com o serviço para acabar com ele. Lacerda conta que eles aceitaram, mas transferiram para o estado os empregados do serviço de bondes alegando que as responsabilidades trabalhistas não eram da Light, e sim do estado. Lacerda conta que o estado recorreu à justiça, mas a causa não foi julgada no Supremo Tribunal. O governador ressalta, então, que o estado havia ficado nesta situação: abandonar à própria sorte alguns milhares de antigos empregados da Light? Ele mesmo responde que não poderia. Então, ao constituir a CTC, Lacerda absorveu e utilizou os empregados da Light: indenizou os indenizáveis, ficou com os que já tinham estabilidade, ficou com outros que, não tendo estabilidade, seus serviços eram necessários, por alguma razão. Isso onerou, e muito, segundo o governador, a economia da CTC. Em seguida, o governador Carlos Lacerda passa a palavra ao general Salvador Mandim que fala sobre a transformação do serviço de transportes coletivos no Rio de Janeiro. O general elogia o governador e sua iniciativa na área de

			transportes coletivos, com a substituição dos bondes pelos ônibus elétricos, em tempo recorde, na Zona Sul. Ele salienta que a CTC contava com uma frota de 600 ônibus, com menos de dois anos de idade. Assinala que era uma frota já praticamente paga pelo estado e que ficava em 5 modernas garagens. Acrescenta que a CTC transportava, então, mais passageiros por dia do que o sistema suburbano da Central do Brasil, que transportava 550 mil passageiros por dia. A CTC estava atingindo uma média diária de 600 a 650 mil passageiros por dia. Ele acrescenta: “Por aí, os senhores veem o vigor e a força de uma Companhia com menos de 4 anos de vida”. O general Mandim argumenta que com a CTC havia se criado uma empresa padrão: padrão de serviço, padrão de qualidade e padrão de transporte. Carlos Lacerda diz que somente as linhas de bonde do Corcovado, de Santa Teresa e de Campo Grande foram mantidas. Sendo que as duas primeiras, por interesse turístico das localidades. Em todas as outras localidades foram instituídos os ônibus da CTC. Ele, inclusive, faz menção à linha que foi instituída para beneficiar moradores do Catumbi, parte da Zona Norte, como a Tijuca, e a Zona Sul, região das Laranjeiras, que era a linha que passava pelo túnel Santa Bárbara. Sobre as garagens das duas Companhias, Carlos Lacerda faz uma comparação: as garagens da Light eram cercadas por altos muros, para que a população não visse o estado deplorável dos bondes da Companhia; e, em vez de melhorar o serviço, melhorava-se o muro, que ficava cada vez mais alto, diz o governador. Já as garagens da CTC, segundo conta Lacerda, tinham cercas de arame e seus ônibus ficavam “à vista do freguês”, de maneira que todos poderiam fiscalizar a CTC. O general fala da construção de todo o mobiliário escolar pelas antigas oficinas da Rio Light, que passaram a ser do estado. Diz que, por dia, eram construídos 300 conjuntos de mesas e cadeiras, além de outras peças do mobiliário. Carlos Lacerda e o general Mandim apresentam aos contribuintes os funcionários da CTC presentes. Lacerda fala da estação rodoviária do estado. Diz que a estação rodoviária de então, situada na praça Mauá, não dava mais conta do movimento de ônibus interestaduais que demandavam e saíam da Guanabara. Diz que havia encontrado a solução num antigo posto do Corpo de Bombeiros, no Cais do Porto, na confluência da avenida Francisco Bicalho com a avenida Rodrigues Alves, bem de frente à avenida Brasil. Lacerda diz que não poderia haver melhor ponto para a construção da nova estação rodoviária. Discorre sobre um projeto rápido, simples, funcional e barato para a solução do problema da demanda dos ônibus interestaduais que saíam da Guanabara. Assinala que havia recebido um projeto muito bonito, até, mas que levaria muito

			tempo e dinheiro pra ser concretizado, pois previa escavação de cerca de 30 metros para passagens subterrâneas dos ônibus. Conta que tinha mudado o projeto, pois o intuito era fazer a estação rodoviária ainda no ano do 4º Centenário, e o mais barato possível. A inauguração da nova estação rodoviária estava prevista para os dias entre 30 de novembro e 05 de dezembro de 1965, sendo então uma das últimas obras entregues ao povo da Guanabara pelo governo de Carlos Lacerda. Ele exalta a simplicidade e a funcionalidade da obra. O general diz que a estação teria capacidade máxima de embarque e desembarque de 150 mil passageiros por dia, sendo que resolveria o problema para o estado da Guanabara até 1980, sem qualquer ampliação. Acrescenta que até aquela data o estado não precisara pôr um centavo na construção da estação rodoviária. Conta que tinha arrecadado em fundos de comércio 700 milhões de cruzeiros. A previsão era que o custo total chegasse a 1.800.000.000 cruzeiros. O general Mandim fala das instalações da estação rodoviária a ser inaugurada. No fim da fita, Carlos Lacerda entra no campo da energia elétrica. Fala da iluminação em favelas. Diz que 34 favelas tinham sido atendidas com rede de iluminação pela Comissão Estadual de Energia Elétrica da Secretaria de Serviço Público.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.177 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Entrevista do governador em Noite de Gala na TV Excelsior 1.2 Faixa 2 Entrevista à Imprensa Esclarecendo sobre SUSEME e sobre o Tribunal de Contas – Palácio Guanabara 1.3 Fixa 3 Final da Entrevista 2. Temas 2.1 Faixa 1 Relações Brasil/EUA, rompimento com o governo federal , divergência com a política econômica e financeira, sugestão construtiva, anistia a Jânio Quadros, definição palavra gorila, critica a Roberto Campos, convenção da UDN, anulação de contratos com (Elken) Rana, opinião de Hélio Fernandes, revisão de sua vida política,	F1: 28:13min F2: 07:56min F3: 37:39min	**F1: 25/03/1965** **F2: 25/03/1965** **F3: 25/03/1965**	*Faixa 1* Uma pessoa (parece a voz de Jânio Quadros) falando sobre as relações entre Brasil e EUA, desde Juscelino Kubitschek até 31 de março de 1964. Refere-se a esse período como a história de uma quadrilha franco-brasileira roubando os dois povos, as duas nações, intrigando-as entre si. Obs: logo aos 00:01:23 a fita fica muda. Aos 01:01:57 há um novo áudio com a voz de Carlos Lacerda. Entrevista do governador em Noite de Gala na TV Excelsior Carlos Lacerda discorre sobre o que estava ocorrendo com a imprensa política. Não somente em relação a *O Globo*, que ele considerava um grande jornal. Comenta que os cronistas políticos anunciavam um fato e, ao invés de desmentirem depois, reconhecendo que erraram, desmentiam os políticos. Tinham anunciado que ele, Lacerda, iria romper com o governo federal ; ele não rompeu e daí disseram que houve um recuo por parte do governador. Lacerda diz que não poderia haver recuo, pois ele não tinha nenhuma intenção de romper. Ele fala de sua divergência com a política econômica e financeira do governo federal . Anuncia que iria preparar um documento sério a ser entregue ao presidente da República e que depois seria levado ao conhecimento do país. Avisa que não se trataria de um panfleto, uma simples discussão ou bate-boca sobre a matéria,

maior erro político, regime de exceção, salvar a democracia, desintoxicação da opinião pública, "Revolução", administração da Guanabara, milícias fascistas, liderança democrática, liderança consentida, liderança totalitária, Darcy Vargas, Casa do Pequeno Jornaleiro, respeito e admiração, Leonel Brizola, Cândido Aragão, Amaral Neto, Enaldo Cravo Peixoto, anistia para Juscelino, recesso da indústria paulista, tubarões, dinheiro depositado na Suíça, grupo Moreira Sales, grupo Jordan, planejamento rígido 2. Temas 2.2 Faixa 2 SUSEME, inquérito criminal, inquérito administrativo, Tribunal de Contas do Estado, vultuosas obras em hospitais, financiamento internacional, compra de equipamentos 2.3 Faixa 3 Crítica ao Tribunal de Contas, títulos protestados, cheques sem fundo, fiscalizar o Tribunal, pressões de extorsão, SUSEME, políticas na área de saúde, pagamento dos impostos, atendimento prestado à população, vítima, Institutos de Previdência, reforma no Tribunal, rotina ultrapassada, governo honesto, contas fiscalizadas, SUSEME, processos em atraso, sistema errado, acúmulo de trabalho, reforma administrativa, burocracia excessiva			mas de uma crítica com uma sugestão construtiva. Perguntam a ele sobre a anistia a Jânio Quadros. Lacerda responde que iria depender muito da conduta dele em face ao futuro do país. Ressalta que não o considerava um criminoso, mas acredita que ele havia faltado gravemente ao seu dever de presidente da República, quando renunciou. Acha que seria possível uma revisão de sua situação, mas não em termos de anistia, pois anistia era para os criminosos, mas sim em termos de revisão da decisão tomada, conforme as decisões que ele tomasse daí em diante. Roberto [?], da equipe de reportagem do *Noite de Gala*, pergunta a Lacerda se ele fosse escrever então um novo dicionário da língua luso-brasileira, que definição ele daria à palavra gorila? Ele responde dizendo que daria a definição que os peronistas argentinos utilizaram para designar os generais que tiraram Perón do poder. Acrescenta que era uma definição etimológica. O ator Mário Tupinambá pergunta se seria possível entender a "Revolução" e não entender o ministro 'Bob', Roberto Campos. Lacerda responde dizendo que era possível sim, pois ele não tinha compromisso com a "Revolução" e nem a revolução com ele. A atriz Lygia Rinelli alude ao episódio em que Amaral Neto dissera no programa da semana anterior que Lacerda só falaria na convenção da UDN se passasse por cima do cadáver dele. Ela acrescenta que Lacerda havia falado e nada acontecera... Ela, então, refaz a pergunta: se fosse necessário, ele assim procederia.? Ele responde que não, acrescentando que a convenção da UDN, graças a Deus, não se realizava em cemitério. César Ladeira, da equipe permanente do *Noite de Gala*, pergunta se estava de pé a promessa, ou a ameaça de Lacerda, de anular os contratos de concessões feitas à (Elken) Rana. Lacerda responde que sim, mas salienta que o mais curioso era que não seria necessário anular concessões de que a Rana não havia se utilizado até então. Nádia Maria lê um trecho da coluna de Hélio Fernandes publicada na Tribuna da Imprensa do dia: "Urgente! Agora que conquistou galhardamente o poder que sempre almejou, mas que a prudência só consolidou aos 64 anos de idade, o general não vai largá-lo tão facilmente como esperam. E se há uma coisa que pode ser dita com segurança, e com margem mínima de erro, é que não vai largá-lo, pelo menos voluntariamente, para o senhor Carlos Lacerda". Logo em seguida, pergunta ao governador se era verdade. Lacerda diz que não acredita nisso e que respeitava a opinião de Hélio Fernandes, a quem considerava um dos jornalistas mais argutos e dos mais capazes do país, mas que, entre a opinião dele e a palavra do presidente da República, preferia acreditar na palavra do presidente. Nina Chaves, de *O Globo*. convida o governador a empreender uma revisão de sua vida política e pergunta qual ele considerava o seu

			maior erro político. Lacerda começa respondendo que era uma pergunta braba e difícil de responder de supetão, pois não fora apenas um erro, mas vários. Mas, ele ressalta que, sem menosprezo por outros erros, igualmente graves, talvez o mais grave tenha sido, em várias oportunidades, ter acertado muito cedo, antes que muita gente percebesse que ele tinha razão. Ele cita um escritor francês que disse que o mal de quem acerta 24 horas antes dos outros era que, por 24 horas, passava por tolo ou maluco, e que ele havia passado várias vezes por isso. Daniel Filho fala que há pouco tempo atrás, Lacerda pregara um regime de exceção para salvar a democracia. E pergunta ao governador se ele considerava o período superado. Lacerda diz que sim, mas que nunca pregou o regime de exceção e nem havia sido recentemente. O que ele havia recomendado, ainda em 1954, após o suicídio de Vargas, fora que se adiasse por 3 ou 4 meses as eleições e que o governo obtivesse do Congresso poderes especiais para uma nova lei eleitoral e uma série de reformas, de maneira a convocar eleições com base em reformas em plena execução, pois pareceu-lhe que nenhum país em sã consciência e liderança política faria uma eleição logo em cima de uma tragédia daquelas. Seria um processo de desintoxicação da opinião pública, de pacificação dos espíritos e de normalização da vida política nacional. Lacerda diz que, se isso tivesse ocorrido, o Brasil não teria passado por uma “Revolução” pouco tempo depois. César Ladeira diz que alguns dos inimigos de Lacerda estavam chamando-o de Hitler. Ele pergunta o que o governador achava disso. Ele responde que ou o desconheciam ou desconheciam Hitler; ou a ambos. Diz que não lhe constava que Hitler tivesse administrado a Alemanha como ele vinha procurando administrar a Guanabara. Não lhe constava que ele, Lacerda, tivesse formado milícias fascistas ou nazistas, assim como não lhe constava que jamais tivesse servido ao nazismo. Lacerda argumenta que o que parecia haver era uma confusão entre liderança democrática e falta total de liderança. Afiança que nenhum país democrático poderia dispensar a liderança democrática e que isso se fazia pelo consenso dos liderados. Para Lacerda, a liderança democrática era uma liderança consentida e consciente. Explica que ninguém jamais se tinha lembrado de comparar a liderança de Roosevelt, nos EUA, com a liderança de Hitler, na Alemanha, e de comparar a liderança de Churchill, durante a guerra, na Inglaterra e no mundo, com a liderança de Mussolini. Ressalta que existia uma liderança totalitária, imposta de cima para baixo, e uma liderança democrática, que vinha do povo para os seus líderes. Comenta que o que estava havendo no Brasil era uma crise de liderança e não um excesso de liderança. Alguém pergunta a Lacerda o que ele achava de

			D. Darcy Vargas. Lacerda responde que a considerava uma grande brasileira, uma eminente senhora e que a admirava, sobretudo, pela discrição, pela sobriedade, pela extraordinária compostura com que ela continuava a dedicar-se às suas obras, como a Casa do Pequeno Jornaleiro, independentemente de estar ou não no poder, esquecida então por muitos que a adulavam e que procuravam agradá-la enquanto era esposa do presidente da República. Lacerda conclui que mesmo tendo deixado de ser a esposa do presidente da República, ela continuava a inspirar-lhe respeito e admiração. Lygia Rinelli pergunta a Lacerda o que faria ele, se fosse obrigado a votar em Leonel Brizola, no almirante Cândido Aragão e em Fidelis do Amaral Neto, pois, como ela mesmo fala, em determinados países, em determinados momentos históricos, o eleitor poderia ver-se diante de candidatos em que não poderia votar sem violar a própria consciência. Ele responde, que em primeiro lugar ele não igualava os três, pois o caso do terceiro era bem diferente do caso dos outros dois. Menciona que não havia nenhum impedimento de ordem moral em relação ao terceiro. Em segundo lugar, ele diz que ninguém jamais poderia obrigá-lo a votar em quem ele não quisesse. Nina Chaves pergunta se era verdade que o governador tinha passado a cultivar cravos além de rosas, em alusão ao nome do candidato apoiado pelo governador, o engenheiro Enaldo Cravo Peixoto. Ele responde que eleitoralmente sim. Acrescenta que achava o engenheiro Cravo Peixoto a melhor resposta à ansiedade do povo carioca, um administrador seguro, não apenas continuador, mas identificado com as obras que estavam sendo feitas, na Guanabara. Lacerda argumenta que tais obras não podiam parar. Nádia Maria pergunta se na opinião de Lacerda o eleitorado de Jango e Juscelino era constituído de ‘ovelhas que não têm pastor’, e de que modo ele pretendia tomar o lugar dos ‘pastores’, sem espantar as ovelhas. Ele responde que oferecendo ao eleitorado, não somente os dos dois antigos presidentes, mas sim de todo o país, um programa que correspondesse às suas ansiedades e necessidades. Acredita Lacerda que o eleitor não era propriedade de ninguém. Acrescenta que previa-se, para o ano seguinte, em todo o Brasil, um eleitorado de mais ou menos 20 milhões, dos quais nada menos de 7 milhões iriam votar pela primeira vez. Para ele, portanto, a mocidade estreante nada tinha a ver com as brigas do passado, com as querelas que dividiram os homens públicos, no passado. Lacerda diz esperar que os jovens se voltassem para o futuro, para a solução dos problemas do país. Dorinha Durval pergunta o que achava Lacerda da anistia para Juscelino. Ele responde que era cedo, pois os males que ele havia causado ao país ainda ‘continuavam de pé’. Assegura o governador que,

			quando os males acabassem, seria natural que se revisse, dentro do sentimento de perdão, que estava tão impregnado no temperamento brasileiro. Porém, assevera que ainda era um pouco cedo, porque ele poderia continuar a causar muito mal se pudesse se meter de novo na confusão por ele mesmo armada. O jornalista Ribeiro Forte, antes de perguntar, comenta que Lacerda sempre havia vencido pelo talento, pela palavra fácil, pela voz impostada, resultante de um curso de dicção... E pergunta se ele achava que o seu candidato, Enaldo Cravo Peixoto, venceria as eleições, sem ter tais qualidades. Carlos Lacerda responde que a pergunta lhe dava a oportunidade de esclarecer, pela primeira vez, um ponto obscuro: ele afirma que nunca tinha feito curso de dicção, nem de impostação de voz. Assinala que seu problema era uma rouquidão crônica e grave, resultante de defeitos de respiração e do uso e abuso da palavra em longos programas de televisão, em comícios, às vezes, com microfones defeituosos, etc. Então, ele garante que havia feito um curso por recomendação médica, que ele nem completara, sendo prova disso a facilidade com que ele ficava rouco ainda. Afiança que não tinha sido um curso para 'embelezar a voz', e sim para 'defender a garganta'. Sobre Enaldo Cravo Peixoto, Lacerda acredita que o povo não estivesse querendo um tenor para governá-lo e sim um administrador. Ele acrescenta que se fosse para o Theatro Municipal Lacerda ele não recomendaria o engenheiro Enaldo Cravo Peixoto, mas como era para o governo da Guanabara, sim. Daniel Filho pergunta novamente como ele definia o recente 1º de maio, dia do trabalho, dado o recesso da indústria paulista. Ele define como uma data melancólica, de apreensão nos lares dos operários e de todos os brasileiros. César Ladeira, da equipe no *Noite de Gala*, pergunta se o governador achava que a "Revolução", que completara 1 ano, já havia atingido todos os setores da vida nacional. Pergunta, também, se Lacerda acreditava que os chamados tubarões tinham ficado de fora. Lacerda responde que não, que havia grupos econômicos indesejáveis ainda intocados, alguns deles através de dinheiro depositado na Suíça, exportado clandestinamente do Brasil, entrando pelas portas dos fundos em Angola, para fazer concorrer o minério de ferro e manganês angolano com o minério de ferro e manganês do Brasil. Lacerda diz que eram esses 'patriotas' que estavam por trás de certas campanhas, como a anistia a Juscelino. Perguntam se ele poderia dar nome aos bois. Ele diz que facilmente. Cita o grupo Moreira Sales, o grupo [?] Jordan e outros. No fim, Lacerda agradece a gentileza da emissora e do programa *Noite de Gala* e a seu 'fabuloso' animador, Flávio Cavalcante. Agradece a presença de todos, as perguntas que fizeram, a atenção e a

			paciência que tiveram. Informa que havia considerado muito úteis as perguntas, pelo menos para ele. Discorre sobre a conclusão do estudo econômico do país, com sugestões a serem encaminhadas ao presidente da República e à nação. Assegura que defendia uma política eclética, pois condenava o fanatismo também em economia. Considera que o Brasil não tinha condições e nem interesse num planejamento rígido, que nem nos países totalitários se conseguia aplicar rigidamente. *Faixa 2* Entrevista à Imprensa Esclarecendo sobre SUSEME (Superintendência de Serviços Médicos) e sobre o Tribunal de Contas – Palácio Guanabara Carlos Lacerda discorre sobre o andamento do inquérito criminal e do inquérito administrativo, não em relação à SUSEME, mas sim em relação ao Tribunal de Contas do Estado. Carlos Lacerda trata logo de esclarecer que não havia nada com a SUSEME. Ele informa que estavam fazendo vultuosas obras em hospitais, mesmo com todo o sacrifício. Comunica que seu governo vinha pleiteando financiamento internacional para compra de equipamentos, empréstimo já em pequena parte obtido da Caixa Econômica, para dotar o Rio de hospitais à altura de suas necessidades. Acrescenta que era justamente por isso que ele falava da necessidade de honestidade dos funcionários na esfera da saúde, pois obra em hospital era, para ele, obra sagrada. Carlos Lacerda conta um episódio. Comenta que havia recebido informação segura do secretário de Saúde, de que um funcionário do Tribunal de Contas do Estado, chamado Glauco Siqueira, estava extorquindo dinheiro de empreiteiros para providenciar o andamento de processos no Tribunal de Contas, isto é, na Junta de Controle que funcionava junto à SUSEME. Carlos Lacerda assinala que gostaria de deixar bem claro isso, pois não era justo que o inocente pagasse pelo pecador. Carlos Lacerda informa a instauração de uma sindicância seguida de um inquérito policial para apurar o caso. Menciona que no inquérito o funcionário caiu em várias contradições, embora tenha negado todos os fatos da denúncia. O que Lacerda considera 'alarmante' era o fato do Tribunal de Contas incumbir de despacho, distribuição e preparação de processos, em que estavam envolvidos interesses da comunidade carioca e dos empreiteiros, um funcionário como aquele, que tinha não só títulos protestados como emitira cheques sem fundo em várias oportunidades. *Faixa 3* Final da Entrevista Carlos Lacerda critica o Tribunal de Contas por

			incumbir - do despacho, distribuição e preparação de processos em que estavam envolvidos interesses da comunidade carioca e dos empreiteiros - um funcionário que não só tinha títulos protestados, como emitira cheques sem fundo, em várias oportunidades. Lacerda propõe ao presidente do Tribunal de Contas, à luz deste precedente, que ajudasse o estado a fiscalizar o Tribunal. Diz que o estado se colocaria à disposição para fornecer os antecedentes bancários, penais ou criminais de servidores do Tribunal, tal qual se fazia, então, no estado. Lacerda aproveita a ocasião para pedir aos senhores presentes que convidassem os empreiteiros e fornecedores a não cederem a pressões de extorsão de qualquer forma, pois era mais barato para eles. Assinala que há 5 anos vinha esperando a oportunidade de comprovar o que ele vinha dizendo sobre a corrupção e extorsão no Tribunal de Contas. Apurado o segredo, o governador não acha justo que a SUSEME (Superintendência de Serviços Médicos) pagasse, perante a opinião pública, como se o escândalo fosse com ela. Lacerda diz que ela era a vítima. O governador não considera o ministro José Fontes Romero idôneo para examinar suas contas, pois ele não teria tido o cuidado de examinar as contas de seu principal auxiliar. Acrescenta que quem nunca emitiu cheques sem fundos não poderia ser fiscalizado por quem já o fizera. Lacerda discorre sobre as políticas na área de saúde no estado da Guanabara e a relação entre o pagamento dos impostos e o atendimento prestado à população. Fala da necessidade dos convênios estabelecidos com os Institutos de Previdência, para que eles pudessem atender os seus contribuintes, desafogando os leitos dos hospitais públicos do estado da Guanabara. Voltando ao assunto do escândalo do Tribunal de Contas, Lacerda assegura que o problema girava em torno de uma reforma no Tribunal, pois este encontrava-se preso a uma rotina ultrapassada. Para ele era preciso a radicalização de seus métodos. Lacerda afirma que sua intranquilidade não era pelo fato de ser fiscalizado, e sim de ter que fiscalizar os fiscais. Para ele, todo governo honesto deveria ter suas contas fiscalizadas, sim. Mas, acrescenta que estava ocorrendo uma inversão de papéis, pois era ele quem estava fiscalizando o Tribunal de Contas. Perguntam ao governador sobre o estudo que previa a mudança da administração dos hospitais estaduais para a administração privada. Lacerda responde que ainda estava na fase de estudo, mas que do ponto de vista de orientação, ele dava sua total adesão a esse princípio, assim como o secretário estadual de Saúde. Eles eram a favor da gestão dos hospitais pelos órgãos da comunidade, e diz que a SUSEME caminharia para isso, forçosamente, no que dependesse dele.

			Perguntam a Carlos Lacerda sobre a solicitação da relação dos processos que estavam em atraso no Tribunal de Contas e se tinham sido tomadas as providências com relação aos processos atrasados por culpa das secretarias. Lacerda responde que havia oficiado pedido e que reiterara, mas que nem sempre a culpa pelo atraso era do Tribunal de Contas, assim como nem sempre era das secretarias; ele diz que, na maioria dos casos, não havia propriamente culpa, mas, sim, um sistema errado, pois o acúmulo de trabalho podia tornar o sistema, que era anacrônico, inviável. Segundo Lacerda ou se reformaria o Tribunal de Contas ou o Tribunal de Contas impediria a reforma administrativa no Brasil. Ele critica a burocracia excessiva do Tribunal.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.178 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Pronunciamento na TV Excelsior sobre Entendimentos para a Escolha do Candidato à Sucessão no Governo – Enaldo Cravo Peixoto 1.2 Faixa 2 Final do Pronunciamento Faixa 3 Carlos Lacerda Fala sobre a Possível Candidatura de Enaldo Cravo Peixoto à sua Sucessão no Governo da Guanabara 1.3 Faixa 4 Conferência na Federação Nacional dos C. A. de Veículos Rodoviários 2. Temas: 2.1 Faixa 1 Perfuração de túneis 2.2 Faixa 2 Eleições, sucessão, inflação, “Revolução”, campanha presidencial, matéria-prima do político, exalta candidatos udenistas: Rafael da Almeida Magalhães, Raimundo Brito, Danilo Nunes, Adauto Lúcio Cardoso Sandra Cavalcante, Flexa Ribeiro, Célio Borja, coronel Borges, coronel Fontenelle, Raul Brunini, governo colegiado, aventura	F1:00:23:min F2: 34:32min F3: 07:03min F4:27:25min	**F1: 21/04/1965** **F2: 21/04/1965** **F3: 26/03/1965** **F4: 26/03/1965**	*Faixa 1* Pronunciamento na TV Excelsior sobre Entendimentos para a Escolha do Candidato à Sucessão no Governo – Enaldo Cravo Peixoto Carlos Lacerda diz que a ‘arte do pobre de transformar as dificuldades em facilidades’ fez adotar-se no Rio de Janeiro a política de perfuração de túneis. Carlos Lacerda fala das eleições que seriam realizadas no fim daquele ano e de sua sucessão no Governo do Estado da Guanabara. Sobre as eleições, ele diz que o que haveria no fim daquele ano seria a escolha do povo entre querer que o progresso continuasse no estado da Guanabara ou querer que continuasse apenas o progresso da discussão. Fala também sobre a ‘bomba que está na mão do brasileiro': a inflação. Salienta que era um problema surgido ainda no outro governo, mas que havia ficado nas mãos do governo da “Revolução”. Assinala que o preço do feijão, da carne e do leite não eram, infelizmente, matéria estadual. Acrescenta que teria o maior prazer em retomar esta discussão na campanha presidencial, da qual ele já se considerava candidato. Lacerda fala sobre a responsabilidade de se governar e do papel do político perante o povo. Ele condena a participação do político na técnica e do técnico na política. Considera que a unidade do político, a matéria-prima do político, era o povo, e não o indivíduo. Carlos Lacerda acha que a permanência do ministro Roberto Campos no Ministério da Economia seria matéria a ser discutida nos debates que antecedessem as eleições presidenciais, e não as estaduais. Isso porque, a resolução do problema da inflação não estava no âmbito estadual, e sim federal. Ele deseja deixar isso bem claro para a população e promete que havendo eleições presidenciais ele, na condição de candidato, iria discutir o assunto. Voltando ao tema de sua sucessão no governo da Guanabara, ele exalta quatro candidatos udenistas: Rafael da Almeida Magalhães, como um candidato ‘bem dotado’ para sucedê-lo no Governo do Estado da Guanabara; Raimundo Brito, médico, que tinha

eleitoral, candidatura identificada com obras, Enaldo Cravo Peixoto, continuador da obra da Guanabara, solução popular, solução democrática, solução política, solução administrativa 2.3 Faixa 3 Apoio à candidatura de Enaldo Cravo Peixoto, elogios ao engenheiro 2.4 Faixa 4 'Novos bandeirantes sobre rodas, 'principais agentes de relações públicas para Brasil', financiamento de novos automóveis, plano de financiamento do BEG, estruturar a cidade, renovar a frota de táxis, companhias monopolistas, autonomia dos taxistas, caminhoneiros, civilização, estrada Belém-Brasília, valor do motorista, contribuição à economia, candidatura à Presidência			ingressado na vida política, entrando na UDN a convite do governador, para lançar-se candidato a deputado estadual, tendo sido eleito; Danilo Nunes, militar reformado, que escolhera a carreira política após a militar, e que então presidia a ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara), e "um dos mais bravos deputados federais, um dos mais íntegros homens públicos do país"; e Adauto Lúcio Cardoso, "que é uma verdadeira legenda de bravura, de fidelidade à democracia, de coragem". Cita também outros candidatos: Sandra Cavalcante, Flexa Ribeiro, Célio Borja, coronel Borges, coronel Fontenelle. Por último, em especial, ele cita Raul Brunini, um homem que, segundo ele, jamais o tinha decepcionado, nunca lhe faltara; "a própria imagem da fidelidade, da coerência, da lealdade". Ele diz: "Imaginem como é difícil escolher quando se tem tanta gente boa para ser escolhida. Se eu pudesse fazer um governo colegiado, seria facílimo. A questão é que é um só!" Carlos Lacerda conta que ouviu os quatro primeiros candidatos. Afirma que todos eles condicionaram suas candidaturas à conveniência em relação à candidatura do governador à Presidência da República, mas que Rafael de Almeida Magalhães via a questão sob outro ângulo: disse ele ao governador que não tinha o direito, dada a sua íntima relação com a candidatura de Lacerda à Presidência da República, de pôr em risco a mesma, em nome de uma aventura eleitoral na Guanabara, pois uma derrota dele seria fatalmente atribuída a Lacerda. Lacerda evidencia que seu voto seria de Rafael de Almeida Magalhães, por considerá-lo um homem preparado para administrar o estado da Guanabara. E exalta a simplicidade de sua resolução. Assegura que raramente tinha visto a grandeza vestida com tal simplicidade, e reitera "se era amigo dele, hoje sou mais; se era admirador dele, hoje sou mais!" Já no fim da fita, Carlos Lacerda diz que Rafael de Almeida Magalhães havia sugerido a ele que buscasse uma candidatura identificada com obras, pois com os outros nomes o governador teria um desgaste muito grande e a luta seria inevitável. Foi aí que eles chegaram ao nome de Enaldo Cravo Peixoto, um homem que facilmente o povo associaria à ideia de obra. *Faixa 2* Final do Pronunciamento Sobre a adesão do engenheiro ao seu partido, Carlos Lacerda diz que não era crime entrar para a UDN; o crime, para os udenistas, seria usá-la contra si mesmo. Menciona que considerava Enaldo Cravo Peixoto não apenas o continuador da obra da Guanabara, mas também, e sobretudo, um homem identificado com a obra, o sinônimo da obra da Guanabara. Ele discorre sobre o apoio recebido por Enaldo Cravo Peixoto de outros

			udenistas e de toda a bancada estadual. Carlos Lacerda fala que: "É esta a solução popular, a solução democrática, a solução política e a solução administrativa carioca que lhes venho propor. Peço o seu apoio, antes e depois da convenção dos partidos, para o nome do engenheiro Enaldo Cravo Peixoto, para meu sucessor no estado da Guanabara!" *Faixa 3* Carlos Lacerda Fala sobre a Possível Candidatura de Enaldo Cravo Peixoto à sua Sucessão no Governo da Guanabara. Sobre a adesão do engenheiro a seu partido diz que não era crime entrar para a UDN; o crime, para os udenistas seria usar o partido contra si mesmo. Lacerda considera Enaldo Cravo Peixoto não apenas o continuador da obra da Guanabara, mas também, e sobretudo, identificado com a obra, diz que ele era o sinônimo da obra da Guanabara. Comenta do apoio recebido, por Enaldo Cravo Peixoto, de outros udenistas e de toda a bancada estadual. Acha que o engenheiro era a "solução popular, a solução democrática, a solução política e a solução administrativa carioca que ele vinha propor. Pede o apoio antes e depois da convenção dos partidos para o nome do engenheiro Enaldo Cravo Peixoto para seu sucessor no estado da Guanabara. *Faixa 4* Conferência na Federação Nacional dos C. A. de Veículos Rodoviários da Classe dos Motoristas Autônomos do Brasil Lacerda anuncia que se tratava de uma dos mais importantes acontecimentos do 4º Centenário, a reunião dos 'novos bandeirantes sobre rodas', os motoristas autônomos que percorriam as estradas brasileiras e os 'principais agentes de relações públicas para Brasil', os taxistas. Sobre o financiamento de novos automóveis para os taxistas da Guanabara, pois os táxis dos motoristas autônomos se encontravam muito velhos, ele afirma que, desde o início de seu mandato no governo da Guanabara, vinha tentando, junto às companhias de automóveis do Brasil, condições melhores, com participação no plano de financiamento do BEG. Acrescenta que o BEG estava pronto, de 'caldeiras acesas', para completar o necessário e tornar o financiamento alguma coisa ao alcance das posses (das férias, das bandeiradas e das corridas) dos motoristas de praça. Lacerda diz que se falava muito em turismo no Rio de Janeiro mas, que antes de trazer os turistas ao Rio, fora preciso estruturar a cidade com água, esgoto e telefones e, também, com táxis. Ele informa que não deixaria o Governo do Estado sem cumprir o compromisso de proporcionar condições, através de negociações com a indústria automobilística apoiadas pelo BEG, para que fosse renovada a frota de táxis do

			Rio de Janeiro. Porém, ele sustenta que o que se recusava a fazer, tendo recusado pelo menos duas vezes, era entregar a cabeça dos motoristas autônomos de táxis para transformar os táxis em companhias monopolistas. Ele mostra-se completamente contrario à monopolização da frota, defendendo a autonomia dos taxistas, pois era segundo ele, uma das últimas realmente livres no Brasil. Falando sobre os caminhoneiros, exalta o trabalho deles no Brasil. Sustenta que eram eles que levavam a civilização ao país. Ele conta que esperava um momento de folga para conhecer a estrada Belém-Brasília. Comenta que não a considerava uma 'estrada de onças', mas sim uma estrada de caminhoneiros e que não queria saber quem a tinha feito, senão para louvá-lo por tê-la feito, acrescentando que quem a fez poderia ter feito mais coisas boas como ela, ao invés de outras. Propõe-se a conhecê-la, para poder terminá-la. Mas, adverte que não adiantaria conhecê-la no mapa, mas, sim, 'na lama'. Lacerda refere-se ao dia do motorista, dia para lembrar o valor do motorista e sua contribuição à economia e à civilização do Brasil, e que esta era a oportunidade que lhe davam para homenagear também esta classe. Ele diz que não a perderia, pois teria muito prazer em assinar o decreto pelo qual o 25 de julho passaria "a ser o dia de nos lembrarmos dos que andam nas estradas e percorrem as ruas do Rio de Janeiro e do Brasil". Sobre sua candidatura à Presidência da República, Lacerda agradece as palavras por ele ouvidas, proferidas pela classe, e diz que elas davam a dimensão da importância do passo que ele tinha que dar para estar à altura das responsabilidades que lhe seriam conferidas. Espera que sua campanha presidencial não fosse apenas política, mas, sobretudo, cívica, e que não fosse apenas de promessas, mas sim de realizações já alcançadas. Lacerda louva suas realizações no estado da Guanabara, como a construção de inúmeras escolas e a obra do Guandu para o fornecimento de água. Pergunta aos presentes o que se poderia fazer no Brasil, tendo ele como presidente da República. Parafraseando inversamente Winston Churchill, que disse que entrara na política por ambição e nela permanecera por indignação, Lacerda fala que havia entrado na política por indignação e ficado nela pela ambição de servir, ao ver que podia servir com proveito. Ele também diz que 'ai do Brasil' se não fossem os motoristas de caminhões, pois eles eram os que faziam circular as riquezas do país, uma vez que os portos estavam fechando e as ferrovias arruinando-se. Acrescenta que o Brasil dava saltos surpreendentes e o maior deles tinha sido o transporte rodoviário nacional.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.179 1. Assunto	F1: 31:30min F2: 00:39min F3: 30:19min	**F1: 25/ 05/1965** **F2: 25/ 05/1965** **F3: 26/05/1965**	*Faixa 1* Governador Fala na TV Rio sobre o Tribunal de Contas, SUSEME e Outros Assuntos

Faixa 1 Governador Fala na TV Rio sobre o Tribunal de Contas, SUSEME e Outros Assuntos 1.2 Faixa 2 Continuação da Entrevista 1.3 Faixa 3 Governador em Entrevista no Palácio Guanabara 2. Temas 2.1 Faixa 1 Obra da água, instalação dos telefones, CETEL, Tribunal de Contas, SURSAN, SUSEME, detalhes burocráticos, indevidamente nomeados, admitido dentro da lei, eleições para governador, eleições presidenciais de 1966, apoio do povo escolher bem, exaltação das realizações na rede de ensino primário, concessão de bolsas 2.2 Faixa 2 Lacerda pede votos, eleições estaduais 2.3 Faixa 3 Compromissos com a "Revolução", críticas ao Plano Econômico, alternativas para a economia, ministro do Planejamento, demolir sua candidatura, críticas a Roberto Campos, imposto, exaltação à CETEL, estatização da economia, esvaziamento da economia privada, reforço da economia estatal, inflação, responsabilidade na queda de vários governos, ajuda ao estado, mudança para Brasília, funcionários federais transferidos para o estado			Carlos Lacerda refere-se a uma série de problemas que teriam solução naquele ano. Uma série de assuntos que seriam objeto de inauguração e entrega ao público, como, por exemplo, a obra da água e a instalação dos telefones da CETEL (Companhia Estadual de Telefone). Ele presta conta à opinião pública sobre dois assuntos: um triste e outro que dependia, mas ele diz esperar que fosse alegre. O triste tinha a ver com o Tribunal de Contas, não sendo propriamente um tribunal, mas antes uma repartição de pessoas chamadas ministros, incumbidos de examinar as contas do governo. O Tribunal contava com funcionários e ministros, e que além de funcionar como colegiado em relação às repartições públicas, funcionava com juntas de controle nas autarquias – na SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento), SUSEME (Superintendência de Serviços Médicos), etc. Lacerda diz que o Tribunal de Contas atrapalhava mais do que ajudava. Considera que ele conduzia o seu trabalho como no século XIX, ou, ainda, como no século XVIII. Explica que, na realidade, não examinava contas, mas sim detalhes burocráticos e, às vezes, atrasava papéis ou contribuía para que as próprias repartições atrasassem pela falta de entendimento, de coordenação. Acrescenta que no dia anterior, o governo recebera uma informação de que um funcionário do Tribunal de Contas, incumbido de distribuir o processo de empreiteiros e fornecedores dos hospitais e das obras de hospitais no Rio de Janeiro, estava extorquindo dinheiro dos empreiteiros para distribuir a tempo ou não processos de contratos de obras. Ou seja, Lacerda denuncia que o governo estava nas mãos de um funcionário desonesto, que retinha os papéis das obras e só deixava aquilo andar quando o empreiteiro se explicava, quando o empreiteiro lhe dava dinheiro. O indivíduo foi detido dentro da sala da Junta de Controle do Tribunal de Contas, na SUSEME. Alguns jornais publicaram a notícia dizendo que havia ocorrido um escândalo na SUSEME. Mas, Lacerda deixa bem claro que o problema não fora na SUSEME. A SUSEME era a vítima nesse caso, diz. A sala interditada no dia anterior pela polícia era do Tribunal de Contas, e não da SUSEME. "Ela funciona na SUSEME para fiscalizar, imaginem, contas de homens de bem, para fiscalizar as contas de um governo honesto", diz Lacerda. Carlos Lacerda conta que fora feito um interrogatório informal com o sujeito e que ele caíra em uma série de contradições. Carlos Lacerda afiança que nada tinha contra o Tribunal de Contas e precisava, sim, que as contas do estado fossem fiscalizadas, pois não era ele quem metia a mão no dinheiro público, somente recebendo o seu ordenado no fim do mês. Mas, assegura que o Tribunal precisava de bons fiscais, não sendo admissível ter como fiscal um sujeito

			como o acima citado. Carlos Lacerda destaca os privilégios dos funcionários do Tribunal de Contas, mencionando que o motorista do estado ganhava quase a metade do motorista de um sr. Ministro do Tribunal de Contas. Ele pergunta porque, já que o trabalho era o mesmo, as despesas eram as mesmas. Exemplifica, citando que um datilógrafo do Tribunal de Contas ganhava mais do que um datilógrafo do Palácio Guanabara ou da Secretaria de Educação ou de qualquer outro lugar. Lacerda fala de uns deputados estaduais que arrumaram um estranho meio de mostrar que existiam, exercendo-lhe grande oposição. Diz que um deles, um certo dia, resolveu insultar o secretário de Finanças. Outro, disse que a SUSEME era um antro. Lacerda responde que ele enganou-se de sala, pois antro era a Junta de Controle do Tribunal, que ficava na SUSEME. Lacerda conta que teria maioria na Câmara dos Deputados caso pagasse com o dinheiro do povo 1 bilhão de cruzeiros para 400 e tantos funcionários, indevidamente nomeados, e que por isso mesmo ele não chamava de funcionários. Para ele, funcionário era quem trabalhava honestamente e fora admitido dentro da lei; funcionário que tinha entrado pela janela, não. Ele critica a prática da ALEG (Assembleia Legislativa do estado da Guanabara) de nomear funcionários indevidamente. Ele elogia o ato ‘democrático’, ‘corajoso’, ‘oportuno’ e ‘digno’ praticado pelo presidente da República, de convocar eleições para governador nos 11 estados. Pede que se imaginasse governadores eleitos por Assembleias com o mesmo tipo de mentalidade da ALEG. Ele fala sobre a sucessão no governo da Guanabara. Diz que, por um lado, sentia certa pena de deixar o governo, por conta do prazer que lhe dava comandar uma equipe formada por homens de bem, sérios, profundamente empenhados em servir à população. Mas, diz que, por outro lado, sentia-se contente por poder descansar um pouco e depois iniciar a campanha eleitoral por todo o Brasil, para as eleições presidenciais de 1966, que ele acreditava que iriam acontecer. Sobre o seu sucessor, ele menciona que não tiraria candidato do bolso para impô-lo a ninguém. Quem quisesse ser candidato que viesse de baixo para cima, mostrasse do que seria capaz, crescesse e aparecesse. “Se quer viver, desperte e lute”, conclui. Assegura Lacerda que o apoio dado por ele a um candidato ao Governo do Estado da Guanabara nada tinha a ver com algum interesse seu na eleição presidencial, pois ele afirma que não precisaria, para ser eleito presidente da República, senão do apoio do povo. Comunica que não precisava do apoio da SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento), nem do DER (Departamento de Estrada de Rodagem), pois recorda que havia se elegido sem eles, por que precisaria então deles

			para se eleger? Carlos Lacerda comenta que seu apoio se dava, também, por saber como era a Guanabara antes de seu governo, como estava então e como ficaria se o povo não soubesse escolher bem. Conta que não se construíam escolas antes de seu mandato, porque a Secretaria de Educação era propriedade do deputado Gama Filho, e seu pai era o presidente do Tribunal de Contas; e que não se fazia estradas, porque o DER era propriedade de um vereador, que nomeava o diretor do DER, como condição para votar projetos que o prefeito apresentava, e o prefeito não tinha a força popular para calar a boca desse vereador, para pô-lo no seu lugar e para ter à frente do DER um engenheiro capaz e não um protegido do vereador, para dar eleitores ao vereador. Ele exalta suas realizações na área educacional, como a ampliação da rede de ensino primário e a concessão de bolsas, para todos, no ensino ginasial, e adianta que se o povo quisesse que a obra continuasse, que o ajudasse a eleger um governador que fosse igual ou melhor do que ele procurava ser. Agora, se o povo quisesse substituir isso por raiva, por indiferença, por horror a tudo, por pessimismo sistemático, por negativismo, ele pede que votassem como quisessem, votassem errado, votassem no Negrão de Lima, votassem no Gama Filho, votassem no Hélio de Almeida. *Faixa 2* Continuação da Entrevista Carlos Lacerda afirma que ele tinha procurado trabalhar todo aquele tempo. Confessa que ainda tinha que trabalhar muito. Pede ao povo que escolhesse um só candidato e escolhesse bem, para votar nele. Ele diz até breve e agradece a atenção. Alerta contra o perigo dos ‘aventureiros’ que pudessem vir a tomar conta da consciência do povo com a sua mentira, com a sua intriga, com a sua calúnia e com a sua demagogia. Explica que tudo aquilo tinha desgraçado a cidade do Rio de Janeiro. Pede ao povo que continuasse a salvá-la de tudo o que acontecera antes do seu governo. *Faixa 3* Governador em Entrevista no Palácio Guanabara Carlos Lacerda discorre sobre a recepção, por parte do presidente Castelo Branco, do seu documento contendo sugestões para o PAEG. Ele acrescenta que tinha compromissos com a “Revolução”, com o seu governo e com o governo que viria depois dele. E que, por conta disso, havia formulado algumas críticas. Lacerda fala dos meses em que passou, com especialistas, estudando alternativas para a situação econômica do Brasil. Depois de formulada a proposta, Lacerda diz que já esperava que viesse uma crítica e uma defesa do plano do governo. Mas, o que ele ouviu do ministro do Planejamento foi “uma

			resposta agressiva, repleta de falsidades e de novas promessas". Conta que viu a repulsa repleta de desprezo, soberba e desdém, e também de sofismas, à sugestão feita. Lacerda diz que sentiu nas palavras do ministro do Planejamento o intuito de demolir a sua candidatura à Presidência da República. Assinala que era tratado como criminoso por ser candidato a presidente da República. Mas, pede aos ouvintes que não esperassem um duelo verbal, uma série de desaforos para retribuir os ataques sofridos. O governador responde apenas às críticas feitas por Roberto Campos à sua política econômica no governo da Guanabara. Diz que o principal imposto da Guanabara, o de vendas e consignações, havia aumentado, em 4 anos e meio, apenas 0,5%, no total, inferior à toda região Sudeste. E ainda exalta os feitos da CETEL (Companhia Estadual de Telefone). Lacerda diz que Roberto Campos, em resposta a ele, comentara que se a estatização da economia levasse necessariamente à inflação, a Rússia, que era um país de economia toda estatizada, seria um país inflacionário. Lacerda replica que este era um sofisma simples de desmontar. Primeiro, porque ele diz que não fora isso que ele dissera; segundo, porque, de acordo com o governador, o ministro disse errado ao armar o seu raciocínio. Lacerda sustenta que a área estatizada da economia brasileira, ou seja, mais da metade da economia nacional, era a mais inflacionária, pois era a mais incapaz, a menos produtiva e a mais desperdiçada, e que a área menor, da economia livre, da economia privada, era o inverso. E Lacerda é taxativo em ratificar que o que o Governo fazia era esvaziar a economia privada e reforçar a economia estatal, aumentando o ritmo da inflação, em vez de diminuí-lo. Conta que nunca em sua vida, nem mesmo nos dias mais terríveis do cerco que lhe fez o presidente João Goulart, tinha sido tão maltratado na imprensa, no rádio e na televisão. Ele então pergunta: "Por que massacrar quem lealmente aponta um erro? Por que caluniar quem, fraternalmente, mostra ao presidente da República os perigos que correm o seu governo e a nação com a insistência nesse erro?" Lacerda assinala que Roberto Campos o acusara de ser um terrível destruidor: de haver contribuído para o suicídio de Getúlio Vargas e sua queda do governo; de ter feito severa oposição aos presidentes JK, Dutra e Café Filho; e de ser o responsável pela renúncia de Jânio Quadros. Lacerda responde a ele que quem tinha derrubado Vargas tinham sido as Forças Armadas, e Lacerda crê que Roberto Campos não tinha pensado nisso quando lhe havia atribuído a exclusiva responsabilidade pela queda de Vargas. Sobre a oposição a Dutra, Lacerda diz que se ela fora realmente severa, não menos o era o julgamento que ele fazia daqueles que o enganaram durante o

			seu governo, como não menos cordial e respeitosa era a atitude que ele diz ter para com Dutra, pelo exemplo que dava como ex-presidente sóbrio, modesto, tranquilo e realmente exemplar. Já sobre a oposição ao presidente Café Filho, Lacerda salienta que ele tinha sido derrubado por um golpe militar. E quando criticava não a ele, mas a seu governo, o advertira que acabaria sendo derrubado, justamente por um golpe militar, se continuasse a política de contemporização e complacência pela qual o Brasil perdera os resultados da verdadeira "revolução" de 1954. Acrescenta que suas relações com o presidente Café Filho eram bem melhores que as suas relações com Roberto Campos, pois tivera a honra de nomeá-lo como ministro do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara. Sobre JK, ele pergunta que, se era crime fazer oposição ao presidente Kubitschek, porque então o presidente Castelo Branco havia caçado os direitos políticos dele? Lacerda pergunta o que fazia Roberto Campos pertencer a um governo que cometera o mesmo erro, que tinha sido "a terrível injustiça com um homem de bem e um grande estadista", como era, na sua opinião, o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Carlos Lacerda assegura que o que mais incomodava Roberto Campos em relação a ele era a sua 'incoerência', e que, da mesma forma que Rui Barbosa, tinha sido chamado de incoerente pelos oportunistas do país. Ele garante que não perdia a oportunidade de citar os bons autores, pois como "pobre moço ignorante que apenas aspira a Presidência da República por ambição pessoal" ele assinala que procurava cercar-se de 'livros excelentes'. Então, ele usa uma citação constante no livro *A moeda, o governo e o tempo*, na página 50, não pelo prazer de 'apontar-lhe incoerências', nem por fazer-lhe crítica literária, mas porque gostava de aprender com autores 'sábios', 'prudentes' e, sobretudo, 'espertos': "Com a cota de incoerência, que é privilégio dos homens inteligentes, das mulheres bonitas e dos governos realistas, a plataforma do Partido Democrático americano prometeu, ao mesmo tempo, maior esforço armamentista, maiores despesas públicas e maior auxílio às nações subdesenvolvidas". O autor: Roberto de Oliveira Campos. Carlos Lacerda completa então: "De maneira que talvez tenha sido a acusação de incoerente a única referência 'amável' de seu discurso. Eu lhe agradeço o elogio!" No que diz respeito ao auxílio do governo federal à Guanabara, Lacerda argumenta que Roberto Campos incluía como 'ajuda ao estado' aquilo que já estava previsto por lei do Congresso, que era a obrigação da União de pagar à Guanabara, como preço de sua mudança para Brasília e da constituição de um estado, que de outro modo não poderia constituir-se, funcionários federais transferidos para o estado por um certo número de

			anos. E além disso, Lacerda denuncia que o estado da Guanabara, durante a sua gestão, recebera da Caixa Econômica Federal apenas um pouco mais de 1 bilhão de cruzeiros, autorizados do próprio punho pelo presidente João Goulart, e que não recebera nada no governo Castelo Branco. Comenta que no dia 26 de maio estaria mandando ao presidente da República, Castelo Branco, um ofício pedindo-lhe um favor para a Guanabara, de deixar que o Congresso rejeitasse o veto que ele foi levado a por ao Plano Nacional de Viação, na parte referente ao estado da Guanabara, porque o Ministério do Governo cortara a BR-6, a Rio-Santos, do seu plano de obras. Lacerda denuncia que para o Ministério da Viação não precisava mais ser construída naquele momento. Lacerda pede que o presidente atentasse para o fenômeno de que o estado, que contribuía com 17% do Fundo Rodoviário, tinha apenas 3% aplicados em seu território, sendo que, em 1965, tinha muito menos, pois baixara para 2,9%.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.180 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda sobre os Novos Rumos da Política Econômica do Governo 1.2 Faixa 2 Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda sobre os Novos Rumos da Política Econômica do Governo. 2. Temas 2.1 Faixa 1 Política Econômica do governo federal , presença das classes produtoras e trabalhadoras da Guanabara e do Brasil, “Revolução‘, processo subversivo e corruptor’, programa destruído pelos fatos, identificação com a “Revolução, ”, abandonar o Programa de Ação Econômica, contra a estatização, incompatível com a sociedade democrática, livre empresa., inflação combatida, empobrecer o Brasil e enriquecer o Estado, Estado totalitário, abriam-se as portas ao comunismo ou ao fascismo, intervencionismo e dirigismo estatal, descaptalização das empresas, economia	F1: 31:30min F2: 30:37min	**F1: 18/05/1965** **F2: 18/05/1965**	*Faixa 1* Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda sobre os Novos Rumos da Política Econômica do Governo Carlos Lacerda dá conhecimento à nação sobre o trabalho enviado ao presidente da República que tratava da política econômica do governo federal . Presentes os trabalhadores: da Federação Nacional dos Ferroviários, da União Nacional dos Ferroviários do Brasil, da Federação Nacional dos Marítimos, da Federação Nacional dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, dos Sindicatos dos Motoristas Autônomos da Guanabara, da Federação Nacional dos Trabalhadores do Comércio Armazenador, do Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos da Guanabara, do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Comércio Armazenador, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, do Sindicato das Empresas Distribuidoras Cinematográficas, do Sindicato dos Trabalhadores da Telefônica, da Federação dos Trabalhadores da Telefônica, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Produção Química e Farmacêutica, do Sindicato dos Trabalhadores e Ensacadores de Café, além de Rui Gomes de Almeida, da Associação Comercial do Rio de Janeiro, José Caldeira Versiani, da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, Bento Ribeiro Dantas, do Centro das Indústrias, e Valdimir Santos, dos Sindicatos dos Lojistas. Carlos Lacerda agradece a atenção com que o presidente da República havia recebido o documento, bem como a honra que davam, com suas presenças, representantes das classes produtoras e trabalhadoras da Guanabara e do Brasil. Ele lê então o documento, cujo teor estava expresso nas informações que se seguem. Fala da

socializante 2.2 Faixa 2 PAEG pretensioso e minucioso, invadia a iniciativa privada, fixa metas no escuro, inventa realidades, determinismo, elogio ao plano Marshall, aceleração da taxa inflacionária, governo autoritário, desestatização progressiva, PNB, imposto de vendas e consignações, queda irrecuperável, atenuação dos desníveis econômicos, poupança compulsória da classe média, desemprego saudade de Miguel Arraes			necessidade do 'investimento de confiança' no Brasil. Anuncia que a "Revolução" tinha vindo para utilizar essa força positiva, a recuperação da confiança, através de um governo que a inspirasse com a cessação do 'processo subversivo e corruptor' que devorava as energias da nação. Explica que o Programa de Ação Econômica do Governo para os anos de 1964 a 1966 baseava-se na concepção oposta, pois seu ponto de partida era desconfiar do Brasil. Lacerda menciona que provaria que o referido programa, o PAEG, estava desmentido pelos seus próprios executores e destruído pelos fatos. Mas, que não iria propor plano nenhum em seu lugar mas sim outro rumo para a política econômica da nação. Acrescenta Lacerda que a "Revolução" seria uma grande decepção se malograsse no plano econômico, pois era o que comandava a segurança do povo e do país. Completa afirmando que seria demasiado fácil apenas deixar o testemunho de sua discordância e depois ir cobrá-la nas urnas da eleição presidencial. Mas, coloca-se como interessado no êxito do presidente Castelo Branco e de seu governo, fosse pela identificação com a "Revolução", da qual tal governo surgira, fosse por melhor lhe facilitar a eleição, e o governo, uma obra bem sucedida do que um esforço malogrado. Adverte que não se tratava de trocar um plano econômico por outro plano econômico, ambos comprometidos pelo vício de origem que consistia em tomar o complexo econômico de uma sociedade democrática como algo que deveria ser objeto de um planejamento ou programa global. Tratava-se, em vez disso, de apresentar uma concepção pragmática da ação a desenvolver; de demonstrar que o certo, isto é, a alternativa seria, em vez de manter, em vez de substituir, simplesmente abandonar o Programa de Ação Econômica e no seu lugar adotar uma política de soluções práticas, necessárias e propositadamente adaptadas às circunstâncias. Tratava-se, em suma, de adotar um 'oportunismo econômico' capaz de aproveitar os fatores favoráveis que surgissem e não sofrer pela sua rigidez o desgaste dos fatores contrários. Ele se mostra contra a estatização da economia brasileira, porque a planificação global da economia era incompatível com a sociedade democrática baseada na livre empresa. Assinala que era preciso não confundir a necessidade de um núcleo de atividade econômica pioneira e impulsionadora da ação do poder público com a expansão crescente e avassaladora da área estatal das atividades econômicas, em prejuízo da criação de riqueza pela comunidade, isto é, pela criatividade, pela técnica e pela própria ambição dos homens. Salienta Lacerda que, na prática, a inflação não estava sendo combatida. Argumenta que mais de metade da economia brasileira já era controlada pelo Estado. Ratifica, então, que só se

			estava combatendo a inflação privando de crédito a produção livre, diminuindo a capacidade aquisitiva do trabalhador livre. Comenta que não queriam tocar na área da economia estatizada, que era a mais adulterada, a mais vulnerável e a menos produtiva, portanto, a mais inflacionária. Assim, mais da metade da economia nacional não participava do esforço anti-inflacionário, ressalta Lacerda. Acrescenta que o que se estava fazendo era empobrecer o Brasil e enriquecer o Estado. Uma das graves consequências, da inflação desenfreada que estava ocorrendo no Brasil, tinha sido a queda do consumo de gêneros alimentícios e remédios e de bens de consumo perecíveis e duráveis, a diminuição do padrão de vida do povo e, a respeito disso, Lacerda menciona que, se a diminuição do padrão de vida da população fosse a meta da "Revolução", poder-se-ia tristemente dizer que tal meta fora atingida. Lacerda considera impressionante que fosse preciso ter coragem para dizer, como novidade, o que já estava incorporado à experiência das nações democráticas modernas. Garante que o planejamento econômico global exigiria, como condição de êxito, o Estado totalitário, que só prosperava depois de abolida a livre empresa. Avisa que tentar empregá-lo com a livre empresa seria antecipar a liquidação desta. Em termos de mecânica do processo econômico social, isso significaria, para Lacerda, a estatização progressiva; em, termos políticos, abriam-se as portas ao comunismo que se quisera extinguir ou ao fascismo, que já deveria estar extinto. Lacerda compara os planos de ação econômica do Brasil e da União Soviética. Fala das semelhanças até mesmo no nome, e que a principal diferença entre ambos estava na graduação. Diz que o da União Soviética dispunha de instrumentos mais completos e absolutos, porque totalitários, inclusive estatísticas e polícia secreta. Aqui no Brasil, empregavam-se instrumentos precários e a livre empresa servia de estorvo, razão pela qual começava-se o seu processo de liquidação, assegura o governador. O que na União Soviética era qualidade, aqui era vício; o que lá era 'seriedade trágica', aqui era 'grotesca leviandade', conclui. Lacerda compara até mesmo a postura das galinhas. Diz que tanto na Rússia quanto no Programa de Ação Econômica do Governo brasileiro ela era planificada. Quantos ovos deveriam por as galinhas no ano seguinte? Lacerda diz que a resposta estava prevista no capítulo 4, item 14, das diretivas para o 6º Plano Quinquenal da União Soviética, assim como no quadro 29, pagina 112, do Plano de Ação Econômica do governo brasileiro. Lacerda diz, baseado no relatório do Banco Mundial, que o governo da "Revolução" tinha estatizado mais ainda a economia brasileira do que ela estava antes. Acrescenta que o PAEG era um código de intervencionismo e dirigismo

			estatal sem direção. Condena o corte do crédito das atividades livres e a descaptalização das empresas, o que as privara, inclusive, de capital de giro. Lacerda afiança que mais de 80% dos empréstimos concedidos pelo BNDES fora para as empresas estatais, o que lhe dava o direito de chamar o BNDES de Banco Nacional do Desenvolvimento do Estatismo. Ele define tal economia como "uma economia socializante, sem ser socialista, com palavreado liberal e atos intervencionistas, que a levava a ser, no sentido técnico da expressão, uma economia social fascista". Carlos Lacerda assegura que, à exceção de uns poucos, o grupo que havia preparado o programa era o mesmo que tinha fabricado as metas do governo Kubitscheck. Uma boa política econômico-financeira seria, para Lacerda, afinal, aquela que tinha um rumo definido a atingir, mas que, por isso, requeria flexibilidade para atenuar as reações desfavoráveis e aproveitar os fatores positivos existentes ou que viessem a existir. Lacerda salienta que apesar dos anúncios, a vinda em massa dos investimentos não ocorrera. Os ingressos de capital tinham sido menores em 1964 do que em 1963, no auge da crise subversiva. Assevera que as perspectivas para 1965, a julgar pelos primeiros 4 meses, eram ainda mais desalentadoras. Acrescenta que os dólares que vinham eram para pagar atrasados comerciais e, portanto, nem vinham ou eram direcionados para projetos específicos, quase todos estatais, e sim para cobrir déficits governamentais. Lacerda assinala que, graças à sua política econômica, o Brasil tinha as desvantagens do socialismo sem as suas vantagens, os inconvenientes do capitalismo sem os seus benefícios. Comenta que do governo Goulart para o governo Castelo Branco tinha se passado do fanatismo estatista para o fanatismo liberal. Passara-se de uma deformação para outra, assegura o governador. *Faixa 2* Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda sobre os Novos Rumos da Política Econômica do Governo. Carlos Lacerda continua sua exposição sobre o PAEG (Plano Econômico do Governo) Carlos Lacerda condena a política econômico-financeira submetida ao planejamento global porque levava a uma economia de tipo fascista. Lacerda considera o PAEG pretensioso e minucioso, pois invadia a iniciativa privada e 'fixa metas no escuro' e 'inventa realidades quando não as vê'. Conta que ele decretava números. Critica o seu determinismo em relação às metas de produção. Refere ao PAEG como um Programa de Adivinhação Econômica do Governo por conta de seu determinismo em relação às metas de produção. Acha que não havia sobrado espaço nem mesmo para a providência divina. Cita, como

			exemplo, a regularidade com que as galinhas poriam ovos, durante o biênio de Castelo Branco e todos os anos até 1970. Ironicamente, diz que as galinhas deviam saber que tinham uma cota fixa de ovos a serem botados em 1970. Para Lacerda, caberia ao governo: . assegurar a estabilidade financeira do núcleo de expansão econômica, regulando o mercado de capitais de modo a permitir a expansão do conjunto do setor privado; . ampliar a disponibilidade dos recursos minerais; . assegurar o aumento contínuo da capacidade de trabalho qualificado pela ação na educação para o trabalho. Lacerda elogia as políticas do plano Marshall para recuperar economicamente a Alemanha e exalta seus resultados. Considera que a inflação não acabaria a curto prazo. E pergunta o que se pretendia mantendo um programa que não vinha dando certo. Marcar data para acabar com a inflação era uma tolice, pontifica o governador. Para ele, seria necessário evitar que se continuasse a aceleração da taxa inflacionária, o que seria muito. As condições estabelecidas a médio e longo prazo tenderiam a procurar a estabilidade monetária progressiva. Ele acredita que o que se tinha procurado adotar, no sentido técnico da expressão, era uma economia fascista, porque não era liberal, nem socialista, mantendo a iniciativa privada, mas punindo o lucro e confiscando o salário, ampliando a área estatizada, mas não lhe dando condições de eficiência. E, para ele, uma economia como essa, para funcionar plenamente, seria preciso um governo autoritário, sendo esse mais um motivo para reprová-la. Propõe exatamente o contrário: a desestatização progressiva em áreas nas quais não se justificaria o domínio do Estado. Diz que essa era a coragem urgente e indispensável. Fala do não cumprimento dos três objetivos da “Revolução” com a nação. O primeiro desses objetivos era a aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962-63. Para que houvesse o cumprimento de tal compromisso, seria preciso aumentar em 1964 o ritmo de desenvolvimento para 6%, e Lacerda salienta que o ritmo em 1964 fora negativo, o PNB (Produto Nacional Bruto), pelos resultados até abril daquele ano, seria novamente negativo e na Guanabara, por exemplo, a arrecadação do imposto de vendas e consignações sofrera uma queda irrecuperável de 8 a 9 bilhões de cruzeiros. O segundo objetivo ele assinala que deixaria para o final de sua explanação e vai direto ao terceiro objetivo. Tratava-se de atenuar os desníveis econômicos, setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida. Lacerda argumenta que os desníveis setoriais haviam aumentado; o confisco, sob forma de imposto, do salário dos técnicos e

			pessoas com capacidade de trabalho mais bem pago acabara de ser obtido pelo governo no Congresso, sendo que a capacidade técnica, industrial, comercial, administrativa – para não falar na científica, a qual no Brasil não se dava qualquer valor – tinham valor, obtinham cotação internacional, assegura Lacerda. Através desse confisco, reduzia-se drasticamente a capacidade de consumo do trabalhador de melhor nível. Toda a poupança compulsória da classe média era tomada pelo governo para agravar a estatização da economia e aliviar, esvaziar a economia da livre iniciativa. Acrescenta que os desníveis regionais também haviam se agravado e acentuariam-se. Assegura que a pobreza em todo o Brasil era, naquele ano, maior do que no ano anterior. Ele fala do desemprego em Pernambuco e na Bahia, sendo que, no primeiro estado, estava fazendo o povo sentir saudade de Miguel Arraes, o que para Lacerda era algo 'monstruoso' e 'desastroso'. Sobre as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais a que se referia o objetivo do plano, a serem atenuados pela melhoria das condições de vida, Lacerda diz que nem seria bom falar. E pergunta: "Alguém ousará negar que as condições de vida têm piorado nesse ano?". Portanto, o terceiro objetivo do PAEG também estava furado, na opinião do governador. Já no fim da fita ele faz alusão a um 4º objetivo que seria assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão de obra que, continuamente, afluía ao mercado de trabalho. Acrescenta que este nem precisava de demonstração. Assinala que o PAEG havia garantido uma novidade: o desemprego.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.181 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda sobre os Novos Rumos da Política Econômica do Governo 1.2.1 Faixa 2a e b Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda sobre os Novos Rumos da Política Econômica do Governo. 2. Temas 2.1 Faixa 1 Fantasma do desemprego, política do governo, café, IBC, inflação, alternativas, depressão econômica, insegurança, desordem, ditadura, moeda	F1: 30 min F2a: 20 min F2b: 10 min	**F1: 18/05/1965** **F2a:18/05/1965** **F2b:18/05/1965**	Faixa 1 Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda sobre os Novos Rumos da Política Econômica do Governo Carlos Lacerda conta que havia estado recentemente em São Caetano e São Bernardo do Campo, onde viu vários operários sem trabalho. Afirma que via o fantasma do desemprego todo dia. Em relação à Guanabara, considera que o desemprego seria maior se o governo não investisse em obras. Critica o programa econômico do governo federal , que não tinha criado os empregos prometidos. Afirma que a política do governo em relação ao café estava errada e que ele mesmo tinha avisado diversas vezes ao governo federal sobre este erro. Critica os interesses e influências escusas no IBC (Instituto Brasileiro de Café). Acredita que a prioridade do governo federal era conter a inflação, mas que as medidas tomadas pelo governo não tinham sido adequadas. Lacerda diz que o seu objetivo não era dizer que estava tudo errado e tudo perdido. Pretende apresentar alternativas, mas não criar um novo programa. Defende um novo tipo de política, da confiança no

desvalorizada, Forças Armadas não ficariam unidas, redução da cobrança de impostos 2.2.1 Faixa 2a Consolidar a nação, qualidade de vida, combate à inflação, incentivo à livre empresa, desestatizar a economia, eficiência estatal, política de desenvolvimento, equilíbrio dos orçamentos públicos, controle da expansão do crédito, política de investimentos, estímulo à poupança, especulação, Ministério da Revolução 2.2.2 Faixa 2b Guerra contra o comunismo, revolução contra os reacionários, partido único, eleições livres, liberdade religiosa, liberdade de consciência, enriquecimento nacional			esforço e na capacidade do povo brasileiro, de ajudar o governo que tivesse a coragem de confiar nele. Diz que já se tinham passado dez meses da implantação do programa, a moeda não se estabilizara e os preços continuavam subindo. Acha que a depressão econômica estava levando à insegurança e à desordem, o que poderia resultar em uma ditadura ou na volta dos que foram derrubados. Lacerda assegura que o capital mais importante, para vencer uma crise econômica, era a fé coletiva, a convicção de que o sacrifício rápido de todos resultaria em um benefício rápido para todos. Para Lacerda, cada trabalhador desempregado era um estigma para a "Revolução" e um crime contra o Brasil. Ele afirma que a luta contra a inflação estava empobrecendo o país. Acredita que a política econômica estava acabando com a confiança da população na "Revolução". Afirma que a moeda não poderia ser desvalorizada e alerta que as Forças Armadas não ficariam unidas se o povo ficasse contra elas. Lacerda acha que o principal problema da política econômica do governo não era a execução, mas a sua concepção. Defende a ideia de que se o governo pedisse alternativas a quem o criticava, o próprio governo deveria ter alternativas, também, à sua política econômica, que estava errada. Considera urgente a redução da cobrança de impostos para aliviar a produção, o apoio do governo à iniciativa privada e o esvaziamento de órgãos, como o Instituto Brasileiro do Café. Diz que a sua opinião sobre a redução de impostos era compartilhada pelo professor Eugênio Gudin. *Faixa 2a* Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda sobre os Novos Rumos da Política Econômica do Governo Lacerda diz que ninguém tinha inventado meio melhor de consolidar uma nação, do que proporcionar qualidade de vida à sua população. Afirma que já esperava receber críticas por seu discurso, mas, mesmo assim, acreditava ter prestado um serviço ao governo e à população. Alerta para o risco da volta de tudo o que fora combatido pela "Revolução". Afirma que o combate à inflação tinha que ser concentrado nos setores que não prejudicavam a produção, e, não ao contrário, como o governo estava fazendo. Para Lacerda, o governo deveria incentivar a livre empresa e diminuir a estatização da economia. Diz que a iniciativa privada precisava de crédito, confiança e estabilidade das leis para produzir e salvar o país. Além de desestatizar a economia, o governo deveria garantir a eficiência estatal, retirando o Estado de áreas que não lhe eram próprias e cobrar eficiência nas áreas próprias. Mesmo assim, ainda haveria um certo grau de inflação no Brasil, durante algum tempo. Considera indispensável a realização de uma

			política de desenvolvimento, apesar da inflação. Lacerda defende o relativo equilíbrio dos orçamentos públicos, o controle da expansão do crédito, a política salarial que suprimia o confisco de salários, instituído pelo empréstimo compulsório, a implantação de uma política de investimentos, para estimular a poupança. Argumenta que o Estado só deveria intervir na economia para evitar a especulação. Acha que o povo e o governo tinham que se unir. Alerta para o fato de que todas as revoluções malograram quando o povo começou a perder a fé em seus objetivos e seus instrumentos. Assegura que os problemas de um governo eram inseparáveis e integrados, e assim deveriam ser tratados. Por fim, defende que fosse criado um Ministério da Revolução, escolhido pelo presidente da República, para reforçar o crédito da "Revolução" junto à opinião pública, garantir ao presidente homogeneidade em todos os setores do governo e fazer com que a economia e as finanças estivessem juntas, a serviço das outras atividades sociais. *Faixa 2b* Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda sobre os Novos Rumos da Política Econômica do Governo Lacerda acredita que o Brasil havia ganho uma guerra contra o comunismo e que isso deveria ser valorizado, porque o Brasil tinha algo a oferecer ao resto do mundo. Lacerda conta que tinha sido uma revolução contra os reacionários, os que defendiam o partido único, os que queriam acabar com as eleições. Comenta que os comunistas eram os maiores reacionários da atualidade, por negarem as eleições livres, a liberdade religiosa, a liberdade de consciência. Para Lacerda, ser anticomunista era ser antirreacionário. Mas, para ser defensor da liberdade, não bastava ser anticomunista, tinha que ser a favor do enriquecimento nacional.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.182 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Exposição do Governador Assessorado pelos seus Secretários de Estado sobre a Obra Administrativa do seu Governo no Estado da Guanabara. Irradiado por uma Cadeia de Rádio e Televisão, Diretamente do Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Exposição do Governador	F1: 30 min F2: 30 min	**F1: 11/09/1965** **F2: 11/09/1965**	*Faixa 1* Exposição do Governador Assessorado pelos seus Secretários de Estado sobre a Obra Administrativa do seu Governo no Estado da Guanabara. Irradiado por uma Cadeia de Rádio e Televisão, Diretamente do Palácio Guanabara Carlos Lacerda passa a palavra ao general, diretor da CHEVAP, para falar sobre energia. O general comenta que o estado da Guanabara não tinha nenhuma fonte geradora de energia elétrica de natureza hidráulica. Por isso, teria que buscar esta energia nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mas, o estado também estava investindo na construção de uma usina termoelétrica para fornecer energia no período de estiagem. Fala que tinha havido um racionamento no período de estiagem, e para enfrentar esta situação emergencial o estado havia comprado 4 grupos de

Assessorado pelos seus Secretários de Estado sobre a Obra Administrativa do seu Governo no Estado da Guanabara. Irradiado por uma Cadeia de Rádio e Televisão, Diretamente do Palácio Guanabara 2. Temas 2.1 Faixa 1 Energia elétrica, natureza hidráulica, usina termoelétrica, estiagem, racionamento, iluminação, polícia civil, polícia militar, corpo de bombeiros, falta de recursos materiais e humanos, desordem estrutural e organizacional, baixa qualidade do pessoal, Departamento de Trânsito, crítica a João Goulart 2.2 Faixa 2 Melhorias segurança pública, críticas às administrações anteriores, elogio a novas delegacias, cidade verdadeiramente policiada, escola de polícia, elogios ao coronel Fontenelle, ditadura, crimes inomináveis, prisão Graciliano Ramos. obras de saneamento, construção de novas ruas, estradas, viadutos túneis. Parques, outeiro da Glória, parque do Flamengo			turbo geradores para evitar os cortes de circuito. Diz que os geradores ainda estavam contribuindo para o fornecimento de energia ao estado da Guanabara. O general menciona a iluminação do Parque do Flamengo, que seria feita por 118 postes, com 45 metros de altura. Conta que seis luminárias, de 1000 watts cada uma, seriam instaladas em breve, permitindo que se usasse as quadras de esportes à noite. Lacerda passa a palavra ao secretário de Segurança, Gustavo Borges, que critica a situação em que tinha encontrado a polícia civil e a polícia militar, em 1960, quando começara o governo de Carlos Lacerda. A situação do corpo de bombeiros também era crítica, segundo o secretário. Para enfrentar a situação, foram definidos três eixos de problemas que deveriam ser resolvidos. O primeiro era a falta de recursos de ordem material e pessoal, por desleixo e incompetência dos governos anteriores. O segundo era a completa desordem estrutural e organizacional, decorrente da organização atabalhoada do estado da Guanabara, quando vários órgãos, anteriormente submetidos ao Ministério da Justiça, passaram para o estado. E, por fim, o terceiro eixo era a baixa qualidade de boa parte do seu pessoal, em virtude da prática, seguida ao longo de vários decênios, de nomeação por pistolão, nepotismo, etc. Gustavo Borges relata as medidas tomadas pelo Governo do Estado para combater os problemas e melhorar a situação das polícias, do Corpo de Bombeiros e do Departamento de Trânsito. O secretário critica o governo de João Goulart, por ter diminuído drasticamente o efetivo da Polícia Militar do estado, e fala que, naquele momento, o efetivo já estava bem maior do que no início do governo Carlos Lacerda. *Faixa 2* Exposição do Governador Assessorado pelos seus Secretários de Estado sobre a Obra Administrativa do seu Governo no Estado da Guanabara. Irradiado por uma Cadeia de Rádio e Televisão, Diretamente do Palácio Guanabara Continuação do discurso do secretário de Segurança, Gustavo Borges, que fala sobre as melhorias implementadas pelo governo Carlos Lacerda na área de segurança pública no estado da Guanabara. Continua a fazer críticas as administrações anteriores e elogia as novas delegacias construídas pelo governador. O secretário fala sobre as reformas feitas nas delegacias especializadas. Lacerda diz que o mais importante de tudo isso eram os manuais de trabalho criados pela Secretaria de Segurança. O coronel Borges comenta que tinha usado toda a sua experiência na Força Aérea Brasileira para, junto com a sua equipe, preparar as bases de uma cidade verdadeiramente policiada, por uma polícia digna e uma cidade protegida, não ameaçada pela

			polícia. Segundo Lacerda, os manuais permitiam que os servidores da polícia desempenhassem as suas funções com inteiro conhecimento de causa, e, através da escola de polícia, possibilitava-se a criação de uma carreira de policial, na qual o policial poderia começar na rua e, por meio de cursos sucessivos, acabar exercendo as funções mais altas da carreira. Isto garantia uma rotina de serviços, regulamentada, com tudo previsto. Lacerda faz elogios ao coronel Fontenelle, responsável pelo trânsito no estado da Guanabara. Ele afirma que o trânsito na Guanabara era uma desordem e por isso valorizava o trabalho do coronel. Lacerda conta que o trânsito no Rio de Janeiro era então apontado como referência no Brasil. Ressalta que sempre fora moda atacar a polícia, e muitas vezes com razão, mas afirma que para criticar a polícia era preciso ter um mínimo de autoridade moral. Lacerda nega autoridade moral, para criticar a polícia, a homens que colaboraram com uma ditadura que havia cometido crimes inomináveis. Cita a prisão do escritor Graciliano Ramos. Pergunta onde estavam estes homens quando Graciliano foi preso. Elogia a polícia da Guanabara e reitera o seu apreço, amizade e solidariedade ao coronel Borges, sua equipe da Secretaria de Segurança, a Polícia Civil e Militar, a força policial e serviços auxiliares, pela extraordinária obra de reorganização que estavam procedendo na Guanabara, em favor do povo carioca. Marcos Tamoyo, então secretário de Obras Públicas de Carlos Lacerda, explica que, em cinco anos de trabalho, tinham sido empregados 2/3 das disponibilidades em obras de saneamento, que incluíam: água, esgoto, combate às enchentes, lixo e tudo mais que envolvesse saneamento. Conta que tinham sido utilizados 140 bilhões na construção de novas ruas, estradas, viadutos túneis. Tamoyo fala que o governo havia investido 15 bilhões em parques. E que Lacerda tinha sido o primeiro governante a criar parques no Rio de Janeiro, desde D. João VI. Discorre sobre o parque do Flamengo, então em construção. Menciona a recuperação do Outeiro da Glória, pelo governo Lacerda.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.183 1. Assunto 1.1 Gravação de Músicas	F1: 20 min	s/d	*Faixa 1* Gravação de Músicas
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.184 1. Assunto 21. Faixa 1 Exposição do Governador Assessorado pelos seus Secretários de Estado sobre a Obra Administrativa do seu Governo no Estado da Guanabara	F1: 28 min F2: 30min	**F1: 11/09/1965** **F2: 11/09/1965**	*Faixa 1* Exposição do Governador Assessorado pelos seus Secretários de Estado sobre a Obra Administrativa do seu Governo no Estado da Guanabara – 1961/65 Discurso do Secretário de Obras Públicas, Marcos Tamoyo, sobre as Obras Feitas no Governo de Carlos Lacerda Marcos Tamoyo enfoca a construção dos túneis Rebouças e Major Vaz. Destaca a importância da

– 1961/65 2.2 Faixa 2 Exposição do Governador Assessorado pelos seus Secretários de Estado sobre a Obra administrativa do seu governo no Estado da Guanabara – 1961/65 2. Temas 2.1 Faixa 1 Túneis Rebouças e Major Vaz,m melhoria do trânsito, favelas, deslocamento do subúrbio, liderança de Carlos Lacerda, problemas de infraestrutura, planos para o turismo, Festival Internacional de Cinema 2.2 Faixa 2 Museu da Imagem e do Som, Palácio da Justiça, verbas, boa herança, corpo de juízes, Eugênio Sigaud, oficialização da Justiça, preços da certidão de casamento e atestado de óbito, concurso público, Elogios à Procuradoria do Estado e ao Ministério Público, cursos de treinamento, funcionários do governo			construção dos túneis para a melhoria do trânsito na cidade. Afirma que Lacerda tinha feito, em algumas áreas, no mínimo, o dobro do que os governos anteriores. Conta que Lacerda tinha feito 10, 20 vezes mais. Defende a construção de túneis, porque beneficiaria a toda a população da cidade do Rio de Janeiro. Constata que as favelas cresciam na Zona Sul porque era muito demorado o deslocamento do subúrbio para este local, e que os túneis iriam ajudar a diminuir o tempo deste deslocamento. Marcos Tamoyo explica o sucesso do governo Carlos Lacerda: 1) a escolha da equipe; 2) o projeto de governo; 3) a concorrência pública e a escolha de empreiteiras para obras. Além disso, elenca a liderança de Carlos Lacerda, que fora importante para a quantidade de obras realizadas pelo governo. Carlos Lacerda fala que só poderia investir em turismo depois de priorizar os problemas de infraestrutura da cidade, de água, esgoto e transporte. Convida seu secretário de Turismo, Enaldo Cravo Peixoto, a explicar os planos para o turismo na cidade. O secretário ressalta a importância de estimular o turismo interno. Também defende o estímulo ao turismo externo de europeus, americanos e sul americanos. Ele menciona um Festival Internacional de Cinema, que iria ocorrer na cidade, em duas semanas. Um dos convidados seria o diretor Fritz Lang, e o festival contava com filmes de 18 países. Lacerda comenta que o festival iria atrair filmes estrangeiros para serem negociados no Brasil e que esperava que o Brasil produzisse filmes que pudessem interessar a outros países, que não fizessem pornografia, nem filmes para fazer revolução. O objetivo, segundo Lacerda, deveria ser fazer cinema. *Faixa 2* Exposição do Governador Assessorado pelos seus Secretários de Estado sobre a Obra Administrativa do seu Governo no Estado da Guanabara – 1961/65 Carlos Lacerda conta que o Museu da Imagem e do Som tinha sido financiado pelo Banco do Estado da Guanabara. Explica que era um pequeno museu, com muita coisa para mostrar. Ele mostra partes do acervo e menciona que o museu abria todos os dias, menos às segundas-feiras. Lacerda conta que estava sendo construído o Palácio da Justiça no Estado da Guanabara, mas que esperava que o governo federal contribuísse com verbas para a continuidade da obra. Considera que uma boa herança que o Rio teve da União, após a mudança para Brasília, tinha sido o corpo de juízes. O secretário de Justiça, Eugênio Sigaud, elucida que a oficialização da Justiça, um plano do governo Lacerda, estava sendo implementada. Ressalta que a oficialização traria grandes benefícios à população, reduzindo os preços da certidão de casamento, atestado de

			óbito, etc. Defende a importância de que cargos funcionais da Justiça fossem preenchidos através de concurso público. Lacerda alerta a população, ao dizer que as mudanças que ele planejava não ocorreriam, se as pessoas votassem errado no dia da eleição. Elogia o trabalho da Procuradoria do Estado, que tinha aumentado o seu quadro de funcionários. Comenta que o estado tinha passado a ter defesa, o que não havia antes. Elogia também o trabalho do Ministério Público. O secretário de Administração, Pires Leal, fala sobre o crescimento do número de concursos públicos no governo Lacerda, para preenchimento de cargos públicos. Salienta, também, os cursos de treinamento oferecidos aos funcionários do governo. Fala sobre o regime de promoção trienal e enfatiza os benefícios concedidos aos funcionários.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.185 1. Assunto 1,1 Faixa 1 Continuação da Exposição do Governador no Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Final da Exposição do Governador 1.3 Faixa 3 Pronunciamento do Governador através da TV Rio (Programa do TRE) 2. Temas 2.1. Faixa 1 Descentralização administrativa, IPEG, salários dos funcionários em dia, entregar o cargo, direitos autorais, apartamento do Flamengo, revolução começa pelo voto 2.2 Faixa 2 Número de obras realizadas, valor da liberdade, voto, carta de alforria, servidão 2.3 Faixa 3 Solidariedade, Rio Grande do Sul, inundações, Nordeste, Paraná, incêndios. reabertura do Pavilhão de São Cristóvão, Roberto Marinho, *Globo*, *Time Life*, crítica a Castelo Branco, eleição de Flexa Ribeiro,	F1: 30 min F2: 5 min F3: 26min	**F1: 11/09/1965** **F2: 11/09/1965** **F3: 18/09/1965**	*Faixa 1* Continuação da Exposição do Governador no Palácio Guanabara Carlos Lacerda defende a política de descentralização administrativa, ao anunciar a inauguração de novas agências do IPEG (Instituto de Previdência do Estado da Guanabara). Afirma que havia colocado os salários dos funcionários em dia, e diz que a Guanabara era um estado pobre, em um país pobre, mas, mesmo assim, os funcionários do estado da Guanabara eram os mais bem pagos do Brasil. Lacerda diz que estava chegando ao fim a prestação de contas ao povo, embora muito ainda pudesse ser dito. Argumenta que a popularidade vinha do povo e deveria ser devolvida a ele em forma de serviço. Conta que arriscava a sua reputação para servir aos que nem reputação tinham. Considera que todos os servidores do estado eram seus companheiros de governo. Salienta que se aproximava o dia em que ele iria entregar o cargo para outro governante e que tinha procurado honrar cada dia do seu mandato. Explica que o sítio que tinha em Petrópolis havia sido comprado com o dinheiro que tinha, somado ao que ganhara com direitos autorais de seus livros. Conta que ainda não acabara de pagar o seu apartamento do Flamengo e comenta que, apesar de administrar bilhões, não desviara um vintém. Afirma que os erros que cometera eram naturais a qualquer ser humano, mas que sempre estivera pronto a reconhecer e consertar o erro cometido. Destaca que odiava a política no Brasil, que política era a água, a escola, o esgoto, o viaduto. Lacerda afirma que conhecia por dentro a podridão que encontrara quando havia assumido o governo da Guanabara e que era mais suja do que o esgoto. Acredita que o povo tinha, então, uma nova esperança e que não deveria votar com ódio, mas com amor. Assinala que o voto igualava a todos, que cada voto valia o mesmo, e reafirma que todos deveriam votar com amor. Observa que preferia não falar do lado ruim,

Juscelino, cassação, Partido Comunista, esquerda festiva, candidato socialista, Aurélio Viana, crítica a Negrão de Lima			achava melhor guardar para si mesmo. Menciona que a sua vida era a vida pública e que começara a revolução no dia que tinha tomado posse no Palácio da Guanabara, que a revolução começara pelo voto. Acha que criou um novo estilo de governo. *Faixa 2* Final da Exposição do Governador Lacerda diz que o seu governo não se media apenas pelo número de obras realizadas, mas também por um sentimento do valor da liberdade, pela contribuição de cada indivíduo para o bem estar de todos e a segurança geral. Lacerda acredita que o voto poderia ser uma carta de alforria, ou um título de servidão, dependendo de como a pessoa votaria. Comenta que havia passado pelo crivo da calúnia e que deveria ser o homem mais fiscalizado no Brasil. Pede que votassem no candidato que ele apoiava e que as pessoas conservassem a liberdade que tinham, mantendo um bom governo, elegendo o seu sucessor. *Faixa 3* Pronunciamento do Governador Através da TV Rio (Programa do TRE) O governador Carlos Lacerda presta solidariedade, em nome do governo da Guanabara e dos cariocas, ao estado do Rio Grande do Sul, que fora castigado por inundações. Conta que já havia prestado solidariedade a estados do Nordeste, quando era apenas jornalista, e que tinha auxiliado, como governante, o Paraná, que tivera problemas com incêndios. Comunica que pretendia homenagear o Rio Grande do Sul na reabertura do Pavilhão de São Cristóvão. Ironiza as especulações nos jornais sobre quanto teria gastado na realização de um programa de televisão, em que prestou contas à população sobre o seu mandato de governador. Desafia Roberto Marinho a provar que era dono da *Globo*, ao invés do *Time Life*, o que seria proibido pela Constituição. Considera que Roberto Marinho não tinha condições morais de apoiar ou criticar algum candidato do estado da Guanabara. Afirma que o programa havia custado 36 milhões de cruzeiros. E acrescenta que este era o preço de uma sessão extraordinária da Assembleia Legislativa do estado. Lacerda explica que só no mês de agosto a Assembleia realizara três sessões extraordinárias. Mais uma vez acusa a *Globo* de pertencer a uma empresa americana. E diz que se fosse necessário, faria de novo. Afirma que a publicidade do governo era tão necessária, que ele fez propaganda na *Globo* e no jornal O *Globo*. Critica o presidente Castelo Branco por não ter jantado com o candidato Flexa Ribeiro, mas com Roberto Marinho e Walter Moreira Salles. Critica matéria que considera sensacionalista sobre uma

			bomba que teria sido encontrada na casa de Negrão de Lima. Recorda que o mesmo tipo de matéria tinha sido feita há cinco anos, quando era candidato a governador. Lacerda diz que o grupo Moreira Salles, Golbery, Rede Globo, Roberto Campos e Light estavam contra ele e, do outro lado, estava Juscelino, que tinha sido traído por seu candidato a governador, Negrão de Lima, que o convenceu a votar no marechal Castelo Branco, no Senado, para presidente da República. Uma semana depois seu mandato estava cassado. Diz que Juscelino estava em Paris por causa do Negrão de Lima. Critica a "Revolução", o apoio que o PDS dava ao governo, em troca da cassação de Juscelino. Acredita que a classe média estava decepcionada com a "Revolução", com o compromisso de moralidade do movimento. Afiança que o Partido Comunista e a esquerda festiva estavam contra ele. Apenas Flexa Ribeiro estava a seu lado. Conta que era impedido de falar o nome de seu candidato. Critica o presidente Castelo Branco que disse que iria apurar a situação da *Globo*, mas jantava com Roberto Marinho. Acha que para isso não precisava ter havido "Revolução". Supõe que outros candidatos deveriam desistir de suas candidaturas, em favor da candidatura de Negrão de Lima. Assegura que a esquerda apoiava o quanto pior melhor, por isso não apoiava o candidato socialista, Aurélio Viana, mas Negrão de Lima. Critica Negrão de Lima por sua atuação em 37.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.186 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação do Programa do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) 1.2 Faixa 2 Entrevista a TV de São Paulo – Canal 4 – Palácio Guanabara Faixa 3 Final da Entrevista Faixa 4 Entrevista à Imprensa no Palácio Guanabara 2. Temas 2.1 Faixa 1 Flexa Ribeiro derrotado, apoio da população, "Revolução" traída, carioca vota na oposição, votos da Zona Sul,promessas à classe média, cassação de mandatos,	F1: 25 min F2: 15 min F3: 10 min F4: 25 min	**F1: 18/09/1965** **F2: 22/09/1965** **F3: 22/09/1965** **F4: 22/09/1965**	*Faixa 1* Continuação do Programa do TER Lacerda diz que se Flexa Ribeiro fosse derrotado, no dia seguinte iria ganhar força a tese de que seria impossível a "Revolução" convocar eleições, porque se, na Guanabara, um candidato a Presidência da República, depois de cinco anos de um governo realmente realizador e digno de apoio, não tinha conseguido o apoio da população, o eleitorado votara contra ele. Lacerda afirma que nunca se diria que o eleitorado havia votado contra porque estava contra uma "Revolução" traída, porque a SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento), ao invés de dar carne, estava requisitando gado. Não se diria que a derrota na Guanabara era devido à política econômica do governo federal . Lacerda diz que Flexa Ribeiro era ignorado pelo presidente da República e que quem não quisesse eleição em 1966 deveria votar em Negrão de Lima. Em relação à tese de que o Flexa Ribeiro iria ser derrotado porque o carioca sempre votava na oposição, Lacerda sugere que desta vez o carioca fizesse oposição à oposição. Lacerda mostra preocupação com os votos da Zona Sul, mas acredita que o subúrbio estava com ele. Tenta identificar os motivos que levaram as pesquisas a apontarem queda de votos para o seu candidato na Zona Sul. Um deles, seria o não cumprimento de

desemprego, erros da "Revolução", classe média, maioria absoluta, maioria simples, coação aos eleitores 2.2 Faixa 2 Assembleia Legislativa à venda, eleições na Guanabara, *Diário Carioca*, maioria absoluta nas urnas, atos de terrorismo, favorecer os comunistas, falso terrorismo, eleição indireta 2.3 Faixa 3 Derrota na Guanabara, vontade das urnas, revisão da candidatura, eleições livres, missão do embaixador Juracy Magalhães, apoio de Castelo Branco, eleição indireta, Golbery e Costa e Silva, defesa da democracia, eleições ameaçadas 2.4 Faixa 4 governo federal , posição de Pilatos, Negrão de Lima, candidato da corrupção,, apoiado pelos comunistas, desilusão com a "Revolução, eleições diretas, neutralidade do presidente, oposição estadual,adesão federal, povo anestesiado pelo *O Globo*, porta voz do grupo econômico, missão de Roberto Campos, diplomacia secreta, economia secreta, política secreta., adesão de Átila Nunes, linha de umbanda, atentado na Bolsa de Valores			promessas da "Revolução" à classe média. Assinala que a "Revolução" cassara mandatos, alegando que os políticos eram corruptos, mas não tinha provado a corrupção. Conta que a "Revolução" afirmara que João Goulart tinha roubado dinheiro público para comprar fazendas, mas até então as fazendas pertenciam a ele. Diz que embora a classe operária estivesse ameaçada de desemprego, a mais sensível aos erros da "Revolução" era a classe média, que era a que tinha mais expectativas. Diz que o governo vinha fazendo todo o possível para que o seu candidato fosse derrotado nas eleições para o governo da Guanabara. Mas, mesmo assim, Lacerda assinala que ainda tinha uma real esperança de vitória. Critica a exigência de maioria absoluta para validar o resultado das eleições. Em caso de maioria simples, o resultado seria decidido pela Assembleia. Explica que se não houvesse maioria absoluta, faria tudo o que estivesse ao seu alcance para evitar que a cidade fosse entregue a quem não merecia governá-la. Diz que não estava coagindo os eleitores, mas tinha o direito e o dever de dar o seu depoimento. Comenta que se os outros tinham candidatos ele também poderia ter. Lacerda considera que não havia um candidato mais bem preparado do que Flexa Ribeiro. Acha que Flexa Ribeiro sabia defender o programa dele, mas que, às vezes, lhe faltava um apelo à emoção. Argumenta que arriscara sua vida para que a população tivesse o direito de escolher diretamente e livremente o seu governo. Destaca que se dedicava ao governo, mais do que a família e a sua saúde poderiam permitir. Considera um dever indicar Flexa Ribeiro como seu sucessor. Pede à população para votar em Flexa Ribeiro, e diz que se ele vencesse, poderia concorrer à eleição no ano seguinte, se perdesse, não haveria eleições. *Faixa 2* Entrevista a TV de São Paulo – Canal 4 – Palácio Guanabara O entrevistador comenta que, há pouco tempo atrás, Lacerda dissera em uma entrevista à imprensa carioca que, na sucessão do governo da Guanabara, o governo federal estava na posição de Pilatos. Ele pergunta o porque desta afirmação. Lacerda responde que o governo federal não se decidira entre Cristo e Barrabás. O entrevistador pergunta se o governador iria ganhar ou perder a eleição. Lacerda diz que tem esperança de que seu candidato vencesse as eleições, mas não segurança de que isso fosse acontecer. O entrevistador pergunta sobre a veracidade de uma acusação do *Diário Carioca* de que Lacerda estaria disposto a gastar 1 bilhão de cruzeiros para comprar a Assembleia Legislativa do seu estado, caso houvesse necessidade da sua intervenção para decidir as eleições na Guanabara. Lacerda

			questiona como o *Diário Carioca* conseguia sobreviver sem anúncios e sem leitores. Ele diz que o jornal não tinha interpretado corretamente o que ele dissera. Menciona que vários deputados tinham afirmado que se ele mandasse para a Assembleia o dinheiro necessário para pagar 623 funcionários - que alguns deputados haviam nomeado sem lei e sem verba, conseguiria maioria para confirmar a eleição de Flexa Ribeiro na Assembleia, se ele não conseguisse a maioria absoluta nas urnas. Retruca que isso não era novidade, que sempre se comprara votos de deputados e vereadores no Brasil, o que não significava que todos vendiam os seus votos, mas que alguns vendiam, era fora de dúvida. Perguntam a Lacerda se os atos de terrorismo praticados na Guanabara prejudicariam o seu candidato e a quem o governador atribuía estes atos. O repórter menciona um atentado ocorrido no Banco Central. Lacerda responde que o terrorismo não favorecia seu candidato, favorecia os comunistas, que queriam confusão, e aos candidatos que não tinham votos e queriam comover o eleitorado, através da chantagem de falso terrorismo. Comenta que eram atentados eleitorais. Perguntam a ele sobre a hipótese de que o embaixador Juracy Magalhães teria vindo ao Brasil para acabar com a sua candidatura. Lacerda rejeita esta hipótese. Ele acredita que o embaixador fora chamado pelo presidente da República porque os seus articuladores políticos haviam fracassado. Assinala que achava uma excelente ideia e que esperava que ele tivesse êxito em sua missão. Perguntam se a ideia de eleição indireta tinha partido do Palácio do Planalto. Lacerda considera que sim, que Castelo Branco sempre fora favorável às eleições indiretas. *Faixa 3* Final da Entrevista Perguntam como Lacerda reagiria, em caso de derrota na Guanabara. Ele responde que reagiria democraticamente, se inclinaria diante da vontade das urnas e começaria tudo de novo. Perguntam se o governador estaria de acordo com uma revisão da sua candidatura à Presidência. Lacerda responde que não. Diz que não abria mão da sua candidatura enquanto os eleitores da UDN, e uma grande parte do eleitorado brasileiro, considerassem que a sua candidatura seria importante para garantir eleições livres no Brasil. Assegura que não abriria mão do seu compromisso com o país. O repórter pergunta se a missão do embaixador Juracy Magalhães terminara com a volta dele a Washington ou fora apenas iniciada? Lacerda considera que a missão deveria começar apenas após as eleições. Supõe que se vencesse a eleição, a missão do embaixador iria ser obter o apoio de Castelo

			Branco à sua candidatura. Em caso de derrota, Juracy tentaria obter seu apoio para a eleição indireta, o que ele não conseguiria. O repórter fala que, em caso de serem aprovadas as eleições indiretas, os nomes mais comentados eram os de Golbery e de Costa e Silva. Pergunta se Lacerda tinha alguma informação sobre isso. Ele responde que não, e que preferia não se pronunciar sobre nomes, pois tinha a impressão de que todos os nomes, que surgissem para eleições indiretas, seriam de candidatos que com o povo não tinham chance de se elegerem. Perguntam qual a causa do afastamento de Lacerda do governador de São Paulo, Ademar de Barros. Ele responde que não tinha havido nada. Diz que os dois estavam juntos na defesa da democracia, ameaçada pelo comunismo, e que poderia haver uma nova união, caso as eleições estivessem ameaçadas. *Faixa 4* Entrevista à Imprensa no Palácio Guanabara Lacerda diz que o governo federal estava na posição de Pilatos, nas eleições da Guanabara. Ele acusa Negrão de Lima de ser o candidato da corrupção, apoiado pelos comunistas. Comenta que a opinião pública estava desiludida com o governo da "Revolução" e sendo iludida pela falsa oposição de Negrão de Lima. Supõe que, se for eleito, o primeiro ato de Negrão de Lima seria reunir-se com o presidente Castelo Branco para evitar a sua candidatura à Presidência. Ele afirma que os dois eram contra as eleições diretas e que isso explicaria a neutralidade do presidente nas eleições da Guanabara. Conta que *O Globo* apoiava Negrão de Lima e Castelo Branco ao mesmo tempo e que era seu dever alertar a população sobre esta aliança, que não ousava dizer seu nome. Diz que se tinha tentado evitar a eleição direta na Guanabara, naquele ano. Assegura que Negrão de Lima fazia uma oposição estadual e preparava uma adesão federal. Salienta que o destino da eleição direta para presidente, em 1966, iria ser decidida no dia 3 de outubro. Lacerda afirma que o povo do subúrbio já tinha percebido, mas o da Zona Sul estava sendo anestesiado pelo jornal *O Globo*, que era o porta voz do grupo econômico que se apossara da "Revolução". O repórter pergunta se Lacerda havia mudado sua opinião a respeito do presidente da República. Ele responde que estava se atendo aos fatos. Ressalta que o presidente não tinha evitado as atividades de seus auxiliares que conspiravam contra a eleição direta. O repórter pergunta ao governador sobre o fracasso da missão de Roberto Campos na Rússia. Lacerda retruca que precisava saber qual era o objetivo da missão, antes de analisar se ela fracassara. Diz que, no Brasil, tinha se voltado ao tempo da diplomacia secreta, economia secreta e política secreta. Perguntam sobre a adesão de Átila Nunes,

			da linha de umbanda, à candidatura de Flexa Ribeiro. Lacerda assinala que os umbandistas também eram eleitores, tinham filhos para por na escola, eram trabalhadores, tinham direito de voto e, portanto só poderia agradecer o apoio. Perguntam sobre o atentado na Bolsa de Valores e Lacerda responde que tinha havido apenas feridos leves, e que a Bolsa já voltara às suas atividades normais. Perguntam sobre a eleição na Guanabara. Lacerda diz que, se Flexa Ribeiro ganhasse a eleição, iria ser apesar do presidente e, se perdesse, seria por culpa do presidente. Ele considera que a posição de Castelo Branco, em relação às eleições para a Guanabara, era equivocada, dúbia, e pouco digna do governo do qual ele era presidente.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.187 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Entrevista do Governador na TV Rio 1.2 Faixa 2 Carlos Lacerda na TV Rio (Programa do TRE – Tribunal Regional Eleitoral) 1.3 Faixa 3 Continuação do Programa do TER 2. Temas 2.1 Faixa 1 Condenado ao ostracismo, “Revolução”, destruição do Brasil, instrumentos da força, defendesse a liberdade, escravidão 2.2 Faixa 2 Críticas a Negrão de Lima, Flexa Ribeiro, maior obra de educação, dinheiro americano, substituição de deputados por suplentes, atuação das mulheres, combate aos comunistas e os ladrões 2.2 Faixa 3 Candidato da união dos disparates, apoiado pelo Partido Comunista, pela Light, pelo Roberto Marinho de *O Globo*, governo sem ação, nenhuma eleição, falsa oposição, comunistas, “Revolução”, guerra civil	F1: 6 min F2: 20 min F3: 6 min	**F1: 24/09/1965** **F2: 24/09/1965** **F3: 24/09/1965**	*Faixa 1* Lacerda Discorre sobre a “Revolução” Carlos Lacerda garante que não seria condenado ao ostracismo, enquanto não entendesse que era chegada a hora. Ele afirma que tinha o dever de resistir. Diz que a “Revolução” ainda não fora feita, e que era preciso defendê-la atuando, e não servindo-se dela como se ela fosse uma cortesã. Acredita que a “Revolução” fora feita para evitar a destruição do Brasil, pelo conluio entre a subversão e a corrupção. Assinala que o conluio ainda existia, e que esta batalha tinha que ser ganha pela lei, antes que fosse preciso, de novo, usar os instrumentos da força, para devolver ao poder a perdida dignidade. Pede que a população defendesse a liberdade. Considera a indecisão pior do que a traição. Acha que se não se sabia o que fazer, fizesse o que ele fazia, defendesse a liberdade, o direito de continuar a trabalhar. Assegura que quem não se interessasse em defender a liberdade, sofreria de remorso que era mais terrível do que qualquer outra força negativa no coração do homem. Lacerda menciona que se preocupava em ver o povo caminhando para a escravidão, pensando que caminhava para a liberdade. *Faixa 2* Carlos Lacerda Discorre sobre as Eleições na Guanabara Carlos Lacerda faz diversas críticas a Negrão de Lima, e afirma que não havia razões para votar nele. Diz que candidatos como Negrão de Lima só tinham interesse em chegar ao poder para dele se servir. Discorre sobre a cidade da Guanabara antes do seu governo, para ressaltar as mudanças que ocorreram. Lacerda acha que a cidade não deveria ser prejudicada porque alguém tinha raiva dele. Conta que Flexa Ribeiro nunca tinha sido político e que Negrão de Lima tivera a oportunidade de fazer alguma coisa pelo povo e nada fizera, enquanto Flexa Ribeiro tinha realizado a maior obra de educação até então implementada no Brasil. Acrescenta que não se poderia negar o que

			se estava fazendo na cidade. Ressalta que se poderia dizer que fora feito com dinheiro americano, o que não acontecera, mas poderia. Salienta que nove deputados, que iriam votar em Negrão de Lima, tinham se licenciado por motivo de saúde, e estavam bem, estavam participando de comícios com o candidato. Lacerda explica que a substituição destes deputados por suplentes tinha custado 30 milhões de cruzeiros. Pede para se lembrarem da desmoralização que o Rio sofria, que ninguém depositava dinheiro no Banco do Estado da Guanabara. Afirma que o que tinha levado cinco anos de trabalho para ser construído, poderia ser destruído em poucos segundos. E acrescenta que não fazia sentido votar com ódio. Pergunta onde estavam as mulheres que tinham saído às ruas para combater os comunistas e os ladrões. Acredita que a nação não poderia dispensar a atuação delas e que as mulheres deveriam votar como quem rezasse, como quem fizesse a Deus uma promessa. Pergunta se o ódio era contra viadutos, escolas, hospitais, ruas asfaltadas e concursos públicos. *Faixa 3* Carlos Lacerda Discorre sobre as Eleições na Guanabara Lacerda dirige-se aos eleitores que iriam votar pela primeira vez, alertando que se naquele ano fosse eleito na Guanabara o candidato da união dos disparates, apoiado pelo Partido Comunista, pela Light, pelo Roberto Marinho de *O Globo*, o eleitor teria direito à desordem, a protestar em vão, a uma universidade sem vaga, a um governo sem ação, a nenhuma eleição. Pergunta onde estavam os grupos de Brasília que deveriam estar a seu lado. Assegura que estes grupos não queriam eleição. Acusa o presidente de cruzar os braços entre a subversão e a "Revolução", de cruzar os braços entre o crime e a liberdade. Lacerda assinala que Roberto Campos e Negrão de Lima estavam muito próximos, que a oposição de Negrão de Lima era falsa. Acredita que os comunistas queriam ver o circo pegar fogo. Afirma que eles só queriam melhorar o Brasil se estivessem no poder. Pergunta se o povo queria que o Brasil voltasse à situação que tinha levado o país a fazer uma "Revolução". Garante que Negrão de Lima era um instrumento para a guerra civil no país e pede que os eleitores pensassem e refletissem antes de votar.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.188 1. Assunto 1.1.1 Faixa 1a Carlos Lacerda na TV Excelsior 1.1.2 Faixa 1b Debate de Carlos Lacerda e	F1a: 15 min F1b: 10 min F2: 30min	**F1a: 26/09/1965** **F1b: 26/09/1965** **F2: [1961/1962]**	*Faixa 1a* Carlos Lacerda na TV Excelsior Lacerda diz que não fazia sentido a "Revolução" ser destruída por uma eleição. Conta que a "Revolução" fora feita para tirar do poder os principais responsáveis pela corrupção e comunização do país, mas que as eleições podiam dar posse aos seus lugares tenentes Lamenta que várias revoluções tenham sido jogadas fora no

Assessores sobre Preços de Alimentos 1.2 Faixa 2 Continuação da Reunião Gravação com defeito a partir dos 19 minutos 2. Temas 2.1.1 Faixa 1a “Revolução” destruída, corrupção, omissões de 37, 45 e 54, aliança entre comunistas e corruptos, maioridade mental, satélites dos comunistas, Roberto Marinho, desapropriação do parque Lage, CONTEL, Time Life, COFAP 2.1.2 Faixa 1b Preço do arroz e do feijão, financiamento Banco do Brasil, COFAP 2.2 Faixa 2 Filas, COFAP, descentralização, compra de arroz e feijão, rede de distribuição deficiente, comunistas			Brasil e pede para lembrarem-se das omissões de 37, 45 e 54, senão quisessem esquecer 64 também. Lacerda afirma que não estava preocupado com a vitória de A ou B, mas com a volta ao poder através da demagogia e da corrupção, da aliança entre comunistas e corruptos. Comenta que ninguém poderia querer o que antes acontecia, apenas os desonestos e os comunistas. Acrescenta que as esquerdas que não eram comunistas, ainda não tinham chegado à maioridade mental, porque eram incapazes de pensar por conta própria, por isso se comportavam como satélites dos comunistas. Lacerda afirma que havia encontrado a população do Rio sem esperança. Critica a propaganda dos adversários do seu candidato, por ser contra ele, que estava saindo do governo. Assegura que estavam querendo evitar que ele se candidatasse à Presidência da República. Acusa Roberto Marinho de querer vingar-se dele por ter desapropriado o parque Lage e por ter representado ao presidente da República para que o CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações) examinasse se o contrato de Roberto Marinho com a Time Life estava de acordo com a Constituição. Segue-se reunião de Carlos Lacerda, versando sobre o abastecimento de arroz e feijão na Guanabara, com representantes da COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços). *Faixa 1b* Debate de Carlos Lacerda e Assessores sobre Preços de Alimentos Carlos Lacerda discute com seus assessores sobre o preço do arroz e do feijão na Guanabara. Menciona o financiamento feito pelo Banco do Brasil para garantir o abastecimento de feijão e arroz no estado. Acrescenta que ainda havia o problema do transporte. Discutem sobre a dívida da COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços), que iria ser paga pelo governo federal e pelo governo da Guanabara. Lacerda explica que o Banco do Brasil ia dar crédito de 340 milhões para o governo da Guanabara comprar arroz e feijão e, assim, a Guanabara abriria mão de cobrar a dívida da COFAP. *Faixa 2* Continuação da Reunião Lacerda diz que o objetivo principal seria acabar com as filas, e por isso não poderia ficar tudo concentrado na COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços), seria preciso descentralizar. Lacerda quer que o Banco do Brasil transferisse ao Banco do Estado da Guanabara 340 milhões de cruzeiros para compra de arroz e feijão. Assinala que era preciso que a COFAP desse uma declaração por escrito que autorizasse a compra por um preço na COFAP e a venda por outro preço. Acrescenta que se não

			houvesse esta autorização, a mercadoria poderia ser apreendida. Comenta que a rede de distribuição do estado e a da COFAP eram deficientes, e que deveria ser evitado o caminhão em praça pública distribuindo alimentos. Defende que a rede privada deveria ser utilizada o mais cedo possível, sob controle, autocontrole, e controle das autoridades, porque a rede privada era a única que poderia garantir o abastecimento sem fila grande. Lacerda diz que o risco não era só de escassez, mas do amontoamento de pessoas, com os comunistas na fila, a soprar no ouvido dos camaradas, que eles não iam ter arroz, não iam ter feijão. Gravação com defeito a partir dos 19 minutos
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.189 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Gravação Ruim Inauguração de Melhorias na Praça das Nações, em Bonsucesso 1.2 Faixa 2 Inauguração da Pavimentação do Parque Proletário na Vila da Penha 1,3 Faixa 3 Gravação Ruim Final da Inauguração 1.4 Faixa 4 Inauguração do Túnel Rubens Vaz 1.5 Faixa 5 Inauguração do Viaduto Paulo Bittencourt. 2. Temas 2.1 Faixa 1 Campanha eleitoral, encerrada, informações sobre obras, Zona da Leopoldina, esgoto, adutora do Guandu, Light, escolas, recorde mundial de vacinação, aumento de verba, viadutos 2.2 Faixa 2 calçamento, dinheiro do povo, impostos, Penha, Aliança para o Progresso, financiamento e crédito, saneamento e drenagem Zona da Leopoldina, viaduto	F1: 20 min F2: 10 min F3: 15 min F4: 10 min F5: 2 min	**F1: 06/10/1962** **F2: 06/10/1962** **F3: 06/10/1962** **F4: 21/04/1963** **F5: 22/08/1963**	*Faixa 1* Gravação Ruim Inauguração de Melhorias na Praça das Nações, em Bonsucesso Carlos Lacerda menciona que a campanha eleitoral estava encerrada, então, não tinha vindo pedir votos nem discutir candidatos. Pretende dar algumas informações do que o governo estava fazendo e iria fazer na Zona da Leopoldina. Lacerda informa que estava construindo 70 quilômetros de esgoto na região, o que representaria mais saúde para os habitantes da Zona da Leopoldina. Fala sobre a obra da adutora do Guandu, que ainda não chegara ao meio, só estaria pronta em 1964. Diz que só tinha faltado água na Zona Sul e na Central por culpa da Light que reteve a água do Guandu por 24 horas, para ter um reforço de energia, sem avisar ao Governo do Estado. Acrescenta que a falta d'água na véspera das eleições não havia dado o resultado esperado. Lacerda diz que foram feitas várias escolas na Zona da Leopoldina, assim como uma escola normal e promete a construção do maior, mais moderno e mais bonito ginásio do Brasil, que teria o nome de Dona Leopoldina. Comemora que a Secretaria de Saúde havia batido o recorde mundial de vacinação contra a paralisia infantil. Conta que havia pedido para a Assembleia um aumento de verba para a construção de hospitais, em 1963. Lacerda promete reformar o hospital Getúlio Vargas e fala, também, sobre a política de viadutos que estava sendo implementada na região. Assinala que não pensava apenas nas obras, mas nas pessoas que estavam atrás e além das obras. Ratifica que a reunião era uma comemoração que marcava a indissolúvel união entre o povo e o governo da Guanabara. Acredita que o mesmo povo que ia à praça vaiar os governantes, agora iria para apertar a mão do governador. Lacerda explica que não fazia milagres, apenas procurara ser, ao mesmo tempo, discípulo e exemplo para o seu povo. Acha que o povo não acreditava mais em mentira, detestava e abominava a calúnia.

Lobo Júnior 2.3 Faixa 3 Despejo, Vila da Penha, Favela do Esqueleto, acordo, infraestrutura, falta de arroz, Vila da Penha, bairro, praça das Nações 2.4 Faixa 4 Plebiscito, elogio ao Raimundo de Paula Soares, construção do túnel Rubem Vaz, dinheiro americano, dinheiro russo, desemprego, preito de justiça 2.5 Faixa 5 Obra de Afonso Eduardo Reidy, legado para o Rio de Janeiro			*Faixa 2* Inauguração da Pavimentação do Parque Proletário na Vila da Penha Carlos Lacerda explica que o calçamento tinha sido feito com o dinheiro do povo, que trabalhava e pagava os impostos, que eram utilizados em benefício de todos. Agradece o apoio do presidente da Assembleia, deputado Lobo Coelho. Agradece, também, o apoio que recebeu da Secretaria de Viação e Obras. Lacerda conta que foram pavimentados, na avenida N. S. da Penha, 8.000 metros quadrados, que tinham custado cerca de 13 milhões de cruzeiros. Garante que faria mais obras na Penha, com o dinheiro do povo carioca e com o financiamento, em parte, do programa Aliança para o Progresso. Assinala que o estado não recebia esmola, mas financiamento e crédito. Afirma que o estado também não fazia favor para ninguém. Conta que também estava fazendo obras de saneamento e drenagem de rios na Zona da Leopoldina. Fala também sobre a construção do viaduto Lobo Júnior, que já estava em andamento. *Faixa 3* Final da Inauguração Gravação Ruim Continuação do Discurso de Carlos Lacerda Lacerda diz que não tinha vindo falar de eleição, mas que precisava avisar à população que não iria despejar moradores da Vila da Penha, como andavam dizendo. Esclarece que os moradores da Favela do Esqueleto não tinham sido despejados, mas saído voluntariamente. Menciona que não iria despejar os moradores, porém, iria fazer um acordo com alguns, para poder abrir ruas e fazer obras que melhorassem a infraestrutura do bairro. Conta que, havia um ano e meio, chegara democraticamente ao governo da Guanabara. Afirma que sempre se preocupara em governar para todos, sem se incomodar em saber quem havia votado nele, na hora de decidir onde fazer uma obra. Lacerda acusa o governo federal de ser responsável pela falta de arroz no estado. Comenta que o povo carioca era mais vivo do que esta gente pensava e ratifica que não havia tirado o arroz dos cariocas, e sim dado escola a eles. Assegura que, em um ano e meio, já resolvera alguns problemas, mesmo enfrentando diversos outros. Garante que antes da metade do seu governo, já tinha feito mais do que muitos outros governos. Lacerda diz que a Vila da Penha iria deixar de ser uma favela e se tornaria um bairro. Discorre sobre a obra na praça das Nações que iria inaugurar, assim que terminasse aquele evento na Penha e que a calçada da praça das Nações seria feita com pedras portuguesas, como na Zona Sul da cidade.

			Faixa 4 Inauguração do Túnel Major Rubens Vaz Carlos Lacerda informa que tinha esperado o resultado do plebiscito para poder inaugurar o túnel e não ser acusado de tentar influenciar o resultado que garantira a unidade da Guanabara. Elogia o secretário de Obras, Raimundo de Paula Soares, que havia comandado a construção do túnel. Conta que a obra havia custado 160 milhões de cruzeiros, dinheiro dos contribuintes. Lacerda diz que essa obra não tinha sido feita com o dinheiro americano, muitos menos com o dinheiro russo, que não existia, mas com o dinheiro do trabalhador carioca que se queria onerar aumentando o kilowatt de energia, para pagar salário de bonde. Lacerda afirma que o trabalhador da Guanabara ficaria condenado ao desemprego no dia em que a eletricidade das fábricas custasse mais caro, na Guanabara, do que no resto do Brasil. Anuncia que era uma hora de festa, de alegria, de que participavam todos. Assegura que Rubens Vaz era, de todos, o mais sensato, o mais invulnerável ao ódio, o mais aberto à paz e ao amor. Fala que ao dar o nome àquele túnel, não pretendia levantar a bandeira do ódio, mas render um preito de justiça a um homem desarmado, que morrera pela fraternidade e liberdade dos brasileiros. *Faixa 5* Inauguração do Viaduto Paulo Bittencourt – Avenida Beira – Mar Carlos Lacerda informa que se sentia honrado por assinar o decreto que dava à ponte o nome de Paulo Bittencourt. Menciona que a ponte era uma obra de Afonso Eduardo Reidy e que era um legado para o Rio de Janeiro.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.190 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração de Chafariz na Praça Xavier de Brito na Tijuca 1.2 Faixa 2 Convênio com o Escritório Doxiades 2. Temas 2.1 Faixa 1 Chafarizes, praça Xavier de Brito, restaurados e novos, arquiteto brasileiro, água e luz 2.2 Faixa 2 Plano Urbanístico da Cidade do Rio de Janeiro,tentativa séria de	F1: 8min F2: 20 min	**F1:23/08/1963** **F2: 09/01/1964**	*Faixa 1* Inauguração de Chafariz e Melhoramentos na Praça Xavier de Brito, na Tijuca. O governador Carlos Lacerda diz que o secretário de Obras já tinha falado sobre o plano de trabalho para dotar o Rio de Janeiro de chafarizes. Informa que o chafariz, que estava então na praça da Bandeira, estava abandonado na praça XV. Conta que a praça Xavier de Brito tinha a peculiaridade de ter um síndico para cuidar dela e que aquele era o segundo de 20 chafarizes que iriam ser inaugurados, entre antigos restaurados e novos, projetados pelo arquiteto brasileiro, Bolonha. Lacerda considera o arquiteto um gênio, que honrava os quadros da arquitetura da Guanabara. Diz que quando a obra da água estivesse concluída, em fevereiro de 1965, a população poderia dizer que o trabalho, o esforço, e a esperança recompensavam. Afirma que a presença do povo na inauguração dizia mais do que qualquer palavra que ele pronunciasse. Lacerda assegura que naquele dia jorraria água e luz na praça, e esperava que um dia o povo tivesse não

planejamento, Alfredo Agache, Planejamento democrático, Doxiades, coexistência do homem e da máquina, poder de polícia, plano vindo de baixo para cima, cidade descentralizada			só água e luz, mas escola, hospital, paz, união, etc. *Faixa 2* Convênio com o escritório Doxiades O contrato, assinado no palácio da Guanabara, previa o estudo do Plano Urbanístico da Cidade do Rio de Janeiro. O governador Carlos Lacerda considera revolucionária a assinatura deste contrato, porque desde a remodelação da cidade, promovida pelo prefeito Pereira Passos, tinha havido uma única tentativa séria de planejamento do desenvolvimento urbano da cidade, na gestão do prefeito Antônio Prado Junior, que contratara o urbanista Alfredo Agache, cujo plano ainda era uma constante fonte de referência. Lacerda pretende que esta tentativa de planejamento do desenvolvimento do estado da Guanabara se estendesse até o ano 2000. Ele diz que a participação brasileira neste planejamento iria ser muito maior do que anteriormente. Lacerda garante que o planejamento iria ser democraticamente concebido. Menciona que Doxiades considerava as cidades como uma obra de arte coletiva. Lacerda afirma que a prioridade do urbanismo deveria ser o homem e o planejamento deveria prever a coexistência do homem e da máquina, como também defendia Doxiades. Lacerda acredita que o homem não poderia ser expulso pelo automóvel de dentro da sua cidade, que era sua, e não dele. Discorre sobre as duas razões que levavam o estado a participar deste planejamento urbanístico. A primeira, era pelo seu poder de polícia, disciplinador, de disciplinar a aplicação do plano. A segunda razão, porque era um plano vindo de baixo para cima, e não um plano concebido em um gabinete e imposto de cima para baixo. Assinala que o ideal da cidade moderna era a cidade descentralizada, assim como a administração. Lacerda acha que só seria possível fazer uma cidade assim, com humildade. Garante que o plano seria flexível, e que o povo seria a grande agulha magnética da bússola do governo. Acredita que desta forma o governo daria pleno sentido à colaboração do senhor Doxiades, do contrário, o plano diretor seria nazi-comuno-fascista, ditado de cima para baixo.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.191 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração do Viaduto Sampaio Correa – Leopoldina – Zona Norte 1.2 Faixa 2 Cerimônia de Transferência do Departamento de Águas à SURSAN - Palácio Guanabara	F1: 20 min F2: 15 min F3a: 20 min F3b: 10min	**F1: 3/08/1964** **F2: 02/1965** **F3a:25/2/1965** **F3b:25/2/1965**	*Faixa 1* Inauguração do Viaduto Sampaio Correa – Leopoldina – Zona Norte O Governador Carlos Lacerda diz que estava muito alegre por entregar a obra ao povo da Leopoldina. Explica que o nome da avenida refletia o novo espírito da cidade, após as obras do seu governo. Comenta que esta avenida era um resumo das dificuldades e das vitórias de sua gestão. Afirma que o seu governo fora o primeiro a dar dinheiro ao favelado, para ele construir uma casa para morar, ao invés de um barraco. O governador critica o antigo diretor da Fiocruz e

1.3.1 Faixa 3a Rua Belizário Penna 1.3.2 Fita 3b Inauguração do Viaduto dos Marinheiros 2. Temas 2.1 Faixa 1 Favelado, casa para morar, Fiocruz viaduto de Manguinhos, presentes de empreiteiro, corrupção, COMAL, TV Excelsior, dinheiro do café, chafariz luminoso, avenida dos Democráticos, avenida Suburbana 2.2 Faixa 2 Investimentos, obra da água, ajuda do governo federal 2.3.1 Faixa 3a Elogios a Belisário Penna, rua asfaltada, Rio Escorremão canalizado, recursos para obras, impostos 2.3.2 Faixa 3b Banco do Estado da Guanabara, financiamento, rurbanista Alfredo Agache, praça da Bandeira, pórtico monumental do subúrbio carioca, Radial Oeste, propinas, elogio aos marinheiros			relata as dificuldades enfrentadas para construir o viaduto de Manguinhos. Assinala que a avenida era o símbolo de um novo estilo de governo. Pede aos deputados presentes à cerimônia que digam a seus companheiros que ele não tinha medo dos seus inquéritos. Salienta que se queriam investigar alguma coisa, deveriam chamar também os governantes que o antecederam. Lacerda cita o ditado: “quem não deve não teme”, garantindo que podiam investigar o que quisessem, pedia apenas que publicassem o resultado final das investigações. O governador garante que nunca havia recebido presentes de nenhum empreiteiro. Assegura que na semana seguinte o povo veria o que era corrupção e como seria punida, quando a justiça da Guanabara fosse chamada para mandar para cadeia os ladrões da COMAL (Cia. Comercial Paulista), os donos da TV Excelsior, que, segundo ele, haviam comprado a TV com o dinheiro do café roubado à nação. Promete a construção de um chafariz luminoso na região. Garante que a avenida dos Democráticos e a avenida Suburbana teriam as obras terminadas em pouco tempo. Lacerda esperava contar com a ajuda do povo no final do seu mandato. *Faixa 2* Cerimônia de Transferência do Departamento de Águas à SURSAN - Palácio Guanabara Fala sobre os investimentos do Governo do Estado na obra da água. Espera receber ajuda do governo federal para finalizar a obra. Diz que a obra era de responsabilidade da SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento). O governo anuncia a abertura de concorrência para a obra. Discorre sobre o cronograma das obras e os seus custos. Menciona que, provavelmente, seriam gastos 6 bilhões de cruzeiros em dois anos. Comenta que esperava reduzir os prazos para poder colocar água em todas as bicas da cidade, até dezembro. *Faixa 3a* Inauguração dos Melhoramentos da Rua Belisário Penna O governador Carlos Lacerda elogia Belisário Penna, que considera um grande sanitarista e patriota. Mostra um jornal de 22 anos atrás ,em que era pedido este melhoramento para a rua Belisário Penna. Lacerda diz que esta não era apenas mais uma rua asfaltada, mas que também tinha sido canalizado o rio Escorremão. Assinala que só um povo honesto poderia exigir um governo honesto e afirma que o povo do Rio de Janeiro era honesto. Lacerda diz que era muito caro manter um governo desonesto, porque o governante fazia uma obra com o dinheiro de duas. Lacerda diz que 96% dos recursos para obras eram provenientes de impostos pagos pela população da Guanabara. Destaca que esta obra

			precisava ser feita depois da obra da água, da obra do esgoto, mas antes das obras de enfeite da cidade, de hotel para turistas. Diz que seria bom inaugurar esta obra na véspera do carnaval, para que o povo não pisasse na lama durante a folia. Explica que iria acabar o discurso porque estava chovendo. *Fita 3b* Inauguração do Viaduto dos Marinheiros Carlos Lacerda diz que não tinha verba para construir outro viaduto na região, porque iria investir os recursos na construção da rua paralela à rua 24 de maio. Diz que o povo deveria escolher bem o seu sucessor, para que as obras tivessem prosseguimento. Anuncia que o Banco do Estado da Guanabara iria financiar a construção do outro viaduto. Explica que estava realizando o sonho do urbanista Alfredo Agache que, em 1928, pedira que a praça da Bandeira fosse o pórtico monumental que abriria a porta do subúrbio carioca. Assinala que o subúrbio estava aberto com uma ponte para trazê-lo para o centro da cidade. Conta que a obra não se limitava ao viaduto, ela passava pela praça da Bandeira e pela Radial Oeste. Comemora o fato de a obra ter sido entregue antes do prazo e revela que os operários eram cotistas da sociedade que dirigiam. Elogia a coragem do empreiteiro de ir a uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) e dizer que os outros governos cobravam propinas para ele participar de concorrências, ao contrário do governo da Guanabara. Elogia os marinheiros que davam nome ao viaduto.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.192 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração de Obras na Praça Vanhargen, em Vila Isabel 2. Temas 2.1 Faixa 1 Calçamento em pedra portuguesa, chafariz de concreto, nova arborização, atrair visitantes, guerra contra os mosquitos, elogios à Polícia Militar da Guanabara, orçamento, praias	F1: 30 min	F1: **31/03/1965**	*Faixa 1* Inauguração de Obras na Praça Vanhargen, em Vila Isabel Carlos Lacerda comenta as obras de seu governo, novo calçamento em pedra portuguesa, chafariz de concreto e nova arborização. Acredita que os chafarizes atraíam visitantes a Roma e que o mesmo iria acontecer com a inauguração de diversos chafarizes na cidade. Lacerda aproveita a oportunidade para anunciar as novas obras que seriam feitas pelo governo da Guanabara. Promete começar pela Tijuca a guerra contra os mosquitos e fazer outras obras no bairro. Promete fazer obras também em Vila Isabel. Lacerda faz elogios à Polícia Militar da Guanabara que, segundo ele, tinha honrado a sua tradição. Continua a enumerar as obras que pretendia realizar. Agradece à sua bancada na Assembleia por garantir um orçamento que permitiria ao governo planejar as obras que faria. Comenta que as obras estavam sendo feitas porque se tinha formado uma equipe de trabalho disposta a resolver os problemas da cidade. Explica que o seu governo soubera estabelecer as prioridades, por isso as primeiras obras que fez foram a da água e do esgoto. Lacerda menciona que apenas no quarto ano do

			seu governo estava tratando das praias do Rio de Janeiro. O governador lembra da sua eleição e agradece a população por ter sido eleito governador, porque pôde mostrar que não era apenas um destruidor. Assegura que mais do que obras, o seu governo devolvera a confiança dos cariocas no seu futuro e que era chegada a hora da reflexão sobre o futuro próximo. Assinala que não estava cobrando, apenas dando um conselho, para a população derrotar os que haviam derrotado o Rio de Janeiro.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.193 Inauguração da 2ª adutora do Guandu		**F1: 03/07/1965**	Não existe
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.194 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração da Ponte no Canal de Cachoeira – Guandu 1.2 Faixa 2 Inauguração da Ponte do Canal do Catonho 2. Temas 2.1 Faixa 1 Aliança para o Progresso, Banco Interamericano de Desenvolvimento, desemprego, obras, crítica aos governos anteriores. Campanha, eleição do sucessor, elogios a Flexa Ribeiro e a Cravo Peixoto 2.2 Faixa 2 Taxa d'água, posse de um governador honesto e trabalhador, uma obra por dia	F1a: 25 min F1b: 20 min	**F1a: 15/07/1965** **F1b: 27/02/1965**	*Faixa 1* Inauguração da Ponte no Canal de Cachoeira – Guandu Carlos Lacerda agradece o apoio da Aliança para o Progresso e do Banco Interamericano de Desenvolvimento para que a obra fosse feita. Garante que os empréstimos estavam sendo pagos rigorosamente em dia. Diz que as obras feitas pelo seu governo impediam que houvesse desemprego na Guanabara. Lacerda fala bem de seu governo e critica os governos anteriores. O governador diz que muitas vezes as obras não eram valorizadas pela população, mas ele valorizava os operários, engenheiros e todos que tinham participado, de alguma maneira, destas obras. Continua fazendo campanha para eleger o seu sucessor, comparando seu governo com os anteriores. Diz que o seu candidato não precisava ser governador, porque já era dono do colégio Andrews e professor concursado da Universidade do Brasil. Por isso, a eleição de Flexa Ribeiro traria mais benefícios à população do que a ele próprio. Elogia a empreiteira que havia feito a obra. Destaca que não tinha vindo apenas inaugurar uma obra, mas pedir votos também. Elogia Flexa Ribeiro e Cravo Peixoto. Espera que no ano seguinte ele fosse presidente, que Flexa Ribeiro fosse governador e afirma que iria chamar Cravo Peixoto para trabalhar com ele. Lacerda espera que Deus desse um empurrãozinho na eleição, abrindo os olhos de todo mundo, fechando os ouvidos às intrigas, e abrindo os olhos para a verdade. Fechando os ouvidos para os boatos e abrindo os olhos para a realidade. Pede a todos que votassem pensando no presente e no futuro, sem pensar no passado. *Faixa 2* Inauguração da Ponte do Canal do Catonho O governador Carlos Lacerda comemora mais uma fase terminada da obra da água. Lembra das dificuldades enfrentadas para levar os projetos da obra da água para Washington, em busca de um empréstimo. Elogia Kennedy por ter idealizado a Aliança para o Progresso. Diz que a inflação tinha provocado um grande aumento nos custos da obra. Por isso, diz que tinha sido preciso criar a taxa

			d'água. Assegura que, no fundo, todos queriam a mesma coisa: a melhoria para todos. Por isso todos deviam unir-se a ele. Pede aos jovens que votassem certo para não se arrependerem depois. Ele agradece a dedicação, o sacrifício, o trabalho e o entusiasmo dos trabalhadores da obra inaugurada. Diz que eles não trabalharam só pelo salário, eles sabiam que estavam fazendo uma obra que seria útil para todos na Guanabara. Informa que a última obra que pretendia inaugurar era a posse de um governador honesto e trabalhador. Promete inaugurar uma obra por dia, de agosto a dezembro, sendo que, em alguns dias, seriam inauguradas mais de uma. Lacerda agradece a presença de todos, e dedica um pensamento de gratidão à família dos que haviam trabalhado na obra em questão. Comenta que era uma honra ser governador, em um momento em que a Guanabara se transformava em uma potência do Brasil. Lembra que quando assumira o governo diziam que o Rio de Janeiro não tinha solução. Mas diz que tinha enfrentado os desafios e que naquele momento a Guanabara era um exemplo para outros estados.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.195 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Comemoração da Perfuração do Túnel Rebouças 1.2 Faixa 2 Inauguração da Praça Chain Weizman 1.3 Faixa 3 Inauguração da Escada da Glória, no Outeiro da Glória 2. Temas 2.1. Faixa 1 Obra financiada pelo BEG, cota do Fundo Rodoviário, iluminação e ventilação do túnel, redução do desemprego, revolução administrativa, sorteio de casas, impedir candidatura do general Lott, Ato Institucional, Lei de Inelegibilidade, eleição de Flexa Ribeiro, parque Lage, túnel Dois Irmãos 2.2 Faixa 2 Centro Cultural Brasil-Israel, Flexa Ribeiro, futuro governador da Guanabara, elogios a Weissmann, escola Anne Frank	F1:27 min F2: 6 min F3: 30 min	**F1: 06/08/1965** **F2:09/08/1965** **F3: 15/08/1965**	*Faixa 1* Comemoração da Perfuração do Túnel Rebouças Destaca que a obra tinha sido resultado da união de diversos setores do governo da Guanabara e fora financiada pelo BEG (Banco do Estado da Guanabara). Elogia a empreiteira responsável pela construção do túnel. Conta que o presidente já autorizara a entrega de uma cota a que o estado tinha direito, do Fundo Rodoviário, para a iluminação e ventilação do túnel. Afiança que a obra tinha sido considerada essencial pelo ministro da Fazenda e pelo ministro da Viação. Lacerda também relata os elogios que recebera porque as obras do seu governo reduziam o desemprego na Guanabara. Considera que faltava coordenação aos órgãos do governo federal , ao contrário do que acontecia no governo da Guanabara, que havia passado por uma revolução administrativa. Anuncia o sorteio de casas entre os operários que tinham trabalhado na construção do túnel. Espera que todos os seus adversários pudessem concorrer à sua sucessão, porque considerava ser capaz de derrotá-los. Assinala que eles já tinham sido derrotados quando estavam no poder e seriam derrotados novamente, de maneira democrática. Pede para impedirem a candidatura do general Lott. Explica que o Ato Institucional e a Lei de Inelegibilidade não tinham servido, então caberia ao povo decidir votando. Ele demonstra confiança na eleição de Flexa Ribeiro como seu sucessor no governo da Guanabara. Lacerda garante que Flexa Ribeiro defenderia o parque Lage, assim como ele. Informa que Flexa Ribeiro iria abrir o túnel Dois Irmãos, embaixo da Rocinha. Agradece a presença de todos, o que não era apenas um sinal de solidariedade, mas de

2.3 Faixa 3 Outeiro da Glória, História da cidade, campanha de Flexa Ribeiro, inviabilizar as eleições para presidente, “Revolução”, túnel Rebouças, desemprego			compreensão também. *Faixa 2* Inauguração da Praça Chain Weizman O presidente do Centro Cultural Brasil-Israel elogia o discurso de Flexa Ribeiro e diz que ele seria o futuro governador da Guanabara. Lacerda agradece ao embaixador de Israel pela doação de um busto de Weissmann. Conta que ele era um dos raros homens de estado aos quais a política não fazia perder o vigor do idealismo, a capacidade de sonhar, a faculdade singular de antever, no que parece que não vai acontecer, o que teria de acontecer pela força das ideias. Comenta que ele conseguia aliar suas ideias a suas ações. Diz que a homenagem ao povo judeu tinha começado com a inauguração da escola Anne Frank e continuava com a inauguração do busto. *Faixa 3* Inauguração da Escada da Glória, no Outeiro da Glória O governador Carlos Lacerda discorre sobre a importância do Outeiro da Glória na história da cidade do Rio de Janeiro. Diz que não estava obrigando nem coagindo ninguém a concordar com ele. Porém, afiança que tinha direito de fazer campanha para o seu candidato. Explica que Flexa Ribeiro tinha conseguido unir forças para apoiar sua candidatura. Lacerda fala sobre a importância das eleições e afirma que nem todos podiam candidatar-se às eleições para o governo da Guanabara. Informa que Flexa Ribeiro já tinha feito muitas escolas e poderia fazer mais, se fosse eleito. Lacerda assinala que poderia fazer mais pela Guanabara, quando estivesse em Brasília, se um aliado seu fosse eleito na próxima eleição. Comenta que a derrota de Flexa Ribeiro poderia inviabilizar as eleições para presidente, porque iriam argumentar que ele não tinha conseguido eleger seu candidato na Guanabara e que seria o único candidato da “Revolução” com chances de ser eleito presidente. Mas, se perdesse as eleições na Guanabara, seria melhor que não tivesse havido eleições. Lacerda diz que, ao fim de 4 anos e 8 meses de seu governo, tinha feito tudo o que era possível, mas sabe que ainda faltava muito a ser feito. Afirma que, ao final do seu governo, a única acusação que recebera foi a de estar construindo uma biblioteca em seu apartamento. Fala sobre a inauguração do túnel Rebouças, em que foram sorteadas cinco casas. Lacerda diz que muitos operários ficaram desempregados após esta obra e que a população precisava eleger Flexa Ribeiro para que as obras continuassem e os operários não ficassem desempregados.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.196 1. Assunto	F1: 18 min F2: 13 min F3: 4 min	**F1:24/ 08/1965** **F2: 30/08/1965** **F3: [1965]**	*Faixa 1* Inauguração da Praça Edmundo Bittencourt Carlos Lacerda esclarece que o chafariz não

1.1 Faixa 1 Inauguração da Praça Edmundo Bittencourt 1.2 Faixa 2 Inauguração da Usina de Baixo Recalque, em Bangu 1.3 Faixa 3 Inauguração de Viaduto São Cristóvão 1.4 Faixa 4 Continuação da Faixa Anterior 2. Temas 2.1 Faixa 1 Chafariz, governo trabalhoso, eleição de Flexa Ribeiro, problemas da falta d'água, do ensino primário e dos ginásios, saneamento básico, candidatura à Presidência, degradar a "Revolução". continuísmo, ditadura 2.3 Faixa 2 Problema da água, obra em andamento, SURSAN, elogios a Veiga Brito, Departamento de Águas, obras do Guandu, desemprego, capacidade do homem brasileiro, viaduto dos Fuzileiros, desapropriações, desmentir o chefe do SNI, Golbery, candidatura de Lott, direito de se candidatar, crítica a Light, eleições diretas em 1966 1.3 Faixa 3 Construção de 17 viadutos. Conclusão de obras começadas, viaduto Cristóvão Colombo 1.4 Faixa 4 Viaduto dos Fuzileiros, desapropriações, defesa da candidatura de Lott, crítica a Light, monopólio do fornecimento de energia, eleições diretas em 1966	F4: 30 min	**F4: [1965]**	gastava a água de casas e apartamentos, a água era sempre a mesma, que voltava através de uma bomba. Comenta que estava chegando ao fim de um governo trabalhoso. Espera não ter desapontado os que o elegeram, mas acredita que havia agradado até os que não tinham votado nele. Pede que todos se unissem e votassem em Flexa Ribeiro. Lacerda afirma que ainda tinha muitos problemas a resolver na Guanabara, porém, prometia resolver o problema da falta d'água em novembro, e comemorava ter resolvido o problema do ensino primário. O governador diz que começou a resolver o problema dos ginásios e que estava investindo em saneamento básico. Defende o seu direito de fazer propaganda para Flexa Ribeiro e de a população eleger seus governantes através de eleições. Critica os que o acusam de querer se candidatar à Presidência da República por ser ambicioso. Diz que a não realização de eleições iria degradar a "Revolução". Lacerda afirma que não abre mão da sua candidatura, e que se o seu partido quisesse abrir mão dela, teria que convocar uma convenção e anunciar que aderira ao continuísmo e à ditadura. *Faixa 2* Inauguração da Usina de Baixo Recalque, em Bangu O governador Carlos Lacerda comenta que estava lendo jornal no dia anterior e viu a carta de um leitor reclamando que o governo havia anunciado que resolvera o problema da água, mas estava faltando água em sua casa. Lacerda esclarece que a obra da água ainda estava em andamento, e que prometera, há quatro anos e oito meses atrás, que no fim daquele ano estaria resolvido o problema de abastecimento de água no Rio de Janeiro. Lacerda argumenta que a SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento) só tinha passado a ser eficiente quando o secretário de Obras passara a ser, também, o presidente da SURSAN. Ele também afirma que o Departamento de Águas já fora comandado por um professor de Hidráulica, mas só tinha dado certo quando passou a ser dirigido por um engenheiro rodoviário, dr. Veiga Brito. Lacerda destaca a capacidade de liderança do dr. Veiga Brito para comandar a equipe do Departamento de Águas. Dedica uma palavra especial aos trabalhadores desta e de outras obras do Guandu e se mostra preocupado com o iminente desemprego destes trabalhadores. Ele afirma que o ritmo das obras não podia diminuir. Acha que com as obras prontas a sociedade iria começar a beneficiar-se. Lacerda lamenta a concepção de desânimo acerca da capacidade do homem brasileiro, o que tornava o país dependente do exterior. Ele explica que tinha uma visão diferente, que aceitava a contribuição de outros países quando necessário,

			mas valorizava os brasileiros. Menciona que a primeira concepção era a adotada pelo governo federal . Considera que a obra do Guandu deixava todos os que dela tinham participado orgulhosos, profissional e civicamente. Agradece aos que tinham participado da obra. *Faixa 3* Inauguração de Viaduto São Cristóvão O governador Carlos Lacerda anuncia que o governo estava construindo 17 viadutos e reformando dois, inclusive o Cristóvão Colombo. Lacerda conta que o viaduto estava cheio de lições e que todos deveriam aprender estas lições. Interrompe para assinalar a chegada do "homem da escola", Flexa Ribeiro. Recomeça, afirmando que a primeira lição do viaduto era que um governo não deveria fazer apenas obras novas, mas terminar as que não tinham sido concluídas pelos outros governantes. Fala que o viaduto chamava-se Cristóvão Colombo porque tinha sido descoberto em uma visita a obras no subúrbio, assim como Colombo descobrira a América. Diz que os maus governos esqueciam até o que tinham conseguido fazer. *Faixa 4* Continuação da Faixa Anterior Lacerda diz que o projeto do viaduto era de 1952, mas que a obra fora aceita em caráter definitivo em 1956. Menciona que o viaduto dos Fuzileiros ficaria pronto em seis meses. Ele conta que para recomeçar as obras tinha sido necessário fazer desapropriações e praticamente fazer tudo de novo. Lacerda acredita que havia mudado a tradição do prefeito ou governador irem poucas vezes ao subúrbio. Aproveita a cerimônia para desmentir uma informação do chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação), Golbery (do Couto e Silva), que tinha chegado ao presidente da República. Conta que Golbery afirmara que Lacerda havia defendido a candidatura de Lott, depois de ter ido visitá-lo. Lacerda afirma que poderia visitar Lott quando quisesse, mas não o tinha feito, e garante que não precisaria ter afinidade com alguém para defender o seu direito de se candidatar. Lacerda manifesta que gostaria de derrotar Lott nas urnas. Critica a Light por ter o monopólio do fornecimento de energia no Rio de Janeiro e não fornecer. Diz que quando assumira o Governo do Estado, a cidade estava abandonada. Após cinco anos, Lacerda diz que iria resolver o problema da água e promete inaugurar mais viadutos. Anuncia que tinha havido um recuo dos que defendiam a não realização de eleições diretas em 1966. Ele afirma que para este recuo tinha sido fundamental o apoio da população, dos congressistas e do Exército na realização de eleições diretas, em 1966. O governador defende a sua ambição de tornar-se presidente da República.

BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.197 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração da Estação de Tratamento do Guandu 1.2 Faixa 2 Inauguração da Usina de Lixo, em Irajá 1.3 Faixa 3 Inauguração da Escola Santa Margarida, em Campo Grande 1.4 Faixa 4 Inauguração do 4º Distrito de Divisão de Limpeza Urbana, em Botafogo 2. Temas 2.1 Faixa 1 Inundação nas velhas bombas, Departamento de Águas, Companhia das Águas do Rio de Janeiro 2.2 Faixa 2 Construção de usinas, limpeza urbana, investimento em pessoal transporte, gerar energia através do lixo, loteada politicamente, mudança de mentalidade, cidade mais limpa 2.3 Faixa 3 Verbas, sucessor, construção de mais escolas, candidatura de Flexa Ribeiro 2.4 Faixa 4 Limpeza da cidade, elogios aos trabalhadores da Divisão de Limpeza Urbana, risco de retrocesso, eleições diretas em 1966	F1: 10 min F2: 18 min F3: 10 min F4: 8 min	**F1: 15/09/1965** **F2: 20/09/1965** **F3: 21/ 09/1965** **F4: [1965]**	*Faixa 1* Inauguração da Estação de Tratamento do Guandu Carlos Lacerda agradece a todos que haviam participado da obra que estava sendo inaugurada. Diz que tinha passado neste terreno os dias mais angustiantes da sua vida. Lembra que no início do seu governo houve uma inundação nas velhas bombas que acabaram molhando os motores. Entretanto Lacerda vê o lado bom do episódio, pela dedicação dos funcionários. Discorre sobre seu plano de transformar o Departamento de Águas na Companhia das Águas do Rio de Janeiro. Diz que este seria o caminho natural, não se deveria parar na forma de autarquia. Agradece novamente a equipe que trabalhara na obra. Assinala que esperava que o próximo governo desse prosseguimento à obra. *Faixa 2* Inauguração da Usina de Lixo, em Irajá O governador Carlos Lacerda explica que inicialmente havia um projeto de construir três usinas mas, depois de uma avaliação, houve a constatação que era preciso construir apenas uma. Acrescenta que no setor de limpeza urbana o que mais precisava de investimento era o pessoal, em seguida o transporte, o destino final era apenas o terceiro item. Lacerda comenta que gerar energia através do lixo, no Brasil era um luxo muito mais do que uma necessidade. Por isso a ideia fora construir pequenas usinas, uma já havia sido inaugurada em Bangu e estava sendo inaugurada a de Irajá. Afirma que o próximo governador poderia construir, no ano seguinte, uma usina na Gávea. Ele supõe que construindo duas usinas por ano, em cinco anos o problema do lixo estaria resolvido. Assinala que a limpeza urbana era loteada politicamente. Lacerda menciona que ainda havia muito a ser feito, como melhorar as condições de trabalho e de vida dos servidores da limpeza urbana e que a mentalidade em relação ao problema havia mudado. O governador considera que o Rio de Janeiro era a cidade mais limpa das grandes cidades do Brasil, porém, adverte que pretendia que o Rio fosse a cidade mais limpa da América do Sul. *Faixa 3* Inauguração da Escola no Bairro Santa Margarida O governador Carlos Lacerda anuncia que iria deixar verbas para o próximo governador fazer mais escolas. Porém, Lacerda adverte que esta verba só seria bem utilizada se fosse eleito Flexa Ribeiro e critica os outros candidatos. Comenta que não tinha medo do povo e por isso fazia escolas. Acha que o povo estava cansado de tapeação. Pede um voto de confiança e um voto de justiça para eleger Flexa Ribeiro. Afirma que a responsabilidade do povo carioca era muito

			grande, porque se o seu candidato fosse derrotado, o povo brasileiro iria achar que não adiantava trabalhar, porque quem ganhava era o demagogo, que não adiantava ser honesto, porque quem ganhava era quem mente mais. *Faixa 4* Inauguração do 4º Distrito de Divisão de Limpeza Urbana, em Botafogo O governador Carlos Lacerda considera decisivo o trabalho do pessoal da limpeza urbana para melhorar a limpeza da cidade. Assinala que o Rio ainda não era a cidade mais limpa do mundo, mas estava muito mais limpa do que há cinco anos atrás. Elogia a dedicação dos trabalhadores da Divisão de Limpeza Urbana. Argumenta que as pessoas deveriam votar da melhor maneira possível, assim como trabalhavam da melhor maneira possível. Alerta para o risco que o estado corria de sofrer retrocessos se Flexa Ribeiro não fosse eleito governador, porém, lembra que não estava perseguindo ou obrigando alguém a votar em seu candidato, mas apenas alertando a população. Afirma que tem direito, como cidadão, e o dever, como governador, de pedir votos para Flexa Ribeiro nas eleições de 3 de outubro. Lacerda adverte que existia o risco de não haver eleições diretas, em 1966, se Flexa Ribeiro fosse derrotado.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.198 1. Assunto 1,1 Faixa 1 Inauguração da Estação de Tratamento, em Pedra de Guaratiba 1.2 Faixa 2 Inauguração da Praça dos Jesuítas – Santa Cruz 1.3 Faixa 3 Continuação 1.4 Faixa 4 Inauguração do Conjunto Residencial Santo Amaro, no Catete 2. Temas 2.1 Faixa 1 Promessa de campanha, saneamento, campanha Flexa Ribeiro, superprodução de crianças, crítica à “Revolução”, desordem e a desonestidade do governo federal antes do golpe	F1: 30 min F2: 6 min F3: 9 min F4: 12 min	**F1: 09/1965** **F2: [1965]** **F3: [1965]** **F4: 23/09/1965**	*Faixa 1* Inauguração da Estação de Tratamento, em Pedra de Guaratiba O governador Carlos Lacerda anuncia que ao inaugurar a obra estava cumprindo uma promessa de campanha. Destaca que o saneamento era a prioridade nesta região e iria garantir mais saúde e bem estar aos moradores de Pedra de Guaratiba. Agradece o apoio que sempre recebera nesta região. Fala que pretendia levar a todo o país a experiência vitoriosa no governo da Guanabara. Lacerda faz campanha para seu candidato a governador, Flexa Ribeiro, ressaltando o seu trabalho como secretário de Educação da Guanabara. Salienta que o seu governo não fazia obras de fachada. Comenta que o Rio de Janeiro era a cidade mais bela do mundo e orgulho de todos os brasileiros, mas que era a vergonha dos cariocas até o seu governo. Diz que a todo lugar em que ia percebia uma superprodução de crianças. Por isso, seria preciso que se pensasse nelas. Lembra de quando assumira o governo e não havia vagas para todas as crianças nas escolas municipais. Destaca que fez obras de saneamento que não apareciam, mas eram fundamentais. Lacerda continua a insistir na importância da eleição de Flexa Ribeiro. Critica a “Revolução” que, segundo ele, em alguns momentos andava para trás, como caranguejo. Porém, diz que ela tinha trazido uma coisa boa, devolvera aos brasileiros a paz para trabalhar.

2.2 Faixa 2 Porto de Santa Cruz, usina siderúrgica, legalização das construções, Santa Cruz no mapa econômico e social da Guanabara 2.3 Faixa 3 anel rodoviário, adiantamento de recursos do governo federal , construção da estrada até Santa Cruz, milhares de empregos, casas populares, eleger Flexa Ribeiro 2.4 Faixa 4 Cidade melhor do que há cinco anos atrás, união dos comunistas com os ladrões do povo, desafio à Light e a *O Globo*, expulsão dos comunistas e dos ladrões, SURSAN, eleição de Flexa Ribeiro			Lacerda considera que antes da "Revolução" a desordem e a desonestidade do governo federal ameaçavam o futuro do Brasil. Pede para a população votar com seriedade, com devoção, como quem gera uma criança. Cita uma frase do presidente Kennedy: " Não se deve perguntar o que o país pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo país". Assegura que o pior já havia passado, embora ainda houvesse muitas imperfeições. Mas, afirma que em quatro anos o seu governo tinha feito mais do que fizeram em 30 anos. Lacerda diz que não se devia dar uma nova chance a quem não tinha feito nada no passado, mas a quem já provara que sabia fazer. *Faixa 2* Inauguração da Praça dos Jesuítas – Santa Cruz Carlos Lacerda diz que Santa Cruz era um dos recantos mais históricos e turísticos da Guanabara. Garante que Santa Cruz seria a zona que, em um futuro próximo, teria o maior desenvolvimento da Guanabara. Afirma que o porto de Santa Cruz seria maior do que o porto que existia, o maior do Rio de Janeiro. Lacerda menciona que seria construída uma usina siderúrgica na região. Fala sobre a legalização das construções em Santa Cruz, após o acordo com o patrimônio da União, o que permitiria o crescimento do bairro. Assegura que isto era apenas o começo e que a economia da Guanabara seria dependente de Santa Cruz. Comenta que o seu governo pusera Santa Cruz no mapa econômico e social da Guanabara. *Faixa 3* Continuação Lacerda discorre sobre os investimentos do Governo do Estado em Santa Cruz. Conta que a estrada já estava chegando para fazer o anel rodoviário. Lacerda lamenta não ter recebido um adiantamento prometido pelo governo federal , que seria usado na construção da estrada até Santa Cruz. Garante que o crescimento econômico de Santa Cruz iria gerar milhares de empregos, e que teriam que ser construídas casas populares, porque não se poderia pensar em construção de fábricas sem pensar na construção de moradia para os trabalhadores. Pede que os moradores de Santa Cruz garantissem a continuidade do modo de governar implementado pelo seu governo. Para que isso acontecesse, Lacerda diz que seria preciso eleger Flexa Ribeiro. Pede para os que ainda não tinham se decidido pensassem bem, antes de votar. *Faixa 4* Inauguração do Conjunto Residencial Santo Amaro, no Catete O governador Carlos Lacerda menciona que a inauguração coincidia com a véspera das eleições, então era preciso falar sobre as eleições. Comenta

			que o seu governo trabalhava, fazia o melhor que podia, ao contrário dos anteriores. Reconhece que nem todos os problemas tinham sido resolvidos, mas afirma que muitos o foram e alguns estavam sendo resolvidos. Considera que o Rio de Janeiro era, então, sem sombra de dúvida, uma cidade melhor do que há cinco anos atrás. Lacerda avisa que existia uma ameaça séria: a união dos comunistas com os ladrões do povo. Assegura que essa aliança havia sido feita para eleger um político desonesto como governador. Assinala que o seu governo tinha desafiado os políticos corruptos, a Light, *O Globo* e que seria uma tragédia se o povo humilde, honesto, trabalhador, e a classe média não percebessem que era o seu destino que estava em jogo. Acha que o povo não poderia esperar que, todos os anos, o Exército pusesse os tanques nas ruas para expulsar os comunistas e os ladrões do poder. Argumenta que desejava que o povo votasse, mas votasse para melhorar a sua cidade, não para piorar. Diz que a cidade não poderia voltar a ser governada por aqueles que a desgraçaram e que a SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento) era desprezada pelos outros governantes. Lacerda anuncia que tinha a consciência tranqüila, mas se o seu candidato perdesse a eleição, os que votaram contra ele iriam sentir remorso quando vissem que o seu voto iria voltar-se contra eles mesmos. Lacerda afirma que o povo deveria responsabilizar-se pelo que fazia e pelo que deixava de fazer.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.199 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração do Interceptor Oceânico, Flamengo - Botafogo 1.2 Faixa 2 Inauguração da Usina de Industrialização do Lixo, em Bangu 1.3 Faixa 3 Inauguração do Chafariz da Praça da Fé, em Bangu 1.4 Faixa 4 Iluminação do Jardim Vilanova Temas 1.1 Faixa 1 Vazamento de esgoto na Zona Sul, casos de tifo., apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do presidente Kennedy,, Aliança para o	F1: 30 min F2: 10 min F3: 1: 30 min F4: 20 min	**F1: 24/ 9/1965** **F2: 12/03/1965** **F3: 15/09/1965** **F4: 21/09/1965**	*Faixa 1* Inauguração do Interceptor Oceânico, Flamengo - Botafogo Lacerda afiança que esta obra acabaria com o vazamento de esgoto na Zona Sul e com os casos de tifo. Agradece o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do presidente Kennedy, através da Aliança para o Progresso, que concedera empréstimos para que a obra fosse feita. Lacerda conta que o Rio de Janeiro tinha sido a quinta cidade no mundo a ter esgoto sanitário, no começo do século. Mas, a preocupação da maioria dos governantes era maior com as obras de fachada do que com as obras de infraestrutura. Comenta que só um governo que acreditava no povo faria uma obra que não aparecia. Lacerda garante que não tinha havido nenhuma irregularidade nos contratos das empreiteiras com o seu governo. Diz que os governos anteriores ou não faziam as obras ou faziam uma obra pelo preço de duas. Salienta que a galeria que estava sendo inaugurada iria da Glória a Botafogo e precisaria ser ampliada para outros bairros da Zona Sul, como Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon. Ressalta a importância das eleições do dia 3 de outubro para que a obra tivesse continuidade no próximo governo. Menciona que o resultado das eleições

Progresso, obras de fachada X obras de infraestrutura, ampliação da galeria, eleições do dia 3 de outubro, moradores da favela do morro do Pasmado 1.2 Faixa 2 Companhia Progresso Industrial, doação de terreno, tecidos Bangu, vantagens das pequenas usinas, descentralização característica de sua administração, prioridade pagar bem aos funcionários e ter bons equipamentos Faixa 3 Rio nova Roma, chafarizes e fontes, Festival Internacional de Cinema, em Bangu 1.4 Faixa 4 Escola, criança, família não tem partido, governo que trabalha X governo que finge que trabalha, crítica a governos anteriores, citação das obras realizadas, menção ao trabalho da CETEL e da SURSAN, votos para Flexa Ribeiro			na Guanabara poderia determinar se continuaria havendo eleições livres no Brasil. Lacerda ressalta que as armas democráticas deveriam ser usadas para preservar a consciência do povo contra o ópio do povo, e a mentira dos interesses contrariados. Lacerda fala sobre os antigos moradores da favela do morro do Pasmado que eram então proprietários de suas casas com água, luz, esgoto, pagando 15% do seu salário por mês. Promete a construção de um hotel no local da antiga favela, desde que o seu candidato vencesse as próximas eleições. Diz que o Rio de Janeiro recuperara o orgulho que os brasileiros tinham da cidade. *Faixa 2* Inauguração da Usina de Industrialização do Lixo, em Bangu O governador Carlos Lacerda agradece à Companhia Progresso Industrial do Brasil pela doação do terreno onde fora construída a usina. Elogia a companhia que tinha levado a indústria da Guanabara a um padrão de reputação internacional pelos seus tecidos, os famosos algodões Bangu. Lacerda conta que o então diretor de Limpeza Urbana, o engenheiro Gastão Henrique Sengés, era descendente do primeiro gari do Rio de Janeiro, o francês Gari, que foi o primeiro concessionário do serviço de lixo da cidade. Lacerda fala que além da razão genealógica, Gastão tinha um elevado espírito público e uma acentuada vocação de técnico que o habilitavam a ser diretor de Limpeza Urbana. Explica que a construção da usina fora uma opção do seu governo e que, quando assumira o governo, já estava aprovada a construção de duas usinas, por uma firma francesa. Depois de muitas negociações, o governo tinha chegado à conclusão de que era melhor construir pequenas usinas, adotando a descentralização característica de sua administração. Lacerda comunica que a prioridade do seu governo era pagar bem aos funcionários e ter bons equipamentos, ao invés de construir uma grande usina. Lacerda cita as vantagens de construir pequenas usinas. Conta que a primeira usina tinha sido construída em Paquetá e a próxima deveria ser construída em Irajá. *Faixa 3* Inauguração do Chafariz da Praça da Fé, em Bangu O governador Carlos Lacerda anuncia que pretendia transformar o Rio em uma nova Roma, cheia de chafarizes e fontes. Explica que o chafariz em Bangu era uma homenagem do Governo do Estado ao espírito progressista do povo do bairro. Lacerda menciona que haveria exibição de filmes do Festival Internacional de Cinema, em Bangu.

			Faixa 4 Iluminação do Jardim Vilanova Carlos Lacerda acredita que nunca aprendera tanto quanto nos cinco anos como governador da Guanabara. Explica que tinha aprendido a ver em homens de outros partidos, com convicções diferentes das suas, o mesmo sentimento, as mesmas aspirações, o desejo de atender às mesmas necessidades. Lacerda considera que escola não tem partido, família não tem partido, criança não tem partido. Por isso, no dia da decisão, qualquer que fosse o partido, só haveria uma decisão a tomar entre o que era certo e o que era errado, entre o que era verdade e o que era mentira, entre um governo que trabalhava e um governo que fingia que trabalhava. Fala mal dos governos anteriores e comenta que em seu governo tinha sido feita uma escola a cada dez dias, um viaduto a cada três meses, que haviam sido pavimentadas diversas ruas e feitas diversas obras de saneamento básico. Ele ainda cita os 20 mil telefones que a CETEL (Companhia Estadual de Telefone) havia colocado no subúrbio. Lacerda pede votos para Flexa Ribeiro, para que ele pudesse dar continuidade ao seu governo. Diz que seus adversários afirmavam que o que o seu governo tinha feito era fácil. Pergunta porque os governos anteriores não construíram escolas, não valorizaram a SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento). Diz que Flexa Ribeiro iria resolver os problemas que o seu governo não tivera tempo de resolver. Menciona que ainda restava muito por fazer, mas que seria preciso que o povo estivesse ao lado do governo.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.200 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração do Parque Lage, no Jardim Botânico 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa Anterior 2. Temas 2.1 Faixa 1 História do parque Lage, venda a Roberto Marinho, bem tombado e destombado, parecer do Patrimônio Histórico Nacional, proteger o parque Lage da especulação imobiliária. cursos voltados à juventude, lazer, exercício físico 2.2 Faixa 2 Crítica a Negrão de Lima,	F1: 30 min F2: 20 min	**F1:26/09/1965** **F2: 26/09/1965**	*Faixa 1* Inauguração do Parque Lage, no Jardim Botânico O governador Carlos Lacerda narra a história do parque Lage. Conta que Henrique Lage, que criou o parque para a sua mulher, penhorou o parque no Banco do Brasil. Fala sobre a venda do parque Lage a uma sociedade imobiliária, fundada por um senador da UDN de Alagoas, então candidato divisionista, em sociedade com o diretor do jornal O *Globo*, Roberto Marinho. Mas, de acordo com Lacerda, a negociação havia sido interrompida porque o parque Lage era tombado, até o presidente Juscelino Kubistchek retirar o parque da lista dos bens tombados. Acrescenta que Jânio Quadros manteve a posição de Juscelino, mesmo contra o parecer do Patrimônio Histórico Nacional. A mesma posição fora adotada pelo presidente João Goulart. Lacerda conta que em sua campanha para governador da Guanabara, prometera proteger o parque Lage da especulação imobiliária. Assinala que Roberto Marinho fora encontrá-lo para conversar sobre o parque Lage e dissera: "Você vai ser candidato a presidente, precisa do apoio de *O Globo*". Lacerda assegura que ofereceu a ele um terreno na Presidente Vargas, em troca do parque Lage, e que Roberto

candidato apoiado pelo *O Globo*, loteamento do parque Lage. qualidades de Flexa Ribeiro, recolocar o parque como um bem tombado			Marinho havia aceitado o acordo. Menciona que o governo da Guanabara tinha desapropriado o parque Lage, pagando 14 milhões de cruzeiros, vinte vezes o valor locativo declarado por Roberto Marinho. Comenta que Roberto Marinho ainda sugerira que se transformasse o parque em um cemitério. Lacerda diz que o parque ofereceria diversos cursos voltados à juventude, seria um novo centro de estudo, como uma antecipação da universidade. Argumenta que o parque serviria para o lazer, o exercício físico, mas também ao debate, à discussão, livremente, abertamente. Conclui assegurando que seria a casa da juventude. *Faixa 2* Continuação da Faixa Anterior Carlos Lacerda critica o candidato Negrão de Lima que, segundo ele, era apoiado pelo jornal *O Globo*, que defendia o loteamento do parque Lage. Lacerda discorre sobre a importância de Negrão de Lima ser derrotado e diz que Flexa Ribeiro tinha realizado a maior obra de educação pública já feita no Brasil. Lacerda continua falando sobre as qualidades de Flexa Ribeiro e garante que Roberto Marinho só iria pôr os pés no Parque Lage como mero transeunte. O governador fala sobre a importância do parque para o lazer dos cariocas, destacando que no parque Lage os estudantes poderiam pensar livremente, como nunca haviam conseguido na UNE (União Nacional dos Estudantes). Critica o presidente da República por ainda não ter recolocado o parque Lage como um bem tombado e ter ido jantar com Roberto Marinho. Afiança que o parecer sobre o tombamento era tão unânime, que tivera até o voto do senador Afonso Arinos. Pede ao presidente que tomasse uma atitude, urgentemente.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.201 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração do Parque Ary Barroso, na Penha 2. Temas 2.1 Faixa 1 Construção do parque do Flamengo, parque Lage, lotear, apartamentos de luxo, penhorado ao Banco do Brasil, 20 milhões de cruzeiros para desapropriar o parque, Ary Barroso, primeiro parque público construído no subúrbio carioca, espaços livres, cidade viva e humana, elogio à	F1: 38 min	**F1: 26/09/1965**	*Faixa 1* Inauguração do Parque Ary Barroso, na Penha O governador Carlos Lacerda agradece a construção do parque ao arquiteto Fernando Chassel, a Cravo Peixoto e ao engenheiro Tamoyo. Agradece também à Fundação Parques e Jardins. Diz que, na monarquia, o Rio de Janeiro tinha recebido três parques. Depois, na República, nunca mais fora construído um grande parque. Lacerda fala sobre a construção do parque do Flamengo e sobre o parque Lage, que o dono de *O Globo* queria lotear para fazer apartamentos de luxo. Diz que o terreno em que tinha sido construído este parque estava penhorado ao Banco do Brasil, e o estado tinha pago 20 milhões de cruzeiros para desapropriá-lo. Menciona que o parque recebera o nome do mineiro de Ubá que tinha levado a música popular do Brasil ao mundo inteiro, seu amigo de juventude, companheiro de Carmem Miranda e amigo de todo o brasileiro. Comenta que era o primeiro parque público

SURSAN, novo hospital Getúlio Vargas, inauguração de viaduto em Del Castilho, citação das obras realizadas. elogios a Flexa Ribeiro, discriminação a nenhuma raça ou religião, apoio do Partido Comunista à candidatura de Negrão de Lima			construído no subúrbio carioca e o terceiro feito no seu governo. Assinala que tinha pena de não ter podido construir o quarto parque, no Engenho de Dentro, e que era preciso que Chassel continuasse e que Flexa Ribeiro fosse seu sucessor no governo. Lacerda promete que se fosse eleito presidente da República abriria um parque na Central do Brasil, em 1967. Lacerda fala sobre a importância de se criar parques, para que as crianças brincassem, os jovens namorassem, as famílias passeassem nos fins de semana. Diz que na cidade motorizada, invadida pelo ronco dos motores, os espaços livres eram fundamentais para que a cidade continuasse viva e humana. Cita o exemplo de Londres e Nova York, como cidades mais arborizadas e mais humanas do que o Rio de Janeiro de cinco anos atrás. Conta que a SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento fora criada por Alfredo Martins, que não soubera o que fazer com ela. Ele assegura que o seu governo havia recuperado a SURSAN. Critica Alfredo Martins por fazer propaganda proclamando-se pai do referido órgão. Promete que o novo hospital Getúlio Vargas ficaria pronto até o fim do ano. Ele promete inaugurar um viaduto em Del Castilho, no dia seguinte àquele. Segundo Lacerda, seu governo fazia um viaduto a cada três meses e assinala que a construção do parque era, antes de mais nada, um testemunho de amor. Lacerda solicita que a população votasse para que não voltassem os antigos governantes. Ele promete realizar mais obras no bairro e garante que no começo de 1966 ficariam prontas duas escolas. Espera que estas obras fossem inauguradas no primeiro ano do governo de Flexa Ribeiro. Critica os que acusavam Flexa Ribeiro de ser racista. O governador diz que durante todos os anos de governo, o assessor de trabalho, que se sentava à mesa do secretariado, que se sentava a seu lado e de Flexa Ribeiro, que os ajudava a tomar decisões, era um negro, Henrique Raimundo. Afirma que no seu governo não havia discriminação a nenhuma religião. Lacerda quer ver qual a reação da população ao apoio do Partido Comunista à candidatura de Negrão de Lima.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.202 1. Assunto 1.1.1 Faixa 1a Inauguração de Obras na Rua Mena Barreto e Sorteio de Casas 1.2.2 Faixa 1b Discurso de Carlos Lacerda 1.2 Faixa 2 Final da Faixa 1	F1a: 5 min F1b: 10 min F2: 8 seg F3: 30 min	**F1a:28/09/1965** **F1b: [1965]** **F2: 28/09/1965** **F3: 30/09/1965**	*Faixa 1a* Inauguração de Obras na Rua Mena Barreto e Sorteio de Casas Lacerda discorre sobre a importância de que todos se unissem para eleger Flexa Ribeiro por maioria absoluta. Comenta que para conseguir mais votos seria preciso responder rapidamente às intrigas. Refuta as acusações de racismo, citando o túnel Rebouças que foi batizado em homenagem a dois irmãos negros engenheiros. Pede que os eleitores o ajudassem a desfazer as intrigas e a conseguir mais votos. Lacerda explica que iria fazer o sorteio de cinco casas entre os operários que haviam participado da obra de saneamento

1.3 Faixa 3 Cerimônia Comemorativa – Perfuração Total do Túnel do Guandu, em Bangu 2. Temas 2.1.1 Faixa 1a Eleger Flexa Ribeiro, acusações de racismo, sorteio de cinco casas, obra de saneamento 2.1.2 Faixa 1b Campanha para Flexa Ribeiro. Desemprego, obra gigantesca, tempo recorde, modo novo de governar a Guanabara, resultado das eleições 2.2 Faixa 2 Anunciam o nome de Carlos Lacerda 2.3 Faixa 3 Ligação da praia de Botafogo com o rio Berquó, enchentes, doação de fundos de terrenos, valorização dos terrenos, iluminação da praia de Botafogo, inauguração do túnel Rebouças, aproximar o subúrbio da Zona Sul. diminuição das favelas na Zona Sul, horror à política, mal necessário, crítica ao PSD e ao PTB, Partido Comunista, candidato reacionário, especulador de café, Divisão das Forças Armadas			realizada em Botafogo. *Faixa 1b* Discurso de Carlos Lacerda Carlos Lacerda pede desculpas por estar rouco, porque estava fazendo campanha para Flexa Ribeiro. Homenageia os operários que deram a vida para que a população da Guanabara pudesse ter água. Emocionado, ele lembra a todos a necessidade de continuar a fazer obras no estado para evitar o desemprego dos que trabalhavam nas obras. Agradece aos seus companheiros de trabalho no Departamento de Águas. Comenta que esta obra tinha sido um desafio à capacidade e à dedicação dos servidores. Agradece também ao consórcio responsável pela obra. Para Lacerda, fazer uma obra gigantesca em tempo recorde, constituía uma façanha. Afirma que o governo havia enfrentado muitas dificuldades durante a obra. Considera que a obra prestava um serviço à paz e à liberdade dos brasileiros. Pede para o povo carioca votar com consciência e com a mesma grandeza dos que fizeram a obra em questão. Lacerda assegura que a paz ficaria ameaçada com a destruição de um modo novo de governar implementado por ele na Guanabara. Diz que confiava em um bom resultado nas eleições de domingo. *Faixa 2* Final da Faixa 1 Locutor diz o nome de Carlos Lacerda *Faixa 3* Cerimônia Comemorativa – Perfuração Total do Túnel do Guandu, em Bangu Lacerda promete que após as eleições iria fazer a ligação da praia de Botafogo com o rio Berquó. Lacerda explica que este rio era responsável pelas enchentes em Botafogo. Agradece aos moradores pela paciência e pela cooperação, já que alguns moradores doaram fundos de terrenos, diminuindo o preço das desapropriações, em troca da valorização, pois muitos destes terrenos passaram a ficar com duas frentes. Lacerda também promete promover a iluminação dos trechos que faltavam, da praia de Botafogo ao largo dos Leões. Comenta que esta obra era muito importante para o trânsito nas regiões citadas. O governador garante que o túnel Rebouças seria inaugurado em breve. Elogia a empreiteira que tinha entregado a obra com três meses de antecedência. Comemora a antecipação da entrega, que permitiria a ele sortear cinco casas da Vila Kennedy para cinco trabalhadores da obra. Afirma que isto não era demagogia, que o governo estava economizando, pois três meses a mais de trabalho representariam aumento de despesas. Lacerda fala sobre a importância do túnel Rebouças para aproximar o subúrbio da Zona Sul. Ele acredita que esta aproximação

			favoreceria a diminuição das favelas na Zona Sul, porque os moradores do subúrbio teriam mais facilidade para ir trabalhar na Zona Sul e voltar para casa no subúrbio. O governador diz que tinha horror à política, que a considerava um mal necessário. Mas diz que pensava a política como um instrumento, através do qual se poderia fazer alguma coisa pelo povo brasileiro. Acha que o governo servia para dar à população o que ela necessitava, em troca do que ela dava e do que ela pagava. Critica o PSD que conservava a democracia em um vidro de álcool e o PTB que a conservava em um cano de esgoto. Lacerda diz que a política não tinha nada a ver com os mortos que pertenciam à história. O governador admite que a eleição ainda não estava ganha e diz que preferia ser cauteloso a respeito das eleições. Critica o Partido Comunista por não apoiar o candidato socialista e apoiar o candidato mais reacionário, que era o candidato da Light, do Roberto Marinho, do Walter Moreira Salles, especulador de café. Lacerda diz que os comunistas estavam tentando dividir a população brasileira, pois só assim eles teriam alguma chance de chegar ao poder. Lacerda alerta que se Negrão de Lima fosse eleito, as Forças Armadas iriam dividir-se em duas partes: uma iria apoiar que ele tomasse posse de qualquer maneira e outra iria defender que ele não tomasse posse de maneira nenhuma. Lacerda afirma que esta divisão das Forças Armadas interessava aos comunistas.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.203 1. Assunto 1.1.Faixa 1 Inauguração da Duplicação da Avenida Edgar Romero, em Madureira 1.2 Faixa 2 Inauguração da Duplicação da Rua 24 de Maio	F1: F2:	**F1: 27/09/1965** **F2: 24/09/1965**	*Faixa 1* Inauguração da Duplicação da Avenida Edgar Romero, em Madureira *Faixa 2* Inauguração da Duplicação da Rua 24 de Maio
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.204 1. Assunto 1.1 Faixas 1 Inauguração do Viaduto de Del Castilho - Emílio Baumgart 1.2 Faixa 2 Inauguração do Viaduto de Del Castilho 2. Temas 2.1 Faixa 1	F1: 30 min F2: 48 min	**F1: 27/09/1965** **F2: 27/09/1965** Obs: Fita com repetição de trechos	*Faixa 1* Inauguração do Viaduto de Del Castilho Emílio Baumgart Lacerda menciona que conseguiu na justiça eleitoral o direito de transmitir pela televisão comícios para defender a honra e a obra do seu governo, que estavam sendo injuriadas e caluniadas por aqueles que não tinham coisa melhor a dizer. Por isso, antes de chegar à cerimônia, teve que improvisar um comício no parque Lage. Conta que o viaduto levava o nome de Emílio Baumgart em homenagem à engenharia brasileira, porque fora ele que tinha introduzido o concreto armado no país, que, por sua vez, permitiu fazer construções em massa. Fala sobre os critérios utilizados para nomear o viaduto.

Transmissão de comícios pela televisão, defesa da honra e da obra do seu governo, Emílio Baumgart introduziu o concreto armado no país, campanha para Flexa Ribeiro, aliança entre comunistas e a corrupção, Revolução" cometera erros, liderança democrática 2.2 Faixa 2 Voto da juventude e das mulheres, intrigas da campanha de Negrão de Lima, apoio da Legião da Boa Vontade e de fiéis de outras religiões, candidatura de Flexa Ribeiro, subúrbio abandonado, recuperação a reputação do Rio, Negrão de Lima, candidato dos latifundiários. apoiado pelo *O Globo*, pelo jornal *Última Hora*, por Prestes e pela Light, comunistas queriam dividir as Forças Armadas, acabar com as eleições no Brasil			Lacerda pede que a população gritasse "mais um!, ao invés de "já ganhou". Ele sugere que as pessoas pedissem votos todos os dias até as eleições, em casa, no trabalho, na escola, no bonde, no trem. Explica que a história do "mais um " era séria, não era piada. Diz que se todos conseguissem mais um, a vitória seria fácil. Pergunta porque os governos anteriores não fizeram o que ele já tinha feito até então. Diz que o seu governo havia mudado a forma de administrar a cidade e que tinha, ainda, mais um argumento para que a população votasse em Flexa Ribeiro. O argumento era que há um ano e meio atrás a aliança entre comunistas e a corrupção tinham levado as Forças Armadas a tirarem do poder um presidente eleito porque, mesmo respeitando a eleição, era mais importante respeitar a nação, a paz dos brasileiros. Diz que a "Revolução" não tinha um programa definido, foi feita para evitar o pior. Acha que a "Revolução" cometera vários erros, como a mania de ser impopular, de não confiar na capacidade do povo de compreender os sacrifícios necessários. Para Lacerda, faltava à "Revolução" uma liderança democrática. Porém, afirma que a "Revolução" conseguira dar aos brasileiros um ano e meio de paz relativa. *Faixa 2* Inauguração do Viaduto de Del Castilho Lacerda fala sobre a importância do voto da juventude e das mulheres. Diz que o aumento do preço das passagens não era responsabilidade do Governo do Estado, que isso tinha sido feito por quem não queria que Flexa Ribeiro fosse eleito. Acusa a campanha de Negrão de Lima de passar um trote para contratados do estado, afirmando que o governador iria recebê-los no Palácio Guanabara. O governador comenta que ficara sabendo desta informação a tempo de ir ao palácio receber cerca de 400 contratados e que este era apenas um exemplo de como tentavam jogar o povo contra o povo. Lacerda diz que apesar de ser católico não se importava de receber o apoio da Legião da Boa Vontade e de fiéis de outras religiões. Refuta as acusações de que Flexa Ribeiro seria racista. Acusa Negrão de Lima de ser um sibarita, um gozador da vida, serviçal de qualquer regime, até da democracia. Afirma que Negrão de Lima faria qualquer negócio para chegar ao poder. Considera seu dever, a cada inauguração, pedir votos para Flexa Ribeiro e Danilo Nunes. Repetição do início da fita. 20 minutos Continuação da fita 7 minutos Carlos Lacerda Diz que como governador não

			tinha o direito de se omitir, que ele deveria ter opinião, por isso pedia votos para Flexa Ribeiro. Pede para que cada um se lembrasse de conseguir mais um voto por dia, até as eleições. Assinala que era muito bom governar e ser bem recebido no subúrbio havia tanto tempo abandonado. Para terminar o discurso, Lacerda diz que o Rio sempre foi muito admirado pelo resto do Brasil, mas que isso tinha acabado, o Rio era o escárnio do Brasil. Mas em menos de cinco anos, sustenta que o seu governo havia recuperado a reputação do Rio de Janeiro. Pede para votarem pela alegria de viver no Rio. O governador confia nos jovens para conquistar a vitória na Guanabara. Repetição do início da fita: 10 minutos Lacerda comenta que Negrão de Lima era o candidato mais reacionário, conservador, era candidato dos latifundiários. Assinala que era esquisito um candidato ser, ao mesmo tempo, apoiado pelo *O Globo* e pelo jornal *Última Hora*, por Prestes e pela Light. Garante que os comunistas não votavam em vão, que o objetivo deles era dividir as Forças Armadas, como um primeiro passo para chegar ao poder. Informa que o maior desertor do Brasil, depois de trair a democracia e ter desertado do cargo que ocupava, tinha o cinismo de escrever cartas amorosas ao candidato Negrão de Lima. Conta que este argumento deveria ser espalhado, para que as pessoas pensassem duas vezes antes de dar o seu voto para acabar com as eleições no Brasil.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.205 **1. Assunto** 1.1 Faixa 1 Transformação do Departamento de Águas em Cia Estadual de Águas da Guanabara 2. Temas 2.1 Faixa 1 Evolução de autarquia para companhia pública, crítica à política energética e à política de comunicação, serviço autossuficiente, criação de tarifa, investimentos em novos reservatórios, em modernização, em redes de distribuição.	F1: 26 min	**F1: 19/10/1965**	*Faixa 1* Transformação do Departamento de Águas em Cia Estadual de Águas da Guanabara Solenidade em que o governador Carlos Lacerda, juntamente com todos os representantes do governo estadual, transforma o Departamento de Águas em Companhia Estadual de Águas da Guanabara, sociedade de economia mista. O governador diz que o seu governo procurara devolver aos servidores do Departamento de Águas o que eles haviam perdido, o sentimento de respeito por si mesmos, a confiança em suas capacidades, o seu sentimento de responsabilidade. O governador elogia a equipe que foi formada e que iria comandar a companhia. Garante que não conhecia nenhum dos diretores da Companhia antes da sua posse como governador. Avisa que os recursos materiais que faltavam tinham sido conseguidos com o Banco do Estado da Guanabara, com o apoio da população que havia pago a taxa d'água, e graças à vitória da sua bancada na Assembleia Legislativa que apoiou a Lei que havia criado a taxa d'água e a Lei da Reforma Administrativa. Lacerda fala sobre a evolução do Departamento de Águas, de uma autarquia para uma companhia pública, que deveria provocar uma reflexão sobre

			a posição democrática e progressista em face dos serviços públicos de uma cidade ou de uma nação. Acha que era passado o tempo das meras concessões. Critica a política energética do país, voltada para o lucro e não para o beneficio indireto, que consistia no desenvolvimento geral das atividades econômicas e sociais de uma cidade ou de uma nação. Critica também a política de comunicação do país. Considera que seria uma aberração transformar a Companhia de Águas em uma companhia privada. Acredita que a Companhia de Águas tinha que ter como prioridade o fornecimento de água e por isso precisava ser pública. Entretanto, assinala, o serviço deveria ser autossuficiente e para isso seria necessário criar uma tarifa que lhe permitisse dar uma justa remuneração aos que a ele se dedicavam, adquirir equipamentos, fazer a manutenção e a prestação de novos serviços. Prevê uma arrecadação de 12 a 13 bilhões para o ano seguinte, sendo que apenas 30% deveriam ser utilizados para pagamento de pessoal e manutenção. A amortização do financiamento do Banco Interamericano não passava de 10%. Então, adverte, dos 12 a 13 bilhões de cruzeiros, já com o Guandu em funcionamento, cerca de 60% do que iria render a tarifa d'água poderiam ser investidos em novos reservatórios, em modernização, melhoria e instalação de redes de distribuição.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.206 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Instalação da COPEG (Companhia Progresso do Estado da Guanabara) – Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Instalação da Região Administrativa de Madureira 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa 2 1.4 Inauguração da Rede Elétrica na Favela João Cândido 2. Temas 2.1 Faixa 1 Fomentar desenvolvimento industrial, criação da Companhia, implantação de novas indústrias, oportunidades de emprego, atividade governamental planejada, atividade da cidadania livre, novo capítulo na história	F1: 20 min F2: 10 min F3: 12 min F4: 15 min	**F1:04/12/1961** **F2: 04/12/1961** **F3: 04/12/1961** **F4: 27/9/1962**	Instalação da COPEG (Companhia Progresso do Estado da Guanabara)– Palácio Guanabara Lacerda fala sobre a importância da criação de uma companhia de desenvolvimento da Guanabara para fomentar o seu desenvolvimento industrial. Ele diz que deu prosseguimento ao projeto, iniciado no governo provisório de Sette Câmara. Explica que o projeto tinha sido aprovado na Assembleia, convertido em lei, o que possibilitara a criação da Companhia Progresso da Guanabara. Lacerda destaca a importância deste órgão na estruturação de uma economia industrial no estado. Diz que não apenas a conservação do nível de vida da população da Guanabara, mas a expansão desta prosperidade, através da fixação das indústrias que se estabeleceram na região quando o Rio era o centro administrativo da República, e a implantação de novas indústrias que aumentassem as oportunidades de emprego, além da fixação dos existentes, tudo isso reforçaria a convicção do governo sobre a utilidade deste órgão que daria uma nova perspectiva de prosperidade e bem estar à população. Assinala que acreditava na feliz combinação de uma atividade governamental planejada, com uma atividade da cidadania livre. Diz que é sobre o signo da liberdade para o trabalho e para a produção em um governo autenticamente democrático e consciente de sua responsabilidade para com a comunidade, que a Assembleia se instalava e assim começaria um

econômica, política e cívica do estado, nomeação para os cargos, proposta de remuneração, decisão da Assembleia 2.2 Faixa 2 Empréstimo, Banco Interamericano de Desenvolvimento, obras de água e esgoto, dinheiro dos impostos em benefício da população, déficit habitacional, descentralização administrativa 2.3 Faixa 3 Critério rígido, escolha dos administradores, resolução de pequenos problemas locais, Favela do Vintém, voluntários para obras de água e esgoto, mais recursos dos EUA, vacinação contra a varíola e a paralisia infantil, 700 professores admitidos por concurso, fiscalização das contas 2.4 Faixa 4 Adversário político, Getúlio Vargas, combate ao comunismo, iluminação, negociar com a França a construção do metrô, escolher um vice que o ajudasse a governar, preferência pelo vice-governador em atuação, Lobo Coelho.			novo capítulo na história econômica, política e cívica do estado da Guanabara. Lacerda dá início à eleição dos três primeiros diretores, dos membros do Conselho de Desenvolvimento, que constituiriam o Conselho da COPEG e assessorariam o Governo do Estado no que se referisse ao desenvolvimento industrial do estado, do conselho fiscal e seus suplentes, devendo a assembleia indicar as respectivas remunerações. Diz que a mesa estava aberta a receber as indicações para os respectivos cargos. O representante do estado lê o nome dos indicados e a proposta de remuneração para os respectivos cargos. A assembleia aprova as indicações e a proposta de remuneração. *Faixa 2* Instalação da Região Administrativa de Madureira Carlos Lacerda discorre sobre o empréstimo de 35 milhões de dólares que o Banco Interamericano de Desenvolvimento concedera ao estado da Guanabara, para obras de água e esgoto. De acordo com Lacerda, este empréstimo constituía a prova da credibilidade e o do crédito que o estado da Guanabara tinha. Assinala que poderiam falar o que quisessem, mas ninguém poderia negar que o governador soubera utilizar o dinheiro dos impostos em benefício da população da Guanabara. Lacerda anuncia que iria viajar novamente aos Estados Unidos em busca de mais recursos para o estado da Guanabara. Destaca que não era possível falar sobre progresso, riqueza, desenvolvimento, enquanto houvesse um déficit habitacional na cidade, que ele calculava ser de 10 mil casas por ano. O governador defende a descentralização administrativa da Guanabara como fundamental para que o estado fosse governado com eficiência. Fala sobre a Administração Regional de Cascadura e Madureira e afirma que a população destes dois bairros era maior do que a de cidades como Porto Alegre e Belo Horizonte, o que aumentava a responsabilidade do administrador regional. *Faixa 3* Continuação da Faixa 2 Lacerda diz que seria adotado um critério rígido na escolha dos administradores regionais. Discorre sobre a importância das administrações regionais para resolver pequenos problemas locais, que não precisavam ser resolvidos pelo governador. Diz que além de um administrador regional competente, seria preciso que a população colaborasse. Cita o exemplo da Favela do Vintém, em Padre Miguel, onde dois mil voluntários estavam auxiliando o Governo do Estado nas obras de água e esgoto. Menciona que seria preciso mais verba para continuar as obras, por isso iria aos Estados Unidos em busca de mais

			recursos para o estado. Pede a colaboração da população para que a campanha de vacinação contra a varíola obtivesse sucesso. Cita o exemplo do êxito da campanha de vacinação contra a paralisia infantil que batera o recorde mundial. Lacerda diz que no ano anterior tinha havido 2.500 casos de varíola no Rio de Janeiro, por isso, seria necessário que a população fosse vacinada. Diz que o estado da Guanabara estava recebendo a vacina contra a varíola fabricada no Peru. Conta que estava procurando esclarecer o Tribunal de Contas para que a grande obra da Secretaria de Educação daquele ano não fosse prejudicada. Lacerda diz que 700 professores do ensino médio estavam sendo admitidos por concurso. Lacerda explica que os ginásios estavam sendo transformados em ginásios industriais. Defende a fiscalização das contas do seu governo, mas teme que em nome da fiscalização se impedisse o governo de governar. *Faixa 4* Inauguração da Rede Elétrica, na Favela João Cândido O governador Carlos Lacerda conta que foi adversário político do presidente Getúlio Vargas, mas que estava combatendo o comunismo como pregou Vargas que defendeu a liberdade do Brasil contra a Rússia e os comunistas brasileiros. Segundo Lacerda, todos os homens podiam se encontrar, se entender, quando mesmo nas suas divergências tinham em comum o mesmo amor à mesma terra em que nasceram. Lacerda assegura que, se a alegria dos moradores era grande, a dele era maior, porque tinha sido no seu governo que a favela João Cândido ganhara iluminação. O governador promete que, nos três anos e meio que faltavam para terminar o seu mandato, iria pôr o metrô para funcionar. Lacerda diz que os problemas tinham solução, desde que o povo ajudasse a resolvê-los. O governador anuncia que iria à França negociar a construção do metrô, e pede para a população imaginar o que aconteceria se, enquanto ele estivesse viajando, o vice-governador, escolhido pelo povo, em 15 ou vinte dias roubasse tudo o que o governo vinha acumulando com sacrifício, ou desviasse o dinheiro destinado às escolas. Lacerda diz que isso não poderia ser bom para o povo e, por esse motivo, esperava que a população escolhesse um vice que o ajudasse a governar e não um que o atrapalhasse. Comenta que não tinha nada contra os candidatos a vice-governador, mas tinha uma preferência pelo vice-governador em atuação, que era o presidente da Assembleia, que já assumira o governo em algumas oportunidades e sempre se saíra bem. Por isso pede votos para Lobo Coelho. Lacerda ressalta a importância da eleição para vice-governador.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.207	F1: 8 min	**F1: 27/9/1962**	*Faixa 1*

1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Inauguração na Favela João Cândido 1.2 Faixa 2 Melhoria na Rede Elétrica na Colônia de Pesca Z - 5 1.3 Faixa 3 Inauguração do Serviço de Identificação de Empregadas Domésticas 1.4 Faixa 4 Inauguração do Ônibus Elétrico do Leme (Linha Leme –Castelo) 2. Temas 2.1 Faixa 1 Lentidão da Assembleia Legislativa, problemas da cidade mais importantes do que a ideologia, eleição de bons deputados e bom vice-governador 2.2 Faixa 2 Elogios aos pescadores brasileiros, voto sério, escola pública na colônia 2.3 Faixa 3 Criação da loteria do estado, lucros da loteria destinados aos hospitais, às escolas e ao IFP, fundo mensal, sorteio de quatro casas para empregadas domésticas, polícia eficiente 2.4 Faixa 4 Construção da subadutora e de escola no Leme, melhora do transportes, ônibus elétricos, Fundação Leão XIII, priorizar a Zona Norte, prestação de contas, tratamento igualitário às duas regiões, construção de escolas primárias, fábrica Pegeout na Guanabara, remessa de lucros ao exterior, educação primária obrigatória	F2: 8 min F3: 15 min F4: 30 min	**F2: 27/09/1962** **F3: 02/10/1962** **F4: 06/10/1962** Obs: Defeito na gravação da Faixa 2 a partir dos cinco minutos	Continuação da Inauguração, na Favela João Cândido. Carlos Lacerda pede para a população votar nos melhores e diz que o seu candidato era Lobo Coelho. Aconselha os eleitores a escolherem para a Câmara Municipal os candidatos que já tinham dado provas de lealdade, honestidade e capacidade. Diz que a democracia era o melhor regime, mas também o mais difícil. Reclama da lentidão da Assembleia Legislativa em votar projetos importantes para o estado e que o problema era que muitos deputados não queriam trabalhar e se justificavam dizendo que não votavam porque divergiam ideologicamente do governador. Sustenta que os problemas da cidade eram mais importantes do que a ideologia. Lacerda afiança que para ele fazer um bom governo seria preciso que fossem eleitos bons deputados e um bom vice-governador nas eleições de 7 de outubro. Agradece a presença de todos. *Faixa 2* Melhoria na Rede Elétrica na Colônia de Pesca Z - 5 - Quinta do Caju Lacerda fala sobre as dificuldades enfrentadas pelos pescadores brasileiros. Diz que da primeira vez que foi à Quinta do Caju estava temeroso sobre a recepção que teria da população. Mas, logo que chegou ao local, tranqüilizou-se. Acha que todo pescador tem um pouco de São Pedro. Faz elogios aos pescadores. Pede um voto sério, para valer, para ele continuar o que estava apenas sendo começado. Diz que quando veio como candidato, não fez promessas vãs, e que agora como governador garantia que no ano seguinte haveria uma escola pública na colônia Z 5. Defeito na gravação a partir dos cinco minutos *Faixa 3* Inauguração do Serviço de Identificação de Empregadas Domésticas - Instituto Félix Pacheco Carlos Lacerda afirma que, com a criação da loteria do estado, além das finalidades já definidas na lei para a aplicação dos lucros da loteria, em 1963 os recursos seriam destinados, em grande parte, aos hospitais do estado, como em 1961 foram destinados às escolas, e que fora possível destinar recursos ao IFP (Instituto Felix Pacheco) que, desde o incêndio na antiga sede, tinha ficado bastante prejudicado. Anuncia que também tinha sido criado um fundo mensal para sortear, todo mês, de uma a quatro casas para as empregadas domésticas do estado. Diz que a preferência pelas empregadas domésticas era porque ele foi criado no meio delas. Lembra que começou a ser alfabetizado pela empregada de sua família. Conta que sempre se interessou pela situação das empregadas domésticas e que o grande sonho delas era juntar um dinheiro para comprar uma

			casa e que este era um sonho legítimo. Comenta que quando soube que poderia usar uma parte do lucro da loteria para um destino especial, lembrou do IFP. Assinala que se houvesse no Brasil umas vinte instituições públicas como esta, o Brasil estaria bem melhor. Acrescenta que a instituição fora uma das últimas que ele tinha visitado, porque sabia que ela estava funcionando bem. Afirma que os políticos não tinham coragem de defender a polícia, que a população queria uma polícia eficiente e por isso era preciso valorizar tudo o que havia de bom na polícia e punir o que havia de ruim. Explica que o serviço de registro de domésticas não tinha o objetivo de separá-las do resto das pessoas, mas era preciso que o trabalho delas fosse valorizado. Acredita que este seria o primeiro passo para que as empregadas domésticas fossem valorizadas. Aconselha que a população comprasse os bilhetes da loteria, porque quanto mais recursos fossem arrecadados, mais casas poderiam ser sorteadas para as empregadas. Lacerda informa que as domésticas precisavam apenas tirar sua carteira de identidade para concorrer na loteria. Pede para que as empregadas o ajudassem a governar, votando bem no dia 7 de outubro. *Faixa 4* Inauguração do Ônibus Elétrico do Leme (Linha Leme –Castelo) Carlos Lacerda fala sobre a importância da construção da subadutora para que o reservatório, construído pelo governo anterior, funcionasse. Lacerda promete a construção de uma escola no Leme que teria o nome de São Tomás de Aquino. O governador afirma que atendera a todas as reivindicações da Associação de Moradores do bairro. Menciona também a melhora do transporte, com a entrada em operação dos ônibus elétricos. Promete que a Fundação Leão XIII iria atuar no morro do Leme. Comenta que os outros governantes, com raras exceções, sempre haviam dado prioridade à Zona Sul, por isso ele resolvera priorizar a Zona Norte. Lacerda diz que não estava fazendo campanha eleitoral, mas apenas prestando contas à população do que o seu governo estava fazendo. Ele conta que estava vindo da praça das Nações, em Bonsucesso, que tinha um calçamento de pedras portuguesas que era exclusividade da Zona Sul e da Tijuca. Considera que este era um exemplo do tratamento igualitário que o seu governo dava às duas regiões. Promete a construção de mais duas escolas primárias em Copacabana e um ginásio no Leme. Agradece as sugestões e críticas construtivas e patrióticas da Associação de Moradores do Leme. Pede à Associação que fizesse uma nova lista de reivindicações. Fala que o seu governo invertera o processo de saída de indústrias do estado, pois então havia indústrias

			querendo entrar no estado. Observa que esperava apenas a autorização do presidente da República para que a Pegeout instalasse uma fábrica na Guanabara. Diz que mesmo no momento em que o Brasil suspendera a remessa de lucros ao exterior, que o crédito do Brasil no mundo todo estava abalado, havia um estado brasileiro que tinha crédito: a Guanabara. Critica os que rejeitavam o crédito internacional, e comemora o recorde nacional na emissão de novos capitais para novos empreendimentos, batido pela Guanabara. Explica que Minas aplicara 3 bilhões, Rio Grande do Sul 9, São Paulo 36 e a Guanabara 50 bilhões de cruzeiros. Lacerda diz que, em um ano e meio de governo, conseguira fazer da Guanabara o primeiro estado brasileiro no qual a educação primária era realmente obrigatória. Acredita que se Deus e a inteligência do povo ajudassem, no ano de 1963 faria nos hospitais o que tinha feito nas escolas.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.208 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa 4, da Fita 207 1.2 Faixa 2 Assinatura de Acordo entre a ADEG e os Clubes Amadores da Guanabara 1.3 Faixa 3 Assinatura de Acordo entre a ADEG e os Clubes Amadores da Guanabara Faixa 4 Instalação da COHAB – Palácio Guanabara 2. Temas 2.1 Faixa 1 Comunismo, falsa esquerda, revolução do trabalho, da honra e da liberdade, exemplo do trabalho, prestação de contas, imposto bem empregado 2.2 Faixa 2 pequenos clubes, reservatórios de craques, vida em sociedade, diversão da classe média e dos pobres 2.3 Faixa 3 Recursos, prestação de contas rigorosa, primeira parcela do	F1: 8 min F2: 5 min F3: 5 min F4: 25 min	**F1: 06/10/1962** **F2: 13/02/1963** **F3: 13/02/1963** **F4: 14/03/1963**	*Faixa 1* Continuação da Faixa 4, da Fita 207 Lacerda fala sobre o comunismo em todo mundo, inclusive no Brasil. Afirma que era chegada a hora de avisar ao povo que não havia nada mais retrógrado e reacionário que a falsa esquerda comunizante no Brasil. Diz que os proletários deveriam transformar-se em proprietários, porque só criando riquezas se poderia enriquecer o povo. Acredita que a revolução a se fazer no Brasil era a revolução do trabalho, da honra e da liberdade. Lacerda diz que esta revolução se faria com um esforço cotidiano, porque tudo nasce da capacidade e do suor dos homens. Assegura que pretendia demonstrar, até o último minuto do seu mandato, que o exemplo do trabalho era o único fecundo e verdadeiramente libertador. Agradece a presença do governador Juracy Magalhães. Agradece, também, a presença de todos em mais uma prestação de contas do governo. Sustenta que ninguém devia favor a ninguém, apenas tinha se mostrado que o imposto pago pelo povo estava sendo bem empregado. *Faixa 2* Assinatura de Acordo entre a ADEG e os Clubes Amadores da Guanabara O governador Carlos Lacerda fala que estava concretizando um sonho que trouxera para o governo. Quando candidato, defendia a ideia de que era necessário o estado preservar e desenvolver as atividades esportivas através, sobretudo, dos pequenos clubes. Lacerda diz que os pequenos clubes eram os reservatórios onde os grandes clubes iam buscar os seus craques. Outra razão para apoiar estes clubes repousava no fato de que eles eram os órgãos espontâneos em que a comunidade se preparava para a vida em sociedade, a diversão da classe média e dos pobres.

convênio para obras, João Havelange Faixa 4 COHAB, conquista da população, Fundação Leão XIII, esforços da comunidade, nova fase no processo de reforma urbana. indústria da construção civil, geração de empregos, apoio à iniciativa privada, casas populares, luta contra o crime, acesso ao crédito			*Faixa 3* Assinatura de Acordo entre a ADEG (Administração dos Estádios da Guanabara) e os Clubes Amadores da Guanabara Lacerda diz que tinha procurado o secretário de Esportes, João Havelange, e que incumbira os funcionários da ADEG de encontrarem meios para conseguir recursos e utilizá-los em convênios com os clubes, não através de doações irresponsáveis, mas através de convênios que exigiam uma prestação de contas rigorosa. Lacerda explica que era para obras, serviços, terrenos, sedes e campos de esportes, os 22 milhões de cruzeiros da primeira parcela do convênio. Menciona que as parcelas eram modestas, assim como os clubes e o Governo do Estado. Porém, o governador diz que o que faltava em recursos não faltava em confiança e esforço. Comenta que estava muito feliz por entregar a primeira parcela do convênio. Agradece a João Havelange e ao diretor da ADEG (Administração dos Estádios da Guanabara), Emílio Ibraim. *Faixa 4* Instalação da COHAB (Companhia de Habitação Popular) – Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda fala sobre a COHAB, que considera uma conquista da população carioca, que se devia à constante dedicação da equipe, que estava situada na Fundação Leão XIII, ao trabalho dos elementos do Serviço Social do estado, e aos esforços da comunidade, inclusive dos próprios favelados. Lacerda diz que a COHAB abria uma nova fase no processo de reforma urbana. Por isso, pretendia evitar quaisquer ilusões, porque o esforço do estado não resolveria o problema. Lacerda afirma que este problema só seria resolvido com o apoio à iniciativa privada, principalmente à indústria da construção civil, a que mais gerava empregos no Brasil. Comenta que a iniciativa privada não se restringia às empresas, mas incluía os cidadãos também. Lacerda diz que em dois anos o governo da Guanabara conseguira uma média anual de construção de casas populares maior do que todos os órgãos federais que, até então, haviam se ocupado do assunto e, mesmo assim, acha que foi pouco. Comenta que a COHAB era uma empresa imobiliária, destinada ao pobre, era um ponto de encontro entre a iniciativa privada e a iniciativa do estado. Lacerda anuncia o êxito da primeira fase da luta contra o crime na Guanabara, com a prisão de 300 marginais, sendo 4 ou 5 chefes de quadrilhas, naquela madrugada. Salienta que os favelados eram os que mais clamavam por segurança em seus lares. Conta que a maioria dos favelados pagavam em dia suas compras a prestação, por isso deveriam ter acesso ao crédito.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.209	F1: 18 min	**F1: 18/11/1963**	*Faixa 1*

1.Assunto 1.1 Faixa 1 Posse do Diretor Empregado da CETEL – Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Fundo do Atleta Profissional - Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa 2 Faixa 4 Inauguração de Melhoramentos na Favela Nova Brasília –Itaoca 2.Temas 2.1 Faixa 1 Diretor escolhido em eleição na CETEL, Constituição do estado, melhor serviço telefônico, obras de vulto, evitar o empreguismo, intervenção do governo federal , telefones em funcionamento, serviço essencial 2.2 Faixa 2 Criação de entidade civil, fundo de garantia, 10% do preço dos ingressos dos estádios, fontes de recursos, preocupação com os atletas, protesto de associações médicas, CGT, greve, legislação trabalhista especial para atletas, passe, forma de escravidão, indenização ao clube 2.3 Faixa 3 Taxação dos ingressos para o Maracanã, inflação, carreira do jogador, futebol, Ministério do Turismo, imagem do Brasil no exterior Faixa 4 Favela Nova Brasília, futuro bairro popular. Melhoramentos, fábrica de tecidos, empregos, instituto comandado por comunistas, importância da Amazônia, 80% das verbas aplicados no subúrbio e nas favelas.	F2: 15min F3: 10 min F4: 12 min	**F2: 09/12/1963** **F3: 09/12/1963** **F4: 20 /01/1964**	Posse do Diretor Empregado da CETEL – Palácio Guanabara Solenidade de posse do diretor - empregado da Companhia Estadual de Telefones, advogado Paulo Alfredo Ewbank, escolhido em eleição realizada na CETEL, para representar os empregados junto à diretoria da companhia, de acordo com a Constituição do estado. O governador Carlos Lacerda passa a palavra ao presidente da companhia, coronel aviador Gilberto Sampaio de Toledo, para dar posse ao novo diretor. O presidente da CETEL anuncia que era com grande prazer que, em nome dos diretores da CETEL, recebia esse novo companheiro em sua diretoria, onde continuaria prestando excelentes serviços à companhia, fato que tinha levado os funcionários a escolherem-no para representá-los no órgão máximo da companhia. Faz elogios ao novo diretor e assegura que, com oito meses de vida, a CETEL podia orgulhar-se do que já tinha feito. Promete que em abril de 1965 estaria inaugurado o sistema. Garante que a CETEL iria oferecer o melhor serviço telefônico que a tecnologia permitisse. O governador Carlos Lacerda fala sobre o papel do diretor representante dos empregados. Comemora que todos os servidores da CETEL estivessem presentes à cerimônia. Menciona que eram 73 funcionários e que a obra era um investimento de 10 bilhões de cruzeiros. Comenta que isso demonstrava que o estado era capaz de realizar obras de vulto, evitando o empreguismo. Explica que a rede telefônica cobria 89% do estado, e poderia cobrir todo o estado se tivesse havido um acordo com a Light Critica a intervenção do governo federal na companhia telefônica e informa que a CETEL estava com oito, das suas nove estações, em construção. Lacerda diz que o mais importante a salientar era o pragmatismo do seu governo que não tinha preconceito contra o estado, mas também não tinha preconceito contra a iniciativa privada. Assinala que o objetivo do governo era pôr os telefones em funcionamento, sem preocupação com ideologia. Acusa alguns deputados de quererem retirar do orçamento recursos para a companhia telefônica, o que poderia condenar ao desemprego dezenas de pessoas, além de negar à população um serviço essencial que já vinha com um atraso de quinze anos. Considera que era preciso ficar atento a estas tentativas de manobra. *Faixa 2* Fundo do Atleta Profissional - Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda começa a ler o decreto que determina a criação, pelo Poder Executivo, de uma entidade civil que seria responsável por constituir e administrar um fundo de garantia destinado a assegurar ao jogador de futebol profissional, quando incapacitado para a

			profissão, a manutenção da renda durante o período necessário à adaptação do jogador a outra atividade. O período mínimo do recebimento do fundo seria de um ano e o máximo seria de um décimo da duração da carreira do jogador. Os recursos para o fundo viriam de um percentual de 10% do preço dos ingressos dos estádios da ADEG (Administração dos Estádios da Guanabara). Outras fontes de recursos seriam os rendimentos patrimoniais, as doações, legados, contribuições voluntárias ou eventuais. Lacerda lê outros artigos do decreto. Ele diz que a primeira lição, que se poderia tirar do decreto, era que não adiantava fazer as coisas, se não se ajudasse os homens a fazê-las. Por isso, o seu governo se preocupava com os atletas, não só com os estádios. Adianta que outra lição deste decreto referia-se à diferença de tratamento, no Brasil, entre aqueles que reivindicavam demais e aqueles que, por não reivindicarem, eram esquecidos. O governador cita o exemplo de associações médicas que estavam protestando porque o secretário de Saúde não permitia que os médicos trabalhassem apenas 24 horas por semana. Lacerda comenta que isto permitia que alguns médicos morassem em outros estados. Cita a diferença entre estes que se organizavam como grupos de pressão e os jogadores de futebol, que não se filiaram à CGT (Confederação Geral do Trabalho), não fizeram greve e não tiveram a legislação que mereciam. Lacerda esclarece que a solução não era os jogadores integrarem a CGT, mas formar governos que tivessem consciência social sem demagogia. Assinala que não estava fazendo isso por interesse político. Lembra que, quando era deputado, tinha apresentado um projeto de legislação trabalhista especial para atletas. Acrescenta que o passe era uma forma de escravidão, que o clube não poderia salvar suas finanças vendendo ninguém. Lacerda diz que ouviu os dirigentes dos clubes e, levando em conta que o clube investira na formação do atleta, a nova legislação previa que este deveria pagar uma indenização a seu clube, como parte do que o clube novo pagaria ao jogador para ele se transferir. Mas, assinala, quando saiu da Câmara, o projeto foi engavetado. Salienta que como ele era teimoso, decidira publicar este decreto. *Faixa 3* Continuação da Faixa 2 Carlos Lacerda rebate as críticas à criação de uma taxa sobre os ingressos para o Maracanã. Ele afirma que o Brasil era o campeão da inflação, então ele tinha o direito de criar uma taxa e que o público que ia ao estádio iria apoiar este decreto. Lacerda considera que a carreira do jogador era curta e quando ela acabava ele não tinha condições de exercer outra profissão. Por isso, acredita que o governo estava fazendo a sua

			obrigação ao criar este decreto e lamenta que este fundo não tivesse sido criado antes. Sustenta que o futebol era mais importante para o Brasil do que o Itamaraty, valia por um Ministério de Comércio Exterior, e era o único Ministério do Turismo que o país tivera até então. Lacerda comenta que o futebol também inspirava as artes e afirma que para ter um jogador campeão era preciso uma série de jogadores medianos e até fracassados. Por isso, seria preciso pensar em todos os jogadores, não apenas nos campeões. Fala sobre a importância do futebol para a imagem do Brasil no exterior. *Faixa 4* Inauguração de Melhoramentos na Favela Nova Brasília –Itao O governador Carlos Lacerda diz que era um prazer estar, no dia do aniversário da cidade, na favela Nova Brasília, futuro bairro popular. Anuncia que estava entregando aos moradores alguns melhoramentos: água e lixeira. Promete que haveria a construção, por um grupo privado, de uma fábrica de tecidos no local, o que iria propiciar mais empregos, melhor padrão de vida para a população. Pede a colaboração dos moradores para a instalação da fábrica. Critica o Instituto dos Comerciários por não cumprir a lei. Lacerda afirma que o Departamento Nacional da Previdência Social, em parecer unânime, ordenara que os institutos entrassem com os seus terrenos na Guanabara como parte do capital da COHAB (Companhia de Habitação Popular), que o estado tinha fundado. Acusa o instituto de estar sendo comandado por comunistas, que eram corruptos. Elogia o administrador regional, Osmar Rezende, um dos mais leais e dedicados servidores do estado da Guanabara. Agradece aos funcionários da Secretaria da Assistência Social. Lacerda argumenta que os jornais podiam não compreender, mas o povo entendia o trabalho da secretaria. Agradece a presença de um deputado do Acre na cerimônia e fala sobre a importância da Amazônia para o país. Afiança que iria retomar o discurso de Vargas sobre a Amazônia, e colocá-lo em prática. Acha que estava falando sobre a Amazônia no local correto, que a Faculdade de Filosofia estava cheia de comunistas, enquanto que em Nova Brasília estava o povo que pensava, que sofria, que lutava, que trabalhava. Considera que não estava fazendo demagogia e que 80% das verbas do estado estavam sendo aplicados no subúrbio e nas favelas.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.210 **1. Assunto** 1.1 Faixa 1 Inauguração de Ônibus da CTC – Praça Teófilo Otoni	F1: 24 min F2: 8 min F3: 10 min F4: 10 min F5: 5min	**F1:.../04/1964** **F2: [1964]** **F3: {1964]** **F4: 04/12/1964** **F5: 10/12/1965** Obs: Faixa 5 Com	*Faixa 1* Inauguração de Ônibus da CTC – Praça Teófilo Otoni O governador Carlos Lacerda discorre sobre a entrega de 50 dos 200 ônibus que começariam a trafegar, de cinco em cinco minutos, para melhorar as condições de transporte no estado.

1.2 Faixa 2 Inauguração de Usina Termoelétrica em Marechal Hermes 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa 2 1.4 Faixa 4 Entrega de Chaves das Casas – Próprias (Operários que Adiantaram as Obras do Governo) - Palácio Guanabara 1.5 Faixa 5 Convênio com o Banco de Habitação - Palácio Guanabara 2. Temas 2.1 Faixa 1 Melhorar condições de transporte, falsos nacionalistas, acervo da Light, CTC coletiva, ação das Forças Armadas, reimplantação do Taioba, governo francês, financiamento, metrô., transporte subterrâneo. 2.2 Faixa 2 Crise de energia, pedido de financiamento para a compra de geradores, empréstimo de Kennedy, Furnas, injetar energia na Rio-Light, informação falsa, “Projeto Paulo Freire, infiltração comunista, empréstimo do BEG, autorização para importar geradores, Ranieri Mazilli, seis meses de atraso 2.3 Faixa 3 Assembleia Legislativa, autorização, vender energia à Light, novas usinas, geradores fundamentais, um milhão de empregos novos, desenvolvimento tecnológico, mão de obra qualificada, revolução tecnológica, compra da Eletric Bond and Share 2.4 Faixa 4 Chaves das casas, Vila Kennedy e Vila Aliança, operários, dedicação e integridade profissional, economia de		Defeito	Lacerda diz que enquanto os falsos nacionalistas falavam em comprar o acervo da Light, o Governo do Estado tinha convencido à Light a entregar os bondes e a pagar uma indenização de 6 bilhões de cruzeiros. Explica que a CTC era realmente coletiva, que o seu dono era o passageiro, o usuário. Destaca a qualidade e a eficiência da CTC. Lacerda diz que todos os dias recebia do exterior e de outros estados do Brasil cartas, telegramas de carinho, admiração e respeito pelo pessoal da CTC. Menciona que não tinha vindo à cerimônia pregar ódio a ninguém, mas que era preciso que o povo soubesse em que condições as Forças Armadas tinham agido, porque tinham agido e para quê. Diz que, em Brasília, dois hotéis, o Nacional e o Brasília deviam ao governo federal 350 milhões de cruzeiros de hospedagem. Conta que o Palácio do Planalto tinha 1.500 funcionários. Sustenta que a população estava aliviada com a intervenção das Forças Armadas, mas afirma que as dificuldades não tinham acabado. Afirma que as Forças Armadas tinham tido uma atitude nacionalista. Lacerda menciona que respeitava a oposição e aceitara a sugestão de um político da oposição que sugerira a reimplantação do Taioba, já então chamado de bagageiro. Lacerda revela que estava um pouco melancólico, porque já poderia estar em andamento uma obra monumental. Conta que tinha negociado em Paris, com o governo francês, o financiamento desta obra. E trouxe para o Brasil um grupo de engenheiros especialistas em obras de metrô. Fala que o metrô precisava estar onde estava a multidão. Critica o ministro da Viação que nomeara, para uma comissão, um comunista e um negocista, e os dois deram um parecer contrário à ideia sugerida pelo diretor da Central, que segundo Lacerda se acovardou para se manter no cargo e não contrariar os poderosos. Por isso, a obra do metrô ainda não começara. Acha que o ônibus ajudava, mas não resolvia,transporte subterrâneo. seria preciso investir no ônibus ajudava, mas não resolvia,transporte subterrâneo. Lacerda garante que ainda tinha o apoio do governo francês para fazer a obra, mas precisava da autorização do Ministério da Viação para iniciá-la.. *Faixa 2* Inauguração de Usina Termelétrica em Marechal Hermes O governador diz que a crise de energia na Guanabara já tinha sido prevista por ele, durante sua campanha ao Governo do Estado, havia quatro anos. Lacerda reclama que nada tinha sido feito pelo governo federal para evitar esta crise. Lacerda diz que quando começou a crise, o Governo do Estado, desamparado e hostilizado, procurou ajuda para sair dela. Lacerda conta que telegrafou para Kennedy, pedindo financiamento

recursos			para a compra de geradores, de forma a acabar com o racionamento de energia no estado. Kennedy atendeu ao pedido e pôs, à disposição dos dois emissários do Governo do Estado, um de seus oficiais de gabinete para percorrer as agências oficiais americanas, com o objetivo de conseguir financiamento para a compra de geradores. Mas, enquanto estavam fazendo esta busca, o oficial de gabinete, e os emissários da Guanabara, receberam um telegrama, da embaixada americana no Rio de Janeiro, afirmando que não era preciso comprar um gerador, porque Furnas entraria em carga e poderia injetar energia na Rio-Light, poucos meses depois. Lacerda diz que esta informação era falsa, e que o telegrama fora assinado pela mesma autoridade da embaixada que depois dera o beneplácito da embaixada americana ao "Projeto Paulo Freire", de infiltração comunista na massa de analfabetos do Brasil. Lacerda diz que o governo foi obrigado a comprar geradores no exterior e, seguindo um rigoroso processo de seleção, foram escolhidos os geradores da General Eletric. Lacerda fala sobre a importância do BEG (Banco do Estado da Guanabara) nesta compra de 6 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. Critica a demora do governo federal para autorizar o estado a importar os geradores. Diz que só conseguiu esta autorização quando o então presidente viajou e assumiu interinamente o presidente da Câmara, Ranieri Mazilli. Mesmo assim, Lacerda reclama que os geradores chegaram com seis meses de atraso. *Faixa 3* Continuação da Faixa 2 Lacerda diz que, para vender energia à Light, a Assembleia Legislativa precisava aprovar um projeto que autorizasse o Governo do Estado a fazê-lo. Fala que contava com o apoio dos deputados presentes à cerimônia. Afirma que os geradores não resolveriam o problema de energia, por isso estavam sendo construídas novas usinas, mas, mesmo assim, Lacerda considera que os geradores seriam fundamentais naquele momento. O governador adverte a nação para evitar a tese nefasta e perigosa de que para enfrentar a necessidade de dar um milhão de empregos novos, a cada ano, à juventude, no Brasil, seria necessário retardar o desenvolvimento tecnológico e condenar o Brasil a ser uma nação com uma indústria atrasada, baseada na mão de obra não qualificada. Defende o contrário, que o trabalhador fosse preparado cada vez mais rapidamente para o uso dos progressos tecnológicos que a indústria oferecia. Acha que estava na hora do Brasil dar o grande salto, fazer a revolução tecnológica. Por isso, seria necessário pensar maduramente antes de tomar a decisão de comprar a concessionária Eletric Bond and Share

			no Brasil. Lacerda era contra esta compra e afirma que tinha conhecimento sobre este assunto. Ele diz que aproveitava a oportunidade para demonstrar sua repulsa a dar voz, a quem perdera direitos políticos, para falar neste país. Sustenta que as dificuldades de então tinham sido causadas pelos governos anteriores e que o Brasil não poderia fazer revoluções todos os dias. *Faixa 4* Entrega de Chaves das Casas Próprias (Operários que Adiantaram as Obras do Governo) - Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda manifesta o seu prazer em fazer a entrega das chaves das casas da Vila Kennedy e Vila Aliança, sorteadas entre operários de empresas que tinham obras no estado e que conseguiram adiantar-se aos prazos estipulados. Elogia os operários por sua dedicação e integridade profissional e argumenta que, por isso, não considerava o sorteio um favor, mas uma troca de serviços. Comenta que cada obra adiantada representava economia para a população da Guanabara. Lacerda pede ao secretário de Serviços Sociais, Luís Carlos Vital, que lesse o nome dos operários sorteados. Segue-se a leitura dos nomes. *Faixa 5* Convênio com o Banco de Habitação - Palácio Guanabara Com Defeito
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.211 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Solenidade de Entrega dos Financiamentos Efetuados pela FUGAP (Fundação de Garantia ao Atleta Profissional) aos Ex-jogadores de Futebol - Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Solenidade de Entrega de Escrituras de Venda de Apartamentos em Dona Castorina 2. Temas 2.1 Faixa 1 Fundo de Garantia da Fundação do Atleta Profissional, comprar máquinas para a confecção doméstica de roupas, instalação de um laboratório fotográfico, cheques de benefício por rendimento, cursos diversos , recursos da FUGAP, Carlos	F1:33:54min F2:13:50min	**F1: 25/03/1965** **F2: 23/03/1965**	*Faixa 1* Solenidade de Entrega dos Financiamentos Efetuados pela FUGAP (Fundação de Garantia ao Atleta Profissional) aos Ex-jogadores de Futebol - Palácio Guanabara Transmissão da rádio Globo na cerimônia de inauguração do Fundo de Garantia da Fundação do Atleta Profissional – FUGAP -, criado por Rafael da Almeida Magalhães. Com a palavra o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que anuncia as autoridades presentes, entre elas os jogadores de futebol Carlos Castilho, presidente da FUGAP, e Nilton Santos. Ele cita o prazer de dar início à cerimônia, com a entrega dos cinco primeiros títulos de benefício e financiamento na execução do programa da FUGAP. Chama os contemplados: Jordan da Costa, para receber a quantia de 2.400.000,00, com o objetivo de comprar máquinas para a confecção doméstica de roupas; Apel Adelino do Nascimento, do Madureira, para receber a quantia de 2.400.000,00, para a compra de máquinas e equipamentos, com vistas à instalação de um laboratório fotográfico, de maneira a trabalhar em arte fotográfica; Ocimar dos Santos, do Bangu, para receber a quantia de 3.000.000,00, destinada à exploração do comércio de roupas em geral; Sebastião Silva – Tião -, ex-jogador do Olaria,

Castilho, Nilton Santos, categorias de profissionais à margem das garantias previdenciárias, passe, resíduo da escravidão, mercadoria, acordo com os clubes, percentagem, evitar que fossem para clubes estrangeiros, readaptação do jogador de futebol, importância ao atleta 2.2 Faixa 2 Compra dos apartamentos do conjunto residencial D. Castorina, melhorias no conjunto, outros conjuntos, Jacarepaguá e Marquês de São Vicente, ensino público e gratuito, eleições para a sucessão, volta da roubalheira e da incompetência.			com um título para pequenos investimentos comerciais; e Moacir Bueno, do Bangu, também com um título para pequenos investimentos comerciais. Lacerda menciona, ainda, que a FUGAP o autorizava a anunciar a entrega dos dois primeiros cheques de benefício por rendimento aos ex-jogadores: Nilo de Oliveira, do São Cristóvão, e Oliveira Lima, do Madureira e da Portuguesa. Lacerda cita os nomes dos atletas que, em 1965, fizeram ou estavam fazendo na FUGAP cursos diversos de primário supletivo, de científico, de pré-vestibular, de Química e Engenharia, estágio de curso de Jornalismo, curso de inglês, de desenho artístico e técnico, de radiotécnica, de contabilidade, de radiotelegrafia, de fotografia, de promoção de vendas e de direção de automóvel. Lacerda diz que, de acordo com os planos de aplicação dos recursos da FUGAP, seriam assinados no dia dois contratos de financiamento para compra de automóvel, destinados a trabalhar 'na praça', escolhidos livremente por dois jogadores: José dos Reis – o 'Bitum' – ex-lateral do Madureira, e Jorge Dias do Nascimento, ex-lateral do Vasco, do famoso trio 'Eli, Danilo e Jorge'. Os contratos foram, então, assinados na cerimônia, com a presença dos ex-atletas. Carlos Lacerda agradece a Rafael da Almeida Magalhães por ter convertido uma ideia em realidade. Agradece ao presidente da FUGAP, Carlos Castilho, a Nilton Santos e a Paulo de Almeida Ribeiro pela "dedicação e seriedade que tinham posto neste trabalho que dignificava o atleta profissional brasileiro e, portanto, a estes três atletas que eram excelentes exemplos do que valiam, não só como atletas, mas como cidadãos e como pessoas". Lacerda exalta tal conquista, pois fala que havia categorias de profissionais no Brasil ainda à margem das garantias previdenciárias, como os atletas profissionais, sobretudo os jogadores de futebol, que movimentavam bilhões de cruzeiros por ano da economia nacional. Salienta, inclusive, que havia um resíduo, um remanescente da escravidão, no chamado passe dos atletas, isto é, os clubes negociavam e salvavam-se da bancarrota ou garantiam sua prosperidade, transferindo jogadores como mercadoria, e alguns, "de boa índole, de bom coração", davam ao jogador uma parcela da negociação. Lacerda fala da resistência dos dirigentes dos clubes de futebol em suprimir o passe. Muitos achavam justo que o clube fosse recompensado por outro clube ao adquirir o jogador, por conta do investimento feito na carreira deste jogador. Lacerda diz que propôs um acordo com os clubes ou seja, que no contrato inicial do jogador ficasse prevista uma percentagem que, ao mudar o jogador de clube, fosse paga pelo clube comprador. Seria uma maneira de evitar que jogadores brasileiros fossem para clubes estrangeiros. Acrescenta que lhe

			parecia uma estranha forma de nacionalismo prender o jogador no Brasil 'pela fome'. Lacerda conta que infelizmente não havia conseguido que este projeto fosse aprovado. Afirma Lacerda que a FUGAP tinha ido ao encontro de uma velha aspiração sua, de garantir a readaptação do jogador de futebol após sua aposentadoria dos gramados. Mas, salienta que, desde logo, a FUGAP não havia trazido um gênero de solução que representasse uma solução completa para uma grande comunidade, como seria a dos médicos, dos metalúrgicos. Mas, assinala, era a mais barata para o contribuinte, pois a lei previa que se acrescentasse até 10% ao valor do ingresso e a Guanabara estava acrescentando menos, 7%. Carlos Lacerda ressalta que se tratava de política social "avançada, moderna, progressista, esclarecida, construtiva e nada demagógica". Não era puramente caridade ou filantropia. Lacerda considera que não era possível que o futebol brasileiro continuasse a tratar o jogador como último objeto de sua atenção e que o jogador fosse importante somente quando tinha capacidade de fazer gols ou de defender. Diz que a intenção de seu governo fora atribuir importância ao atleta também no que dizia respeito ao sustento de sua família. *Faixa 2* Solenidade de Entrega de Escrituras de Venda de Apartamentos, em Dona Castorina Cerimônia oficial de entrega de 226 escrituras de promessa de compra dos apartamentos do conjunto residencial D. Castorina. Com a palavra o governador Carlos Lacerda. Ele diz que iria falar pouco e felicitar muito, dando um abraço 'cordial e amigo' nos moradores do conjunto residencial. Comenta que o estado, através da COHAB (Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara), em melhorias do conjunto tinha gasto 20 milhões de cruzeiros. Assinala que esperava a retribuição do povo da melhor forma que eles pudessem retribuir: cuidando bem de seus apartamentos. Acrescenta que o programa do governo continuaria em execução. Anuncia que outros conjuntos seriam construídos, como o de Jacarepaguá e o da Marquês de São Vicente. Promete um ginásio estadual na área e ratifica a concessão de bolsas de estudo para estudantes do ginásio, parciais e integrais. Salienta que em 48 horas o ensino da Guanabara seria público e gratuito não só no ensino primário, mas também no ensino ginasial. Sobre as eleições para a sua sucessão no governo da Guanabara, ele conta ao povo que o presidente da Republica obedecendo à Constituição, e de acordo com as leis da democracia, havia recusado o convite dos que lhe pediam para não realizar eleições e resolvera cumprir a lei e a vontade do povo. Mas, diz que votar para o governo da Guanabara não era um direito que tinha sido então confirmado, mas,

			sobretudo, uma responsabilidade. Ele pede ao povo que o ajudasse escolhendo bem, votando bem. Explica que cada um tinha o direito de votar livremente, mas se quisessem ouvir os conselhos de um 'amigo', ele pedia que na hora de escolher o seu sucessor escolhessem junto com ele. Pede que o povo escolha mais cinco anos de honestidade para salvar a Guanabara. Do contrário, voltaria a roubalheira e a incompetência.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.212 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração da Estação Telefônica da CETEL (Companhia Estadual de Telefones) – Ilha do Governador 1.2 Faixa 2 Inauguração da Garagem Número 2 da CTC – Vila Isabel 2. Temas 2.1 Faixa 1 Conquistas da CETEL, metas da Companhia, exaltação a Carlos Lacerda, intervenção na Light, governo nacionalista e populista, escolas técnicas militares, capital brasileiro, solução nacionalista, nem antinacionalista, "solução realista", serviços de energia e comunicações no Brasil deveriam ser brasileiros, Standard Electric, desemprego, estrutura para instalação de 200 mil telefones, sucessão no governo, Enaldo Cravo Peixoto 2.2 Faixa 2 Lançamento da rede telefônica, sucessão no governo, garagem para 200 ônibus, aumento da frota, obras na área de transportes públicos, metrô, financiamento da França. realização de eleições, revolução todo ano, sucessor no governo, presidente da República, bom administrador, obra da água	F1: 33:12min F2: 20:18min	**F1: 20/05/1965** **F2: 21/05/1965**	*Faixa 1* Inauguração da Estação Telefônica da CETEL (Companhia Estadual de Telefones) – Ilha do Governador Cerimônia de inauguração da estação telefônica da Ribeira, na Ilha do Governador. Com a palavra o presidente da CETEL, brigadeiro Gilberto Toledo, que fala das conquistas da CETEL e das novas metas da Companhia. Diz que distâncias enormes foram cobertas pela CETEL e outras foram encurtadas graças à rede telefônica. Na Ilha do Governador, o início da operação dar-se-ia com 2100 telefones; numa segunda fase, este número passaria para 10000; e na terceira fase para 20000 telefones. Ele agradece ao povo da Guanabara pela confiança depositada na Companhia, a todos que ajudaram a CETEL a crescer, desde os engenheiros aos técnicos e às autoridades do estado, especialmente o governador Carlos Lacerda, por toda ajuda prestada à empresa. Após o discurso do brigadeiro Gilberto Toledo, assume a palavra o secretário de Serviços Públicos da Guanabara, general Salvador Mandim. Ele exalta o papel de Carlos Lacerda no progresso da Companhia, pela vigilância e fiscalização de todo o trabalho, executado com êxito. Passa a palavra ao governador Carlos Lacerda que anuncia as autoridades presentes, de todos os poderes e das Forças Armadas. Salienta o governador que se, no início de seu mandato, o presidente da República não tivesse feito uma intervenção na Light, estaria inaugurando telefones não apenas na Ilha do Governador, mas em todo o estado da Guanabara. Lacerda diz que enquanto a Light tinha ficado sob a proteção de um governo que se dizia nacionalista e populista, a Guanabara teve que partir para uma solução nas áreas que não eram contempladas pela Light em seu contrato. E daí foi fundada a CETEL. Lacerda exalta as escolas técnicas militares na formação da CETEL, pois não havia onde buscar os técnicos para formar a Companhia. Destaca que era um agradecimento que devia às Forças Armadas. Para Lacerda, uma companhia de telefonia não poderia ser mais uma companhia de livre iniciativa, pois o serviço que ela rendia era mais importante que o lucro que ela desse e, portanto, não poderia basear-se somente no lucro ou no dividendo, no juro do capital empregado. Diz que o serviço não deveria ficar entregue unicamente aos objetivos de lucro, e

			muito menos unicamente nas mãos de acionistas que, morando fora do Brasil, não tinham o mesmo interesse que o capital brasileiro tinha de que houvesse telefone. Diz que a CETEL poderia viver de um dividendo pequeno, pois seus acionistas, os próprios usuários, se contentariam com qualquer dividendo, contanto que tivessem telefone. Sobre os serviços públicos oferecidos à população, Lacerda explica que esta não era uma solução nacionalista, nem antinacionalista. Era, sim, uma "solução realista", "sem ideologia", "nova", "moderna", "de países democráticos", como a Suécia, como ele mesmo exemplifica. Solução esta pela qual o estado representava a comunidade e a parte da comunidade representada se associava para instalar e manter o serviço. Lacerda ressalta que esta lição deveria ser severamente aprendida. Comenta que a Light era uma Companhia 'esclerosada', que já prestara grandes serviços ao Brasil, era verdade, mas que então não tinha mais possibilidade de levantar no exterior capitais para expandir os seus serviços no país. Lacerda diz que os serviços de energia e comunicações no Brasil tinham que ser brasileiros, não por nacionalismo, não por 'patriotada', mas porque só os brasileiros tinham interesse em que esses serviços fossem instalados. Assinala que no Brasil existiam 4 grandes empresas estrangeiras de materiais e equipamentos de comunicações que contribuíam com seu capital e sua técnica. Uma delas, instalada, inclusive, na Guanabara – a Standard Electric – que ganhara legitimamente "a concorrência pública, honrada, legal, honestíssima", feita pela CETEL para o fornecimento de material da Companhia Telefônica do Estado. Acrescenta Lacerda que, se não fosse pela CETEL e sua encomenda feita e ganha em concorrência pública, a Standard Electric já tinha fechado suas portas, pois ela se vira obrigada a dispensar algumas centenas de funcionários porque as encomendas do Plano Nacional de Comunicações, com que ela contava para manter a fábrica em funcionamento, não haviam chegado até então. Lacerda salienta que os trabalhadores estavam perdendo o emprego à espera de uma decisão. Ele formula em público um apelo: para que cessassem o desemprego no estado, para que a fábrica pudesse retomar a pleno rendimento o seu trabalho e readmitisse os trabalhadores. Considera que a inauguração da estação era uma festa, sem dúvida alguma, mas uma festa carregada de lições que se deveriam levar adiante. Fala que ela ensinava uma lição de otimismo. Lacerda exalta os números da CETEL e diz que a Companhia estava montando uma estrutura para instalação de 200 mil telefones no estado da Guanabara, enquanto que a Light tinha cerca de 350 mil. Mas, em compensação, ele fala que, ao todo, a CETEL tinha apenas 342 e duvida

			que a Light pudesse apresentar no Brasil tal índice de rendimento de trabalho e organização. No que diz respeito à sua sucessão no Governo do Estado da Guanabara, ele pede ao povo da Ilha do Governador que lhe desse um sucessor capaz de se identificar com esta obra e ratifica o nome de Enaldo Cravo Peixoto para governador do estado. *Faixa 2* Inauguração da Garagem Número 2 da CTC – Vila Isabel Carlos Lacerda discursa na Ilha do Governador no lançamento da rede telefônica local. Sobre sua sucessão no governo da Guanabara diz que para governar o estado seria preciso alguém que tivesse vivido o dia a dia do drama de sua administração. Seria preciso que tivesse aprendido a tomar decisão em face dos imbróglios, dos 'nós na tripa' dessas dificuldades que iam se criando no caminho de uma cidade que, se dizia. só tinha dificuldades e não tinha soluções. Ele apresenta uma solução, referindo-se ao candidato apoiado por ele. Observação: Aos 00:04:30 o áudio desta cerimônia termina e, 11 segundos depois, a fita apresenta outro áudio com a gravação feita na cerimônia de inauguração da garagem número dois da CTC, em Vila Isabel. A gravação começa com o corte da fita simbólica pelo governador Carlos Lacerda. As informações que se seguem referem-se a este evento. O governador Carlos Lacerda estava acompanhado pelo secretário de Obras Públicas do estado da Guanabara, Enaldo Cravo Peixoto. Com a palavra o secretário de Serviços Públicos do estado da Guanabara e presidente da CTC, o general Salvador Mandim. Ele explica que a garagem abrigaria 200 ônibus, dos 600 da frota da CTC. Fala do aumento da frota e do oferecimento à Guanabara de serviços públicos que estivessem à altura de seu povo. Após o discurso do general Salvador Mandim, assume o microfone o governador Carlos Lacerda. Ele discorre sobre as obras na área de transportes públicos e diz que, infelizmente, não fora possível incluir o metrô, que já estava projetado e para o qual já havia conseguido financiamento na França. Diz que não fora possível, porque o ministro da Viação do governo João Goulart havia sabotado o esforço de seu governo e impedido que se construísse o metrô na Guanabara. Afirma que se fosse eleito presidente da República e se o povo elegesse o seu secretário de Viação como governador da Guanabara, começaria as obras de construção do metrô do Rio de Janeiro. Carlos Lacerda defende a realização de eleições e assinala que o povo deveria votar mais e não menos. Chama de 'bonitos' os candidatos que eram candidatos, mas que não queriam que fossem realizadas as eleições, não deixavam o povo votar. Acrescenta

			que se o povo errasse nas urnas escolhendo um mau político, deveria ter a oportunidade de corrigir o seu erro também nas urnas, nas eleições seguintes. Comenta que não querer eleições naquele ano era a "melhor prova da insinceridade, era a melhor prova da 'manobra'", e que estava cheirando a não querer eleições presidenciais no ano seguinte. Lacerda pergunta: "se não fizerem eleições, vão fazer o quê? Revoluções todo ano? Pergunta se alguém agüenta revolução todo ano..." Diz que eleição era a melhor forma de fazer revolução. Pede ao povo de Vila Isabel e funcionários e trabalhadores da CTC que continuassem ajudando o governo votando no engenheiro Enaldo Cravo Peixoto para o seu sucessor no governo da Guanabara. Lacerda diz que começaram a campanha dizendo que o engenheiro Cravo Peixoto não sabia fazer discursos. E Lacerda responde: "E daí? Do discurso me encarrego eu!" Acrescenta que era necessário ser político para governar a Guanabara apenas quando o 'adversário' estava governando o Brasil. Diz que se fosse eleito presidente da República, não haveria necessidade de se ter um político governando a Guanabara. Bastaria que fosse um bom administrador, que desse prosseguimento às obras iniciadas em seu governo e que fizesse o que não fora possível fazer, como o metrô e o telefone na área da Light. Lacerda assinala que se perguntassem a certos políticos quando terminaria a obra da água na Guanabara eles não iriam saber responder, pois não conheciam a obra. Agora, se perguntassem ao dr. Cravo Peixoto, Lacerda sustenta que talvez ele não soubesse fazer "perorações em tom de soneto", mas saberia dizer quando terminaria a obra da água, pois era o principal responsável por ela, sendo que isto é que era preciso. Pede aos presentes, se eles quisessem, que deixassem a política com o "futuro presidente da República" e as obras com o "futuro governador da Guanabara". No fim da fita, ele agradece a todos, "profundamente comovido", pelas demonstrações de solidariedade, de compreensão, de ajuda moral e de amizade que vinha recebendo nos últimos 4 anos.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.213 1. Assunto Faixa 1 Parte Internacional da Canção	F1: 25:56min		*Faixa 1* Parte Internacional da Canção Observação: A fita apresenta áudio com execução de músicas em toda a sua extensão.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.214 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Entrevista de Carlos Lacerda no Sindicato dos Metalúrgicos de	F1:1:00:08minF2: 38:09min	**F1: [1964/1965]** **F2: [1964/1965]**	*Faixa 1* Entrevista de Carlos Lacerda no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo Carlos Lacerda fala sobre a relação entre processo democrático e sindicalismo no Brasil. Diz que os sindicatos não deveriam existir somente nos períodos de greve, mas, entre uma greve e outra,

São Paulo 1.2 Faixa 2 Discurso de Carlos Lacerda em Santos 2. Temas 2.1 Faixa 1 Processo democrático, sindicalismo, greve, política assistencial, reforma da Previdência Social, cooperativismo, Sindicalização do Movimento Cooperativista, depredação do Sindicato dos Metalúrgicos, militares comunistas, espancamento de sapateiros, *Folha de São Paulo*, comunistas no meio dos sapateiros, matéria-prima para tirania, massa de manobra, ditadura, 'táticas' comunistas, estudantes de direito comunistas, cristianismo e comunismo, atitudes reacionárias, 'missa do povo, músicas profanas, escola de sindicalismo, capacitação de formação de líderes dos comunistas, progresso do movimento sindical democrático, expulsão do Partido Comunista, 'simpatizante comunista', Juventude Comunista, Juventude Popular, candidato à Presidência, "Revolução", salvar a liberdade, desperdício de dinheiro 2.1 Faixa 2 Estatizar tudo X desestatizar tudo, favor da livre iniciativa privada, monopólios e oligopólios, destruição da democracia, Elkem Rana, entrega de minérios de ferro, cancelar concessão, Companhia Siderúrgica do Estado da Guanabara, espinha dorsal do sistema industrial carioca, volúpia do aumento dos preços, especulação, obras realizadas, esgoto e saneamento básico, tifo, candidatura à Presidência da República, revolução sem voto, preâmbulo da tirania, eleições livres, combate ao comunismo, comandante Mário Guerra Júlio de Sá Bierrenbach, beleza da sede do sindicato			deveriam fazer muitas outras coisas como, por exemplo a política assistencial. Discorre sobre a reforma da Previdência Social. Comenta que tinha que ser inserido o cooperativismo, pois as cooperativas tinham no sindicato a sua porta de entrada na vida econômica brasileira. Acha que não se poderia esperar que elas prosperassem fora do sindicato, pois fora do sindicato não prosperariam em nenhum lugar do mundo. Ele defende o que chama de Sindicalização do Movimento Cooperativista no Brasil. Para Carlos Lacerda, fazer cooperativas fora da associação de classes dos trabalhadores era utopia. Ele diz que se havia algo do qual ele poderia gabar-se de conhecer era a estrutura de cooperativa. Sustenta que havia anos acreditava nisso, tendo pregado isso em vão na Câmara, enquanto deputado. Cooperativismo ou é livre ou não é cooperativismo, diz Lacerda. De maneira que, para ele, deveria ser uma tarefa para os trabalhadores realizarem. Perguntam a Carlos Lacerda se havia sido ele quem comandara a depredação do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, conforme havia sido noticiado em um jornal. Carlos Lacerda assinala que esta fora a única 'batalha' da "Revolução" e que o erro dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos fora levar a batalha para dentro do sindicato. Ressalta que o jornal esquecera de dizer que o Sindicato dos Metalúrgicos se tornara o palco da guerra de um grupo de militares contra as suas corporações. Então, a partir do momento em que o Sindicato dos Metalúrgicos tinha sido invadido por um grupo de militares comunistas, acontecera batalha sim, reconhece Lacerda, que afirma que a culpa disso fora dos dirigentes do sindicato que, em vez de defender os interesses sindicais dos metalúrgicos, abrira as portas do sindicato para as forças da subversão militar. O resto fora consequência, avalia Lacerda. Esclarece que a maioria dos metalúrgicos do Rio de Janeiro sabia que tinha um governo honesto trabalhando por eles e por todo o povo da Guanabara. Um dos presentes pergunta porque a polícia da Guanabara havia espancado os sapateiros só porque eles estavam reunidos pedindo um salário mais justo. Lacerda responde que não acredita que eles tenham sido espancados e a pessoa que perguntou não podia provar que o foram. A pessoa interrompe o governador dizendo que tinha saído nos jornais. Lacerda pergunta quais jornais, porque havia jornais com comunistas infiltrados como, por exemplo a *Folha de São Paulo*. Ele pergunta à pessoa se as fotografias de indivíduos apanhando na manifestação registravam sapateiros apanhando ou comunistas no meio dos sapateiros, forçando uma luta com a polícia. Carlos Lacerda responde que a dignidade dos trabalhadores era violentada pelos que pretendiam fazer dos trabalhadores matéria-prima para a implantação

			da tirania, pelos que usavam os trabalhadores como massa de manobra para implantar uma ditadura, na qual a maior vítima seria o próprio trabalhador. Carlos Lacerda diz que frequentemente as reivindicações dos trabalhadores eram confundidas com as teses ou com a ação dos comunistas. Assinala que seria preciso separar rigorosamente uma coisa da outra, e que não havia dúvidas de que essa separação não era feita. Carlos Lacerda fala do movimento comunista no Brasil e supõe que conhecia muito bem as suas 'táticas'. Garante à pessoa que lhe dirigira a pergunta sobre os sapateiros que, entre os que apanharam, poderia ser que, por azar, tivesse havido algum sapateiro, mas o provável seria que houvesse vários estudantes de direito comunistas. Lacerda fala da relação entre cristianismo e comunismo. Comenta que o papa estava se fartando de dizer que os comunistas eram incompatíveis com os cristãos, que o comunismo era incompatível com o cristianismo. Mas, Lacerda diz que via no Brasil, especialmente em São Paulo, no entanto, cristãos que insistiam em fazer o jogo dos comunistas. Ele pergunta se eles continuavam cristãos ou não. Fala de atitudes reacionárias entre os cristãos como, por exemplo, a criação da 'missa do povo', com músicas carnavalescas (samba, bossa-nova, marcha de rancho, etc) transportadas para a igreja. Critica o nome que se dava à missa, pois dava a entender que as outras missas não eram do povo, e diz que aquelas eram reacionárias, pois partiam do princípio de que o povo seria incapaz de entender uma música que não fosse samba e marcha de rancho. Lacerda diz que os criadores daquela missa não eram cristãos, mas sim pedantes, por considerarem que só eles deveriam gozar a beleza de Bach ou de Beethoven ou de Mozart e de todos os grandes compositores que compuseram música sacra e que só Noel Rosa era que deveria ser o homem para fazer missa para o povo. Lacerda considera esse tipo de gente muito pior do que os comunistas, pois os comunistas eram o que eram e eles nem sabiam o que eram! Sobre escola sindical, isto é, uma escola de sindicalismo, Lacerda diz que esta era absolutamente indispensável, não só para se expressar melhor, o que para ele era pouco, mas para pensar bem, pois uma das coisas mais necessárias, não só ao trabalhador, mas a todo mundo, era aprender a pensar bem. Nesse aspecto, Lacerda elogia o trabalho de capacitação de formação de líderes dos comunistas, mas acha que eles agiam certo para o fim errado. Menciona que isso ele aprendera pela 'maneira mais dura', ou seja, com os comunistas, mas esperava que os jovens trabalhadores não aprendessem com os comunistas, mas, sim, democraticamente. Sustenta que rejeitar a tese comunista lhe custara um preço muito caro, que era o preço da calúnia que era

			dirigida a ele. De acordo com Lacerda, tudo que o poder público pudesse fazer para promover isso, ele tinha a obrigação de fazer. Mas, deveria ajudar sem pretender tutelar o trabalhador, pois a finalidade do trabalho era justamente tornar o trabalhador intelectualmente, politicamente e socialmente autônomo, ou seja, que ele aprendesse a pensar por si. Portanto, Lacerda defende que esse processo de aperfeiçoamento democrático do trabalhador brasileiro fosse intensificado e acelerado. Mas, acrescenta que seria preciso que se evitasse que o trabalhador se sentisse freado, tutelado pelos que queriam fazê-lo progredir. Para o governador, os cursos de capacitação sindical e formação cultural do trabalhador eram instrumentos indispensáveis ao progresso do movimento sindical democrático no Brasil. Perguntam sobre a sua expulsão do Partido Comunista. Ele começa respondendo que a pergunta lhe dava a oportunidade de esclarecer que nunca fora expulso do Partido Comunista pelo simples fato de nunca ter pertencido a ele. Ele afirma que fora um 'simpatizante comunista', e que iria entrar para a Juventude Comunista, em 1933. Mas, nessa ocasião, ele diz que o famoso Dimitrov havia recomendado no Congresso da Internacional Comunista a dissolução da Juventude Comunista, não para ela acabar, mas ao contrário, para ela se ampliar, e a formação das frentes populares. Então, Lacerda conta que não só no Brasil, mas no mundo inteiro, as Juventudes Comunistas foram dissolvidas e formou-se uma Juventude Popular, na qual os comunistas mandavam. Assim, só por conta da dissolução da Juventude Comunista foi que Lacerda não entrou para ela. No fim da entrevista, ele agradece a presença de todos e diz que esperava numa outra oportunidade falar um pouco menos e escutar mais. Menciona a troca de experiências entre ele e os metalúrgicos de São Paulo, pois para um homem que pretendia ser o presidente da República, era indispensável que se ativesse a problemas que precisava conhecer, alguns dos quais de maior conhecimento dos metalúrgicos do que dele. Assim como o inverso também. Lacerda diz que "essa troca de experiências, esse intercâmbio de experiência de vida, de experiência profissional, de experiência humana era essencial, não só ao funcionamento, mas, sobretudo, ao aperfeiçoamento do processo democrático brasileiro". Ele se diz profundamente grato pela atenção que lhe havia sido dispensada e pela honra que lhe haviam dado. Observação: o áudio desta entrevista termina aos 00:45:37 da fita, sendo que, dois segundos depois, entra o áudio de outro discurso de Lacerda, em Santos, no encontro do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, com líderes sindicalistas da Baixada Santista.

			Lacerda fala para os senhores dirigentes do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e de Cubatão, Manoel [Cabeças]; do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Santos, Serafim Mendes; do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café de Santos, Expedito Teles Rodrigues; do Sindicato dos Carregadores e Transportadores de Bagagem de Santos, do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários, do Sindicato dos Consertadores de Carga e Descarga, Elias José da Silva; do Sindicato dos Contabilistas de Santos, do Sindicato dos Empregados da Administração dos Serviços Portuários, Alberto Muniz; do Sindicato dos Empregados do Escritório de Navegação, Moacir Álvares; do Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos Bancários, Fortunato de Oliveira Martins; do Sindicato dos Operários do Serviço Portuário de Santos, Antônio Bispo dos Santos; do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico, Elias dos Santos; do Sindicato dos Vigias Portuários de Santos, Edgard de Souza Aranha; do Sindicato dos Contra-mestres, Marinheiros, Moços e Remadores, José Bezerra de Melo; do Sindicato dos Classificadores de Fruta de Santos, Nelson [Martinho] Ribeiro; representante da Federação dos Portuários, Nacional dos Portuários e do Sindicato dos Conferentes do Porto do Rio de Janeiro, Sebastião Roxo; além do senhor Comandante Túlio de [?]; dos senhores deputados Herbert Lévy e Jorge Kuri; do ‘caro companheiro’ Roberto Abreu Sodré; do senhor inspetor da alfândega de Santos, Euclides Velasco Rondon; do senhor coronel, encarregado-chefe de instalações da COSIGUA (Companhia Siderúrgica da Guanabara) , senhor João [?]; e demais autoridades, entre eles o prefeito de Santos. Ele salienta a presença do cônsul da Dinamarca. Entrando logo no assunto diz que sem dúvida a ação dos pelegos e dos comunistas tinha sido nefasta ao progresso do movimento sindical democrático no Brasil. Mas, muito mais que a ação, acrescenta ele, tinha sido prejudicial a omissão, ou seja, muito pior do que fizeram foi o que deixaram de fazer. E o pior, assinala, era que haviam reduzido os sindicatos a uma espécie de dependência da repartição pública, e fizeram com que o trabalhador só se voltasse para o sindicato em último caso e nas grandes emergências, e não convivesse com o sindicato, não vivesse a vida sindical, não visse no sindicato um instrumento essencial ao desenvolvimento de uma nação democrática. Lacerda propõe que se levasse a “Revolução” até os sindicatos, para acabar com a cerimônia entre a democracia e o sindicalismo. Ele se apresenta não apenas como governador da Guanabara, mas, com modéstia e, ao mesmo tempo, orgulho, como candidato à

			Presidência da República. Diz que aquele encontro representava o ponto de partida de uma união indissolúvel, já que ele assegura que nenhuma intriga mais poderia separar o movimento democrático brasileiro e o movimento sindical e trabalhista brasileiro. Diz que era a hora, de uma vez por todas, de desmascarar todas as tentativas de o identificar como reacionário, pois, para ele, reacionário não era o que fazia escola, reacionário era o que deixava de fazê-la; acrescenta que reacionários eram aqueles que haviam condenado os filhos dos trabalhadores do Brasil a serem analfabetos, para que seus pais tivessem que implorar como esmola aquilo que se reivindicava com justiça. Reacionários eram para Lacerda, aqueles que invocavam o domínio do estado sobre todas as consciências e por isso se denominavam socialistas. Lacerda sustenta que não poderia ser chamado de reacionário quem tinha feito a "Revolução" para salvar a liberdade ameaçada. Considera que não era reacionário fazer esgoto, nem hospitais, nem tirar os favelados da lama, nem construir casas não para dar como esmolas, mas sim para vender a trabalhadores honrados que passavam fome até, às vezes, mas pagavam rigorosamente as prestações. Já no fim da fita, Lacerda diz que o problema do Brasil não era a falta de dinheiro e sim o desperdício de dinheiro. E cita exemplos. *Faixa 2* Discurso de Carlos Lacerda em Santos Carlos Lacerda fala sobre a seguinte querela: "ontem se queria estatizar tudo; hoje se quer desestatizar tudo". Se antes falava-se em monopólio do estado em tudo, já então falava-se da entrega ao capital particular de tudo. Lacerda se diz a favor da livre iniciativa, mas não se julga fanático. Não crê que fosse útil ao país confundir a liberdade de iniciativa, que era útil até certo ponto e em certos e numerosos casos, com a anarquia de uma falsa competição, com o perigo de uma falsa concorrência que não era livre e que caminhava para a formação de monopólios e oligopólios que destruíam a democracia, em vez de serem instrumentos dela. Acrescenta Lacerda que era justamente por isso que se pronunciava rigorosamente contra a entrega de minérios de ferro à Elkem Rana. E não por ser contra a exportação de minérios de ferro do Brasil, mas antes, a favor. Lacerda promete aos presentes que, sendo eleito presidente da República e, se encontrasse diante dele a triste e penosa realidade de uma concessão dada à Rana no Brasil, seu primeiro ato administrativo seria cancelar tal concessão. Carlos Lacerda diz que lutava pela Companhia Siderúrgica do Estado da Guanabara, para estabelecer uma espinha dorsal do sistema industrial carioca. Discorre sobre a industrialização do estado da Guanabara, tendo

			como ‘sol’ uma usina de aço inoxidável, que, em menos de 3 anos e com menos de 30 milhões de dólares, se poderia montar em Santa Cruz, se a Rana não tomasse conta da possibilidade que tinha de montar um porto para exportar minério de ferro. Explica que era necessário combater a volúpia do aumento dos preços no Brasil e a especulação. Fala das obras realizadas no governo da Guanabara durante sua gestão e exalta os feitos na área de esgoto e saneamento básico, que representavam 70% das obras. Ele diz que eram obras que nem cerimônia de inauguração podiam ter, pois quando ficavam prontas, estavam debaixo da terra. Mas, diz que evitava que os pais se debruçassem sobre os corpos dos filhos mortos pelo tifo, uma vergonha nacional e presente na maioria das cidades brasileiras. Acha que democracia era dar ao povo os instrumentos pelos quais ele construiria sua própria grandeza. Não era substituir o povo, mas sim dotar o povo de capacidade de substituir o governo. E era por isso que ele, prematuramente e deliberadamente, havia aceitado sua candidatura à Presidência da República. Ele menciona que não esperava apenas eleitores para votar, mas sim cidadãos para participar do esforço de reconstrução nacional. Afirma que não acreditava em democracia em que o povo só aparecia nas eleições para votar. Lacerda fala de uma convocação contra o egoísmo, um chamado contra a indiferença, de um apelo contra a intriga, uma mobilização pelo amor cívico, pela amizade entre concidadãos. Mas, sobretudo, um apelo à juventude, aos que iriam votar pela primeira vez, ou àqueles que, tendo uma vez já votado, do voto só colheram decepção. Lacerda afiança que uma revolução sem voto era o preâmbulo da tirania. Uma revolução sem a decisão do povo era uma revolução contra o povo. Só o povo, com sua participação, faria a revolução democrática. Acrescenta que se queria a revolução para que houvesse eleições livres nos sindicatos e na nação. Ele fala do combate ao comunismo em busca da liberdade do homem, do combate pelo fim do monopólio das consciências, em nome da democracia. Menciona que o defeito do homem público não era o de errar, mas sim o de, por vaidade, se negar a corrigir os próprios erros. Lacerda comenta que restava aos brasileiros juntos empreenderem a grande caminhada: o caminho para o poder democrático, o caminho para o poder através do voto, o caminho para o poder de que participassem os trabalhadores, tendo um deles no Ministério do Trabalho de sua gestão. No fim de seu discurso, Lacerda defende o movimento sindical democrático contra o movimento sindical totalitário. Observação: Aos 00:26:42 o discurso de Carlos Lacerda termina e logo em seguida há outra gravação da rádio Roquete Pinto, direto da nova sede do Sindicato dos Conferentes de Carga e

			Descarga do Porto de Santos, na cerimônia de inauguração desta. Carlos Lacerda fala sobre o comandante Mário Guerra Júlio de Sá Bierrenbach exaltando sua figura como amigo e profissional das Forças Armadas. Diz que era com grande emoção que ele lhe dava os mais efusivos parabéns. Comenta que o conforto e a beleza da sede do sindicato então inaugurado mostravam a força do espírito associativo. No fim da fita, Carlos Lacerda volta a defender a manutenção da força dos sindicatos, pois quanto mais poderosos fossem os sindicatos, mais defendida seria a liberdade no Brasil.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.215 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Palestra de Carlos Lacerda na ABI, como Candidato a Governador 2. Temas 2.1 Faixa 1 Programa de governo, oficialização da justiça, atendia a todos os setores da vida do estado, tradição na vida jurídica, reforma do Poder Judiciário, autonomia, solidariedade entre os poderes, interesse da comunidade, falta de confiança, observância do regime, instalações necessárias, oficialização dos serviços auxiliares, arrecadação de impostos, evasão de rendas, cartórios 'presente de núpcias', melhor remuneração, organização da carreira, sistema do mérito para ingresso em qualquer carreira, descentralizar a administração, educação, despesa com o ensino primário e secundário, obstáculo ao desenvolvimento da educação, reforma da Universidade	F1: 27:41min	**F1: 1960**	*Faixa 1* Palestra de Carlos Lacerda na ABI, como Candidato a Governador A Rádio Eldorado transmite os principais trechos de uma palestra de Carlos Lacerda, então deputado, candidato ao Governo do Estado da Guanabara. Ele expõe na ABI (Associação brasileira de Imprensa) seu programa de governo com respeito à Justiça. Fala sobre a necessidade de oficialização da justiça no estado da Guanabara. O locutor da rádio enfatiza que Carlos Lacerda era o único candidato ao governo da Guanabara que tinha um programa de governo que atendia a todos os setores da vida do estado. Carlos Lacerda menciona que não poderia deixar de salientar as razões pelas quais ele se sentia habilitado a expor as suas ideias. Ele fala da tradição que a vida jurídica tinha em sua vida e na vida de sua família, e das relações entre o estado, a sociedade e o direito, lendo um discurso preparado por ele, antes de falar das suas propostas para reforma do Poder Judiciário do Estado da Guanabara. Explica que a autonomia que cada poder deveria ter não significava indiferença entre eles, pelo contrário, o então deputado defendia a solidariedade entre os poderes. Diz que o Judiciário era o Poder Moderador por excelência e não poderia voltar as costas ao interesse da comunidade. Esclarece que ao Poder Judiciário estava reservada a missão mais difícil e delicada, pois a grande crise brasileira, como já havia afirmado Rui Barbosa, era a falta de confiança que o cidadão brasileiro tinha em relação à Justiça do país. Ao Poder Judiciário cabia a observância do regime, do funcionamento adequado dos órgãos do estado e suas relações com o cidadão. Lacerda diz que o governante democrata deveria assumir o compromisso de cumprir, respeitar e prestigiar "ao preço de qualquer sacrifício", as decisões que seriam tomadas como ordens da Justiça. O acatamento das decisões do Judiciário constituía, além de um dever, a forma decisiva de prestigiá-lo junto à opinião pública, assegura Lacerda. Assinala que cumpria, pois, em seu governo, restaurar o prestígio do Poder Judiciário. Sustenta que não deixaria descumprir qualquer decisão

			judicial e acrescenta que daria ao Poder Judiciário as instalações necessárias ao desempenho de sua missão. Menciona que as verbas destinadas ao Judiciário não seriam instrumentos para corrupção, coação ou diminuição da justiça que a esse poder incumbia. Acrescenta que tais verbas seriam destinadas sem qualquer interferência do Poder Executivo. Ele ressalta que antes de anunciar os pontos fundamentais, para que não pensassem que ele e sua equipe estavam tentando impor normas ao Poder Judiciário, deixaria claro que as normas resultariam de sugestões, consultas, estudos procedidos por uma "brilhante e desinteressada equipe", na qual se encontravam magistrados, procuradores, advogados e serventuários da Justiça. Sobre a oficialização dos serviços auxiliares da Justiça, Lacerda diz que, dando cumprimento a um dos pontos do programa de seu partido, começaria por eles. Conta que o sistema então vigente desmoralizava e desprestigiava o próprio Poder Judiciário. Acha que houve um retorno à situação do Ancien Regime, quando os vários "Luises" davam aos parentes, até das suas 'favoritas', o encargo de arrecadar impostos e de dispor de serviços que diziam respeito aos interesses da comunidade. O que o preocupava, também, era a evasão de rendas, além da transformação dos cartórios em, até, 'presente de núpcias'. Ele ratifica que procuraria restabelecer um clima de confiança e moralidade como condição essencial para restaurar em sua plenitude o prestígio do Judiciário. Ele comenta sobre melhor remuneração, garantias efetivas e honradez da grande maioria dos que integravam o quadro dos serventuários da Justiça. Considera necessária a organização da carreira dos serventuários da Justiça e a instituição do sistema do mérito para ingresso em qualquer carreira "como legítimo prêmio ao serviço dos mais capazes, dos mais competentes, dos mais assíduos e dos mais honrados". Fala também na elaboração de um regulamento disciplinar. Afirma que sua reforma seria, antes de tudo, um ato de confiança ao serventuário da Justiça e sua contribuição se daria para tornar a justiça mais democrática e acessível ao povo. No que diz respeito ao aspecto financeiro, Lacerda conta que o estado arrecadaria, anualmente, mais de 500 milhões de cruzeiros, enquanto a despesa passaria, quando muito, 400 milhões, conforme levantamento realizado. Fala em descentralizar a administração e aproximar o contribuinte, pois pretendia dividir o estado em várias regiões administrativas, reunindo os serviços de caráter local. Observação: Aos 00:21:36 o áudio sofre um corte e entra outra gravação com a voz de Carlos Lacerda. Carlos Lacerda discorre sobre a educação no estado da Guanabara e a despesa do governo na

			respectiva área com o ensino primário e secundário. Ele diz que o Ministério da Educação, na forma como se encontrava, constituía-se no maior obstáculo ao desenvolvimento da educação no Brasil. Ele fala em retificação dessa questão, que estava para ele completamente errada. Comenta que o sistema de ensino de então consistia em 'matar' a curiosidade do aluno em aulas que eram simples conferência, em que o conteúdo era transmitido ao aluno, e pouco se importavam se ele assimilava ou não. Ele defende a reforma da Universidade no Brasil e cita exemplos de universidades pelo mundo, para que o Brasil se espelhasse nelas.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.216 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Entrevista de Haroldo com a Secretária Municipal de Educação, Professora Terezinha Saraiva, na Rádio 2. Temas 2.1 Faixa 1 Cobrança de 20 cruzeiros para compra de papel, folheto, esclarecedor, estrutura da Secretaria Municipal de Educação, Distrito de Educação e Cultura, descentralizar a ação, Região Administrativa, ilegal cobrar taxa para a matrícula	F1: 08:49min	**F1: [1975]**	*Faixa 1* Entrevista de Haroldo com a Secretária Municipal de Educação, Professora Terezinha Saraiva, na Rádio A professora Teresinha Saraiva responde às perguntas dos ouvintes. Um dos ouvintes, Moacir Correia Nunes, telefona dizendo que a diretora da Escola Estadual Assis Chateaubriand, situada na rua Visconde de Santa Isabel, estava cobrando 20 cruzeiros de cada aluno para compra de papel, a ser usado nas provas. Segundo o ouvinte, a diretora da escola informava que o governo estadual não fornecia o papel, sendo este o motivo da cobrança. O locutor pergunta se a afirmação da diretora era verdadeira. Terezinha Saraiva responde retificando que a escola não era estadual e sim municipal. Ressalta que a diretora não poderia cobrar nenhuma importância para a compra de papel para prova. Reconhece que talvez ela tenha tido dificuldade, pois ao assumirem o município, encontraram as escolas praticamente sem material nenhum. Mas, acrescenta que aos poucos os materiais estavam sendo distribuídos. O locutor pergunta porque a divisão das escolas em escolas da Secretaria Municipal de Educação e Escolas da Secretaria Estadual de Educação. Pergunta se Walter Cunto, presente no estúdio, poderia responder prontamente à pergunta. Ele, então, responde dizendo que no município do Rio de Janeiro, antiga área do estado da Guanabara, situava-se todo o ensino de primeiro grau (antigo ensino primário e ensino ginasial) com um total de 748 escolas. O locutor Haroldo pergunta se a coisa não ficara complicada para o grande público. Teresinha reconhece que sim e que seu assessor de Comunicação estava preparando um folheto, esclarecendo toda a estrutura da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Um dos locutores informa à secretária que a rádio tinha recebido muitas cartas, de muitas mães, dizendo que diretoras de colégios municipais estavam cobrando uma taxa de 80 Cruzeiros de seus filhos e não permitiam que os alunos frequentassem a escola sem pagar a taxa, de

			maneira que se tornava vexatório. Comunica que gostaria que a secretária esclarecesse essa situação. Ela responde que toda vez que ocorresse isso, o pai tinha um lugar direto para se dirigir, que era a sede do Distrito de Educação e Cultura. Comenta que a orientação fora descentralizar a ação da Secretaria Municipal de Educação, de modo que, em cada Região Administrativa, havia um posto avançado da Secretaria Municipal, tendo um diretor de Distrito de Educação e Cultura a quem o responsável pelo aluno deveria levar qualquer tipo de reclamação, pois lá eles tinham toda a autoridade conferida pela Secretaria para resolver esses problemas. Acrescenta que era absolutamente ilegal cobrar qualquer tipo de taxa para a matrícula na escola.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.217 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Assinatura do Contrato do Rio – Hilton Hotel - Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Sorteio de Casas para Domésticas, Mediante Registro de Carteira Profissional - Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 Continuação do Sorteio - Oferecimento de uma Bandeja ao Governador – Saudação das Domésticas e Agradecimento do Governador 2. Temas 2.1 Faixa 1 venda à Servitec/SA, terreno do Pasmado, construção de um hotel, elogio à política habitacional de remoção e remodelação das favelas, afluxo de turistas, moderna rede hoteleira, indústria do turismo, agradecimento ao Banco Nacional de Habitação, favela do Pasmado, proprietárias de casas, vender o terreno aos americanos, processo de licitação, obra da água, saneamento básico 2.2 Faixa 2 Loteria do estado, empregadas domésticas, CTPS, campanha eleitoral, sucessor no governo, Flexa Ribeiro 2.3 Faixa 3	F1: 21:18min F2: 10:31min F3: 33:24min	**F1: 15/06/1965** **F2: 26/07/1965** **F3: 26/07/1965**	*Faixa 1* Assinatura do Contrato do Rio – Hilton Hotel - Palácio Guanabara Assinatura do documento relativo à operação de venda à Servitec/SA do terreno do Pasmado, na forma da lei e todas as exigências legais, para a construção de um hotel da rede Hilton. O valor da transação era de 300 milhões de cruzeiros, sendo 100 milhões por ocasião da assinatura da escritura de promessa de compra e venda, quando o projeto fosse aprovado, e 200 milhões no prazo de 12 meses, a contar da data. Com a palavra o comandante Carneiro que exalta a política habitacional de remoção e remodelação das favelas do governo Carlos Lacerda. Fala do afluxo de turistas para a Guanabara e da necessidade de estruturar a cidade neste aspecto, com uma moderna rede hoteleira. Diz que nossas autoridades não estavam mais alheias aos aspectos positivos dessa indústria de base e salienta que Lacerda tinha incentivado ao máximo as atividades turísticas na Guanabara. Considera que o passo, que tinha sido dado, fora de vital importância para o desenvolvimento da indústria do turismo. De volta com a palavra, Carlos Lacerda renova o seu agradecimento à presidente do Banco Nacional de Habitação, Sandra Cavalcante. Esclarece que fora sob sua gestão, na Secretaria de Serviços Sociais, que 913 famílias da favela do Pasmado passaram a ser proprietárias de casas em Nova Aliança. Lacerda salienta que o que os outros iriam dizer era que ele havia retirado 913 da família do Pasmado para vender o terreno aos americanos. Ele se defende dizendo que tinha havido, sim, um processo de licitação, mas que a SERVITEC tinha sido a que oferecera as melhores condições. Ele fala da estruturação da cidade do Rio de Janeiro para o recebimento de turistas e sobre a obra da água, pois como ele mesmo diz, “não há turismo com bicas secas!” Discorre sobre as obras de saneamento básico. *Faixa 2* Sorteio de Casas para Domésticas, Mediante

Apoio ao empregado doméstico, aposentadoria, eleição para presidente, loteria do estado da Guanabara, verba destinada à merenda escolar, à construção de novos hospitais, à melhoria do serviço do Instituto Félix Pacheco, campanha de Flexa Ribeiro			Registro de Carteira Profissional - Palácio Guanabara Cerimônia de entrega de 16 das 76 casas que até então a loteria do estado da Guanabara havia sorteado para empregadas domésticas no Rio de Janeiro. Carlos Lacerda fala para as outras empregadas domésticas o quanto era simples participar do sorteio. Discorre sobre a necessidade de apenas fazer a CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) no Instituto Felix Pacheco para concorrer automaticamente. Lacerda salienta que das cerca de 30 mil empregadas domésticas do Rio de Janeiro, apenas 2 mil fizeram a CTPS para participar do sorteio. Ele, então, dá um incentivo à adesão. Lacerda assinala que não queria fazer do evento uma campanha eleitoral, mas pede às empregadas domésticas que o ajudassem a eleger, com o seu voto, o seu sucessor no Governo do Estado da Guanabara. Ele faz uma analogia ao dizer que, quando chegou ao governo da Guanabara, encontrou uma 'casa' – a casa carioca – muito pior do que qualquer outra casa em que as empregadas tivessem trabalhado antes. Comenta que teve de tirar muito lixo, muita sujeira, que era 'varrida pra debaixo do tapete, sempre que a casa recebia uma visita'. Acrescenta que ao começar as obras da casa não optara por começar pela frente, mas sim pelos fundos. Ou seja, não tinha começado pelos teatros e pelas avenidas, mas pela escola, pelo hospital, pelo esgoto, pela água. Lacerda menciona que tinha muito medo de que o povo votasse errado e pusesse um 'desarrumador' da casa da Guanabara sob o nome de governador. Ele exalta o nome de Flexa Ribeiro como o seu sucessor no governo da Guanabara. *Faixa 3* Continuação do Sorteio - Oferecimento de uma Bandeja ao Governador – Saudação das Domésticas e Agradecimento do Governador Com a palavra o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que menciona o fato de que tinha o compromisso de que, sendo eleito, o seu candidato à sua sucessão no governo da Guanabara, o professor Flexa Ribeiro, ele iria continuar fazendo e sorteando casas para os empregados domésticos. Explicita a necessidade de se dar apoio ao empregado doméstico no Brasil e diz que a ideia de sortear casas para eles ia ao encontro disso, além da aposentadoria deles, pela qual Lacerda diz que iria lutar, acrescentando que, sendo eleito presidente, em 1967, seria instituída a aposentadoria do empregado doméstico, no Brasil. Lacerda explica que a loteria do estado da Guanabara já rendera, até então, um total líquido de 1.167.076.679,00 cruzeiros, dos quais haviam sido empregados na merenda escolar para as crianças 124.342.486,70; na construção de novos hospitais, 951.315.192,30; para a melhoria do

			serviço do Instituto Félix Pacheco, a fim de facilitar a entrega das carteiras, 13.712.250,00; e para o lar da empregada doméstica, 77.706.750,00. Lacerda salienta que as casas não eram baratas, não! Procede, então, à entrega das chaves, chamando as empregadas sorteadas para as 16 primeiras casas. Ele já anuncia as sorteadas, dizendo o nome da rua e o número da casa onde morariam. Lacerda anuncia o nome de 4 empregadas que não compareceram à cerimônia e pede que elas comparecessem à sede da loteria para buscar as chaves das casas, dentro do prazo de uma semana, sob o risco de perderem as casas, pois ele pedia que, caso não buscassem suas chaves, que as casas fossem sorteadas novamente. Três pessoas fazem a entrega de uma bandeja de prata a Lacerda e uma das empregadas presentes, D. Flora, sobe à tribuna e recita um texto em homenagem ao governador, em nome das empregadas domésticas de Realengo: "Capacidade e valor, audácia e conhecimento resumem o governador Carlos Lacerda, que no momento nosso estado dirige sabendo que dele exige luta, coragem e engenho, assim na hora do prêmio - casas que são nossos lares - erguemos a Deus cantares, rogando a felicidade daquele que nos governa assim com tanta bondade". Após o recital, Lacerda comenta que por mais que estivesse preparado para os discursos, não tinha palavras para dizer da sua emoção e gratidão pelo 'exagero de generosidade' que representava a lembrança, a delicadeza e a bondade da oferta. Diz que as palavras de Flora foram-lhe direto ao coração e ele agradecia muito. Pede às empregadas que o ajudassem a eleger Flexa Ribeiro governador do estado da Guanabara. Ressalta que havia muitos empregados domésticos que não tinham feito a CTPS no Instituto Feliz Pacheco. Pede a estas que não o fizeram ainda, que tomassem as empregadas sorteadas como exemplo, para que elas pudessem também ter a oportunidade de ganhar uma casa. Ele informa que, é claro, não havia casas para todas, mas o sorteio abria possibilidade para todas poderem ter sua casa. No fim da fita, após o discurso de Lacerda, sobe à tribuna uma senhora que faz um discurso enaltecendo a figura do governador e sua gestão. Ela faz um pedido às suas colegas presentes, que cerrassem fileiras em torno do candidato do governador à sua sucessão na Guanabara.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.218 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração da Estação Telefônica da CETEL, em Bento Ribeiro	F1: 33:36min F2: 22:51min F3: 10: 41min	**F1: 19/08/1965** **F2: 09/09/1965** **F3: 15/09/1965**	*Faixa 1* Inauguração da Estação Telefônica da CETEL (Companhia Telefônica do Estado), em Bento Ribeiro Carlos Lacerda relata uma breve história da CETEL. Diz que, quando era candidato, falava que poria telefone no Rio de Janeiro e um jornalista perguntou como ele o faria. Ele respondeu que era segredo e não podia dizer, e

1.2 Faixa 2 Inauguração da Linha de Ônibus da CTC – Túnel Santa Bárbara 1.3 Faixa 3 Inauguração da Estação Telefônica da CETEL, em Bangu 2. Temas 2.1 Faixa 1 Fila à espera de telefone, guerra contra a Light, barreira da corrupção, O Globo, adoção de empresas mistas ou cooperativas de serviços públicos, empresas privadas, lucro. CHEVAP, sob o domínio da Light, bem-vindo capital estrangeiro, desafio à onipotência da Light, fundação da CETEL, candidato à Presidência da República, verdadeira revolução, desnecessidade de eleições presidenciais, voto em Flexa Ribeiro 2.2 Faixa 2 Problema de transporte público, abertura do túnel Santa Bárbara, linha de ônibus, voto em Flexa Ribeiro, prestação de contas de seu governo, biblioteca no terraço, CPI do seu apartamento, funcionários nomeados sem concurso. evitar as eleições, honesto interrogado pelo gatuno, melhorias nos bairros do Catumbi e do Rio Comprido, canalização do rio Papa-couve, obra do Guandu 2.3 Faixa 3 Eficácia do serviço da CETEL, pôr telefone onde a Light nunca ousara, horror ao intrigante			reconhece que perdeu muito voto por conta dessa dúvida gerada em algumas pessoas. Lacerda fala que quando chegou ao Governo do Estado, encontrou uma fila de 200 mil pessoas à espera do telefone prometido pela Light. Esclarece que nada poderia fazer em relação às áreas cobertas pela Light. Somente em 1966, sendo eleito presidente da República, quando poria, conforme prometera, telefones no Brasil inteiro. Ele compara os feitos da Light com os da CETEL, dizendo que não havia nada que a Light fizesse, que a CETEL não fizesse melhor. Ele fala sobre como a Light conseguira do presidente João Goulart o decreto de intervenção na Companhia Telefônica. Porém, assinala, tinha sido o primeiro caso de intervenção a favor e não contra: a favor da Light e contra o estado da Guanabara, salienta o governador. Ele narra a guerra que teve que travar contra a Light logo assim que chegou ao governo da Guanabara. Conta que conseguiu, a duras penas, furar a barreira da corrupção que a Light armara na imprensa carioca, tendo à frente *O Globo*, jornal considerado por ele “branco por fora e podre por dentro”. Conta que conseguiu furar a barreira da propaganda dos interesses da Light e ressalta que não se tratava de “mania de ser contra a Light”, nem demagogia de véspera de eleição. Defende a adoção de empresas mistas ou cooperativas de serviços públicos, nos moldes das que estavam sendo feitas nos EUA, conforme lhe dissera o senador norte-americano, William Fulbright, porque as empresas privadas não tinham interesse na execução do serviço, pois só pensavam em lucro. Lacerda alude ao episódio em que 51 deputados, esquecendo de suas divergências políticas, assinaram um memorial ao presidente da República, pedindo que ele apoiasse o ponto de vista deles e defendesse os interesses do povo carioca, não permitindo que a CHEVAP (Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba), pela mãos da Eletrobrás, fosse entregue também ao domínio da Light. Carlos Lacerda muda de assunto, dizendo que a história da Light era “muito comprida, muito sombria e muito suja” para se contar numa noite de festa. Esclarece que era a história da advocacia administrativa, do suborno e da corrupção, dos contratos arrancados nas conversas de corredor, das tortuosas negociações para obter contratos que nunca foram cumpridos. Lacerda destaca que o capital estrangeiro era bem-vindo no país, mas menos para gerar lucros em serviços públicos como telefone, ônibus, energia, etc. Ele se mostra contra a intervenção da iniciativa privada em certos serviços oferecidos à sociedade, que deveriam ser públicos. Defende a adoção de cooperativas de serviços públicos, dizendo que “não inventou nada”, “nem descobriu a pólvora” ou “quebrou o ovo de Colombo”, mas que tinha adotado a “forma nova e democrática do futuro próximo em

			matéria de serviços públicos, em toda parte do mundo. Lacerda diz que a Light precisava encontrar a autoridade moral de um governo que não se vendesse e nem comprasse ninguém. Chama de ousadia ter desafiado a onipotência da Light com a fundação da CETEL (Companhia Telefônica Estadual), por ter feito em relação a ela aquilo que tantos demagogos em palanques diziam que iam fazer e nunca haviam feito. Lacerda ratifica sua condição de candidato à Presidência da República, por considerar que o país, mesmo após o golpe de 1964, ainda pedia e precisava de uma verdadeira revolução, que não se media pelo número das coisas que proibia, mas sim pelo número das coisas que fazia e que realizava, que não consista na proibição, mas sim na ação. Lacerda diz que “a ginástica”, “o truque”, “a mágica” que estavam preparando era a de usar contra ele uma eventual derrota na Guanabara. Se Flexa Ribeiro, o candidato do governador, não vencesse as eleições no estado, segundo Lacerda, diriam seus adversários que o governador não vencera nem no estado em que fora governador, quem diria no país... E fariam uma campanha evidenciando a desnecessidade de eleições presidenciais. E era por isso que ele pedia aos presentes que votassem em Flexa Ribeiro. Lacerda diz que Flexa Ribeiro era o homem a pôr telefones em todo o Rio de Janeiro, falando com a Light “de cima para a baixo” e com o povo “de baixo para cima”, ou seja, “um homem humilde diante dos humildes e altivo diante dos poderosos”. No fim da fita, após o seu discurso, Lacerda realiza uma ligação pelo telefone instalado no palanque para a inauguração da estação telefônica. Ele liga para a Administração Regional e a ligação foi transmitida ao povo presente através de um alto falante. Ele aproveita a ocasião para pedir votos para Flexa Ribeiro e Danilo Nunes, para governador e vice-governador do estado, respectivamente. *Faixa 2* Inauguração da Linha de Ônibus da CTC – Túnel Santa Bárbara Palavras do general Salvador Mandim, secretário de Serviços Públicos do Estado da Guanabara. Diz ele que, naquele momento, já não era somente a Guanabara que precisava de Carlos Lacerda, mas sim todo o Brasil. Após o seu breve discurso, assume o microfone o governador da Guanabara. Ele conta que recorrera ao general Salvador Mandim para resolver o problema de transporte público para a população do Catumbi, pois a abertura do túnel Santa Bárbara viabilizava a instituição de uma linha de ônibus que passasse pelo bairro. Sobre a linha então inaugurada, que ligaria o Forte de Copacabana à Usina, na Tijuca, passando pelo Catumbi, Lacerda diz que mesmo que ela não desse lucro no início, sendo mantida, estaria cumprindo sua principal missão, que era

			servir à população. Sobre as eleições, ele reconhece que tinha ido à cerimônia pedir votos para Flexa Ribeiro, sim. Ele pede aos presentes que votassem em Flexa Ribeiro para governador do estado da Guanabara. Sobre a prestação de contas de seu governo, ele diz que não precisava comprar deputado nenhum, daqueles que se vendiam, para prestar suas contas; ele as prestava diretamente ao povo. Diz que, na noite do sábado seguinte à cerimônia, às 22:00, ele prestaria as contas de seu governo direto do Palácio Guanabara, com transmissão pela rede de rádio e televisão. E convida aos presentes para assisti-la no Jardim do Palácio Guanabara. Lacerda diz que com a prestação de contas todos poderiam ver em que se transformara o dinheiro do carioca. Ele considera que, começado o período eleitoral, com os candidatos nas ruas, começaria também o período da "injúria", da "calúnia", da "ingratidão" e da "injustiça". Ele alerta o povo contra esse perigo. Em resposta àqueles que estavam dizendo que ele estava construindo uma biblioteca no terraço de seu apartamento, ele esclarece ao povo que tinha comprado seu apartamento antes de se tornar governador, que iria sair do governo sem ter podido pagá-lo integralmente e que a obra à qual se referiam era uma pequena obra para alocar seus livros, Acrescenta que estava montando uma oficina para ganhar a vida depois de sair do governo. Ele comenta que se mandasse, no exato momento em que falava, para a ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara), 127 milhões de cruzeiros, acabava a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do seu apartamento e a briga em torno da prestação de contas de seu governo. Denuncia que existiam deputados que nomearam a mulher, o filho, o afilhado, o cabo eleitoral, sem lei, sem verba, sem autorização e sem dinheiro e queriam que ele mandasse o dinheiro para que eles pagassem 600 funcionários nomeados sem concurso. Lacerda denuncia que o que se queria evitar não era que ele fosse presidente da República; o que se queria evitar era que o povo escolhesse o seu presidente, ou seja, se queria evitar as eleições, e era para isso, segundo o governador, que tentavam impedir a vitória de Flexa Ribeiro no Governo do Estado da Guanabara. Lacerda diz que era preciso que o povo soubesse dos fatos. Referindo-se a Flexa Ribeiro, assinala que um moço professor que trabalhava no seu gabinete, pai de cinco filhos, morador de uma avenida em Cascadura estava sendo submetido à "tortura moral de uma vergonhosa, de uma imoral CPI" por causa da denúncia de um homem que conseguiu, em outro governo, começar a construção de um posto de gasolina em terreno 'surrupiado' da Central do Brasil, em Cascadura, invadindo a via pública e perturbando o trânsito do bairro. Para Lacerda, trata-se do honesto sendo interrogado pelo gatuno,

			do homem sério interrogado pelo palhaço, do homem digno interrogado pelo vagabundo, pelo malandro. Lacerda discorre sobre as melhorias implementadas nos bairros do Catumbi e do Rio Comprido. Acha que a população local sabia que melhorara de vida, pois não vivia mais com as enchentes, desde a canalização subterrânea do rio Papa-couve. Acrescenta que a região tinha todas as condições de prosperar e se tornar uma espécie de "Laranjeiras da Zona Norte". O governador também fala que aqueles que abriam escolas no dia anterior à eleição e fechavam no dia seguinte a ela, e prometiam água nas bicas, voltariam a fazer promessas. Mas diz que bicas não compravam mais votos, pois o abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro tão logo seria realizado, com a obra do Guandu. Lacerda comenta que nas eleições do dia 03 de outubro próximo, o povo poderia comparar duas cidades: o Rio de Janeiro da confiança num governo honrado e o Rio de Janeiro do riso em face dos palhaços que o governaram. Lacerda diz que há perguntas que o povo teria de responder nas eleições: "Vale a pena ser honesto para governar, ou não? Vale a pena afrontar a injúria dos poderosos, para ter a confiança dos humildes, ou não? Vale a pena usar a sua vida, sacrificar a da sua família, para servir a essa família, servindo a família de todos, ou não? Devemos ser egoístas e cada um cuidar só da sua vida, ou podemos confiar em todos para juntarmos os ombros numa obra comum de defesa do futuro de cada um?" *Faixa 3* Cerimônia de Inauguração da Estação 93 da CETEL (Companhia Telefônica do Estado), em Bangu. Com a palavra o governador da Guanabara Carlos Lacerda. Ele diz: "Antes de falar no microfone, vamos falar no telefone!" Ele faz uma ligação para a Administração Regional para mostrar aos presentes a funcionalidade e a eficácia do serviço. Agradece, uma vez mais, ao general Salvador Mandim e ao brigadeiro Toledo pela "obra de precisão, de exatidão, de honradez e de competência" que era a CETEL. Ele salienta que a Companhia era de propriedade dos seus usuários, pois cada um que tinha um telefone da CETEL em casa era acionista da empresa. Ele salienta que o êxito da CETEL foi pôr telefone onde a Light nunca ousara pôr, ou seja, no subúrbio carioca. Sobre sua atuação política, ele enfatiza que se política significava fazer intriga, ele não sabia fazer política, pois nutria horror ao intrigante. Diz que era mais fácil 'pegar um touro à unha', do que receber um intrigante em seu gabinete. Ressalta que acreditava cada vez mais na amizade do povo.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.219 1. Assunto	F1: 27:13min F2: 11:37min F3: 07:57min F4: 30:49min	**F1: 15/09/1965** **F2: 18/09/1965** **F3: 18/09/1965** **F4: 18/09/1965**	*Faixa 1* Continuação da Faixa 3, da fita 218 Cerimônia de Inauguração da Estação Telefônica de número 93, da CETEL (Companhia Telefônica

1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa 3, da fita 218 1.2 Faixa 2 Inauguração da Linha CTC, no Subúrbio da Leopoldina 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa 2 1.4 Faixa 4 Inauguração da Primeira Etapa da Linha da CTC entre Bonsucesso e Madureira e Inauguração da Luz a Mercúrio, entre Penha e Bonsucesso 2. Temas 2.1 Faixa 1 Honrar a generosidade do povo, candidatos a telefone, candidato à Presidência, condições favoráveis do país, grande potência, eleição de Flexa Ribeiro e Danilo Nunes, eleições presidenciais diretas, emprego ameaçado, brasileiro não precisava de 'tutores', usuários eram acionistas 2.2 Faixa 2 Melhoramentos novos, ônibus elétricos, identificação com o subúrbio, vencer com Flexa Ribeiro e Danilo Nunes, candidato *Time Life*, Roberto Marinho, especuladores do café, Moreira Sales, cidade abandonada X cidade recuperada frente única, vários candidatos, Partido Comunista, Light, elementos do governo federal , elementos do governo deposto, derrubar o Lacerda, Negrão de Lima, ditadura na mão, Estado Novo, tortura de homens amigos de Pedro Ernesto 2.3 Faixa 3 Democrata de véspera de eleição, apoio da igreja católica, dos evangélicos, dos espíritas e da LBV, dever de votar certo, dinheiro da TV Globo direto para Nova York, voto em Flexa Ribeiro e Danilo Nunes			do Estado), em Bangu. Lacerda discorre sobre a sua relação com o povo. Diz que a verdadeira amizade não se conquista com facilidade e entende porque muitos levaram um tempo para considerá-lo amigo. Enaltece o povo brasileiro que, mesmo depois de enganado por muitos, durante muito tempo, perdoava e conservava gratidão por alguma coisa boa que tenha sido feita. Diz que procurou honrar a generosidade do povo para poder merecê-la. Conta que nunca perguntou aos candidatos a telefone se eram eleitores da UDN, do PSD ou do PTB. Ressalta que era natural que cada um tivesse sua preferência, mas era igualmente natural que, por causa de sua preferência, ninguém ficasse privado de ter telefone. Acrescenta que isso é que era democracia e respeito pelo povo. Ele ratifica sua condição de candidato à Presidência da República e afirma que quanto mais via certas forças, certos grupos, certos homens, que havia tantos anos enganavam e exploravam o Brasil, interessados em evitar a sua candidatura, mais ele se convencia de que precisava ser candidato para fazer a revolução que ninguém havia feito no Brasil, ainda. Lacerda fala do futuro do Brasil e da necessidade de uma nação grande vir a ser uma grande nação. Exalta o povo brasileiro e seu amor pela liberdade, além de salientar que era justamente essa liberdade que fazia do povo brasileiro o dono de seu próprio destino. Fala das condições favoráveis do país para se tornar uma grande potência. Acha que estava nas mãos do povo, pois elegendo Flexa Ribeiro e Danilo Nunes para o governo da Guanabara, estaria o povo acabando com toda a manobra contra as eleições presidenciais diretas, no ano seguinte. Lacerda pede que o povo pense em mais 5 anos de governo na Guanabara em que se trabalhasse e não roubasse, tendo em Brasília um governo que, ao mesmo tempo, ajudasse e fosse ajudado pela Guanabara. Diz Lacerda que o emprego dos trabalhadores da Guanabara estaria ameaçado se os demagogos e os ladrões vencessem, e que fora justamente tal emprego que tinha permitido tornar realidade a instalação de telefones no estado. Lacerda pede ao povo que, ao votar, não votasse com ódio, mas trouxesse o que tinha de melhor no coração e deixasse o ódio numa espécie de lixeira, dentro do corpo, relegado ao desprezo e ao esquecimento. Comenta que tinha ido ao encontro da amizade, da generosidade e do sentimento de justiça do povo. Lacerda considera que aquela inauguração era mais uma prova de que o brasileiro não precisava de 'tutores' nem para ser livre, nem para pôr telefones, pois a CETEL era a Companhia do Povo da Guanabara, na qual os usuários eram seus acionistas também. Lacerda encerra seu discurso dizendo que mesmo após sair do Governo do Estado da Guanabara, não iria desertar e abandonar o povo de Bangu e

2.4 Faixa 4 Ferro-velho da Light, série de terrenos, oficina Cidade Light, obrigações trabalhistas, segurança e conforto do ônibus elétrico, ônibus para o subúrbio, Time Life, TV Globo, Roberto Marinho, especulador de café, Walter Moreira Sales, Zica da Praça Mauá', continuidade, acabar com o terceiro turno, ginásio até o fim do curso, excedentes, mães em busca de matrícula, forças poderosas, contra o governo. evitar eleição direta, vitória de Flexa Ribeiro			adjacências, pois as amizades mais difíceis eram as mais duradouras. Espera retornar anos depois e ver as crianças já adultas contando-lhe os detalhes daquela noite de festa, quando a memória já lhe iria faltar. Ele diz que tem impressão de que iria chorar... *Faixa 2* Inauguração da Linha da CTC, no Subúrbio da Leopoldina Carlos Lacerda se dirige à população da Leopoldina. Ele anuncia as autoridades presentes, entre elas o seu candidato à vice-governança do estado da Guanabara, Danilo Nunes. Menciona que se tratava um dia de festa, por conta de alguns melhoramentos novos na área da Secretaria de Serviços Públicos. Conta que o ônibus elétrico entrava pela primeira vez nos subúrbios, e entrava "para nunca mais sair". Acha que o melhoramento mostrava a identificação de seu governo com o subúrbio e que havia menos de 5 anos atrás, ele perdera nos subúrbios, e eis que voltava para vencer com Flexa Ribeiro e Danilo Nunes. Lacerda assinala que se chegava a afirmar que todo mundo poderia ter candidato a governador, menos ele, na condição de atual governador do estado. Ele pergunta o porquê, já que o *Time Life*, que não votava no Brasil, porque seus membros eram americanos, tinha um candidato através do dr. Roberto Marinho; os especuladores do café podiam ter candidato através do Sr. Walter Moreira Sales. Considera que seu voto valia tanto quanto o de qualquer cidadão. Nem mais, nem menos. Lacerda informa que em 4 anos e 8 meses de governo, não tinha acontecido uma semana em que ele não passasse pelas ruas da Leopoldina, sem avisar, como se fosse um morador da região, para ver o que se estava fazendo ou o que se poderia fazer em termos de melhoramentos urbanos. Sente-se abalizado para orientar a população no que diz respeito ao seu sucessor, pois, durante todo o período em que foi governador, conheceu os políticos "por dentro", de maneira que sabia quem era quem. Diz que o povo poderia dar o seu testemunho ao comparar a cidade abandonada que ele recebeu para governar, com a cidade recuperada que ele iria legar a seu sucessor. Diz que sabia o que tinha feito e o que não tinha podido fazer; acrescenta que mesmo não podendo fazer tudo, o que ele não havia feito, sabia como se fazia, e por isso que ele pedia votos a Flexa Ribeiro, que era quem poderia dar prosseguimentos às suas obras na Guanabara. Ele diz que em matéria de trabalho, modéstia à parte, não havia o que discutir: seu governo tinha trabalhado "um pedaço'. Lacerda diz que havia um outro aspecto das eleições que deveria ser considerado na hora da decisão. Assinala que havia uma frente única com vários candidatos, mas que era uma frente única porque tinha a mesma mentalidade e a mesma intenção. Ia do

			Partido Comunista até a Light; de certos elementos do governo federal a certos elementos do governo deposto. Todos de acordo com uma coisa: era preciso derrubar o Lacerda na Guanabara, para que não houvesse eleições presidenciais no ano seguinte. Lacerda fala da existência de "democratas de meia-cara", "democratas de última hora" que acabavam com as eleições e a democracia, logo assim que eram eleitos. Refere-se diretamente a Negrão de Lima, candidato ao governo da Guanabara que, em 1937, segundo as palavras de Lacerda, entrara na política conspirando para impedir o povo de votar, correndo estado por estado e conversando no pé do ouvido de cada governador, até voltar com a vitória, isto é com a ditadura na mão, o Estado Novo. Acrescenta ele que viu, na prisão, quando foi detido pela polícia central, em 10 de novembro de 1937, a destruição de homens, o massacre e a tortura de trabalhadores pelo crime de serem amigos de Pedro Ernesto. *Faixa 3* Continuação da Faixa 2 Carlos Lacerda discorre sobre as eleições para o governo da Guanabara, que elegeriam o seu sucessor. Diz que ao lado do "democrata de meia-cara, do democrata de véspera de eleição" via-se o homem que merecia o apoio da igreja católica, dos evangélicos, dos espíritas e da LBV (Legião da Boa Vontade), "porque a sua obra, a sua mensagem, a sua plataforma, não era uma mensagem, uma plataforma de ódio e descriminação, de divisão e facciosismo, mas sim, antes de tudo, era uma obra de renovação, de democratização e uma obra de união e de amor para o trabalho pela Guanabara e pelo Brasil". Este homem era o Flexa Ribeiro. Diz Lacerda que o direito de votar do povo vinha acompanhado de um dever: o dever de votar certo, de não votar em vão, o dever de não desperdiçar o voto por raiva pessoal, por velha prevenção ou por falta de compreensão. Lacerda informa que, pouco depois, na TV Rio, ele mostraria quanto tinha custado o programa do rádio e da televisão para prestar contas ao povo. Nesse momento, ergue-se uma voz da plateia que diz: "Coisa que nunca fizeram!". Acrescenta Lacerda que iria mostrar com as faturas de cada emissora, inclusive a da TV Globo, que só não sabia quanto havia custado pois, conforme denuncia o governador, seu dinheiro ia direto para Nova York! Lacerda diz que "o dinheiro dos especuladores, o dinheiro dos desonestos, o dinheiro dos aventureiros, o dinheiro dos que roubavam o povo poderia ser usado nas eleições e isso não era abuso do poder econômico"; ironicamente, completa dizendo que abuso do poder econômico seria usar o dinheiro do povo para lhe dizer o que precisava saber e não queriam que ele soubesse. Lacerda diz que o

			governo usava o dinheiro do povo para que o povo fosse o senhor do seu próprio destino, para que ele conhecesse a verdade e, conhecendo-a, pudesse decidir com consciência e segurança sobre a melhor maneira de escolher o seu governo. Lacerda ratifica o seu pedido de voto em Flexa Ribeiro e Danilo Nunes, para governador e vice-governador, respectivamente, ao governo da Guanabara. Ele diz que entregava ao povo da Leopoldina as duas candidaturas: aos líderes, às famílias, aos trabalhadores, aos pequenos comerciantes da Leopoldina. Lacerda diz que, sobretudo, entregava àqueles que votariam pela primeira vez, para que, no futuro, o seu voto não fosse motivo de vergonha e que eles nunca se arrependessem desse primeiro voto que era "como uma aliança no seu dedo para o casamento com a liberdade e a democracia!" *Faixa 4* Inauguração da Primeira Etapa da Linha da CTC entre Bonsucesso e Madureira e Inauguração da Luz a Mercúrio, entre Penha e Bonsucesso Carlos Lacerda discursa para a população do subúrbio da Leopoldina. Ele anuncia as autoridades presentes, entre elas o candidato à sua sucessão no governo da Guanabara, Flexa Ribeiro. Conta que seu governo recebera o ferro-velho da Light, ou seja, uma série de terrenos iguais ao da garagem da CTC (Companhia de Transportes Coletivos), então inaugurada, e a oficina Cidade Light, de 'primeira qualidade', com seus trabalhadores e os antigos servidores da Companhia de Bondes. Lacerda denuncia que a Light se recusava a cumprir com o seu dever perante a lei e não havia respondido com suas obrigações trabalhistas para com os antigos funcionários. Acrescenta que o Governo do Estado assumira obrigações que não eram suas, e sim da Light, pois quem não poderia perder era o mais fraco, que era o antigo servidor de bondes, então da CTC. Lacerda fala de como foi fundada a CTC e a importância do general Salvador Mandim. Menciona que lhe parecia uma injustiça e até um despropósito que a Zona Sul e o Centro da Cidade conhecessem a segurança e o conforto do ônibus elétrico e o subúrbio não. E, por isto, aprovara o governo a decisão do secretário de Serviços Públicos de levar os ônibus para o subúrbio. E eis que, então, o transporte lá chegara. Sobre suas ações no governo da Guanabara, Lacerda concorda com todos os candidatos à Prefeitura de São Paulo que, em suas plataformas, diziam que se tinha sido possível fazer no Rio, poderia ser feito em São Paulo também. Lacerda ainda acrescenta que o que fora feito na Guanabara poderia ser feito em qualquer lugar do Brasil. E que era importante, também, que continuasse a ser feito na Guanabara. E por isso

			que ele ratifica o nome de Flexa Ribeiro como o candidato à sua sucessão no governo da Guanabara. Lacerda diz que iria responder na TV Rio aos “senhores melindrosos” que entendiam ser abuso do poder econômico do governo, o governador ter um candidato. Ele diz que o *Time Life* podia explorar com o nome de TV Globo uma rede de TV no Brasil e podia ter candidato no Rio de Janeiro; o dr. Roberto Marinho, com o dinheiro do especulador de café, Walter Moreira Sales, podia ter candidato no Rio de Janeiro; o ‘Zica da Praça Mauá’ podia ter candidato no Rio de Janeiro... Só o Lacerda era que não podia, segundo as ironias do governador, que diz ser isso engraçado. Lacerda diz que, pela primeira vez em muitos anos, o povo sentia que havia um governo procurando resolver os seus problemas, resolvendo muitos deles. Reconhece que não tinha resolvido todos os problemas da cidade, e nem podia, mas que era justamente por isso que seria necessário dar continuidade. Diz, por exemplo, que seria o próximo governador que iria acabar com o terceiro turno nas escolas da Guanabara. E daí ele pergunta: “Quem está melhor capacitado, quem tem melhores credenciais para acabar com o terceiro turno e para dar ginásio até o fim do curso? O homem que fez o ginásio, o homem que acabou com a fila na porta das escolas, ou aqueles que durante tantos anos governaram essa cidade e deixaram fila na porta das escolas, excedentes nas escolas particulares e mães em busca de matrícula, chorando na calçada por um lugar na escola para seus filhos?”Lacerda diz que Flexa Ribeiro não era seu candidato porque era seu amigo, e sim porque era o melhor candidato que poderia encontrar. Ele pede a atenção do povo para o seguinte fato: a provocação que vinham sofrendo, ele e Flexa Ribeiro. Cita o exemplo das bombinhas de São João, que estavam sendo estouradas na porta do “candidato da demagogia”, que eram exatamente as mesmas bombas que, por ocasião de sua eleição, em 1960, começaram a ser estouradas na porta da casa do candidato adversário seu. Ele condena este ato. Lacerda diz querer que ficasse claro aos olhos do povo que existia uma verdadeira frente única entre forças poderosas, na Guanabara e no Brasil, contra o seu governo. Denuncia que, por razões diferentes, a Light e o Partido Comunista se juntavam contra o seu governo; por razões diferentes Roberto Marinho e o presidente da República se juntavam contra o seu governo. Uns, porque queriam continuar a roubar, e outros, porque queriam evitar a eleição direta, no ano seguinte, que elegeria pelo voto o presidente da República. Lacerda diz que não fora almoçando com o Didu que tinha conseguido ser eleito governador, nem fora perdoando os pecados de Roberto Marinho

			com o *Time Life* que ele tinha angariado o apoio do povo carioca. Tinha sido trabalhando, e não intrigando; dizendo a verdade, e não calando; desafiando o poder desmandado para, afinal, merecer a amizade dos desvalidos. Ele se dirige aos que votariam pela primeira vez. Considera que uma parte estava ameaçada de se enganar, ou seja, em vez de votar num futuro, que seria dela, votariam no passado, que foi contra si. Lacerda se diz no dever de advertir o jovem, cordialmente, fraternalmente contra o perigo de votar naqueles cujo passado desconheciam e cujo futuro não existia. Ele pede aos que votariam pela primeira vez que perguntassem aos mais velhos como era a cidade do Rio de Janeiro antes de ele se tornar governador. No fim da fita, Lacerda assegura que o primeiro voto era como um casamento com a democracia; era como um compromisso de honra com a comunidade. E ninguém podia votar levianamente quando votava pela primeira vez. Ele considera que o voto de que quem votava pela primeira vez deveria ser um voto pelo futuro. Pede à juventude carioca que comandasse a vitória de Flexa Ribeiro e que fosse a vanguarda do "exército pacífico e democrático" do eleitorado vitorioso de 03 de outubro.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.220 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Final da Faixa 4, da Fita 219 Faixa 2 Inauguração do Novo Jardim Zoológico 2. Temas 2.1 Faixa 1 Flexa Ribeiro, candidato de Lacerda, vitória de todo o povo da Guanabara, derrota o descredenciaria como candidato à Presidência da República, bem da democracia, maioria absoluta, 2.2 Faixa 2 Remodelação, 'mostruário da fauna brasileira, 'futuro parque-viveiro, reserva biológica, dedicação de naturalistas, de tratadores e de servidores do Jardim, voto em Flexa Ribeiro, descentralização da administração, democratização da administração pública	F1: 07:26min F2: 14:41min	**F1: 18/09/1965** **F2: 19/09/1965**	*Faixa 1* Final da Faixa 4, da Fita 219 Carlos Lacerda discursa na Penha sobre a sua sucessão no Governo do Estado da Guanabara. Diz que o fato de não gostarem dele não significava que não gostassem da Guanabara e nem tinha nada a ver com o eventual governo de Flexa Ribeiro. Reconhece que elegendo Flexa Ribeiro o povo estaria elegendo, sim, o seu candidato, mas que a vitória de Flexa Ribeiro seria, ao mesmo tempo, sua e de todo o povo da Guanabara. E sua derrota, que não lhe servia, também não servia ao povo brasileiro, assegura o governador, pois sua derrota o descredenciaria como candidato à Presidência da República nas eventuais eleições do ano seguinte. Então, Lacerda pede que, mesmo não gostando dele, mas pelo bem da democracia, para que fossem realizadas as eleições presidenciais, votassem bem, votassem em Flexa Ribeiro. Lacerda faz alusão a uma lei, votada no ano anterior no Congresso, que dispunha que a eleição só seria indiscutível se houvesse maioria absoluta, isto é, um candidato eleito com a metade mais um dos que votaram. Não havendo maioria absoluta por parte de nenhum candidato, os dois mais votados iriam à Assembleia, sendo que, se esta não chegasse a um acordo, haveria nova eleição. Lacerda comenta que isso significava que se a eleição ficasse taco-a-taco, com nenhum candidato com maioria absoluta, ao governador vigente caberia a escolha de uma das duas coisas: ou veria eleito o pior dos dois pela Assembleia, ou

			pagaria à Assembleia o que não poderia, não deveria e nem queria pagar, para comprar os votos necessários que, somados aos votos conscientes de 'valorosos deputados', viessem a dar maioria lá dentro a quem não teria maioria absoluta fora, o que custaria ao povo 1 bilhão de cruzeiros. Lacerda pergunta ao povo, se isto tivesse que acontecer, o que ele escolheria: pagar 1 bilhão de cruzeiros para ter um governo decente? Ou economizar igual quantia, mas gastando muito mais depois? Acrescenta que se o povo não quisesse que isto ocorresse, se não quisesse pôr o governador "na triste situação de ter de corromper para evitar a maior corrupção", então ele pedia que se votasse em massa em Flexa Ribeiro. *Faixa 2* Inauguração do Novo Jardim Zoológico Cerimônia de entrega das primeiras obras de remodelação do Jardim Zoológico. Com a palavra o governador da Guanabara Carlos Lacerda. Ele informa que aquela fora apenas a subida do primeiro degrau da escada de obras e serviços que o Jardim Zoológico deveria subir, para chegar a ser um estabelecimento à altura do carinho da população e das responsabilidades de uma cidade como o Rio de Janeiro. Ele fala da necessidade de se fazer do Jardim Zoológico um 'mostruário da fauna brasileira' para que os asiáticos, os europeus, etc pudessem ver aqui o que não tinham em seus respectivos países. Ele comenta sobre a construção do futuro parque-viveiro, na reserva biológica de Jacarepaguá, onde os animais pudessem ficar livres, soltos, sem os homens perturbarem a sua paz. Enfatiza que tal construção e a continuidade das obras do Jardim Zoológico estavam na dependência da continuação de um mesmo estilo de governar, na insistência de um mesmo programa de governo. Agradece a dedicação de naturalistas, de tratadores e de servidores do Jardim, além dos operários que trabalharam nas obras. Pede ao povo que mantenha o mesmo estilo de governo, votando em Flexa Ribeiro para governador. Assinala que o pedido não era só pelo Jardim Zoológico, mas por muitas outras coisas, como, por exemplo, a descentralização da administração. Lacerda utiliza as palavras do administrador regional de São Cristóvão e diz aos presentes que as administrações regionais eram o caminho para a democratização da administração pública no Brasil, pois "elas levavam autoridade para junto do contribuinte; punham o governo na esquina da rua em que o povo morava; acabavam com a centralização pela qual só falando com o governador era que se conseguia matrícula para um filho, internamento no hospital, calçamento para uma rua, tapar um buraco ou um vazamento". Lacerda assinala que elas foram criadas em seu governo com muita dificuldade, pois os

			politiqueiros sempre resistiram a tal ideia. Depois de instituídas as administrações regionais com sucesso, o governador diz então que nenhum desses politiqueiros ousava dizer que era ruim. Lacerda diz que o trabalho estava só no o começo e que seria necessário que cada bairro do Rio de Janeiro tivesse a sua administração regional, com engenheiro para licenciar e fiscalizar obras; com o serviço social para atender o pessoal; com as professoras podendo dirigir-se à Secretaria de Educação por intermédio de uma diretora de educação no próprio bairro. Ele enfatiza que para acabar de fazer este trabalho era preciso continuidade.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.221 1. Assunto Faixa 1 Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma do Colégio Nova Friburgo Faixa 2 Governador Carlos Lacerda Paraninfo do Instituto Lafayette		**F1:16/12/1962** **F2: 6/12/19 62**	Com defeito *Faixa 1* Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma do Colégio Nova Friburgo *Faixa 2* Governador Carlos Lacerda Paraninfo do Instituto Lafayette
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.222 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma de Engenheiros Agrônomos da Universidade Rural de Minas Gerais 1.2 Faixa 2 Continuação 2. Temas 2.1 Faixa 1 Reconhecer valor do agrônomo, Reforma Agrária, salário integral, empréstimos sem fiança ou garantia, aval do agrônomo e do veterinário, Artur Bernardes,. nacionalista radical, professores estrangeiros, formação de professores brasileiros, criação de cinco universidades, dois problemas: petróleo e produção agrícola 2.2 Faixa 2 Falta de crédito, crescimento do mercado consumidor, ritmo mais	F1: 25 min F2: 25 min	F1 e F2: 18/12/1962	*Faixa 1* Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma de Engenheiros Agrônomos da Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa. Carlos Lacerda se diz honrado por ter sido escolhido como paraninfo. Supõe que tenha sido escolhido como paraninfo por ter sido o primeiro governador a reconhecer, na prática, o valor do agrônomo na Reforma Agrária, dando-lhe tempo integral e salário integral para que se pudesse falar em Reforma Agrária. Outro fator para a sua escolha era que o Banco do Estado da Guanabara e a Secretaria de Economia do Estado concediam empréstimos sem fiança ou garantia, com o único aval do agrônomo, ou do veterinário, ao produtor rural do estado. Lacerda diz que o agrônomo e o veterinário conheciam o lavrador. Por isso, eram eles que bastavam para que o banco concedesse o empréstimo módico necessário aos trabalhos da pequena lavoura e da pequena criação, que eram os trabalhos a que se dedicava a pequena população agrária do estado. Lacerda elogia o fundador da Universidade, o ex-presidente Arthur Bernardes. O governador considera que ele dava modesto exemplo de isenção e espírito público, como devia ser o comportamento dos homens públicos. Recorda que poucos se educaram em um ambiente mais hostil a Artur Bernardes do que ele. Lacerda lembra que seu pai ficou preso durante 3, dos 4 anos do mandato de Artur Bernardes. Mas, quando conheceu Artur Bernardes, em 1945, quando foi seu calouro na Câmara dos Deputados e desfrutou de sua

lento, inflação, reforma agrária, valor da liberdade e do trabalho associado, escolas e cursos, aumento da riqueza, reformas de base X reforma de cúpula, centralização administrativa, velha estrutura política, concursos públicos, descentralização administrativa			amizade, aprendeu a respeitá-lo e admirá-lo. Lacerda conta que apesar da fama de nacionalista radical, Artur Bernardes escolheu como primeiro diretor, desta universidade que criou, um professor americano. Lacerda também assegura que Bernardes ajudou a trazer vários professores estrangeiros para auxiliarem na formação de professores brasileiros. Afirma que foi deplorável que não tivessem aprovado um projeto, proposto por Bernardes na Câmara, que propunha a criação de cinco universidades como a de Viçosa. O governador diz que não precisava acrescentar muito ao que havia sido dito pelo orador da turma em seu discurso. Acha que dois problemas no Brasil não se resolviam pelo emocionalismo e passionalismo político, o petróleo e a produção agrícola. Entretanto, enfatiza, estes eram os problemas mais afetados pelo facciosismo, o passionalismo político. Considera que o Brasil estava se industrializando, mas que não teria uma indústria autônoma, se não fosse capaz de alimentar os operários das fábricas. *Faixa 2* Continuação Carlos Lacerda destaca a evolução do povo brasileiro, e diz que até o mais humilde dos trabalhadores desejava escola para os seus filhos e não uma revolução. Lacerda critica a falta de crédito para o trabalhador comprar a sua casa. Diz que o crescimento do mercado consumidor estava acontecendo em um ritmo mais lento do que o ideal, e que a inflação prejudicava o crescimento do mercado consumidor. Lacerda afirma que não tinha sido preciso uma reforma agrária, como a cubana, para que os EUA evoluíssem, ou para que a Europa Ocidental ressurgisse das cinzas da guerra. Assinala que estes dois exemplos demonstravam o valor da liberdade e do trabalho associado. Acha que o Brasil precisava promover a transformação das estruturas pelo trabalho e considera que a juventude brasileira seria decisiva em uma solução democrática para o país. Lamenta a perda de tempo com as querelas dos políticos e demagogos, ao invés de dar aos brasileiros o que mais falta lhes estava fazendo: escolas e cursos, que levariam ao aumento da riqueza nacional. Lacerda diz que o Brasil não precisava de reformas de base, mas de reforma de cúpula. Para o governador, existiam dois problemas no país: a centralização administrativa e a permanência de uma velha estrutura política. Acha que os governos deveriam parar de ser facciosos e tratar a todos como cidadãos. Discorre sobre os concursos públicos que havia promovido na Guanabara, sem se preocupar em quem havia votado o candidato ao serviço público. Considera que quando os outros governantes fizessem isso, poderiam falar de reforma agrária. Lacerda afirma que os governantes no Brasil não tinham tempo de

			governar, pela quantidade de processos que tinham que assinar por dia. Por isso, ele defende uma descentralização administrativa e cita como exemplo a descentralização que promovera no estado da Guanabara. Sustenta que o grau de centralização tinha sido herdado do Império, se agravado durante a República e se tornado mórbido durante a ditadura do Estado Novo, virando uma doença crônica, da qual todos sentiam os efeitos e ninguém conseguia caracterizar a origem. Lacerda afirma que o Brasil só progrediria quando o governo deixasse, porque governo no Brasil era sinônimo de lentidão e complicação. Defende que o governo fosse descongestionado para que a riqueza circulasse.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.223 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Final da Faixa 2, da Fita 222 1.2 Faixa 2 Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma de Ciências, da Faculdade Mackenzie 1.3 Faixa 3 Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma da Escola Sara Kubitscheck 2. Temas 2.1 Faixa 1 Revolução pela escola e pelo voto, desordem, esperança, John Kennedy 2.2 Faixa 2 Valor da liberdade do ensino, carência de quadros dirigentes, quadros de especialistas, evitar a utopia, propaganda contra as estruturas existentes, diferença do estágio de desenvolvimento econômico de São Paulo e do Norte 2.3 Faixa 3 Magistério carioca, ensinara ler e escrever, ensinar o valor da vida, alfabetização pretexto para escravização,	F1: 7 min F2: 20 min F3:12 min	**F1: 18/12/1962** **F2: 28/12/1963** **F3:12/ 01/1964**	*Faixa 1* Final da Faixa 2, da Fita 222 Lacerda afiança que a revolução deveria ser feita pela escola e pelo voto, para dar aos brasileiros consciência da sua responsabilidade no uso da liberdade conquistada, se não a quisessem perder. Afirma que uma nação não crescia na desordem, só progredia quando todos os seus filhos se empenhavam em seu progresso. Agradece o convite recebido para estar presente à cerimônia e lembra do jovem homem de estado que o mundo tinha perdido outro dia, John Kennedy. Diz que a esperança que JFK deixou ao mundo valia muito mais do que tudo o que ele pudesse ter concretizado. Lacerda cita um discurso em que Kennedy dizia que governar exigia também imaginação e que o poder corrompia. Por isso, o governante precisava ter imaginação. *Faixa 2* Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma de Ciências, da Faculdade Mackenzie Carlos Lacerda discursa na Universidade Mackenzie para formandos de Contabilidade e Economia. Lacerda diz que se sentia honrado em falar na Universidade Mackenzie que representava a evidência histórica do valor da liberdade do ensino e o acréscimo constante que trazia para honra do país e seu patrimônio cultural. Considera que a Mackenzie tinha realizado uma obra extraordinária no Brasil. Lamenta a carência de quadros dirigentes na sociedade brasileira em transformação. Considera que o mercado brasileiro se expandira e que o país, em pleno processo de transformação, exigia quadros cada vez mais numerosos de especialistas, desde que estes não se tornassem homens que entendessem cada vez mais de cada vez menos. Lacerda diz que os novos profissionais deveriam evitar a utopia e a analogia, perigos a afetar o realismo com que se deveria abordar os problemas e aplicar as técnicas que aprenderam para resolvê-los. Diz que no Brasil havia um esforço de propaganda contra as estruturas existentes, e um esforço de transformá-las, sem que os revolucionários conhecessem estas

			estruturas. Cita o exemplo do cavalo de batalha que estavam fazendo com a diferença do estágio de desenvolvimento econômico de São Paulo e do Norte do país, pretendendo talvez melhorar o Norte, trazendo São Paulo para o nível atual do Norte. Lacerda critica o esquecimento, pelos "revolucionários" que fazem estas comparações, da importância dos fatores naturais, históricos, étnicos e tudo o que é importante na formação de um país. Afirma que não se podia progredir criando sentimento de culpa em quem progredira anteriormente. *Faixa 3* Continuação da Faixa Anterior Carlos Lacerda faz discurso na Escola Normal Sarah Kubitschek, em Campo Grande. Conta que aprendeu quase tudo que sabia na escola pública em que estudou. Elogia as moças e rapazes que trabalhavam no magistério carioca, que completavam e muitas vezes supriam a obra do lar. Diz que as professoras cariocas eram formadoras, muito mais do que simplesmente ensinadoras de primeiras letras. Sustenta que era preciso ensinar não apenas a ler e escrever, mas ensinar o valor da vida, o valor do esforço da vida. Segundo Lacerda, este era o processo educativo em sua plenitude. Por isso, demonstra sua preocupação com a utilização da alfabetização como pretexto para a escravização, aproveitando a inocência da juventude. Lacerda garante que na Guanabara não eram necessários alfabetizadores amadores. Menciona que nesta escola normal tinha começado os primeiros dias de sua administração. Considera que ainda não havia pago a dívida com o povo que o elegeu, mas garante que se esforçava todo dia para dar um bom exemplo à população e fala sobre a sua dedicação às crianças da Guanabara. Discorre sobre a importância de se pensar no futuro destas crianças. Lacerda afiança que as formandas não iriam ensinar apenas a ler, escrever e contar, mas sobretudo a viver.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.224 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma de Jornalismo, da Faculdade Cásper Líbero 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa Anterior 2. Temas 2.1 Faixa 1 Ideal político de decência e	F1: 30 min F2: 28 min	**F1: 24/12/1964** **F2: 24/12/1964**	*Faixa 1* Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma de Jornalismo, da Faculdade Cásper Líbero O governador Carlos Lacerda menciona que se sentia honrado como jornalista de ser paraninfo de uma turma de jornalismo. Acha que, se foi escolhido como patrono, era porque antes disso os alunos tinham feito outra escolha, mais decisiva e importante. Optaram por um ideal político de decência e inteligência, e pela esperança de uma pátria de homens que soubessem o que fazer da liberdade. Por isso, alegra-se de ter sido escolhido e pelos alunos terem exercido livremente o seu direito de escolha, o que não acontecia com os alunos de jornalismo da antiga Universidade do Brasil. Cita o episódio ocorrido no estado da Guanabara, na formatura de alunos de Jornalismo

inteligência, episódio da formatura de alunos de Jornalismo da Faculdade de Filosofia, cadáver soviético. missão do jornalista, direito a informação correta, Dalai Lama, formar o espírito 2.2 Faixa 2 Liberdade de imprensa, melhorar a imprensa, jornalismo político muito personalista, tentação do dinheiro, censura parcial dos jornais do Rio, coibir a pregação da guerra civil, censura justificada, jornalista comunista é contradição, negocistas se transformando em jornalistas, visita de jornalistas soviéticos			da Faculdade Nacional de Filosofia. Os estudantes escolheram os seus homenageados, mas os totalitários antigos e novos, amparados pela polícia, entrincheiraram-se na faculdade, impedindo a formatura dos jornalistas. Elogia os estudantes de jornalismo da Cásper Libero que fizeram questão de incluir um discurso democrático no dia de sua formatura, demonstrando que o Brasil não se transformara em um cadáver soviético. Isto, segundo Lacerda, era animador. Fala sobre a missão do jornalista na sociedade atual, que ele considerava ser a propagação da verdade. Cita o Papa Pio XII que, se dirigindo aos jornalistas, disse que a verdade precisava de uma voz forte. Entende que o jornalista precisava e deveria atender a um direito fundamental de que todos os cidadãos de um povo livre são portadores, o direito a informação correta. Acha que a famosa objetividade dos manuais de jornalismo tendia à hipocrisia. Lacerda afirma que o jornalista não deveria apenas informar, mas também formar, e era com esse objetivo que os jornais organizavam os seus editoriais. Destaca que era nesse sentido que o jornalismo chegava à categoria universitária, não sendo apenas um ofício que se aprendia na prática. Lacerda cita o Dalai Lama que, em sua biografia, tinha escrito que a educação no Tibet não se destinava apenas a informar, mas principalmente a formar o espírito. Diz que a educação no Brasil estava levando a formação de uma geração de ativistas da estupidez, de monstros do conformismo, de agitadores da submissão, de apóstolos da escravidão. Pergunta ironicamente se haveria maior escândalo no Brasil do que ser sincero, ou ousar não ser tolo. Lacerda afirma que o garoto da história que falou que o rei estava nu, seria chamado de entreguista, reacionário e acusado de radicalizar o debate, pondo em perigo a ordem pública. *Faixa 2* Continuação da Faixa Anterior Carlos Lacerda diz que se os jornalistas pretendiam defender a liberdade de imprensa, deveriam usar a liberdade para melhorar a imprensa. Lacerda enumera os motivos pelos quais alguns jornalistas se corrompiam, assim como alguns políticos se deixavam corromper por jornalistas para aparecerem nos jornais. Acha que o jornalismo político brasileiro ainda era muito personalista, dava mais importância às pessoas do que às ideias. Lacerda fala sobre a tentação do dinheiro para os jornalistas. Mas, ressalta que não vendia suas convicções e muito menos vendia a verdade. Lacerda afirma que a profissão de jornalista se tornava mais difícil de ser exercida quando o Estado se aproximava do totalitarismo. A respeito da censura parcial dos jornais do Rio, durante o período conturbado da posse do então

			presidente, Lacerda justifica dizendo que a censura fora recomendada e exercida pelos ministros militares, e pelo presidente da República em exercício, para coibir a pregação da guerra civil e da luta armada entre irmãos no Rio. Neste caso, a censura, segundo Lacerda, era justificada, e garante que, mesmo durante este período, continuaram a sair nos jornais xingamentos dirigidos a ele, à sua família e ao seu cachorro, como continuavam saindo. Comenta que na sociedade totalitária não havia jornalismo, assim, jornalista comunista era uma contradição. Alerta que no Brasil isto já acontecera, e que, naquele momento, os negocistas estavam se transformando em jornalistas, em donos de jornal, com o objetivo de impedir a propagação da verdade e defender o direito que se arrogavam de assaltar o povo, enganando-o e mistificando-o, assaltando-o no bolso e na consciência, roubando-lhe o direito de conhecer os fatos. Lacerda relata a visita de jornalistas soviéticos ao Brasil. Conta que alguém perguntou a eles se na Rússia a imprensa era livre, e um deles respondeu que sim. Outro perguntou se lá existia jornal de oposição e a resposta foi de que não havia porque, já que todos na Rússia pensavam de acordo com o governo. Lacerda diz que todos os presentes riram da esperteza comunista.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.225 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma da Faculdade de Economia São Luiz, em São Paulo 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa Anterior 2. Temas 2.1 Faixa 1 prestígio exagerado dos economistas, crítica ao ensino de Economia, marxismo “mal digerido”, marxismo ultrapassado, culto ao caudilhismo e paternalismo. reforma das estruturas, reformadores de gabinetes e revolucionários incompetentes, obsessão da desordem, maioridade democrática, maiorias amórficas, conquista do continente americano, comunistas na Fundação Getúlio Vargas, desvirtuar as estatísticas, crítica o	F1: 30 min F2: 23 min	**F1: 29/01/1964** **F2: 29/01/1964**	*Faixa 1* Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma da Faculdade de Economia São Luiz, em São Paulo Carlos Lacerda anuncia que faria um discurso duro e cordial, franco e otimista. Fala que os economistas tinham, então, um prestígio exagerado, que antes era atribuído ao bacharel. Ele critica o ensino de Economia no Brasil por se aproximar muito da Sociologia, com a ajuda de um marxismo “mal digerido”. Lacerda afirma que o marxismo estava ultrapassado. Ele diz que o Brasil sofria de subdesenvolvimento intelectual, de extrema escassez de quadros dirigentes capazes e do desvio das massas populares de uma educação democrática para a deformação totalitária em sua forma mais primária, o culto ao caudilhismo e paternalismo. Acha que tinha acontecido uma involução e que o país estava mais atrasado intelectualmente do que há 30 anos. Lacerda defende a reforma das estruturas desde que não se fizesse, em nome da reforma, a sua destruição. Explica que não fora apenas na estrutura agrícola que a escravidão tinha deixado a sua marca e que o Brasil não fora o único país a sofrer influência estrangeira em sua formação. Lacerda sustenta que, sem influência estrangeira, a cultura brasileira se restringiria à cultura indígena. Diz que estavam querendo reformar as estruturas de cima para baixo e que esta reforma estava sendo feita por reformadores de gabinetes e revolucionários incompetentes, substituindo a

ex-presidente Juscelino e vigente João Goulart, baixo crescimento econômico 2.2 Faixa 2 Crítica à política fiscal do governo federal , empresas privadas se descapitalizando, imposto de renda, crítica à política para a agricultura, país em crise, defesa das trabalhadores e dos sindicatos brasileiros, estado totalitário, greves davam prejuízo, contra as desapropriações, crítica à utilização das Forças Armadas na medição das propriedades agrícolas, .SUPRA era órgão demagógico e corruptor, poderes ilimitados do Ministério da Fazenda			mentalidade renovadora pela obsessão da desordem, instrumento da tirania de minorias fanáticas, sobre maiorias amórficas. Alerta para o perigo da técnica subversiva comunista que utilizava no Brasil, para a conquista do continente americano, o ranço retrógrado do caudilhismo fronteiriço e a onda de corrupção da politicagem profissional. Assim, segundo Lacerda, aliavam-se as forças mais reacionárias do passado e do presente para impedir e retardar o máximo possível a maioridade democrática do povo brasileiro. Acusa a economia brasileira de estar parada havia dois anos e afirma que não se poderia falar em desenvolvimentismo com esta realidade. Considera que não tinha havido uma significativa melhora da qualidade de vida da população brasileira, nos últimos anos. Ele diz que os comunistas estavam querendo tomar conta da Fundação Getúlio Vargas, para transformá-la em uma autarquia e desvirtuar as estatísticas por ela divulgadas. Critica o ex -presidente Juscelino e o vigente, presidente João Goulart, pelo baixo crescimento econômico do país. Lacerda considera que os fatores naturais, como geadas e secas, não podiam explicar o baixo crescimento da economia brasileira nos últimos anos. *Faixa 2* Continuação da Faixa Anterior Lacerda critica a política fiscal do governo federal , afirmando que as empresas privadas estavam se descapitalizando por força do imposto de renda, cobrado de maneira inadequada. Acha que este quadro era muito mais grave do que as secas e inundações. Critica a política para a agricultura do governo federal , afirmando que o país estava em crise, afastando os investimentos do exterior. Diz que era preciso defender os trabalhadores e os sindicatos brasileiros, para que eles não fossem as primeiras vítimas de um estado totalitário no Brasil. Fala sobre o prejuízo que as greves causavam à nação e defende o direito à propriedade, contra as desapropriações defendidas pelo governo federal . Lacerda critica a utilização das Forças Armadas na medição das propriedades agrícolas. Diz que a SUPRA (Superintendência de Política Agrária) era um órgão demagógico e corruptor. Lamenta a atitude dos ministros militares que aceitaram o convênio das Forças Armadas com a SUPRA. Lacerda diz que a taxa de investimentos era o fator material mais importante na determinação do ritmo futuro do desenvolvimento econômico de um país. Afirma que uma queda da taxa de investimentos, ao mesmo tempo em que produzia a procura correspondente de mão de obra, de bens de capital, de produtos manufaturados e de matérias primas em geral, determinava uma inovação da taxa de consumo e, em consequência, uma queda da taxa de acumulação da renda correspondente,

			que atraía o investimento que geraria o desenvolvimento futuro. Lacerda diz que o Ministério da Fazenda no Brasil tinha, praticamente, poderes ilimitados. Por isso, seria necessário que houvesse uma continuidade na política econômica. Mas, Lacerda afirma que nos últimos 36 meses o país tivera sete ministros da Fazenda. Diz que somente em 1963 tinham sido 4 ministros da Fazenda.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.226 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma de Administração de Empresas da FGV 1.2 Faixa 2 Governador Carlos Lacerda Paraninfo na Escola Carmela Dutra 2. Temas 2.1 Faixa 1 Reforma agrária, crise na formação dos quadros dirigentes, educação de qualidade, última geração de autodidatas, surgimento das favelas não se relacionavam à falta de reforma agrária, facilitar o acesso à construção de casas, reformistas e antirreformistas, divisão falsa rendosa para os demagogos, investimento em tecnologia na agricultura, diminuir o número de trabalhadores no campo, aumentar a produtividade, diminuir desigualdades regionais, melhor distribuição da riqueza 2.2 Faixa 2 Formandos eram professores, treinamento, melhor forma de aprendizado, produto da escola pública, vocação de ensinar, responsabilidade dos professores	F1: 30 min F2: 15min F3: 12min	**F1: 23/03/1964** **F2: [1964]** **F3: 22/12/1964**	*Faixa 1* Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma de Administração de Empresas da FGV Carlos Lacerda fala que o melhor agradecimento que poderia oferecer, pela honra de ter sido escolhido padrinho daquela formatura, seria tratar com seriedade de um problema capital do Brasil: a reforma agrária. Diz que pior do que o analfabetismo era a crise na formação dos quadros dirigentes no Brasil. Lacerda afirma que não bastava saber ler, era preciso entender o que se lia. Acha que a educação no país, além de quantidade, precisava ter qualidade. Conta que fazia parte da última geração de autodidatas, e que grande parte das dificuldades do Brasil provinham daí. Cita o caso das favelas, como um exemplo de um problema que era explicado de maneira demagógica e pernóstica. Ele afirma que o surgimento das favelas não estava relacionado à falta de reforma agrária, mas à industrialização, necessária e desejada, que não fora acompanhada das necessárias providências, como facilitar o acesso à construção de casas para os operários, juntamente com o crédito que se tinha dado para a construção de galpões para as máquinas que os operários utilizavam. Lacerda acredita que o Brasil não era subdesenvolvido, mas muito desigual. Alerta que existia uma campanha para dividir os brasileiros entre reformistas e antirreformistas. Para o governador, esta divisão era falsa e altamente rendosa para os demagogos que, falando em reforma, pensavam e faziam revolução. Lacerda defende que a agricultura produzisse cada vez mais, com cada vez menos trabalhadores. Explica que esta era a tendência que estava sendo seguida mundialmente, ou seja, o investimento em tecnologia na agricultura que permitiria o aumento da produção, com menos trabalhadores. Lacerda argumenta que tanto a China comunista, quanto os Estados Unidos capitalista, adotaram medidas para diminuir o número de trabalhadores no campo e aumentar a produtividade agrícola. Comenta que as desigualdades regionais tinham aumentado nos últimos anos, resultando na miséria do trabalhador rural e no empobrecimento dos fazendeiros. Acredita que uma reforma agrária com o objetivo de acabar com a miséria no campo e na cidade, só poderia ser honestamente concebida em termos de aumento da produção, da produtividade e de melhor distribuição da riqueza.

			Faixa 2 Governador Carlos Lacerda Paraninfo na Escola Carmela Dutra Carlos Lacerda menciona que era uma cerimônia formal, porque os formandos já eram professores havia um ano, quando começaram o treinamento em sala de aula, o qual o governador considerava a melhor forma de aprendizado. Lacerda lembra que era um produto da escola pública em que os formandos iriam ensinar. Diz que se o resultado não era melhor era por culpa de alunos como ele e não dos professores. O governador conta como conheceu sua mulher que era professora em uma escola rural improvisada. Diz que a vocação de ensinar transcendia a maternidade, na qual há um pouco de transbordamento, em terceiros, do amor que unira duas criaturas, ao passo que no magistério era um amor a dois e a mais ninguém. Fala sobre as crianças e os adolescentes que frequentavam as escolas e sobre a responsabilidade que os professores tinham sobre a educação delas.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.227 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa Anterior. Fita 226, Faixa 2 1.2 Faixa 2 Governador Carlos Lacerda Paraninfo de Turma de Jornalismo, em Curitiba 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa Anterior 2. Temas 2.1 Faixa 1 Desafio dos professores, mestres a formarem mestres, exemplar magistério do estado 2.2 Faixa 2 Grandeza e miséria do jornalismo, Departamento de Imprensa e Propaganda, propagava a mentira, mensagem escrita pelo papa João XXIII, luta contra a pobreza, vitória do comunismo, dever do protesto, crítica os estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, visavam as reformas para desorganizar a sociedade	F1: 4 min F2: 25 min F3: 5 min	**F1: 22/12/1964** **F2: 07/03/1964** **F3: 07/03/1964**	*Faixa 1* Continuação da Faixa Anterior. Fita 226, Faixa 2 Lacerda fala sobre o desafio dos professores de ensinarem às crianças. Considera que os professores eram mestres a formarem mestres. Cita uma passagem do Alcorão, em que Jesus Cristo encontrou com crianças fazendo pássaros de barro e fez um aceno para os pássaros de barro que alçaram voo e se perderam no infinito. Lacerda espera que os pássaros de barro, da argila do pobre, do chão da terra, da úmida matéria, fossem modelados pelas mãos de mestre dos professores e professoras da escola normal Carmela Dutra, que se incorporavam ao exemplar magistério do estado da Guanabara. Espera que os professores fizessem pássaros poderosos, capazes de vencer o vento e o mar. *Faixa 2* Governador Carlos Lacerda Paraninfo de Turma de Jornalismo, em Curitiba O governador Carlos Lacerda faz discurso como paraninfo de formandos de Jornalismo da Universidade Católica do Paraná. Discorre sobre a profissão de jornalista, sobre a grandeza e a miséria do jornalismo. Recorda dos tempos de amargura e humilhação do Departamento de Imprensa e Propaganda que, segundo Lacerda, ocultava a verdade e propagava a mentira, obrigatoriamente. Salienta que muitas vezes o crime não estava apenas na notícia falsa, mas na omissão da verdadeira. Critica a tradução, que considerava equivocada, da mensagem escrita pelo papa João XXIII ao mundo. Lacerda afirma que o papa tinha falado que o mundo se socializava no sentido de que uma sociedade solidária ia se formando, com a participação

2.3 Faixa 3 Farsa, personagens cômicos, atentados à Constituição e à gramática, tentação do ceticismo			crescente de todos nos bens da vida. Diz que confundiram a palavra socialização, com a palavra socialismo, com a qual, segundo ele, o papa jamais quis ter intimidade. Lacerda critica os jornais brasileiros que não reproduziram a declaração do Vaticano de que a religião não era uma carroça que, para andar, precisava do motor do socialismo. Lacerda diz que a luta contra a pobreza não era feita para evitar a vitória do comunismo, mas sim para evitar a permanência da pobreza. Comenta que o esforço contra o comunismo deveria se dar em outro plano, com a propagação da verdade, dever de todo o cristão e de todo jornalista. Lacerda compara as críticas que Rui Barbosa recebia, às críticas que ele, Lacerda, sofria. Acha que se Rui Barbosa recebia estas críticas, não era de se estranhar que ele fosse alvo de críticas semelhantes. Lacerda defende o dever do protesto, da indignação, que argumenta ser diferente do ódio, do rancor, do ímpeto de destruição. Lacerda menciona que aquele era o momento de se indignar. Critica os estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, que não o deixaram discursar. Diz que estes estudantes se portavam como fanáticos, intolerantes. Defende uma atitude serena, lúcida, consciente, mas firme e oportuna, contra os que visavam as reformas para desorganizar a sociedade e tornar possível a vitória da revolução. Para Lacerda, a solução era organizar cristãmente a sociedade brasileira para a vida democrática. *Faixa 3* Continuação da Faixa Anterior Carlos Lacerda conta que estava se desenrolando uma farsa na nação, com personagens cômicos, que eram, sobretudo inseguros. Diz que eles temiam atentados, quando os únicos cometidos eram deles, à Constituição, às vezes, e à gramática, sempre. Fala que no jornalismo há momentos terríveis, porque são momentos de opção. Diz que tanto no jornalismo quanto na vida era preciso resistir à mais terrível tentação, a do ceticismo. Ceticismo sobre os homens, desilusão sobre as coisas. Para Lacerda, o que importava era o esforço de cada um para estar a altura de suas tarefas e responsabilidades. Destaca que neste esforço, assim como no esforço de melhorar e fazer melhorar a vida dos outros, estava o único traço de grandeza que cada qual se poderia permitir.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.228 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Governador Carlos Lacerda Paraninfo de Turma na Cidade de Santos Dummont, MG	F1: 30 min F2a: 4min F2b: 10min	**F1: 03/01/1964** **F2a: 19/11/1965** **F2b: 19/11/1965** Obs. Faixa 1- Gravação ruim	*Faixa 1* Governador Carlos Lacerda Paraninfo de Turma na Cidade de Santos Dummont, MG Gravação ruim Carlos Lacerda cita Rui Barbosa que advertia aos jovens para que não perdessem, no caminho da vida universitária a que se destinavam, nem o amor à pátria, nem a fé no criador, nem a convicção de que nada substitui o trabalho e o

1,2.1 Faixa 2a Continuação do Discurso da Faixa 1 1.2.2 Faixa 2b Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma do IV Centenário (7 Escolas Normais do Estado da Guanabara) – Estádio Gilberto Cardoso 2. Temas 2.1 Faixa 1 Amor à pátria, fé no criador, bem comum do país, elogios aos mineiros, Gustavo Corção, exemplo de Tiradentes, falsa prudência, participação do povo brasileiro através das eleições, aperfeiçoamento da consciência democrática, país livre do comunismo, ínfima minoria, não seria preciso prender ou matar comunistas 2.1.1 Faixa 2a Nova etapa da vida dos estudantes, ingresso no mercado de trabalho, Sartre, inferno eram os outros, felicidade eram os outros, distribuição de felicidade, promoção do bem estar alheio 2.1.2 Faixa 2b Silenciar, fase da vida nacional, reforma geral, salvar o Brasil, magistério é a mais prodigiosa das profissões, marcha vitoriosa para a democracia			esforço do homem, pela sua vitória na vida. Conta que na época de Rui Barbosa havia poucos moços para ouvi-lo e os jovens ou iam para universidade, ou nem entravam no ginásio. Defende que, naqueles dias, embora muitos ainda estivessem fora da universidade, muitos jovens iriam ocupar o seu espaço em uma nação de trabalhadores. Lacerda alerta que os brasileiros não deveriam julgarem-se demasiadamente preparados para as suas tarefas ou, ao contrário, muito abaixo delas. Diz que estas duas atitudes deveriam ser evitadas em benefício do bem comum do país. Carlos Lacerda faz elogios aos mineiros, citando Gustavo Corção que distinguia o falso prudente, do verdadeiro prudente. Lacerda diz que a prudência era uma característica dos mineiros e considera Tiradentes um exemplo de um prudente verdadeiro. Lacerda considera que a juventude deveria ser especialmente advertida sobre a falsa prudência, e conhecer a verdadeira prudência, que consistia na coragem equilibrada, na coragem de quem sabia que a vida valia pouco, se não fosse justificada, e que a morte valia muito, se fosse pela vida dos outros. Lacerda comemora a participação cada vez maior do povo brasileiro no seu próprio destino através das eleições, e até mais, entre uma e outra eleição. Ele afirma que o processo de depuração da vontade popular, de aperfeiçoamento da consciência democrática do povo brasileiro exige de todos uma tomada de consciência, uma identificação dos objetivos em comum da população. Diz que, nos últimos 30 anos, os brasileiros tinham caminhado em uma só direção, visando apenas à unidade da sua pátria, à permanência da liberdade e ao progresso do seu povo. Então, segundo Lacerda, não havia motivos para discordâncias, já que o essencial para todos era que o Brasil fosse um país livre do comunismo. Ele admite que os comunistas tivessem liberdade, desde que não gozassem dela a ponto de negá-la aos outros. Diz que os comunistas deveriam se comportar como eram, uma ínfima minoria. Lacerda afirma que não seria preciso prender ou matar comunistas, bastava não deixar que eles fizessem isso. *Faixa 2a* Continuação do Discurso da Faixa 1 Lacerda fala sobre o orgulho que estavam sentindo todos que acompanharam a trajetória dos estudantes até a sua formatura e que agora acompanhariam esta nova etapa de suas vidas, o seu ingresso no mercado de trabalho. Lacerda comenta que se Sartre havia escrito que o inferno eram os outros, ele acrescentaria que a felicidade eram os outros. Ressalta que a missão do homem, principalmente do homem de estado, era a distribuição de felicidade, criação de felicidade, a promoção do bem estar alheio. Diz que esta era a sua ideia da vida.

			Faixa 2b Governador Carlos Lacerda Paraninfo da Turma do IV Centenário (7 Escolas Normais do Estado da Guanabara) – Estádio Gilberto Cardoso Carlos Lacerda diz que há certas fases na vida de uma nação em que a melhor contribuição que alguns lhe podem dar é a do silêncio, pois o silêncio tem por vezes um valor mais alto e permanente do que a palavra mais eloquente e mais frequente. Fala que para ele esta seria uma hora de silenciar, que não poderia aplaudir o que não desejava combater, e não queria combater o que não deveria aplaudir. Por isso, silenciar nesta fase da vida nacional lhe permitia estar presente, sem estar, falar sem dizer, ser fiel sem ser insistente e ser humilde sem deixar de ser altivo. Lacerda aconselha os futuros professores a ensinarem aos seus alunos que o que se faz não é pelo que se recebe, mas pelo que se dá, e quando se procura dar o melhor que se tem para oferecer, tudo que se recebe é mais do que se espera, mais do que se merece e tudo que se quer. Salienta que recebia dos formandos naquela noite tudo o que poderia desejar. O governador afirma que confiava apenas na juventude para fazer uma reforma geral e profunda para salvar o Brasil. Acha que os jovens deveriam ser portadores desta fé, e transmitir às próximas gerações este entusiasmo. Lacerda considera que o magistério era a mais prodigiosa das profissões. Garante que ninguém detinha a marcha vitoriosa do povo brasileiro para a democracia. Fala sobre a importância dos novos professores na educação das crianças brasileiras.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.229 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração de Agência do BEG, em Santa Cruz 1.2 Faixa 2 Inauguração de Filial do BEG, no Estado do Rio 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa 2 2. Temas 2.1 Faixa 1 Mobilizar recursos, lavouras da Guanabara, crédito pessoal para o agricultor, obras em Sepetiba, abastecimento d'água, obras de saneamento, Lei da Reforma Administrativa	F1:20 min F2: 6 min F3: 20 min	**F1: [1963]** **F2: [1964]** **F3: [1964]**	*Faixa 1* Inauguração de Agência do BEG, em Santa Cruz O governador Carlos Lacerda tece elogios ao novo presidente do Banco do Estado da Guanabara, Antônio Carlos de Almeida Braga. Saúda a entrada para a diretoria do banco de dois valorosos funcionários. Menciona que tinham sido escolhidos dois funcionários do primeiro time dos servidores do estado. Lacerda promete mobilizar recursos do estado para as lavouras da Guanabara. Assegura ao povo de Santa Cruz que existiam 100 milhões de cruzeiros para o crédito pessoal para o agricultor, desde que a cooperativa respectiva fosse fiadora do agricultor. Afirma que o governo não se importava com quem iria pegar o empréstimo, mas com quem seria o fiador. O governador fala sobre as obras realizadas em Sepetiba para melhorar o abastecimento d'água. Promete dobrar em uma semana a capacidade do reservatório de Malheiros que abastecia Santa Cruz. Enfatiza que Campo Grande e Santa Cruz haviam recebido 60 milhões de cruzeiros em obras de saneamento. Lacerda comemora a aprovação, na Assembleia, da Lei de Reforma Administrativa, o que permitiria a criação de

2.2 Faixa 2 Inauguração de uma agência do BEG em São Paulo, em Niterói, agências em Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Maceió 2.3 Faixa 3 Recuperar a credibilidade do Banco, entre os 10 maiores bancos do Brasil, 4% das obras fruto de empréstimos internacionais, 96% dos recursos eram de impostos pagos pelo povo, governo como um encargo e não prazer, visitar as obras, manter contato com o povo, transformar o país			regiões administrativas que poderiam receber recursos que, anteriormente, ficavam centralizados em departamentos distantes de algumas delas. Acredita que o bom governante era o que tratava os problemas como se tudo fosse dele, com a condição de que soubesse que aquilo nunca iria ser dele. Explica que o governante deveria ter a noção de que estava no cargo para resolver o problema dos outros e não os seus próprios problemas. Agradece a recepção que recebeu em Santa Cruz e acredita que isso tinha uma razão de ser. Lacerda aponta duas razões: uma era que as pessoas sabiam que ele tinha tentado cumprir o seu dever, a outra era que o povo carioca estava disposto a defender a terra carioca. Lacerda diz que o povo carioca desejava paz para trabalhar e governos honrados. *Faixa 2* Inauguração de Filial do BEG, no Estado do Rio, em Niterói O governador Carlos Lacerda diz que o BEG (Banco do Estado da Guanabara) devia ser o único banco do mundo que inaugurava agência com comício. Menciona que o banco tinha cinco diretores, quatro eram bancários do banco e um deles era eleito pelos outros bancários do BEG. Comenta que enquanto se discutia o 13º salário, os bancários do banco só eram admitidos por concurso. Conta que o banco iria fazer quatro anos e recorda que quando assumiu o governo o BEG tinha 3 bilhões e 500 milhões de cruzeiros de depósito. Naquele momento, o banco tinha 70 bilhões de cruzeiros em depósito, do qual a maior parte era do público e não do estado. Elogia o presidente do banco, Antônio Carlos de Almeida Braga. Lacerda anuncia que além da inauguração de uma agência do banco em São Paulo e agora em Niterói, pretendia inaugurar agências em Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Maceió. *Faixa 3* Continuação da Faixa 2 Carlos Lacerda diz que o seu governo tinha recuperado a credibilidade do Banco do Estado da Guanabara. O governador atribui o fato do BEG estar entre os 10 maiores bancos do Brasil ao seu presidente, Antônio Carlos de Almeida Braga. Lacerda diz que apenas 4% das obras feitas no estado eram fruto de empréstimos internacionais. Os outros 96% dos recursos para obras vinham dos impostos pagos pelo povo carioca. Ele acusa outros governantes de receberem mais empréstimos do exterior, mas esconderem da população. O governador faz elogios à cidade de Niterói, por ter se desenvolvido espantosamente, e por ser uma cidade autônoma que não dependia do Rio de Janeiro. Lacerda discorre sobre a sua pretensão de assumir a Presidência da República. Ele ressalta que acreditava no valor da iniciativa

			privada, que a prioridade do governo deveria ser criar condições, dar a infraestrutura necessária para que o povo pudesse criar riquezas. Conta que aprendeu a governar na oposição e tem pena de quem era sempre governo, porque este em geral não sabia governar. Acredita que na oposição se aprendia como não governar vendo o país ser mal governado. Na oposição também se aprendia o valor que se deveria dar a quem encarava o governo como um encargo e não como um privilégio ou um prazer. Lacerda diz que saía para ver obras, não para ser fotografado, porque como representante do dono da obra, considerava que, com o olho do dono, a obra crescia. Outra razão para visitar as obras era que Lacerda também queria manter contato com o povo enquanto governava. Agradece a presença de todos e acha que ela era uma demonstração de solidariedade. Espera que fosse uma solidariedade consciente e responsável, uma tomada de posição, uma compenetração da responsabilidade que incumbia a cada um, no esforço conjunto de todos para transformar o país.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.230 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Inauguração da Agência do Jacarezinho 1.2 Faixa 2 Inauguração de Filial do BEG em BH – MG 1.3 Faixa 3 Inauguração de Agência em Bento Ribeiro 1.4 Faixa 4 Continuação da Faixa 3 2. Temas 2.1 Faixa 1 Benefício da descentralização administrativa, aceita críticas e sugestões, sepultura do "pistolão", crítica à lentidão do Tribunal de Contas 2.2 Faixa 2 Funcionários escolhidos por concurso, oitavo maior do país, plano econômico- financeiro, "Revolução", crítica ao aumento da interferência estatal na economia, silêncio conformista diante do erro, pregação	F1: 5 min F2: 20 min F3: 4 min F4:10 min	**F1: [1963]** **F2: 14/05/1965** **F3: [1963/1964]** **F4: [1963/1964]**	*Faixa 1* Continuação da Inauguração da Agência do Jacarezinho Carlos Lacerda afirma que o Governo do Estado estava trabalhando. Acha que os moradores do Jacaré já estavam sentindo o benefício da descentralização administrativa, pois já tinham um "prefeitinho", para sugestão, reclamação, crítica. Considera que o seu governo aceitava críticas e sugestões, mas só prometia o que podia cumprir e não aceitava que tentassem encostar o governo na parede, para obter favores. Cita o exemplo de um ministro do Tribunal de Contas que queria nomear advogados da loteria e, com a recusa do governador, o ministro deu voto contra o governo no Tribunal de Contas. Lacerda diz que não se intimidava, que o seu governo iria deixar como herança a sepultura do "pistolão". Espera que a segunda metade do seu governo, que se iniciava, fosse melhor do que a primeira, porque ele e sua equipe estavam mais experientes. Critica a lentidão do Tribunal de Contas. Agradece a presença de todos. *Faixa 2* Inauguração de Filial do BEG (Banco do Estado da Guanabara) em BH – MG O governador Carlos Lacerda assinala que era um dia de festa para o BEG e para o estado da Guanabara. Menciona que os funcionários do banco haviam sido escolhidos por concurso e que nenhuma indicação fora por pistolão. Destaca que o banco era, então, o oitavo maior do país e que, quando assumira o governo, o BEG não estava na lista dos 100 maiores bancos da nação. Diz que todos os diretores do banco eram bancários e nenhum deles fora escolhido pelo governador.

subversiva, ditadura totalitária, auxílio estrangeiro indispensável, complementar o esforço brasileiro 2.3 Faixa 3 Criada a (COCEA), convênio com o governo de Goiás, abastecimento de cereais, transferir os mercados do estado para a iniciativa privada 2.4 Faixa 4 Mercado de Bento Ribeiro, instalação de 10 mil telefones novos, criação da Companhia Telefônica do Estado, comprar o ferro velho, remodelação das estações existentes, concordava com Leonel Brizola, intervenção do governo federal , atuar em áreas não cobertas pela Light, protegida pelo governo federal , decisão do Supremo Tribunal, tarifa não compensava			Considera que isto também explicava o êxito do banco, a confiança no trabalhador, no bancário. Pretende divulgar para a população brasileira um estudo, que estava fazendo, para entregar ao presidente da República, sobre o plano econômico-financeiro, elaborado depois da "Revolução". Lacerda concorda com o governador de Minas Gerais que afirmava que este programa já tinha fracassado. Critica o aumento da interferência estatal na economia. Lacerda diz que, para fazer este estudo desapaixonado e impessoal, foram estudados técnicos que iam da área próxima do socialismo, aos técnicos da área mais conservadora, próxima do liberalismo econômico. Espera ter a honra de entregar este estudo ao presidente e depois divulgá-lo para o país. Enfatiza que o seu objetivo. com este estudo. era auxiliar o presidente a iniciar a "Revolução". O governador diz que o país não podia ter a juventude dividida em dois comportamentos errados: o silêncio conformista diante do erro ou a pregação subversiva que aproveitava o erro para agravá-lo, em vez de corrigi-lo. Lacerda acha que este planejamento só poderia ser adotado se fosse implementada no Brasil uma ditadura totalitária. Garante que nenhum país do mundo tinha conseguido planificar a economia com essa rigidez, sem ter uma ditadura totalitária para garantir o êxito da planificação. Cita o exemplo da Alemanha como um país que se recuperou economicamente, sem planificar a economia. Lacerda considera o auxílio estrangeiro indispensável, mas deveria apenas complementar o esforço brasileiro. Diz que na inauguração da agência, que aproximava mais o carioca do mineiro, seria o momento de levar uma palavra de otimismo e confiança, mas também de crítica e de análise real. *Faixa 3* Inauguração de Agência em Bento Ribeiro O governador Carlos Lacerda diz que mesmo com poucos recursos o Governo do Estado continuaria cumprindo o seu dever, preparando os jovens trabalhadores do estado para que eles construíssem o seu próprio futuro. Explica que existiam no Rio pouco mais de 20 mercados construídos pelo estado, a maioria funcionando em horário de almoço. Ele conta que recentemente fora criada a Companhia Central de Abastecimento (COCEA). Menciona que o Rio Grande do Sul deveria fornecer arroz ao estado da Guanabara e também anuncia que tinha feito um convênio com o governo de Goiás para o abastecimento de cereais. O governador promete transferir os mercados do estado para a iniciativa privada, desde que o estado fosse o único fornecedor de gêneros de primeira necessidade, como forma de garantir uma intervenção em

			qualquer emergência. *Faixa 4* Continuação da Faixa 3 O Governador Carlos Lacerda aposta que, em pouco tempo, o mercado de Bento Ribeiro estaria funcionando a pleno rendimento. Diz que se dependesse da sua vontade, já teria instalado 10 mil telefones novos, já teria criado a Companhia Telefônica do Estado, tendo como sócia, sem direito a voto, mas com garantia de dividendos de 12%, a atual companhia telefônica, para não tirar do povo dinheiro para comprar o seu ferro velho. Diz que a permanência da antiga companhia permitiria ao governo economizar dinheiro e investir apenas na instalação de novos telefones e remodelação das estações existentes, em vez de indenizar acionistas da concessionária, como parecia querer fazer o governo federal . Lacerda afirma que, neste ponto, concordava com o deputado Leonel Brizola, com uma diferença o governo da Guanabara tinha um plano e ele tinha um cunhado. Diz que o plano do estado não podia ser executado porque a companhia telefônica sofrera uma intervenção do governo federal . Diz que o estado da Guanabara tinha se tornado uma região do Brasil para qual emigravam quase todos aqueles que tinham esperança e queriam vencer na vida. Lacerda enaltece a importância da teimosia da Guanabara e anuncia que estava montando a Companhia Telefônica Estadual que, ainda, só poderia atuar em áreas que não eram cobertas pela Light, que era protegida pelo governo federal . Lacerda aguarda a decisão do Supremo Tribunal sobre quem tinha razão e promete, a partir de abril daquele ano, instalar telefones em Santa Cruz, Campo Grande, Jacarepaguá e Ilha do Governador. Em relação à luz, acusa a Light de não cumprir o seu contrato, alegando que a tarifa não compensava. Em retaliação, informa, o governo da Guanabara havia parado de pagar o que devia à Light, obrigando a companhia a chegar a um acordo. Agradece a presença dos moradores de Bento Ribeiro à inauguração da agência do BEG e ressalta a importância que o Governo do Estado dava ao subúrbio, porque era o local que mais precisava de melhorias.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.231 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Aquisição de Fotografias de Malta para o Museu da Imagem e do Som 1.2 Faixa 2 Inauguração de Agência do BEG, na Rua do Ouvidor	F1: 20 min F2: 7 min F3: 6 min F4: 7 min F5: 10min F6: 15 min	**F1: 21/04/1964** **F2: 15/02/1965** **F3:14/ 08/1964** **F4:14/ 08/1964** **F5: 23/04/1965** **F6: 30/04/1965**	*Faixa 1* Aquisição de Fotografias de Malta para o Museu da Imagem e do Som Carlos Lacerda recebe o arquivo fotográfico de Augusto Malta que faria parte do acervo do Museu da Imagem e do Som. Lacerda diz que a proximidade do Quarto Centenário e a reforma administrativa davam a oportunidade ao Governo do Estado de cuidar dos aspectos superestruturais do Rio de Janeiro. Lacerda anuncia a criação da Fundação Vieira Fazenda, nome do mais notável memorialista do Rio e Janeiro. Resume o decreto que trata dos arquivos históricos e patrimoniais

1.3 Faixa 3 Inauguração de Agência do BEG em Irajá 1.4 Faixa 4 Continuação da Faixa 3 1.5 Faixa 5 Inauguração de Agência do BEG, na Penha 1.6 Faixa 6 Inauguração de Agência do BEG, no Castelo 2. Temas 2.1 Faixa 1 Proximidade do Quarto Centenário, reforma administrativa, criação da Fundação Vieira Fazenda, decreto dos arquivos históricos e patrimoniais, arquivos, eclesiásticos abandonados, acervo de Augusto Malta, acervo Almirante, material sobre música brasileira, órgão autônomo, venda de ingressos e de reproduções do acervo 2.2 Faixa 2 Empréstimo da Caixa Econômica Federal, conclusão da rede hospitalar, reforma dos hospitais Souza Aguiar, Getúlio Vargas, Miguel Couto 2.3 Faixa 3 Inflação encarecia as obras, manter cronograma de obras, comemorações do Quarto Centenário, organizar as comemorações, característica de governos ditatoriais 2.4 Faixa 4 Crítica à Assembleia por aumentar seus próprios vencimentos, Ato Institucional incorporado pela Constituição Federal, carreira do servidor público, “Revolução” sem revolucionários 2.5 Faixa 5 Políticos mandavam no banco, banco passara a ser comandado			que seriam guardados pelo estado. Diz que os arquivos eclesiásticos estavam abandonados. Discorre sobre o acervo de Augusto Malta, fotógrafo oficial da Prefeitura, entre o final do século XIX e início do século XX, que estava sob os cuidados de sua viúva e foi comprado, por 12 milhões de cruzeiros, pelo Banco do Estado da Guanabara. Lacerda fala, também, sobre o acervo de Henrique Forez, conhecido como Almirante, que reunia material principalmente sobre a música brasileira. Este acervo foi comprado pelo BEG por 30 milhões de cruzeiros e doado ao estado. Lacerda lembra que no início do seu governo soube da existência de um acervo fonográfico que pertencia ao senhor Maurício Quadros, com gravações de discursos de Rui Barbosa, do Barão do Rio Branco e de presidentes da República. Diz que estes acervos mencionados iriam para o Museu da Imagem e do Som. Comenta que a fundação era um órgão autônomo que, além de receber verba do estado, obteria recursos com a venda de ingressos e de reproduções do seu acervo. *Faixa 2* Inauguração de Agência do BEG, na Rua do Ouvidor O governador Carlos Lacerda diz que pediu empréstimo no valor de 5 bilhões à Caixa Econômica Federal para a conclusão da rede hospitalar que estava sendo construída, e ainda não havia obtido resposta. Assinala que, em homenagem a CEF, o governo da Guanabara desistira de criar a sua própria caixa. Espera que a CEF retribua este gesto do governo da Guanabara aplicando dinheiro no estado. Lacerda diz que este dinheiro seria utilizado na reforma dos hospitais Souza Aguiar, Getúlio Vargas, Miguel Couto e outros, com o objetivo de dobrar a capacidade de atendimento da rede hospitalar da Guanabara. Lacerda agradece o empréstimo de 600 milhões de cruzeiros do BEG, para que o governo iniciasse as obras nos hospitais *Faixa 3* Inauguração de Agência do BEG, em Irajá Lacerda comenta que a inflação encarecia as obras feitas pelo estado, mas o crescimento do BEG ajudava o governo a manter o seu cronograma de obras. Lacerda diz que o governo não iria ser responsável pelas comemorações do Quarto Centenário, mas que iria apoiar as comemorações. Porém, adverte, as iniciativas deveriam partir da população, porque o governo era responsável por fazer obras e prestar serviços aos cidadãos. Ele considera que organizar as comemorações era uma característica de governos ditatoriais. *Faixa 4* Continuação da Faixa 3

pelos bancários, sem o BEG não seria possível fazer obras, pede votos para Enaldo Cravo Peixoto 2.6 Faixa 6 História do BEG, agradece servidores do Banco do Brasil, elogia Antônio Carlos de Almeida, expansão do BEG, desemprego, indústrias fechadas, desastre da política econômica vigente			Lacerda critica a Assembleia Legislativa por aumentar seus próprios vencimentos, e o seu também, e não aprovar um orçamento maior. Lacerda conta que tinha feito alguns projetos de acordo com o Ato Institucional. Explica que estes projetos eram transformados em lei quando as assembleias e o Congresso não se pronunciavam sobre eles, nem a favor nem contra, em um prazo de 30 dias. Assinala que se o Ato Institucional fora incorporado pela Constituição Federal, deveria ser utilizado pelos governos estaduais. O primeiro projeto que ele iria assinar, de acordo com o AI, era o que instituía a carreira do servidor público. Diz que o funcionário da Guanabara não iria mais ficar dependente de leis de favor. Acha que o povo tinha entendido muito bem a "Revolução", mas não entendia como se podia fazer uma "Revolução" sem revolucionários. Lacerda diz que a agência de Irajá não estava sendo inaugurada, mas reinaugurada após uma ampla reforma. Promete abrir novas agências do banco em Belo Horizonte e Santa Teresa. Agradece a presença de todos à cerimônia. *Faixa 5* Inauguração da Agência do BEG, na Penha Lacerda assinala que, anteriormente, o banco era pequeno, medíocre, e não atendia aos interesses da população. Conta que antigamente os políticos mandavam no banco, agora o banco era comandado pelos bancários. Lacerda comenta que teve a sorte em escolher bem a direção do banco. Elogia o diretor do banco, Antônio Carlos de Almeida Braga. Diz que, às vezes, pensa o que aconteceria com o banco quando acabasse o seu mandato como governador. Lacerda afirma que sem o BEG não seria possível fazer as obras que estava fazendo, porque a Guanabara não recebera empréstimos do Banco do Brasil ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e os empréstimos do exterior tiveram como fiador o BEG. Lacerda prevê que o BEG poderia enfrentar dificuldades, dependendo de quem fosse eleito seu sucessor no Governo do Estado da Guanabara. Ele pede votos para o engenheiro Enaldo Cravo Peixoto. Lacerda pede que votassem em Cravo Peixoto, para que ele pudesse deixar o governo com tranquilidade para concorrer à Presidência. *Faixa 6* Inauguração de Agência do BEG, no Castelo O governador Carlos Lacerda narra a história do BEG, a trajetória de um banco que tinha passado de centésimo para um dos dez primeiros bancos do Brasil, em menos de quatro anos. Lacerda agradece aos primeiros que havia convocado para administrar o BEG, isto é, dois servidores do Banco do Brasil que deram um novo alento aos funcionários do banco. Elogia o presidente do banco, Antônio Carlos de Almeida Braga. Diz que

			dentre os cinco diretores do banco, quatro eram bancários deste banco e que ninguém havia entrado no banco por recomendação, nem para emprego, nem para empréstimo. Estes eram os motivos do crescimento do banco, segundo Lacerda. O governador diz que, sem a expansão do BEG, haveria um grave problema de desemprego na Guanabara, porque, sem ele, pelo menos 30% das indústrias do estado estariam fechadas. Lacerda diz que iria entregar ao presidente da República um estudo que demonstrava o desastre da política econômica vigente. Lacerda afirma que queria ajudar a consertar os erros, para evitar o fechamento de fábricas e o desemprego em massa. Diz que a retração econômica destruía a liberdade de uma nação.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.232 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa 6, da Fita 231 1.2 Faixa 2 Inauguração de Agência do BEG, em Santa Teresa 1.3.1 Faixa 3 Solenidade de Assinatura de Contrato com Produtores de Filmes do Cinema Brasileiro – Palácio Guanabara 1.3.2 Faixa 4 Continuação da Faixa Anterior 1.4 Faixa 5 Inauguração de Agência do BEG, na Tijuca 2. Temas 2.1 Faixa 1 “Revolução” da qual não queria se dissociar, elogio ao presidente Castelo Branco, tentativa de consolidar a “Revolução”, política econômica 2.2 Faixa 2 Agência em Paquetá, agência em Santa Teresa, estar em todos os recantos da Guanabara, defesa do parque Lage, injúrias de especuladores, elogios a Flexa Ribeiro	F1: 5 min F2: 15 min F3: 9 min F4: 7 min F5: 23 min	**F1:30/04/1965** **F2:08/06/1965** **F3:15/06/1965** **F4: 28/06/1965** **F5: [1965]**	*Faixa 1* Continuação da Faixa 6, da Fita 231 Inauguração da 33ª agência do BEG. Carlos Lacerda diz que faz as críticas com respeito, empenho e profundo amor a uma “Revolução” da qual não queria se dissociar. Elogia o presidente Castelo Branco, que diz ser um homem de bem, patriota, mas afirma que não se podia ter obstinação pelo erro e recusar o debate sobre os problemas do Brasil. Lacerda garante que não estava fazendo oposição ao governo e à “Revolução”, mas apenas uma tentativa de consolidar a “Revolução”, reclamando para ela uma política econômica que não quisesse salvar a moeda, destruindo a produção, que não provocasse o desemprego, em nome da estabilidade social, mas uma política econômica que se pudesse aplicar. *Faixa 2* Inauguração de Agência do BEG, em Santa Teresa O governador Carlos Lacerda acredita que interferia pouco no BEG (Banco do Estado da Guanabara), e menciona que talvez isto explicasse o sucesso do banco, mas lembra de duas intervenções que fez. A primeira, foi pedir a construção de uma agência em Paquetá, que não era a agência com mais depósitos, mas também não dava prejuízo. A segunda foi para pedir uma agência em Santa Teresa, pois um dos objetivos do banco era estar em todos os recantos da Guanabara. Lacerda diz que o BEG era o primeiro banco a abrir uma agência em Santa Teresa. Ele afirma ter absoluta segurança sobre o êxito daquela agência. Mas, demonstra preocupação com as eleições de outubro. Diz que por ter defendido o parque Lage, estava sofrendo injúrias de especuladores, porém, afirma que não se arrependia de defender o parque, mas temia que as injúrias e a crise econômica, que considera não serem de sua responsabilidade, influenciassem o eleitor na hora de votar. Comenta que temia pelos candidatos bom moços, que não bebiam, não

2.3.1 Faixa 3 Financiamento, rigoroso processo de seleção, Comissão de Auxílio à Indústria Cinematográfica, meio bilhão de cruzeiros ao cinema brasileiro, estimular a indústria cinematográfica nacional, apoio do BEG 2.3.2 Faixa 4 Festival de cinema. competição entre os filmes, júri do festival, filmes de 20 países 2.4 Faixa 5 Crescimento do BEG, mudar o local da agência, revolução no Brasil começou com a sua eleição, servidores desanimados, elogios a Flexa Ribeiro como secretário de Educação, apoio dos moradores da Tijuca, política social justa e progressista, eleição difícil, "Revolução" envergonha-se de si mesma, inflação, deflação			fumavam, não tinham vícios, eram amigos de todo mundo, dos justos e dos injustos, que não erravam porque não agiam, que não se enganavam, porque não faziam nada, não cometiam injustiças, porque se omitiam sempre. Lacerda faz elogios a Flexa Ribeiro e pede que a população desse a oportunidade para que ele fosse governador. *Faixa 3* Solenidade de Assinatura de Contrato com Produtores de Filmes do Cinema Brasileiro – Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda congratula-se com os produtores que conseguiram o financiamento, depois de passar por um rigoroso processo de seleção. Lacerda anuncia que a Comissão de Auxílio à Indústria Cinematográfica (CAIC) em pouco menos de dois anos já entregara cerca de meio bilhão de cruzeiros ao cinema brasileiro, entre prêmios e financiamento de filmes. Lacerda promete, ainda, a distribuição de 95 milhões em prêmios para os melhores filmes de 1965 e manifesta sua felicidade por poder estimular a indústria cinematográfica nacional. Agradece o apoio do BEG (Banco do estado da Guanabara) e do Sindicato Nacional dos Produtores. Conta que a comissão havia premiado 9 longa-metragens, 10 filmes de curta-metragem e 3 de cine-jornal. Entre os longas premiados, cita: "Vidas Secas", "Garrincha, a alegria do povo" e "Rei Pelé". Diz que em 19 meses de funcionamento a CAIC já financiara 19 filmes. Lacerda diz que a Guanabara tinha uma média de produção de 7 filmes por ano e que naquele ano deveria produzir 25 filmes, 19 financiados pela CAIC Lê o nome dos filmes que seriam financiados pelo órgão. *Faixa 4* Continuação da Faixa Anterior Lacerda lê o nome dos filmes de longa-metragem contemplados com o financiamento. Aproveita a ocasião para dar notícias sobre o festival de cinema. Esclarece que o festival do Rio de Janeiro seria um dos poucos em que haveria competição entre os filmes. Lacerda diz que o júri do festival seria composto por brasileiros e estrangeiros e que pretendia convidar, para ser presidente do júri, o embaixador Paulo Carneiro. Lacerda pretendia que o festival apresentasse filmes de 20 países. *Faixa 5* Inauguração de uma Agência do BEG, na Tijuca O governador Carlos Lacerda diz que a antiga agência do BEG (Banco do Estado da Guanabara) no bairro iria ser ocupada pelo IPEG (Instituto de Pensões de Aposentadorias do Estado da Guanabara). Por causa do crescimento do BEG, tinha sido preciso mudar o local da agência do banco na Tijuca. Diz que a revolução no Brasil

			começara com a sua eleição. Menciona que havia encontrado um grande número de servidores desanimados, mas dispostos a tentar novamente. Critica os candidatos que iriam disputar as eleições, com Flexa Ribeiro, para o governo da Guanabara. Destaca o trabalho de Flexa Ribeiro como secretário de Educação do seu governo. Defende a sua opção de utilizar uma inauguração para fazer um comício. Lacerda diz que sempre contara com o apoio dos moradores da Tijuca, até nos piores momentos do seu governo. Diz que estavam querendo dividir o eleitorado e rebate a crítica de Zarur que o chamara de agitador. Aproveita para dizer que Flexa Ribeiro era muito calmo e tranquilo. Lacerda recorda que Jesus Cristo tinha sido o maior agitador da História Universal e fora crucificado porque queria fazer agitação, reclamando justiça e caridade aos homens que negavam justiça e não tinham piedade. Lembra que, em 15 anos de existência, o BEG tinha 7 agências, e já tinha, então, mais de 40. Os depósitos no banco, até o início de seu governo, eram de 3 bilhões, poucos anos de governo depois, os depósitos ultrapassavam os 100 bilhões de cruzeiros. Diz que o banco adotava uma política social justa e progressista e que nunca interferira no banco para favorecer alguém. Prevê que a eleição seria difícil, porque nem tudo estava feito e porque a "Revolução" tinha vergonha de ser "Revolução" e que fazia esforço para ser impopular. Lacerda lamenta que a inflação tivesse encarecido as obras e assinala que naquele momento estavam encarecendo por causa da deflação. Considera-se vítima da crise econômica como todos e teme que os efeitos dela interferissem no resultado das eleições.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.233 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa 4, da Fita 232 1.2 Faixa 2 Inauguração de Agência do BEG, em Cascadura 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa 2 1.4 Faixa 4 Inauguração de Agência do BEG, no Méier 2. Temas 2.1 Faixa 1 Usar as tropas para evitar eleições, pressão da Guanabara,	F1: 12 min F2: 15 min F3: 15 min F4: 14min	**F1: 28/06/1965** **F2: 02/07/1965** **F3: 02/07/1965** **F4: 09/07/1965**	*Faixa 1* Continuação da Faixa 4, da Fita 232 Lacerda comenta que não sabia se o Brasil, que mandara tropas para garantir a realização de eleições na República Dominicana, teria coragem de usar as tropas para evitar que houvesse eleições no país. O governador acha que as eleições de outubro aconteceriam em grande parte por causa da pressão da Guanabara. Entretanto, ele não garante a realização de eleições no ano seguinte, se Flexa Ribeiro não fosse eleito. Menciona que não tinha arrependimento de ter assumido o Governo do Estado da Guanabara, não pelos benefícios do cargo, mas por poder trabalhar a favor do povo e do estado da Guanabara. Lacerda acredita que havia um risco de divisão da população. Ressalta que os comunistas e os integrantes dos Ipês estavam em descordo em tudo, menos na tentativa de evitar que o seu governo tivesse continuidade com a eleição de Flexa Ribeiro. Salienta que o povo precisava dar resposta aos dois lados, nas eleições. Conta que ao final do seu governo, viajaria pelo Brasil para fazer campanha, mas admite que poderia não

trabalhar a favor do povo, divisão da população, comunistas, continuidade, eleição de Flexa Ribeiro 2.2 Faixa 2 Eleições de outubro, usina de lixo, obras de saneamento, coletores de esgoto sanitário, crítica à Caixa Econômica, progresso de Cascadura, continuidade do modo de governar 2.3 Faixa 3 Crítica aos adversários de Flexa Ribeiro, viaduto José Lins do Rego, linha de ônibus elétrico de Madureira a Penha, reforma da escola Carmela Dutra, atenção ao subúrbio, não haver eleições em 1966, voto em Flexa Ribeiro, muitos chafarizes 2.4 Faixa 4 Crescimento do BEG, confiança da população no governo, direito do povo de escolher o governador do estado, candidatura de Lott, derrotado nas urnas, eleger Flexa Ribeiro			haver eleições em 1966, se o seu candidato não fosse eleito na Guanabara. *Faixa 2* Inauguração da Agência do BEG em Cascadura e da Praça Nossa Senhora do Amparo O governador Carlos Lacerda discorre sobre as eleições de outubro. Fala que acredita no espírito de justiça do povo, por isso considera que o seu candidato poderia vencer a eleição. Comenta que o local onde a praça estava sendo inaugurada permanecia abandonado até pouco tempo atrás, e que havia o projeto de transformar o local em uma usina de lixo, mas que a usina iria ser construída em Irajá. Assinala que além da praça o Governo do Estado tinha investido em obras de saneamento em Cascadura, ao construir 10 quilômetros de coletores de esgoto sanitário por 500 milhões de cruzeiros. Menciona que os antigos governantes não faziam obras de saneamento porque elas ficavam embaixo do solo, não apareciam. Comemora a inauguração da 35ª agência do BEG (Banco do Estado da Guanabara). Critica a Caixa Econômica por pegar dinheiro do povo carioca e não emprestar ao Governo do Estado e diz que a agência do BEG iria ajudar o povo de Cascadura a acelerar o seu progresso. Defende que os governantes deveriam sempre ser substituídos na data marcada, nem antes, nem depois. Lacerda comenta que o seu governo acabaria dia 5 de dezembro, mas se Flexa Ribeiro fosse eleito, haveria uma continuidade do modo de governar. *Faixa 3* Continuação da Faixa Anterior Lacerda critica os adversários de Flexa Ribeiro na eleição para o Governo do Estado. Promete inaugurar o viaduto José Lins do Rego antes da eleição. Pretende inaugurar também a primeira linha de ônibus elétrico de Madureira a Penha, antes da eleição. Lacerda acha que não precisava falar sobre a construção de escolas no bairro. Mas, cita o exemplo da Escola Normal Carmela Dutra que estava sendo reformada. Garante que se Flexa Ribeiro fosse eleito, ele acabaria a reforma da escola. Lacerda acredita que o povo sabia que o seu governo tinha dedicado especial atenção ao subúrbio. Salienta que aquela praça era o lugar para o povo pensar no seu destino e tomar a sua decisão. Ele menciona que, desde a Grécia antiga, a praça era um lugar em que o povo tomava as suas decisões. Pede para o povo mostrar que só votava na oposição quando tinha motivo. Lacerda comenta que queriam por no Governo do Estado um inimigo seu e que o seu governo fora alvo de diversos inquéritos, nenhum concluído. Acha que existia o risco de não haver eleições em 1966 se Flexa não fosse eleito governador. Pede que votassem em Flexa Ribeiro em retribuição ás escolas que ele fez. Ressalta que Flexa Ribeiro

			iria transformar o Rio de Janeiro na Roma da América do Sul, inaugurando muitos chafarizes. *Faixa 4* Inauguração de Agência do BEG, no Méier O governador Carlos Lacerda comunica que o crescimento do BEG (Banco do Estado da Guanabara) era resultado da confiança da população no governo e do governo no povo. Esclarece que não teve medo dos insultos e ameaças, quando os que insultavam e ameaçavam estavam no poder, não teria medo então, quando eles tentavam voltar ao poder. Defende o direito do povo da Guanabara de escolher o governador do seu estado. Pede que permitissem a candidatura de Lott, para que ele fosse derrotado nas urnas com o voto do povo. Afirma que o povo carioca estava pronto para votar e iria derrotar nas urnas os candidatos da hora da saudade. Menciona a responsabilidade do povo carioca em eleger Flexa Ribeiro para que ele continuasse a construir escolas, hospitais, viadutos. Assegura que não tinha nenhuma dúvida sobre o resultado das eleições. Volta a pedir que não impedissem o marechal Lott de concorrer às eleições. Ressalta que se Lott fosse impedido de se candidatar, os seus eleitores deveriam votar em Flexa Ribeiro, como forma de protesto. O governador garante que não tinha medo da oposição, que respeitava os que pensavam de forma diferente. Pede para os jovens convencerem seus pais a votarem em Flexa Ribeiro.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.234 **1.** Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração do Heliporto do Novo Banco do Estado da Guanabara 1.2 Faixa 2 Inauguração do Museu da Imagem e do Som 1.3 Faixa 3 Inauguração de Agência do BEG, em São Paulo 2. Temas 2.1 Faixa 1 Elogia Henrique Mindlin, banco estava consolidado, critica a Light e a política de subserviência do Brasil às concessionárias de serviço público 2.2 Faixa 2	F1: 12 min F2: 16 min F3: 20 min	**F1: 31/08/1965** **F2: 03/09/1965** **F3: [1965]**	*Faixa 1* Inauguração do Heliporto do Novo Banco do Estado da Guanabara O governador Carlos Lacerda elogia o arquiteto Henrique Mindlin pelo projeto do Banco do Estado da Guanabara. Afirma que o arquiteto construíra uma reputação nacional e internacional. Elogia também a construtora Nacional pela rapidez com que a obra fora concluída. Lacerda congratula–se com a diretoria do banco pela escolha da empreiteira e do arquiteto. Nega que o banco fosse acabar após as eleições e diz ter dois motivos para isso. O primeiro, era que, independente do resultado das eleições, o banco já estava consolidado. O segundo, era que o povo da Guanabara, segundo ele, não iria deixar nem o banco andar para trás, nem o governo. Acredita que a população já havia decidido e por maioria absoluta. Lacerda diz que o BEG (Banco do Estado da Guanabara) teria que pagar 700 milhões de cruzeiros aos acionistas da Light, para ter luz na sua inauguração. Com a simples oposição do Governo do Estado o valor fora reduzido para 40 milhões. Lacerda critica a Light e a política de subserviência do Brasil às concessionárias de serviço público. Agradece a presença de todos à cerimônia, e comunica que aquele era um dos últimos atos que praticava como governador.

Gravações inéditas, de Rui Barbosa e do Barão do Rio Branco, acervo de música popular e folclore, Almirante, acervo do fotógrafo Augusto Malta, conselho de curadores, centro de documentação, raízes do Rio de Janeiro, conciliar pesquisa com a diversão 2.3 Faixa 3 Confiança do povo, crescimento do banco, São Paulo coração econômico e social do Brasil. guerra subversiva, eleições livres nos sindicatos operários, imposto sindical, “Revolução”, governo de Castelo Branco, governo de consolidação da “Revolução”			Afirma que governar era bom, porque apesar de muitos problemas, momentos como este, eram recompensadores. *Faixa 2* Inauguração do Museu da Imagem e do Som O governador Carlos Lacerda fala que quando assumira o governo, soubera que um senhor, chamado Maurício Quadrios, tinha gravações, algumas inéditas, de Rui Barbosa, do Barão do Rio Branco, entre outros. Também tinha conhecimento do acervo de música popular e folclore, reunido pelo Almirante, alcunha de Henrique Forreis. Por fim, havia descoberto em Jacarepaguá o acervo do fotógrafo Augusto Malta que estava sendo guardado por sua viúva. Lacerda fala sobre a aquisição de outros acervos, antes de inaugurar o Museu da Imagem e do Som. Esclarece que à frente do Museu estava Maurício Quadrios, que tinha doado seu acervo à instituição. Lacerda conta que o Museu teria um conselho de curadores formado por: Dom Pedro de Orleans e Bragança, dr. Leoberto de Castro Ferreira, embaixador Assis Chateaubriand, escritor João Condé, dr. Raimundo de Castro Maia, entre outros. Fora do Rio, como curadores correspondentes: o folclorista Luiz da Câmara Cascudo, no Rio Grande do Norte, e em São Paulo, Júlio de Mesquita Filho. Explica que não se tratava apenas de uma casa para satisfazer a curiosidade pública, mas de um centro de documentação, em que se havia de procurar e encontrar, nas raízes do Rio de Janeiro, os segredos e soluções do seu futuro. Comenta que o museu seria um centro de pesquisa, mas também de diversão, porque era possível conciliar a pesquisa com a diversão. Esclarece que aquele era o primeiro museu do gênero no Brasil. Lacerda lembra que doações ao Museu poderiam ser deduzidas do imposto de renda. *Faixa 3* Inauguração de uma Agência do BEG, em São Paulo O governador Carlos Lacerda diz que na Guanabara já estavam habituados a inaugurar agências do BEG (Banco do Estado da Guanabara). Menciona que o BEG triunfara pela confiança do povo. Ressalta o crescimento do banco nos últimos três anos. Assinala que São Paulo era o coração econômico e social do Brasil. Garante que o banco nunca fizera qualquer operação por motivação política. Afirma que a sua habilidade consistia em usar o povo em seu próprio proveito. Assinala que a agência deveria ter sido inaugurada antes, mas o país estava em guerra, o que atrasou os seus planos. Acha que o país estava enfrentando uma guerra subversiva, que também poderia ser chamada de guerra revolucionária. Lacerda defende eleições livres

			nos sindicatos operários, para que os trabalhadores pudessem eleger seus representantes e contribuíssem para os sindicatos pelo o que eles valiam e não pelo imposto sindical. Assinala que a "Revolução" tinha sido feita para que o filho de cada homem do Brasil tivesse escola e uma casa para morar. Acha que a "Revolução" fora feita para que os ladrões fossem para cadeia, e para que os homens livres pudessem trabalhar em paz. Lacerda acredita que ainda seria possível recuperar o tempo perdido e reintegrar o Brasil na primeira fila das nações honradas do mundo. Promete que o governo de Castelo Branco seria apenas um governo de consolidação da "Revolução" que iria preparar o país para a realização de eleições livres. Lacerda diz que a liberdade não era um direito, era um dever e deveria ser usada em favor de todos e não em favor de alguns.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.235 1. Assunto 1.1.1 Faixa 1a Inauguração do Ambulatório Central do IASEG 1.1.2 Faixa 1b Inauguração do Novo Edifício do IPEG 1.2 Faixa 2 Inauguração do Novo Edifício do IPEG 2. Temas 2.1.1 Faixa 1a Falar de eleições, problemas administrativos, elogio aos servidores, eleger um governador que desse continuidade à sua administração, nova e revolucionária concepção de previdência, pensão e aposentadoria, assistência médica e hospitalar 2.1.2 Faixa 1b Lei 276, elevação do teto do empréstimo imobiliário, agências do IPEG , descentralizar o serviço, evitar a formação de filas, convênio com o hospital Pedro Ernesto, atraso do pagamento dos servidores, inflação 2.2 Faixa 2 Campanha de difamação, famoso	F1a e b: 17 min F2: 7 min	**F1a: 31/03/1965** **F1b: 31/03/1965** **F2: 24/06/1965**	*Faixa 1a* Inauguração do Ambulatório Central do IASEG (Instituto de Aposentadoria dos Servidores da Guanabara) O governador Carlos Lacerda agradece a todos que trabalhavam no IASEG, casa dos servidores. Informa que aquela obra o enchia de satisfação, no final do seu mandato. Lacerda assinala que não iria falar de política, mas iria falar de eleições, porque o futuro das pessoas dependia das eleições. Discorre sobre o estado em construção que recebeu com muitos problemas administrativos. Elogia os servidores do estado e teme o que poderia acontecer, dependendo do resultado das eleições. Lacerda diz que o estado não deveria voltar ao passado, que os servidores do estado eram testemunhas de que o estado estava melhor. Garante que nunca havia deixado um pistolão entrar no governo estadual e que os antigos governos eram marcados pela corrupção, demagogia, desonestidade e incompetência. Por isso, em nome do que já fora conquistado, pede aos servidores do estado que se juntassem para eleger um governador que desse continuidade à sua administração. Promete aos servidores não tentar impor um candidato por questões de amizade. Considera que o ambulatório central era um marco no caminho de uma nova e revolucionária concepção de previdência, embora o IASEG estivesse longe de ser aquilo que precisava ser. Porém, a previdência social só poderia ser reestruturada em base nacional. Acha que a previdência social precisava ser definida, de um lado pensão e aposentadoria, do outro lado, assistência médica e hospitalar, a ser conferida por órgãos controlados e geridos pela própria comunidade assistida. Esclarece que, apesar do problema da previdência ser nacional, o que era de responsabilidade do Governo do Estado estava sendo feito. Lacerda explica que tinha abandonado o gigantismo que era a concepção

temperamento, Presidência da República, trabalho e honradez são sinal de loucura, *Correio da Manhã* e o *O Globo*, fugitivos da polícia, julgamento do povo, derrotados pelo voto, servidores da Guanabara, todo o dinheiro é para pagar o funcionalismo, direito de fazer uma carreira 2.3 Faixa 3 Convocação de uma Terceira Conferência Extraordinária Interamericana, projeto de reforma da carta a OEA, reunião anual de alto nível, ata econômica do Rio de Janeiro, êxodo de cubanos, auxilio aos refugiados, agentes comunistas infiltrados, voos diários entre Cuba e os Estados Unidos.			antiga do hospital para uma concepção metódica, progressiva e modesta, mas eficaz na sua constância e pertinácia. *Faixa 1b* Continuação da Faixa Anterior O governador Carlos Lacerda anuncia algumas medidas que seriam adotadas após a assinatura do ato, o aumento de 10 mil cruzeiros mensais para as antigas pensionistas não amparadas pela lei 276, de modo que nenhuma pensão, no estado, fosse inferior a 33 mil cruzeiros mensais. Informa, também, a elevação do teto do empréstimo imobiliário para 8 milhões de cruzeiros. Diz que iriam ser construídas mais agências do IPEG (Instituto de Aposentadorias e Pensões do Estado da Guanabara) para descentralizar o serviço e evitar a formação de filas. Comunica a assinatura de convênio com o hospital Pedro Ernesto para o atendimento das pensionistas. Diz que o seu governo deu continuidade à construção do edifício do IPEG, iniciada em outro governo. Fala que ao contrário dos seus adversários, ele não tinha problemas em dar continuidade a obras iniciadas em administrações anteriores. Lacerda pede desculpa pelo atraso do pagamento dos servidores e culpa a inflação pela dificuldade do seu governo para pagar em dia. *Faixa 2* Inauguração do Novo Edifício do IPEG O governador Carlos Lacerda transmite o que estava sendo propalado através das rádios e de algumas emissoras de televisão, que divulgavam que o governador da Guanabara não estava em condições de deliberar, que o seu famoso temperamento, as suas condições emocionais, não lhe permitiam vir a ser, se fosse eleito presidente da República, o comandante em chefe das Forças Armadas. Ele, então, diz que valia a pena, por um minuto, examinar o argumento objetivamente, como se estivesse falando de uma terceira pessoa. E pergunta: a que visava essa campanha de difamação? Ele responde que objetivava identificar, no espírito do povo, inclusive do povo em armas, a candidatura do governador do estado à Presidência da República com a figura do presidente que havia renunciado. Trata-se, segundo Lacerda, de dar a impressão, já que não poderiam negar nem o trabalho, nem a honradez de seu governo, de dar a impressão aos brasileiros de que trabalho e honradez só poderiam ser sinal de loucura. Se isso era loucura, adverte ele, realmente deveria ser recolhido a um hospício com urgência, porque juízo era o que tinham acabado de ver: um homem que tinha orientado dois jornais na cidade, o *Correio da Manhã* e *O Globo*. Um homem que fizera dois ministros da Fazenda no país, entre eles o senhor Nei Galvão, acabava de dar um tiro na praça de quase 90

			bilhões de cruzeiros. Conta que aquele homem estava refugiado da polícia, como maior inimigo que até então tivera a economia popular do país. Pois bem, continua Lacerda, aquele homem havia feito dois ministros da Fazenda há pouco tempo, dirigiu o *Correio da Manhã*, escreveu os editoriais de *O Globo*, era uma influência decisiva nos conselhos da República. Portanto, assevera ele, deveriam dar-lhe o prêmio do juízo e do valor moral, numa República que tivesse ensandecido e perdido todo o senso da sua própria dignidade. Assinala que não haveria de ser com fugitivos da polícia de costume, não haveria de ser com evadidos da delegacia de defraudações que se confundiria a opinião pública. Reafirma que confiava no juízo do povo e adverte que quando dizia juízo, queria dizer, mais precisamente, o julgamento do povo. E era por isso que queria, a todo custo, evitar toda a manobra, mesmo bem intencionada, que retirasse quem quer que fosse deste julgamento. Assevera, mais uma vez, que os queria ver derrotados pelo voto do povo, não os queria fazendo-se de vítimas, ao invés de serem derrotados. Diz que haveria de batê-los nas urnas, como tinham sido batidos nas armas. E que assim como não haviam tido coragem de enfrentar a reação das armas depois de desafiá-las e pretender humilhar a nação, muito menos teriam coragem de enfrentar os homens de bem, que iriam julgá-los com o boletim dos votos. E, destaca, do voto secreto, que não podia ser instrumento de uma decepção momentânea ou da angústia de um dia, mas um instrumento da esperança de amanhã e da segurança do povo na construção do seu destino. Lacerda dirige-se aos seus amigos, servidores da Guanabara, afiançando que era por isso que, ao vê-los ali reunidos, já então com a presença do eminente presidente da Assembleia Legislativa, que de início ele não havia visto na cerimônia, o deputado Danilo Nunes, era por isso que ali reunidos como uma família, na qual ele entrara havia quatro anos e meio, e da qual breve iria sair, mas da qual conservaria, para sempre, lembranças inesquecíveis de vocações adormecidas, de dedicações desenganadas, de gente boa, sã, pura e dedicada que se via esmorecida, desanimada, preterida, obrigada a competir pelos meios mais escusos, a fim de não ser derrotada naquela desleal competição. E que ele, esperava em Deus, não recuperara um prédio, uma obra feita de concreto, mármore, vidro e alumínio, mas um espírito, em alguma coisa que nada, senão o próprio espírito, poderia destruir; numa esperança, num sentimento, que nada, senão o próprio homem, poderia demolir. Lacerda menciona que via reunidos tudo aquilo sonhara, a gente boa, a gente digna, a quem procurava devolver o sentimento da sua própria dignidade. Não era o funcionário público, que era caluniado por aqueles administradores incapazes, que iam para televisão

			e diziam: não se pode fazer nada porque todo o dinheiro é para pagar o funcionalismo. Lembrem-se deles, adverte Lacerda, quando quiserem voltar ao poder. Comenta que eram os servidores do estado que tinham recuperado o direito de fazer uma carreira, de fazer do serviço público uma carreira e não apenas um bico, uma espécie de pique para onde se corre quando não se tem mais para onde ir. E que era com estes sentimentos, com estas convicções que, ao entregar aos servidores do estado, em nome dos servidores do IPEG, o edifício que a rigor lhes pertencia, porque se destinava ao seu serviço e era parte do seu patrimônio, que ele felicitava, na pessoa do doutor Nelson Mufarregi, todos os auxiliares e colaboradores e se congratulava com os servidores do estado, a quem augurava um governo melhor do que o dele, mas, pior, nunca. *Faixa 3* Boletim da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária da OEA, no Hotel Glória O relator diz que, até aquele momento, a decisão mais importante que fora aprovada era a resolução que convocava uma Terceira Conferência Extraordinária Interamericana para estudar concretamente um projeto de reforma da carta a OEA (Organização dos Estados Americanos), seguindo as diretrizes aprovadas na conferência. Dentre as diretrizes recomendadas, assinala, estava a que propunha que anualmente houvesse uma reunião de alto nível no quadro do sistema interamericano, como acontecia na ONU (Organização das Nações Unidas). Menciona que à noite deveria ser aprovada a ata econômica do Rio de Janeiro, da maior importância para a OEA, e que esta ata deveria fazer parte da reforma da carta da OEA. Novo boletim sobre a 2 CIE da OEA Falam que às vésperas do grande êxodo de cubanos de seu país, os chanceleres de 19 países americanos tinham aprovado uma resolução, exortando os países membros da OEA a auxiliar os refugiados cubanos, na extensão das suas possibilidades. A proposta só não fora aprovada pelo Haiti. O chanceler haitiano justificou a decisão do seu país pelo receio de que entre os refugiados estivessem agentes comunistas infiltrados. O êxodo começaria naquela semana, com voos diários entre Cuba e os Estados Unidos. Estimam que sairiam do país 4 mil cubanos por mês, para se unirem aos 370 mil que já viviam no exílio. Anunciam que esta resolução tinha sido uma das 15 aprovadas naquele dia.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.236 **1. Assunto** 1.1 Faixa 1		**F1: 12/08/1965** **F2: 28/11/1963**	Fita inaudível

Inauguração do Posto Policial de Bonsucesso 1.2 Faixa 2 Oficialização do Quadro Administrativo da Polícia Militar, do Regimento Caetano de Farias			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.237 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração do Posto Número 1 (Serviço de Segurança Florestal) do Corpo de Bombeiros, em Santa Teresa 1.2 Faixa 2 Declaração dos Aspirantes da Polícia Militar 1.3 Faixa 3 Inauguração da Escola de Polícia - Frei Caneca 1.4 Faixa 4 Continuação da Faixa 3 1.5 Faixa 5 Aniversário de 109 Anos do Corpo de Bombeiros 1.6 Faixa 6 Inauguração da 3ª Delegacia Distrital, em Ricardo de Albuquerque 2. Temas 2.1 Faixa 1 Região administrativa, distrito de obras, distrito educacional, posto de saúde,administração descentralizada, investimento do governo no bairro, nova estação de bondes, elogio à CTC, posto de proteção à floresta, elogia à banda do Corpo de Bombeiros 2.2 Faixa 2 Autoridade não era para meter medo, impor reverência e obediência à lei, melhoria dos serviços da Polícia, inauguração da nova Escola de Polícia, criação da força policial, complementação do efetivo 3.3 Faixa 3	F1: 15 min F2: 6 min F3: 13 min F4: 9 min F5: 5 min F6: 20 min	**F1: 11/03/1965** **F2: 01/04/1965** **F3: 01/04/1965** **F4: 02/07/1965** **F5: 10/10/1965** **F6: [1965]**	*Faixa 1* Inauguração do Posto Número 1 (Serviço de Segurança Florestal) do Corpo de Bombeiros, em Santa Teresa O Governador Carlos Lacerda comunica que, em maio, iria inaugurar uma agência do BEG (Banco do Estado da Guanabara) em Santa Teresa. Lacerda diz que, assim como a agência, a transformação de Santa Teresa e de Paquetá em distritos administrativos foram reivindicações suas, para retribuir a confiança da maioria da população destes dois locais em seu governo. Diz que, para se transformar em região administrativa, Santa Teresa precisava ter distrito de obras, distrito educacional, posto de saúde, tudo que seria necessário para funcionar a administração descentralizada. Lacerda informa que a agência de Paquetá tinha 100 milhões em depósito, embora muitos achassem que seria uma agência deficitária, por isso ele acreditava no sucesso da agência de Santa Teresa. Comunica que haveria mais investimento do governo no bairro. Promete a construção de uma nova estação de bondes na Carioca mas, adverte que era preciso definir qual seria o projeto da nova estação. Elogia a CTC (Companhia de Transportes Coletivos) por absorver os bondes que pertenciam à Light. Lacerda acredita que a eficiência dos bondes aumentaria sob a gestão da CTC. Ressalta que o posto de proteção à floresta também era um posto de proteção às famílias de Santa Teresa e que os bombeiros tinham o carinho e a admiração do povo carioca. Elogia a ressurreição da banda do Corpo de Bombeiros, que tinha acabado após o esvaziamento causado pelo decreto da opção. Acha que Santa Teresa não era singular apenas como paisagem e panorama, mas era singular também como paisagem humana e panorama cívico. *Faixa 2* Declaração dos Aspirantes da Polícia Militar Turma do Quarto Centenário O governador Carlos Lacerda agradece a presença e deseja felicidade aos jovens de outros estados, Maranhão, Goiás e Amazonas, aos quais deseja que levassem a seus estados e suas corporações o espírito cordial que os fez se sentirem em casa. Comenta que a autoridade que os formandos tinham então era feita para servir, não para ser servido; para ser usada em favor do fraco e não a favor da onipotência do forte. Salienta que a autoridade não era feita para meter medo, mas

Masmorras do DOPS, presos do Exército, Escola de Polícia, acusação de ser um estado policial, promover a carreira do policial, reivindicações dos favelados: escola, casa e polícia, reabilitar a Polícia, cursos de aperfeiçoamento 3.4 Faixa 4 Classes de comissários e delegados, critérios do mérito e de antiguidade, Força Policial, aperfeiçoamento gradativo do policial, cursos e concursos compulsórios 2.5 Faixa 5 Decreto de opção, esvaziada a corporação, governo deposto em boa hora 2.6 Faixa 6 Obra do Guandu, recuperar a confiança da população na Polícia, reforma e construção de delegacias, aumento da segurança, 70% dos gastos do governo direcionados para o subúrbio, plano completo de obras e serviços, obra de saneamento, governo federal como adversário, seria eleito presidente			para impor reverência e obediência à lei. Com a melhoria da situação e dos serviços da Polícia da Guanabara, com a inauguração da nova Escola de Polícia, com a criação da força policial, com a complementação do efetivo de cerca de 9 mil homens, após o esvaziamento do estado, mas, sobretudo, com o espírito e a determinação que caracterizavam a Polícia Militar, seria possível proclamar, em pouco tempo, que a Guanabara era um estado onde a lei se fazia respeitar por todos, sobretudo pelos fortes. *Faixa 3* Inauguração da Escola de Polícia - Frei Caneca O governador Carlos Lacerda critica o pronunciamento público de um ilustre oficial general do Exército, membro do Superior Tribunal Militar, que fez referência ao que ele chamou de masmorras do DOPS (Deparamento de Ordem Política e Social). Lacerda, como governador, convida o ilustre general a visitar as referidas masmorras, onde estavam os presos do Exército. Lacerda menciona que a Polícia não aceitava que se cometesse injustiça contra ela. Explica que a Escola de Polícia era o local onde o policial, educando-se, preparava- se para educar a sociedade em que iria atuar. Conta que tinha percebido a timidez do Brasil em se defender da acusação de ser um estado policial, um estado de terror. Lacerda fala sobre o penoso esforço que se fazia no Brasil, especialmente na Guanabara, para promover a carreira do policial a uma proeminência, a um grau de respeito público e respeito próprio, ao qual ele tinha direito e estava obrigado. Promete melhorar as instalações da Escola de Polícia, que representava o principal esforço para dar à Polícia da Guanabara aquele papel que lhe estava reservado e que ninguém poderia desempenhar em seu lugar. Lacerda afirma que as três reivindicações principais dos favelados eram: escola, casa e polícia. Lacerda admite que a Polícia cometia erros, mas tinha uma perspectiva extraordinária de aperfeiçoamento, aproveitando a experiência dos erros e o excelente núcleo de policiais que haviam sobrevivido ao descrédito e ao desânimo. Esclarece que coubera ao Governo do Estado reabilitar a Polícia junto à população. Lembra que os policiais não tinham uma carreira, e só podiam ser promovidos duas vezes durante a sua vida profissional. Apenas alguns policiais tinham oportunidade de fazer cursos de aperfeiçoamento no exterior. *Faixa 4* Continuação da Faixa 3 Carlos Lacerda diz que em 1963 tinha sido criada a carreira de autoridade policial civil, abrangendo as séries de classes de comissários e delegados, pela primeira vez permitindo aos primeiros galgarem os cargos dos segundos, pelos critérios

			do mérito e de antiguidade. No mesmo ano, recorda que havia sido criada a Força Policial, que reunia a polícia fardada e a polícia de investigação. Explica que a criação da Força Policial permitira, pela primeira vez, que o jovem ingressasse na Polícia como guarda, e, por mérito e antiguidade, chegasse aos mais altos postos de comando e administração da Polícia. Mas, adverte, a ascensão fora condicionada ao aperfeiçoamento gradativo do policial, através de cursos e concursos compulsórios. Fala que a criação da Força Policial permitira economia na parte administrativa e que tinham sido conseguidos alguns prédios na avenida Presidente Vargas, para serem utilizados pela Polícia. Lacerda afirma que os policias teriam uma formação mais ampla, sendo mais aptos a desenvolverem diversas atividades. Critica a estrutura da Escola de Polícia antes do seu governo. Considera que era um dia de grande satisfação para o carioca e confia que antes de terminar o seu governo o povo carioca iria ser o maior admirador e o maior apoio da Polícia da Guanabara. *Faixa 5* Aniversário de 109 Anos do Corpo de Bombeiros O governador Carlos Lacerda Lacerda fala sobre a sua satisfação em comparecer à cerimônia de formatura da primeira turma de bombeiros, após o decreto de opção que tinha esvaziado a corporação. Lacerda diz que o estado da Guanabara e os bombeiros sofreram um processo de esvaziamento intentado pelo governo deposto, em boa hora, há cerca de um ano. Elogia o Corpo de Bombeiros e diz que a corporação contava com a confiança da população da Guanabara. Felicita a turma de formandos pela escolha do nome do seu patrono: Winston Churchill, um símbolo de sua pátria e um paladino da humanidade. Lacerda considera que Churchill tinha sido, de certa maneira, um bombeiro, que comandara a extinção do incêndio, que a loucura sanguinária dos ditadores e dos usurpadores ateara sobre o mundo livre, escravizando cidades e países. *Faixa 6* Inauguração da 31ª Delegacia Distrital, em Ricardo de Albuquerque Carlos Lacerda promete entregar, no dia 30 de novembro do ano corrente, a obra do século, a obra do Guandu. Elogia o trabalho de Gustavo Borges na Secretaria de Segurança. Diz que estava sendo difícil recuperar a confiança da população na Polícia. Mas, Lacerda garante que Gustavo Borges estava criando uma estrutura que iria permitir, em dois ou três anos, que o Rio de Janeiro fosse considerado uma das cidades mais seguras do mundo. Lacerda diz que o que o seu governo já havia feito era muito mais do que fora

			feito em governos anteriores. Ele cita a Escola de Polícia, a criação da Força Policial, a reforma e a construção de delegacias, e a delegacia que vinha para um local sem delegacias, em que a principal reivindicação dos moradores era o aumento da segurança. Destaca que tinha feito tudo o que podia, mas nem tudo o que deveria ser feito. Ele conta que 70% dos gastos do governo tinham sido direcionados para o subúrbio que era a região mais abandonada da cidade. Esclarece que quando entregasse o governo a seu sucessor, entregaria um plano completo de obras e serviços para o futuro do estado da Guanabara. Explica que era necessário fazer a obra de saneamento em Ricardo de Albuquerque e Anchieta, mas que não seria possível começá-las em seu governo. Lacerda afirma que era preciso garantir a continuidade de um espírito de governo e que ele sabia como era governar tendo o governo federal como adversário. Espera que não acontecesse o inverso, de o povo ter o governo federal amigo e o governo da Guanabara como inimigo. Lacerda afirma estar confiante de que haveria eleições em 1966, porque acreditava na palavra de homens honrados que não se desonrariam pela ambição de prorrogarem seus mandatos, por um ou dois anos. Lacerda assinala que tinha a impressão de que seria eleito presidente, se houvessem eleições, em 1966
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.238 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Solenidade de Nomeação de 54 Guardas Femininos e 300 Guardas de Presídio – Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Unificação da Força Policial 2. Temas 2.1 Faixa 1 Trabalhando fora de suas funções, votar bem nas eleições, concurso para guarda penitenciário, eleger Flexa Ribeiro, saneamento em Ricardo de Albuquerque e Anchieta, missão dos guardas penitenciários 2.2 Faixa 2 Criação da carreira do policial, Força Policial, atos regulamentando as promoções e acessos, Lei 561, regime de tempo integral para os policiais, salário maior, medo da sua	F1: 20 min F2: 24 min	**F1: 10/10/1965** **F2: 26/10/1965**	*Faixa 1* Solenidade de Nomeação de 54 Guardas Femininos e 300 Guardas de Presídio – Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda assina o ato de nomeação de 300 guardas de presídio, que substituiriam os policiais, que aceitaram trabalhar em uma função diferente da que deveriam exercer, mas que, devido ao esvaziamento do estado, tinham aceitado a função de guardas de presídio. Então, os policiais iriam para a Força Policial, de acordo com o que pretendiam quando fizeram o concurso. Lacerda agradece a estes policiais pelo tempo que ficaram trabalhando fora de suas funções. O governador deseja boas vindas aos concursados recém-empossados. Diz que os concursados não deviam favor a ninguém, porque entraram para o funcionalismo pelos seus méritos. Conta que estava terminando o seu mandato, tendo feito tudo o que podia. Lacerda diz que, como os concursados não deviam favor a ele, e ele não devia favor aos concursados, sentia-se a vontade para aconselhá-los a votar bem nas eleições de outubro. Recorda que nunca tinha sido organizado concurso para guarda penitenciário antes do seu governo. Menciona que era importante dar continuidade ao que começara a ser feito no seu governo e para isso a população precisava eleger Flexa Ribeiro. Afiança que, se Flexa Ribeiro fosse eleito, faria obras de saneamento em Ricardo de Albuquerque e

Polícia, garantir segurança, defender a democracia, comunismo, fascismo, dignidade funcional de uma carreira, voto em Flexa Ribeiro			Anchieta, que não puderam ser realizadas em seu governo, mas que eram indispensáveis. Comenta que não pretendia dar lição de moral, mas queria comentar a importância da missão dos guardas penitenciários. Adverte que não se deveria humilhar os presos, mas também não se poderia tratá-los como se fossem inocentes. Acredita que se cada guarda tivesse na lembrança umas regras muito simples, mais de sentimento e convicção do que de erudição e ilustração, poderia cumprir bem a sua missão. As regras eram: quando vir um preso, lembrar-se que um parente seu, um amigo seu, poderia estar naquela condição. Portanto, deviam ver o preso como um filho, ou como um irmão, e, por isso mesmo, como uma pessoa que precisava de autoridade e não que lhe passasse a mão na cabeça. A outra regra era guardar a raiva para quando fosse ofendido por quem estava no mesmo nível ou acima, não para quem estava abaixo. Sobretudo, devia-se perceber que não era apenas um emprego, tratava-se de uma missão. *Faixa 2* Unificação da Força Policial O governador Carlos Lacerda fala sobre a criação da carreira do policial, após ser formada a Força Policial. O governador diz que antes do fim do seu mandato o Governo do Estado expediria atos regulamentando as promoções e acessos. Diz que a Lei 561 estabelecera o regime de tempo integral para os policiais, e, em compensação, o estado iria pagar um salário maior, para que o policial pudesse viver e trabalhar com dignidade. Lacerda fala sobre as vantagens econômicas, jurídicas e sociais que os policiais adquiriam com a criação da Força Policial do estado da Guanabara. Explica que tudo isso fora possível pela lei, e a lei tinha sido viável pelo trabalho dos secretários de Administração, de Justiça e de Segurança. Lacerda considera inaceitável que a população tivesse medo da sua Polícia. Considera que a Polícia não deveria ser violenta, mas respeitar os direitos de cada cidadão. Para Lacerda, apenas os que desrespeitavam a lei deveriam ter medo da Polícia. O governador diz que a Polícia deveria garantir a segurança e a tranquilidade da população, além de defender a democracia e conter os excessos dos inimigos da democracia. Menciona que os inimigos da democracia não eram apenas os comunistas, mas também aqueles que por propalarem o ódio ao comunismo queriam, às vezes, instalar uma espécie de fascismo no Brasil. Informa que tinha a alegria de cumprir uma promessa de campanha antes de terminar o seu mandato, de dar ao policial a dignidade funcional de uma carreira. Faz um apelo para que votassem em Flexa Ribeiro e que estava falando como um cidadão para os outros cidadãos.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.239	F1: 12 min	**F1: 11/10/1962**	*Faixa 1*

1. Assunto 1.1 Faixa 1 Início das Obras do Ginásio Estadual Praça Edmundo Rego 1.2 Faixa 2 Assinatura do Convênio entre a FOM e a Fundação Baptista Amaral – Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 Posse de 300 Professores – Palácio Guanabara 1.4 Faixa 4 Convênio Entre o MEC e o Governo do Estado – Palácio Guanabara 1.5 Faixa 5 Posse de 2.064 Professoras Primárias 1.6 Faixa 6 Convênio Entre USAID e o Estado da Guanabara - Palácio Guanabara 1.7 Faixa 7 Posse de Professores Secundários - Palácio Guanabara 1.8 Faixa 8 Posse da Secretária de Educação, Teresinha Saraiva, no Salão Anchieta 2. Temas 2.1 Faixa 1 Construção de um ginásio, Fundação Otávio Mangabeira, eleger um inimigo para vice-governador, 1963 - ano dos hospitais, 1962 - ano das escolas 2.2 Faixa 2 Fundação Otávio Mangabeira, Fundação João Batista do Amaral, televisão a serviço da educação, indústria e comércio, custeio da educação dos filhos dos seus empregados, aliança de duas fundações 2.3 Faixa 3 Métodos de administração, concurso Escola de Serviço	F2: 5 min F3: 10 min F4: 8 min F5: 10 min F6: 8 min F7: 20 min F8: 20min	**F2: 19/02/1963** **F3: 02/04/1963** **F4: 27/08/1964** **F5: 17/12/1965** **F6: 17/12/1965** **F7: 18/02/1965** **F8: 22/06/1965**	Início das Obras do Ginásio Estadual Praça Edmundo Rego O governador Carlos Lacerda fala que não tinha feito muita propaganda da inauguração, porque era um dia comum do seu governo. Ressalta a economia que se fazia ao aproveitar uma casa já construída para fazer o ginásio, porque a construção de um ginásio não custaria menos de 30 milhões de cruzeiros, e a casa estava a venda por 11 milhões de cruzeiros. Conta que a Fundação Otávio Mangabeira tinha auxiliado o estado na negociação com os proprietários da casa que, contando com as reformas feitas, custara ao estado 13 milhões de cruzeiros. Revela que a presença dos moradores do bairro mostrava a relevância da inauguração do ginásio. Pede que a população não o desapontasse elegendo um inimigo seu para vice-governador. Lacerda afirma que isso prejudicaria o seu governo e consequentemente a própria população. Explica que pretendia fazer de 1963 o ano dos hospitais, assim como 1962 tinha sido o ano das escolas na Guanabara. *Faixa 2* Assinatura do Convênio entre a FOM (Fundação Otávio Mangabeira) e a Fundação Baptista Amaral – Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda diz que ficava feliz por presidir a aliança entre duas patrióticas organizações, a Fundação Otávio Mangabeira que construía escolas para o estado, e a Fundação João Batista do Amaral que usava a televisão a serviço da educação. Diz que o convênio a ser assinado consistia em cumprir o que estava estabelecido na Constituição, que determinava que a indústria e o comércio ajudassem o custeio da educação dos filhos dos seus empregados e deles próprios. Lacerda comenta que essa obrigação nunca fora cumprida antes. Elogia a disposição das organizações industriais e comerciais em cumprir a lei e menciona que as organizações estavam apoiando as duas fundações, pois era uma aliança de duas fundações em benefício da população. A Fundação Otávio Mangabeira construía escolas para o estado, graças aos convênios firmados com o comércio e a indústria. A Fundação João Batista do Amaral colocava a serviço das crianças, adolescentes e adultos a televisão, para levar a escola aos lares, e as oficinas aos escritórios e às fábricas, aos campos e às cidades, dando oportunidade aos brasileiros de adquirirem conhecimento, para conseguir por seu próprio esforço vencer na vida. *Faixa 3* Posse de 300 Professores – Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda agradece a confiança que os professores tiveram nos métodos de administração do seu governo ao se

Público, descentralizar a administração, crítica às cartilhas distribuídas pela UNE, ensina o ódio e a luta de classes, compromisso com a liberdade e com a democracia 2.4 Faixa 4 Impedir a subversão e a degradação da universidade, escola normal de ensino técnico, maior mercado de mão de obra qualificada, estagnação da produção industrial, setor terciário absorve cada dia mais gente 2.5 Faixa 5 Nomeação, cooperação com o magistério, valorização do professor 2.6 Faixa 6 Dinheiro americano à vontade, Aliança para o Progresso, investir no estado, nação educada - nação democrática, elogios a Lincoln Gordon 2.7 Faixa 7 Número cada vez menor de exploradores e um número cada vez maior de explorados, imensas massas necessitadas de apoio, salto sobre o atraso, férias pagas, aposentadoria, lazer, o direito a ter seus filhos na escola, educação como investimento econômico e social 2.8 Faixa 8 Teresinha Saraiva, Sandra Cavalcanti, dificuldades que Flexa Ribeiro iria enfrentar nas eleições, confusão política com a troca de favores pessoais			submeterem ao concurso organizado pela Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara. Agradece também a presença na cerimônia. Lacerda diz que conseguiu descentralizar a administração do estado, tendo mais tempo para exercer suas funções de governador, mas não abriu mão de assinar os títulos de nomeação dos servidores concursados. Ele considera uma alegria e uma honra poder assinar os títulos. Pede aos professores que fizessem um esforço de honrar o seu compromisso com a população, de preparar trabalhadores e cidadãos. Lacerda critica as cartilhas distribuídas pela UNE (União Nacional dos Estudantes) em Pernambuco e Minas Gerais, com o apoio do Ministério da Educação, nas quais, a pretexto de se ensinar a ler, se ensinava o ódio, se ensinava a luta de classes, a destruição do homem pelo homem. O governador diz que era hora dos professores romperem a falsa neutralidade e assumirem a sua missão, sem nenhum preconceito de política partidária, sem nenhuma filiação de natureza eleitoral, mas com um preceito cívico, patriótico, o do seu compromisso com a liberdade e com a democracia. Lacerda lê o nome dos professores empossados. *Faixa 4* Convênio Entre o MEC e o Governo do Estado – Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda agradece as palavras do ministro da Educação pelos elogios recebidos. Diz que o ministro se destacou como reitor, impedindo a subversão e a degradação da universidade. Lacerda afirma que com o convênio assinado, a Guanabara teria uma escola normal de ensino técnico. Considera que a Guanabara era o local com maior mercado de mão de obra qualificada. Por isso, era o melhor lugar para a formação de professores de ensino técnico. Lacerda diz que o Brasil precisava se desenvolver tecnologicamente para evitar que o país ficasse estagnado em sua produção industrial. Lacerda contesta a ideia de que a tecnologia suprime empregos, ao contrário, sustenta ele, ela proporciona empregos novos pela criação de novas atividades. Lacerda explica que o setor terciário absorvia cada dia mais gente, desmentindo Marx. Celebra a assinatura do convênio entre a União e o estado da Guanabara que iria permitir a criação da primeira célula de formação do professorado técnico. *Faixa 5* Posse de 2.064 Professoras Primárias O governador Carlos Lacerda mostra o decreto de nomeação de 2064 professores. Agradece ao secretário de Administração, Pires Leal, por ter feito apenas um decreto, porque anteriormente seria necessário assinar 2064 decretos. Diz que

			esta era a ultima vez que assinava um decreto de nomeação de professores, por isso fazia questão de realizar uma cerimônia. Menciona a sua satisfação com a convivência e a cooperação com o magistério da Guanabara. Ressalta que a ajuda dos professores tinha sido fundamental para o sucesso da administração do seu secretário de Educação. O governador fala da sua gratidão e admiração pelo trabalho do educador. Por isso, o seu governo buscava valorizar o professor, essencial para a consolidação de uma sociedade democrática. Lacerda diz que a escola era um instrumento da democracia, porque sem escola não adiantaria haver eleições. *Faixa 6* Convênio Entre USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional) e o Estado da Guanabara - Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda diz que como não era possível criticar o trabalho do seu governo na área de educação e em outras áreas, espalhou-se o boato de que era muito fácil fazer tudo isso, tendo dinheiro americano à vontade. Lacerda critica o boato dizendo que era a primeira vez que o crédito se tornara motivo de censura. O governador diz que com a assinatura do convênio, o estado chegaria a 4% de empréstimo do exterior, dos Estados Unidos. Então, 96% dos recursos investidos eram provenientes do estado da Guanabara. Lacerda afirma que a Aliança para o Progresso ajudava a quem se ajudava, pois fora o esforço do estado da Guanabara em favor da educação que havia animado e movido os dirigentes e responsáveis pela Aliança a investirem no estado. Considera que estes créditos não eram esmola, favores ou desperdício do dinheiro americano, eram investimentos de ordem moral, de ordem social, reprodutivos no campo cultural, econômico e político, porque uma nação educada era uma nação democrática. Elogia o embaixador Lincoln Gordon e afirma que poucos homens no Brasil, em tão pouco tempo, souberam assim afeiçoar-se à vida brasileira, compreendê-la em suas aspirações, em suas contradições, em sua realidade mais profunda. *Faixa 7* Posse de Professores Secundários - Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda acha que já tinha passado o tempo em que os profetas da sociologia previam que a sociedade caminhava para um número cada vez menor de exploradores e um número cada vez maior de explorados. Diz que estas previsões não se realizaram, que ainda existiam pessoas exploradas, mas em menor número do que antes. Acha que o mundo civilizado e educado estava tomando consciência da existência de imensas massas necessitadas de

			apoio, precisando de um trampolim educacional para dar um grande salto sobre o atraso. Lacerda considera que esta tomada de consciência sobre a realidade era a grande revolução pela qual o mundo estava passando, naquele momento. Por isso, afirma ele, percebia-se que, à medida em que o homem conquistava o direito às férias pagas, à aposentadoria, ao lazer, o direito a ter seus filhos na escola, verificava-se uma transformação da estrutura e do funcionamento da sociedade humana. Assinala que a educação não era mais considerada uma despesa pública, mas um investimento econômico e social do estado, da comunidade. Acrescenta que o conceito de educação, como instrumento de progresso econômico, social, intelectual e espiritual, poderia ser considerado como a grande revolução social da atualidade. Lacerda sustenta que o setor terciário era o que mais crescia no mundo, enquanto isso, no serviço primário, produzia-se cada vez mais, com cada vez menos trabalhadores. Destaca a importância do investimento no ensino médio para que o Brasil aproveitasse o crescimento do setor terciário. Discorre sobre a importância do papel dos professores neste processo. *Faixa 8* Posse da Secretária de Educação, Teresinha Saraiva, no Salão Anchieta O governador Carlos Lacerda diz que Teresinha era a segunda secretária do seu governo. A primeira, Sandra Cavalcanti, tinha ido para o governo federal . A segunda era a professora Teresinha Saraiva que assumiria a pasta de Educação e Cultura. Lacerda lembra que conhecera Teresinha em sua escola, no morro do Salgueiro. Conta que não tinha encontrado uma escola, mas um lar que era o prolongamento do seu e de cada um dos seus alunos. Fala aos professores presentes á cerimônia sobre a sua responsabilidade em ensinar aos jovens da Guanabara, muitas vezes fazendo o papel de educar, que caberia aos pais e às mães. Diz que os professores faziam muito mais do que ensinar a fazer contas, ou a ler, ensinavam a viver, educando o sentimento e treinando para o pensamento que era, em síntese, a função de educar. Comenta que era a hora de não deixar que os pais destruíssem o futuro dos seus filhos na futilidade das querelas pessoais, na insanidade das intrigas pessoais, na imensa tolice das competições e das vaidades. Pede às professoras, que eram mães duas vezes, para ensinarem pais e mães a escolher, não por um partido, não por um homem, não por uma prevenção ou ambição, mas por uma obra feita de amor e decisão, por uma obra de opção e determinação, para que a cidade não voltasse às mãos dos que negaram escolas às crianças. Lacerda fala sobre as dificuldades que

			Flexa Ribeiro iria enfrentar nas eleições. Mas acredita que ele estava preparado até para a derrota, desde que houvessem eleições. Porque era preciso dizer que o contrário de eleição não era prorrogação, era traição, usurpação. Considera que os brasileiros eram um povo amadurecido no sofrimento, que tinha o direito de escolher seus representantes. Assinala que a vida pública brasileira era uma escola de paciência, na qual ainda se confundia política com a troca estúpida de favores pessoais.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.240 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Posse de Marcelo Moreira como Diretor do Departamento da Divisão de Patrimônio 1.2 Faixa 2 Assinatura de Decreto sobre Bolsas de Estudo - Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 Assinatura do Convênio Entre a FOM e o Estado para a Administração do Parque Lage 1.4 Faixa 4 Posse do Diretor da Sala de Concertos Cecília Meireles 1.5 Faixa 5 Explanação sobre Rui Barbosa 2. Temas 2.1 Faixa 1 Defesa do patrimônio documental, melhor Arquivo de cidade do Brasil, aumento do patrimônio, tombamento, elogios à política educacional e cultural do governador Carlos Lacerda, crítica aos governantes anteriores, parcos recursos, conservação de todo o imenso patrimônio histórico, artístico e documental da cidade, parque do Flamengo e o parque Lage tombados 2.2 Faixa 2 Bolsas de estudo, gratuidade integral, ensino de nível médio, cinco novas escolas primárias, 163 escolas no total, educação básica para toda a sua população,	F1: 23 min F2: 30 min F3: 25 min F4: 15 min F5: 8 min	**F1: 24/03/1965** **F2: 29/03/1965** **F3: 20/07/1965** **F4: 24/08/1965** **F5: 26/08/1965**	*Faixa 1* Posse de Marcelo Moreira como Diretor do Departamento da Divisão de Patrimônio O governador Carlos Lacerda dá a palavra a Marcelo Ipanema Moreira, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Educação e Cultura que comunica que o seu programa seria o traçado pelo governador do estado e endossado pelo secretário de Educação. Promete ao governador um trabalho árduo na defesa do patrimônio documental da cidade que se achava arquivado no melhor Arquivo de todas as cidades do Brasil. Promete, também, o aumento do patrimônio e, sobretudo a grave função que diz respeito ao tombamento. O professor Carlos Flexa Ribeiro, secretário de Educação fala que estava satisfeito por poder reencontrar pessoas que se dedicavam a conservar e preservar o patrimônio histórico e a elaborar a História. Comenta que a mentalidade moderna era predominantemente historicista. Esclarece que a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico tinha atribuições da maior relevância no estado da Guanabara. Elogia a política educacional e cultural do governador Carlos Lacerda, que consistia em gerir e aplicar o dinheiro do povo para produzir os serviços que interessavam ao maior número de pessoas, em caráter prioritário. Por isso, continua, a preocupação do governador de garantir a educação básica a todas as crianças até 14 anos. Este, segundo Flexa Ribeiro, era o maior investimento cultural que poderia ser feito Critica os governantes anteriores que não investiram em educação no Rio de Janeiro. Flexa Ribeiro conta que o professor Marcelo Moreira aceitara um desafio cuja gravidade ele mesmo suspeitava, o de realizar, com parcos recursos, a tarefa de ordenar a conservação de todo o imenso patrimônio histórico, artístico e documental da cidade do Rio de Janeiro. Deseja que o professor tivesse sucesso em sua tarefa. Carlos Lacerda garante que Marcelo Moreira teria a colaboração do doutor Emílio Ibrahim, novo diretor do Departamento de Patrimônio do Estado. Pede ao professor Marcelo Moreira que voltasse sua atenção a duas obras, uma recente e outra antiga: o parque do Flamengo e o parque Lage. Lacerda pede que os dois parques fossem tombados.

luta contra o atraso econômico, social e político, censo escolar, inspetor de obrigatoriedade escolar 2.3 Faixa 3 Fundação Otávio Mangabeira, indústria e o comércio, aprovação pelo Congresso, salário educação, nova tarefa para a FOM era gerir o parque Lage, parque Lage e o Automóvel Clube primeiros bens tombados pelo estado 2.4 Faixa 4 Verso de Cecília Meireles, Rio de Janeiro precisava de uma sala de concertos, antigo Hotel da Lapa, Cine Colonial, resgatado pelo estado, apoio da Beneficência Portuguesa, dificuldade para escolher um diretor, Maracanãzinho apto a receber concertos, óperas e grandes conjuntos, estabilidade para os músicos 2.5 Faixa 5 Rui Barbosa, endeusado e amaldiçoado, pregador de ideias, gravação da antiga Casa Edson, discurso de Rui Barbosa			*Faixa 2* Assinatura de Decreto sobre Bolsas de Estudo - Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda lê o decreto que concedia bolsas de estudo, em regime de gratuidade integral, no ensino de nível médio, para menores de 14 anos, de comprovada falta ou insuficiência de recursos. O secretário de Educação, Flexa Ribeiro, assinala que seriam inauguradas cinco novas escolas primárias no dia seguinte àquele, completando o total de 163 escolas construídas no governo de Carlos Lacerda. Diz que a construção de escolas era só uma parte de um conjunto complexo de medidas práticas, adotadas desde o primeiro dia de governo. Acredita que a batalha a ser ganha pelo Brasil seria garantir a educação básica para toda a sua população, como outros países já haviam conseguido no século XIX. Considera que a educação era fundamental na luta do país contra o atraso econômico, social e político. Comemora o fato de o governador Carlos Lacerda ter acabado com a falta de vagas nas escolas da Guanabara. Flexa Ribeiro se pronuncia sobre a importância do censo escolar da Guanabara, feito com o auxílio dos professores do estado, para identificar os menores de 14 anos que estavam fora das salas de aula. Ressalta que durante o censo fora criado, pela Secretaria de Educação, o cargo de inspetor de obrigatoriedade escolar, exercido por professores primários. Destaca que o mínimo que o país poderia garantir era a educação de todos os jovens até 14 anos. Mas, salienta que o objetivo era que este limite de idade aumentasse, na medida em que fosse possível para os estados da federação. Flexa Ribeiro ressalta a importância das bolsas de estudo para que o Governo do Estado cumprisse a sua meta de garantir a educação de todos os jovens até 14 anos. O governador Carlos Lacerda comenta que naquele ano haveria eleições para a escolha do seu sucessor no governo da Guanabara e que não pretendia impor um determinado sucessor a ninguém. Porém, considera ser seu dever pedir que os professores lembrassem de como era a educação na Guanabara antes do seu governo. Lacerda recorda que não havia concurso público para a contratação de professores. Por isso, espera contar com o magistério da Guanabara para não interromper o esforço que estava sendo feito. *Faixa 3* Assinatura do Convênio Entre a FOM (Fundação Otávio Mangabeira) e o Estado para a Administração do Parque Lage O governador Carlos Lacerda fala sobre o trabalho da Fundação Otávio Mangabeira que fez muito pela educação no estado da Guanabara. Lacerda agradece a indústria e ao comércio do estado, por cumprirem a lei através da Fundação.

			O governador diz que com a aprovação pelo Congresso do salário educação, desapareceria a finalidade imediata da primeira fase da presença da FOM no panorama cultural e educacional carioca. Mas, ele considera que seria desastroso simplesmente dispensar a Fundação. Entretanto, a FOM teria uma nova tarefa. A incorporação do parque Lage pelo Governo do Estado havia criado um desafio que ele estava disposto a assumir. Por isto, com o apoio do BEG (Banco do Estado da Guanabara) o Parque Lage está quase pronto para ser entregue à população. Lacerda informa que o parque Lage e o edifício do Automóvel Clube foram os primeiros bens tombados pelo estado. Lembra que os últimos parques feitos no Rio datam da época do império: o Campo de Santana, a Quinta da Boa Vista e o Passeio Público. Assinala que em seu governo foram criados o parque do Flamengo, o parque Ary Barroso e a incorporação do parque Lage. Defende que o parque Lage fosse novamente tombado pelo patrimônio nacional. De qualquer forma, ele se diz satisfeito pelo preço que pagara para cumprir a promessa de campanha de preservar um patrimônio carioca. Lacerda esclarece que a ideia era transformar o parque Lage em um centro de cultura para a juventude. Comunica que as circunstâncias tinham levado a que se escolhesse a Fundação Otávio Mangabeira para gerir o parque Lage. *Faixa 4* Posse do Diretor da Sala de Concertos Cecília Meireles O governador Carlos Lacerda conta que tinha grande confiança no futuro da sala de concerto Cecília Meireles. Para os que não viam a ligação da música com a poesia, estaria no frontispício do teatro um verso de Cecília Meireles que justificaria, por si só, o seu nome em uma sala de concertos. Quem não entendia esta homenagem, segundo Lacerda, não apreciava devidamente nem a música nem a poesia. Fala que o Rio de Janeiro estava precisando muito de uma sala de concertos. O antigo Hotel da Lapa, que depois se tornou o Cine Colonial, estava fechado e ia ser vendido, para se tornar apenas mais um arranha-céu, quando foi resgatado pelo estado, com o apoio da Beneficência Portuguesa, que iria usar esse dinheiro para terminar de construir o seu hospital. Lacerda comenta a dificuldade para escolher um diretor para a sala, e compara o mundo da música com o mundo da política, por ser muito complicado e intrincado. Por isso, comunica que tinha descartado a ideia de que o diretor do Teatro Municipal assumisse também a sala Cecília Meireles. Lacerda assegura que o Maracanãzinho também estava apto a receber concertos, óperas e grandes conjuntos municipais. Propõe a formação de uma orquestra do Teatro Municipal, com

			seleção por concurso público. Acha que deveria haver estabilidade para os músicos, mas seria necessária uma legislação adequada à atividade artística. Espera que o Municipal se tornasse autônomo, transformando-se em uma Fundação. *Faixa 5* Explanação sobre Rui Barbosa O governador Carlos Lacerda conta que Rui Barbosa foi endeusado e amaldiçoado no seu tempo. Diz que ele era detestado por todos que abominavam a liberdade. Para Lacerda, o distanciamento histórico permitia ver a exata medida de Rui Barbosa como homem público, profeta e professor. Afirma que Rui Barbosa era sobretudo um pregador de ideias. Lacerda conta que Rui Barbosa percorreu o Brasil, de ponta a ponta, divulgando suas ideias. Afirma que ele foi chamado de incoerente, porque só era coerente com os seus princípios, e foi acusado de contraditório, porque era firme na defesa destes princípios, e, para defendê- los, adotava táticas diferentes e até opostas, conforme as circunstâncias de tempo e de lugar. Lacerda destaca que os admiradores de Rui Barbosa tinham motivos para ficarem alegres, por ter sido encontrada uma gravação da antiga Casa Edson, com um discurso de Rui Barbosa. Lacerda garante que Rui nunca foi neutro, e as suas palavras "não há neutralidade entre o direito e o crime", ainda ressoavam no Brasil.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.241 **1. Assunto** 1.1 Faixa 1 Discurso de Carlos Lacerda em Faculdade de Direito 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa 1 1.3 Faixa 3 Exposição sobre a Obra da Educação na Estação Pedro II 1.4 Faixa 4 Fala de Carlos Lacerda 2. Temas 2.1 Faixa 1 Constituições Estaduais, Constituição Federal, leis orgânicas, concentração do Poder Executivo no presidente da República, origem dos desequilíbrios no sistema administrativo, decrescente	F1:26 min F2: 40seg F3: 5 min F4: 13 min	**F1: [1965]** **F2: 01/09/1965** **F3: 10/04/1965** **F4: [1965]** **Obs: Começo das fitas 3 e 4 com defeito**	Discurso de Carlos Lacerda em Faculdade de Direito Carlos Lacerda discursa em uma Faculdade de Direito, afirmando que não havia necessidade de existirem Constituições Estaduais, porque tudo que elas tinham de essencial consistia em uma repetição da Constituição Federal e o que elas tinham de inovador ou estava dentro da Constituição Federal ou era proibido. Acha que uma série de leis orgânicas desempenhariam perfeitamente o seu papel. Ele lembra que, de acordo com a Constituição, o Poder Executivo Federal era exercido pelo presidente da República. Ressalta que no estado da Guanabara, o Poder Executivo era exercido pelo governador, com a cooperação dos secretários de estado. Lacerda considera que a concentração do Poder Executivo no presidente da República poderia estar na origem dos desequilíbrios no sistema administrativo brasileiro, porque a irresponsabilidade dos ministros era decrescente e progressiva, quanto mais se descesse na escala hierárquica da administração, mais aumentava a irresponsabilidade e diminuía a autoridade. Cita um exemplo, a licença para construir era dada, em última análise, pelo engenheiro do distrito, mas a este era dada tão pouca responsabilidade, que ele não tinha nem exercia o menor grau de autoridade. A responsabilidade, então, era

irresponsabilidade dos ministros, divisão de responsabilidade e autoridade, assinar menos papéis 2.2 Faixa 2 Reuniões semanais com os secretários de estado 2.3 Faixa 3 Turismo como indústria, entendimento entre os povos, participação internacional, celebrações do Quarto Centenário, dificuldades de ordem legal 2.4 Faixa 4 Discurso do prefeito de Londres e de Carlos Lacerda em inglês			repassada ao prefeito ou governador. Considera que tinha sido uma sábia mudança da Constituição da Guanabara a divisão de responsabilidade e autoridade. Lacerda diz que os governantes em geral passavam mais tempo assinando papéis do que refletindo sobre as suas atitudes. Mas, adianta, na Guanabara havia uma descentralização administrativa que permitia ao governador assinar menos papéis e ter mais tempo para pensar. O governador diz que para efetivar esta descentralização tinham sido criados serviços com e sem personalidade jurídica. Entre os sem personalidade jurídica, aqueles chamados de autonomia relativa, como o serviço de trânsito, o Teatro Municipal, o Jardim Zoológico. Quanto aos serviços com personalidade jurídica havia as autarquias como a SURSAN, o DER, a SUSEME1, a COPEG, o BEG, a CTC, etc. *Faixa 2* Continuação da Faixa 1 Lacerda fala sobre as reuniões semanais que tem com os secretários de estado para conversar sobre a administração da Guanabara. *Faixa 3* Exposição sobre a Obra da Educação na Estação Pedro II Começo da fita com defeito Carlos Lacerda diz que o turismo era uma indústria que tinha como subproduto a paz, e, por natural consequência, o entendimento entre os povos. Para Lacerda o turismo era a política feita no plano dos indivíduos e da natureza, das obras dos homens e das obras da criação. Assinala que o Rio de Janeiro agradecia a estimulante participação internacional nas celebrações do Quarto Centenário da cidade. Diz que espera que houvesse o contato entre os homens que promoviam o turismo e os homens que legislavam sobre o turismo, porque ainda havia uma série de dificuldades de ordem legal e regulamentar que impediam o turista de entrar, sair e circular pelo país, com facilidade. Espera que fossem aprovadas leis que facilitassem o turismo no Brasil e no exterior. *Faixa 4* Fala de Carlos Lacerda Começo da fita com defeito Discurso do prefeito de Londres: Em inglês... Discurso do Governador Carlos Lacerda : Em inglês...
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.242 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Posse do Conselho Estadual de	F1:25 min F2: 5 min F3: 13 min F4: 7 min F5: 12 min	**F1: 06/09/1962** **F2: 17/07/1963** **F3:17/07/1963** **F4: 9/07/1963** **F5: 16/03/1964**	*Faixa 1* Posse do Conselho Estadual de Educação - Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda Lacerda diz que estava emocionado por ver tomar corpo um sonho, uma luta com a qual durante anos se ocupara. Cita

Educação - Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Posse dos Auxiliares de Enfermagem e Visitadores Sanitários - Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa Anterior 1.4 Faixa 4 Inauguração do Instituto de Nutrição 1.5 Faixa 5 Posse de Professores do Ensino Médio Aprovados em Concurso 2. Temas 2.1 Faixa 1 Projeto de Clemente Mariani, Lei de Diretrizes e Bases, carta de alforria, criação do Conselho Estadual de Educação e do Fundo Estadual de Educação, melhoria do padrão de vida, melhoria do padrão da educação nacional, educação pública, educação paga, autonomia universitária 2.2 Faixa 2 Situação do Serviço de Saúde do estado, perfeitas condições de funcionamento, falta de enfermeiras, dobrado o número de leitos do estado, aumento do saneamento, diminuído o número de casos de tifo, varíola e de paralisia infantil 2.3 Faixa 3 Valorização do servidor público, salário móvel, aumento da arrecadação do estado, aumento do salário do servidor, visitadoras sanitárias, eficiência do serviço criação da SUSEME, burocracia do Tribunal de Contas, análise das condições sócio-econômicas dos pacientes 2.4 Faixa 4 Crítica ao Tribunal de Contas, fingia fiscalizar, COCEA, concorrências públicas falsas, merenda, renda da loteria, área de saúde 2.5 Faixa 5			como exemplo o projeto de Clemente Mariani, que estava esquecido, e foi, nas mãos de um pequeno grupo de parlamentares, retomando forma e recobrando sentido contra ventos e marés e contra uma campanha que arriscava bloquear a imaginação do público, acerca das imensas perspectivas que uma lei como aquela iria abrir para a educação dos brasileiros. Lacerda diz que até então o país não se dera conta da carta de alforria que a Lei de Diretrizes e Bases representava para a educação nacional. Ele salienta que ao vetar certos artigos do projeto, o presidente da República vetara exatamente aqueles nos quais ele e os outros idealizadores do projeto foram vencidos, fizeram concessões. O governador diz que tinha conseguido colocar em prática, no Governo do Estado, a LDB, graças à colaboração dos que participaram da elaboração do projeto. Lacerda cita duas medidas que demonstravam a aplicação da lei no estado: a criação do Conselho Estadual de Educação e do Fundo Estadual de Educação, que ainda dependiam da aprovação da Assembleia Legislativa. Lacerda considera o magistério da Guanabara o mais bem preparado do país. Mas, ressalta que o mais importante era o país preparar a geração dos 16 aos 21 anos para que ela viesse a aumentar a renda nacional per capta, em 3 anos. Destaca que conseguindo isso, além da melhoria do padrão de vida daquela geração, ocorreria também a melhoria do padrão da educação nacional. Acredita que a escola deveria ser um centro da comunidade, um fator de integração do homem com aquilo que seria a sua vocação, a sua inclinação. A escola deveria tornar o homem imediatamente útil, para ser imediatamente aproveitado, evitando, assim, que se criasse um abismo intransponível entre a nação real e a nação fictícia. Lacerda discorre sobre a composição do conselho, em que estavam representados o que havia de melhor, mais experiente e devotado do ensino público do estado e também representantes do ensino livre, do ensino privado. Esclarece que toda a educação era pública, assim como toda a educação era paga. Em relação ao ensino superior, afirma que a autonomia universitária não poderia significar o desinteresse da população a respeito de como se utilizavam os recursos destinados às universidades. Lacerda afirma que seria essencial que se contabilizasse o ensino gratuito das universidades, para que cada aluno soubesse quanto custava para um povo ainda privado de ensino primário. *Faixa 2* Posse dos Auxiliares de Enfermagem e Visitadores Sanitários - Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda discursa para novos servidores da área da saúde do estado da Guanabara. Agradece a presença de todos e os

Colaboração dos professores, concurso público, elogio à Escola do Serviço Público, método de seleção, principal investimento na educação, milhares de privilegiados nas faculdades, UNE, aumentar a riqueza nacional, preparar para a universidade e para o mercado de trabalho.			felicita por demonstrarem o desejo de vencer na vida pelo seu próprio esforço e pelos seus próprios méritos. Comenta que era o objetivo do Governo do Estado cumprir a Constituição e as leis, mostrando que não existia favorecimento a qualquer pessoa, bastava ter mérito e conseguir demonstrar isso. Lacerda afirma que era preciso que os novos servidores conhecessem a situação do Serviço de Saúde do estado. Informa que eram 6 mil leitos de hospital, que deveriam passar a mais de 8.000, até maio do ano seguinte. O governador considera que, mais importante do que construir novos leitos, era dar perfeitas condições de funcionamento aos já existentes. Ele diz que por falta de enfermeiras, serviços auxiliares de enfermagem adequados, raios-X, meios para a análise, diagnóstico e tratamento, o rendimento de cada leito por doente era de 30 dias. O governador pretende reduzir esta média à metade, sem prejuízo ao doente. Desta forma, seria dobrado o número de leitos do estado. Diz que o Rio precisava ficar livre de algumas doenças. que nenhuma cidade civilizada poderia ter. Cita como exemplo o aumento do saneamento no estado que tinha diminuído o número de casos de tifo. Ele cita também a diminuição dos casos de varíola e de paralisia infantil. *Faixa 3* Continuação da Faixa Anterior Carlos Lacerda fala sobre a valorização do servidor público no seu governo. Cita o caso das auxiliares de enfermagem que recebiam salário de 17.000 cruzeiros e estavam recebendo 47.000 e, em setembro daquele ano, iriam receber 54.000. Lacerda afirma que isto não era favor, nem milagre, mas resultado do salário móvel instituído no serviço público do estado. Explica que toda vez que aumentasse a arrecadação do estado, aumentaria, proporcionalmente, o salário do servidor. Lacerda cita também o aumento do salário das visitadoras sanitárias, de 13.000 para 40.000, em setembro. Ele diz que, dentro de dois anos e meio, quando tiver terminado o seu mandato de governador, esperava deixar um corpo de servidores interessados em que não houvesse empreguismo na Guanabara. Lacerda diz que em um hospital cada pessoa era importante, cada pessoa podia salvar ou deixar morrer uma vida. Ele afirma que o diretor de um hospital deveria ser obedecido e responsabilizado como o comandante de um navio, ou de um avião. É preciso que quem entrasse para o serviço de um hospital, entendesse que dentro de uma disciplina consciente e de uma obediência consentida, o diretor era responsável por tudo que se passava no hospital, e que, portanto, ele era o responsável pela eficiência do serviço, pela vida dos doentes. O governador ressalta que seria bom que os servidores estivessem preparados para responder a

			todas as perguntas das famílias dos doentes. O Governo do Estado tinha criado a autarquia dos hospitais, a SUSEME (Superintendência de Serviços Médicos), para poder fazer e manter hospitais. Lacerda lamenta a burocracia do Tribunal de Contas que prejudicava a população. O governador diz que nenhum hospital era de graça, e que por isso o serviço dos hospitais públicos deveria ser proporcional à renda dos pacientes, para que a remuneração dos servidores que trabalhassem em hospitais fosse melhor. Lacerda considera fundamental o trabalho das assistentes sociais para fazer uma análise das condições sócio-econômicas dos pacientes. *Faixa 4* Inauguração do Instituto de Nutrição O governador Carlos Lacerda discursa na inauguração do Instituto de Nutrição da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara. Critica o Tribunal de Contas, dizendo que o órgão fingia fiscalizar contas para trocar influência na administração pública. Lacerda garante que o governo queria que suas contas fossem fiscalizadas. Explica que a Companhia Central de Alimentação, criada pelo Governo do Estado, estava fornecendo alimentos para a merenda das escolas estaduais. Conta que a COCEA (Companhia Central de Abastecimento do Estado da Guanabara) estava recebendo propostas, de fornecimento de gêneros alimentícios ao Instituto de Nutrição, de antigos fornecedores, que preferiam fornecer à companhia pública, para que esta entregasse ao Instituto, do que licitar ou aparecer em concorrências públicas falsas, para aumentar os preços e receber em longo prazo pelas inevitáveis delongas do sistema contábil anacrônico do Tribunal de Contas. Diz que a COCEA já fornecia aos hospitais, começaria a fornecer às penitenciárias e estava fornecendo grande parte da merenda escolar. Esclarece que a merenda ainda se beneficiava de parte da renda da loteria e que outra parte da renda da loteria era investida na área de saúde. Comunica que estavam sendo construídos três hospitais com esta verba e que a loteria estava pronta para apresentar suas contas ao Tribunal de Contas. *Faixa 5* Posse de Professores do Ensino Médio Aprovados em Concurso O governador Carlos Lacerda menciona que cumpriria dois gratos deveres: primeiro, agradecer aos novos professores do estado a colaboração que vinham trazer, pelo seu esforço, pela confiança que tiveram no resultado do único método válido para a escolha de tantos professores, o concurso público. Elogia a Escola do Serviço Público por seu método de seleção dos novos servidores públicos. Fala sobre o segundo

			dever, diz que já tinham sido feitos estudos que comprovavam que mesmo que o Brasil não comprasse nem fabricasse nenhuma máquina nova, se o trabalhador jovem brasileiro tivesse, em poucos anos, maiores e melhores condições de aumentar a sua produtividade, a renda nacional aumentaria em 30%. Por isso, diz que o principal investimento do país deveria ser na educação. Considera que o estado da Guanabara estava fazendo um grande investimento em educação, mas lamenta que ainda não tivesse conseguido difundir o conceito de que educação não era uma simples despesa, mas um investimento. Diz que a missão dos professores não era como antigamente, isto é, formar uma elite mais ou menos letrada, que ia se estreitando cada vez mais, até uns milhares de privilegiados entrarem nas faculdades, alguns para estudar, outros para entrar na UNE (união Nacional dos Estudantes).Considera que o curso secundário deveria ser um fim em si mesmo, que poderia ou não levar à universidade, mas que deveria, a seu término, proporcionar a milhões de jovens trabalhadores melhores condições, maior capacidade para produzir mais com o mesmo esforço e, assim, receber melhores salários e aumentar a riqueza nacional. A educação no secundário deveria servir para preparar os jovens para a universidade, mas também para o mercado de trabalho.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.243 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Conclusão da Cerimônia de Iluminação do Jardim Vilanova 1.2 Faixa 2 2ª Conferência Interamericana Extraordinária da OEA (Organização dos Estados Americanos), no Hotel Glória 2. Temas 2.1 Faixa 1 Liberdade sem escola, esmola que pouco adiantava, escola inimiga da demagogia, mudança da capital, oposição incompetente, votos para Flexa Ribeiro 2.2 Faixa 2 Divulgação da Ata final da 2ª Conferência Extraordinária, trabalhos em ambiente de extraordinária cordialidade, votação de importantes resoluções, reforma da Carta da	F1: 7 min F2: 4 min	**F1: [1965]** **F2: [1965]**	*Faixa 1* Conclusão da Cerimônia de Iluminação do Jardim Vilanova Carlos Lacerda diz que a liberdade sem escola era uma esmola que pouco adiantava. Ele afirma que havia gente que não queria fazer escola, porque sabia que a escola era inimiga da demagogia, era o caminho para a democracia. Considera que quanto mais a população passava pela escola, menos votos essa gente recebia nas eleições. Pede a todos, sem exceção, que no dia da eleição se lembrassem que existiram homens que já tinham governado a cidade e tinham dito oficialmente que o Rio não tinha solução e haviam proposto a mudança da capital para Brasília, por acharem impossível governar o Brasil do Rio de Janeiro. Lacerda diz que o povo carioca votava sempre na oposição, porque não tinha governo, não podia confiar no governo. Por isso, Lacerda acredita que nas próximas eleições o povo não votaria na oposição. Afirma que a oposição era incompetente, já fora governo e não soubera governar e, como oposição, não soubera se opor. O governador pede votos para Flexa Ribeiro, principalmente à juventude, que, de acordo com ele, era a maioria da população brasileira. Lacerda diz que a Guanabara tinha que dar exemplo aos outros estados do Brasil. Ele sustenta que se Flexa Ribeiro não fosse eleito, não haveria eleições para presidente em 1965.

OEA, imperativo jurídico a ajuda mútua ou ajuda econômica entre os estados americanos			*Faixa 2* 2ª Conferência Interamericana Extraordinária da OEA no Hotel Glória - Boletim Anúncio de que a 11ª Conferência Interamericana Ordinária da OEA (Organização dos Estados Americanos) seria realizada em Quito, no Equador. Divulgação de que a Ata final da 2ª Conferência Extraordinária fora assinada pelos ministros do exterior de todos os países participantes, apenas seis países assinaram através dos delegados da conferência. Apresentação de algumas declarações à reportagem de Luís Viana Filho, chefe da Casa Civil da Presidência da República e chefe da delegação brasileira na 2ª Conferência. Luís Viana Filho afirma que os trabalhos da conferência transcorreram em um ambiente de extraordinária cordialidade entre os países, permitindo a votação de importantes resoluções. Explica que os principais objetivos que provocaram esta reunião foram atingidos, entre eles a reforma da Carta da OEA e o acerto de uma nova reunião extraordinária em julho do ano seguinte, em Buenos Aires, para votar a reforma da Carta da OEA. Outro ponto importante estabelecido na conferência fora tornar um imperativo jurídico a ajuda mútua ou ajuda econômica entre os estados americanos.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.244 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Entrega dos Cheques do COMECO ao Governo do Estado – Copacabana 1.2 Faixa 2 Lançamento do Selo Comemorativo do IV Centenário - Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa 2 1.4 Faixa 4 Lançamento do Bônus do IV Centenário 1.5 Faixa 5 Inauguração da Nova Iluminação do Cristo Redentor – Botafogo 2. Temas 2.1 Faixa 1 Elogio à criação da Associação Comercial da Zona Sul, amadurecida economicamente, descentralização administrativa,	F1: 24 min F2: 9 min F3: 4 min F4: 15 min F5: 5 min	**F1: 14/08/1964** **F2: 30/09/1964** **F3: 30/09/1964** **F4: 21/12/1964** **F5: 01/01/1965**	*Faixa 1* Entrega dos Cheques do COMECO ao Governo do Estado – Copacabana Solenidade na Associação do Comércio e Indústria da Zona Sul, em Copacabana. O governador Carlos Lacerda elogia a criação da associação na Zona Sul. Ele diz que a região já estava amadurecida economicamente, e preparada para falar de sua vida autônoma no quadro de descentralização administrativa que o Governo do Estado vinha promovendo. Lacerda diz que a Administração Regional de Copacabana ia sendo, e esperava que fosse cada vez mais, um reflexo das atividades dos homens de empresa do bairro. Agradece aos clubes Lions e Rotary, ao Sindicato de Bares e Hotéis e a todos que participaram desta iniciativa. Lacerda diz que a Penha fora o primeiro bairro a realizar atividades da comunidade em favor do estado, para este aumentar o volume dos seus serviços. Na Penha, pela primeira vez, proprietários de uma rua se cotizaram para o custeio do calçamento com financiamento do BEG (Banco do Estado da Guanabara). O governador diz que a Zona Sul estava ampliando esta iniciativa ao ajudar na organização da comemoração do Quarto Centenário. Salienta que o governo deveria ajudar, coordenar, estimular as comemorações, mas cada um deveria ser responsável por fazer o que quisesse, como quisesse, se desejasse comemorar o Quarto Centenário. Para Lacerda, apenas os governos autoritários decidiam sozinhos sobre

homens de empresa do bairro 2.2 Faixa 2 Sindicato de Bares e Hotéis, Lions e Rotary, organização da comemoração do Quarto Centenário, ajuda do governo, incorporação do Ato Institucional à Constituição Federal, carreira do servidor público, favor a certos grupos da categoria 2.3 Faixa 3 A favor do serviço público, contra o parasitismo da burocracia, selos comemorativos ao Quarto Centenário de Fundação do Rio de Janeiro, diversidade de selos existentes, homenagem feita pelos Correios, obra suntuária, parque do Flamengo, diversas atividades esportivas 2.4 Faixa 4 Elogio à construção do parque do Flamengo, homenagem do DCT, inauguração da avenida Novo Rio, elogios ao secretário de Turismo, comemoração do Quarto Centenário, estimular a comunidade, obras de infraestrutura, descentralização comemorativa, Museu da Imagem e do Som, financiamento do BEG, Fundação Cultural da Juventude, erradicação do mosquito, restauração do Teatro Municipal e do Teatro João Caetano, Pavilhão de São Cristóvão, desapropriação do Cine Colonial, sala de concertos musicais, bônus comemorativos 2.5 Faixa 5 Guilherme Marconi, iluminar os refletores, Cardeal Dom Sebastião Leme, escultor Mandovsky, Silva Costa, engenheiro Gustavo Corção, Papa Paulo VI			comemorações. Lacerda elogia a incorporação do Ato Institucional à Constituição Federal, o que tinha permitido ao governo enviar à Assembleia um conjunto de mensagens assinadas pelo governador em exercício, o vice-governador Raphael de Almeida Magalhães. Explica que a Assembleia não havia votado as mensagens, mas os deputados sabiam que, ao não se pronunciarem, a Assembleia estava aprovando os projetos. Ele afirma que não precisava sancionar as mensagens, bastava publicá-las no Diário Oficial, de acordo com o Ato Institucional que estava em vigor na Guanabara e em todo país. Conta que a primeira mensagem a entrar em vigor era a que criava a carreira do servidor público e que a mensagem acabava com a oportunidade de leis votadas, diariamente, de favor a certos grupos da categoria. Diz que a impossibilidade de votar estas leis era um benefício que o Ato Institucional permitira ao estado da Guanabara. Ele garante que nunca mais seriam votadas leis de benefícios a grupos. Lacerda afirma que todos eram a favor do serviço público e contra o parasitismo da burocracia e era isto que o Ato Institucional permitira e que era por isso que estavam fazendo força para evitar sua aplicação na Guanabara. *Faixa 2* Lançamento do Selo Comemorativo do IV Centenário - Palácio Guanabara Solenidade no Palácio Guanabara em que o Departamento de Correios e Telégrafos colocou em circulação os primeiros 10 milhões de cruzeiros em selos comemorativos ao Quarto Centenário de Fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O governador Carlos Lacerda comenta que sempre vira na coleção de selos uma arte de preservar a paz entre os povos, uma espécie de precursora das relações públicas internacionais. Também considerava interessante a coleção de selos pela diversidade de selos existentes em todo mundo. Agradece a homenagem feita pelos Correios à cidade do Rio de Janeiro e cita, com uma ponta de vaidade, que o primeiro selo da série tinha a imagem da única obra que poderia ser chamada de suntuária no seu governo: o parque do Flamengo. Lacerda conta que via as pessoas se divertindo no parque e se perguntava para onde estas pessoas iam no fim de semana antes da criação do parque. Ele menciona as diversas atividades esportivas que podiam ser praticadas no local. *Faixa 3* Continuação da Faixa 2 Carlos Lacerda elogia a construção do parque do Flamengo, diz que era o mais belo parque do mundo, na mais bela cidade do mundo. Por isso, menciona que ficava satisfeito com esta homenagem do DCT (Departamento de Correios e

			Telégrafos), mostrando ao fundo o Pão de Açúcar, a imagem do monumento dos pracinhas e a beleza do parque. Agradece, em nome do governo e do povo da Guanabara, ao DCT, por esta homenagem. Assinala que restava apenas convidar a todos para a cerimônia de inauguração da avenida Novo Rio que, partindo de Manguinhos, passando pela Leopoldina, iria ter na Avenida dos Democráticos, de onde futuramente chegaria à Pilares e, futuramente, de Pilares chegaria a Madureira e ao Engenho de Dentro, penetrando assim da BR1 para a Zona da Central. *Faixa 4* Lançamento do Bônus do IV Centenário do Rio de Janeiro O governador Carlos Lacerda elogia o secretário de Turismo, Leoberto de Castro Ferreira, por seu trabalho na comemoração do Quarto Centenário. Lacerda nega que o governo tratasse a comemoração do Quarto Centenário com descaso. Diz que o mais importante era o governo estimular a comunidade a fazer, do que fazer por ela. Lacerda menciona que o governo, nos quatro últimos anos, havia feito obras de infraestrutura para recuperar a cidade. Além da descentralização administrativa, o governador defendia a descentralização comemorativa. Menciona que o Museu da Imagem e do Som, que seria inaugurado no decorrer do Quarto Centenário, fora idealizado pelo presidente do BEG (Banco do estado da Guanabara), e contaria com um grande patrimônio inconográfico e documental da evolução do Rio de Janeiro, assim como um inestimável patrimônio musical, folclórico e de arte popular. Segundo Lacerda, o Museu iria ser patrocinado, financiado e mantido pelo BEG. Lacerda diz que a Fundação Cultural da Juventude, no parque Lage, ajudaria a juventude a se desenvolver culturalmente, tecnicamente, socialmente, a par da preservação e reabilitação daquele parque. O governador diz que tinha duas boas notícias para dar: uma era a erradicação do mosquito na cidade do Rio de Janeiro, em 1965. A outra era o bônus, que seria objeto de uma campanha promocional. Agradece aos que tornaram a campanha viável. Lacerda cita a restauração do Teatro Municipal, do Teatro João Caetano e de outros teatros e o estímulo da atividade teatral, como indicativo de que o Governo do Estado fazia a sua parte. Destaca que a posse pelo estado do Pavilhão de São Cristóvão, habilitou-o a abrigar exposições e certames de maior vulto. Comenta que a desapropriação do Cine Colonial, na Lapa, iria permitir ao Rio de Janeiro, no ano do seu Quarto Centenário, ter a sua primeira grande sala de concertos musicais. Quanto ao bônus, afirma que melhor do que falar sobre ele, seria comprá–lo. Quanto mais bônus fossem comprados, mais festas teria a cidade.

			Quanto mais comprassem bônus, mais alegre, mais festiva, mais comemorativa ficaria a cidade. O governador diz que os bônus já estavam prontos para serem vendidos, e quem quisesse comprar não deveria fazer cerimônia. *Faixa 5* Inauguração da Nova Iluminação do Cristo Redentor – Botafogo Governador Carlos Lacerda. Fala sobre a primeira vez em que os refletores do Cristo foram acesos, quando Guilherme Marconi atendeu ao pedido para apertar o botão que, da Itália, deveria iluminar os primeiros refletores no alto do Corcovado consagrando para sempre a imagem do Cristo Redentor, ali eregida pela devoção e dedicação do Cardeal Dom Sebastião Leme, pelo talento do escultor Mandovsky, e do brasileiro Silva Costa. Diz que como as condições climáticas não eram favoráveis, coube ao então engenheiro Gustavo Corção iluminar o Cristo Redentor, no lugar de Marconi. Desta vez o Papa Paulo VI dará o comando para a iluminação dos refletores. Agradece a todos que colaboraram para esta inauguração.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.245 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração da Estátua de Mahatma Gandhi - Praça Mahatma Gandhi 1.2 Faixa 2 Bolo do IV Centenário – Maracanãzinho 1.3 Faixa 3 Inauguração da Estátua de Dom João VI, na Praça XV 1.4 Faixa 4 Concentração dos Descendentes dos Fundadores do Rio de Janeiro 1.5 Faixa 5 Chafariz Oferecido pela Shell ao Estado da Guanabara – Laranjeiras 2. Temas 2.1 Faixa 1 Inauguração da estátua, guerra no Sudeste asiático, Gandhi pacifista, agradecimento ao governo da Índia, presente pelo Quarto Centenário, progresso	F1: 13 min F2: 40 seg F3: 18 min F4: 16min F5: 15min	**F1:12/02/1965** **F2: 01/03/1965** **F3: 10/06/1965** **F4: 24/07/1965** **F5: 20/09/1965**	*Faixa 1* Inauguração da Estátua de Mahatma Gandhi - Praça Mahatma Gandhi O governador Carlos Lacerda considera oportuna a inauguração da estátua, no momento em que a guerra voltava ao Sudeste asiático. Lacerda diz que Gandhi foi o mais autêntico pacifista do mundo contemporâneo. O governador agradece ao governo da Índia por ter doado a estátua, como presente pelo Quarto Centenário da cidade do Rio de Janeiro. Diz que a memória de Gandhi estava ligada ao nascimento de uma nova e poderosa força política, a serviço do progresso social moderno: o pacifismo. Mas Lacerda diz que o pacifismo tinha sido mal utilizado por alguns. Diz que a humildade de Gandhi não tinha sido sinônimo de submissão. Afirma que, pelo contrário, sua insubmissão levou a Grã-Bretanha a modificar sua relação com a Índia. Diz que a paz era um estado de espírito, não a ausência momentânea de guerra. Acredita que para haver paz, seria preciso haver justiça e liberdade. Lacerda diz que o mundo se preparava para o século XXI, com as ideias mortas do século XIX. O governador alerta que o nacionalismo não poderia ser utilizado como instrumento de discórdia entre os povos. Acha que a solução para o problema da paz não seria encontrado nas formas vigentes e tradicionais de organização política. Ele defende que os organismos internacionais fossem modificados, tendo em vista novos e revolucionários objetivos. Para Lacerda, a grande revolução do século XX não poderia ser a do ódio e da incompreensão, mas a da compreensão e generosidade. O governador

social moderno, paz, justiça e liberdade, ideias mortas do século XIX, nacionalismo, instrumento de discórdia, modificação dos organismos internacionais, moralização da vida pública, humanização da atividade política 2.2 Faixa 2 Fraterna saudação do governo e do povo da Guanabara, comemoração dos 400 anos de fundação do Rio 2.3 Faixa 3 Estátua testemunho da amizade luso-brasileira, realizações do governo de D. João VI 2.4 Faixa 4 Descendentes dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro, narrativa sobre a origem do Rio, vocação nacional, chorar a perda da capital, eleger seu sucessor 2.5 Faixa 5 Inauguração do túnel do Guandu e da elevatória do Lameirão, ajuda da Shell, chafariz, projeto do arquiteto brasileiro Francisco Bolonha, postos de gasolina Shell, legitimamente obtidos em concorrência pública, Flexa Ribeiro, vitória por maioria absoluta, inimigos da democracia, perigo de não convocarem eleições diretas			acredita que o grande papel de Gandhi fora compreender que a paz não era um fim em si, mas consequência da liberdade, visando a uma ordem social mais justa, fundada no amor e na verdade. Diz que Gandhi fora além e defendera que a maior necessidade do nosso tempo era a moralização da vida pública, consequência da humanização da atividade política. *Faixa 2* Bolo do IV Centenário – Maracanãzinho Mensagem do governador Carlos Lacerda ao povo carioca, no dia em que o Rio de Janeiro comemorava 400 anos de sua fundação. O governador Carlos Lacerda anuncia: “ Neste dia, aniversário da cidade do Rio de Janeiro, endereço a quantos me ouvem no Rio e em todo Brasil, a fraterna saudação do governo e do povo da Guanabara. Possamos pelo trabalho, com honra, com esforço e fidelidade e com democracia, construir, no Brasil e na Guanabara, a grande nação e o grande estado com que todos sonhamos.” *Faixa 3* Inauguração da Estátua de Dom João VI, na Praça XV O governador Carlos Lacerda menciona que a estátua era um novo testemunho da amizade luso-brasileira e uma homenagem de Portugal no Brasil a um grande rei, o rei mais popular da dinastia nacional, como havia dito Oliveira Lima. Conta que D João VI era olhado com simpatia pelo povo, apesar das anedotas que o mostravam como um rei bonachão, cheio de vontades. Mas a história o tinha reabilitado e a civilização o consagrara, segundo Lacerda. Afirma que não se deveria perder a oportunidade de demonstrar a importância histórica de D. João VI. Explica que a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, o desenvolvimento que o príncipe regente deu ao país, demonstravam um agudo senso de oportunidade histórica e política. Comenta que a saída de D. João de Lisboa não fora uma fuga, uma improvisação, mas uma cuidadosa manobra política, longamente premeditada. Acredita que o que mais elevou D. João VI como estadista, foi a sua extraordinária habilidade em manter Portugal, até o último instante, sem ceder a Napoleão e sem se comprometer totalmente com a Inglaterra que combatia o Corso. Considera que o príncipe regente quando veio ao Brasil estava consciente da sua missão. Para Lacerda, a primeira contribuição de D. João ao Brasil fora ensinar o país a governar-se. A opinião de Lacerda era a de que a abertura dos portos do Brasil, em 1808, não fora imposta pela Inglaterra. Ele lembra que em abril do mesmo ano, D. João permitiu a abertura de indústrias e a abertura de estradas no interior

			do Brasil, revogando as proibições de Dona Maria I. Lacerda cita, também, a criação do Banco do Brasil, do Jardim Botânico e outras realizações do governo joanino. Destaca que D. João tinha preparado o país, política, econômica e socialmente, para uma interdependência comunitária com Portugal e seus domínios. Ressalta que a nação se transformou com a chegada de D. João, adquiriu uma fisionomia própria. Lacerda cita a Missão Artística Francesa que deu origem a Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro. *Faixa 4* Concentração dos Descendentes dos Fundadores do Rio de Janeiro O governador Carlos Lacerda faz um discurso direcionado aos descendentes dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro. Narra que, descoberta em 1504, esta região fora abandonada em favor das terras mais ao sul, da futura capitania de São Vicente. Porém, São Vicente era constantemente atacada pelos índios tamoios. Estácio de Sá, para proteger a capitania de São Vicente, planejou acabar com a base dos tamoios na Guanabara. Conta que Estácio saiu, em 1565, de São Vicente para enfrentar os tamoios. Em seu acampamento, montado antes do confronto, começou a construir a cidade, doando cartas de sesmarias que começaram a povoar a cidade. Explica que daqueles sesmeiros descendiam os que estavam presentes à reunião. Esclarece que já no começo do século XVI, encontravam-se caracterizados os 18 troncos das famílias que povoaram o Rio de Janeiro. Lacerda diz que a primeira casa de pedra fora construída onde está a rua Barão do Flamengo e que a cidade capital tinha se transformado em estado, mas não perdera, antes consolidara, a sua vocação nacional. Ressalta que não se deveria chorar a perda da capital e critica os que diziam que os problemas do Rio não tinham solução. Salienta que o povo da cidade era digno dos fundadores e não iria trair a si mesmo, ficando indiferente à sorte da sua cidade, a mais bela do mundo. Diz que, além dos fundadores, devia-se homenagear os outros habitantes da cidade, ao longo de quatrocentos anos. Manifesta seu contentamento em convocar a população a eleger, de forma livre, soberana e conscientemente, o seu sucessor. Assinala que antes do seu governo as crianças não tinham escolas e acrescenta que os eleitores deveriam votar em quem dera escola às crianças. O governador Carlos Lacerda faz um discurso direcionado aos descendentes dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro. Narra que, descoberta em 1504, esta região fora abandonada em favor das terras mais ao sul, da futura capitania de São Vicente. Porém, São Vicente era constantemente atacada pelos índios tamoios. Estácio de Sá, para

			proteger a capitania de São Vicente, planejou acabar com a base dos tamoios na Guanabara. Conta que Estácio saiu, em 1565, de São Vicente para enfrentar os tamoios. Em seu acampamento, montado antes do confronto, começou a construir a cidade, doando cartas de sesmarias que começaram a povoar a cidade. Explica que daqueles sesmeiros descendiam os que estavam presentes à reunião. Esclarece que já no começo do século XVI, encontravam-se caracterizados os 18 troncos das famílias que povoaram o Rio de Janeiro. Lacerda diz que a primeira casa de pedra fora construída onde está a rua Barão do Flamengo e que a cidade capital tinha se transformado em estado, mas não perdera, antes consolidara, a sua vocação nacional. Ressalta que não se deveria chorar a perda da capital e critica os que diziam que os problemas do Rio não tinham solução. Salienta que o povo da cidade era digno dos fundadores e não iria trair a si mesmo, ficando indiferente à sorte da sua cidade, a mais bela do mundo. Diz que, além dos fundadores, devia-se homenagear os outros habitantes da cidade, ao longo de quatrocentos anos. Manifesta seu contentamento em convocar a população a eleger, de forma livre, soberana e conscientemente, o seu sucessor. Assinala que antes do seu governo as crianças não tinham escolas e acrescenta que os eleitores deveriam votar em quem dera escola às crianças. O governador Carlos Lacerda faz um discurso direcionado aos descendentes dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro. Narra que, descoberta em 1504, esta região fora abandonada em favor das terras mais ao sul, da futura capitania de São Vicente. Porém, São Vicente era constantemente atacada pelos índios tamoios. Estácio de Sá, para proteger a capitania de São Vicente, planejou acabar com a base dos tamoios na Guanabara. Conta que Estácio saiu, em 1565, de São Vicente para enfrentar os tamoios. Em seu acampamento, montado antes do confronto, começou a construir a cidade, doando cartas de sesmarias que começaram a povoar a cidade. Explica que daqueles sesmeiros descendiam os que estavam presentes à reunião. Esclarece que já no começo do século XVI, encontravam-se caracterizados os 18 troncos das famílias que povoaram o Rio de Janeiro. Lacerda diz que a primeira casa de pedra fora construída onde está a rua Barão do Flamengo e que a cidade capital tinha se transformado em estado, mas não perdera, antes consolidara, a sua vocação nacional. Ressalta que não se deveria chorar a perda da capital e critica os que diziam que os problemas do Rio não tinham solução. Salienta que o povo da cidade era digno dos fundadores e não iria trair a si mesmo, ficando indiferente à sorte da sua cidade, a mais bela do mundo. Diz que, além dos fundadores, devia-se homenagear os outros habitantes da

			cidade, ao longo de quatrocentos anos. Manifesta seu contentamento em convocar a população a eleger, de forma livre, soberana e conscientemente, o seu sucessor. Assinala que antes do seu governo as crianças não tinham escolas e acrescenta que os eleitores deveriam votar em quem dera escola às crianças. *Faixa 5* Chafariz Oferecido pela Shell ao Estado da Guanabara – Laranjeiras Carlos Lacerda promete para o dia 30 de outubro a inauguração do túnel do Guandu; no dia 15 de novembro, a inauguração da elevatória do Lameirão e no dia 30 de novembro anuncia que o Guandu seria ligado à cidade. Menciona que Laranjeiras era o bairro em que nascera, e que cada casa lembrava sua infância. Recorda que quando seus filhos nasceram, ainda morava no bairro. Por isso, fica feliz com a ajuda da Shell do Brasil em oferecer à cidade um chafariz, projeto do arquiteto brasileiro Francisco Bolonha. Lacerda garante que os postos de gasolina que a Shell estava construindo no parque do Flamengo tinham sido por ela legitimamente obtidos em concorrência pública, absolutamente legais. Diz que a Shell não estava retribuindo nenhum favor ao dar este presente à Guanabara. Lacerda comunica que antes de terminar iria falar sobre eleição para a oposição ter assunto. Pede que Laranjeiras comparecesse maciçamente, no dia 3 de outubro. Pede que Laranjeiras fizesse justiça a ele, nem mais nem menos. Afirma não acreditar que o povo quisesse voltar ao que era antes, ou se arriscasse em uma aventura. Ele espera que o povo decidisse livremente, democraticamente, mas comenta que era parte do seu dever como governador fazer campanha para o seu candidato, Flexa Ribeiro. Confia que o povo de Laranjeiras votaria em Flexa Ribeiro. Lacerda torce para que a vitória fosse por maioria absoluta, como a lei determinava, para que não fosse preciso realizar uma nova eleição. Acha que a Guanabara precisava fazer um presidente, mas, primeiro, precisava fazer um governador que tivesse o compromisso de fazer o presidente. Ele alerta que se perdessem a eleição para governador naquele ano, dariam pretexto para os inimigos da democracia no Brasil não convocarem eleições diretas no ano seguinte. Por isso, era preciso ganhar a eleição.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.246 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Posse do Engenheiro Enaldo Cravo Peixoto no Cargo doe Secretário de Turismo - Palácio Guanabara	F1: 25 min F2: 15 min F3: 4 min F4: 4 min	**F1: 03/08/1965** **F2a:12/02/1965** **F2b: 12/02/1965** **F4: 01/01/1965**	*Faixa 1* Posse do Engenheiro Enaldo Cravo Peixoto no Cargo doe Secretário de Turismo - Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda elogia o engenheiro Marcos Tito Tamoyo, secretário de Obras Públicas e presidente da SURSAN (Superintendência de Urbanismo e Saneamento) reconhecido internacionalmente por ser especialista em

1.2. 1 Faixa 2 Reunião com a Comissão do IV Centenário sobre a Utilização do Bônus do IV Centenário 1.2.2 Faixa 3 Entrevista Coletiva do Secretário de Turismo sobre o Bônus 1.3 Faixa 4 Iluminação do Cristo Redentor - Mensagem do Papa 2. Temas 2.1 Faixa 1 Marcos Tamoyo, especialista em perfuração de túneis, candidatura de Cravo Peixoto, obstáculos encontrados, candidatura de Flexa Ribeiro. cota federal, despesas municipais. conclusão do túnel Rebouças, favela do Esqueleto, casas com água, luz, esgoto e terreno em volta 2.2 Faixa 2 Dignidade ao turismo, responsabilidade de indústria, categoria de Secretaria de Estado, ano do centenário, reforma administrativa, obras de base, vocação de integração nacional e democrática 2.3 Faixa 3 Bônus, bilhete lotérico, 12 sorteios, vinte talões de 100 cruzeiros 2.3 Faixa 4 Botão que acende a nova iluminação do Cristo Redentor, Papa Paulo VI, importância de Jesus Cristo para a humanidade			perfuração de túneis. Aproveita a oportunidade para deixar claro que tentara viabilizar a candidatura de Cravo Peixoto para o Governo do Estado, como uma candidatura de união. Diante dos obstáculos encontrados, buscou outra solução que acabou encontrando. Elogia Cravo Peixoto por apoiar a candidatura de Flexa Ribeiro. Diz que a candidatura de Flecha era um sinal de convergência, de união, de compreensão e coerência. Esclarece que a mudança de nomes não tinha representado a mudança princípios, programa, métodos, finalidades, meios e fins. Considera que caberia a Cravo Peixoto, nos meses que restavam de governo, dar a sua marca pessoal na Secretaria, ou seja, dar ao turismo a categoria de indústria fundamental da Guanabara. O governador garante que o turismo não era menosprezado pelo estado da Guanabara. Comenta que a ajuda que o estado da Guanabara estava pedindo ao governo federal não era um pedido de esmola, ou uma declaração de insolvência, mas apenas a cobrança do que lhe era devido. Assinala que ao defender verbas federais para Guanabara, estava defendendo empregos para o estado, a conclusão de investimentos, cuja fase final poderia ser prejudicada se o governo não cumprisse a sua parte. Lacerda afirma que a Guanabara tinha direito à cota federal para os municípios, mesmo não tendo município, embora tivesse despesas municipais. Por isso, considera que a Guanabara tinha direito a uma parte da cota. Ressalta que precisava de uma autorização para receber a verba federal destinada à conclusão do túnel Rebouças. O governador menciona que confiava no presidente Castelo Branco. Discorre sobre a favela do Esqueleto, que estava sendo desocupada aos poucos. Os antigos moradores, de acordo com Lacerda, em sua maioria estavam indo para casas com água, luz, esgoto e terreno em volta. Mostra fotos da favela, que segundo ele, eram uma certidão de incompetência. Diz que as condições de vida dos moradores da favela era degradante. Afirma que esta era a maior obra de turismo que poderia fazer na Guanabara. *Faixa 2* Reunião com a Comissão do IV Centenário sobre a Utilização do Bônus do IV Centenário Instalação da Superintendência do Quarto Centenário O governador Carlos Lacerda conta que a Guanabara era o primeiro estado do Brasil a atribuir ao turismo a dignidade e a responsabilidade de indústria. Reconhecê-lo como atividade relevante do estado, conferindo -lhe a categoria de Secretaria de Estado. Elogia a criação da Superintendência do Quarto Centenário pela Assembleia Legislativa do Estado. Lacerda diz que pretendia traçar rapidamente os rumos da Superintendência, e não

			queria que ela se transformasse em uma autarquia. Destaca que era um instrumento de trabalho, para uma tarefa temporária, que tinha começo, meio e fim no ano do centenário. Por isso, o presidente da Superintendência era o Secretário de Turismo. Explica que a sua prioridade era preparar a cidade para o Quarto Centenário, porque uma cidade sem água, sem escolas não teria o que comemorar. Por isso, nos três últimos anos, além da reforma administrativa tinham sido feitas obras de base, fundamentais. Considera necessário juntar esforços, não dispersá-los. Deseja que a Superintendência ajudasse a fazer, não fizesse sozinha. Diz que as comemorações deveriam ser organizadas pela sociedade. Fala sobre a importância nacional e internacional do evento. O governador diz que o Rio era uma síntese do povo brasileiro, uma cidade que tinha um estilo próprio, sem bairrismo e regionalismo, uma cidade nacional e ecumênica. Diz que o Rio de Janeiro tinha uma vocação de integração nacional e democrática. *Faixa 3* Entrevista Coletiva do Secretário de Turismo sobre o Bônus O repórter pergunta se para conseguir ingresso era preciso ter bônus. O secretário responde que o repórter não conhecia o bônus, que era constituído essencialmente de duas partes, uma parte superior, que representava um bilhete lotérico e que o portador do bônus retinha consigo durante todo ano, porque tinha direito a 12 sorteios lotéricos. A segunda parte do bônus eram vinte talões de 100 cruzeiros. Então, para adquirir um ingresso, você teria que reunir o número de talões necessários. Se o ingresso fosse 100 cruzeiros, você usaria um talão de um bônus, se fosse de 2.000 cruzeiros, utilizaria todos os talões de um bônus, se fosse de 1000 cruzeiros, utilizaria metade dos talões de um bônus. *Faixa 4* Iluminação do Cristo Redentor - Mensagem do Papa O Papa Paulo VI aperta o botão que acende a nova iluminação do Cristo Redentor e faz um discurso falando sobre a importância de Jesus Cristo para a humanidade e sobre a estátua do Cristo Redentor.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.247 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Posse do Dr. Raimundo Brito na Secretaria de Saúde – Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Inauguração do Hospital Salgado	F1: 18 min F2: 8 min F3: 20 min	**F1: 13/12/1962** **F2: 21/03/1963** **F3: [28/12/1962]**	*Faixa 1* Posse do Dr. Raimundo Brito na Secretaria de Saúde – Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda Lacerda diz que a Guanabara se adiantaria na saúde como se adiantara na educação. Explica que ainda eram precisos alguns ajustes, mesmo com a aprovação da SUSEME (Superintendência de Serviços Médicos). Mas, um longo caminho tinha sido percorrido, segundo o governador, com a criação da autarquia dos hospitais. Elogia o antigo

Filho, no Méier 1.3 Faixa 3 Instalação da Superintendência de Serviço Médico 2. Temas 2.1 Faixa 1 SUSEME, criação da autarquia dos hospitais, Pedro Ernesto, nível Hospital das Clínicas, elogios a Marcelo Garcia, Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde, elogios ao quadro de médicos, aumento do salário dos médicos, apoio do seu partido e da população 2.2 Faixa 2 Salgado Filho, patriotismo e espírito público, de delegado de Polícia a ministro da Aeronáutica, criador da Força Aérea Brasileira, agradecimentos a Marcelo Garcia, viaduto sobre a Central do Brasil, manutenção de hospital, gente suficiente e bem preparada, direito das enfermeiras não diplomadas, institutos de previdência 2.3 Faixa 3 Criação da SUSEME, elogios ao secretário, dedicação e espírito profissional, elogios a Raimundo de Brito, ano da saúde no estado, obra da água, concursos públicos, priorizar a saúde, recuperar o serviço de compras, fornecimento aos hospitais, Companhia Central de Abastecimento do Estado			secretário pela entrega do Hospital Pedro Ernesto à universidade do estado, que afirma estar se transformando no segundo maior hospital de clínicas da América do Sul. Anuncia que a partir do ano seguinte, o Pedro Ernesto estaria no mesmo nível que o Hospital das Clínicas de São Paulo. Lacerda comunica que o antigo secretário de Saúde, Marcelo Garcia, seria convocado a assumir a Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde, que seria criada pelo secretário Raimundo de Brito. O governador elogia o quadro de médicos do estado da Guanabara e enumera as qualidades que fizeram Raimundo de Brito ser escolhido como novo secretário de Saúde e Assistência do Estado da Guanabara. O governador diz que já havia aumentado o salário dos médicos e pretendia continuar aumentando. Diz que o novo secretário tinha, à disposição no Banco do Estado da Guanabara, 200 milhões de cruzeiros dos lucros da loteria do estado, para ele começar o seu trabalho em obras novas. O novo secretário também teria, à sua disposição, 2 bilhões de cruzeiros aprovados no orçamento pela Assembleia Legislativa. Agradece o apoio, que recebera do seu partido e da população, ao seu governo. Acha que havia no Rio uma retomada de consciência. Espera que a confiança que então existia no Rio de Janeiro se espalhasse por todo o Brasil. Lacerda se diz cada vez mais confiante na solução dos problemas. *Faixa 2* Inauguração do Hospital Salgado Filho, no Méier O governador Carlos Lacerda Lacerda se diz muito feliz por inaugurar o hospital, dando-lhe-um nome que era uma tradição de dignidade, patriotismo e espírito público no Brasil. Ele conta a trajetória de Salgado Filho no Rio de Janeiro, de delegado de Polícia a ministro da Aeronáutica, tendo sido o criador da Força Aérea Brasileira. Diz que o nome do hospital já havia sido escolhido antes de sua posse, e que apenas cumprira a lei. Agradece a Marcelo Garcia, primeiro secretário de Saúde do seu governo, por ter se entusiasmado pela ideia e, aproveitando um mau projeto, reduzir o projeto e fazê-lo logo. Acredita que o Méier se preparava para dar o grande salto sobre o abandono em que jazia. Promete que, em 1964, faria um viaduto sobre a Central do Brasil, no bairro. O governador ressalta que era mais fácil construir um hospital do que mantê-lo. Afirma que para manter um hospital era preciso ter gente suficiente e bem preparada. Conta que tinha defendido o direito das enfermeiras não diplomadas que haviam trabalhado como enfermeiras a vida inteira e que o diploma seria cobrado dali em diante. Fala sobre a importância dos hospitais do estado terem bons profissionais. Esclarece que a maior parte dos doentes atendidos pelos hospitais do estado eram

			contribuintes dos institutos de previdência, pagavam para serem tratados pelos institutos, e não recebiam tratamento dos institutos. *Faixa 3* Instalação da Superintendência de Serviço Médico O governador Carlos Lacerda demonstra estar muito feliz por assinar o decreto que criava a "SURSAN" dos hospitais, a SUSEME (Superintendência de Serviços Médicos). Neste decreto também ficava estabelecido que o secretário de Saúde seria o presidente da SURSAN. Faz elogios ao secretário por sua dedicação e espírito profissional. Lembra a ação pioneira do antigo secretário, Marcelo Garcia, e elogia o então vigente, Raimundo de Brito, por ter dado prosseguimento aos estudos iniciados pelo outro secretário. Lacerda assegura que aquele era o ano da saúde no estado. Comunica que a obra da água estava quase terminada, que os concursos públicos realizados pelo estado davam oportunidades iguais a todos os concorrentes, e que era chegada a hora do estado priorizar a saúde, embora já tivesse investido nesta área anteriormente. Diz que a saúde na Guanabara havia entrado em uma nova fase, que a população toda não poderia ser tratada como indigente. Os indigentes deveriam continuar sendo tratados gratuitamente, mas quem pudesse pagar, deveria pagar na medida de suas possibilidades, até para que não faltasse remédio e tratamento ao indigente. Lacerda comenta que a obra do doutor Pires Leal representava um dos melhores momentos de uma administração que se reputava honrada, pois ele tinha conseguido recuperar o serviço de compras de tal modo que já se poderia dizer que o estado estava próximo da perfeição. Informa que como o fornecimento aos hospitais era feito pela Companhia Central de Abastecimento do Estado, salienta que o governo havia chegado na era da absoluta correção, da integral honradez nos fornecimentos destinados aos médicos e aos doentes nos hospitais do estado. Pede ao secretário que mantivesse o entusiasmo que o tinha tornado o maior organizador hospitalar do Brasil. Pede a todos os médicos, enfermeiros e funcionários que respondessem a um apelo da população carioca para enfrentar o problema da saúde e resolvê-lo na Guanabara.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.248 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Posse de 60 Médicos Aprovados em Concurso pela ESPEG - Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Posse dos Auxiliares de	F1: 25 min F2: 10min F3: 10min F4: 20 min	**F1: 18/04/1963** **F2: 17/07/ 1963** **F3: 17/07/ 1963** **F4: 17/04/1964**	*Faixa 1* Posse de 60 Médicos Aprovados em Concurso pela ESPEG (Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara)- Palácio Guanabara Carlos Lacerda diz que o estado pagava a um dentista um salário de servente, o que tinha sido corrigido pelo seu governo. Comenta que o estado da Guanabara era pioneiro na escala móvel de salário dos servidores públicos. Ele afirma, com satisfação, que outros estados estavam interessados nesta escala de salários. O

Enfermagem e Visitadores Sanitários - Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa 2 1.2 Faixa 4 Posse do Secretário de Saúde Dr. Brito Cunha - Palácio Guanabara 2. Temas 2.1 Faixa 1 Dentista com salário de servente, pioneiro na escala móvel de salário dos servidores públicos, generalização do concurso de títulos e provas, rígida disciplina do serviço público, aumento da produtividade nacional, valorização de todas as carreiras, duas pragas do serviço público: acesso pelo pistolão e pelo favoritismo, equivalência de oportunidades 2.2 Faixa 2 Vencer pelos próprios méritos., cumprir a Constituição e as leis, situação do serviço de saúde do estado, falta de enfermeiras, serviços auxiliares de enfermagem adequados, raios-X, meios para a análise, diagnóstico e tratamento, dobrado o número de leitos do estado, aumento do saneamento, diminuição do número de casos de tifo, dos casos de varíola e de paralisia infantil 2.3 Faixa 3 Valorização do servidor público, salário móvel, aumento da arrecadação do estado, aumento do salário do servidor, visitadoras sanitárias, eficiência do serviço criação da SUSEME, burocracia do Tribunal de Contas, análise das condições sócio-econômicas dos pacientes 2.4 Faixa 4 Marcelo Garcia, chefe da Casa Civil do governo, Raimundo de Brito, ministro da Saúde, construção da Escola Nacional de Saúde Pública, em Manguinhos,			governador diz que toda vez que o custo de vida provocasse o aumento do salário mínimo e que aumentasse a arrecadação do estado, os servidores receberiam um aumento também, para compensar os aumentos. Lacerda sugere que o governo federal aplicasse a escala móvel de salários para os servidores militares e civis. E completa dizendo que a aplicação deveria ser seguida de uma série de medidas, como a generalização do concurso de títulos e provas, a nomeação somente para vagas existentes e a rígida disciplina do serviço público, o que aumentaria a produtividade nacional e melhoraria as condições da administração pública. Considera que o estado da Guanabara tinha valorizado todas as carreiras, e critica a comparação por níveis feita pelos comunistas. Lacerda discorre sobre duas pragas do serviço público, que estava tentando eliminar: o acesso pelo pistolão e pelo favoritismo. Diz que não se podia falar em democracia em um país em que o serviço público era atingido com prejuízo da equivalência de oportunidades. *Faixa 2* Posse dos Auxiliares de Enfermagem e Visitadores Sanitários - Palácio Guanabara Conteúdo igual ao da fita 242 - Faixa 2 O governador Carlos Lacerda discursa para novos servidores da área da saúde do estado da Guanabara. Agradece a presença de todos e os felicita por demonstrarem o desejo de vencer na vida pelo seu próprio esforço e pelos seus próprios méritos. Comenta que era o objetivo do Governo do Estado cumprir a Constituição e as leis, mostrando que não existia favorecimento a qualquer pessoa, bastava ter mérito e conseguir demonstrar isso. Lacerda afirma que era preciso que os novos servidores conhecessem a situação do serviço de saúde do estado. Conta que eram 6 mil leitos de hospital, que deveriam passar a mais de 8.000, até maio do ano seguinte. O governador considera que mais importante do que construir novos leitos seria dar perfeitas condições de funcionamento aos já existentes. Ele diz que por falta de enfermeiras, serviços auxiliares de enfermagem adequados, raios-X, meios para a análise, diagnóstico e tratamento, o rendimento de cada leito por doente era de 30 dias. O governador explica que pretendia reduzir esta média à metade, sem prejuízo ao doente. Desta forma, seria dobrado o número de leitos do estado. Diz que o Rio precisava ficar livre de algumas doenças, que nenhuma cidade civilizada poderia ter. Lacerda afirma que o aumento do saneamento no estado diminuiu o número de casos de tifo, dos casos de varíola e de paralisia infantil. *Faixa 3* Continuação da Faixa 2 - Conteúdo igual a 242 - Faixa 3

novo secretário, temperamento democrático, liberdade de crítica, cumprir as decisões			Carlos Lacerda fala sobre a valorização do servidor público no seu governo. Cita o caso das auxiliares de enfermagem que recebiam salário de 17.000 cruzeiros. Conta que em seu governo elas já estavam recebendo 47.000 e em setembro iriam receber 54.000. Lacerda afirma que isto não era favor, nem milagre, mas resultado do salário móvel instituído no serviço público do estado. Explica que toda vez que aumentasse a arrecadação do estado, aumentaria proporcionalmente o salário do servidor. Lacerda cita também o aumento do salário das visitadoras sanitárias, de 13.000 para 40.000, em setembro. Ele diz que, dentro de dois anos e meio, quando tivesse terminado o seu mandato de governador, esperava deixar um corpo de servidores interessado em que não houvesse empreguismo na Guanabara. Lacerda acha que em um hospital cada pessoa era importante, cada pessoa poderia salvar ou deixar morrer uma vida. Ele afirma que o diretor de um hospital deveria ser obedecido e responsabilizado como o comandante de um navio, ou de um avião. E que era preciso que quem entrasse para o serviço de um hospital entendesse que dentro de uma disciplina consciente e de uma obediência consentida, o diretor era o responsável por tudo que se passasse no hospital, e que portanto ele era responsável pela eficiência do serviço, pela vida dos doentes. O governador ressalta que seria bom os servidores estarem preparados para responderem a todas as perguntas das famílias dos doentes. Esclarece que o Governo do Estado havia criado a autarquia dos hospitais, a SUSEME (Superintendência de Serviços Médicos), para poder fazer e manter hospitais. Lacerda lamenta a burocracia do Tribunal de Contas que prejudicava a população. O governador diz que nenhum hospital era de graça, e que por isso o serviço dos hospitais públicos deveria ser proporcional à renda dos pacientes, para que a remuneração dos servidores que trabalhassem em hospitais fosse melhor. Lacerda considera fundamental o trabalho das assistentes sociais para fazer uma análise das condições sócio-econômicas dos pacientes. *Faixa 4* Posse do Secretário de Saúde Dr. Brito Cunha - Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda diz que estava emocionado ao empossar o terceiro secretário de Saúde do seu governo. O primeiro, Marcelo Garcia, tinha se tornado chefe da Casa Civil do governo. O segundo, Raimundo de Brito, fora convidado pelo presidente Castelo Branco para ser ministro da Saúde, convite que fora aceito. Lacerda diz que convidou Raimundo de Brito a se filiar à UDN, para poder disputar uma eleição.

			Explica que no Ministério da Saúde passava-se a receber as reivindicações e aspirações dos estados. Lacerda garante que a Guanabara não iria pedir nenhum tipo de privilégio ao novo ministro da Saúde. O governador defende a construção de uma Escola Nacional de Saúde Pública, em Manguinhos, e esperava que o ministro conseguisse levar a frente este projeto. Diz que a Guanabara se orgulhava de ter visto um secretário do seu estado ser convidado para ser ministro. Faz diversos elogios a Raimundo de Brito e menciona que o seu sucessor vinha dos quadros da Secretaria de Saúde. Acrescenta que o novo secretário tinha um dos temperamentos mais democráticos e uma grande vocação para o serviço público. Esclarece que a missão do novo secretário seria melhorar os hospitais existentes, equipar e por em funcionamento os hospitais em construção. Adverte que não havia mais tempo para um plano próprio, pessoal, mas que ainda dava tempo de concluir o plano que os secretários anteriores haviam colocado em prática. Lacerda assinala que nas reuniões com o seu secretariado havia uma extrema e rude franqueza, uma absoluta liberdade de crítica e sugestão, totalmente impessoal e objetiva. O único compromisso seria depois cumprir rigorosamente as decisões, democraticamente tomadas com base nas observações, nas críticas e recomendações que, livre e espontaneamente, cada qual submeteria à decisão coletiva.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.249 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Assinatura de Convênio do IAPETEC com o Governo do Estado - Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Inauguração do Posto Médico Heitor Beltrão na Tijuca 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa 2 1.4 Faixa 4 Inauguração do Ambulatório de Prevenção de Câncer nas Mulheres 2. Temas 2.1 Faixa 1 assinatura do convênio, contribuintes do IAPETEC, atendimento gratuito nos hospitais do estado, desordem no sistema de saúde, cobrança dos	F1: 25 min F2: 8 min F3: 15 min F4: 8 min	**F1: [1964]** **F2: 12/906/1964** **F3: [1964]** **F4: [1964]** **Obs: Faixa 4 (Gravação com Defeito)**	*Faixa 1* Assinatura de Convênio do IAPETEC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas) com o Governo do Estado - Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda explica que, após a assinatura do convênio, os contribuintes do IAPETEC passariam a ter atendimento gratuito nos hospitais do estado, por conta do instituto para o qual contribuíam. Diz que era estúpida a pretensão de dar atendimento gratuito a quem não precisava de esmola, e que esta era a principal causa da desordem no sistema de saúde do estado. Lacerda diz que, antes de tudo, a saúde era um problema econômico, por isso o estado tinha estabelecido a cobrança dos serviços médico-hospitalares em proporções compatíveis com o rendimento de cada um dos doentes atendidos. Mas, o governo garantia gratuidade aos indigentes. Diz que este convênio representava um ato do rompimento do cerco à Guanabara, empreendido pelo antigo governo federal . Lacerda afirma que já poderia ter dado este benefício havia 3 anos aos contribuintes do IAPETEC. O governador afirma que só fora possível estabelecer o convênio com a nova diretoria do instituto. Critica a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro por ter financiado muitas coisas fora do Rio de Janeiro e estar

serviços médico-hospitalares, gratuidade aos indigentes 2.2 Faixa 2 Hospital construído com dinheiro da loteria estadual, merenda escolar, lar da empregada doméstica, custo de vida, “Revolução”, problema de abastecimento 2.3 Faixa 3 Estoques de arroz e feijão, equilibrar os preços., colaboração dos comerciantes, sequestrar os bens, prejuízo sonegar, descrença nas estatísticas oficiais, busca de soluções para abastecimento, Castelo Branco presidente honesto e trabalhador, prorrogação de mandato, movimento anticomunista 2.4 Faixa 4 Brasil não tinha Universidades porque não faziam pesquisa, colaboração da comunidade, luta contra a corrupção, fácil de ser derrotada, aliança indissolúvel entre o povo e o governo			construindo um conjunto habitacional no único local em que poderia ser feito um parque no Engenho de Dentro, para atender à população da região da Central. Diz que sugeriu à Caixa que trocasse esse terreno por outro na Presidente Vargas, mas a sua proposta não tinha sido aceita. Lacerda assinala que não bastava a COHAB (Companhia Habitacional) possuir casas para vender. Sugere que os institutos dessem fiança para quem pudesse comprar ou construir a sua casa. O governador acredita que feita com honradez e honestidade, a fiança não comprometia um volume de dinheiro muito grande e estimulava o próprio candidato ou as empresas a fazerem casas. Cita exemplos de experiências semelhantes de fiança que funcionaram na Alemanha e nos Estados Unidos. Menciona que esperava que a Assembleia aprovasse a sua substituição pelo vice-governador Raphael de Almeida Magalhães, para que ele pudesse ficar tranquilo, enquanto estivesse ausente do Governo do Estado. Lamenta que ainda tivesse muitos motivos para ficar de cabeça baixa, mas afirma que iria conservar a cabeça alta porque estava vendo coisas boas acontecerem. *Faixa 2* Inauguração do Posto Médico Heitor Beltrão, na Tijuca O governador Carlos Lacerda anuncia que o posto inaugurado estava pronto para começar a funcionar no dia seguinte. Lacerda conta que o hospital tinha sido construído apenas com o dinheiro da loteria estadual. Assinala que a loteria já distribuíra em prêmios mais de um bilhão de cruzeiros, já pagara ao governo federal mais de 400 milhões, e, no estado da Guanabara, entre construção de hospitais, merenda escolar e o lar da empregada doméstica, o governo já distribuíra quase 600 milhões de cruzeiros. Afirma que até o fim daquele ano a loteria deveria distribuir ao Governo do Estado mais 300 milhões. Agradece a presença de todos e comemora por ser a primeira cerimônia a que comparecia após ter se afastado do governo estadual. Faz um apelo a todos para o ajudarem a deixar na Guanabara um governo que tranquilizasse a todos. Lacerda assinala que o custo de vida havia subido, mas teria subido mais se não tivesse havido a “Revolução”. Ele comenta que tinha mais facilidade para negociar com o presidente Castelo Branco do que teria com João Goulart, para resolver o problema de abastecimento da Guanabara. *Faixa 3* Continuação da Faixa 2 Carlos Lacerda diz que queria ter estoques de arroz e feijão, para que, quando faltasse, pudesse soltar os estoques na rua e equilibrar os preços. Afirma que não queria que faltassem alimentos

			sem que houvesse um responsável. O governador diz que iria se reunir com os comerciantes na Associação Comercial para pedir a colaboração deles. Ameaça sequestrar os bens dos que não colaborassem. Espera que algum dia compreendessem que dava mais prejuízo sonegar do que não sonegar, especular do que não especular. Fala que tinha certeza de que o povo estaria a seu lado, qualquer que fosse o seu partido, porque feijão não tinha partido. Ressalta que esperava a resposta do Banco do Brasil para agir e diz que não acreditava nas estatísticas oficiais federais, estaduais ou municipais. Critica a ideia de adotar uma economia dirigida. Diz que ele e o presidente da República eram pessoas sérias, em busca de soluções para o problema do abastecimento. Lacerda acrescenta que Castelo Branco era um presidente honesto e trabalhador e que o povo estava pedindo seriedade e eficiência. O governador acha que o presidente havia entendido isso e descartado a possibilidade de prorrogar o seu mandato. Lacerda comenta que as pessoas no exterior tinham se surpreendido com o apoio popular, no Brasil, a um movimento anticomunista. Ele assinala que a ideia de um movimento popular e democrático contra o comunismo era uma ideia nova para muitos países. Volta a falar sobre o hospital e seu patrono, Heitor Beltrão. Considera que a Tijuca tinha dado ao Brasil e ao Rio alguns dos seus melhores nomes, mas nenhum que pudesse igualar ou superar Heitor Beltrão para um estabelecimento público na Tijuca. Por isso, tinha ficado muito feliz ao ter sua sugestão aceita pelos três secretários de Saúde, inclusive o que estava em exercício no seu governo. *Faixa 4* Inauguração do Ambulatório de Prevenção de Câncer nas Mulheres (Gravação com defeito) O governador Carlos Lacerda afirma que o Brasil ainda não tinha Universidades, porque Universidades que não faziam pesquisa, não eram universidades. Elogia o administrador regional do Engenho Novo pela inauguração do Ambulatório, feito com a colaboração da comunidade. Compara a luta contra o câncer com a luta contra a corrupção que o seu governo vinha travando. Diz que o objetivo não era só a cura, mas principalmente a prevenção. Lacerda considera que assim como a doença, a corrupção não era fácil de ser derrotada. Apesar de ser uma obra simples, Lacerda comemora a inauguração e afirma que era de muitas obras modestas e úteis que se faziam as grandes obras de uma nação. Por isso, segundo o governador, esta cerimônia demonstrava que havia uma aliança indissolúvel entre o povo e o Governo do Estado.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.250	F1: 26 min F2: 5 min	**F1: 27/10/1964** **F2: 26/01/1964**	Inauguração do Hospital Alberto Borgeth, em Madureira

1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração do Hospital Alberto Borgeth, em Madureira 1.2 Faixa 2 Solenidade Comemorativa do "Dia do Doador"- Instituto de Hematologia 1.3 Faixa 3 Inauguração do Instituto Estadual de Cardiologia – Hospital Aluízio de Castro 1.4 Faixa 4 Convênio com o Ministério da Saúde (Combate às Endemias) 2. Temas 2.1 Faixa 1 Visitas semanais à obra, obras nas favelas, construções de escolas, lixeiras, bicas, cisternas, caixas d'água, vias de acesso, queria ser presidente, boatos de que iria acabar com as escolas públicas, expulsar moradores das favelas, governar para os ricos, dinheiro de impostos 2.2 Faixa 2 Vigésimo aniversário do Instituto de Hematologia, secretário de Turismo, servidor do instituto, Congratula-se com doadores, servidores e com a população. 2.3 Faixa 3 Hospital dos radialistas, compra do hospital, pago parceladamente, consenso na escolha do nome, elogios a Aloísio de Castro, espírito público e cívico, defende a SUSEME, atendimento médico gratuito 2.4 Faixa 4 Parceria para combater o mosquito, Ministério SURSAN, prioridade áreas de maior densidade demográfica, maior incidência em Copacabana, oferta de pessoal e material do Ministério, seleção dos mata-	F3: 16 min F4: 16 min	**F3: 05/12/1964** **F4: 05/03/1965**	O governador Carlos Lacerda agradece a todos que acompanharam pacientemente as suas visitas semanais a uma obra digna do povo de Madureira, que concentraria todos os serviços de saúde pública da região. Lacerda comenta que eram 4000 metros de área construída. Decide falar sobre as obras que o Governo do Estado estava fazendo nas favelas da cidade. Conta que foram construídas escolas, lixeiras, bicas, cisternas, caixas d'água, vias de acesso em diversas favelas. O governador explica que havia gasto 300 milhões com as obras nas favelas. E ainda tinha as obras a serem iniciadas e obras que estavam em execução. Diz que não trabalhava para ser presidente da República, que iria ser presidente porque trabalhava muito. Explica que queria ser presidente porque gostaria de levar ao Brasil o exemplo da Guanabara. Promete viajar o país inteiro em campanha. Comenta que o prédio que estava sendo inaugurado era a transformação da esperança do povo em um serviço para o povo. Afirma que sem a esperança do povo nada teria sido feito. Pede aos presentes que não votaram nele para levantarem o braço, diz que ficaria agradecido de ver pessoas, que não votaram nele, irem à inauguração para apertarem a sua mão. Acredita que as pessoas não votaram nele por causa de boatos que espalharam sobre ele, dizendo que iria acabar com as escolas públicas, expulsar os moradores das favelas, que iria governar para os ricos. Conta que a maioria das obras do estado eram feitas com o dinheiro de impostos da população da Guanabara. *Faixa 2* Solenidade Comemorativa do "Dia do Doador"- Instituto de Hematologia O governador Carlos Lacerda fala que no vigésimo aniversário do Instituto de Hematologia, considerava uma honra testemunhar, ao longo de vinte anos, a dedicação dos que a fundaram a instituição e a mantinham. Lacerda fala sobre o secretário de Turismo que era um servidor do instituto, e diz que foi difícil convencê-lo a sair temporariamente do órgão. Lamenta não poder terminar a obra do Instituto de Hematologia. Mas promete que faria o máximo possível até o fim do seu governo. Congratula-se com os doadores e com os servidores do instituto e, sobretudo, com a população. *Faixa 3* Inauguração do Instituto Estadual de Cardiologia – Hospital Aluízio de Castro O governador Carlos Lacerda fala sobre o hospital construído pelos radialistas e que tinha sido abandonado porque o Sindicato dos Radialistas não teve condições de mantê-lo. Lacerda diz que tinha tentado encontrar uma solução com seu antigo secretário de Saúde, mas não conseguira.

mosquitos rigorosa, aumentar a verba destinada ao combate ao mosquito.			Conta que o então ministro da Saúde tinha chegado a uma solução: a compra do hospital por 400 milhões de cruzeiros, pagos parceladamente. Lacerda calcula que se fosse construir um prédio, como o hospital dos radialistas, gastaria aproximadamente 2 bilhões de cruzeiros. Assinala que tinha havido um consenso na escolha do nome do instituto. O governador conta que Aloísio de Castro foi para a sua adolescência um homem que combinara a lenda com a realidade, tornando-se um personagem de si mesmo. Diz que o conheceu pessoalmente e era seu admirador por sua inteligência altamente qualificada. Destaca também o espírito público e cívico de Aloísio de Castro. Lacerda acrescenta que o instituto seria administrado por um jovem especialista, que sabia conciliar a função de médico com a de administrador. Lacerda defende a SUSEME (Superintendência de Serviços Médicos)que fora criticada por um deputado na Assembleia Legislativa. Explica que o seu governo estava acabando com a farsa e a simulação de uma assistência hospitalar negativa. O governador considera que apenas o indigente deveria receber atendimento médico gratuito, os outros deveriam pagar de acordo com a sua renda. *Faixa 4* Convênio com o Ministério da Saúde (Combate às Endemias) O governador Carlos Lacerda anuncia que o convênio tinha o objetivo de formar uma parceria para combater o mosquito, no estado da Guanabara. Diz que a parceria com o Ministério seria feita com a SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento). A duração do convênio seria de três anos, de 1965 a 1967. Lacerda diz que a prioridade seriam as áreas de maior densidade demográfica. Agradece a presença do ministro da Saúde, Raimundo de Brito, antigo secretário de Saúde do estado da Guanabara. Fala sobre a dificuldade de decidir por onde começar. O governador diz que a maior incidência estava em Copacabana, mas Lacerda considera que o bairro tinha mais condições de combater o mosquito do que o subúrbio. Por isso, o combate ao mosquito deveria começar pela Tijuca. Sobre a escolha do pessoal para executar a tarefa, Lacerda diz que iria aceitar a oferta de pessoal e material do Ministério. O governador garante que a seleção dos mata-mosquitos seria rigorosa. Lacerda assegura que o único critério na seleção seria o interesse público. Acha que o dinheiro oferecido pelo convênio, 200 milhões nos dois primeiros anos e 100 milhões no terceiro ano, não seria suficiente e pede que o ministro tentasse aumentar a verba destinada ao combate ao mosquito.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.251	F1: 12 min F2: 20 min	**F1: [1965]** **F2: 02/04/1965**	*Faixa 1* Continuação da Faixa 5, da Fita 250

1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa 5, da Fita 250 1.2 Faixa 2 Campanha Contra os Mosquitos (Demonstração na Praça Castilho França) 1.3 Faixa 3 Inauguração de Melhoramentos no Hospital Barata Ribeiro - Mangueira 1.4 Faixa 4 Inauguração de Vários Serviços do Hospital Miguel Couto – Gávea 2. Temas 2.1 Faixa 1 Verbas federais, combate aos mosquitos, urbanista Doxiades, levantamento sistemático das favelas, solucionar o problema das favelas, cooperação entre o governo federal e o governo estadual 2.2 Faixa 2 Muito mosquito, pouco mata - mosquito, mosquito municipal, estadual, federal e internacional, mosquito estadual, mosquito federal, começar pela Tijuca, matar, simbolicamente, os aventureiros que queriam governar a Guanabara, obras de saneamento, obras na superfície, colaboração de toda a população no combate aos mosquitos 2.3 Faixa 3 Fechar o hospital, péssimas condições, criação da autarquia da Saúde, SUSEME, governar não era apenas fazer obras novas, dar continuidade às obras, ajudar o povo a escolher bem 2.4 Faixa 4 Revestido de pastilhas azuis, sobras do Maracanã, sobras de pastilhas usadas no Rocha Faria, favela, crianças mordidas por	F3: 8 min F4: 30 min	**F3: 27/08/1965** **F4: 28/09/1965**	O governador Carlos Lacerda espera que com a melhora da situação do governo federal a Guanabara pudesse receber mais verbas federais. Diz que os mosquitos não se preocupavam com a divisão administrativa do estado, então era preciso combatê-os em todos os locais. Lacerda comenta que já soubera dos primeiros resultados do relatório preliminar da CEDUG (Comissão de Planejamento do Estado da Guanabara), que contava com a consultoria do urbanista Doxiades. Lacerda afirma que, pela primeira vez, tinha sido feito um levantamento sistemático de todas as favelas existentes na cidade. Lacerda acha que a população favelada da Guanabara talvez fosse a metade do que era estimado. Para o governador, este dado consistia em um estímulo para solucionar o problema das favelas. O governador acredita que este fato era revolucionário e deseja que a cerimônia não criasse ilusões na população, porque os resultados deveriam demorar cerca de um ano. Mas considera que era um grande momento, em que se retomava a cooperação entre o governo federal e o governo estadual. *Faixa 2* Campanha Contra os Mosquitos (Demonstração na Praça Castilho França) O governador Carlos Lacerda explica que até então havia muito mosquito e pouco mata - mosquito no Rio de Janeiro. Comenta que com o fim dos mata-mosquitos o Rio se tinha se transformado na “mosquitolândia” do Brasil. Acrescenta que a situação quase ficara igual a de Belém do Pará, em que havia um mosquito municipal, estadual, federal e internacional. Cada um só podia ser morto por uma autoridade daquela instância. Lacerda diz que na Guanabara só havia dois mosquitos, o federal e o estadual. Ele diz que durante muito tempo tentou matar os mosquitos, mas não podia porque não conseguia identificar, com carteira de identidade, o mosquito federal e separá-lo do mosquito estadual. Assinala que se matasse o mosquito federal, poderia haver uma intervenção federal no estado da Guanabara, e se matasse o mosquito estadual, ele se naturalizava federal e fugia da sua alçada. Finalmente, quando o deputado da Guanabara, Raimundo de Brito, se tornou ministro da Saúde oferecera uma verba, alguns mata-mosquitos remanescentes e uns aparelhos para combater os mosquitos na Guanabara. Carlos Lacerda diz que decidira começar pela Tijuca por três motivos: porque havia muitos mosquitos no bairro, porque sempre vencera eleições lá, e porque a Tijuca era uma ponte entre a Zona Sul e o subúrbio. Aproveitando que estava falando em matar mosquitos, Lacerda diz que era preciso matar, simbolicamente, os aventureiros que queriam governar a Guanabara. Menciona que o novo governador teria mais facilidades do que ele teve,

ratos, “Revolução”, remoção da favela, apedrejamento de Sandra Cavalcante, criar a loteria estadual, Sindicato dos Radialistas			primeiro, porque iria encontrar uma série de obras fundamentais prontas ou quase prontas; segundo, porque teria que investir menos em obras de saneamento e iria poder fazer mais obras na superfície. Pede a colaboração de toda a população no combate aos mosquitos, auxiliando o trabalho dos mata-mosquitos. Agradece o apoio que vinha recebendo da população, ao longo do seu mandato. Conta que todos os seus inimigos queriam que o seu candidato perdesse, para dizerem que ele não poderia concorrer em 1966. *Faixa 3* Inauguração de Melhoramentos no Hospital Estadual Barata Ribeiro O governador Carlos Lacerda recorda que, quando assumira o governo, tivera que fechar o hospital, porque estava em péssimas condições. Mas, graças à dedicação da equipe da Secretaria de Saúde e da criação da autarquia da Saúde, a SUSEME, foi possível abrir novamente o hospital e reinaugurá-lo. Diz que a inauguração era o símbolo de uma filosofia de governo, que governar não era apenas fazer obras novas, mas completar o que os antecessores fizeram. Comenta que há poucos meses do fim do seu governo já sentia saudades, porque não era hipócrita e admitia que governar era muito bom. Considera que um dos últimos, mas necessários deveres do seu governo era ajudar o povo a escolher bem o futuro Governo do Estado. Diz que o hospital era o local ideal para alertar o povo sobre o risco de haver um retrocesso na Guanabara, que poderia levar o hospital a voltar às condições em que se encontrava quando ele assumiu o governo. *Faixa 4* Inauguração das Novas Instalações do Hospital Miguel Couto O governador Carlos Lacerda fala sobre a importância da obra para o bem-estar e saúde da população carioca. Conta que o hospital era todo revestido de pastilhas azuis, que eram sobras do que fora comprado para ser colocado no Maracanã, antes do seu governo. Informa que ainda tinham sobrado pastilhas para serem colocadas no Rocha Faria, em Campo Grande. Comenta que a firma responsável pela compra das pastilhas, a Prolar, era a mesma que tinha construído o prédio da Caixa Econômica Federal, no Rio de Janeiro. Lacerda afirma que a firma era ligada a um deputado que era um dos principais cabos eleitorais da candidatura de Negrão de Lima para governador. Ele cita o nome do deputado, Francisco Silberg Sobrinho. Lacerda discorre sobre a favela que existia na proximidade do Miguel Couto, onde as crianças eram mordidas por ratos e que os mesmos homens que criticavam seu governo e a “Revolução” tentaram evitar a

			remoção da favela e apedrejaram a secretária Sandra Cavalcanti, que estava auxiliando a remoção. Esclarece que para fazer o hospital a Guanabara tinha precisado criar a loteria estadual e que o Sindicato dos Radialistas começara a construir um hospital, mas não conseguira terminá-lo. Sabendo da situação, o Governo do Estado havia terminado a obra e transferido para lá o Instituto de Cardiologia. Fala sobre a construção do hospital e lembra da dificuldade inicial de cavar estacas a mais de 20 metros de profundidade, em um dos piores terrenos para por alicerces existentes na cidade. Lacerda diz que as dificuldades passaram, mas que espera que não tenham sido esquecidas. Ele diz que domingo era a hora da lembrança, para que segunda feira fosse o dia da esperança. Anuncia que ainda naquele ano os moradores da favela da praia do Pinto iriam ser transferidos para casa própria, voluntariamente, porque ninguém saía a força de lugar nenhum. Comemora o progresso percebido a cada dia ma Cidade de Deus. Ele considera que a favela da Rocinha tinha condições de ser urbanizada no local e fala que a urbanização era um compromisso do primeiro ano de governo de Flexa Ribeiro.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.252 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração do Hospital Olivério Kraemer, em Padre Miguel 1.2 Faixa 2 Inauguração da Primeira Etapa do Souza Aguiar 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa Anterior 1.4 Faixa 4 Inauguração do Posto Médico de Copacabana 2. Temas 2.1 Faixa 1 Projeto ruim e inacabado, atendimento a crianças, melhorar e acabar o projeto, candidato para sucessão, preso em 1937, trabalhadores presos e torturados, amigos de Pedro Ernesto, elogios a pedro Ernesto e a Olivério Kraemer 2.2 Faixa 2 Eleições, futuro da Guanabara,	F1: 20 min F2: 12 min F3: 11 min F4: 4min	**F1: 24/09/1965** **F2: 29/09/1965** **F3: 28/09/1965** **F4: 28/09/1965**	*Faixa 1* Inauguração do Hospital Olivério Kraemer, em Padre Miguel O governador Carlos Lacerda diz que a ideia de construir o hospital foi do ex-vereador Valdemar Viana. Mas diz que encontrou um projeto ruim e inacabado. Por isso, Lacerda tinha chamado o vereador para melhorar e acabar o projeto. Explica que a prioridade do hospital era o atendimento a crianças que não tinham um hospital destinado a elas na região. Lacerda afirma que não se importava em terminar uma obra iniciada por um adversário político. Conta que era importante substituir, no Rio de Janeiro, o ódio pelo amor. Assinala que o leito do hospital não tinha partido, assim como a doença não era da UDN, do PTB ou PSD. Lacerda garante que todos seriam atendidos da mesma forma e pede que os eleitores lembrassem disso quando fossem votar. Lacerda comenta que seria estranho se ele não tivesse um candidato para a sua sucessão. Fala que não seria mais governador, mas continuaria a ser um cidadão carioca. Por isso, se sentia na obrigação de dar o seu testemunho à população, porque viu por dentro como haviam estragado a cidade. Diz que o seu apelo era para que a cidade não andasse para trás, voltasse a ser governada por aventureiros e demagogos. Lacerda acha que aqueles que articularam a ditadura no Brasil e durante muitos anos privaram os brasileiros do direito de votar e do direito de ser livre, deveriam ter uma certa cerimônia de falar em liberdade. Lacerda conta que esteve preso em 1937 e que se lembrava de trabalhadores serem presos e

apoio da loteria do estado, reorganização administrativa, apoio da CEF, apoio da República Federativa da Alemanha, cumprido promessas de campanha, não colaborara para uma ditadura, condenação da liberdade e destruição da paz 2.3 Faixa 3 Inimigos da liberdade voltassem ao pode, Forças Armadas unidas em defesa das eleições, eleição de Flexa Ribeiro asseguraria a paz e a realização da eleição de 1966, elementos do governo federal favoreciam Negrão de Lima, aliança maldita da corrupção com o comunismo, erros da política econômica de Roberto Campos, Roberto Campos instrumento da Light no Brasil 2.4 Faixa 4 Convite às moças e senhoras, reunião no Outeiro da Glória, desfile até o Largo do Machado, Voto contra os antigos donos do poder, prestigiou o subúrbio, candidatura Flexa Ribeiro.			torturados pelo crime de serem amigos de Pedro Ernesto, o último que fez escolas e hospitais no Rio de Janeiro. Ele diz que os homens que prenderam Pedro Ernesto eram os mesmos que queriam derrotar seu candidato na eleição para governador. Faz elogios ao padre que dava nome ao hospital inaugurado. *Faixa 2* Inauguração da Primeira Etapa do Souza Aguiar Lacerda discorre sobre as eleições que aconteceriam no domingo e sobre a importância que ela teria no futuro da Guanabara. Conta que o Souza Aguiar precisava ser reformado, o que só fora possível graças ao apoio da loteria do estado, à reorganização administrativa, ao apoio da CEF, (Caixa Econômica Federal) embora tardio e menor do que deveria ser, e graças também ao apoio da República Federativa da Alemanha. Diz que o povo precisava escolher, para dar continuidade ao que fora feito no seu governo. Assinala que havia cumprido as suas promessas de campanha. Fala que se o povo errasse, o azar seria seu. Lacerda afirma que não pretendia influir para qualquer decisão, numa atitude antidemocrática, mas que depois de cumprir o seu dever até o fim, esperava que o povo cumprisse o seu, ou não levantasse mais um dedo neste país, seja o que fosse que acontecesse. Lacerda garante que tinha feito e faria, até o último dia, tudo o que estivesse a seu alcance. Esclarece que não havia colaborado para uma ditadura e não colaboraria com uma, mas não moveria uma palha se o povo colaborasse, com o seu voto, para uma nova crise que poderia levar à condenação da liberdade e à destruição da paz e da fraternidade entre os brasileiros.. *Faixa 2* Continuação da Faixa Anterior Lacerda diz que se o povo da Guanabara permitisse que os inimigos da liberdade voltassem ao poder, ninguém sabia o que poderia acontecer. Ele questiona se seria dada posse aos eleitos. Lacerda pergunta quem garantiria que as Forças Armadas continuariam unidas em defesa das eleições. Lacerda acha que só uma coisa se poderia garantir: a eleição de Flexa Ribeiro asseguraria a paz e a realização da eleição de 1966. Acusa elementos do governo federal de favorecerem a candidatura de Negrão de Lima, ao aumentar a passagem dos trens suburbanos da Central e de influírem na convenção do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), para evitar que o partido se desunisse do PSD (Partido Social Democrata) e forçar a aliança maldita da corrupção com o comunismo, para tentar derrotar seu candidato na Guanabara. Acrescenta que era uma injustiça o povo votar contra Flexa Ribeiro, por causa dos erros da política econômica de

			Roberto Campos. Lacerda diz que Roberto Campos não iria votar em Flexa Ribeiro, votaria em Negrão de Lima que era candidato dos comunistas e da Light. Lacerda acusa Roberto Campos de ser um instrumento da Light no Brasil. Diz que o povo precisava entender isso antes de votar. Lacerda assinala que se Flexa Ribeiro fosse derrotado, só restaria a ele dizer, como Marco Antônio diante do corpo de Júlio César: "Mal, estás desencadeado e agora faça o que quiser." Considera que ninguém poderia acusá-lo de omissão, ou de não ter trabalhado durante os cinco anos do seu governo. *Faixa 4* Inauguração do Posto Médico de Copacabana Carlos Lacerda transmite um convite de sua esposa às moças e senhoras de todo o Rio para, às 19:00 horas, se reunirem no Outeiro da Glória, com vistas a um desfile até o Largo do Machado, com o objetivo de recordar a quem de direito, ou seja, a todo o povo brasileiro, que eles não voltariam. Clama para que o povo votasse em seu candidato, para que os antigos donos do poder não voltassem. Avisa aos moradores de Copacabana, que, no subúrbio, Flexa Ribeiro já era governador. Lacerda diz que na Zona Sul, alguns davam menos importância às eleições do que no subúrbio. Comenta que era preciso unir a cidade, que ele fora eleito com mais votos da Zona Sul, mas havia feito mais pelo subúrbio que precisava de mais obras. Pede a todos que conseguissem, cada um, mais um eleitor para Flexa Ribeiro.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.253 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Recepção do Governador Lacerda na Polícia Militar da Guanabara 1.2 Faixa 2 Almoço Oferecido ao Governador Lacerda pela Colônia Sírio – Libanesa, na Rua da Alfândega 375 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa Anterior 1.4 Faixa 4 Almoço na SURSAN – Maracanã 2. Temas 2.1 Faixa 1 Coração da Polícia Militar, melhor herança, antiga posição de capital da República, transferência da polícia para a	F1: 13 min F2: 17 min F3: 10 minutos F4: 18 min	**F1: 10/11/1961** **F2: 06/10/1962** **F3: 06/10/1962** **F4:28/12/1962**	*Faixa 1* Recepção do Governador Lacerda na Polícia Militar da Guanabara O governador Carlos Lacerda menciona que se sentia orgulhoso por ser recebido no coração da Polícia Militar, que considerava a melhor herança que aqui ficara da antiga posição de capital da República. Acredita que a transferência da polícia para a esfera estadual tinha sido vista por muitos, dentro e fora da Polícia, como uma indicação de perda de prestígio. Mas esta impressão fora desfeita em poucos meses. Lacerda assinala, que foi com um misto de pesar e de alegria, que viu surgir, antes do que esperava, a oportunidade de cumprir um compromisso assumido consigo mesmo e com o povo do estado, quando se candidatou a governador. Desde então, prometera que, quando tivesse oportunidade, entregaria o destino da Polícia Militar a um dos seus oficiais. Porém, a lei o impedia de fazer isso, até surgir uma oportunidade, antes da hora de cumprir a sua promessa. Menciona que a sua única dificuldade tinha sido escolher o nome do novo comandante. Mas, acredita que a escolha do coronel Darci Fontenelle de Castro havia agradado a todos na Polícia. Lacerda diz que compreendia que a antiga concepção de uma força de reserva do Exército,

esfera estadual, elogios ao coronel Darci Fontenelle de Castro, limite orçamentário, abrir aos praças e oficiais subalternos o acesso ao oficialato. 2.2 Faixa 2 Fazer amigos sem ferir a justiça, sem descumprir a lei, propaganda eleitoral, países como França, Itália e Alemanha Ocidental vivem momento de grande prosperidade, Brasil mediador de acordo entre árabes e israelenses, América Latina última esperança dos comunistas, essencial dizer não a Moscou 2.3 Faixa 3 Brasil era resultado de uma democracia racial autêntica, faltavam governos sérios e trabalhadores, Rio era ingovernável, vocação nacional do Rio, imensa responsabilidade, povo escolhera em quem votar 2.3 Faixa 4 Elogios a Enaldo Cravo Peixoto, reforma administrativa do estado, horário integral para os engenheiros, adoção de concursos públicos, lançamento dos títulos de renda progressiva			para uma eventual aplicação na frente militar, estava bastante modificada, porque o conceito de guerra moderna, de guerra total, havia subvertido completamente a ideia de uma frente e de uma retaguarda. O governador acredita que da parte do Governo do Estado só havia um limite na consideração dos problemas da Polícia Militar, o limite do orçamento. Fora dele, assevera, não havia limite na consideração dos problemas da Polícia. Diz que era preciso abrir aos praças e oficiais subalternos da Polícia Militar as oportunidades para o acesso ao oficialato. *Faixa 2* Almoço Oferecido ao Governador Lacerda pela Colônia Sírio-Libanesa, na Rua da Alfândega 375 Carlos Lacerda comenta que estava muito feliz por reencontrar os presentes, antes de completar o segundo ano de governo. Acredita não ser muito comum um governador receber aplausos, e continuar fazendo amigos, depois de algum tempo de mandato, sem descumprir a lei, sem ferir a justiça, sem precisar encomendar manifestações a seu favor. Garante que se a sua viagem à Europa tivesse êxito, antes do final do seu governo o Rio seria uma das cidades mais limpas do mundo. Lacerda avisa que pela lei não era mais permitido fazer propaganda eleitoral, medida com a qual ele concordava. Mas. mesmo assim, pede que refletissem sobre as opções que se ofereciam como caminhos para os povos na crise do mundo. Assinala que, após a guerra, a Rússia tinha se expandido pela força, e tomara mais nações do que a Alemanha nazista. Lacerda conta que no Líbano e na Síria jovens vinham lutado e muitos tinham morrido para libertar seus países. Lacerda acrescenta que países da Europa, como França, Itália e Alemanha Ocidental, graças à liberdade e á democracia, estavam vivendo um momento de grande prosperidade. Espera que o Brasil fosse o mediador de um acordo entre árabes e israelenses, por sua tradição de cordialidade, tolerância e compreensão. Comenta que nenhum país poderia ser melhor mediador desse conflito do que o Brasil, que acolhia imigrantes árabes e judeus da mesma maneira. Lacerda menciona que a expansão da Rússia na Ásia não ocorrera como os russos previam e que por isso tinham voltado suas atenções para a África que também resistira ao comunismo. Acredita que a América Latina era a última esperança dos comunistas no mundo, especialmente o Brasil. Por isso, achava essencial o Brasil dizer não a Moscou. O governador afirma não ter dúvidas do resultado em Pernambuco e no RS, e confiar no instinto de preservação do povo paulista, além de sustentar não ter dúvidas de que a Guanabara iria servir, mais uma vez, de diapasão para a sinfonia democrática no Brasil. *Faixa 3*Continuação da Faixa Anterior

			Carlos Lacerda diz que o Brasil mostrou para o mundo o que era o resultado de uma democracia racial autêntica. Acha que não existia a preocupação com a pureza racial, mas com a pureza da consciência de cada um. Acredita que na Guanabara todos estavam dando um exemplo prático e positivo de que só faltavam, no Brasil, governos sérios e trabalhadores. Conta que um ano e meio atrás, quando assumira o governo, diziam que o Rio de Janeiro era ingovernável, que os seus problemas não tinham solução. Um ano e meio depois, a situação era diferente, a população voltara a confiar em si mesma. Considera que a sua principal tarefa tinha sido transmitir ao povo a certeza de que ele possuía um governo decidido a morrer no trabalho, embora convencido de que o trabalho não matava ninguém. Lacerda ressalta que o Rio era uma cidade em que todos se sentiam em casa, mas que esta vocação nacional do Rio trazia uma imensa responsabilidade. Comenta que não estava fazendo campanha eleitoral, primeiro porque respeitava a lei e, depois, porque não era mais necessário fazer campanha, uma vez que o povo já escolhera em quem iria votar nas eleições de outubro. *Faixa 4* Almoço na SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento) – Maracanã O governador Carlos Lacerda congratula-se com o engenheiro Enaldo Cravo Peixoto, que era, segundo Lacerda, um administrador profissional, homem público de integridade e capacidade, que conseguia despertar o espírito de equipe, valorizar o grupo e não apenas as pessoas. Esclarece que a reunião de final de ano coincidia com o início da reforma administrativa do estado. Fala que o estado esperava da Secretaria de Obras, e das autarquias a ela ligadas, um esforço, não somente para iniciar, prosseguir e concluir obras, mas um esforço sobre si mesmas, de superação de todas as suas dificuldades de organização, estrutura e de instalação. Lacerda comemora ter conseguido implementar o horário integral para os engenheiros do estado da Guanabara e a adoção de concursos públicos para o preenchimento das vagas de engenheiro do estado. Defende que os concursos deveriam se tornar rotina, e anuncia um novo concurso para arquitetos e engenheiros. Menciona que era com grande satisfação que anunciava o lançamento, entre janeiro e fevereiro, dos títulos de renda progressiva, que iriam acrescer-se aos recursos orçamentários. Diz que muitas obras dependiam do sucesso destes títulos, o que ele acreditava que aconteceria porque, pela primeira vez, títulos públicos reconheciam a inflação e davam ao capital, que procurava aplicação lucrativa, um lugar nos papéis emitidos pelo estado, de sorte a poder competir com as companhias e empreendimentos privados que, há

			muito tempo já haviam reconhecido o fato da inflação. Deseja a todos um ano de trabalho, de relativo bem estar, de relativo sossego, de paz, de esperança e de trabalho novamente, porque apenas quem trabalhava muito podia gozar em paz as horas de lazer.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.254 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Encontro do Governador Lacerda com Líderes Religiosos da Guanabara - Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa Anterior 2. Temas 2.1 Faixa 1 Estado separado das igrejas, crimes que ocorriam na Guanabara, reduzir os índices de criminalidade, prisão improvisada, seis mil condenados soltos, superlotação dos presídios, televisão estimula impulsos de destruição, líderes religiosos, glorificação do crime, criminoso vedete nas comunidades, dobrou o salário dos policiais, mobilização da sociedade 2.2 Faixa 2 Federação das Congregações Marianas, debate das medidas contra a criminalidade, bairros pobres e favelas pedem reforço do policiamento. usar de violência contra os favelados, trazer o cidadão para um caminho honesto, responsabilidade da sociedade, Estado Totalitário, mais opções de lazer e de esportes para os jovens, áreas de esporte no parque do Flamengo e nas praias, evasão escolar, eliminar o crime, respeito aos valores, Governo do Estado da ênfase à educação, construir escolas, redes de esgoto, de água	F1: 30 min F2: 30 min	**F1: 18/03/1963** **F2: 18/03/1963**	*Faixa 1* Encontro do Governador Lacerda com Líderes Religiosos da Guanabara - Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda manifesta-se particularmente grato pelo comparecimento de todos à reunião. Esclarece que o estado era separado das igrejas, mas não era indiferente, muito menos hostil a elas. Explica que era separado para não ter uma igreja, mas era ligado a todas elas. Lacerda afirma que era do conhecimento de todos a situação que atingira a criminalidade no Rio de Janeiro. Conta que havia regiões no Brasil, e no mundo, que tinham mais crimes do que o Rio, mas a sua preocupação era com os crimes que ocorriam na Guanabara. Lacerda afiança que o objetivo do governo era reduzir os índices de criminalidade, levando em consideração a complexidade do problema. Ele fala que o governo teve que instalar uma prisão improvisada, no galpão da Superintendência de Transportes, para abrigar os novos detentos. Embora não fosse um lugar confortável, nem seguro, que poderia ficar parecido com um campo de concentração, os presos estavam em melhores condições lá, do que estavam nas delegacias de Polícia. Menciona que em algumas celas, onde caberiam quatro ou cinco presos, havia 30, 40. Lacerda comenta criticamente que o sistema penitenciário no papel era uma beleza. Havia seis mil condenados soltos no Rio de Janeiro, segundo os cálculos dos próprios serviços penitenciários. Acredita que tudo que fizessem e tudo que já tinha sido feito era pouco, diante do que precisava ser feito. Faz dois pedidos. O primeiro era que se mobilizassem e ajudassem o governador, pois a Polícia não poderia evitar que uma geração de jovens se transformasse em bandidos, se a sociedade não ajudasse. Lacerda diz que a Guanabara estava vendo as primeiras gerações nascidas e criadas nas favelas. Acredita que a televisão estimulava os impulsos de destruição, antissociais, de agressividade dos favelados o que, junto com outros fatores, contribuía para a disseminação da violência. Lacerda acha que o problema não era só da Polícia, mas adverte que ele tinha que tratar como se fosse. Porém, esperava que os líderes religiosos pensassem de outra maneira sobre o problema e avaliassem de que forma poderiam contribuir para atenuá-lo. O governador diz que deveria haver uma tentativa de evitar a glorificação do crime e a transformação do criminoso em vedete nas comunidades. Promete dobrar o salário dos policiais, de 30 para 60 mil cruzeiros, mas fala que sabia que isto não

			bastava. Por isso, pede a mobilização da sociedade, que as pessoas dessem opiniões e dissessem o que poderiam fazer. Acredita que o problema da violência poderia ser visto como um problema espiritual também. Lacerda garante que não estava querendo se eximir da sua responsabilidade, mas queria cobrar que a sociedade fizesse a sua parte. *Faixa 2* Continuação da Faixa Anterior O representante da Federação das Congregações Marianas afirma que a Federação apoiava a iniciativa do governador. Declara que pretendia organizar uma reunião da congregação para debater as medidas a serem tomadas. Diz que a federação também se colocava à disposição da secretária Sandra Cavalcante. Lacerda fala que dos bairros pobres e das favelas vinha o maior número de pedidos por reforço do policiamento. O governador diz não queria que o acusassem de usar a violência contra os favelados. O representante da igreja Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, acredita que todas as religiões tinham lutado e tinham cumprido a sua finalidade de aconselhar, de toda maneira possível, de fazer tudo para trazer o cidadão para um caminho honesto, um caminho bom. Pergunta ao governador se já existia um plano para que os jovens não se desvirtuassem? Para que a responsabilidade não fosse apenas dos pais dos jovens? Lacerda responde que esta era uma responsabilidade da sociedade, que se o Estado tivesse a incumbência de treinar os jovens, seria um Estado Totalitário. O representante diz que estava sendo mal entendido, que estava pedindo mais opções de lazer e de esportes para os jovens. Lacerda cita as áreas de esporte que tinham sido criadas no parque do Flamengo, nas praias de Botafogo e Flamengo, e que tinham sido criadas por seu governo, e a da praia de Ramos que ainda seria criada. Comenta que a responsabilidade não era apenas do Estado. Lacerda cita o problema da evasão escolar que o estado estava tentando resolver. A diretora do Departamento de Assistência ao Menor, da Secretaria de Serviços Sociais, informa que fazia parte de um grupo de antigas alunas de colégios católicos que apoiavam o governador e faziam atividades filantrópicas. Ela diz que o grupo oferecia à organização aulas de artesanato para os jovens. Pede que o governador tentasse conseguir que os jovens pudessem trabalhar antes dos 14 anos. Ressalta que os menores poderiam trabalhar em seus próprios bairros, sendo supervisionados e continuando a frequentar as escolas. O rabino acha que o objetivo era eliminar o crime, mas que a função dos religiosos era o restabelecimento do respeito aos valores que governam a vida do católico, do protestante, do judeu, sem diferença.

			Comenta que se conseguissem erguer a vida da família, a existência dos jovens, estabelecer o regime dos valores verdadeiros e eternos, a missão dos religiosos estaria cumprida. Armando de Oliveira, representante da Federação Espírita Brasileira, acredita que o grande problema era de educação e que o Governo do Estado tinha dado ênfase à educação. Coloca-se à disposição para ajudar no que fosse necessário. O pastor evangélico pede apoio do governo para a instalação de igrejas evangélicas nas favelas e a construção de áreas de lazer para os jovens. Lacerda responde que a obrigação do governo era a de construir escolas, redes de esgoto, de água e não piscinas e quadras de esporte. Adverte que aquilo que era possível, o governo fazia, mas ele pede que a sociedade se mobilizasse para atender a esta demanda.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.255 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa Anterior 1.2 Faixa 2 Entrega de Medalhões a 27 funcionários - Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 Reunião com os Representantes da Crença Umbandista - Palácio Guanabara 2. Temas 2.1 Faixa 1 Regimes democráticos, crítica a um pequeno grupo de militares, restaurar confiança na lei, na honra e no trabalho, servidores do estado 2.2 Faixa 2 Decreto de investidura de funcionários readaptados, medalha de bons serviços, muitos homenageados pertenciam ao Clube Municipal, atenção dada aos servidores do estado 2.3 Faixa 3 Construção de escolas de artesanato, quadras de esporte, tendência das religiões de se converterem em coisas pragmáticas, utilitárias e de sentido imediato, religiões confundidas com os sindicatos.,	F1: 3 min F2: 26 min F3: 10 min	**F1: 18/03/1963** **F2: 28/10/1963** **F3: 26/10/1963**	*Faixa 1* Continuação da Faixa Anterior Lacerda retruca que tinha aceitado porque era preciso salvar a liberdade no Brasil, através da volta da disciplina consciente, própria do regimes verdadeiramente democráticos. Ele critica um pequeno grupo de militares que tinham desonrado a sua classe, por se organizarem para prenderem e matarem, sem respeito à lei, um governador e seus auxiliares. Lacerda assinala que tinha aceitado porque era preciso restaurar no país a confiança na lei, na honra e no trabalho. Comenta que, em pouco tempo, na Guanabara, os servidores do estado, que eram criticados, estavam mostrando que podiam trabalhar bem, quando havia um governo que trabalhava. O governador manifesta seu orgulho por, no dia do servidor, poder comparecer, perante aos servidores do estado, com a tranquilidade de quem era o primeiro servidor público do estado da Guanabara. *Faixa 2* Entrega de Medalhões a 27 funcionários - Palácio Guanabara Decreto de investidura de funcionários readaptados, assinado pelo governador Carlos Lacerda. Lacerda lê o nome dos servidores e entrega a eles a medalha de bons serviços. Declara que não sabia se a alegria dos que estavam recebendo as medalhas era maior do que a sua em entregá-las. Um orador não identificado menciona que a cerimônia tinha um significado especial, para ele e para os outros membros do Clube Municipal, entidade representativa da classe, por excelência. Comemora que muitos dos homenageados pertenciam ao Clube Municipal. Elogia Alberto Teixeira, que recebera uma medalha e era sócio-fundador do clube. Elogia a administração de Lacerda e a atenção dada por ele aos servidores do estado. O governador Carlos Lacerda agradece à comissão por adotar um critério impessoal, objetivo e minucioso para

conformismo dos estudantes mediocridade do ensino, desconhecimento dos valores, falta de casamento promiscuidade sexual Umbanda, 18mil centros, Átila Nunes, umbandistas à disposição do governo, combater o banditismo inflação descontrolada, crise de autoridade			selecionar os servidores que mereciam as medalhas. Pede à comissão que enviasse a minuta da mensagem para que ele a encaminhasse à Assembleia Legislativa. Agradece a presença de todos. *Faixa 3* Reunião com os Representantes da Crença Umbandista - Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda comenta que a discussão tinha mudado de foco, que estavam discutindo sobre a construção de escolas de artesanato, quadras de esporte, o que considerava necessário e útil. Mas, afirma que a discussão era outra. Lacerda se diz preocupado com a tendência das religiões de se converterem em coisas pragmáticas, utilitárias e de sentido imediato. Destaca que dentro em pouco as religiões iriam estar se confundindo com os sindicatos. Lacerda considera que a religião não tinha tanta obrigação de resolver os problemas materiais do homem como o poder público e outros órgãos da comunidade. Lacerda pede que houvesse uma mobilização espiritual. Concorda que era preciso pensar nas medidas práticas para coibir a violência, mas também seria preciso se preocupar com o lado espiritual. Critica o conformismo dos estudantes no Brasil com a mediocridade do ensino, das universidades, da sua vida em geral. Porém, o que ele considerava mais grave era o desconhecimento total dos valores pela juventude. Critica a falta de casamento, a promiscuidade sexual e afirma que eram tão importantes quanto questões como o nível salarial, para combater a violência. Lacerda se diz emocionado com a fraternidade com que a reunião transcorrera. Diz que a presença de representantes de diferentes religiões o deixara feliz. Afiança que a Polícia continuaria fazendo o seu trabalho e as religiões iriam intensificar o seu. Lacerda menciona que o objetivo da reunião não fora definir algo prático, mas promover uma tomada de consciência. Átila Nunes agradece o convite do governador e ressalta que a Umbanda, na Guanabara, tinha 18mil centros. Garante que a Umbanda só trabalhava para o bem. Reconhece que algumas vezes dava trabalho aos chefes da Polícia por causa dos tambores tocados até depois das 22 horas. Assegura que os umbandistas estavam à disposição do governo para ajudar no que fosse necessário. Henrique Land assinala que o supremo órgão de Umbanda acompanhava com interesse a campanha do governador para sanear o Rio de Janeiro do banditismo que o ameaçava. O problema não era apenas de âmbito policial, mas estava ligado a uma crise mundial que abalava, principalmente, os países jovens. Afirma que o Brasil sofria com a inflação descontrolada e com uma crônica crise de autoridade.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.256	F1a: 30 min	**F1a: 26/10/1963**	*Faixa 1a*

1. Assunto 1.1.1 Faixa 1a Continuação da Faixa 3, da Fita 255 1.2.2 Faixa 1b Continuação da Faixa Anterior 1.2 Faixa 2 Reunião do Governador Lacerda com o Grupo da Light – Palácio Guanabara 2. Temas 2.1.1 Faixa 1a Átila Nunes, trabalhar na COHAB, problema da violência local e mundial, falta de estrutura da Polícia, número insuficiente de cadeias, obra sincera de recuperação pela fé democracia racial, democracia religiosa, culto da Umbanda, mobilização espiritual contra o crime, serviços sociais, nenhuma família expulsa do barraco, melhorar a Guanabara 2.1.2Faixa 1b Seguidores da Umbanda, esperava encontrar a compreensão, bem da cidade 2.2 Faixa 2 Advogado da Light, concessão de bondes, avanço nas negociações, acordo Light para devolver os bondes ao estado, prejuízo de 4 bilhões e 200 milhões, bondes substituídos por ônibus	F1b: 10 min F2: 20 min	**F1b: 26/10/1963** **F2: 19/06/1963**	Continuação da Faixa 3, da Fita 255 O governador Carlos Lacerda elogia Átila Nunes, a quem indicara para trabalhar na COHAB (Companhia de Habitação). Elogia, também, Henrique Land. Diz que não chamou os umbandistas para a reunião com representantes de outras religiões, porque não caberiam todos na mesma sala. Mas, afirma que pensou em todas. O governador explica porque tinha chamado os umbandistas. Lacerda discorre sobre o problema da violência na Guanabara. E sustenta que não era um problema local, mas mundial. Cita exemplos de violência ocorridos em Washington. Adverte que a falta de estrutura da Polícia e o número insuficiente de cadeias eram alguns dos motivos da onda de violência. Ressalta que a responsabilidade da Polícia era reprimir o crime, mas evitar o crime era responsabilidade de todos. Salienta que o problema era de todos e seria preciso que quem tivesse uma fé sincera, pusesse a fé em uma obra sincera de recuperação, preservação e aperfeiçoamento, para evitar que outros marchassem no caminho do crime. Destaca que as religiões não deveriam esquecer que, através da fé e do amor, podia-se conquistar as almas para o bem. Acredita que o Brasil já era uma democracia racial e esperava que fosse uma democracia religiosa também. Lacerda assinala que estava pedindo ajuda, porque só a Polícia, por mais eficiente que fosse, não iria resolver o problema da violência. Pede que, através do culto de Umbanda, os umbandistas ajudassem a trazer, para o caminho do bem, aqueles que, por diversas razões, estivessem trilhando o caminho do mau. Considera que o povo precisava de uma mobilização espiritual para se livrar do crime e encontrar o caminho do amor e da fraternidade. Adverte que, se recebesse apoio, poderia retribuir, não só com a Polícia, mas com serviços sociais também. Comenta que em dois anos da sua administração nenhuma família fora expulsa do seu barraco pela Polícia. Conta que tinha recebido das associações de moradores das favelas, das associações de moradores de bairros do subúrbio, da Zona Sul e da Zona Norte, demonstrações cada vez mais expressivas de que a população via o seu governo fazer um esforço honesto e sincero para melhorar a Guanabara. *Faixa 1b* Continuação da Faixa Anterior Acrescenta que aprendeu que governar era escolher, mas também era aprender. Lacerda afirma que aprendia todo dia como governador. Acha que as pessoas que passavam dificuldade eram as que compreendiam melhor as dificuldades que enfrentava como governador. Por isso, quando fala aos seguidores da Umbanda, em sua maioria mais pobres, esperava encontrar a compreensão que não encontrava em alguns seguidores de

			outras religiões. Pede que todos se unissem para o bem da cidade. *Faixa 2* Reunião do Governador Lacerda com o Grupo da Light – Palácio Guanabara O advogado da Light fala sobre a concessão de bondes no estado da Guanabara. O governador Carlos Lacerda lamenta que não tivesse havido avanço nas negociações entre o estado da Guanabara e a Light. Comenta que não considerava bom o acordo que a Light propunha para devolver os bondes ao estado. Discute com o advogado da Light sobre os bondes da empresa e esclarece que o estado havia proposto à Light deixar à margem o problema da disputa na justiça e discutir o problema do prejuízo mínimo de 4 bilhões e 200 milhões, em 7 anos, que a Light teria. Em vez disso, um pagamento de 600 milhões por ano que, em cinco anos, somariam 3 bilhões. Além da entrega dos bondes para serem substituídos por ônibus na Zona Norte. Lacerda volta a dizer que o acordo proposto pela Light não poderia ser aceito. O advogado da Light tenta convencer Lacerda, mas o governador permanece irredutível.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.257 1. Assunto 1.1 1 Faixa 1a Continuação da Faixa 2, da Fita 256 1.1.2 Faixa 1b Divulgação dos Resultados de um Campeonato de Judô 1.2 Faixa 2 Entrevista com o Advogado Brasileiro Gilberto Tristão, nos Estados Unidos 2.Temas 2.1.1 Faixa 1a Proposta da Light, direitos adquiridos pela concessionária., decreto de intervenção 2.2.2 Faixa 1b Televisão e assuntos religiosos 2.2 Faixa 2 Bolsa para estudar Direito, Universidade de Colúmbia	F1a: 12 min F1b: 7 min F2: 3 min	**F1a: 19/06/1963** **F1b: 19/06/1963** **F2: [1960/1965]**	*Faixa 1a* Continuação da Faixa 2, da Fita 256 Lacerda continua sem concordar com a proposta da Light, para um acordo com o governo da Guanabara. Salienta que queria acertar uma situação em benefício da população, respeitando os direitos legítimos, direitos adquiridos pela concessionária. O advogado da Light diz que o governador não estava disposto a fazer um acordo, qualquer que fosse a sua proposta. Lacerda lamenta não poder atender à proposta apresentada pelo advogado. E anuncia que poderia ser assinado o decreto de intervenção. *Faixa 1b* Divulgação dos Resultados de um Campeonato de Judô Gravação de um programa de rádio. O apresentador fala sobre a questão: Deve a televisão envolver-se em assuntos religiosos? *Faixa 2* Entrevista com o Advogado Brasileiro Gilberto Tristão, nos Estados Unidos Gilberto fala sobre como conseguiu uma bolsa para estudar Direito em uma universidade dos Estados Unidos. Ele conta que estava estudando na Universidade de Colúmbia e fala sobre a sua vida pessoal.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.258 1. Assunto	F1: 25 min F2: 25 min	**F1: 03/07/1963** **F2: 03/07/1963**	*Faixa 1* Encontro do Governador Carlos Lacerda com Líderes Estudantis da UDN - Palácio Guanabara

1.1 Faixa 1 Encontro do Governador Carlos Lacerda com Líderes Estudantis da UDN - Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa Anterior 2. Temas 2.1 Faixa 1 Estudantes que não eram da UDN, presentes como observadores, estudante deveria estudar e ter atuação cívica, comunistas politização dos estudantes fórmulas feitas rótulo de reacionários, anticomunistas, fascismo não ameaçava o Brasil como o comunismo, Revolução Russa, desmascarar o comunismo 2.2 Faixa 2 Pobreza dos argumentos dos democratas, vereadores comunistas, vantagens dos comunistas, sabiam usar os argumentos, organização muito bem estruturada, proibido falar inutilmente, vários modos de abordar uma questão, líderes latentes, setor estudantil da UDN, programa da UDN atualizado e revisto, supressão do parlamentarismo			O governador Carlos Lacerda agradece a presença dos estudantes que não eram da UDN e que estavam presentes como observadores. Com relação à sua opinião sobre os diretórios estudantis, Lacerda diz que existia uma falsa polêmica. Ele afirma que o estudante deveria estudar, mas isso não o impediria de ter uma atuação cívica. Lacerda reconhece que os comunistas tinham prestado um serviço na politização dos estudantes. O problema, segundo ele, era que os comunistas não deixavam os estudantes formarem o seu próprio juízo, eles preparavam fórmulas feitas, receitas pré-fabricadas e impingiam-nas aos estudantes. Mas, para formar juízo seria preciso estudar, afirma Lacerda. Acha que o estudante deveria ter participação na vida cívica e por isso deveria estudar, para participar conscientemente, para poder influir decisivamente. Acredita que os estudantes não deveriam aceitar o rótulo de reacionários por serem anticomunistas, mas também não deveriam contentarem-se em serem chamados de anticomunistas. Lacerda explica que eles eram anticomunistas porque eram democratas, não eram anticomunistas para defenderem privilégios de ninguém, de nenhuma classe. Ele diz que, por defenderem a justiça e a liberdade, era que eles eram anticomunistas. Comenta que os estudantes precisavam mais da liberdade, porque tinham mais tempo para viver, para aproveitar a liberdade. Lamenta que o estudante comunista abrisse mão da sua liberdade. Considera que os estudantes também poderiam declararem-se antifascistas, mas o fascismo não ameaçava o Brasil como o comunismo. Por isso, não era necessário declarar-se antifascista. Lacerda diz não entender porque a pessoa não tinha coragem de se declarar anticomunista. Ressalta que, depois da Revolução Russa, não se poderia pensar no comunismo como uma ideia de combate às injustiças, de racionalização da economia e até de defesa da liberdade. Sustenta que era preciso desmascarar o comunismo, porque ele era incompatível com a democracia. Para Lacerda, a grande missão do jovem era desmascarar a impostura. *Faixa 2* Continuação da Faixa Anterior Lacerda comenta que vinha notando, em suas andanças pelo Brasil, a pobreza dos argumentos dos democratas. Ele afirma que não havia nada mais melancólico do que ver uma Assembleia Legislativa, com 99% de democratas, serem acuados e levados a votar as coisas mais aberrantes em matéria de democracia, por um ou dois vereadores comunistas. De acordo co Lacerda, os comunistas tinham duas vantagens: primeiro os argumentos, mesmo falsos, que eles tinham e sabiam usar, porque foram treinados para

			isso. Segundo, por terem uma organização minoritária, mas muito bem estruturada, pela qual eles se reuniam antes e combinavam o que cada um iria fazer. Comenta que os estudantes deveriam aprender com esta forma de organização, mesmo não sendo comunistas. O primeiro conselho de Lacerda era saber sobre o que se estava falando. Acha que deveria ser proibido falar inutilmente ou falar sem dizer nada. Defende que antes de ir a uma assembleia, por exemplo, o grupo de pessoas, que pensasse de maneira semelhante, se reunisse e combinasse como agir durante a assembleia, como faziam os comunistas. Lacerda comenta que havia vários modos de abordar uma questão. Ele afirma que havia muito mais líderes latentes, do que se poderia supor. Considera difícil que o setor estudantil da UDN chegasse a ser uma organização de massa. Porém, acha indispensável que os estudantes preparassem as condições de treinamento para os líderes que tinham qualidades naturais. Ele acredita ser fundamental evitar o personalismo e as rivalidades. Pede que os estudantes se manifestassem, fizessem perguntas. Perguntam se o programa da UDN já estava completo Lacerda responde que o programa do partido só teria vitalidade se fosse constantemente atualizado e revisto. Ele sugere a supressão do parlamentarismo do programa, porque acha que naquele momento era inviável a sua implementação no Brasil. Mas, salienta que o primeiro passo seria conhecer o programa. Afirma que a maior parte dos filiados à UDN não conhecia o programa do partido. Sugere que o programa do partido fosse tema de debates.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.259 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa 1, da fita 258 1.2 Faixa 2 Encontro do Governador Carlos Lacerda com Engenheiros Agrônomos 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa Anterior 1.4 Faixa 4 Homenagem ao Governador Carlos Lacerda pelos Gerentes do Banco do Estado da Guanabara 2. Temas 2.1 Faixa 1 Reforma universitária autêntica,	F1: 12 min F2: 9 min F3: 10 min F4: 6 min	**F1: 03/07/1963** **F2: 03/07/1963** **F3: 03/07/1963** **F4: 2º semestre de 1963**	*Faixa 1* Continuação da Faixa 1, da Fita 258 Um estudante, em nome do presidente da Faculdade de Engenharia da Guanabara, agradece o apoio que o governo tinha dado à sua estada nos Estados Unidos, a convite da Associação Internacional Universitária. Anuncia que os alunos da Faculdade de Engenharia da Guanabara iriam percorrer os estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, mostrando o que o governo estava fazendo e que, com democracia e liberdade, podia-se fazer uma reforma universitária autêntica. Lacerda fala especialmente para os estudantes da Universidade da Guanabara. Conta que tinha conversado com alguns presidentes de diretórios, sobre os problemas da universidade. Ele critica a aula inaugural da UEG (Universidade do Estado da Guanabara), que não dizia nada. Pede que os estudantes o ajudassem em duas coisas. A primeira, seria recuperar totalmente o hospital Pedro Ernesto, para torná-lo o Hospital de Clínicas da Universidade. A segunda, era organizar o Departamento Cultural da Universidade. Diz que só aprovaria a autonomia

crítica à aula inaugural da UEG, recuperar o hospital Pedro Ernesto, organizar o Departamento Cultural da Universidade 2.2 Faixa 2 Isenção de impostos para produtores agropecuários, avicultores, hortigranjeiros e as cooperativas cadastradas, indústria de falsas cooperativas, reforma agrária, substituição do demagogo pelo técnico, crises de excesso de produção,crise do café 2.3 Faixa 3 Agrônomo, reforma agrária deve começar pelo Ministério da Agricultura, revolução tecnológica, desaparecimento do latifundiário 2.4 Faixa 4 Fechamento do balanço do primeiro semestre de 1963, 7 agências do BEG, aumento dos depósitos, bom resultado da agência de Paquetá			da Universidade quando percebesse que ela tinha condições de tê-la. Agradece a presença de todos e propõe que se fizessem novas reuniões em que os estudantes falassem mais. *Faixa 2* Encontro do Governador Carlos Lacerda com Engenheiros Agrônomos O governador Carlos Lacerda relata que estava mandando à Assembleia uma mensagem isentando do pagamento de impostos, sobre vendas e consignações e de indústrias e produções, os produtores agropecuários, avicultores e hortigranjeiros do estado da Guanabara, que fossem registrados no Serviço de Economia Rural, na Secretaria de Economia. E também as cooperativas cadastradas. Esclarece que o projeto tinha dado bastante trabalho, porque fora criada uma indústria de falsas cooperativas. Por um lado, para sonegar impostos, e por outro, para desmoralizar as autênticas. Por isso, o estado iria separar o joio do trigo, só seriam isentas de impostos as cooperativas devidamente registradas. Agradece a presença de representantes da Agronomia e da Veterinária dos demais estados, diz que estes atos eram inteiramente pragmáticos e objetivos, não visavam a agradar ninguém em particular. Lacerda afirma que o pequeno estado da Guanabara, que só produzia 20 % do que comia, só poderia produzir mais se fizesse a única reforma agrária necessária e eficaz, na qual ele acreditava, aquela que substituía o demagogo pelo técnico. Defende que a reforma agrária deveria ser feita, mas com o objetivo de aumentar a produção e não distribuir a miséria e a fome. Explica que tinha aprendido muito sobre este assunto com agrônomos e que aprendera muito também com o ex-secretário de Agricultura de São Paulo que constatou que as maiores crises da agricultura brasileira tinham sido crises de excesso de produção, a começar pela crise do café. Lacerda considera que a grande crise do Brasil era de produtividade. Fala que não defendia os latifúndios, mas a comida, sem a qual não havia fábrica que produzisse, porque saco vazio não para em pé. *Faixa 3* Continuação da Faixa Anterior Assinatura de Decreto que Estende aos Agrônomos da Guanabara o Regime de Trabalho de Tempo Integral. Continuação da faixa anterior Lacerda diz que tinha feito questão de realizar uma cerimônia no Palácio Guanabara, para dizer ao agrônomo que ele poderia ficar razoavelmente tranquilo, porque não iria ganhar tanto quanto uma estrela da televisão, mas iria ganhar alguma coisa para não se envergonhar da profissão que escolhera. Deseja de todo o coração, pelos seus

			filhos, pelo seu país, que aquele ato simples fosse não só seguido, mas superado na mais legítima emulação, por todos os demais governos do Brasil. Lacerda diz que a reforma agrária deveria começar pelo Ministério da Agricultura e que com a revolução tecnológica o latifundiário desapareceria naturalmente. *Faixa 4* Homenagem ao Governador Carlos Lacerda pelos Gerentes do Banco do Estado da Guanabara Comemoração do fechamento do balanço do primeiro semestre de 1963, do Banco do Estado da Guanabara. O governador Carlos Lacerda, ao invés de palavras, prefere citar números. Lacerda conta que quando assumira o governo, o BEG tinha 7 agências, e já então o banco contava com 23. Explica que, antes, o BEG tinha 3 bilhões e meio de cruzeiros em depósitos, e estava próximo de atingir 17 bilhões em depósitos. Agradece a colaboração dos gerentes e, para felicitá- los, lê o resultado de cada agência. Comemora o resultado da agência de Paquetá, que fora aberta por sugestão sua. Diz que os números refletiam o trabalho, a dedicação, a honradez e competência de todos que trabalhavam no BEG.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.260 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Solenidade de Entrega de 27 Medalhas a Vários Funcionários do Estado. Assinatura de Vários Decretos de Readaptação 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa 1 1.3 Faixa 3 Visita do Governador Carlos Lacerda á Loja Maçônica do Rio de Janeiro 2. Temas 2.1 Faixa 1 24 mil decretos de servidores readaptados, lembrar dos aposentados, vítimas da inflação, promovidos por merecimento e antiguidade, restauração do concurso público, concurso para cartórios e para o cargo de lixeiro, reduzir para 68% pagamento de pessoal, salário móvel dos servidores, aumento do salário-família, servidores federais transferidos	F1:25 min F2: 11 min F3: 15 min	**F1: 28/10/1963** **F2: 28/10/1963** **F3: 11/09/1963**	*Faixa 1* Solenidade de Entrega de 27 Medalhas a Vários Funcionários do Estado. Assinatura de Vários Decretos de Readaptação. O governador Carlos Lacerda diz que, por trás dos 34 decretos, estavam 24 mil decretos de servidores que tinham sido readaptados. Comenta que os decretos assinados naquele dia eram referentes apenas a servidores que tinham se aposentado. Assinala que no dia do servidor era justo lembrar dos aposentados, que eram, por vezes, as maiores vítimas da inflação. Fala de alguns benefícios que os servidores públicos tiveram no seu governo. Lacerda acentua que, na sua gestão, os funcionários passaram a ser promovidos por apenas dois critérios: merecimento e antiguidade. Calcula que 32 mil servidores seriam promovidos por estes critérios, antes do fim do ano. Fala sobre a restauração do princípio do concurso público, para a admissão do servidor público, que também fora implementada no seu governo. Relata que, em três anos, o governo da Guanabara tinha feito mais concursos públicos do que em toda a existência do antigo Distrito Federal, desde a sua fundação. Lacerda menciona que, pela primeira vez, foram feitos concursos para o preenchimento de cartórios e para o cargo de lixeiro. Conta que havia encontrado 70% do orçamento comprometido com o pagamento de pessoal, e conseguira reduzir para 68%, mas diz que pela Constituição precisava diminuir para 60%. Porem, graças à compreensão da Assembleia, fora instituído o salário móvel dos servidores. Esclarece que

2.2 Faixa 2 Relação de cordialidade com os servidores, servidores caluniados e injustiçados, obras no estado 2.3 Faixa 3 Ajuda da maçonaria, celebração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, crítica à ONU, Angola e Moçambique deveriam continuar a pertencer a Portugal, elogio ao presidente Kennedy, bloqueio a Cuba, maçonaria responsável pela Independência do Brasil			quanto maior a arrecadação, maior o salário dos servidores. Pede que a Assembleia aprovasse o aumento do salário-família. Ressalta que as professoras do estado da Guanabara ganhavam mais do que as professoras dos outros estados do Brasil. Por isso, não podia dar aumento de 50%, e pede a colaboração dos servidores para afastar os demagogos. Lacerda promete que a partir de outubro daquele ano, o salário mínimo dos servidores seria de 31 mil cruzeiros, 10 mil cruzeiros a mais do que o salário mínimo estabelecido pelo Ministério do Trabalho. Salienta que os servidores federais transferidos para a Guanabara teriam o mesmo tratamento que os servidores estaduais. *Faixa 2* Continuação da Faixa 1 Lacerda afirma que jamais se preocupara em saber em quem os servidores tinham votado. Por isso, tinha uma relação de familiaridade e cordialidade com os servidores. Lacerda comenta que encarnava o povo que o elegeu e tinha o dever de defender o mandato com a vida. Por isso, não temia nenhuma ameaça, pois vivia e encarnava o povo que o havia eleito. Morto, encarnaria a revolta do povo que o vingaria. Acredita que representava no estado a lei, a ordem, o progresso e a paz. Assinala que os servidores eram caluniados e injustiçados, e que acusavam os servidores de absorverem tudo o que rendia a Guanabara, bom pretexto para nada fazer com o dinheiro público. Mas, ao invés de diminuir os ordenados no seu governo, aumentou-os, e, ao invés de diminuir o número de funcionários, o governo havia contratado mais para as áreas que precisavam e, mesmo assim, nunca se fizera tantas obras no estado, assegura Lacerda. A partir dos 4 minutos o conteúdo é igual ao da fita 255 – faixa 1 e do início da fita 255 – faixa 2 Lacerda retruca que tinha aceitado porque era preciso salvar a liberdade no Brasil, através da volta da disciplina consciente, própria do regimes verdadeiramente democráticos. Ele critica um pequeno grupo de militares que tinham desonrado a sua classe, por se organizarem para prenderem e matarem, sem respeito à lei, um governador e seus auxiliares. Lacerda assinala que tinha aceitado porque era preciso restaurar no país a confiança na lei, na honra e no trabalho. Comenta que, em pouco tempo, na Guanabara, os servidores do estado, que eram criticados, estavam mostrando que podiam trabalhar bem, quando havia um governo que trabalhava. O governador manifesta seu orgulho por, no dia do servidor, poder comparecer, perante aos servidores do estado, com a tranquilidade de quem era o primeiro servidor público do estado da Guanabara. Agradece a comissão por adotar um critério impessoal, objetivo e minucioso, com que selecionaram os

			servidores que mereciam as medalhas. Pede a comissão que enviem a minuta da mensagem para que ele enviasse à Assembleia Legislativa. Agradece a presença de todos. *Faixa 3* Visita do Governador Carlos Lacerda á Loja Maçônica do Rio de Janeiro O governador Carlos Lacerda comenta que era a primeira vez que entrava naquele recinto, em que, tantas vezes no passado, entrara seu pai. Menciona ser grato à maçonaria por ter sido ajudado pelos maçons, quando sua família passara por dificuldades financeiras. Assinala que era uma honra participar da homenagem em que se celebrava a promulgação, pela ONU (Organização das Nações Unidas), da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso, porém, não significava a concordância com erros capitais praticados pela ONU. Critica a timidez com que ela se comportava em relação ao desaparecimento da Letônia, Estônia, Lituânia, ante a ocupação da Hungria, da Polônia, da Checoslováquia. Lacerda continua a criticar a ONU e defende que Angola e Moçambique continuassem a pertencer a Portugal, por não desejarem a separação. Cita como exemplo o caso de Porto Rico e Havaí que pertenciam aos Estados Unidos, mesmo distantes geograficamente do território americano. Elogia o presidente Kennedy por fazer o bloqueio a Cuba, para salvar a liberdade no mundo. Salienta que este era o pacifismo verdadeiro, das nações que se preveniam e não chamavam para intervir nos seus problemas de base, e não chamavam para opinar sobre as suas indústrias, sobre a sua energia, sobre os seus combustíveis, aqueles que, por vocação e por ideologia, eram obrigados a destruir a economia e a estrutura das nações livres, para lhes impor um regime de escravidão. Acredita que a maçonaria tinha sido a responsável principal pela Independência do Brasil e era a zeladora de sua soberania. Explica que era por isso que comparecia, associando o governo à demonstração de apreço pela Declaração dos Direitos Humanos, e em solidariedade à homenagem que se prestava ao presidente John Kennedy.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.261 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Homenagem ao Governador Lacerda, na Casa de Portugal 1.2 Faixa 2 Carlos Lacerda Confere o Título de Cidadão Carioca à Família Irineu Marinho 1.3 Faixa 3	F1: 10:21min F2: 17:52min F3: 27:39min	**F1: 28/02/1964** **F2: 04/03/1964** **F3: 04/03/1964**	*Faixa 1* Homenagem ao Governador Lacerda, na Casa de Portugal Carlos Lacerda anuncia as autoridades presentes, entre elas o cônsul geral de Portugal e o presidente da Casa de Portugal. Ele sublinha sua gratidão pessoal e a honra que o Governo do Estado sentia por estar presente no momento em que a casa benemérita dava um novo passo no caminho de suas realizações. Ele fala da 'larga e fecunda' tradição de amor ao próximo que tinha banhado Portugal desde os seus começos, com as Santas Casas de Misericórdia, precursoras dos serviços de seguro social, da assistência médica

Continuação

1.4 Faixa 4
A fita 261, faixa 4, tem o mesmo conteúdo da fita 265 - faixa 2

2. Temas

2.1 Faixa 1
Santas Casas de Misericórdia, precursoras dos serviços de seguro social, da assistência médica, democracias verdadeiras, reforma de estrutura, estatização do serviço médico, socialização da medicina, sistema de convênios, concessão de títulos honoríficos

2.2 Faixa 2
Instrumento que realce a contribuição dos estrangeiros, opinião pública, medalhas comemorativas, progresso da cidade, amálgama cultural e social, escolha são sugestões dos leitores do jornal

2.3 Faixa 3
Estrangeiros que tiveram importância na história da cidade, importância do jornal *O Globo*, iniciativa de concessão dos títulos, Ordem dos Cariocas Honorários, prefeito da cidade de Mônaco, Medalha do Principado de Mônaco, FGV, evolução dos investimentos econômicos do estado, bons serviços prestados por servidores públicos, futuro presidente da República

2.4 Faixa 4
Importância dos militares, profissionais das Forças Armadas, Ministério da Educação, educação é assunto de burocratas, regime representativo, voto geral, contra o voto de analfabetos, Brasil andaria para trás, educação para o desenvolvimento, Programa de Ação Econômica do Governo Revolucionário, Plano Roberto Campos, salto sobre o atraso, revolução tecnológica, reforma agrária, legião de proletários mal pagos, setor terciário da

aos que precisavam. Lacerda considera que a variedade na simultaneidade de soluções, quer no campo específico da referida instituição, quer no campo geral das atividades humanas, era característica das democracias verdadeiras. Ele ratifica que quando se pensava em reforma de estrutura e se pensava numa única solução, estava se fazendo tudo, menos democracia. Quando se propunha a estatização do serviço médico, quando se procurava fazer de todos os médicos funcionários públicos, estava se propondo tudo, menos a democratização da medicina e, ainda menos, a socialização da medicina. Lacerda sustenta que ninguém jamais poderia dizer que o sistema da previdência social, em hospitais próprios e exclusivos, fosse melhor, à luz da experiência que tinham no país. Diz que o sistema de convênios, até então, havia provado que era o melhor, e naquela casa, o convênio com um dos institutos de previdência funcionando a contento de ambas as partes e, sobretudo, daquela terceira parte, que era precisamente a mais interessada e geralmente a menos ouvida, seria uma demonstração da necessidade de expandir, ao mesmo tempo, quer os serviços próprios do seguro e da previdência social, quer aqueles que, por convênio, davam à comunidade a oportunidade de colaborar, de participar e de executar uma larga parte das responsabilidades de que a previdência social estava incumbida. Ele discorre sobre a concessão de títulos honoríficos no estado da Guanabara e os critérios de escolha. Salienta ter sido ratificado, por todos os membros do secretariado de seu governo, o decreto, o qual ele tinha a honra de assinar, relativo a um dos eminentes e devotados compatriotas, a um dos concidadãos da cidade-estado do Rio de Janeiro: Antônio Saldanha da Vasconcelos. Lacerda então lê o decreto de concessão do título de cidadão honorário da cidade do Rio de Janeiro a Antônio Saldanha de Vasconcelos e fala um pouco de sua história, desde sua vinda de Portugal para o Brasil. Diz que a homenagem prestada pelo estado visava também à sua admirável atividade no Real Gabinete Português de leitura do qual era secretário e, no momento, presidente em exercício, pois esperava que esta benemérita instituição recebesse, através de seu presidente em exercício, o tributo que lhe devia a cidade-Estado do Rio de Janeiro.

Faixa 2
Carlos Lacerda Confere o Título de Cidadão Carioca à Família Irineu Marinho
Cerimônia de entrega dos títulos de cidadãos cariocas honorários, do ano de 1964, no salão nobre do Palácio Guanabara. O governador Carlos Lacerda organiza a composição da mesa, chamando os embaixadores de Portugal, da Áustria e de Israel, entre outros. O locutor da

economia, contra o ensino universitário gratuito, reforma da universidade, pesquisa científica, elogio a Flexa Ribeiro, oferta da escola pública, escola privada, questão religiosa, salário dos professores, televisão deseduca, processo de deseducação, crítica à universidade, culto ao economista			rádio Roquete Pinto anuncia o colunista de *O Globo*, Rui Porto, para dar início à cerimônia. Ele diz que, em nome de Roberto Marinho, diretor e redator-chefe de *O Globo*, pedia licença ao governador Carlos Lacerda para iniciar a cerimônia, passando a palavra ao professor Walter Poiares, chefe de Relações Públicas de *O Globo*. O professor Walter Poiares anuncia as autoridades presentes. Fala que a direção de *O Globo*, já de longa data, cogitava de um instrumento que realçasse, perante a opinião pública, a contribuição trazida à nossa vida de povo e cidade por aqueles que nasceram em outros países. Mas, acrescenta que a iniciativa de entrega de títulos e respectivas medalhas comemorativas a cidadãos estrangeiros residentes no Rio só se concretizaria em 1956, partindo da convicção de que o progresso da cidade não fora tarefa exclusiva dos cariocas, mas de todo um amálgama cultural e social de que o estrangeiro, perfeitamente identificado e integrado, não constituía exceção ou parte menor Comenta, ainda, o professor Walter Poiares, que o número de estrangeiros, com o título de cidadão honorário carioca, era de 68 até então, contando, inclusive, com os falecidos. Salienta que a escolha era feita através das sugestões dos próprios leitores do jornal. Ele apresenta, então, os cidadãos honorários de 1964, contando sobre eles uma breve história que relatava seus méritos. Entre eles, Adolpho Bloch, Arturo Vecchi e Roberto Bebiano Costa. *Faixa 3* Continuação da Faixa Anterior Entrega dos títulos de cidadãos honorários cariocas, no ano de 1964, a estrangeiros que tiveram sua importância na história da cidade do Rio de Janeiro. Um homenageado, em nome dos demais, fala da importância do jornal *O Globo*, considerando-o como o jornal de maior projeção do Brasil, e louva sua iniciativa de concessão dos títulos. Exalta a figura de Roberto Marinho e agradece à cidade que tão bem acolhera os estrangeiros. Após este discurso fala, em nome da Ordem dos Cariocas Honorários, o seu presidente, Kurt Adler. Ele menciona que, pela primeira vez, desde a instituição do título pelo jornal *O Globo*, a Ordem tinha a honra de presenciar a agraciação dos novos companheiros. Diz que a Ordem dos Cariocas Honorários se orgulhava de ter como presidente de honra o Sr. Roberto Marinho, que representava um verdadeiro estímulo para a causa deles. Diz, com imensa satisfação, que a Ordem era uma imensa família. Ele felicita os novos companheiros e o jornal *O Globo* pela feliz escolha dos membros de 1964. Já no fim de seu discurso, ele dá um aviso, em nome da Ordem, o prefeito da cidade de Mônaco, através de uma carioca honorária, conferiu, à Ordem dos Cariocas Honorários, a Medalha do Principado de Mônaco.

			Como presidente da Ordem, Kurt Adler transferia tal honraria a Roberto Marinho, presidente de honra da Ordem dos Cariocas Honorários, pedindo licença ao governador Carlos Lacerda, na cerimônia, para proceder à entrega. Com a palavra o governador Carlos Lacerda. Ele diz que seriam poucas as suas palavras. Felicita *O Globo* e os que o trabalhavam pelo êxito da ideia que tiveram e também por terem dado ao Governo do Estado a oportunidade de acolher, na casa do estado, o Palácio Guanabara, a cerimônia. Ele se congratula com os novos cariocas honorários da Ordem criada pelo *O Globo*. Lacerda diz que lhe cabia sublinhar o que acabara de publicar, sobre a conjuntura econômica, a FGV (Fundação Getúlio Vargas), que ele considerava um órgão técnico e apolítico. Ele lê a publicação que divulgava que os investimentos novos em empresas novas ou em expansão (no caso das existentes) no estado da Guanabara, no ano de 1963, tinham ultrapassado os investimentos semelhantes no estados de São Paulo e Minas Gerais. Ele compara os números dos anos anteriores dos três estados para mostrar a evolução dos investimentos econômicos do estado da Guanabara. Diz que o trabalho honrado inspirava, aliciava e contagiava; suscita confiança e espírito reprodutivo. Exalta o papel dos cariocas honorários nos números positivos. Observação: o áudio termina aos 00:19:50. E aos 00:20:02 há um novo áudio, cujas informações são as que se seguem. O governador da Guanabara Carlos Lacerda passa a palavra ao Dr. Ivan de Oliveira Lima. Ele anuncia as autoridades presentes. Fala em agradecimento pelo recebimento da medalha de bons serviços prestados por servidores públicos do estado da Guanabara. Ele exalta o governo de Carlos Lacerda e suas realizações na Guanabara. Elogia a figura de Lacerda como futuro presidente da República. Carlos Lacerda, ao retomar a palavra, agradece e chama o Dr. Carlos Soares Pereira para falar. Ele também anuncia as autoridades presentes e discursa em tom de agradecimento à premiação. *Faixa 4* A fita 261, faixa 4, tem o mesmo conteúdo da fita 265 - faixa 2 Lacerda discorre sobre a importância dos militares. Informa que não haveria Secretaria de Serviços Públicos, nem Companhia Telefônica, nem Companhia de Transportes, nem um diretor de trânsito na Guanabara, se não fossem buscar nas Forças Armadas os profissionais de que se precisava. Lacerda determina a revolução de 1930, com a imposição de uma realidade industrial, o marco da alteração profunda dos dados do velho problema educacional no Brasil. Diz que se começou a assistir, a partir de 1930, a um processo de desorganização das ideias, e o

			Ministério da Educação tinha conseguido o milagre de fazer com que a educação não fosse mais assunto de conversa no Brasil. A educação passou a ser assunto apenas de alguns burocratas. Passou a ser objetivo da educação livrar-se da escola. Um aspecto é levantado por Lacerda: se não fosse proporcionada aos brasileiros a igualdade de oportunidade de educar-se não poderia haver, no Brasil, desenvolvimento industrial e nem redemocratização. Para ele, só haveria regime representativo no Brasil quando todos votassem. Lacerda concorda com o seu secretário de Educação, Flexa Ribeiro, quando este diz que o problema do voto do analfabeto não era o voto em si, mas o próprio analfabeto. Lacerda mostra-se contra o voto da massa de analfabetos que existia no Brasil, com o seguinte argumento: se fossem os analfabetos 2% ou 3% da população, ele salienta que até seria a favor, pois talvez isso os melhorasse e não pioraria o Brasil; mas, como se tratava de uma porcentagem muito grande, ele acredita que se dessem o direito de voto a eles, o Brasil andaria para trás, e eles juntos. Um terceiro aspecto levantado pelo governador tinha a ver com a educação para o desenvolvimento. Ele menciona que parecia que se vira cantar o desenvolvimento, mas não se sabia onde. Afirma que não seria possível industrializar e defender uma nação, com uma educação primária tão precária em quantidade e em qualidade. Acha que não seria possível sequer organizar e manter Forças Armadas eficazes, se não se aumentasse rapidamente o nível de escolarização de grau médio. Lacerda discorre sobre o Programa de Ação Econômica do Governo Revolucionário – PAEG -, o chamado Plano Roberto Campos, que, segundo ele, não era plano, porque o Brasil ainda não chegara à fase de fazer planejamento, pois não tinha estatística. O governador acrescenta que o país estava na fase dos programas de setor e de regiões (um programa para a educação, um programa para o Nordeste, etc.) Lacerda entende que a grande tarefa da educação no Brasil, para fazê-lo dar um salto sobre o seu atraso, consistia em fazer da educação um instrumento para a revolução tecnológica no país. Acrescenta que não sabia como se poderia falar, em um capítulo do PAEG, em expandir as exportações e no outro em reduzir o ritmo do desenvolvimento tecnológico de nossa indústria, pois como poderíamos competir com a indústria de todo mundo, que não cessava de progredir tecnologicamente, se fosse freada a tecnologia no Brasil apenas sob pretexto de dar um maior número de empregos a mão de obra não qualificada. Ele crê que esta fosse uma concepção estática e antieducacional do desenvolvimento industrial e econômico brasileiro. Salienta que não era verdade que, no mundo inteiro, estivesse aumentando o setor secundário, isto é, o da

			indústria. Para ele, a velha ideia, que era própria dos que pregavam a reforma agrária, como aqui então se pregava, de transformar a nação num país de 'chacareiros' e de transformar a nação num conjunto industrial atrasado, baseado numa legião de proletários mal pagos, famintos, era uma ideia do século XVIII e não uma ideia para o século XXI, que se aproximava. Lacerda destaca que, na verdade, o que no mundo inteiro então se verificava era o aumento cada vez maior de braços e cérebros - sobretudo estes últimos -, para o chamado setor terciário da economia, isto é, serviços intermediários formados por técnicos de vários graus, homens cujo nível educacional lhes permitisse fazer o máximo no mínimo de tempo e com o máximo de remuneração. Lacerda defende que tecnologia nunca fora fator de desemprego, pelo contrário, cita que os teares automáticos, por exemplo, produziram mais emprego, porque uma infinidade de negócios, uma infinidade de atividades surgiram do desenvolvimento industrial, com uma tecnologia adiantada. Acrescenta que a educação necessária ao Brasil era a educação que trouxesse, para aqui, uma visão pragmática do que seria o sistema escolar, generalizando a educação primária, pela descentralização na execução das obras, cabendo à União suprir ou suplementar verbas, orientar e fiscalizar a aplicação de suas verbas. Fiscalizar e não fazer, mandar fazer, aceitar que se fizesse e nunca pretender fazer. Dotar o curso secundário de maior flexibilidade, com uma educação diversificada, de acordo com a região e a camada social. Ele fala em dar à universidade e ao ensino técnico o seu devido lugar e não ter a pretensão absurda de fornecer o ensino universitário gratuito, uma das fontes da "imensa impostura" universitária no Brasil. Ele fala em verbas insuficientes para manter o sistema universitário gratuito no Brasil, dado o alto custo per capta por aluno em algumas universidades brasileiras. Adverte que, sem o exagero da expressão, se o Brasil mandasse o aluno estudar em Oxford ou Harvard sairia mais barato para a nação. Considera ter chegado, no Brasil, à situação de ter que dizer, nua e cruamente, a verdade, afirmando que "ou reformamos a universidade, e esta sim seria uma reforma de base a fazer, ou a transformaríamos num 'Palácio de Crachás', de comendas indevidas, a começar pelo nome grotesco de magníficos reitores importados da Europa, com um cerimonial que um dia teria sentido, mas que era simplesmente grotesco, quando víamos gastar-se mais com o restaurante dos estudantes no Calabouço, do que se gastava com toda a pesquisa científica no Brasil! Antes de passar às perguntas dos presentes, Lacerda encerra o seu discurso dizendo que se havia alguma coisa a ser feita no Brasil, seria trabalhar. Ele cita como exemplo a lição que a Guanabara tinha dado ao

			Brasil e exalta o papel de Flexa Ribeiro, seu secretário de Educação, na revolução da escola, esta sim uma revolução de base. Observação: Aos 00:22:15 encerra-se o discurso do governador, ao qual segue-se uma salva de palmas. Após a salva, inicia-se a série de perguntas dirigidas ao governador. Respondendo à primeira pergunta, ele discorre sobre o estado como promotor de iniciativas particulares, no âmbito da educação. Ele diz que a educação era um dever do estado, mas, deveria assegurar aos pais o direito de escolherem a escola que queriam para seus filhos. Para Lacerda, se os pais pudessem pagar escola particular para seus filhos. ninguém deveria proibi-los disto. Acrescenta que o que se via na Guanabara, era a não criação de novas escolas primárias particulares, pois os pais tinham a oferta da escola pública, com condições de ser estendida pelo governo a todas as crianças. Porém, assinala que isso não era forçado pelo governo, senão em decorrência das dificuldades de vida, especialmente da classe média. Sobre o ensino secundário, Lacerda diz que o Estado não tinha condições de oferecer escolas para atender a toda a demanda, e daí recorrer-se à iniciativa privada, e as escolas particulares eram pressionadas pela comunidade e pelas autoridades a baixarem o padrão de seu ensino, em nome da barateza do ensino. Lacerda acha que não era esse o propósito da escola privada, pois ela deveria cobrar o que bem entendesse, desde que a escola pública fosse proporcionada a todos, deixando aos pais a livre escolha. A isso Lacerda dá o nome de liberdade de ensino, que tinha dois ‘sulcos’, sendo um deles a questão religiosa, pois para Lacerda era natural, legítimo e desejável que os pais, católicos ou protestantes, procurassem para os seus filhos uma educação de tipo confessional, sem prejuízo da qualidade geral do ensino. Daí que tais entidades deveriam ser respeitadas, como o Santo Inácio, por exemplo. Para Lacerda, não havia uma crise do ensino privado, por conta da abundância do ensino público, mas sim uma crise do ensino privado, por conta da escassez do ensino público. Respondendo à outra pergunta, destaca que era tão a favor da liberdade de ensino e do ensino privado, que tinha registrado isso na Lei de Diretrizes e Bases e quase perdera a eleição para governador, porque uma das calúnias, que mais pegaram contra sua candidatura, era a de que, sendo eleito, ele acabaria com a escola pública. Mas, ele conclui: “o dever do estado é assegurar, na forma da Constituição, o direito à educação, podendo os pais exercer esse direito como bem entenderem, contanto que não deixem de exercê-lo”. Em resposta a outra pergunta, Lacerda fala da paridade de ensino entre o particular e o privado, no que diz respeito ao padrão de qualidade. Comenta que, quando o estado da Guanabara

			concedeu bolsas de estudo para o ensino secundário, não tinha visado baixar o padrão de ensino de escolas com excelência, tendo como parâmetro as posses dos pais, mas o critério de escolha tinha sido a capacidade intelectual dos filhos. De acordo com o governador, era justo que a criança que mostrasse aptidão para tal ou qual ensino pudesse explorar suas potencialidades, numa escola que oferecesse um ensino de excelência. O governador salienta que não havia ensino, que fosse de qualidade, barato. Ele se vale de números, de cifras como, por exemplo, o salário dos professores, o que para ele ainda era pouco. E reconhece que, infelizmente, a percentagem de desqualificações para a concessão de bolsas era enorme, porque "a televisão, em vez de educar, deseduca; o rádio, em vez de educar, deseduca; a imprensa, em vez e educar, deseduca; por causa das histórias em quadrinhos que desabituam de ler; por causa do preço do livro que torna proibitiva a leitura; por causa da dificuldade de transporte que ocupa uma grande parte do tempo disponível para a formação de um conhecimento básico, que permita o aproveitamento em aula". O governador acha que estávamos em pleno processo de deseducação. Conta que pedira ao secretário de Segurança e ao secretário de Justiça, que fossem tomadas providências junto ao juiz de menores para evitar as novelas que se apossaram da televisão exatamente na hora dedicada, em princípio, às crianças. Ele acrescenta: "Ou nós limpamos a televisão e o rádio desses fatores de deseducação e, sobretudo, utilizamos melhor os instrumentos modernos de comunicação para fazer educação em massa, ou estamos jogando fora a conquista da ciência e da técnica para promover o processo de burrificação de um povo!" Lacerda condena o desconhecimento de que o processo de educar não termina e nem começa na escola. Ele ratifica que tal processo durava a vida inteira e se comunicava a todos os compartimentos da vida. Isso deveria ser parte da revolução pela educação, salienta Lacerda. Sobre a UEG (Universidade do Estado da Guanabara), ele diz que ela fora constituída inicialmente por uma série de escolas isoladas, que se agregaram mediante uma greve de estudantes, que acamparam junto à antiga Câmara dos Vereadores, exercendo uma pressão sobre estes que incorporaram a UEG mediante uma lei, como se uma lei fosse o bastante para formar uma universidade. O governador acrescenta, com franqueza, que não tinha nada a ver com uma universidade como a que existia até então. Lacerda reconhece que o dinheiro disponível não dava para manter uma universidade. Informa que tinha dado de presente, à Universidade do Estado da Guanabara, o hospital Pedro Ernesto. Diz que a primeira coisa que fizeram fora aumentar enormemente os vencimentos dos professores e

			dos funcionários, absorvendo uma verba que não dava para tal. Então, o que tinha sido feito, como condição da entrega do maior hospital do estado à Faculdade de Medicina do estado, fora que uma percentagem determinada da verba, que o estado entregava à Universidade, fosse para o Hospital de Clínicas e não para aumentar indefinidamente os ordenados da Universidade. Lacerda diz que a UEG ignorava um dos principais papéis de uma Universidade, que era a oferta de cursos de extensão universitária, que fazia alguns, mas não fazia o bastante. Para Lacerda, universidade sem pesquisa, universidade sem extensão universitária, universidade que não comunicava os seus conhecimentos à massa de cidadãos, universidade sem cursos livres, universidade que não fazia a interpenetração de cursos... enfim, não era universidade. Ele encerra o debate, sobre escola oficial e escola particular, dizendo que a população crescendo, como vinha crescendo a população da Guanabara, não havia razão para brigas entre uma e outra, pois mesmo abrindo mais escola pública e mais escola privada faltariam sempre escolas para muitos. Salienta que não era preciso razão para alarme. Quanto ao ponto relativo às elites, ele diz que o único subdesenvolvimento que o alarmava no Brasil era o subdesenvolvimento mental e que tinha se estabelecido uma perigosa confusão entre o conceito de democracia e o conceito de mediocridade, pois passou-se a julgar que a democracia era o regime da mediocridade, quando, quem quer que tenha meditado um pouco sobre o problema da democracia, sabia exatamente que a democracia era o regime mais difícil, precisamente porque a maioria escolhia os melhores, ou ao menos deveria escolhê-los; e era preciso que existissem os melhores para que a maioria pudesse escolhê-los. Agora, se os melhores vinham de uma camada economicamente mais dotada, ou não, Lacerda diz que isto dependia do grau de democratização do seu sistema escolar. Mas, não era apenas isso. Lacerda diz que, havia tempos, um eminente deputado alemão, presidente da Comissão de Educação e Cultura do Bundeshaus, do Parlamento de Bonn, fora interpelado pelo governador acerca do aparente mistério: “Como pôde o país que inventou a escola pública, o país que melhor aperfeiçoou o sistema de universalização do ensino público primário, o país dotado de algumas das mais estupendas universidades do mundo, como pôde sucumbir, aparentemente com tanta facilidade, à mística e ao carisma dos líderes nazistas? Como pôde a Alemanha ‘nazificar-se’ tão facilmente, dado o alto grau de educação e de informação de seu povo?” E o deputado respondeu a Lacerda que a escola alemã tinha se preocupado em ensinar como fazer as coisas, muito mais do que ensinar

			como entendê-las, que a escola tinha se desinteressado do sentido geral da sociedade e, divorciando-se da religião, havia se divorciado, também, em certo sentido, daquilo que se poderia chamar formação, ministrando um ensino de informação, muito mais do que um sistema de formação dos seus cidadãos. E, fazendo uma comparação com o que se passara na Alemanha, Lacerda menciona que era justamente esse o perigo pelo qual também estava passando a escola brasileira. Ele critica a oferta de ensino de Moral e Cívica da forma como era oferecido no Brasil, à parte das demais disciplinas, consistindo em lições, dadas em poucos minutos, do tipo: "o hábito de fumar é detestável!" "Devemos amar a pátria, simbolizada na sua bandeira e no seu hino!". Assinala que a escola estava ensinando técnicas, mas não estava ensinando uma ética de vida. Considera que o Brasil estava passando do 'culto do bacharel' para o 'culto do economista'. Ele salienta que era esse o descompasso entre a educação e a sociedade brasileira de então. Na opinião de Lacerda, para formar elites seria preciso não apenas multiplicar escolas, mas melhorá-las, no sentido não só pedagógico das disciplinas e do currículo, mas, sobretudo, no sentido da variedade e da flexibilidade das experiências educacionais. O governador diz que era preciso dar o sentido de elite, de formação de elite, uma conceituação diversa do que ela fora até então pois, durante muito tempo, no Brasil, chamou-se de elite o corpo constituído não dos mais ricos, mas dos mais brilhantes, e era tempo de chamar de elite o corpo constituído dos mais úteis à sociedade. Em resposta à outra pergunta, a última feita na fita, Lacerda diz que era preciso que as escolas se adequassem à realidade histórico-social do Brasil. Ele cita como exemplo o caso das enfermeiras. Assinala que a lei brasileira exigia, para se exercer a profissão de enfermeira, curso superior. Isso, num país que tinha um déficit parecido com 100% de enfermeiras, salienta o governador. Comenta que uma moça que tinha que fazer curso superior para ser enfermeira, se estudasse mais um, formava-se em odontologia; se estudasse mais dois, formava-se em medicina. Portanto, tinha sido aberto um curso de auxiliar de enfermagem, sem a exigência do curso superior. Entretanto, Lacerda diz que havia 500 moças inscritas e não havia onde ensiná-las, pois a escola Raquel Haddock Lobo se recusava, alegando ser uma escola superior, não podendo formar auxiliares de enfermagem.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.262 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Homenagem ao Governador Carlos Lacerda, no Monte	F1: 30:42min F2: 20:10min	**F1:24/03/1964** **F2: 27/07/1964**	*Faixa 1* Homenagem ao Governador Carlos Lacerda, no Monte Líbano, Prestada pelo Lions Clube Carlos Lacerda agradece a gentileza e a cordialidade do convite para participar da reunião. Ele diz que via com justo júbilo progredir, na Guanabara, a ideia que presidia a formação e a

Líbano, Prestada pelo Lions Clube 1.2 Faixa 2 Entrega de Medalhas aos Motoristas Padrão, no Palácio Guanabara 2. Temas 2.1 Faixa 1 Democracia sinônimo de liberdade, Winston Churchill., democracia em perigo, domínio da minoria sobre a maioria, tiranias esclarecidas, tiranias plebiscitárias, Terceiro Reich., aliança crescente entre o totalitarismo soviético, o caudilhismo e as ditaduras dos tiranetes sul-americanos, sucessores dos nazistas, aliança com a corrupção, política oligárquica, exemplo de Cuba, governo da coisa pública. revolução tecnológica, Karl Marx ultrapassado riqueza concentrada, pobreza espalhada, ideia única, novos pseudoproprietários, terra deserta, sem recursos, dados dos recenseamentos de 1950 e de 1960, IBGE, Plano Trienal, problema é o minifúndio, obsolescência da rede bancária, falta de método 2.2 Faixa 2 Sociologia dos motoristas de táxi, opinião com base no taxista, profissão de taxista, autonomia aos taxistas, renovação da frota de táxis, motorista-modelo, Bahia, resistência à vulgaridade, herança colonial e as raízes da fé cristã, democracia racial e social			expansão do Lions Clube. Ele deseja que crescesse o espírito que comandava e inspirava as atividades do Clube e reafirma que democracia era sinônimo de liberdade. Comenta que ninguém havia caracterizado melhor a perfeita identidade dos dois conceitos do que o “velho Leão” Winston Churchill. Sustenta, também, que a democracia ficava em perigo toda vez que os democratas a entregavam aos inimigos da liberdade. A terceira afirmação, decorrente da segunda, era a de que tudo que, até então, se conseguira propor ao homem e à coletividade, como o sucedâneo da democracia visava, afinal, a impor, de uma forma ou de outra, o domínio da minoria sobre a maioria, fosse esse domínio através das antigas formas da tirania esclarecida, fosse através da nova forma de tirania com o apoio das massas, as “tiranias plebiscitárias”, como a do Terceiro Reich. Lacerda menciona que se processava, na América Latina, um entendimento entre os inimigos da liberdade, por meio da aliança crescente do totalitarismo soviético com as velhas formas antigas do caudilhismo e das ditaduras dos tiranetes sul-americanos. Considera que os comunistas totalitários eram os sucessores dos nazistas, ocupantes e opressores de povos livres inimigos da democracia. Acrescenta que eles sabiam que seu destino, nas terras do continente americano, dependia da sua aliança com a corrupção e de seu entendimento com as velhas ambições personalistas, da política oligárquica dos antigos caudilhos. Ele cita o exemplo de Cuba, com a ascensão de Fidel Castro. Lacerda denuncia que os totalitários comunistas não respeitavam princípio algum, senão a ambição pelo poder absoluto, usando a nação como uma coisa sua e o povo como seu lacaio. Lacerda reconhece que as democracias eram mais lentas para moverem-se internamente, e, em cada nação que os totalitários ameaçavam, os democratas custavam a comoverem-se e a mobilizarem-se. Explica que isso se dava por simples razões: normalmente o povo elegia seus representantes para que eles governassem politicamente uma nação, tendo mais o que fazer do que ir, todo dia à praça pública, substituir-se a vereadores, deputados, senadores, ministros, presidente, no governo da coisa pública. Acrescenta que, quando o povo estava ausente, fora da praça, não era porque ele estivesse alheio, mas sim porque estava trabalhando, pois tinha um lar a gerir e, além disso, não dedicava todo o seu tempo à destruição e à desagregação. Lacerda afiança que não havia nada mais frágil, nada mais pueril, nada mais fragmentado do que a pseudomaciça ideologia do totalitário comunista. Acredita que as profecias em que ela se alicerçava foram destruídas pela revolução tecnológica do mundo moderno e que Karl Marx havia se enganado redondamente ao prever, no século XIX, que o mundo teria uma

			riqueza cada vez mais concentrada, na mão de um número cada vez menor de pessoas, e uma pobreza cada vez mais espalhada, na mão de um número cada vez maior de criaturas. Acrescenta que o que se notava no mundo livre era o inverso: a riqueza se socializava, socializavam-se os produtos do trabalho, à medida que o trabalho adquiria sua verdadeira função de principal valor de todo esforço humano. Lacerda acha que a democracia era incompatível com a existência de uma ideologia única. Esclarece que a democracia tinha doutrina e deveria ter programas diversificados. Subordinada à tirania da ideia única, adverte ele, já não era mais democracia. Para Lacerda, democracia era sinônimo de variedade, de simultaneidade de soluções competitivas; era a competição construtiva dos homens, em direção a uma sociedade melhor. Sobre a reforma agrária no Brasil, ele diz que quando se falava nesse assunto, ele temia que muitos não soubessem do que estavam falando. Ele diz: "Quando se fala em reforma agrária em termos de modernização, de racionalização do trabalho agrícola, em termos de melhor utilização da terra, em termos de aumento da capacidade de produção de cada trabalhador agrícola, para que ele possa ganhar mais e ter salários compatíveis com a sua dignidade, e salários comparáveis com os dos operários da indústria, então está se falando de uma reforma agrária verdadeira, necessária, urgente e democrática; quando se fala em reforma agrária em termos unicamente de tomar propriedades e dividi-las, sem mais nada, deixando os novos pseudoproprietários com o título de propriedade na mão e uma terra deserta a explorar, sem recursos para explorá-la, o que se está fazendo não é democracia, é caminhar para a fome, portanto, para a desordem, portanto, para a morte da liberdade, pois a desordem jamais manteve, nem gerou, nem sustentou, nem consolidou a liberdade, em tempo algum, em nenhum país, para povo nenhum". Ele faz uma breve demonstração sobre o problema da reforma agrária. Utiliza dados dos recenseamentos de 1950 e de 1960, do IBGE, e do Plano Trienal do presidente da República, de 1962, página 141, onde está dito que não havia rentabilidade econômica, ou seja, que não havia produção que pudesse se sustentar em propriedades inferiores a 50 hectares – os minifúndios – ou superiores a 10 mil hectares – os latifúndios, de acordo com a conceituação do Plano Trienal. Tomando o recenseamento de 1950, Lacerda salienta que 75% das propriedades agrícolas no Brasil tinham menos de 50 hectares, e 1,1% tinham mais de 10 mil hectares, o que o levava a concluir que, se havia um problema de propriedade na reforma agrária brasileira, esse problema seria o do minifúndio e não o do latifúndio. Utilizando o recenseamento de 1960, diz que se via

			aumentando em proporções espantosas o número de propriedades agrícolas no Brasil. Houve um aumento de 490 mil propriedades no Brasil, no decênio 1950-60, ou seja, quase 4 vezes mais o número de propriedades agrícolas da Itália em plena reforma agrária, evidencia o governador, que conclui que tínhamos batido um recorde mundial no desdobramento, num desbravamento, num aproveitamento da propriedade. Ele pergunta: "O que é que há com a agricultura para que alguns a chamem obsoleta, retrógrada, anacrônica, a ponto de termos de transformar a sua estrutura?" Lacerda responde que para um totalitário, a reforma de estrutura se convertia numa verdadeira obsessão. A reforma de estrutura tornara-se um espécie de palavra mágica ou desculpa para mau pagador, diz Lacerda, que defende que seria preciso que a estrutura, então vigente, passasse por uma reforma, mas salienta que não se podia mexer em sua essência, que era a propriedade da terra. Ressalta que era essa estrutura que suportava todo o desenvolvimento industrial brasileiro. Lacerda afirma que não era justo, nem inteligente, nem patriótico, nem prudente, nem economicamente defensável que se dissessem a quem pagava a conta do desenvolvimento nacional: "você está obsoleto e precisa de uma reforma de estrutura!" Lacerda considera que o que se devia dizer a ele é que chegara a hora de reconhecer que "a galinha dos ovos de ouro" não estava mais em condições de pôr ovos. Ele salienta que nem 3% das propriedades de pecuária e agricultura no Brasil tinham, ainda, acesso ao crédito bancário. Ele pergunta, então, se se tratava de obsolescência da estrutura agrícola e da pecuária, ou da rede bancária. Ele mesmo responde que não, que a única coisa que estava obsoleta no Brasil era o sistema de governá-lo, o método ou a falta de método com o qual o país vinha sendo governado Ele se posiciona contra o centralismo, a centralização político-administrativa do Brasil que estava asfixiando o país. Ele associa a centralização à ditadura, ele a via como resíduo do regime totalitário. Como solução, ele propõe a descentralização *Faixa 2* Entrega de Medalhas aos Motoristas Padrão, no Palácio Guanabara Com a palavra o governador Carlos Lacerda. Ele fala sobre a "sociologia dos motoristas de táxi". Conta que o turista tende a formar uma opinião, sobre o povo do país visitado, tomando como base o taxista que o conduzia pela cidade. Ele diz que era evidente que os estrangeiros faziam isso aqui, assim como os brasileiros que visitavam o Rio. Acrescenta que tinha enorme satisfação quando chegava em outro estado ou país e ouvia as pessoas dizerem que, ao que parecia, as coisas na Guanabara não iam nada mal, a julgar pelo que

			lhes haviam dito os taxistas do Rio de Janeiro. Lacerda acha que não havia sinal de justiça e estímulo maior do que o julgamento do motorista de táxi. Lacerda acredita que a profissão de taxista encerrava, em muitos que a compunham e a exerciam, uma das últimas áreas realmente livres do mundo profissional brasileiro. Defende a autonomia aos taxistas e assevera que nunca simpatizara com a ideia de arregimentar os táxis em companhias. Ele avisa que estava fazendo todo o esforço a seu alcance, de forma a conseguir financiamento para a renovação da frota de táxis do estado. Observação: Aos 00:07:46 o áudio sofre um corte e entra a execução de uma música. Nove segundos depois, há um novo corte, e o áudio de uma outra gravação, da mesma cerimônia, cujas informações são as que se seguem. Lacerda comenta que, de acordo com as solicitações do sindicato, e depois dos estudos feitos pelo Departamento de Trânsito, pela Secretaria de Segurança e pela Secretaria de Serviço Público, ele cumprira o dever de assinar o aumento dos táxis. Carlos Lacerda passa a palavra ao representante dos motoristas de táxi, que acabavam de receber a placa de distinção, sr. Olívio Lourenço da Silva. Ele agradece ao governador em nome do primeiro grupo de motoristas do estado da Guanabara, agraciados com o título de motorista-modelo. Ele conta que a classe, estimulada que estava com a concessão dos títulos, desejava afirmar ao governador a sua disposição em colaborar com as autoridades do estado, cada vez mais, através do exercício da profissão e das entidades representativas. Acrescenta que, diante da autoridade do governador, da imprensa e do povo que elegera Carlos Lacerda, os motoristas estavam capacitados a receber, através do título, a responsabilidade de transmitir, não só aos companheiros, mas também ao povo ao qual eles serviam, o modelo. Observação: Dos 00:16:29 até 00:17:45 da fita o áudio que se apresenta é o mesmo do início da fita quando, ao retomar a palavra, Carlos Lacerda encerra a cerimônia, falando sobre a “sociologia dos motoristas de táxi”. A partir de 00:17:46, quando o áudio da fita sofre um novo corte, entra outra gravação contendo um discurso de Carlos Lacerda falando sobre a Bahia. Fala que ela tinha uma compostura, uma sobriedade, uma serenidade, uma certa grandeza. Menciona que a Bahia tinha uma resistência à vulgaridade, no sentido da brutalidade, da grosseria, da boçalidade. Comenta a herança colonial e as raízes da fé cristã na Bahia. Cita a democracia racial e social na Bahia e assevera que de lá saía pronto para iniciar a campanha presidencial.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.263	F1: 55:47min	**F1: 05/08/1964**	*Faixa 1*

1. Assunto 1.1 Faixa 1 Sessão Carioca da UDN, na Avenida Rio Branco, 175, 2º andar 2. Temas 2.1 Faixa 1 Tributo à memória de Rubem Vaz, atentado da rua Toneleros, udenistas não seriam contra a revolução, revolução fecunda, golpe estéril, revolução do povo, pelo povo e para o povo., participação política dos jovens, reforma de obsoletas estruturas políticas, governar com os mesmos 'homens medíocres e mesquinhos, "Revolução" para salvar-se, boa democracia, boa vontade de Castelo Branco e seus ministros, construção da Companhia Siderúrgica da Guanabara, Rana, grupo meramente exportador de minérios, reforma social			Sessão Carioca da UDN, na Avenida Rio Branco, 175, 2º andar. Carlos Lacerda, em 05 de agosto de 1964, presta tributo à memória de Rubem Vaz, 10 anos após seu assassinato, no atentado da rua Toneleros. Ele exalta sua figura, heroicizando-o, cultivando seus feitos na memória. Discorre sobre a intriga presente nas páginas de jornal, dia após dia, no Brasil. Ele afirma que os udenistas não seriam nunca contra uma revolução que não era de ninguém; que não romperam, nem nunca romperiam com uma ideia revolucionária que não lhes pertencia. Comenta que a revolução começara antes deles e se implantaria, quisessem ou não quisessem. Acrescenta que o povo esperava uma revolução fecunda e não um golpe estéril, esperava ação e não manobra. Diz que o povo estava cansado de espertezas e 'fintas'. Lacerda explica que seria preciso dizer, com clareza leal e fraterna, aos chefes das Forças Armadas, que a "Revolução", por eles comandada, fora uma revolução do povo, pelo povo e para o povo. Diz que a "Revolução" não podia sair da praça pública para se refugiar nos velhos desvãos que dominavam, que devoravam, que retardavam e que degradavam o Brasil. Lacerda fala da necessidade de participação política dos jovens, que eram maioria no Brasil. Diz que os jovens vinham participando cada vez mais, porque não tínhamos quadros suficientes de profissionais. Lacerda acredita que a única reforma de base a fazer no Brasil era a reforma de suas obsoletas estruturas políticas. Acrescenta que seria essencial que os comandantes militares da "Revolução" compreendessem que a nação não poderia admitir que uma "Revolução" triunfasse para governar com os derrotados. Acrescenta que não se fazia uma "Revolução" para governar com os mesmos quadros e com os mesmos 'homens monótonos', com os mesmos 'homens medíocres e mesquinhos' que levaram o país à dolorosa necessidade de fazer uma "Revolução" para salvar-se. Lacerda acentua que no lugar da tirania esclarecida, nem tão esclarecida assim, o que se queria era a democracia, a boa democracia, pela qual os governos compreendiam que tudo que podiam fazer sozinhos, sem o povo, não era nada comparado com que o povo poderia fazer por si mesmo, se não fosse abandonado pelos governos. Ele fala da boa vontade do presidente Castelo Branco e seus ministros, da necessidade premente da construção da Companhia Siderúrgica da Guanabara, com a qual o estado se equipararia para aumentar a parcela de sua contribuição ao país. Mas, denuncia que ao mesmo tempo em que concedia à Guanabara o direito de construir um porto para exportar minério de ferro e com o dinheiro da exportação construir sua usina, concedia-se à Rana, um grupo meramente exportador de minérios, sem nenhuma obrigação

			de construir aqui uma siderúrgica, o direito de construir, quase ao lado, um porto similar. E logo, outro grupo de exportadores requeria outro porto. Lacerda ressalta que, ao efetivar-se "este absurdo, esta leviandade imensurável", teríamos o litoral da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro pontilhado de portos a exportar minérios de ferro, sem construir nada aqui. Acrescenta que uma "Revolução" para realizar-se na ação administrativa não tinha de, senão, levar para ela o espírito com o qual Eduardo Gomes marchara impávido nas areias de Copacabana. Lacerda acrescenta que se queriam fazer reforma social, que pusessem um reformador social no Ministério do Trabalho, e não um mero burocrata. Diz que a "Revolução" não fora feita apenas para mudar de pelego. Acrescenta que se queriam aprofundar uma obra de transformação cultural do Brasil, em vez de reprimirem os estudantes, deveriam promover a democratização de seus órgãos estudantis. Assinala que uma "Revolução" não poderia temer a si mesma se confiasse verdadeiramente no poder das forças ideológicas que a levaram à consumação. O governador fala na necessidade de advertir os revolucionários para o caráter da revolução que se pretendia fazer no Brasil, para que ela não malograsse. Lacerda diz que era preciso deixar bem claro, e de uma vez por todas, que não queria desafiar, nem contestar, nem desacreditar a autoridade do sr. Presidente da República, Castelo Branco, considerado por ele um "homem honrado, que tem o senso da autoridade, que ele respeitava, e uma integridade, que ele nunca poria em dúvida". Ele somente queria que o presidente usasse sua autoridade. Lacerda menciona que a data de então era uma data em que ele desejava a todos, amigos e desafetos, do poder ou que fora dele, uma palavra de advertência fraternal, insistente, ainda que respeitosa, mas sempre indispensável, pois se não recebessem a advertência dos amigos não perceberiam a traição dos inimigos. Ele pede que o presidente da República se livrasse da lisonja que corrompia mais do que dinheiro; se livrasse da hesitação em corrigir os erros. Lacerda diz que o povo queria definição. Adverte que passados três meses da "Revolução", aquele era tempo demais para o governo definir-se em termos de ação política. Diz que a "Revolução" precisava criar seu 'estilo'
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.264 **1. Assunto** 1.1 Faixa 1 Banquete Oferecido pelo Governador ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina – Palácio Guanabara	F1: 24:26min F2: 06:50min F3: 01:24min F4: 05:35min F5: 15:17min	**F1: 03/08/1964** **F2: 06/08/1964** **F3: 06/08/1964** **F4: 06/08/1964** **F5: 14/08/1964**	*Faixa 1* Banquete Oferecido pelo Governador ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina – Palácio Guanabara Solenidade realizada no dia 03 de agosto, no salão verde do Palácio Guanabara, quando o governador Carlos Lacerda recebeu o ministro das Relações Exteriores da Argentina, o Sr. Zabala Ortiz. Carlos Lacerda anuncia e saúda as autoridades presentes, entre os quais o sr. ministro das Relações

1.2 Faixa 2 Carlos Lacerda Recebe a Mais Alta Condecoração da República Argentina- Embaixada Argentina 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa Anterior 1.4 Faixa 4 Convênio Assinado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado para Construção em Terreno doado pelo Ministério da Saúde da Escola de Saúde Pública 1.5 Faixa 5 Almoço com a Comunidade Americana – Hotel Glória 2. Temas 2.1 Faixa 1 Gesto "largo e generoso" dos representantes do povo argentino e de seu governo, cessão de um pedaço de sua jurisdição na cidade para a abertura de uma rua, Fernando Ferrari, desafogar o acesso ao túnel Santa Bárbara, praça 25 de Maio, simbiose entre caudilhismo e comunismo, paralelo entre a História do Brasil e da Argentina, revoluções pela democracia, hospitalidade do governo brasileiro, elogio a Lacerda 2.2 Faixa 2 Condecoração Ordem Del Libertador San Martin a Lacerda, fecunda trajetória de homem público defesa da liberdade 2.3 Faixa 3 Relação de amizade entre brasileiros e argentinos, presença de argentinos na vida da cidade 2.4 Faixa 4 Instalação da Escola Nacional de Saúde Pública, política de saúde, socializar o serviço de saúde, exigências orçamentárias, elogio ao ministro da Saúde 2.5 Faixa 5 Discurso em inglês, contribuição do governo americano ao governo da Guanabara, financiamento de			Exteriores do Brasil, o embaixador Vasco Leitão da Cunha, demais embaixadores e excelências. Ele dá as boas-vindas ao ministro e a seus acompanhantes da comitiva argentina e deseja a eles boa estada. Fala sobre a celebração do gesto "largo e generoso" dos representantes do povo argentino e de seu governo, de cessão à Guanabara de um pedaço de sua jurisdição na cidade para a abertura de uma rua que levaria o nome de um homem público "jovem, honrado e idealista" que se chamou Fernando Ferrari. Ou seja, a cessão do terreno necessário para desafogar o acesso ao túnel Santa Bárbara, importante ligação entre as Zonas Norte e Sul da cidade, com a derrubada do muro da embaixada argentina. Lacerda salienta que não havia que esconder o sentido de uma política internacional que derrubava muros diante de outras que os levantava. Ele compara soberanias que abriam caminhos, com outras que dividiam povos dentro de seu próprio território. Assinala que o muro da Argentina era o contrário do muro de Berlim. Comenta que não esqueceria aquele ato de colaboração e amizade e, justamente por isso, a praça, que seria aberta no local, receberia o nome de praça 25 de Maio. Lacerda fala que, dentre todos, talvez nenhum povo tivesse melhores razões para entender a "Revolução" brasileira do que o argentino. Fala que "a simbiose entre caudilhismo e o comunismo, o mito reformista para dificultar e mesmo impedir a revolução necessária, a demagogia erigida em método de governo e o fato de se dispor do poder como de coisa particular sua" foram coisas que os argentinos, assim como os brasileiros, conheceram. Acentua que, no que se referia ao caudilho, estavam as "páginas imortais" de Martin Fierro e o "retrato lapidar" de Facundo Quiroga, na evocação de Domingos Faustino Sarmiento, cuja obra, segundo Lacerda, "deve ser explicada nas escolas de todo o continente, como um preventivo, e uma ilustração em cores quentes, de um fenômeno social ameaçador, um constante perigo da volta à horda primitiva, da entrada dos retardatários da história, que atrasavam e tumultuavam a ascensão dos povos, para o estágio superior da democracia realmente representativa". Ele traça um paralelo entre a História do Brasil e da Argentina, comparando a luta dos dois países, através de revoluções pela democracia. Lacerda diz que a reconstrução da República da Argentina era essencial à paz, à segurança e à prosperidade das Américas, e não menos o era do Brasil, cuja política exterior fora definida pelo presidente da República, em discurso proferido no Instituto Rio Branco, em termos que honravam o país. Em seguida, as palavras de agradecimento de Zabala Ortiz. Ele discorre sobre a hospitalidade do governo brasileiro e de infinitas complacências entre Argentina e Brasil. Chama de progressista o

serviços, história da fundação da cidade do Rio de Janeiro.			estado da Guanabara e considera Lacerda um exímio lutador. Ele fala, dentre outras coisas, da soberania de brasileiros e argentinos, da independência das nações, e de seus ideais de democracia e liberdade. Ele menciona estar sumamente grato ao governador Carlos Lacerda. *Faixa 2* Carlos Lacerda Recebe a Mais Alta Condecoração da República Argentina - Embaixada da Argentina O embaixador da Argentina, Carlos Alberto Fernandez, na Embaixada da Argentina concede, em nome do governo argentino, a condecoração Ordem Del Libertador San Martin, no grau Gran Cruz, ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda. O embaixador discursa. Discorre sobre o que significava para um brasileiro ter a amizade, a compreensão e a colaboração da República Argentina e a importância para os argentinos da condecoração recebida por Lacerda. Fala da "fecunda trajetória de homem público" do governador Carlos Lacerda e sobre a sua defesa da liberdade. Exalta os ideais de San Martin de liberdade e concórdia dos povos da América. Em seguida, as palavras de agradecimento de Carlos Lacerda. Ele anuncia as autoridades presentes e menciona a relação de amizade entre brasileiros e argentinos. *Faixa 3* Continuação da Faixa Anterior O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, em seu discurso de agradecimento por ter recebido do embaixador argentino, Carlos Alberto Fernandez, em nome do governo argentino, a condecoração Ordem Del Libertador San Martin, no grau Gran Cruz, na embaixada da Argentina. Ele continua falando sobre a relação de amizade entre brasileiros e argentinos e sobre a presença de argentinos na vida da cidade do Rio de Janeiro. Ele assinala que compreendia o significado daquele momento e da distinção que lhe faziam e, por seu intermédio, ao povo que governava, pois comenta que a ele pertencia e se dirigia aquela homenagem e a honra da condecoração. *Faixa 4* Convênio Assinado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado para Construção, em Terreno doado pelo Ministério da Saúde, da Escola de Saúde Pública Solenidade de cessão de um esqueleto para instalação da Escola Nacional de Saúde Pública, no gabinete do ministro da Saúde. Com a palavra o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Ele anuncia as autoridades presentes e se dirige ao ministro. Menciona ser este um grande momento. Ele fala sobre a política de saúde do estado da Guanabara, de projetos e de novas experiências para socializar o serviço de saúde no estado da

			Guanabara. Relata a implantação da Escola Nacional de Saúde Pública, e assinala que era uma obra essencial, uma obra decisiva para todos. Salienta que era importante que se fizesse uma opção esperada pela classe médica e, sobretudo, pelos pacientes: oferecer um serviço bom e barato, ou seja, em condições que atendessem às exigências profissionais da classe médica e em condições que atendessem às exigências orçamentárias dos estados e da União. Lacerda enaltece o ministro da Saúde como pessoa pública. Ele o considera "uma devoção de espírito público", de uma dedicação cotidiana. Agradece as providências de seu ministro e a aquiescência do sr. presidente da República. *Faixa 5* Almoço com a Comunidade Americana – Hotel Glória Carlos Lacerda discursa em inglês. Diz que tentaria falar em inglês nos EUA, pois tinha dificuldade de falar fluentemente. Entre outros assuntos, ele menciona a contribuição do governo americano ao governo da Guanabara, sob a forma de financiamento de serviços. No fim da fita, ele narra a história da fundação da cidade do Rio de Janeiro.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.265 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Conferência do Governador no Clube Naval 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa Anterior 2. Temas 2.1 Faixa 1 Situação da educação, preceito constitucional, obrigatoriedade de ensino primário, crescimento percentual do ensino ginasial, fim da "indústria dos excedentes". construir e restaurar escolas, bolsas de estudo, capacitação dos alunos, Instituto de Educação, patrimônio da pedagogia brasileira 2.2 Faixa 2 Importância dos militares, profissionais das Forças Armadas, Ministério da Educação, educação é assunto de burocratas, regime representativo, voto geral, contra o voto de	F1: 01:02min F2: 01:03min	**F1: 24/08/1964** **F2: 24/08/1964**	*Faixa 1* Conferência do Governador no Clube Naval Carlos Lacerda discursa em conferência realizada sobre a educação. Ele faz uma breve reflexão sobre o exemplo que a Guanabara representava na área, para o Brasil. Ele se vale de números para mostrar a diferença entre o que tinha encontrado quando chegara ao governo e a situação de então, três anos e meio depois. Lacerda assinala que o estado da Guanabara era o primeiro em que o preceito constitucional da obrigatoriedade de ensino primário se convertia em realidade, pois era o primeiro estado no Brasil onde havia escola para todos. Mas, ele reconhece que nem todas eram boas e nem sempre a criança tinha vaga em escola que fosse perto de sua residência. Sobre o ensino ginasial, ele exalta o crescimento percentual, pois havia passado de 32 ginásios públicos para 69, no período supracitado. Comenta que se tinha passado de 15817 matrículas, registradas em 1960, para 65800 em 1964, ou seja, um aumento de 312%. Com relação ao ensino primário, ele diz que havia acabado a chamada "indústria dos excedentes". Adverte que com a política de construir e restaurar escolas, o resultado fora que se tinha reduzido a zero o número de excedentes na escola primária, o que tinha acabado com uma das fontes de renda de alguns políticos da Guanabara, pois estes empresavam alguns colégios, cobrando um per capta de cada aluno. Ele também fala da concessão de bolsas de estudo, parciais e integrais, para as escolas ginasiais particulares, de

analfabetos, Brasil andaria para trás, educação para o desenvolvimento, Programa de Ação Econômica do Governo Revolucionário, Plano Roberto Campos, salto sobre o atraso, revolução tecnológica, reforma agrária, legião de proletários mal pagos, setor terciário da economia, contra o ensino universitário gratuito, reforma da universidade, pesquisa científica, elogio a Flexa Ribeiro, oferta da escola pública, escola privada, questão religiosa, salário dos professores, televisão deseduca, processo de deseducação, crítica à universidade, culto ao economista			forma a atender à demanda. Faz uma advertência, dizendo que uma das dificuldades era a capacitação dos alunos, pois milhares de jovens, milhares de meninos e meninas não se encontravam em condições mínimas necessárias para o devido aproveitamento do ensino. Ele exalta o ensino normal. Acha que tudo seria nada, sem o ensino de padrão excelente e que o Instituto de Educação constituía-se num patrimônio da pedagogia brasileira. Mas, diz que era um perigoso precedente, estabelecido em lei ordinária, dar às jovens formadas pelo Instituto de Educação da Guanabara o privilégio de serem as únicas a serem professoras públicas do estado. Lacerda rebela-se contra isso e diz que tinha procurado acabar com o privilégio, pois o número de oportunidades de ensinar era maior que o número de moças que iriam aprender a ensinar e, ademais, o preceito feria a Constituição no que dizia respeito à igualdade de direitos e à liberdade de trabalho. Lacerda ressalta que o resultado disso era a utilização de moças que ainda não estavam capacitadas para serem professoras e, mesmo com tal medida, havia falta de professores na Guanabara. Ele levanta números para exaltar os feitos de seu governo, com relação ao ensino normal. Diz que, após 22 anos, fora realizado concurso para provimento de cargos de professor do ensino normal. Sobre a situação em nível nacional, ele levanta um triste dado: 70% das professoras nos estados eram leigas; cerca de 30% eram professoras com licenciatura. Explica que a formação do professorado era parte indispensável do esforço pela educação nacional. Acredita que sem bons mestres não se teria educação e nem alunos, mas sim um simulacro de alunos. Ele considera que outra condição, que não se preenchia no Brasil, era o bom pagamento do professor. Volta a exaltar os números da educação da Guanabara, durante seu governo. Mas, reconhece que, com relação ao ensino de excepcionais, a Guanabara estava muito atrasada. Muito mais do que São Paulo, cita Lacerda como exemplo. Ele atribui isso ao fato de na Guanabara o povo ainda não ter adquirido consciência comunitária, muito pelo fato de o Rio de Janeiro ter sido capital federal e haver aqui um governo como uma espécie de ‘papai Noel’ ou ‘muro de lamentações’, fazendo com que a comunidade não reagisse, senão sob os impulsos e sob a proteção do Estado. Lacerda ressalta que entre as críticas, existia a de que as obras feitas pelo governo da Guanabara haviam sido custeadas com o dinheiro americano. Lacerda menciona que sentia muito em desapontar aqueles que pensavam assim, mas afiança que os financiamentos internacionais não chegaram a 4% do total do custo das obras em andamento. Ele menciona a construção da Escola de Desenho Industrial, na rua Evaristo da Veiga, em frente aos Arcos da Lapa. Acredita que já era

			tempo de fazer de novo, no Brasil, já não para o artesanato apenas, mas para a indústria, uma escola capaz de formar mestres para dar à indústria profissionais, em 'estilo brasileiro', aproveitando melhor o material nativo. Salienta que se tratava da primeira escola de seu gênero em toda a América Latina. Fala de outra escola, de não menor repercussão, que era a escola então em elaboração, para formar professores de ensino técnico. Lacerda sustenta que o antigo conceito de ensino profissional não tinha mais razão de ser, sendo as profissões excessivamente numerosas e por demais complexas para que pudessem ser resumidas num ensino de dois ou três anos. Lacerda comenta que a dificuldade-chave era a formação do professorado. Anuncia que a primeira escola normal de formação de professores do ensino técnico iria surgir, na Guanabara, dentro de muito pouco tempo, o que ele considerava mais um passo na revolução educacional. Resume o pensamento em relação ao problema nacional: acha que o Brasil ficava atrasado em educação, como em muitas outras coisas, na medida em que resolvia querer a perfeição e, sobretudo, a teorização. Ele critica a atuação do Ministério da Educação. Afirma que a educação de base no Brasil tinha sido abandonada por completo, e em matéria de ensino secundário afiança que o estrago havia sido ainda maior, entregando a incumbência do ensino secundário ao particular. Lacerda destaca que o Ministério da Educação não entrara no jogo da educação, mas antes reservara para si o papel de juiz do jogo da educação. Salienta que tinha apresentado uma máquina vazia, girando no vazio, que a tarefa mais fácil da subversão fora ocupar exatamente o Ministério que, por sua formação, por sua natureza, deveria ser o mais refratário à subversão. Lacerda afirma que ninguém no Brasil havia prestado melhores serviços à educação, a certa altura da vida, do que Anísio Teixeira; mas, sustenta, também, que ninguém prestara mais desserviços à educação, a certa altura da vida, do que Anísio Teixeira. Conta que, pelo menos durante 15 anos, o INEP (Instituto Nacional de Educação Pública) tinha se dedicado meticulosamente a demonstrar ao país que não havia aqui condições para educá-lo, mas gastando 4, 5, 6 e mais bilhões de cruzeiros por ano, fazendo escolas segundo a vontade e o capricho de cada um dos chefes políticos de cada estado do Brasil. Lacerda discorre sobre o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diz que ele foi enviado pelo ministro Clemente Mariani, na Presidência do marechal Dutra, ao Congresso, em 1946; e em 1957, quando Lacerda era deputado, ele lutava ainda pela sua aprovação. Conta que o projeto tinha levado 14 anos na Câmara dos Deputados, porque os "donos da educação" no Ministério estavam decididos a impedir a sua

			aprovação. Lacerda adverte que havia um ‘defeito visceral’ no modo como se encarava o problema educacional no Brasil. E menciona que sobre isso tinha uma reflexão a fazer, que era perigosa, pois sendo mal compreendido seria tido como reacionário. Explica que defendia o ponto de vista que era paradoxal e histórico, além de exato: fala que na sociedade agro-pastoril do Império brasileiro, fundado economicamente no braço escravo, o sistema de educação era perfeito em relação àquela realidade social. Os filhos dos senhores estudavam na escola do Barão de Macaúbas, iam estudar em Montpellier ou em Coimbra, e depois em Cambridge, e, mais tarde, alguns nas universidades americanas. Quando não iam aprender o monismo com Tobias Barreto, na faculdade do Recife ou iam participar dos duelos da eloquência e da poesia de Álvares de Azevedo, de Castro Alves, de tantos outros, nas arcadas do largo de São Francisco, em São Paulo. Lacerda acredita que as escolas isoladas do Brasil federalizaram-se em universidades, que constituíam uma imensa impostura, na sua imensa maioria uma imensa impostura, a começar pela Universidade do Brasil, que não era para o governador uma universidade, mas antes um restaurante, uma reitoria e uma capela para casamentos elegantes, com algumas escolas profissionais que distribuíam diplomas no fim do ano. Acrescenta que tal tradição de escolas isoladas dava, com o somatório de algumas escolas estrangeiras, o consumo de talentos e de vocações de que o Império carecia, o necessário para formar os ‘Olinda’, os ‘Nabuco’, os ‘Mesquita’ e assim por diante. E debaixo deles ficava a “escura, sombria, esquecida, anônima, olvidada” massa de trabalhadores escravos. Lacerda afirma que tinha sido com as Forças Armadas que a cultura brasileira havia começado o seu processo de democratização. Com o positivismo de Benjamim Constant, a entrada da doutrina na Marinha. Lacerda afirma que as Forças Armadas eram a verdadeira Universidade do Brasil, pois as universidades do Brasil ainda se encontravam no século XIX. Segundo o governador, querer banir um profissional técnico militar, somente pela roupa que vestia, seria ir não contra as Forças Armadas, mas ir contra o Brasil. *Faixa 2* Continuação da Faixa Anterior Lacerda discorre sobre a importância dos militares. Informa que não haveria Secretaria de Serviços Públicos, nem Companhia Telefônica, nem Companhia de Transportes, nem um diretor de trânsito na Guanabara, se não fossem buscar nas Forças Armadas os profissionais de que se precisava. Lacerda determina a revolução de 1930, com a imposição de uma realidade industrial, o marco da alteração profunda dos

			dados do velho problema educacional no Brasil. Diz que se começou a assistir, a partir de 1930, a um processo de desorganização das ideias, e o Ministério da Educação tinha conseguido o milagre de fazer com que a educação não fosse mais assunto de conversa no Brasil. A educação passou a ser assunto apenas de alguns burocratas. Passou a ser objetivo da educação livrar-se da escola. Um aspecto é levantado por Lacerda: se não fosse proporcionada aos brasileiros a igualdade de oportunidade de educar-se não poderia haver, no Brasil, desenvolvimento industrial e nem redemocratização. Para ele, só haveria regime representativo no Brasil quando todos votassem. Lacerda concorda com o seu secretário de Educação, Flexa Ribeiro, quando este diz que o problema do voto do analfabeto não era o voto em si, mas o próprio analfabeto. Lacerda mostra-se contra o voto da massa de analfabetos que existia no Brasil, com o seguinte argumento: se fossem os analfabetos 2% ou 3% da população, ele salienta que até seria a favor, pois talvez isso os melhorasse e não pioraria o Brasil; mas, como se tratava de uma porcentagem muito grande, ele acredita que se dessem o direito de voto a eles, o Brasil andaria para trás, e eles juntos. Um terceiro aspecto levantado pelo governador tinha a ver com a educação para o desenvolvimento. Ele menciona que parecia que se vira cantar o desenvolvimento, mas não se sabia onde. Afirma que não seria possível industrializar e defender uma nação, com uma educação primária tão precária em quantidade e em qualidade. Acha que não seria possível sequer organizar e manter Forças Armadas eficazes, se não se aumentasse rapidamente o nível de escolarização de grau médio. Lacerda discorre sobre o Programa de Ação Econômica do Governo Revolucionário – PAEG -, o chamado Plano Roberto Campos, que, segundo ele, não era plano, porque o Brasil ainda não chegara à fase de fazer planejamento, pois não tinha estatística. O governador acrescenta que o país estava na fase dos programas de setor e de regiões (um programa para a educação, um programa para o Nordeste, etc.) Lacerda entende que a grande tarefa da educação no Brasil, para fazê-lo dar um salto sobre o seu atraso, consistia em fazer da educação um instrumento para a revolução tecnológica no país. Acrescenta que não sabia como se poderia falar, em um capítulo do PAEG, em expandir as exportações e no outro em reduzir o ritmo do desenvolvimento tecnológico de nossa indústria, pois como poderíamos competir com a indústria de todo mundo, que não cessava de progredir tecnologicamente, se fosse freada a tecnologia no Brasil apenas sob pretexto de dar um maior número de empregos a mão de obra não qualificada. Ele crê que esta fosse uma concepção estática e antieducacional do desenvolvimento

			industrial e econômico brasileiro. Salienta que não era verdade que, no mundo inteiro, estivesse aumentando o setor secundário, isto é, o da indústria. Para ele, a velha ideia, que era própria dos que pregavam a reforma agrária, como aqui então se pregava, de transformar a nação num país de 'chacareiros' e de transformar a nação num conjunto industrial atrasado, baseado numa legião de proletários mal pagos, famintos, era uma ideia do século XVIII e não uma ideia para o século XXI, que se aproximava. Lacerda destaca que, na verdade, o que no mundo inteiro então se verificava era o aumento cada vez maior de braços e cérebros - sobretudo estes últimos -, para o chamado setor terciário da economia, isto é, serviços intermediários formados por técnicos de vários graus, homens cujo nível educacional lhes permitisse fazer o máximo no mínimo de tempo e com o máximo de remuneração. Lacerda defende que tecnologia nunca fora fator de desemprego, pelo contrário, cita que os teares automáticos, por exemplo, produziram mais emprego, porque uma infinidade de negócios, uma infinidade de atividades surgiram do desenvolvimento industrial, com uma tecnologia adiantada. Acrescenta que a educação necessária ao Brasil era a educação que trouxesse, para aqui, uma visão pragmática do que seria o sistema escolar, generalizando a educação primária, pela descentralização na execução das obras, cabendo à União suprir ou suplementar verbas, orientar e fiscalizar a aplicação de suas verbas. Fiscalizar e não fazer, mandar fazer, aceitar que se fizesse e nunca pretender fazer. Dotar o curso secundário de maior flexibilidade, com uma educação diversificada, de acordo com a região e a camada social. Ele fala em dar à universidade e ao ensino técnico o seu devido lugar e não ter a pretensão absurda de fornecer o ensino universitário gratuito, uma das fontes da "imensa impostura" universitária no Brasil. Ele fala em verbas insuficientes para manter o sistema universitário gratuito no Brasil, dado o alto custo per capta por aluno em algumas universidades brasileiras. Adverte que, sem o exagero da expressão, se o Brasil mandasse o aluno estudar em Oxford ou Harvard sairia mais barato para a nação. Considera ter chegado, no Brasil, à situação de ter que dizer, nua e cruamente, a verdade, afirmando que "ou reformamos a universidade, e esta sim seria uma reforma de base a fazer, ou a transformaríamos num 'Palácio de Crachás', de comendas indevidas, a começar pelo nome grotesco de magníficos reitores importados da Europa, com um cerimonial que um dia teria sentido, mas que era simplesmente grotesco, quando víamos gastar-se mais com o restaurante dos estudantes no Calabouço, do que se gastava com toda a pesquisa científica no Brasil! Antes de passar às perguntas dos presentes, Lacerda encerra

			o seu discurso dizendo que se havia alguma coisa a ser feita no Brasil, seria trabalhar. Ele cita como exemplo a lição que a Guanabara tinha dado ao Brasil e exalta o papel de Flexa Ribeiro, seu secretário de Educação, na revolução da escola, esta sim uma revolução de base. Observação: Aos 00:22:15 encerra-se o discurso do governador, ao qual segue-se uma salva de palmas. Após a salva, inicia-se a série de perguntas dirigidas ao governador. Respondendo à primeira pergunta, ele discorre sobre o estado como promotor de iniciativas particulares, no âmbito da educação. Ele diz que a educação era um dever do estado, mas, deveria assegurar aos pais o direito de escolherem a escola que queriam para seus filhos. Para Lacerda, se os pais pudessem pagar escola particular para seus filhos. ninguém deveria proibi-los disto. Acrescenta que o que se via na Guanabara, era a não criação de novas escolas primárias particulares, pois os pais tinham a oferta da escola pública, com condições de ser estendida pelo governo a todas as crianças. Porém, assinala que isso não era forçado pelo governo, senão em decorrência das dificuldades de vida, especialmente da classe média. Sobre o ensino secundário, Lacerda diz que o Estado não tinha condições de oferecer escolas para atender a toda a demanda, e daí recorrer-se à iniciativa privada, e as escolas particulares eram pressionadas pela comunidade e pelas autoridades a baixarem o padrão de seu ensino, em nome da barateza do ensino. Lacerda acha que não era esse o propósito da escola privada, pois ela deveria cobrar o que bem entendesse, desde que a escola pública fosse proporcionada a todos, deixando aos pais a livre escolha. A isso Lacerda dá o nome de liberdade de ensino, que tinha dois ‘sulcos’, sendo um deles a questão religiosa, pois para Lacerda era natural, legítimo e desejável que os pais, católicos ou protestantes, procurassem para os seus filhos uma educação de tipo confessional, sem prejuízo da qualidade geral do ensino. Daí que tais entidades deveriam ser respeitadas, como o Santo Inácio, por exemplo. Para Lacerda, não havia uma crise do ensino privado, por conta da abundância do ensino público, mas sim uma crise do ensino privado, por conta da escassez do ensino público. Respondendo à outra pergunta, destaca que era tão a favor da liberdade de ensino e do ensino privado, que tinha registrado isso na Lei de Diretrizes e Bases e quase perdera a eleição para governador, porque uma das calúnias, que mais pegaram contra sua candidatura, era a de que, sendo eleito, ele acabaria com a escola pública. Mas, ele conclui: “o dever do estado é assegurar, na forma da Constituição, o direito à educação, podendo os pais exercer esse direito como bem entenderem, contanto que não deixem de exercê-lo”. Em resposta a outra pergunta, Lacerda fala da

			paridade de ensino entre o particular e o privado, no que diz respeito ao padrão de qualidade. Comenta que, quando o estado da Guanabara concedeu bolsas de estudo para o ensino secundário, não tinha visado baixar o padrão de ensino de escolas com excelência, tendo como parâmetro as posses dos pais, mas o critério de escolha tinha sido a capacidade intelectual dos filhos. De acordo com o governador, era justo que a criança que mostrasse aptidão para tal ou qual ensino pudesse explorar suas potencialidades, numa escola que oferecesse um ensino de excelência. O governador salienta que não havia ensino, que fosse de qualidade, barato. Ele se vale de números, de cifras como, por exemplo, o salário dos professores, o que para ele ainda era pouco. E reconhece que, infelizmente, a percentagem de desqualificações para a concessão de bolsas era enorme, porque "a televisão, em vez de educar, deseduca; o rádio, em vez de educar, deseduca; a imprensa, em vez e educar, deseduca; por causa das histórias em quadrinhos que desabituam de ler; por causa do preço do livro que torna proibitiva a leitura; por causa da dificuldade de transporte que ocupa uma grande parte do tempo disponível para a formação de um conhecimento básico, que permita o aproveitamento em aula". O governador acha que estávamos em pleno processo de deseducação. Conta que pedira ao secretário de Segurança e ao secretário de Justiça, que fossem tomadas providências junto ao juiz de menores para evitar as novelas que se apossaram da televisão exatamente na hora dedicada, em princípio, às crianças. Ele acrescenta: "Ou nós limpamos a televisão e o rádio desses fatores de deseducação e, sobretudo, utilizamos melhor os instrumentos modernos de comunicação para fazer educação em massa, ou estamos jogando fora a conquista da ciência e da técnica para promover o processo de burrificação de um povo!" Lacerda condena o desconhecimento de que o processo de educar não termina e nem começa na escola. Ele ratifica que tal processo durava a vida inteira e se comunicava a todos os compartimentos da vida. Isso deveria ser parte da revolução pela educação, salienta Lacerda. Sobre a UEG (Universidade do Estado da Guanabara), ele diz que ela fora constituída inicialmente por uma série de escolas isoladas, que se agregaram mediante uma greve de estudantes, que acamparam junto à antiga Câmara dos Vereadores, exercendo uma pressão sobre estes que incorporaram a UEG mediante uma lei, como se uma lei fosse o bastante para formar uma universidade. O governador acrescenta, com franqueza, que não tinha nada a ver com uma universidade como a que existia até então. Lacerda reconhece que o dinheiro disponível não dava para manter uma universidade. Informa que tinha dado de presente, à Universidade do Estado

			da Guanabara, o hospital Pedro Ernesto. Diz que a primeira coisa que fizeram fora aumentar enormemente os vencimentos dos professores e dos funcionários, absorvendo uma verba que não dava para tal. Então, o que tinha sido feito, como condição da entrega do maior hospital do estado à Faculdade de Medicina do estado, fora que uma percentagem determinada da verba, que o estado entregava à Universidade, fosse para o Hospital de Clínicas e não para aumentar indefinidamente os ordenados da Universidade. Lacerda diz que a UEG ignorava um dos principais papéis de uma Universidade, que era a oferta de cursos de extensão universitária, que fazia alguns, mas não fazia o bastante. Para Lacerda, universidade sem pesquisa, universidade sem extensão universitária, universidade que não comunicava os seus conhecimentos à massa de cidadãos, universidade sem cursos livres, universidade que não fazia a interpenetração de cursos... enfim, não era universidade. Ele encerra o debate, sobre escola oficial e escola particular, dizendo que a população crescendo, como vinha crescendo a população da Guanabara, não havia razão para brigas entre uma e outra, pois mesmo abrindo mais escola pública e mais escola privada faltariam sempre escolas para muitos. Salienta que não era preciso razão para alarme. Quanto ao ponto relativo às elites, ele diz que o único subdesenvolvimento que o alarmava no Brasil era o subdesenvolvimento mental e que tinha se estabelecido uma perigosa confusão entre o conceito de democracia e o conceito de mediocridade, pois passou-se a julgar que a democracia era o regime da mediocridade, quando, quem quer que tenha meditado um pouco sobre o problema da democracia, sabia exatamente que a democracia era o regime mais difícil, precisamente porque a maioria escolhia os melhores, ou ao menos deveria escolhê-los; e era preciso que existissem os melhores para que a maioria pudesse escolhê-los. Agora, se os melhores vinham de uma camada economicamente mais dotada, ou não, Lacerda diz que isto dependia do grau de democratização do seu sistema escolar. Mas, não era apenas isso. Lacerda diz que, havia tempos, um eminente deputado alemão, presidente da Comissão de Educação e Cultura do Bundeshaus, do Parlamento de Bonn, fora interpelado pelo governador acerca do aparente mistério: “Como pôde o país que inventou a escola pública, o país que melhor aperfeiçoou o sistema de universalização do ensino público primário, o país dotado de algumas das mais estupendas universidades do mundo, como pôde sucumbir, aparentemente com tanta facilidade, à mística e ao carisma dos líderes nazistas? Como pôde a Alemanha ‘nazificar-se’ tão facilmente, dado o alto grau de educação e de informação de seu

			povo?" E o deputado respondeu a Lacerda que a escola alemã tinha se preocupado em ensinar como fazer as coisas, muito mais do que ensinar como entendê-las, que a escola tinha se desinteressado do sentido geral da sociedade e, divorciando-se da religião, havia se divorciado, também, em certo sentido, daquilo que se poderia chamar formação, ministrando um ensino de informação, muito mais do que um sistema de formação dos seus cidadãos. E, fazendo uma comparação com o que se passara na Alemanha, Lacerda menciona que era justamente esse o perigo pelo qual também estava passando a escola brasileira. Ele critica a oferta de ensino de Moral e Cívica da forma como era oferecido no Brasil, à parte das demais disciplinas, consistindo em lições, dadas em poucos minutos, do tipo: "o hábito de fumar é detestável!" "Devemos amar a pátria, simbolizada na sua bandeira e no seu hino!". Assinala que a escola estava ensinando técnicas, mas não estava ensinando uma ética de vida. Considera que o Brasil estava passando do 'culto do bacharel' para o 'culto do economista'. Ele salienta que era esse o descompasso entre a educação e a sociedade brasileira de então. Na opinião de Lacerda, para formar elites seria preciso não apenas multiplicar escolas, mas melhorá-las, no sentido não só pedagógico das disciplinas e do currículo, mas, sobretudo, no sentido da variedade e da flexibilidade das experiências educacionais. O governador diz que era preciso dar o sentido de elite, de formação de elite, uma conceituação diversa do que ela fora até então pois, durante muito tempo, no Brasil, chamou-se de elite o corpo constituído não dos mais ricos, mas dos mais brilhantes, e era tempo de chamar de elite o corpo constituído dos mais úteis à sociedade. Em resposta à outra pergunta, a última feita na fita, Lacerda diz que era preciso que as escolas se adequassem à realidade histórico-social do Brasil. Ele cita como exemplo o caso das enfermeiras. Assinala que a lei brasileira exigia, para se exercer a profissão de enfermeira, curso superior. Isso, num país que tinha um déficit parecido com 100% de enfermeiras, salienta o governador. Comenta que uma moça que tinha que fazer curso superior para ser enfermeira, se estudasse mais um, formava-se em odontologia; se estudasse mais dois, formava-se em medicina. Portanto, tinha sido aberto um curso de auxiliar de enfermagem, sem a exigência do curso superior. Entretanto, Lacerda diz que havia 500 moças inscritas e não havia onde ensiná-las, pois a escola Raquel Haddock Lobo se recusava, alegando ser uma escola superior, não podendo formar auxiliares de enfermagem.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.266 1. Assunto	F1: 47:16min F2a e F2b: 44:57min	**F1: 24/08/1964** **F2a:[1961/1963]** **F2b [1961/1963]**	*Faixa 1* Continuação da Faixa 2, da Fita 265 Carlos Lacerda, em entrevista concedida, discorre sobre a política educacional do estado da

1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa 2, da Fita 265 1.2 Faixa 2a Carlos Lacerda Discursa sobre Obras de seu Governo 1.3 Faixa 2b Posse de Marcelo Garcia 2. Temas 2.1 Faixa 1 Política educacional, escolha dos nome das escolas, nome de grandes figuras históricas, sentido da "Revolução de abril", unificação da comunidade brasileira, quartelada, papel das Forças Armadas na educação 2.1.1 Faixa 2a Reorganização da cidade-estado, reformas de base, recuperação da rede de esgotos, favelas um quisto rural na vida urbana, governo como escola 2.1.2 Faixa 2b Corrupção, patriotismo "postiço e falso", elogios a Marcelo Garcia, CETEL, empreguismo, Light, proposta de fusão, atualização e expansão da rede, equipamento encomendado, Secretaria de Serviços Públicos, representante dos servidores na diretoria, títulos do estado, ritmo inflacionário, garantia de "absoluta liquidez", obras de primeira prioridade, posse de Salvador Mandim na Secretaria de Serviços Públicos., ligações de rede de luz, expansão do serviço de ônibus elétricos da CTC, metrô, problema dos telefones, guerra contra a Light			Guanabara. Fala da escolha dos nomes dados às escolas da Guanabara e de sua importância no processo educativo da criança. Diz que as crianças de então não tinham o privilégio que ele teve de pôr, no cabeçalho das provas e dos ditados que faziam para entregar aos professores, o nome de grandes figuras históricas como José de Alencar, mas sim o nome de familiares do político governante, numa espécie de "concurso de adulação". Lacerda considera que a escola brasileira já fora melhor do que era então, pois correspondia melhor à realidade social de seu tempo. Acrescenta que, então, ou ela era boa demais para a realidade de seu tempo ou ficara para trás, mas raramente refletindo-a, porque a realidade social estava mais dividida, como alguma coisa que perdera unidade e sentido. Lacerda assinala que se havia algum sentido na "Revolução de abril" este consistia precisamente em dar um novo sentido ao Brasil. Ou ela retomava a ideia de um processo de unificação da comunidade brasileira, dando-lhe unidade, organicidade, ou ela não passaria de uma quartelada. Sobre o papel que tinham desempenhado as Forças Armadas no Brasil, no que diz respeito à educação, Lacerda comenta que antes elas já colaboravam, mas que poderiam melhorar muito esta colaboração. Lacerda menciona que um dos caminhos para solucionar este problema seria inversamente o contrário do que ele ouvia que queriam fazer. Ele diz que se queria restringir e dificultar a participação de elementos das Forças Armadas em postos técnicos ou em postos de direção da vida civil. Ele afirma ser absolutamente contrário a esta restrição, pois a considerava inconstitucional e acredita que na falta de um sistema universitário, que fosse digno deste nome, havia a necessidade de se buscar socorro nos "sucedâneos da universidade", que eram os cursos das Forças Armadas. Lacerda exalta o papel da mão de obra técnica, advinda das Forças Armadas, na execução de várias das grandes obras feitas no Brasil. Lacerda afirma que no desenvolvimento tecnológico do Brasil, a contribuição das Forças Armadas era inestimável. Outra contribuição das Forças Armadas, citada por Lacerda, era que parecia que elas tinham recebido a missão de corrigir a tolice dos políticos. E conclui: "Pois que continuem!" Respondendo a uma outra pergunta, Lacerda fala da necessidade, com certa urgência, de criação de cursos de especialistas em agricultura, de grau médio e primário, para formar aquele tipo de agricultor que não delapidava a terra e desenvolvia, pelo simples processo de seleção, qualidades de liderança, sendo, em sua comunidade agrícola, um pioneiro, um instrutor. Lacerda ressalta que as técnicas agrícolas primárias eram muito fáceis de aprender e que formando tais cursos, criar-se-ia um grupo de

			“ativistas de agricultura”, que seriam os agentes da reforma agrária no Brasil. Respondendo a outra pergunta, Lacerda fala sobre a educação de serviços domésticos e cita a experiência da escola doméstica de Natal que, nos limites da sociedade natalense, era um exemplo admirável. Ele pensa que no estágio em que se encontravam as coisas no Brasil, eis que havia um campo para a sociedade espontaneamente se organizar, pois era mais fácil e mais barato a comunidade se organizar do que o estado. Ele sustenta que o que faltava, e na Guanabara faltava muito, era a capacidade de iniciativa, pois ela esperava o estado ou o criticava. Mas, quando mostrava capacidade de iniciativa, mostrava o que seria capaz de fazer. Lacerda discorre sobre o que se estava fazendo em numerosas escolas da Guanabara para combater o chamado ‘hiato nocivo’, os dois anos entre os 14 e os 16, nos quais a criança ainda não podia trabalhar, mas também já não podia estudar. Comenta que não tinha sido possível implantar em todas as escolas, porque a rede escolar e o seu custo não permitiam. De um lado, explica, havia oferecido dois anos supletivos no curso primário, ou seja, a criança poderia fazer facultativamente mais dois anos de curso primário; e de outro, tinha adotado uma das inovações mais recentes na matéria, que se tratava de um sucedâneo da escola secundária, para ocupar os dois anos de intervalo. Lacerda esclarece que não era um substituto do curso secundário. Sobre o ensino supletivo, o governador destaca que era um grupo que existia e que era respeitável, mas era um grupo minoritário, e como em matéria de educação ele acha que havia de se lidar com os grandes números, não era possível dispersar verbas para os pequenos grupos. Ele reconhece que estava fazendo o que era possível em matéria de ensino supletivo, assim como fazia muito menos do que era necessário em matéria de jardim de infância ou de pré-escolar. Cita um homem de estado francês que dizia que governar era escolher, para justificar a sua escolha em fazer escolas para a maioria. Ele pede desculpas à senhora que lhe dirigira a pergunta, pois era a única resposta honesta que ele tinha para dar. Lacerda menciona que sua preferência pelo ensino primário se dava porque, em primeiro lugar, o ensino primário, segundo a Constituição, deveria ser oferecido gratuitamente e obrigatoriamente. Explica que até que se mudasse a Constituição não se poderia mudar o caráter do ensino primário. Em segundo lugar, porque já no secundário poder-se-ia cobrar alguma coisa. Lacerda diz que, diferente das outras atividades do estado, o ensino, a educação, era um direito que a Constituição assegurava a todos. Portanto, não sendo para devolver, sob a forma de escolas, o que se arrecadava sob a forma de impostos, para que serviriam então os impostos, indaga o governador.

			Ele salienta que a escola era pública, mas não era gratuita, pois alguém tinha que pagar à escola, aos professores. E quem pagava, elucida, era o povo, sob a forma de impostos. Em resposta a outra pergunta, Lacerda fala que talvez o único jeito para o Brasil era a chamada revolução tecnológica, já que estavam sendo desenvolvidas máquinas de ensinar que não substituíam o professor, mas o ajudavam poderosamente, sobretudo com relação ao problema dos livros. Salienta que, encarando com realismo o problema, não havia solução para o problema dos livros. Ele assinala que o uso de máquinas que facilitassem o acesso ao que estava dentro dos livros seria a solução. Lacerda considera que a cultura de massa precisava de instrumentos próprios e que a biblioteca do futuro era a televisão. O futuro estaria muito mais na eletrônica do que na tipografia, segundo o governador. Lacerda sustenta que o esclarecimento era indispensável e inseparável da função de governar, e considera a participação da comunidade parte indispensável e inseparável do governo da comunidade. *Faixa 2a* Carlos Lacerda Discursa sobre Obras de seu Governo Carlos Lacerda comenta que governar era fazer uma constante, uma cotidiana opção entre problemas, sabendo de antemão que muitos não tinham solução, sabendo de antemão que muitos não lhe pertenciam e muitos não lhe competiam. Diz que o principal problema na reorganização da cidade-estado do Rio de Janeiro fora, justamente, definir uma escala de prioridades. Acrescenta que não tinha sido difícil, porque os problemas eram muitos e o embaraço era apenas o da escolha. Ele fala das reformas de base como, por exemplo, a recuperação da rede de esgotos, obra que ficava enterrada e que ninguém via. Sobre o problema de favelas, ele destaca que não as considerava um gueto e sim um quisto rural em plena vida urbana. Explica que o que mais importava na favela não era tanto acabar com ela, mas, sobretudo, acabar com o sentimento dos que moravam nela de que não pertenciam à mesma comunidade que os demais. Ele se diz grato ao povo que o elegeu e lhe deu a oportunidade de trabalhar pela cidade e também aprender com a sua administração. Menciona um novo conceito de administrar, encarando a política não mais como a arte para ele indecifrável e inatingível de enganar o próximo para subir rapidamente, mas, sim, como a técnica através da qual se preparava o futuro do povo. Acrescenta que ao entrar para o governo, havia entrado para uma escola também, cujo curso estava terminando. E assegura que esta era a melhor forma de aprender. Observação: Aos 00:07:42 entra a voz do governador Carlos Lacerda em outra gravação

			feita na solenidade de posse do Dr. Marcelo Garcia, como chefe de seu gabinete, cujas informações são as que seguem. *Faixa 2b* Posse de Marcelo Garcia Carlos Lacerda denuncia a corrupção que grassava no país. Ele fala em caos, em patriotismo "postiço e falso", em oficialização da impunidade, em propaganda do desespero. Denuncia que o presidente da República comandava o caos em sua própria pátria. menciona que a volta de um homem leal para servir, abandonando tudo que era a sua tranquilidade e a sua alta e pura vida profissional, pelo sentimento do dever a cumprir, volta reincidente no sacrifício, assim como a permanência dos que serviam com ele ao povo da Guanabara, constituía para ele a mais alta retribuição, o mais valoroso estímulo e a certeza de que ele tinha trilhado o caminho certo: o caminho da honra, o caminho da integridade, o caminho do trabalho. Lacerda agradece a "honrosa" presença de tantas e "tão categorizadas" personalidades da vida administrativa, política, social, econômica e cultural do estado. E faz um especial agradecimento à presença das senhoras e, muito especialmente, à sra. Marcelo Garcia por ter cedido novamente o 'passe' de seu marido para a disputa deste 'campeonato nacional e estadual'. No fim do discurso ele diz ter a honra de formular a Marcelo Garcia os votos de êxito naquela intensa e cada vez mais íntima e inseparável colaboração. Observação: Aos 00:10:58 entra outra gravação na fita. Carlos Lacerda discorre sobre a CETEL (Companhia Telefônica do Estado). Assinala que o traço mais notável de seu empreendimento não era somente a obra que estava realizando, mas o modo como a estava realizando. Acha que ficara provado, com a obra da CETEL, que o estado era capaz de, evitando empreguismos, realizar obras daquele vulto, através da dedicação, da competência e do critério de escolha, do espírito de economia e do esforço de meios para seus empreendimentos. Comenta que a rede telefônica da CETEL correspondia a 89% do território do estado da Guanabara. Acrescenta que esta rede poderia percorrer todo o território se tivesse a Light, por um lado, atendido à proposta de fusão de interesses entre os seus atuais acionistas e os usuários da Companhia que, sob a proteção e o estímulo do estado, associar-se-iam a este empreendimento de atualização e expansão da rede, de modo a atender à demanda de mais de 200 mil candidatos à espera de telefones. Sobre a CETEL, ele esclarece que 8 de suas 9 estações estavam em construção e a única que não estava era a do Galeão, por estar situada numa área de

			jurisdição federal. Assegura que o equipamento estava todo encomendado e que só de cobre eram 500 toneladas. Cita outros números referentes à obra da Companhia. O que importava salientar, segundo Lacerda, era o ecletismo voluntário, o pragmatismo, o idealismo realista da filosofia de governo que sua gestão sustentava e aplicava na prática. Considera que foi com inteiro realismo que entraram no problema. Ele fala em livre cooperação, perfeito entendimento e, sobretudo, de conciliação de interesses, em torno de um interesse ainda mais vasto e abrangente, que era o da colocação deste serviço essencial ao alcance de quantos pudessem pagar por ele. Mas, acrescenta que, se por um lado, seu governo teve a felicidade, na reforma administrativa do ano anterior, de ver criada a Secretaria de Serviços Públicos, através da qual pôde tomar forma e corpo, autonomizar-se e realizar-se a CETEL, por outro, o ódio político pretendia suprimir do orçamento, para 1964, a Secretaria de Serviços Públicos e a CETEL. Ele se revela contra a decisão, desacreditando que a manobra vingasse. Mas, garante que era necessário que se impedisse isso o quanto antes. Lacerda diz que uma empresa de serviços públicos deveria, necessariamente, ter em sua diretoria um representante dos servidores. Não como um competidor, não necessariamente sempre como um líder da oposição, mas sim como o mais interessado, como o mais profundamente interessado no êxito de um empreendimento. Observação: Aos 00:23:00 o áudio gravado na cerimônia de posse do advogado Paulo Alfredo Ewbank, como membro diretor representativo dos funcionários da CETEL, termina e entra outra gravação feita em outro momento, no qual há o discurso do governador Carlos Lacerda, cujas informações são as que se seguem. Carlos Lacerda fala do crédito do estado para prosseguimento das obras que estava realizando e sobre os títulos que o estado estava para apresentar, como aqueles que melhor davam garantias, pois não havia risco e dava cobertura contra a deterioração do dinheiro. Ele comenta a necessidade de contenção do ritmo inflacionário. Ressalta que mesmo nessa hipótese, os títulos que o estado estava para lançar eram aqueles que, pelas suas características, melhores garantias apresentavam no caso. Lacerda comenta que o produto da operação ‘altamente rentável’, o resultado dos títulos de “absoluta liquidez” e de grande capacidade de atração para a poupança particular, destinavam-se, rigorosa e exclusivamente, a obras de primeira prioridade em benefício do bem-estar e da segurança da população. Observação: Aos 00:32:52 termina a gravação e cinco segundos depois entra outra gravação. Trata-se da cerimônia de posse do general Salvador Mandim, na Secretaria de Serviços

			Públicos. Carlos Lacerda diz que a posse do general, na Secretaria criada na Assembleia como parte da reforma administrativa, que ela acabara de votar, revestia-se de particular importância, de ordem cívica e moral. Lacerda exalta os feitos do general Salvador Mandim, como as ligações de rede de luz. Acrescenta os serviços que estariam a cargo da Secretaria, tais como a implantação e a expansão do serviço de ônibus elétricos da CTC (Companhia de Transportes Coletivos), para fazê-lo caminhar em direção à Zona Norte, e a implantação do metrô na Guanabara. Lacerda menciona a transferência do serviço de fiscalização da energia elétrica para o estado da Guanabara. O governador ressalta que o maior problema que o secretário teria nas mãos, era o problema dos telefones. Lacerda comenta a guerra travada contra a Light, quando da intervenção do governo federal na Companhia. Ele explica como foi criada a CETEL, a partir da votação de um artigo na reforma administrativa que autorizava o Governo do Estado a criar sua própria companhia de telefones.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.267 **1. Assunto** 1.1 Faixa 1 Entrevista em Portugal 1.2 Faixa 2 Entrevista em Orly (França) 1.3 Faixa 3 Dia dos Motoristas – Palácio Guanabara 1.4 Faixa 4 Encontro com Pastores Batistas		**F1:13/06/1964** **F2: 24/04/1964** **F3:** **F4:**	Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.268 **Assunto** 1.1 Faixa 1 Governador Carlos Lacerda Recebe a Grão Cruz da Ordem do Mérito da República Alemã - Embaixada da Alemanha 1.2 Faixa 2 Governador Lacerda Recebe Homenagem da Classe Teatral - Leme Palace Hotel 1.3 Faixa 3 Governador Lacerda Entrega Cheques aos Cineastas Brasileiros – Palácio Guanabara	F1: 08:01min F2: 10:52min F3: 15:36min F4: 14:11min F5: 20:15min	**F1:14/08/1965** **F2: 29/09/1964** **F3: 02/10/1964** **F4: 02/10/1964** **F5: 22/11/1964**	*Faixa 1* Governador Carlos Lacerda Recebe a Grão Cruz da Ordem do Mérito da República Alemã - Embaixada da Alemanha Ouvem-se as palavras de agradecimento do governador. Ele anuncia as autoridades presentes e fala sobre as impressões que teve o presidente da República Federal da Alemanha, Heinrich Lübke, sobre o Brasil. Lacerda destaca que ao voltar daquele país, após o cumprimento da missão que lhe fora dada pelo presidente Castelo Branco, ele se reportou ao presidente e ressaltou que se havia um país em que ele não tinha precisado fazer qualquer esforço para esclarecer possíveis incompreensões sobre o golpe de 1964, esse país tinha sido precisamente a República Federal da Alemanha. Isto porque, segundo o governador, havia ali um defensor da “Revolução” brasileira: Heinrich Lübke. Lacerda exalta o talento e o esforço do alemão, que iam da ciência

1.4 Faixa 4 Continuação da Solenidade 1.5 Faixa 5 Homenagem Prestada pelo Governador Carlos Lacerda ao Presidente Kennedy, por Ocasião do 1º Ano da Morte do Estadista. Instituto de Educação 2. Temas 2.1 Faixa 1 Impressões de Heinrich Lübke sobre o Brasil, esclarecer incompreensões sobre o golpe de 1964, defensor da "Revolução", economia social do mercado, renovador do liberalismo econômico, síntese das qualidades e do gênio do povo alemão 2.2 Faixa 2 Classe teatral, construção de teatro, Álvaro Moreira, abolir os impostos sobre o teatro, comemorações do 4º Centenário, melhorar a infraestrutura, financiamento para sartes cênicas, crivo do Serviço Nacional de Teatro e do Departamento de Cultura 2.3 Faixa 3 Assinatura dos cheques, cumprimento à Lei 73, criação do CAIC, financiamento do estado à da indústria cinematográfica, atenção à classe cinematográfica, aumento de produção, filmes nacionais de longa metragem receberiam prêmios, minuta da Resolução Nº 1, países totalitários, cinema para modelar a consciência dos cidadãos, arte destinada às grandes massas populares, não poderia estimular a violência, o ódio, a pornografia, a subversão, cinema de promoção social e não de degradação social, preferência pelo documentário 2.4 Faixa 4 Cinema deformava a imagem do país, apreço pelo cinema, indústria cinematográfica de acordo com a Constituição,			à técnica, da educação à arte, da indústria ao comércio, e até ao trabalho braçal. Lacerda dirige-se ao embaixador alemão dizendo que o Brasil era um país grato àqueles que lutavam pela mesma causa que a sua. Comenta que Lübke era mestre de uma nova técnica do bem-estar geral, da economia social do mercado, um renovador do liberalismo econômico, que incorporava as conquistas do socialismo, livrando-a, no entanto, de todos os seus vícios congênitos e fundamentais. Considera que ele tinha dado à economia um sentido social e que representava a síntese das qualidades e do gênio do povo alemão. *Faixa 2* Governador Lacerda Recebe Homenagem da Classe Teatral - Leme Palace Hotel Homenagem prestada ao governador Carlos Lacerda por Pernambuco de Oliveira, Orlando Miranda, Pedro Veiga e o Leme Palace Hotel. Com a palavra o governador em tom de agradecimento à homenagem e se dirigindo à classe teatral do estado da Guanabara. Ele diz que, no bairro do Méier, o estado estava ajudando na construção de um teatro que iria receber o nome de Álvaro Moreira. O governador menciona que, havia cerca de um ano e meio, tinha mandado uma mensagem à ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara) pedindo autorização para abolir os impostos que sobrecarregavam o teatro no estado. Diz que o governo não poderia abolir os impostos sem lei, e por isso pedira uma lei à Assembleia. Solicita o empenho da classe teatral, junto aos diferentes deputados das distintas bancadas, para que votassem o projeto de lei. Sobre as comemorações do 4º Centenário na cidade do Rio de Janeiro, Lacerda é bem taxativo em ratificar que o governo não era empresário, não era ator, não era autor, e sim, quando muito, espectador. Ele diz que o governo não iria fazer o 4º Centenário, mas, procuraria, na medida de suas possibilidades, criar as condições para que a comunidade celebrasse o 4º Centenário, melhorando toda a infraestrutura da cidade, com escola, água, esgoto, telefone, recuperação de praças, iluminação pública. Salienta que não seria o governo que iria promover passeatas e desfiles. Carlos Lacerda discorre sobre um programa do Serviço de Teatro, de modo que eventuais financiamentos e ajuda financeira às artes cênicas não dependessem de munificência do governador, não fosse um problema de simpatia pessoal ou de antipatia pessoal, de preferências literárias, políticas ou pessoais. Sugere um programa de apoio para projetos organizados pelas entidades e feitos pelos interessados, passando pelo crivo de uma programação do Serviço Nacional de Teatro e do Departamento de Cultura. *Faixa 3* Governador Lacerda Entrega Cheques aos

preferência pelos temas pornográficos, apelo aos homens de cinema, melhorar a técnica Arnaldo Jabour, regularizar a documentação 2.5 Faixa 5 Lincoln Gordon, tributo à John Kennedy,episódios de coragem e bravura, popularidade a serviço do povo, novo estilo de governo,			Cineastas Brasileiros – Palácio Guanabara Carlos Lacerda, direto do Palácio Guanabara, procede à assinatura dos cheques, em cumprimento à Lei 73, assinada no ano anterior e que criara a CAIC – Comissão de Auxílio à Indústria Cinematográfica. Lacerda passa a palavra ao secretário-executivo da Comissão, para que ele explicasse o objetivo da entrega da quantia. O secretário salienta que, pela primeira vez, uma autoridade governamental dedicava à classe cinematográfica uma atenção e um carinho especiais. Diz que o financiamento tinha como objetivo principal aumentar imediatamente a produção da indústria cinematográfica, para que o trabalho não ficasse parado, ou seja, de maneira a permitir que seu funcionamento fosse regular e suas atividades continuadas. Carlos Lacerda retorna e assinala que a Comissão resolvera, com base no artigo 3º da Lei 73, que os filmes nacionais de longa metragem, considerados de boa qualidade, receberiam prêmios correspondentes a 15% da renda bruta anual auferida pelos filmes, os quais seriam pagos a seus produtores. Ele lê detalhadamente a minuta da Resolução Nº 1. Para os efeitos desta Resolução, considerava-se os filmes produzidos na Guanabara, os de empresa e produtor, cuja sede fosse o estado da Guanabara, e que utilizasse instalações industriais situadas dentro do estado pelo menos para regravação e mixagem sonora e para trabalhos de laboratório em geral. Lacerda tem a impressão de que a indústria cinematográfica não tinha condições de se desenvolver se não fosse garantida, apoiada efetivamente pelo estado. Porém, adverte que era necessário que o estado não convertesse o apoio numa forma direta ou indireta de controle sobre os produtores, sobre a produção e a qualidade dos filmes, no sentido da sua orientação artística e tudo mais. Considera que se o cinema fosse exclusivamente um meio de ganhar dinheiro, não havia porque o estado dar dinheiro ao cinema. Esclarece que a razão pela qual o estado pegava dinheiro do povo e o entregava aos homens que faziam cinema, para que eles pudessem fazer cinema, deveria ser definida. Ele exemplifica que nos países totalitários a ideia era que o cinema servisse para modelar a consciência dos cidadãos. Num país democrático, acrescenta, de duas uma: ou o cinema não precisava do dinheiro da comunidade, a não ser do dinheiro arrecadado na bilheteria, ou precisava desse dinheiro através de apoio, de financiamento, etc. E se precisava, adianta ele, deveria compreender que o estado não poderia ser indiferente ao rumo que tomava o cinema como arte destinada às grandes massas populares. Sustenta que o cinema que recebia o apoio do estado não poderia estimular a violência, não poderia estimular o ódio, a pornografia, a subversão. Assinala que não se tratava de

			fomentar o cinema conformista, o cinema reacionário, conservador, mas sim fazer com que o cinema fosse uma diversão, um fator de promoção social e não de degradação social. Para ele, não se tratava de fazer um cinema só com o 'happy end', separado da realidade da vida, mas, também, não se podia fazer um cinema que, a pretexto de cuidar da realidade da vida, só apresentasse seus aspectos mais sórdidos. Ele acha que seria necessário que o cinema contribuísse para melhorar e não para piorar o povo. Não seria preciso que fosse um cinema moralizante, um 'cinema de sacristia', que fosse o substituto da missa, mas que não fosse um sucedâneo do bordel. Esta era a responsabilidade dos homens de cinema, segundo Carlos Lacerda. De acordo com o governador, quem quisesse ser irresponsável, que fizesse cinema com os seus próprios recursos. Pretender fazer um cinema à margem dos rumos gerais da sociedade, fazendo um cinema contra os padrões morais assentados em uma sociedade democrática, e, ao mesmo tempo, receber dinheiro dessa sociedade para que ela fosse destruída, seria imaginar que a sociedade era composta por um conjunto de cretinos e dirigida por um grupo de imbecis. No fim da fita, Carlos Lacerda diz que o estado só poderia se interessar financeiramente por um cinema que contribuísse para melhorar a vida do país, para a melhorar a noção que o povo tinha das possibilidades do homem e da pátria e do mundo em que ele vivia. Diz que o documentário, quando era suficientemente objetivo, contribuía poderosamente para isso. Daí a preferência que confessa ter, às vezes, pelo documentário. *Faixa 4* Continuação da Solenidade Continuação da faixa anterior. O governador Carlos Lacerda discorre sobre a indústria cinematográfica nacional e sobre o investimento do governo da Guanabara no cinema produzido no estado. Comenta sobre o cinema que deformava a imagem do país e degradava a consciência do povo. Acha que para alguns, isso poderia parecer reacionário, mas que todos haviam de reconhecer que sua atitude era uma manifestação de apreço pelo cinema. Lacerda assinala que quem reconhecia no cinema a importância de uma indústria, cuja entrega ao particular exigia com condição que o particular tivesse noção de sua responsabilidade social e nacional, tinha que pelo menos exigir que a indústria cinematográfica se pusesse de acordo com a Constituição, isto é, não fizesse propaganda da violência, da luta de classes, da luta de raças, da desonestidade, etc. Carlos Lacerda é taxativo em dizer que o estado da Guanabara não daria um vintém a qualquer filme que violasse a Constituição e que desobedecesse a essas condições fundamentais.

			Mas, diz o estado não esperava que com isto se trouxesse um chorrilho de produções sensaboronas, de água de flor de laranja, fazendo moralização barata. Considera que a preferência pelos temas pornográficos estava se tornando uma coisa alarmante e pergunta por que esses senhores, ao invés de abrirem uma empresa de cinema, não abriam uma empresa de tráfico de brancas, poupando o erário do estado. Lacerda acredita que entre a chanchada e o panfleto havia um mundo enorme de cinema a fazer. E entre a genialidade e a mediocridade havia um imenso aprendizado a realizar. Ele dirige um apelo aos homens de cinema como um espectador, não como governador: ele pede que melhorassem cada vez mais a técnica, e que não pretendessem ser gênios desde logo, pois atrás do gênio estavam anos de experiência, de suor, de sofrimento, de tentativas. Lacerda chama os que pleitearam o auxílio, entre eles Arnaldo Jabour. Diz que dos dez que pleitearam o auxílio que a Lei mandava dar, apenas três tinham passado no banco para regularizar a documentação, e pede que os demais não retardassem a regularizar também. *Faixa 5* Homenagem Prestada pelo Governador Carlos Lacerda ao Presidente Kennedy, por Ocasião do 1º Ano da Morte do Estadista. Instituto de Educação Com a palavra o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Ele anuncia as autoridades presentes, de todos os poderes, inclusive autoridades religiosas e militares e o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon. Comenta que havia entendido a razão de o Governo do Estado prestar, naquela casa de educação, tributo à história de um homem, cuja curta passagem pelo mundo tinha lhe deixado um legado, inspiração e exemplo, numa hora para ele decisiva, Ele exalta a trajetória de John Kennedy, desde criança. Narra episódios de coragem e bravura de presidente americano. Menciona que ele tinha entrado na política como um desafiador. Lacerda comenta que momentos culminantes da vida dos homens públicos, de outros tempos, foram estudados pelo escritor John Kennedy, à luz de que a vida pública deveria ser exemplo de risco e coragem permanente, ou seja, a de que só tinha direito de ser popular quem fosse capaz de colocar a popularidade a serviço do povo. Lacerda se refere a Kennedy como um homem de inteligência crepitante e vontade indomável. Atribui a ele um novo estilo de governo, no qual houve um reencontro fecundo entre a inteligência e a política, que havia muito andavam desencontrados. No fim da fita, Lacerda diz que Kennedy tinha conferido à Casa Branca uma expressão mundial e aberto aos EUA as portas da compreensão dos outros povos, como abrira aos outros povos as portas da compreensão dos EUA.

BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.269 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa 5, da Fita 268 1.2 Faixa 2 Cerimônia de Comemoração do 4º Aniversário do Governo Lacerda – Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa 2 2.Temas 2.1 Faixa 1 Esforço de Kennedy, integração racial, ideia da Aliança para o Progresso, Franklin Roosevelt, assassinato, complô contra a humanidade, Lincoln Gordon, valor da liberdade, espírito de liderança 2.2 Faixa 2 Decreto sobre licenciamento e legalização de obras e construções na Região Administrativa de Santa Cruz, antiga Fazenda Nacional de Santa Cruz, Serviço de Patrimônio Nacional, instrumento legal, acabar com a "grilagem" na Guanabara, aprovação do projeto da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, doação do terreno, resumo de todos os atos e decretos em beneficio do funcionalismo, paridade dos aposentados com os da ativa 2.3 Faixa 3 Ações do governo de Carlos Lacerda, vencimentos e vantagens do funcionalismo, Plano de Classificação de Cargos e Funções, leis que beneficiavam o funcionalismo	F1: 20:46min F2: 08:57min F3: 23:02min	**F1: 22/11/1964** **F2: 05/02/1964** **F3: 05/02/1964**	*Faixa 1* Continuação da Faixa 5, da Fita 268 Discurso do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, em homenagem à memória de John Kennedy. Carlos Lacerda fala do esforço de Kennedy na integração racial, como condição essencial da democracia americana. Acredita que não houve, em seu tempo, quem melhor pensasse o que se incumbia fazer. Lacerda atribui a Kennedy uma constância, uma direta lucidez e capacidade de se fazer entender e assinala que tinha de John Kennedy a impressão de um luminoso e jovem peregrino da democracia no mundo. Ele discorre sobre o que Kennedy deixou como inspiração e exemplo, e salienta a ideia da Aliança para o Progresso, "filha da política da boa-vizinhança" do compatriota do presidente americano, Franklin Roosevelt. Sobre o assassinato de Kennedy, ele ressalta que custava bastante crer que uma pessoa só tivesse a "loucura bastante" para destruir a obra de arte, que era a vida de John Kennedy. Lacerda insinua que havia algo muito mais grave que uma conspiração, muito mais sério do que o complô contra um homem: era um complô contra a humanidade, contra a vida humana, contra os seus bens imateriais e intangíveis; um complô contra a inteligência humana e contra tudo que fazia a humanidade caminhar e libertar-se do medo e do egoísmo. Alude a uma lição deixada por Kennedy em um de seus discursos, talvez o último, se ele não se enganava: que era errado procurar na vontade de paz um sinal de fraqueza. Lacerda comenta que eram palavras admiráveis e uma lição extraordinária nesta demonstração de princípios. Completa dizendo que quem queria a paz não era fraco, só os fracos queriam a guerra, porque a queriam por medo. Só os fortes seriam capazes de amor, ao invés de ódio, e só os fracos, sobretudo os de espírito, de inteligência e de coração, seriam capazes de levar o ódio a proporções de uma Cruzada. Lacerda diz ao embaixador Lincoln Gordon, ao seu governo, ao seu povo e à família de John Kennedy que também tinha saudade dele, que também sentia falta dele, que também queria bem a ele, pois ele tinha sido, e era, tudo aquilo que queríamos que fosse, que precisávamos que fosse. Foi o anunciador de um novo tempo na democracia, deu movimento e voz a ela, de acordo com Lacerda. Assinala que Kennedy tinha dado a compreensão do valor da liberdade para a iniciativa privada e do valor da coerção do estado para impedir os abusos que o egoísmo gerava. Lacerda acredita que John Kennedy havia legado ao mundo uma mensagem de paz, e que os brasileiros haviam nascido para entender um homem daquele, pois nasceram com uma certa fascinação pela inteligência e tinham horror à intolerância. Lacerda exalta o espírito de liderança de John

			Kennedy, um líder que a morte tinha consolidado, glorificando-o; um líder que tinha para a democracia o mesmo valor que os santos tinham para a igreja. Lacerda afiança que o exemplo e a glória de Kennedy eram, para os brasileiros, um ponto de referência, um sistema de pensamento, um modo de sentir, uma atitude do espírito, uma convicção, um sentimento, uma razão de ser. Celebra então, no primeiro aniversário de morte de Kennedy, o começo de sua glória! *Faixa 2* Cerimônia de Comemoração do 4º Aniversário do Governo Lacerda – Palácio Guanabara Carlos Lacerda diz que reunia uma série de atos num só, para poupar o tempo de todos e contar com um maior comparecimento de pessoas. Assinala que o Governo do Estado assinava o decreto que dispunha sobre o licenciamento e a legalização de obras e construções na Região Administrativa de Santa Cruz. Comenta que cerca de 40% das construções, até então feitas em Santa Cruz, não estavam regularizadas por causa da situação jurídica da antiga Fazenda Nacional de Santa Cruz, dos jesuítas, depois do Imperador. Lacerda assegura que os proprietários, as pessoas que construíam casas ou os inquilinos, para terem casas em Santa Cruz, sofriam toda a sorte de dificuldades, prejuízos e vexames. E que, graças à compreensão do Serviço de Patrimônio Nacional, conseguiu-se resolver uma questão que se arrastava havia mais de um século. O artigo primeiro do decreto diz: para “o licenciamento e a legalização de obras e construções em terrenos enfitêuticos do domínio direto da União, localizados na Região Administrativa de Santa Cruz, a comprovação do domínio poderá ser dispensada desde que o requerente satisfaça as seguintes condições: tenha adquirido, a justo título, a posse do terreno das benfeitorias; se comprometa, mediante termo assinado, perante o administrador regional, a promover a regularização no prazo de 12 meses da posse e ocupação no Serviço de Patrimônio da União, isentando ainda o estado e a União de qualquer responsabilidade para com terceiros, etc; o administrador regional comunicará, no prazo de trinta dias, à delegacia do Serviço de Patrimônio da União, no estado da Guanabara, o licenciamento ou legalização de obras ou construção e, dentro de trinta dias, os secretários de estado de Obras Públicas, Justiça e Governo baixarão os atos complementares.” Lacerda afirma que o decreto, então assinado, constituía-se em um dos mais poderosos instrumentos legais para acabar com a “grilagem” na Guanabara. Ele salienta que tinha a honra de aprovar o parecer do secretário Enaldo Cravo Peixoto que aprovava o projeto e autorizava o alvará para a construção da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro. Diz que o Governo do Estado honrava-se de haver,

			minimamente embora, contribuído para a doação do terreno, pois a qualidade de estado laico, que se devia manter em beneficio do estado e da igreja, não significava indiferença do poder publico pelo destino espiritual do povo, sem favoritismo, sem monopólio, sem imposição de determinado credo a quem quer que fosse, sem associar os interesses e as funções do estado aos interesses superiores e às funções naturais e sobrenaturais da igreja. Crê que o estado não poderia permanecer indiferente à formação espiritual, à propagação da fé e ao culto divino, segundo a livre convicção e o livre arbítrio de cada qual. Lacerda ressalta que a catedral, além de um monumento de fé, era um monumento da cidade. Assegura que era preciso, ainda que o estado fosse laico, destinar verbas para manutenção de monumentos religiosos. Acrescenta que era por isso que o Governo do Estado, sem quebra do principio da laicidade, mas curvando-se respeitosamente ao visível desejo da igreja a que pertencia a maioria de seus cidadãos, honrava-se de ajudar com a doação do terreno, primeiro, e depois com o rapidíssimo andamento do projeto nas repartições do estado, "ao grave, ao honroso, ao grande cometimento a que se abalança a figura singular de cidadão e de pastor, que é o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro". Lacerda conclui: "Está assinado, e se me permitem a reverência, sacramentado o projeto. Podem começar a catedral!" Lacerda passa a palavra para o secretário de Administração, Pires Leal, para expor o assunto relativo à terceira parte da cerimônia. Ele diz que traz o resumo de todos os atos e decretos de todas as atividades, enfim, do executivo, em beneficio do funcionalismo do estado durante o governo Carlos Lacerda. Diz que entre enquadramento, readaptação, promoção e acessos tinham sido assinados 100.855 atos; e que todos os aposentados estavam com suas vidas regularizadas, de acordo com os decretos que estabeleceram a paridade dos aposentados com os da ativa, com exceção de 600 processos que aguardavam no arquivo a iniciativa dos interessados por certas exigências, no total de 138.854 aposentados. *Faixa 3* Continuação da Faixa 2 Pires Leal continua falando sobre as ações do governo de Carlos Lacerda no que dizia respeito aos vencimentos e vantagens do funcionalismo. Menciona que, em 1960, pela Lei 14/1960, tinha feito o Plano de Classificação de Cargos e Funções, com providências para a imediata implantação e execução do plano em favor do funcionalismo. Em 1961, pelo decreto 363, havia realizado a complementação do salário mínimo para as classes funcionais inferiores. Outras ações: - Lei 72/1961: salário móvel para o

			funcionalismo, a base do salário mínimo regional, observada a limitação constitucional da despesa em 60% das rendas do estado; - Criação dos níveis 19 a 26 em ampliação da escala de vencimento dos servidores estaduais, a reclassificação nos níveis 21 a 26 das classes universitárias; - Lei 134/1961: alterações no Plano de Classificação de Cargos para benefício das classes funcionais incorretamente estruturadas na Lei 14/1960; - Criação do Conselho de Recursos Administrativos e elevação do salário-família; - Decreto 1380/62: aumento dos vencimentos decorrentes da elevação do salário mínimo regional; - Criação da faculdade de opção por inclusão no símbolo padronizado para os funcionários de vencimentos especiais que não se beneficiavam da instituição do salário-móvel; - Decreto 1382: regulamentação do enquadramento readaptativo, instituto que permitiu melhor aproveitamento no interesse do serviço e em reconhecimento da habilitação do funcionário, atingindo um número expressivo de servidores; - Lei 363: reforma administrativa, descentralização para desburocratização, vantagens do contribuinte e do funcionário; instituição em sistema das atividades de pessoal; direitos e vantagens do funcionário deferidos na própria unidade administrativa em que servia, obviadas as demoras, material, orçamento, etc; - Lei 276: igualdade de tratamento entre servidores de atividade e inativos; - Criação do IPEG – o Instituto de Previdência do Funcionário -, criação do IASEG – Instituto de Assistência ao Funcionário; - Lei 280: reclassificação do magistério primário que passou a ser o mais bem pago do país; - Lei 327/63: aposentadoria com 25 anos de serviço para todo o magistério estadual; - Decreto 1591, regulamentação do regime de tempo integral; - Decreto 1644: elevação dos níveis de vencimento dos oficiais de administração; - Decreto 39: salário mínimo funcional equivalente a uma vez e meia ao salário mínimo regional; - Decreto E-156: aumento do salário-família; - Decretos 108 e N-169: elevação de níveis de

várias classes funcionais, principalmente as mais humildes (serventes, contínuos, zelador, artífice, etc). Benefíciou cerca de 25 mil servidores com tal decreto;

- Decreto 171/64: criação da Polícia de Vigilância;

- Decreto 172: aumento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros;

- Decreto 174: aumento dos guardas-vidas e dos guardas civis;

- Decreto E-328: aumento de vencimentos decorrente da elevação do salário-mínimo;

- Lei 578: sancionada, de acordo com Ato Institucional, a organização dos quadros de pessoal, a regularização de desvios de função mediante transferência, julgada habilitação isolada ou competitivamente;

- Revogação da Lei 423 que ensejava a readaptação até de servidor analfabeto, em desestímulo dos funcionários capazes e assíduos nos cursos de treinamento facultativo;

- Revogação das leis 15 e 331 que davam aos servidores licenciados todas as vantagens que o funcionário dedicado, que nunca faltou, mesmo por motivo de doença, poderia obter;

- Lei 14/1960, artigo 62: criação da ESPEG - Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara. Os serviços de seleção e aperfeiçoamento do Departamento de Pessoal ficaram subordinados a ela.

Após o levantamento das ações assume a palavra o governador Carlos Lacerda. Ele fala da parte relativa aos médicos, engenheiros, arquitetos, agrônomos, dentistas e farmacêuticos. Informa que isso era um problema bastante sério para o governo. No que se referia aos engenheiros e arquitetos, assinala que o estado havia instituído o regime de dedicação integral, visando a demanda do mercado do trabalho, objetivando a justiça salarial e a reter no estado capacidades profissionais. Ele garante que a inflação tinha devorado os efeitos benéficos do regime instituído. E que arriscou a perder a colaboração integral dos valores da engenharia e da arquitetura brasileiras , caso o estado não dispusesse a fazer o sacrifício, elevando a remuneração com a dedicação integral. E foi isso, de cordo com Lacerda, que se procurara fazer com o decreto a ser assinado naquele dia. Lacerda acredita que o futuro seria instituído em caráter experimental, que era o da prestação de serviços médicos transferida à comunidade, começando pela Fundação de Saúde da Ilha do Governador, num projeto do deputado Rafael Carneiro da Rocha. Acrescenta que, dessa forma, procuraria o Governo do Estado ir ao encontro das teses sustentadas e defendidas e dos postulados, os

			quais propugnava a Associação Médica Brasileira, isto é, instituir, ao lado do Serviço Médico Público, como tal considerado e sem caráter obrigatório, mas sim experimental e voluntário, e sem prejuízo de direitos adquiridos, o serviço médico de livre escolha dos médicos e dentistas pelos doentes. Lacerda diz que, conforme seus resultados se provassem certos, isso geraria melhor remuneração, através do cálculo na base de unidades de serviços, e ainda a possibilidade de fazer a clínica privada no próprio hospital caminhando-se assim, senão para a generalização, pelo menos para a vulgarização do sistema de tempo integral, evitando a multiplicidade de empregos, de locais de trabalho, de deslocamento com perda de tempo e dinheiro. E também daria à comunidade melhor assistência médica. Para Lacerda o sistema de livre escolha e de corresponsabilidade entre o poder público e a comunidade era o sistema do futuro na área de saúde e assistência médico-hospitalar. Lacerda fala ainda da instituição da SUSEME – Superintendência dos Serviços Médicos – no quadro da Secretaria de Saúde, a vir dar mobilidade e flexibilidade ao organismo que "estava esclerosado".. Diz que isso serviria para solucionar, em parte, o problema dos salários dos médicos ainda no ano vigente. Ele fala brevemente sobre a situação dos engenheiros, arquitetos, agrônomos, dentistas e farmacêuticos. Sobre esses últimos, diz que não adotara exatamente o que estava nos termos da lei, do artigo incluído na Lei Tributária então votada na ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara). Diz que em alguns casos se tinha podido fazer melhor, em outros fora respeitado o que havia sido estritamente votado no decreto. Sobre o decreto a ser assinado na cerimônia, Lacerda informa que ele representava 6 bilhões de cruzeiros por ano e isso fora o máximo que se tinha podido fazer. Mas, acrescenta, garantindo aos engenheiros que o novo regime de dedicação integral lhes permitiria dizer que eram os engenheiros mais bem pagos do Brasil no serviço público. Lacerda passa a palavra para o secretário de Administração, para que ele pudesse ler e explicar, se necessário, aos presentes, o decreto que seria assinado. O decreto estabelecia o salário mínimo profissional para as classes de médico, engenheiro, arquiteto, agrônomo, dentista e farmacêutico. O secretário diz que com o decreto buscava-se evitar o esvaziamento dos cargos públicos, devido à concorrência de empresas privadas que estavam oferecendo melhores salários aos profissionais de nível superior, ou seja, os mais habilitados. O secretário lê o decreto. Depois da leitura do decreto pelo secretário, o governador Carlos Lacerda procede à assinatura do mesmo. O secretário se coloca à disposição dos presentes para esclarecimento de eventuais

			dúvidas. Lacerda pede aos médicos presentes que o ajudassem a conseguir, com urgência, a plena concordância, do Conselho Estadual de Educação e da Associação Brasileira de Enfermagem, para a formação de cursos de auxiliares de enfermagem. Reconhece que a situação da enfermagem no Brasil era calamitosa, como bem sabiam os médicos, os enfermeiros e os doentes. Comenta que a escola de enfermagem da Guanabara tinha apenas 26 alunos matriculados e formara, no ano anterior, apenas 6 enfermeiros
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.270 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Governador Lacerda Recebe os Artistas do Teatro – Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa 1 1.3 Faixa 3 Governador Lacerda na Inauguração do Clube dos Veteranos da Itália - Sede do Clube dos Veteranos da Itália 1.4 Faixa 4 Reprodução da Fita 268, Faixa 5 2. Temas 2.1 Faixa 1 Financiamento para teatros tipo hipotecário, isenção de imposto para frequentadores, critica teatral, presença de críticos na Comissão de Premiação do Teatro, temporada no Municipal em caráter permanente, aproveitamento racional do Theatro Municipal, reforma do João Caetano , teatros de Campo Grande e Marechal Hermes, teatro do Tijuca Tênis Clube, Ziembinsky, sobrevivência financeira do teatro, importância cultural do teatro, Cacilda Bechker, separação do Ministério da Educação do Ministério da Cultura, vulgarização do teatro como instrumento de cultura 2.2 Faixa 2 Isenção de impostos para os espetáculos circenses e teatrais,	39:07min 05:13 09:31 24:23	**F1: 09/12/1964** **F2: 09/12/1964** **F3: 17/12/1964** **F4: 22/11/1964**	*Faixa 1* Governador Lacerda Recebe os Artistas do Teatro – Palácio Guanabara Carlos Lacerda discursa para a classe teatral. Ele cita uma solução de financiamento para teatros, do tipo hipotecário. Diz que estavam estudando também um tipo de financiamento de montagem de espetáculo, de maneira que se pudesse financiar uma peça. Ele menciona a sanção da lei tributária, que isentava de imposto os frequentadores de concertos e recitais, de diversões organizadas por organizações operárias para uso próprio, de festividades de caridade religiosa humanitária, desde que aplicassem suas rendas na Guanabara, e de frequentadores de espetáculos circenses e teatrais. Comenta, também, sobre o financiamento, benefício proporcionado pelo estado. Acredita que até o fim daquele ano, haveria uma solução para financiamento de teatros. Lacerda discorre sobre a critica teatral e sobre a presença de críticos na Comissão de Premiação do Teatro, no estado da Guanabara. Coloca-se contra a constituição da referida comissão apenas por críticos. Acrescenta que o que competia a ele era o aumento dos prêmios, e que, para julgamento, não deveria haver a presença do estado. Outro ponto que ele acentua era o do uso dos teatros do estado. Ressalta que o Theatro Municipal era muito mais usado por “amadores de fim de ano”, do que por profissionais nacionais. Acha preferível montar um bom espetáculo de circo no Theatro, do que certas óperas que estavam sendo montadas lá. Assinala que a temporada de teatro nacional no Municipal precisava ser instituída, em caráter permanente, sem fazer disto uma coisa insólita, um acontecimento inédito, sem consequências, como estava sendo feito. Ele pede a João Bittencourt que estudasse com a classe um aproveitamento racional do Theatro Municipal, em temporadas anuais, nas quais ficasse assegurado um período de ocupação do Theatro por companhias nacionais. Lacerda considera que o Theatro Municipal era caro, porque ele não funcionava como teatro, e sim como repartição pública. Se ele funcionasse como teatro, segundo Lacerda, talvez ele fosse mais barato. Informa que o João Caetano ficaria pronto a partir de abril do ano corrente, e comenta sobre os teatros de

manter os teatros abertos, turismo, teatro para o público do interior, transformar quantidade em qualidade, treinar o espectador a ir ao teatro, dinheiro do estado para a compra de entradas, preço de atacado, libertar o teatro do imposto de diversões 2.3 Faixa 3 Admiração, carinho e fraterno reconhecimento do povo carioca, estímulos e exemplos dos veteranos da FEB, enfermeiras da FEB 2.4 Faixa 4 É o mesmo áudio apresentado na fita 268 (faixa 5), a partir de 00:15:44, até seus 00:04:24. A partir de então, até o fim da fita, é o mesmo áudio apresentado na fita 269 (faixa 1)			Campo Grande e Marechal Hermes, considerados por ele exemplos típicos de como não ajudar o teatro, porque tinham decorrido de projetos fora do centro, muito pouco procurados pela população. Sobre o teatro do Tijuca Tênis Clube, ele salienta que o projeto era ambicioso, de maneira que, mesmo o estado repassando a subvenção para sua construção, não chegaram a concluir o projeto. Em seguida, o governador responde a perguntas feitas pelos presentes, a fim de esclarecer dúvidas. Ziembinsky fala que era motivo de preocupação a sobrevivência financeira do teatro e que lhe era penoso dizer que sentia a desaparição, quase por completo, de um espetáculo teatral que realmente pudesse dizer alguma coisa ao público, a respeito daquilo que se considerava arte teatral. Ziembinsky emite sua opinião sobre a situação do teatro brasileiro e as medidas necessárias para a mudança do *status quo*. Carlos Lacerda responde que a comunidade no Brasil não tinha ainda uma consciência de importância cultural do teatro. Não tinha o hábito de ir ao teatro, e, portanto, não adiantava o estado se adiantar à iniciativa da comunidade. Cacilda Bechker propõe a separação do Ministério da Educação do Ministério da Cultura, e afirma que os problemas existentes no teatro brasileiro só teriam solução a partir do momento em que fosse criado um Ministério da Cultura. Lacerda retruca que o problema não era só esse, mas que também havia uma vulgarização do teatro como instrumento de cultura. Esclarece que, naquele momento, não estava a seu alcance a criação de um Ministério da Cultura. *Faixa 2* Continuação da Faixa 1 O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, recepciona, no salão nobre do Palácio Guanabara, os elementos ligados ao teatro, para informar-lhes sobre a isenção de impostos, de acordo com a lei tributária, para os espetáculos circenses e teatrais. Fala sobre os termos para manter os teatros abertos e funcionando no estado da Guanabara. No que diz respeito a ter concerto e teatro musicado, adianta que o que se queria era turismo, e turista estrangeiro não veria peça de teatro de dicção, por conta do idioma. Acredita que era preciso ter teatro para o público do interior, que viria ao Rio naquele ano, e que era preciso transformar quantidade em qualidade, pois, para ele, não adiantava o estado se interessar por um teatro de vanguarda se não tivesse uma forte retaguarda, sob o risco de todo teatro passar a ser de vanguarda e daí se ter muito pouco teatro ou muito pouca vanguarda. Lacerda acha que era importante cevar o grande público no teatro, pois parecia- lhe factível treinar o espectador a ir ao teatro. Conta que havia pensado na possibilidade de usar algum dinheiro do estado, de vez em

			quando, para a compra de um certo número de entradas. Não a lotação inteira da casa, explica, mas um certo número de entradas, e misturar o público pagante com o público que não estava habituado a frequentar o teatro. Lacerda sustenta que se as companhias estivessem dispostas a fazerem “um preço de atacado” para esse tipo de entrada, poder-se-ia estudar isso. Lacerda conclui seu discurso dizendo que finalmente a classe teatral do Rio de Janeiro tinha conseguido o que São Paulo havia obtido há muito mais tempo: “libertar o teatro do imposto de diversões”. *Faixa 3* Governador Lacerda na Inauguração do Clube dos Veteranos da Itália - Sede do Clube dos Veteranos da Itália Com a palavra o governador Carlos Lacerda. Ele anuncia as autoridades presentes, entre elas as autoridades das Forças Armadas. Menciona que o único favor que pedia, e esperava merecer, era que, em nenhum momento, em nenhum dos senhores presentes houvesse a menor confusão sobre a significação do ato. Esclarece que ele não traduzia nenhum propósito de agrado político, nem representava nenhuma dívida de gratidão eleitoral. Lacerda comenta que devia a seu amigo, o cronista da FEB (Força Expedicionária Brasileira), Paulo Vidal, a sugestão da sessão. Ele diz, com grande satisfação, que a sede representava, na sua modéstia e humildade, “um tributo de admiração, de carinho e de fraterno reconhecimento” do povo carioca pelo que lhe davam de estímulos e de exemplos os veteranos da FEB. Lacerda exalta o ato de coragem e heroísmo dos veteranos de guerra da FEB, na Segunda Guerra Mundial, e salienta que era preciso aprender com eles a lição e o exemplo. Manifesta o desejo de que o clube fosse um ponto de encontro cordial, de apoio, de ajuda não apenas material, mas também de assistência espiritual, intelectual, moral. Lacerda menciona que todos da FEB, inclusive as enfermeiras, cujo exemplo de devotamento o governador destaca, e os veteranos poderiam dar melhor testemunho, deveriam receber um simples ato como aquele, como uma cerimônia de justiça, que independia de gratidão e, sobretudo, não esperava o pagamento em nenhuma outra moeda que não fosse a da amizade cívica, a da compreensão pessoal. Lacerda conclui afirmando que este pagamento sim, ele esperava ter. *Faixa 4* Observação: é o mesmo áudio apresentado na fita 268 (faixa 5), a partir de 00:15:44, até seus 00:04:24. A partir de então, até o fim da fita, é o mesmo áudio apresentado na fita 269 (faixa 1).
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.271 1. Assunto	F1 e F2: 40 min F3: 17 min	**F1: 13/10/1964** **F2: 13/10/1964** **F3: 26/03/1965**	*Faixa 1* Conferência do Governador Carlos Lacerda na CAMDE (Campanha da Mulher pela

1.1 Faixa 1 Conferência do Governador Carlos Lacerda na CAMDE – Ipanema 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa 1 1.3 Faixa 3 Conferência do Governador na Federação Nacional dos Portuários 2. Temas 2.1 Faixa 1 Entrada de máquinas de segunda mão no Brasil, SUMOC, empobrecimento tecnológico, desemprego e subemprego, salário mínimo, salário justo, expansão do mercado interno, reforma agrária, Estatuto da Terra, emenda à Constituição, aumentar a produtividade da terra, reforma agrária da Suécia, crítica ao valor do imposto territorial rural, problema do parque Lage, liberdade de imprensa, liberdade do dono do jornal de distorcer os fatos 2.2 Faixa 2 Planos como candidato a presidente, complexo de inferioridade, mentalidade colonial, tecnocracia, revolução cultural e tecnológica, escola técnica de Mogi das Cruzes, preparar a juventude, riquezas minerais do Nordeste. formar novos líderes 2.3 Faixa 3 Participação dos ,trabalhadores na direção das empresas do estado, voz e voto nos conselhos de cada porto, pelegos, reunião da FNP, cidade eminentemente portuária, pretensões da Elkem Rana, livre concorrência do minério de ferro, projeto de prolongamento do porto do Rio de Janeiro, acostamento de navios de maior calado			Democracia), em Ipanema Carlos Lacerda critica três pontos de um documento do governo federal . O primeiro era a ideia de que a indústria não deveria investir em tecnologia, para evitar o desemprego. O governador critica, também, uma instrução da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) que permitia a entrada de máquinas de segunda mão no Brasil. Para Lacerda, isso representava o empobrecimento tecnológico do país, que resultava em atraso irremediável em relação às nações mais adiantadas. Outro ponto que Lacerda critica, era o de atribuírem o desemprego e o subemprego ao salário mínimo de 42 mil cruzeiros. Ele afirma que se isso fosse verdade, bastaria dividir o salário mínimo pela metade e teríamos dois morrendo de fome ao invés de um. Lacerda assinala que todo mundo sabia que o emprego não se conseguia através de salários de fome, ao contrário, o salário justo era o preço da expansão do mercado interno. Considera que estes dois pontos estavam condenando o desenvolvimento do Brasil a ficar em compasso de espera. E uma nação com 80 milhões de habitantes e 8 milhões de quilômetros quadrados não podia ficar em compasso de espera. Lacerda, porém, afirma que o terceiro ponto era o mais grave: a oferta de emprego no meio rural deveria ser ampliada, por um projeto de reforma agrária que conduzisse ao melhor aproveitamento da terra. Lacerda afirma que, aparentemente, este ponto seria até benemérito, mas a consequência dele foi a criação do Estatuto da Terra, precedido de um projeto de emenda da Constituição, primo-irmão daquele que tinha motivado a “Revolução”. Acredita que a justiça social não consistia em dar terra a todo mundo. Se este fosse o caso, Lacerda acredita que só seria resolvido o problema quando cada brasileiro tivesse um pedaço do país. O governador afirma que era preciso aumentar a produtividade da terra e do homem que trabalhava nela, para que não morresse de fome, e os que não tinham terra produziriam em outros lugares, nas fábricas, nos escritórios, nas oficinas, etc. Acha que neste segmento estava a maioria do povo brasileiro que precisava fazer parte da justiça social. Cita o exemplo da reforma agrária da Suécia, em que houve decréscimo do número de trabalhadores no campo, por causa da tecnologia. Ele afirma que até na China a reforma agrária tinha liberado 100 milhões de trabalhadores para a indústria. Apenas no Brasil, os técnicos de segunda categoria pensavam em fazer uma reforma agrária que ampliasse o número de trabalhadores no campo, diz Lacerda. O governador afirma que 62% dos trabalhadores rurais eram temporários e critica a reforma agrária por não se preocupar em assegurar-lhes emprego permanente. Diz que a propriedade agrícola no Brasil apresentara uma rentabilidade de 2% no

			ano anterior. Acha que esta era a causa da falta de feijão. Ele critica o alto valor do imposto territorial rural. Afirma que existia um falso dilema entre os reacionários que não queriam a reforma agrária, e os progressistas que a defendiam. Ele lamenta que infelizmente as coisas não fossem assim. Faz um apelo, através da CAMDE, ao Globo, para que discutisse objetivamente o problema do parque Lage, que era o seu problema. Ele considera inconcebível que o jornal brigasse com o governo da cidade por causa do Parque Lage. Comunica que estava disposto a voltar atrás, se provassem que estava errado. Critica a imprensa, dizendo que entendia-se por liberdade de imprensa a liberdade do dono do jornal de distorcer os fatos ou de se calar sobre eles. E afirma que o seu destino não permitia que calasse sobre este terrorismo cultural. Considera da maior importância que a CAMDE não esmorecesse e se diz muito feliz por ter recebido o convite para realizar a palestra. Explica porque havia decidido candidatar-se à Presidência da República. Garante que, se teve alguns dissabores e decepções em seu mandato como governador, encontrou uma tal possibilidade de realização, uma tal alegria de fazer, uma tal confirmação do lado melhor de cada um, uma tal expansão do que cada qual levava dentro de si, de mais parecido com a sua origem, que se tivesse que começar de novo, começaria. *Faixa 2* Continuação da Conferência do Governador Carlos Lacerda na CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), em Ipanema Carlos Lacerda fala sobre seus planos como candidato a presidente. Diz que era preciso tratar o Brasil como uma grande nação e parar de tratar o país com complexo de inferioridade. Comenta sobre a chegada do general De Gaulle ao Brasil. Enquanto os jornais da França, mesmo os que eram contra De Gaulle, tomaram uma posição favorável a seu presidente, na Guanabara os jornais atacavam o governador, porque eram da oposição. Lacerda considera que essa atitude era um resíduo da mentalidade colonial. Ressalta que os brasileiros ainda não tinham percebido que o mundo precisava mais do Brasil, do que o Brasil do mundo. Diz que enquanto nos Estados Unidos brancos e negros se enfrentavam na rua, no Brasil isso não acontecia. Por isso, acha que o Brasil, em matéria racial, era desenvolvido, e os Estados Unidos, em matéria racial, era subdesenvolvido. Lacerda afirma que nada faz uma nação ser grande, senão o esforço e a capacidade de seus filhos. Mas, afirma que o Brasil não queria ser uma tecnocracia, que era preciso ter homens de estado, que seria necessário fazer uma revolução cultural e tecnológica no país. Lacerda comenta que tinha visitado a cidade de Mogi das Cruzes

			em São Paulo, maior fornecedora de hortigranjeiros da Guanabara. Porém, na cidade também havia indústrias. Lacerda conta que visitou uma fábrica de pianos e uma siderúrgica. Ele diz que conversou com os trabalhadores das indústrias e a maioria respondeu que aprendera o ofício na escola técnica de Mogi das Cruzes. Para Lacerda, o grande desafio era preparar a juventude para tornar o país uma grande nação. O governador fala das riquezas minerais do Nordeste. Adverte que não era preciso ser ufanista, mas realista, e que era preciso modernizar os processos de governar o Brasil e formar novos líderes. *Faixa 3* Conferência do Governador Carlos Lacerda na Federação Nacional dos Portuários O governador Carlos Lacerda diz que o Rio de Janeiro era uma cidade eminentemente portuária, debruçada sobre o oceano Atlântico. Lacerda afirma que a cidade se sentia orgulhosa de ter sido escolhida, no ano do seu Quarto Centenário, para receber a reunião da FNP (Federação Nacional dos Portuários). Agradece o discurso do presidente, e dos dois oradores anteriores, pelas palavras generosas, estimulantes e, sobretudo, de confiança. Lacerda anuncia que trazia um testemunho e, ao mesmo tempo, um compromisso. O testemunho de que se, por ventura, houvesse privilégios aparentemente excessivos na situação dos portuários, o que não era realidade, exceto para uma pequena minoria, a de pelegos, estes já teriam sido comidos pela inflação. O compromisso que assume era o de lutar para que os trabalhadores portuários tivessem voz e voto nos conselhos de cada porto da nação. Lacerda comenta que na Guanabara já fora introduzida a prática da participação responsável dos trabalhadores, dos funcionários, dos empregados na direção das empresas do estado. Cita, como exemplo, o BEG (Banco do Estado da Guanabara), no qual dos cinco diretores, quatro eram funcionários do próprio banco e um eleito pelos bancários. Lacerda fala sobre a situação do porto do Rio, em particular, e sobre os portos do Brasil, em geral. Informa que havia tomado uma posição definitiva acerca da pretensões da Elkem Rana em relação aos minérios do Brasil, porque defendia a livre concorrência do minério de ferro, evitando, assim, que a Rana estabelecesse um monopólio. Conta que tomara esta decisão para defender o porto do Rio de Janeiro. Lacerda afirma que a Rana tinha desistido de exportar minério, depois que um decreto havia estabelecido que a companhia só poderia ter um porto próprio quando a capacidade do porto do Rio estivesse esgotada. Lacerda comunica que estava pronto, no Ministério da Viação, um projeto que previa o prolongamento

			do porto do Rio de Janeiro, assegurando novas e melhores condições de embarque, garantindo, através da dragagem de um novo cais, o acostamento de navios de maior calado, que nem com dragagem poderiam acostar no porto, com as condições que ele tinha. Lacerda fala sobre os benefícios que o prolongamento do porto traria para a cidade.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.272 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Almoço no Hotel Glória com os Engenheiros da SURSAN e Demais Funcionários 1.2 Faixa 2 Homenagem da Guarnição do Navio Escola Juan Sebastian – El Cane – Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 Solenidade do 3º Congresso Brasileiro de Radiodifusão – Hotel Glória 1.4 Faixa 4 Prêmio aos Melhores do Cinema Nacional – Palácio Guanabara 1.5 Faixa 5 Continuação da Faixa Anterior 2. Temas 2.1 Faixa 1 Agradecimento aos servidores pela colaboração com o governo 2.2 Faixa 2 Elogios à juventude espanhola da Guarda Marinha 2.3 Faixa 3 Radiodifusão no Brasil, importância do rádio como um instrumento de comunicação com o povo, anúncios são sinais da cultura de um povo, instrumento da formação de hábitos e de progresso, formação de mão de obra 2.4 Faixa 4 Dificuldade na seleção dos filmes, poucos concorrentes, progresso significativo nos filmes de longa metragem, jornais	F1: 3 min F2: 2 min F3: 9 min F4: 17 min F5: 20 min	**F1: 23/12/1964** **F2: 17/02/1965** **F3: 10/02/1965** **F4: 12/03/1965** **F5: 12/03/1965**	*Faixa 1* Almoço no Hotel Glória com os Engenheiros da SURSAN e Demais Funcionários O governador Carlos Lacerda agradece aos presentes, em nome da população da Guanabara, pela dedicação crescente, pelo esforço de progresso profissional, de competência e espírito de equipe com que tinham procurado conduzir-se, num esforço que juntos haviam empreendido em favor do povo e do estado. Espera que no último ano do seu mandato a colaboração continuasse, e que pudesse trazer ao estado, pelas mãos dos seus engenheiros, arquitetos, servidores, empreiteiros e operários, dias melhores de conforto, saúde, bem-estar, paz e trabalho. Assegura que era o que desejava a todos. *Faixa 2* Homenagem da Guarnição do Navio Escola Juan Sebastian – El Cane – Palácio Guanabara (Lacerda fala em espanhol) Carlos Lacerda assinala que, em nome do povo do Rio de Janeiro, tinha a alegria de receber a juventude espanhola, representada pela guarda marinha. Afirma que os cariocas estavam muito felizes por receber esta visita no ano do quarto centenário de sua cidade. Diz que os jovens da Espanha representavam, ao mesmo tempo, o futuro e a tradição, mantida a força de muitos sacrifícios, ideais e sonhos. Deseja boas vindas aos espanhóis. *Faixa 3* Solenidade do 3º Congresso Brasileiro de Radiodifusão – Hotel Glória O governador Carlos Lacerda fala que estava muito feliz por receber o congresso, as vésperas do Quarto Centenário do Rio de Janeiro. Lembra que desde que Marconi, de longe, havia acendido as luzes do Cristo Redentor, muitas coisas se passaram em matéria de radiodifusão no Brasil. Lacerda comenta que foi redator do primeiro jornal falado do país, o da antiga rádio Philips. Destaca a importância do rádio como um instrumento de comunicação com o povo. Diz que os anúncios são sinais da cultura de um povo, instrumentos da formação de hábitos, um dos instrumentos da conquista de mercado, um dos instrumentos do progresso de métodos e meios de viver, de comer, de se vestir, de fazer circular as pessoas e as coisas. Considera que não havia, no Brasil, instrumento maior de progresso do que o

criticam os critérios de avaliação, regulamento, cinema destinado a melhorar o homem, não confundir pornografia com liberdade de criação artística, valorização da literatura e da vida brasileira, premiados: “Viagem aos seios de Duília”, “Deus e o diabo na terra do sol”, “ Um morto ao telefone” 2.5 Faixa 5 Estado financia filmes através do BEG e da COPEG, COPEG financia equipamentos e instalações, Guanabara: principal centro produtor do cinema nacional, Festival Internacional de Cinema no Rio de Janeiro			rádio e a televisão. Ressalta que, no Brasil, tinha se pulado, praticamente, do carro de boi para o avião e que com as telecomunicações ocorrera um processo semelhante, passara-se da comunicação entre as tribos para a telecomunicação. Ele afirma que era preciso acelerar a formação de mão de obra para trabalhar neste instrumento de unidade e expansão nacional que era a telecomunicação, do ator ao técnico de câmera, do jovem que tinha pendores para eletrônica, ao técnico consumado de laboratórios e estúdios. *Faixa 4* Prêmio aos Melhores do Cinema Nacional – Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda, antes da entrega dos prêmios, faz algumas considerações. Comenta que em relação ao ano anterior, a avaliação era de que no conjunto não tinha havido grande melhora, o número de filmes daquele ano não era maior, e não tiveram muita dificuldade na seleção dos filmes a serem premiados, por não haver muitos concorrentes. Entretanto, Lacerda comemora um progresso significativo nos filmes de longa metragem. Diz que não pretendia fazer crítica cinematográfica, mas sugere que os jornais, que haviam criticado os critérios de avaliação da comissão, instituíssem seus próprios prêmios e os dessem aos filmes da sua preferência. Explica os critérios da comissão para conceder os prêmios e assegura que a comissão seguira rigorosamente o regulamento estabelecido para a concessão dos prêmios. Lacerda cita alguns critérios do regulamento como: um cinema destinado a melhorar o homem, não piorá-lo, um cinema para melhorar o país, não degradá-lo, um cinema destinado a não confundir pornografia com liberdade de criação artística, nem mensagem social com bobagem social. Um cinema com qualidade técnica e que valorizasse a literatura e a vida brasileira. O filme premiado com a maior quantia, “Viagem aos seios de Duília”, recebeu um cheque 30 milhões de cruzeiros. O filme de Jece Valadão recebeu 10 milhões de cruzeiros. Lacerda pede a Nelson Rodrigues para entregar o prêmio de 5 milhões de cruzeiros para o filme “Deus e o diabo na terra do sol”. Lacerda afirma que o regulamento não discriminava filmes de arte, nem filmes comerciais, por isso “Um morto ao telefone” iria receber a mesma quantia de Deus e o diabo ... *Faixa 5* Continuação da Faixa Anterior Carlos Lacerda menciona que os prêmios significavam apenas demonstrações de estímulo, porque o estado também financiava vários filmes através do BEG (Banco do Estado da Guanabara) e afirma que o presidente da COPEG (Companhia para o Progresso do Estado da Guanabara) iria

			explicar como o órgão participaria do financiamento da produção cinematográfica da Guanabara. Lacerda anuncia os outros filmes premiados e pede para o presidente da COPEG explicar o que estava fazendo pela indústria cinematográfica da Guanabara. O presidente da COPEG diz que recebeu apenas um pedido de financiamento e que esperava que mais produtores o procurassem, porque a COPEG desejava financiar mais filmes. Lacerda adenda que a COPEG financiava equipamentos e instalações e anuncia que pretendia que a Guanabara fosse o principal centro produtor do cinema nacional. O governador comenta que graças aos esforços da Secretaria de Turismo e da Superintendência do Quarto Centenário, haveria um Festival Internacional de Cinema no Rio de Janeiro, em setembro. Discorre sobre a importância do estado e dos produtores estimularem o estabelecimento de laboratórios, a ampliação dos existentes, de estúdios e instalações capazes de proporcionar melhores condições para o desenvolvimento de uma produção cinematográfica contínua.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.273 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Solenidade de Posse do Secretário de Justiça da Guanabara, dr. Eugênio Sigaud 2. Temas 2.1 Faixa 1 Militarmente ocupada a Delegacia de Polícia Marítima, tomada do Instituo Félix Pacheco, tentativa do governo federal de intervir na Guanabara, “Revolução” se iniciara no governo Lacerda, erros e desacertos, autocrítica do governador, mudar métodos, práticas, processos, elogios a Lacerda, criação da Secretaria de Segurança, obra de implantação da Secretaria, função do Poder Judiciário, aplicação do Ato Institucional	F1: 30 min	**F1: [1964/1965]**	*Faixa 1* Solenidade de Posse do Secretário de Justiça da Guanabara, dr. Eugênio Sigaud O professor Alcino de Paula Salazar relata uma reunião do secretariado, que tinha sido interrompida porque o secretário de Segurança apresentara uma comunicação., segundo a qual estava sendo militarmente ocupada, naquele momento, a Delegacia de Polícia Marítima. E advertira que se anunciava para breve a tomada do Instituo Félix Pacheco. Lembra da tentativa do governo federal de intervir na Guanabara. Diz que estes fatos serviam de exemplo do ambiente em que se vivia, mas que apesar de tudo isso, as realizações do governo Lacerda constituíam, para ele, a melhor recompensa, a melhor recordação para o futuro que se poderia desejar. Assinala que a “Revolução” não se iniciara em 31 de março, mas no governo de Carlos Lacerda. Afirma que até o presidente Castelo Branco reconhecia isso. Admite que o governo teve erros e desacertos e afirma que a primeira pessoa a reconhecê-los era o governador Lacerda que, em uma reunião de secretariado, mencionando lacunas e falhas do seu governo, chegara a dizer, como força de expressão, que ele, se na oposição, poria abaixo esse governo. Comenta que esta frase, mesmo sendo uma força de expressão, demonstrava a autocrítica do governador. Acrescenta que ainda se considerava parte integrante do governo, e que não pretendia ficar alheio aos acontecimentos e aos problemas, naquela hora difícil para o povo brasileiro. Afirma que revolução significava mudança e, portanto, seria preciso mudar os métodos, as práticas e os processos que levaram o país àquela situação. Elogia o governador Carlos

			Lacerda por enfrentar os graves problemas que pelos quais o país passava. Diz estar confiante no bom funcionamento da Secretaria de Segurança e elogia o governador pela escolha do seu sucessor como secretário de Segurança. O governador Carlos Lacerda fala que caberia ao professor Alcino de Paula Salazar coordenar e relatar os estudos relativos aos projetos e anteprojetos mencionados, além de formular votos ao procurador geral do estado, elevado à categoria de secretário de Justiça, para que, sob as inspirações do seu eminente antecessor e criador da secretaria de Justiça, e ao impulso de sua vocação para vida pública e formação jurídica, viesse complementar a obra de implantação de uma Secretaria essencial para a transformação da cidade em estado e do estado em unidade integrada aos interesses permanentes da nação brasileira. Lacerda reafirma a sua posição revolucionária numa sociedade em mudança, como a brasileira, em face da função indispensável do Poder Judiciário. Alerta para a responsabilidade do Poder Judiciário em defender o indivíduo, quando a coletividade o perturbava, e defender a coletividade, quando o indivíduo a destruía. Assinala que esta dupla função era o segredo da função do Poder Judiciário. Lacerda ressalta que não se podia chamar de democrática uma sociedade que não dava a devida importância aos juízes e aos professores. E era isso que tinha sido feito na Guanabara, assegura o governador. Justifica a aplicação do Ato Institucional como um instrumento para levar a mudança à Justiça. Entretanto, considera que o país precisaria menos de reforma nas leis do que de lei nas reformas. Lacerda fala sobre a importância da criação da Secretaria de Justiça.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.274 1. Assunto 1.1 Debate sobre o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) e sobre o BNH (Banco Nacional de Habitação) 2. Temas 2.1 Faixa 1 Discussão sobre o sistema de seguros no Brasil, comparação com o sistema do México, reformulação do sistema segurador	F1: 45 minutos	**F1: [1960/1965]**	*Faixa 1* Debate sobre o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) e sobre o BNH (Banco Nacional de Habitação) Discussão sobre as reformas que deveriam ser realizadas no IRB. Comenta-se que no IRB pagavam 18 salários por ano, mas que existia um controle rigoroso da pontualidade dos funcionários. Fala-se sobre a criação de uma campanha de popularização dos seguros. Uma pessoa comenta que, no México, as seguradoras estavam procurando os clubes de futebol para fazer seguro dos jogadores, enquanto no Brasil, o pais do futebol, nem o Pelé tinha seguro. Outra pessoa argumenta que o seguro do Pelé seria muito caro. Fala-se sobre um plano de ampliação do seguro, criando inclusive o seguro rural. É comentado que os seguros ofereciam muitas restrições no contrato, o que desmotivava os brasileiros a se tornarem segurados. Alerta para o risco de ser um pioneiro no negócio, porque iria sofrer críticas de todos os lados. Uma ressalva de que não adiantava fazer uma grande campanha para vender uma mercadoria ruim, seria preciso

			melhorar a mercadoria antes. Discussão sobre como deveria ser a campanha de divulgação do seguro. Sugestão de que houvesse um pré-lançamento da campanha. É lembrado que o sistema segurador iria passar por uma reformulação.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.275 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Quadros Históricos do Rio de Janeiro no Século XVIII – Palestra de Alberto Elia, da Academia Portuguesa de História e Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino 2. Temas 2.1 Faixa 1 Cartas de Martin de Sá ao rei Felipe II, relatando suas atividades no Brasil e a construção da fortaleza de Santa Cruz.	7 minutos	**[1960/1965]**	*Faixa 1* Quadros Históricos do Rio de Janeiro no Século XVIII – Palestra de Alberto Elia, da Academia Portuguesa de História e Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino Alberto Elia fala sobre a carta que Martin de Sá escreveu ao rei Felipe II, relatando suas atividades no Brasil. Martin de Sá reclamava, na carta, que o seu trabalho de guarda da costa brasileira era muito pesado, além do gasto com a sua fazenda e de ainda não ter recebido nenhum ordenado. Reclama, ainda, que o antigo capitão da Costa, Pedro de Góes, recebera 300 mil réis, em uma época em que o litoral brasileiro não era tão frequentado por inimigos. Já como capitão e governador do Rio de Janeiro, Martin de Sá escreve uma carta para o rei Felipe III, em 5 de março de 1624, pedindo que suas cartas anteriores fossem respondidas. Nesta carta, ele também relata que os índios do sertão tiveram notável papel na defesa do litoral brasileiro. Alberto Elia fala sobre as cartas trocadas entre Martin de Sá e o rei Felipe III, a respeito da invasão holandesa na Bahia. Em uma das cartas, Martin de Sá sugere a fortificação do Rio de Janeiro para se defender de uma possível invasão holandesa. Martin de Sá relata que conseguira recursos com o tesoureiro e almoxarife Rafael de Carvalho, provenientes do contrato de Angola. Com esse dinheiro, Martin de Sá construiu a fortaleza de Santa Cruz.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.276			*Não existe*
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.277			*Não existe*
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.278 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Aniversário da Revolução – Escadaria do Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Almoço com o Comando da Polícia Militar - Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 Inauguração da Placa Comemorativa do 1º aniversário da Revolução – Escola Anne Frank 2. Temas 2.1 Faixa 1	F1: 20 min F2: 4 min F3: 5 min	**F1: 31/03/1965** **F2: 31/03/1965** **F3: 31/3/1965**	*Faixa 1* Aniversário da Revolução – Escadaria do Palácio Guanabara Carlos Lacerda relata a sua resistência no Palácio Guanabara, antes da revolução. Diz que o Brasil estava sofrendo uma invasão por dentro. Afirma que as Forças Armadas agiram em favor da liberdade. Discorre sobre a mobilização que reuniu militares e civis para defender a Guanabara. Fala sobre o medo que sentia, não da morte, mas da derrota, que seria uma derrota do Brasil. Lacerda indaga quantas gerações passariam até que o terror cultural fosse vencido, quando ele já dominava a universidade, quando através da UNE ele invadia todas as camadas da juventude do Brasil. Lacerda enumera os problemas que o país enfrentaria no caso de vitória dos subversivos. Volta a falar sobre a sua resistência no palácio Guanabara, enquanto os generais Castelo Branco, Costa e Silva e Décio Escobar organizavam a resistência e a contraofensiva. Diz que a praça do Rio de Janeiro

Resistência antes da "Revolução", Forças Armadas em favor da liberdade, UNE, terror cultural domina a universidade, vitória dos subversivos, Castelo Branco apela para Lacerda deixar o palácio, consulta a Eduardo Gomes e a Eurico Dutra, mobilização dos militares de São Paulo, marcha de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro 2.2 Faixa 2 Auxílio na segurança e na defesa do palácio do governo, Polícia Militar, elogios aos policiais militares 2.3 Faixa 3 Débito com as Forças Armadas, vigilância oportuna, ação preventiva, utilização da escola como casa de guarda, família brasileira contra o ódio e a tirania.			era considerada a mais precária para uma ação militar imediata. Assinala que recebera um telefonema, do general Castelo Branco, apelando para que deixasse o palácio Guanabara, pela impossibilidade de auxílio militar imediato ao estado, e pela necessidade de se preservar a autoridade do estado que seria necessária para a rearticulação civil do governo, na forma da Constituição e das leis. Lacerda comenta sobre a dificuldade que teve para desobedecer a um apelo militar. Ele conta que consultou o brigadeiro Eduardo Gomes e o ex-presidente marechal Eurico Dutra e que os dois o aconselharam a permanecer no palácio. Conta sobre a união de civis e militares para proteger o palácio. Relata a mobilização dos militares de São Paulo em direção á Guanabara e a marcha de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, afirmando que as Forças Armadas evitaram derramamento de sangue e que o Rio de Janeiro foi a síntese das aspirações de paz e da firmeza na defesa da liberdade no nosso país. *Faixa 2* Almoço com o Comando da Polícia Militar - Palácio Guanabara Gravação ruim O governador Carlos Lacerda diz que não saberia como traduzir, com realismo, o sentimento por aqueles que auxiliaram na segurança e na defesa do palácio do governo. Para Lacerda, a Polícia Militar era a melhor herança que a União tinha deixado para o Rio de Janeiro, porque mesmo esvaziada soube, através do remanescente, preparar em uma nova geração da PM, uma corporação que sintetiza as melhores qualidades da formação militar e daquelas virtudes permanentes do simples povo do Brasil. Faz elogios aos policiais militares e fala sobre a importância que eles tinham para garantir a segurança da população da Guanabara. Elogia a iniciativa do comandante, coronel Edson, e do coronel Gustavo Borges, por organizarem a força policial da Guanabara e formarem uma companhia independente, responsável por guardar a casa e a família do governo do povo carioca. *Faixa 3* Inauguração da Placa Comemorativa do 1º Aniversário da Revolução – Escola Anne Frank O governador Carlos Lacerda explica que nessa escola ficaram acantonados os civis e militares que, na fraternidade do perigo e na união pela pátria, ali pernoitaram e se prepararam para defender com a vida os ideais que a justificavam, enobreciam e eternizavam. Diz que a Nação tinha um débito com as Forças Armadas pela vigilância oportuna, pela decisão a tempo, pela união, pela firmeza com que desencadeara a ação preventiva. Segundo Lacerda, cabia então aos civis devolver

			ao país, depois de liberto e pacificado, aqueles instrumentos de progresso, aquele vigor, aquela confiança, aquela harmonia e aquele entusiasmo, sem os quais não se formaria uma grande nação. Lacerda volta a falar sobre a utilização da escola como uma casa de guarda, no ano anterior, reunindo militares, civis e jovens. Acrescenta que não estavam apenas defendendo um estado, mas defendendo uma nação, os ideais cristãos de concórdia e paz, de liberdade e de honra que deveriam ser eternamente os paradigmas do Brasil. Salienta que a família brasileira se levantara contra o ódio e a tirania.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.279 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Solenidade Comemorativa de Tiradentes – Escadaria do Palácio Tiradentes 1.2.1 Faixa 2a Recepção ao Xá da Pérsia - Palácio Guanabara – Lacerda Discursa em Francês 1.2.2 Faixa 2b Recepção ao Xá da Pérsia - Palácio Guanabara – em Francês 2. Temas 2.1 Faixa 1 Celebração de Tiradentes, comemoração dos cinco anos de fundação do estado da Guanabara, estado nascido no sofrimento e na desesperança, Enaldo Cravo Peixoto, candidato à sucessão 2.2.1 Faixa 2a Lacerda discursa em francês. 2.2.2 Faixa 2b Discurso em francês de orador não identificado	F1: 25 minutos F2a: 3min F2b: 15 min	**F1: 21/09/1965** **F2a: 06/05/1965** **F2b: 06/05/1965**	*Faixa 1* Solenidade Comemorativa de Tiradentes – Escadaria do Palácio Tiradentes Carlos Lacerda informa que a celebração estava sendo feita para comemorar a passagem do tempo, em que era preciso morrer para ter liberdade, aos tempos em que bastava votar para mantê-la. Assinala que aquela celebração também servia para que os filhos do povo nunca esquecessem o que seus irmãos mais velhos tinham preparado para a sua vida. Acha que todos tinham a obrigação de compreender que, naquele ano, a celebração de Tiradentes estava marcada pela comemoração dos cinco anos de fundação do estado da Guanabara, estado que havia nascido no sofrimento, na angústia e na desesperança e que, após cinco anos, recuperara a confiança do povo no governo e do governo no povo. Lacerda defende o seu direito de fazer campanha pelo seu candidato à sua sucessão, o engenheiro Enaldo Cravo Peixoto. O governador promete que não iria usar o dinheiro das escolas e hospitais para fazer campanha, mas não iria deixar de fazer propaganda do seu candidato. Lacerda alerta para o risco de a cidade voltar a ser governada por aqueles que a roubaram e a degradaram e que surgiriam com pele de cordeiro. *Faixa 2a* Recepção ao Xá da Pérsia - Palácio Guanabara Lacerda fala em francês. *Faixa 2b* Recepção ao Xá da Pérsia - Palácio Discurso em francês de orador não identificado
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.280 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Recepção ao Xá da Pérsia 1.2 Faixa 2 Saudação (Recepção ao Xá da	F1: 15min F2: 5min F3: 5min F4: 10 min	**F1:06/05/1965** **F2: 06/05/1965** **F3: 06/05/1965** **F4: 12/05/1965**	*Faixa 1* Continuação da Recepção ao Xá da Pérsia Carlos Lacerda traduz para o português o discurso que havia falado em francês na faixa 1, da fita 179. Discorre sobre a história da Pérsia, já conhecida como Irã. Diz que a formação de uma civilização universal, fundada na aceitação geral das técnicas que libertavam o esforço do homem e sobre aquelas ideias por todos aceitas, espécie de linguagem mundial da inteligência e do trabalho,

Pérsia) 1.3 Faixa 3 Continuação da Faixa 2 e Mesmo Conteúdo da Faixa 1, da Fita 280 1.4 Faixa 4 Entrega ao Governador Lacerda do Título de Grande Benemérito da União de Operárias de Jesus – Praia de Botafogo 2. Temas 2.1 Faixa 1 História da Pérsia, Oriente de frente para o Brasil, invenção Ocidental, liberdade do homem, Elogio ao Irã, contido o comunismo em suas fronteiras, imperialismo econômico, imperialismo totalitário, Pacto de Bagdá, aliança militar, reformas 2.2 Faixa 2 Reportagem da Rádio Roquete Pinto sobre a recepção ao Xá da Pérsia e à imperatriz Farah Diba 2.3 Faixa 3 Continuação da Faixa 2 e Mesmo Conteúdo da Faixa 1, da Fita 280 2.4 Faixa 4 Desembargador Hermano Cruz, diploma de grande benemérito, merecia o diploma, elogios à Clotilde Guimarães			tornavam-se o tema central da sua época. Diz que era fascinante ver o Oriente de frente para o jovem Brasil e ver como reagia o Oriente ante a maior invenção Ocidental, que era a liberdade do homem em face do homem. Relata que o Irã fora o campo de batalha de várias civilizações. Afirma que, o que mais atraía os brasileiros no Irã, era o ritmo das reformas, o entusiasmo, o frêmito de ação que a majestade havia proposto ao povo. Lacerda critica o exagero do nacionalismo no Ocidente, que se transformara em nazifascismo e havia se requintado como instrumento de conquista do comunismo, que ele considerava o novo imperialismo. Elogia o Irã por ter contido o comunismo em suas fronteiras. Menciona que um dos méritos do governante do Irã tinha sido implantar o nacionalismo positivo no seu país, que poderia ser chamado também de patriotismo. Lacerda considera que o governo do Irã tinha ensinado algumas lições ao mundo livre, sobre a melhor maneira de viver ao lado dos imperialismos modernos. A primeira, era que para tratar com os imperialismos, dever-se-ia distinguir qual representava o maior perigo. Explica que ao lado do imperialismo econômico, mais exercido por grupos internacionais, existia o imperialismo totalitário, no qual os que detinham o poder político dispunham de todos os outros, inclusive o econômico. Lacerda diz que a segunda lição, era a que ensinava que a timidez e a indecisão eram tristes conselheiras. Considera que os países em desenvolvimento deveriam se unir e procurar alianças diante do inimigo mais agressivo. Elogia o Pacto de Bagdá, uma aliança militar que era uma prova de maturidade política e de um instinto de conservação nacional. Afirma que a neutralidade só favorecia ao mais forte e que a paz não seria alcançada pelo desengajamento. Elogia as reformas da agricultura, educação e da industrialização realizadas pelo Irã, demonstrando que não seria necessário seguir os mesmos caminhos das nações que se desenvolveram do século XVIII ao século XX, para se chegar ao apogeu. Lacerda faz elogios à objetividade do governante iraniano. *Faixa 2* Saudação (Recepção ao Xá da Pérsia) Reportagem da Rádio Roquete Pinto sobre a recepção do governador Carlos Lacerda ao Xá da Pérsia e à imperatriz Farah Diba, hóspedes oficiais do governo brasileiro. Saudação do governador em português *Faixa 3* Continuação da Faixa 2 e Mesmo Conteúdo da Faixa 1, da Fita 280 *Faixa 4* Entrega ao Governador Lacerda do Título de

			Grande Benemérito da União de Operárias de Jesus – Praia de Botafogo O desembargador Hermano Cruz anuncia, ao governador Carlos Lacerda, que ele receberia o diploma de grande benemérito da União dos Operários de Jesus. Lembra que, em 1945, Lacerda, então jornalista, com um só artigo tinha conseguido impedir que acabassem com a União. Desde então, Lacerda tinha apoiado constantemente a União e por isso merecia o diploma. O governador Carlos Lacerda responde que era muito fácil agradecer o que não se merecia, como era o seu caso, porque consistia num bom pretexto para rever aquela casa. Lacerda conta que tinha conversado com o secretário de Educação e informado que iria dar o nome de Clotilde Guimarães a uma escola. Ele explica que não prestara esta homenagem anteriormente, porque estava esperando poder fazer, em uma escola próxima à casa que ela tinha fundado, mas, diante do risco do governo acabar antes, decidira não esperar mais para fazer a homenagem. Assinala que ela se tornara o símbolo daquela casa, o sinônimo daquela obra. Considera uma honra receber o diploma do desembargador Hermano Cruz e revela que não se lembrava do artigo que havia escrito para evitar a desapropriação da União. Mas lembra de um problema semelhante, acontecido recentemente. Por isso, defende a necessidade de humanizar o urbanismo. Faz elogios à dona Clotilde e aos que estavam dando continuidade ao seu trabalho.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.281 1. Assunto 1.1 Faixa 1 12 ª Convenção do Lions Clubes – Teatro Municipal 1.2 Faixa 2 Banquete ao Chanceler de Portugal - Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 Título Honorário ao Jogador Pelé - Palácio Guanabara 1.4 Faixa 4 Fala do Governador Lacerda por Ocasião das Solenidades Comemorativas de Aniversário do Jornal. Restaurante Diário de Notícias 2. Temas 2.1 Faixa 1 Organização de clubes de cooperação e amizade, papel	F1: 09:03min F2: 12:33min F3: 08:59min F4: 12:50min	**F1:12/05/1965** **F2: 09/06/1965** **F3: 90/06/1965** **F4: 15/06/1965**	*Faixa 1* 12 ª Convenção do Lions Clubes – Teatro Municipal Carlos Lacerda discursa na 12ª Convenção da UDN. Ele fala sobre a necessidade de sua retirada da política e sobre a vocação democrática e fraternal do povo brasileiro e da honra temporária de ocupar o Governo do Estado, além da honra também de representar, na cerimônia, a autoridade do governo e a hospitalidade do povo carioca. Exalta o carioca e seu cosmopolitismo e lembra o 4º Centenário da cidade do Rio de Janeiro. Lacerda fala sobre a organização de clubes de cooperação e amizade, como era o caso do Lions. E faz menção ao papel progressista que o clube exercia, de caráter filantrópico. Discorre sobre a tarefa nobre do Lions Clube, de transformar desconhecidos em conhecidos, conhecidos em amigos e amigos em irmãos. Cita a vocação cosmopolita do Rio de Janeiro, mesmo com a transferência da Capital Federal para Brasília. Ele manifesta seu agradecimento em nome do governo e do povo da Guanabara e deixa aos governadores do Lions Clube a sua saudação, ao mesmo tempo em que rendia tributo à sua gratidão. *Faixa 2*

progressista e filantrópico, vocação cosmopolita do Rio de Janeiro, transferência da Capital Federal para Brasília 2.2 Faixa 2 4º Centenário, reconstituição da fundação da cidade, reconstrução da cidade-estado do Rio de Janeiro, exaltação do intelectual e escritor Franco Nogueira, carioca honorário, ensaios políticos primorosos, visão política portuguesa prática e corajosa, papel do português na formação da nacionalidade brasileira, heranças africana e imigrante, destino comum 2.3 Faixa 3 Prova de amizade, apreço e admiração, título merecido, reclame do 4º Centenário, boa vontade e cooperação de Pelé, exemplo para a juventude, Pelé recebe antologia do Rio de Janeiro, em prosa e verso, feita por Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade 2.4 Faixa 4 Campanha pela oficialização da Justiça, reforma do Judiciário, sucessor Flexa Ribeiro, Tribunal do Júri, conquista da democracia, melhorar as condições de funcionamento do Poder Judiciário, garantir direitos adquiridos, princípio da separação de poderes dos serventuários da Justiça, estruturação mais democrática da função pública.			Banquete ao Chanceler de Portugal - Palácio Guanabara Almoço oferecido pelo governador Carlos Lacerda, em homenagem ao ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, Franco Nogueira. Menciona que a cidade recebia o ministro num momento de festa, já que era o ano de seu 4º Centenário. Reconstitui a fundação da cidade, 400 anos antes. Volta a dizer que a cidade que recebia o ministro, ao se transformar em estado da União, parecia não ter condições de se governar, pois seus problemas tinham sido considerados insolúveis e seu povo, ingovernável. Mas, acrescenta que tinha conseguido realizar o que muitos consideravam impossível: a reconstrução da cidade-estado do Rio de Janeiro, num esforço de salvação, no qual as obras valiam mais pelo significavam do que pelo que aparentavam. Carlos Lacerda fala da identificação entre o ministro e a cidade do Rio de Janeiro. Exalta a figura de intelectual e escritor de Franco Nogueira e diz que ele era um carioca honorário não só pelo decreto que lhe conferia o título, mas por conquista, por sua “inteligência cosmopolita, arejada e vigorosa”; pela “catolicidade” de sua experiência diplomática; pela originalidade de seu trabalho intelectual; pela bravura que punha na defesa de Portugal no mundo. Lacerda diz que os ensaios políticos do ministro – a luta pelo Oriente e as Nações Unidas em Portugal - eram primorosos como demonstrações de sua independência e sua autenticidade intelectual. Ele salienta a presença da fidelidade aos princípios democráticos nos testemunhos do escritor português. Lacerda acentua que o brasileiro nascia com a fascinação pela inteligência e se sentia desconfortável quando via a política esvaziar-se dela, o sumo sem o qual ela se ressecava. Assinala que com as leituras dos livros de Franco Nogueira via-se que a cultura era a arma mais poderosa do político. Lacerda fala da conjunção positiva entre sonho e objetividade nos feitos históricos dos portugueses como, por exemplo, a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Diz que a política portuguesa tinha sido marcada pelo oportunismo histórico, por uma visão prática, corajosa, ao mesmo tempo que corajosamente sonhadora, sobre os destinos dos povos e das nações. Carlos Lacerda fala das raízes da nacionalidade brasileira e do papel do português na formação desta nacionalidade. Destaca, também, as outras heranças, como a africana e a dos imigrantes. Fala numa “simbiose civilizadora”. Diz que Portugal era mais do que colonizador do Brasil: compartilhava conosco um destino comum. Carlos Lacerda propõe a criação de uma comunidade capitaneada por Portugal e Brasil, que unisse os três continentes: Europa, América e África, mas não esquecendo da Ásia, onde Portugal também havia deixado raízes.

			Faixa 3 Título Honorário ao Jogador Pelé - Palácio Guanabara Carlos Lacerda discursa na cerimônia de concessão a Edson Arantes do Nascimento – o Pelé – do título de cidadão honorário carioca. Esclarece o governador que o título era uma prova de amizade, apreço e admiração do povo carioca a quem fazia jus recebê-lo. Acrescenta que poucos teriam merecido o título mais ou tanto quanto Pelé, por dois motivos: o primeiro era a gratidão pelo modo "simpático e afetuoso" com que se prestara a servir de reclame do 4º Centenário do Rio de Janeiro, posando gratuitamente para o cartaz do evento, que então circulava o mundo. Lacerda salienta que a boa vontade e a cooperação de Pelé a Guanabara não esqueceria; o segundo, era que não costumava ser frequente encontrar um brasileiro que tivesse tido as oportunidades de Pelé e as tivesse aproveitado tão bem. O governador crê que o segredo do êxito de Pelé estava tanto em seus pés quanto na sua cabeça. Exalta a figura do jogador e diz que ele era um exemplo para a juventude pela modéstia com que enfrentava a glória, e na superioridade e na serenidade com que se conduzia diante do delírio da multidão. Lacerda afirma que o título de cidadão carioca a Pelé não era apenas um sinal de gratidão pela sua colaboração junto à Secretaria de Turismo, mas também era um testemunho da Secretaria de Educação, pelo muito que o governo considerava o exemplo que o jogador dava a toda a juventude, pois era um homem coberto de famas e honrarias e que poderia desprezar qualquer outro esforço que não fosse o de seu talento de jogador. No entanto, humildemente se dedicava a escrever para melhorar cada vez mais. Lacerda diz que o verdadeiro gênio e a verdadeira virtude estava em aprender sempre na vida. Lacerda dá de presente uma câmera fotográfica a Pelé, pois o jogador se dedicava a este *hobbie* nas horas vagas. Ressalta que esperava que Pelé concluísse um curso de fotografia rapidamente. Presenteia Pelé, também, com uma antologia do Rio de Janeiro, em prosa e verso, feita por Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, que o estado da Guanabara recebera para ser distribuída nas bibliotecas de todas as escolas públicas do Rio de Janeiro. *Faixa 4* Fala do Governador Lacerda por Ocasião das Solenidades Comemorativas de Aniversário do Jornal. Restaurante do *Diário de Notícias* Gravação da rádio Roquete Pinto. Discursos proferidos pelo governador da Guanabara Carlos Lacerda e pela sra. Ondina Dantas, durante a comemoração dos trinta e cinco anos do *Diário de Noticias* e da vitória na campanha pela oficialização da Justiça.

			Carlos Lacerda agradece a todos e fala na continuidade da reforma do Judiciário, mesmo após seu mandato, caso fosse eleito o sucessor apoiado por ele, o professor Flexa Ribeiro. Ele defende o júri, afirma que Tribunal do Júri era uma conquista da democracia e quando se atacava o júri, como quando, no Brasil, se atacava Rui Barbosa, era sempre sinal de que se queria fazer mal à democracia. Acrescenta que na preservação da soberania e da majestade do Poder Judiciário, incluía-se sempre o Tribunal do Júri, uma parte essencial do poder. Sobre a oficialização da Justiça, Lacerda diz que não se tratava de fazer novas nomeações, pondo a serviço do estado quem estava de fora dele; mas, apenas dar a quem já estava a serviço do estado aquela dignidade funcional de que, até então, estava privado. Ainda sobre o mesmo assunto, Lacerda fala que se tratava de aprimorar a máquina da Justiça; de melhorar as condições de funcionamento do Poder Judiciário; de garantir direitos adquiridos que não haviam sido reconhecidos. Tratava-se de fazer com que funcionasse o princípio da separação de poderes, evitando que o chefe do Executivo nomeasse chefes de cartórios. Lacerda salienta que a oficialização da Justiça limitava os poderes do governador, ao invés de ampliá-los; restituía aos serventuários da Justiça a independência que ele deveria ter e não tinha, garantia que era inerente à função de servidor público. O governador sugere numa estruturação mais democrática e, ao mesmo tempo, mais independente, mais autêntica e mais dignificada da função pública.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.282 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Almoço Oferecido pelo Governador Lacerda pela Câmara de Comércio Americana – Hotel Glória 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa 1 1.3 Faixa 3 Inauguração da Semana do Escotismo – Ilha do Fundão 1.4 Faixa 4 Pronunciamento de Lacerda no Instituto de Engenharia – Praia Vermelha 2. Temas 2.1 Faixa 1 Prestação de contas, cidade	F1: 29:07:00 F2: 3:10min F3: 06:00min F4: 15:46min	**F1: 21/06/1965** **F2: 21/06/1965** **F3: 15/06/1965** **F4: 26/07/1965**	*Faixa 1* Almoço Oferecido pelo Governador Lacerda à Câmara de Comércio Americana – Hotel Glória Carlos Lacerda menciona que há cerca de 4 anos e meio passados, como governador eleito do estado, tivera o prazer de receber a Câmara Americana de Comércio. Diz que voltava à Câmara para um novo encontro, numa espécie de prestação de contas. Ele relembra o fato de que, na época em que tomara posse, a cidade ter sido considerada ingovernável e seus problemas insolúveis. Comenta que em todo o tempo em que estivera no governo, ele não tinha resolvido todos os problemas, mas resolvera o principal, que consistira em convencer a população de que os problemas tinham solução. Ele fala da cooperação americana na recuperação da cidade e que ela fora decisiva na solução do problema da água e do esgoto. Ele menciona também a cooperação na construção de casas populares, no que concernia à política de habitação para remoção ou urbanização de favelas. Lacerda salienta que com a remoção da favela do Esqueleto, a Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ) poderia enfim, ter seu campus, e seria a primeira Universidade do Brasil a ter um campus. Enfatiza a cooperação na área de

ingovernável, problemas insolúveis, cooperação americana na recuperação da cidade, água e esgoto, construção de casas populares, remoção ou urbanização de favelas. favela do Esqueleto, campus, da UEG, política educacional, reforma da previdência, governo prejudicado pela inflação e pela deflação, desenvolvimento do continente americano, progresso da democracia, capital estrangeiro, concessão de serviços públicos, empreendimento estatal, empreendimento privado, capital pioneiro, *know-how*, encerramento da fase da concessão de serviços públicos a grandes grupos monopolistas, redução dos déficits oficiais, crédito para iniciativa privada, acabar com a inflação ao preço de uma ditadura 2.2 Faixa 2 Capacidade de compra da massa trabalhadora, confundir democracia com desemprego, liberdade com fome, desconsideração pela opinião pública no Brasil, desenvolver liderança democrática, compatibilizar o povo com a revolução 2.3 Faixa 3 Delegação da juventude de repúblicas irmãs e de países de outros continentes, 4º Centenário, prática do escotismo, valores, ideal do escotismo 2.4 Faixa 4 Representantes das entidades industriais e técnicas, equipe de homens públicos, de técnicos e servidores do estado, substituição da velha capital em um novo estado, indústrias se transferiam para o estado do Rio e São Paulo, isenção de impostos, “vasto cassino”, população favelada, entidade econômica autônoma, água e saneamento, área de educação, êxito da reforma administrativa, desburocratização, descentralização administrativa, infraestrutura viária, econômica, social e humana, favelização do			educação e exalta os números atingidos com a política educacional de seu governo. Cita outros assuntos, como política na área de saúde, reforma da previdência e política econômica. Acha que seu governo fora prejudicado no setor de financiamentos para as obras e também pela inflação e pela deflação. Sobre o fato de dizerem que, no início de seu governo, ele era excessivamente amigo dos americanos, sendo que no fim ele passara a ser considerado excessivamente inimigo dos americanos, Lacerda responde que nem a acusação primeira, nem a suspeita segunda eram verdadeiras. Ele assinala que continuava no mesmo ponto em que estava: amigo dos americanos, amigo dos EUA e, ainda mais, amigo de seu próprio país. Ele diz que era amigo dos EUA na medida em que isto servisse ao Brasil; que era amigo dos americanos na medida em que ele entendesse que tal amizade era essencial à paz no mundo, ao desenvolvimento do continente americano e ao progresso da democracia em seu próprio país. Lacerda ratifica que o desenvolvimento do país dependia de capital estrangeiro, mas na medida em que nos ajudássemos, e na medida em que tomássemos em nossos próprios ombros a responsabilidade de desenvolver o Brasil, não atribuindo nem a americanos, nem a ninguém, o que somente nós poderíamos fazer. Acrescenta que o auxílio americano era supletivo, um complemento essencial, mas não era crucial para o nosso desenvolvimento. Sobre a concessão de serviços públicos, ele distingue, na economia moderna, na área da capacidade de trabalho e iniciativa dos homens e das empresas, três tipos distintos de empreendimento: o empreendimento estatal, pioneiro, por vezes inevitável e, algumas vezes, muito poucas vezes, desejável; o empreendimento privado, livre, estimulado, protegido, na medida em que era protegido contra o monopólio, que era a negação da liberdade de iniciativa, pois dava a um só e privava os outros de tê-la e de mantê-la; e uma área em que o empreendimento privado já tivera, em países como o Brasil, uma função pioneira extraordinária, pela qual todos brasileiros deveriam ser gratos, pois trouxeram-nos capital pioneiro, trouxeram-nos *know-how* e confiança no futuro de nosso país e aqui estabeleceram os serviços públicos que foram, no seu tempo, modelos, não somente para a América do Sul, mas para o mundo. Lacerda comenta que, no momento, com o vulto do empreendimento em outras áreas, ninguém poderia comparar o rendimento que daria ao capital privado, em qualquer tipo de empreendimento e iniciativa, desde a Coca-Cola até uma empresa siderúrgica, o dividendo que se poderia esperar do capital privado investido em negócios livres, de livre iniciativa, com os empreendimentos de negócios concedidos pelo poder público, ou seja, telefone,

Rio de Janeiro,deslocar de casa para o trabalho			energia elétrica, transportes coletivos e assim por diante. Lacerda considera que estava caminhando para o encerramento da fase da concessão de serviços públicos a grandes grupos monopolistas. Não em prejuízo da iniciativa privada, mas ao contrário, para ajudá-la, pois não haveria iniciativa privada onde não houvesse transporte coletivo, não haveria iniciativa privada onde não houvesse telefone e nem energia elétrica em condições. Lacerda fala sobre o problema de inflação no Brasil. Assinala que estava convencido de que o problema da inflação não tinha prazo fixo para acabar. Acrescenta que a inflação era um processo que se instaurava no país e que o Brasil corria o risco de ser vítima de duas concepções doutrinárias, de dois males à inteligência: o perfeccionismo e o gosto pelas panacéias, pelas utopias. Ele crê ser perfeitamente possível conter a inflação reduzindo déficits oficiais, disciplinando e especializando crédito para a iniciativa privada. Mas, diz que não se poderia conter a inflação cortando todo o crédito para toda e qualquer iniciativa privada e dando crédito às empresas estatais deficitárias. Lacerda enfatiza que um país como o Brasil precisava de uma concepção mais corajosa, mais audaciosa no que se referia à necessidade de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se continha a inflação. Considera que poderiam os doutores da economia e das finanças dizerem que era possível conter o desenvolvimento, suprimir até a taxa de desenvolvimento do Brasil, por três ou quatro anos, contanto que primeiro se curasse de sua doença, que era a inflação. Lacerda não acredita nisso, porque tinha os olhos voltados para o caso da Argentina e salienta o preço terrível que o povo argentino estava pagando, por acreditar demais nos “manuais da técnica financeira” internacionais. Adverte que, mediante a imposição de uma ditadura. poder-se-ia acabar com a inflação com prazo fixo, cortando créditos ao desenvolvimento, suprimindo a taxa de desenvolvimento no país, cortando a capacidade aquisitiva do trabalhador e da classe média brasileira -, que ainda era tão baixa -, e retardando a ampliação da classe média, essencial à democracia no país. Lacerda ratifica que não se queria acabar com a inflação ao preço de uma ditadura, porque uma ditadura acabaria com a inflação dos outros e começaria a sua própria inflação. *Faixa 2* Continuação da Faixa 1 Carlos Lacerda fala que queriam eleições, e não se poderia ir para as eleições cancelando a capacidade de compra da massa trabalhadora, transformando os trabalhadores em inimigos de tudo aquilo que ele defendia, fazendo-os confundir democracia com desemprego, liberdade

			com a fome, a capacidade de realização de um governo honesto com a cessação de oportunidades para trabalhar. Ele menciona a falta de consideração pela opinião pública no Brasil, comparando com o respeito à opinião pública que se tinha nos EUA. Acrescenta que era preciso desenvolver e prestigiar no Brasil uma liderança democrática. Ele propõe criar condições para que se exercesse uma liderança democrática no Brasil, de maneira a compatibilizar o povo com a revolução, ou seja, o processo de transformação do Brasil numa democracia moderna. Diz que a esse dever não se poderia faltar, pois a outra alternativa seria o caos, com a ditadura ou a desordem, ambas não queridas. Diz que mesmo após o seu governo, o trabalho iria prosseguir, pois afirma que não era um novo Jânio Quadros, não renunciaria como presidente e nem como candidato. Promete que, como candidato à Presidência, levaria ao país uma palavra de confiança, liberdade democrática, uma palavra de esperança no valor criativo do trabalho, fosse ele uma iniciativa privada, fosse numa administração pública honesta e produtiva. Ele conclui dizendo que esta era a sua síntese acerca do que seria preciso que fosse feito no Brasil. *Faixa 3* Inauguração da Semana do Escotismo – Ilha do Fundão Anuncia o locutor que, em nome do governo e do povo carioca, o governador Carlos Lacerda daria as boas-vindas a todos os escoteiros presentes. Carlos Lacerda anuncia as autoridades presentes e diz que um dos melhores privilégios da função de governador era o de dar boas-vindas à delegação da juventude de repúblicas irmãs e de países de outros continentes que nos honravam com sua presença. A conjugação da cerimônia com as comemorações do 4º Centenário da Cidade do Rio de Janeiro se configurava, para Lacerda, como a conjunção dos valores da tradição com os valores da renovação, que na juventude se retratavam. Ele destaca que a prática do escotismo levava ao despertar de tais valores. Menciona que o governo e o povo da Guanabara sentiam-se mais que orgulhosos, alegres com a presença alvoroçada e alvissareira da juventude de todo o Brasil e de tantos países que se reuniam para seu encontro de escoteiros. Fala sobre o ideal do escotismo, como o ideal do Cristianismo e o ideal da pátria, unidos e sintetizados na força impetuosa da juventude. Ele dá as boas-vindas em espanhol e, depois, em inglês para os jovens escoteiros de países em que se falam essas línguas. Lacerda considera que o escotismo era indispensável à afirmação dos ideais nacionais e à manutenção da sólida aliança, da permanente união pelo trabalho e pela fraternidade, que dariam ao Brasil a possibilidade de, agigantando-se com o tempo, conquistar na

			história o lugar que lhe competia de país-exemplo, modelo de fraternidade e de paz, para acabar com o ódio. Propõe que contra as forças negativas do ódio se construísse, pelo amor e pela fraternidade, um mundo novo e um novo Brasil. *Faixa 4* Pronunciamento de Lacerda no Instituto de Engenharia – Praia Vermelha O governador Carlos Lacerda dirige-se a representantes das entidades industriais e técnicas e autoridades. Comenta que constituía um privilégio para o governador do estado completar as palavras de boas-vindas e de congratulações aos visitantes e aos promotores do 20º Congresso Anual. Ele fala sobre o prazer e a honra de ser porta-voz do esforço de uma equipe de homens públicos, de técnicos e servidores do estado que, em conjunto, puderam realizar alguma coisa em 4 anos e meio de trabalho. Carlos Lacerda fala das obras como preparação da substituição da velha capital em um novo estado e a sua preparação para substituir a ideia derrotista de esvaziamento, pela ideia otimista do ressurgimento na velha cidade de uma nova unidade na federação. Diz que os fatores positivos deste esforço resumiram-se, praticamente, na natureza, que era o cartão postal, "a mercadoria a colocar na prateleira da industria sem chaminés do turismo internacional". Enfatiza o governador, entretanto, que os fatores adversos eram muito mais numerosos e muito mais poderosos. Destaca a carência de energia, por conta da diferença de ciclagem e do esgotamento das fontes disponíveis. Ressalta o derrotismo que tinha se apossado da população e das autoridades políticas responsáveis pela administração, diante do fato material da mudança da capital. Acredita que se havia criado uma mística do desalento no Rio de Janeiro. As indústrias recebiam instruções para se transferirem para outros lugares, como o estado do Rio de Janeiro e o parque industrial paulista, por conta da isenção de impostos. Lacerda comenta que houve quem propusesse, como solução, transformar o Rio de Janeiro num "vasto cassino". Discorre, também, sobre a população favelada, que ora era vista sob o olhar lírico do samba, ora era vista como uma mancha que deveria ser escondida do turista. Acredita que havia uma descrença, mais ou menos generalizada, nas possibilidades de se criar, no Rio de Janeiro, uma infraestrutura capaz de dar viabilidade ao estado como uma instituição jurídico-política e como entidade econômica autônoma. Lacerda menciona a ação imediata em programas setoriais, em pontos básicos, sem sem a qual seria inútil preparar a Guanabara para receber turistas, "pois em geral os turistas se obstinavam a não irem a cidades aonde, no principal hotel, havia a necessidade de comprar água mineral para escovar

			os dentes”! Lacerda fala, então, da necessidade de empreender obras pontuais como a da água e do saneamento básico, além das obras na área de educação, com a ampliação da oferta de vagas nas escolas para todas as crianças, com a construção de várias delas. Ele fala do impulso da iniciativa privada e do êxito da reforma administrativa, com a criação de algumas secretarias e com a desburocratização e descentralização da administração do estado. Ressalta a aproximação entre a administração e o contribuinte, a elaboração do programa viário, que lhe parecera, desde logo, vital para impedir o estrangulamento da cidade pela paralisação do trânsito de pessoas e veículos. Mostrando o mapa do estado da Guanabara e seus limites geográficos, ele cita os problemas a serem enfrentados na formação de uma infraestrutura viária, de uma infraestrutura econômica e, até mesmo, de uma infraestrutura social e humana. Daí a favelização do Rio de Janeiro, conclui o governador. Lacerda diz que as favelas da Zona Sul, como complementos dos apartamentos, caracterizavam-se numa conquista, numa afirmação da personalidade social do pobre, que arrumara um jeito de não ter de se deslocar quase 4 horas, de sua casa para o trabalho. “Daí a necessidade de nunca se encarar a favela como uma chaga ou como uma exibição cancerosa, mais sim como um fato natural decorrente, antes de tudo, de uma afirmação social, de uma presença da entidade do indivíduo na comunidade, que toma em suas mãos o seu próprio destino, sobe o morro, faz o seu barraco e diz: “aqui estou!”, como quem diz: “reconheçam agora, queiram ou não, a minha existência e o meu direito de existir”.”
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.283 **1. Assunto** 1.1 Faixa 1 Continuação da Faixa 4, da Fita 282 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa 4, da Fita 282 2. Temas 2.1 Faixa 1 Dificuldade para o desenvolvimento Rio de Janeiro, maciço montanhoso, lagoas, pântanos e brejos, política viária, perfuração de túneis facilita intercomunicação, forneceria água à cidade até o ano 2000, obra financiada pelo BID, dois	F1: 28:23min F2: 28:29min	**F1: 26/07/1965** **F2: 26/07/1965**	*Faixa 1* Continuação da Faixa 4, da Fita 282 Carlos Lacerda fala que as lagoas, os pântanos e os brejos eram, desde o século XIX até o momento em que falava, uma presença tão forte no urbanismo carioca, que um aforismo usado pelos engenheiros do estado era que, onde quer que se fizesse uma obra na cidade, encontrava-se um rio, alguns dos quais mais poluídos do que a água do esgoto, salienta o governador. Ele acrescenta que a grande dificuldade moderna para o desenvolvimento de uma infraestrutura no Rio de Janeiro era exatamente o maciço montanhoso. E afirma que era evidente que, com a arte do pobre, que consiste em transformar dificuldades em facilidades, a boa política viária para o Rio de Janeiro era aquela que fizesse a intercomunicação da cidade com a perfuração de túneis, de maneira que os túneis no Rio de Janeiro não tinham sido fruto do luxo e da fantasia, mas sim instrumentos essenciais para permitir que a cidade se homogeneizasse, salienta Lacerda. Os túneis iam, nesse sentido, ao encontro da política de democratização social. Outro problema aludido

terços do Rio de Janeiro não tinha esgoto, obra enterrada, criação da SURSAN, canalização de rios, construção de viadutos, viaduto de Cristóvão Colombo, desapropriação de terrenos, intervenção federal na Light, exaltação à CETEL e à CHEVAP, termelétrica de Santa Cruz, hidroelétrica do Funil 2.2 Faixa 2 Obras capitaneadas pela Secretaria de Serviços Públicos, montagem da infraestrutura para a industrialização, planejamento para o desenvolvimento da Guanabara, construção do Centro Industrial do Estado, em Santa Cruz, remoção e urbanização de favelas, aerofotogrametria, porto estrangulado, porto em Santa Cruz, área industrial nova, COSIGUA, CSN, remoção de favelas, política educacional			pelo governador era como transportar água para o Rio de Janeiro. Explica que a cidade era abastecida por cinco adutoras de ferro, com a água fornecida pelos os mananciais de Petrópolis, e que existiam quase que só em teoria. Depois, com a primeira adutora do Guandu e com as duas de Ribeirão das Lajes, a cidade passara a receber, diariamente, 1 bilhão e 200 milhões de litros de água. Lacerda comenta estudo da técnica do estado que previa a execução de um projeto ambicioso, que consistia na construção de cinco adutoras de superfície, ocupando uma área de 100 metros de largura, desde a fronteira do estado, no rio Guandu, até o Pedregulho, em São Cristóvão. Uma outra opção seria a construção de um túnel. Pelos estudos, verificou-se que o custo era aproximadamente o mesmo, mas o tempo era menor com a solução do túnel na rocha, fora a questão da segurança. Daí a escolha pela segunda opção. Ele anuncia que, dos 36km de túnel previsto no projeto, no momento faltava menos de 1km para ser perfurado, sendo que, na maior parte da extensão, o túnel era revestido de cimento, conferindo maior segurança à rocha para a passagem do fluxo do rio. A obra, segundo os entendidos no assunto, conforme Lacerda, forneceria água à cidade, feitas as projeções do aumento populacional, até o ano 2000. Carlos Lacerda menciona os problemas encontrados no caminho: 4 interrupções da serra; uma em Jacarepaguá, onde teve de ser feito um sifão; sobre a elevatória do Lameirão. Lacerda acrescenta que, com seus 85 metros de extensão, por 23 de altura e 14 de largura, tratava-se de “uma catedral” dentro da rocha, a 60 metros de profundidade. Sobre o custo, ele diz que custaria, até o fim, 83 bilhões de cruzeiros. Fala que no início, quando tomou conhecimento do projeto, era uma obra avaliada em 20 bilhões de cruzeiros. Acrescenta que grande parte da obra fora financiada pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), com 30 anos de prazo para pagamento, com juros de 3% ao ano. Outro problema grave da infraestrutura do estado, levantando por Lacerda, era o problema do esgoto. Ele esclarece que o Rio de Janeiro, uma das primeiras cidades no mundo a ter uma rede de esgotos sanitários à altura de uma cidade moderna, não tinha, na década de 1960, um sistema compatível com a área habitada: dois terços do Rio de Janeiro não tinham esgoto. Ele comunica que estava construindo. na Guanabara. cerca de 700km de esgoto, aumentando em 70% a área de esgoto sanitário, ficando para os seus sucessores ainda 2 mil por construir, de maneira a cobrir toda a extensão da cidade. Lacerda atribui o motivo pelo qual deixaram de lado as obras de saneamento básico no Rio de Janeiro, ao fato de ser uma obra que ficava enterrada, debaixo da terra, fazendo com que ninguém a visse. Ele

			salienta que com a criação da SURSAN (Superintendência de Urbanismo e Saneamento) estavam canalizando rios e saneando regiões inteiras, como a bacia do rio Irajá, a ilha do Governador, a bacia de Jacarepaguá, a bacia dos rios Timbó e Faria, e outras. Sobre os viadutos, diz que estava terminando a construção de uma série deles, que perfaziam um total de 17. Sem nenhum propósito polêmico, o governador diz que, para mostrar a necessidade da continuidade e a vantagem de uma programação de trabalho, um dos viadutos recebera oficialmente o nome de Cristóvão Colombo. Por uma razão simples: ele foi descoberto. Lacerda diz que topou com o viaduto, construído há mais de oito anos, e por falta de conjugação entre os serviços do estado e por falta de continuidade administrativa, não se havia realizado a desapropriação dos terrenos adjacentes. Lacerda diz que o esforço a fazer, em matéria de comunicação, havia sido toldado pelas crises políticas que haviam tomado conta do país, nos últimos anos. Ele comenta a intervenção federal no grupo Light, que havia impedido a instalação de telefones na área coberta por aquela Companhia, na Guanabara. Ele exalta os feitos da CETEL (Companhia Telefônica). Diz Lacerda que em matéria de energia, a CHEVAP (Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba), companhia pública de que era controladora a Eletrobrás, com 51% das ações e acionistas, a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), os três estados - Guanabara, São Paulo e Rio de Janeiro -, além da Rede Ferroviária e da Light (esta com ações preferenciais), estavam, finalmente, construindo, a toque de caixa, a termelétrica de Santa Cruz e, num ritmo menor, a hidroelétrica do Funil, o que daria à Guanabara um satisfatório abastecimento de energia. Carlos Lacerda diz que estavam entregues e o que antes era tabu, então constituía o resultado de um dos principais esforços da Secretaria de Serviços Públicos. *Faixa 2* Continuação da Faixa 4, da Fita 282 Carlos Lacerda discorre sobre a Secretaria de Serviços Públicos. Fala sobre as obras capitaneadas pela Secretaria na montagem da infraestrutura para a industrialização. Comenta planejamento para o desenvolvimento da Guanabara, com a construção do Centro Industrial do Estado, em Santa Cruz. Sobre o caso das favelas, ele diz que, de acordo com os dados disponíveis, que davam conta de uma população entre 600 mil, no mínimo, e 1 milhão, no máximo, de favelados, seria impossível pensar numa solução do problema em tempo razoável. Porém, depois da remoção de 19 favelas e urbanização de outras 39, das 180 recenseadas, ele diz que tinha sido realizada a aerofotogrametria de todas elas, que foi comparada com os dados efetivos, casa

			por casa. de maneira que ele poderia assegurar que o cálculo mínimo era muito superior à realidade, e o máximo era “delirante”. Ele assegura que na realidade a população favelada do Rio de Janeiro oscilava em torno de 450 mil pessoas, o que ainda assim era um gravíssimo problema. Outro problema para Lacerda era o do desenvolvimento harmonioso e integrado do estado. Diz que o porto do Rio de Janeiro estava completamente estrangulado. Para o ancoramento de navios de maior calado havia a necessidade não mais de uma dragagem, mas de um novo cais. Ele pergunta também como iriam indústrias pesadas utilizar-se de um porto situado no centro da cidade. Ele menciona a evidente conveniência de um porto em Santa Cruz, cuja dragagem já estava estimada. Ele propõe a formação de uma área industrial nova, em torno da avenida Brasil, em Santa Cruz, uma ‘espinha dorsal’, um ‘sol industrial’ em torno do qual girariam como satélites as indústrias complementares. Ele destaca a criação da COSIGUA (Companhia Siderúrgica da Guanabara) como uma espécie de plano piloto para a formação, dentro dela e através dela, de uma indústria siderúrgica complementar, e não concorrente, à CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), pois visava-se, sobretudo e desde logo, uma linha de aço inoxidável. Fala que com a construção da usina termelétrica da CHEVAP (Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba) em Santa Cruz , o objetivo do Governo do Estado era dar a ela o comando da geração de energia na região, não entregando este à Light. Voltando ao problema de favelas, ele fala que três eram as exigências dos favelados: escola, água, polícia. Discorre sobre a grande obra do Governo do Estado, de construção de novas escolas primárias, pela qual tinha sido quase exclusivamente responsável o professor Flexa Ribeiro. Lacerda diz que era com orgulho de ter participado deste trabalho que ele ressaltava o aumento de 47% no número de escolas públicas primárias, passado de 368 para 541 escolas, acabando com o déficit de 180 mil crianças fora da escola pública, por conta da insuficiência de vagas. Mas, acrescenta que a melhor obra na matéria, menos espetaculosa, mas talvez, realmente mais significativa e menos conhecida, era a do ensino médio. Salienta a concessão de bolsas pelo estado, parciais e integrais. Sobre o ensino universitário, Lacerda conta que tinham sido feitas algumas coisas, das quais bastaria destacar três: a transformação da universidade numa fundação, para lhe assegurar flexibilidade e condições de autonomia; a criação de uma modesta Escola de Engenharia, muito bem instalada como prédio, mas muito desprovida de recursos ainda, com cursos, sobretudo, de eletricidade e mecânica; e a construção do prédio da faculdade de Ciências Médicas, tendo sido transferido, para controle e patrimônio da

			Universidade, o maior hospital do estado, o Pedro Ernesto, transformado em Hospital de Clínicas, com um programa e cooperação com o Hospital de Clínicas de São Paulo. Sobre a remodelação da rede hospitalar, ele fala do aumento de 25% do número de leitos e uma duplicação da área construída de hospitais. No caso do hospital Souza Aguiar, ele diz que teria o prazer de por abaixo o velho hospital Souza Aguiar, pois no lugar dele seria erguido o novo, através de um financiamento alemão. No que se refere à habitação, ele cita a Vila Kennedy, que estava se transformando num ponto de atração turística, frequentado tanto quanto o parque do Flamengo. Destaca a construção de 10 mil casas. Salienta que não visava à construção da casa completa, fazendo apenas o que ele chamava de "urbanização básica", com a construção do "embrião da casa", ou seja, uma cozinha, um banheiro e uma sala. E a casa seria entregue ao comprador junto com um projeto que permitiria a ampliação, com a construção de quartos, pela iniciativa e conta do próprio proprietário, ficando ainda com um quintal. Ele fala da remoção da favela do Esqueleto e das polêmicas geradas na imprensa, na opinião pública e até mesmo num setor da igreja, pois um padre sustentava o direito inalienável da pessoa humana de não querer se mudar, criando uma série de problemas na favela de Brás de Pina, pois queria que o pessoal continuasse na lama para ele garantir o lugar dele no céu, ironiza o governador. Lacerda conta que o esqueleto que ali existia era um dos muitos que foram encontrados na Guanabara, quando ele chegou ao governo, correspondente a obras inacabadas. Ali estava prevista a construção de um hospital de clínicas durante o governo do presidente Washington Luís! E o que acabou se construindo ali foram barracos, uns por cima dos outros. Sobre as obras em geral, o governador fala numa escala de prioridades,. Diz que se deu ao luxo, se é que poderia considerar isso um luxo, ressalta Lacerda, da construção do parque do Flamengo, com praias e campos de esportes para a juventude.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.284 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Continuação da Fita 283 1.2 Faixa 2 Reunião do Governador com os Participantes da 22ª Semana de Engenheiros e Arquitetos - Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 6ª Convenção Nacional de	F1: 03:50min F2: 08:54min F3: 10:10min F4: 20:21min	**F1: 26/07/1965** **F2: 27/07/1965** **F3: 05/08/1965** **F4: 05/08/1965**	*Faixa 1* Continuação da Fita 283 Com a palavra o governador Carlos Lacerda. Ele fala que a praia de Ramos era a grande praia da Zona Suburbana. Cita também a praia de Cocotá, na ilha do Governador, a praia de Botafogo e a praia do Flamengo, sendo esta última foi estudada num laboratório técnico de Lisboa, 1,5 km de praia em 20 hectares de parques e campos de esportes. Ele fala da estrutura do Aterro do Flamengo. Conta que chegava ao fim da exposição com uma certeza que o deixava alvoroçado e, ao mesmo tempo, tranquilo: a certeza de que ele estava longe de ter dito tudo, mas com a esperança de que não tivessem

Comércio de Lojistas – Hotel Glória 1.4 Faixa 4 Continuação da Faixa 3 2. Temas 2.1 Faixa 1 Criação de infraestrutura, inércia inimigo maior que o comunismo e a corrupção 2.2 Faixa 2 Elogios a Enaldo Cravo Peixoto e a Marcos Tamoyo, maior especialista em engenharia de túneis do mundo, abertura do túnel Rebouças, obras da água, esgotos, DER e do Departamento de Parques e Jardins, valor da engenharia e da arquitetura brasileiras, uma obra por dia, Assembleia da CHEVAP, usina termelétrica de Santa Cruz, alteração de estatutos, decisão unilateral, Sociedade de Economia Pública, protelar a Assembleia, mudança de orientação na política energética, ampliação da área de iniciativa pública em matéria de distribuição e geração de energia 2.3 Faixa 3 Homenageados: pioneiro do comércio lojista do Rio de Janeiro, elogios a Antônio de Sousa Lemos, da Casa José Silva, elogios ao homem da Casa Masson, Leopoldo Masson, Lauro de Souza Carvalho, fundador do comércio a crédito no Brasil, cearense mais carioca 2.4 Faixa 4 Descobrimento do comércio de varejo, andanças pelas ruas do Rio antigo, relação entre vendedor e consumidor, patriotismo é subproduto, emprego para 1.500.000 jovens por ano, construção de escolas, habilitar profissionais, melhores salários, exigência de consumo por massas populares			dormido antes de sua conclusão. Assinala que sua conclusão talvez fosse a melhor justificativa para ele ter tomado tanto tempo dos presentes. Agradece aos presentes a honra do convite. Lacerda destaca que a infraestrutura, que se procurava criar, estava em pleno andamento, mas exigia uma continuidade de esforços e, sobretudo, de orientação que, se quebrada, poderia devolver o estado às perplexidades e àquelas inercias do passado recente. Sustenta o governador que a grande força ainda no Brasil era a força da inércia, que o inimigo maior que o comunismo, maior que a corrupção, maior que a subversão era a inércia e a rotina. Diz que era preciso uma atitude realmente permanente e não apenas episódica de adesão e participação, e de desenvolvimento da capacidade de iniciativa. *Faixa 2* Reunião do Governador com os Participantes da 22ª Semana de Engenheiros e Arquitetos - Palácio Guanabara Carlos Lacerda salienta a extraordinária presença do “expoente legítimo” da engenharia nacional, o dr. Enaldo Cravo Peixoto. Diz Lacerda que Marcos Tamoyo era um dos maiores especialistas em engenharia de túneis do mundo, que acabara de realizar a proeza de atravessar, de ponta a ponta, o túnel Rebouças. Destaca que esta proeza representava exatamente a metade do estavam fazendo, em conjunto, a Alemanha e a Itália no Mont Blanc. Lacerda diz que isso significava, junto com a obra da água, a obra dos esgotos, a obra do DER (Departamento de Estradas e Rodagem) e, talvez, com aparência mais modesta, mas com um esforço talvez ainda maior, porque tirando de quase nada, quase sem recursos, a obra do Departamento de Parques e Jardins, como outras obras, o sinal do valor da engenharia e da arquitetura brasileira. Diz que do dia 05 de agosto próximo em diante, o governo da Guanabara iria entregar ao povo praticamente uma obra por dia, até o fim de seu mandato. Obras grandes, médias e pequenas. Acredita que aquela, sim, era uma reforma de estrutura no serviço público, mas, sobretudo, uma mudança de atitude em relação à obra pública. Acrescenta que a cooperação que vinha recebendo dos empreiteiros e dos seus engenheiros também era digna de se salientar. Lacerda informa que acabara de ter uma notícia muito boa e auspiciosa: ele fala que tinha uma grave preocupação com a decisão da Eletrobrás de convocar, para o dia seguinte, uma Assembleia da CHEVAP (Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba) - que estava toda entregue à sua tarefa de construir a usina termelétrica de Santa Cruz -, para uma alteração de estatutos, na qual se iria excluir as diretorias que estatutariamente pertenciam aos estados acionistas, e caminhar para outras soluções que, em última análise, iriam

			gerar energia, com crédito e engenharia do governo na CHEVAP, para vendê-la à Light, que iria revendê-la ao consumidor. Sobre a decisão, Lacerda diz não queria se pronunciar sobre o mérito, mas era uma decisão unilateral, tomada ao arrepio daquela consideração, daquele cuidado que numa sociedade anônima comum, de finalidades meramente lucrativas, não era realizada assim. Ressalta que no caso de uma Sociedade de Economia Pública, de que faziam parte pessoas de direito público, entidades de direito público, como três estados da federação - São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara -, como o Ministério da Guerra, como a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), seria uma decisão precipitada. Lacerda comunica que pleiteava, junto ao presidente da República, uma ordem no sentido de protelar a Assembleia, sem nenhum prejuízo para o prosseguimento da obra, a fim de poder analisar a fundo as repercussões e as consequências de uma mudança de orientação na política energética. Conta que acabara de saber do general Salvador Mandim, portador de uma carta do Governo do Estado ao sr. presidente da República, que ele tomara duas providências sumamente felizes, a seu ver: a de adiar a decisão para o dia 05 de agosto, de maneira a dar um prazo para que ele pudesse apresentar ao presidente as suas razões, e a de que, embora fosse realizada a assembleia no dia seguinte, ela não tomaria nenhuma deliberação, ou melhor, só uma: a de apresentar as intenções da Eletrobrás aos governos dos estados interessados, para que estes estudassem e oferecessem sugestões. Lacerda diz que o objetivo primeiro fora atingido e queria ver se o objetivo final, que era assegurar a ampliação da área de iniciativa pública em matéria de distribuição e geração de energia também o fosse. Pois não desejava o contrário, o encolhimento da presença da área pública e a expansão do monopólio de um grupo tecnicamente respeitável e que já prestara grandes serviços ao país, mas que em função de tarifas inadequadas, que vigoraram durante tantos anos, em função do mercado internacional de capitais, encontrava-se esclerosado, não conseguindo mais levantar capitais nas proporções desejadas, com vistas o desenvolvimento brasileiro. *Faixa 3* 6ª Convenção Nacional de Comércio de Lojistas – Hotel Glória Carlos Lacerda explica que tinha vindo manifestar o reconhecimento e a alegria do povo carioca pela honra fraterna que lhe deram, escolhendo a cidade, no 4º Centenário do Rio de Janeiro, para local de seu encontro anual. Lacerda fala que presta, em nome do governo e do estado, na pessoa de três lojistas eméritos, o testemunho do apreço, da amizade e da admiração que tinha: em

			primeiro lugar, a um dos colegas lojistas, já galardoado, e que por sugestão do deputado Gama Lima, acabara de ser distinguido pelo Governo do Estado da Guanabara com o título de carioca honorário, e que fora pioneiro do comércio lojista do Rio de Janeiro, o sr. Antônio de Sousa Lemos, da Casa José Silva; em segundo lugar, e por sugestão da delegação da Guanabara, a que pressurosamente aderira o governo, ele pede que compareça à mesa, para receber o título de carioca honorário, um lojista de outro estado, na Guanabara há longos anos, representado pelas suas características de espírito pioneiro de dedicação, de inteligência progressista e capacidade de trabalho e de compreensão da psicologia do mercado, o homem da Casa Masson, sr. Leopoldo Masson; e em terceiro, confessando a sua suspeição, podendo dar até certo tom de nepotismo ao ato a ser praticado, pois tem impressão de que se tratava da primeira vez que conferia um título honorífico a um parente honorário, ele pede a presença à mesa do seu "velho e querido amigo de tantos anos", um dos fundadores do comércio a crédito no Brasil, um dos que mais cedo perceberam o valor do comércio numa comunidade democrática, fazendo-se um portador de civilização e um firme servidor modesto, quase sempre o mais possível anônimo do sistema democrático de vida no Brasil. O cearense mais carioca que então surgira no Rio de Janeiro, Lauro de Souza Carvalho. Lacerda fundamenta as razões pelas quais ele se sentia ligado ao comércio lojista. Diz que seu primeiro contato com trabalho não fora numa fábrica, e sim numa loja de ferragens, na rua das Laranjeiras, em cujas vitrines tinha visto pela primeira vez os instrumentos do trabalho postos à venda, compreendendo que o pedreiro não nascia com a pá na mão, mas ia buscá-la na loja. Assinala que seu primeiro contato com a cultura, antes de o ser nas bibliotecas, fora na modesta prateleira de livros de um armarinho, no largo do Machado, sendo que ali, entre as borrachas e os lápis número 2 que ia comprar para levar à aula, ele descobrira Monteiro Lobato, havia encontrado Menotti Del Picchia e veio a conhecer livros avidamente disputados, pois que para comprá-los tinha que se privar dos sorvetes e dos picolés. Ele fala das antigas lojas que ele frequentava em sua infância, "portadoras de civilização". *Faixa 4* Continuação da Faixa 3 Carlos Lacerda fala aos lojistas na 6ª Convenção dos Lojistas sobre o seu descobrimento do comércio de varejo nas andanças pelas ruas do Rio antigo. Ele discorre sobre a relação entre vendedor e consumidor. Relata a situação econômica da Alemanha e, valendo-se da frase de um industrial italiano que disse que faltava à

			"Revolução" brasileira imaginação, centra-se nas dificuldades geradas por ela no plano econômico e das observações negativas, depressivas, desanimadoras... Acrescenta que se havia uma coisa no mundo que necessitava de imaginação, esta era uma revolução. Lacerda menciona, esperando não escandalizar ninguém, que, de certo modo, em se tratando do desenvolvimento ou da técnica econômica de uma nação, o patriotismo era um subproduto, porque o primeiro objeto da economia era a satisfação de interesses, ambições e aspirações do homem. Diz que ninguém produzia só por patriotismo e ninguém consumia somente para servir ao Brasil. Lacerda fala também da expectativa gerada no consumidor, quando este adquiria um produto. Afirma que tinha a impressão de que caberia ao comércio, muito especialmente àquele mais em contato com o consumidor, com o grande público, que era o lojista, o papel inestimável e insubstituível de devolver ao país o otimismo, a confiança em si mesmo, a segurança no seu destino, a certeza de que ele poderia fazer o que os outros fizeram e, em muitos casos, sair-se melhor. Lacerda fala que era necessário curar o Brasil, referindo-se ao excesso de pessimismo que levava à deflação e à depressão, não somente a econômica, mas também a psicológica. Depressão pela desconfiança nas virtualidades da multidão e insegurança pelo destino. Diz que a ideia nova e medíocre, que se estava tentando vincular à realidade nacional, era a de que constituía um problema gravíssimo para o Brasil dar emprego a 1.500.000 jovens por ano. Lacerda fala em construção de escolas para habilitar profissionais com melhores salários para o trabalho nacional. Diz que desde que isso se fizesse, dando ao trabalhador condições de produzir mais, com o mesmo esforço, desde que o libertassem da escravidão do esforço muscular, apenas teriam dado ao brasileiro uma extraordinária arma na conquista de um regime econômico e social verdadeiramente democrático. Lacerda assinala que a grande revolução porque passava o Brasil, e ao falar em Brasil ele pensava, a rigor, no mundo inteiro, era a revolução do consumidor, pelo aumento progressivo da necessidade e da exigência de consumo por massas populares, cada vez mais numerosas. Acrescenta que o consumidor era o fator de aceleração de uma economia que se estava amesquinhando, se mediocrizando, perdendo velocidade, não apenas em relação ao ano corrente ou ao seguinte, mas fazendo com que o Brasil perdesse um tempo irrecuperável, medido em anos de estagnação e atraso, caso o país não reagisse naquele momento.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.285 1. Assunto	F1: 35:33min F2: 30:15min	**F1: 10/08/1965** **F2: 10/081965**	*Faixa 1* Inauguração do Ciclo de Conferências na Faculdade de Direito da Guanabara A secretária de Educação, professora Terezinha

1.1 Faixa 1 Inauguração do Ciclo de Conferências na Faculdade de Direito da Guanabara 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa 1 2. Temas 2.1 Faixa 1 Discurso da secretária de Educação, professora Terezinha Saraiva, elogios a Carlos Lacerda, obra de educação da gestão de Lacerda, importância de Flexa Ribeiro, rodízio da folga semanal, classes em cooperação, construção de novas escolas, cumprimento da lei 135, decreto de obrigação do ensino primário, convênio com a Aliança para o Progresso e com o Ministério da Educação, acabar com o terceiro turno, aumento do número de professoras, Lei de Diretrizes e Bases, censo escolar, graduação escolar por idade, avanços progressivos ao invés da promoção automática, programas diferenciados, avaliação da aprendizagem, democratização da escola primária 2.2 Faixa 2 Política educacional do governo de Carlos Lacerda, merenda a todos os alunos, exemplo que a Guanabara dava ao Brasil, fim das filas na porta das escolas, discurso de Lacerda na Central do Brasil, inauguração da exposição da obra do ensino educacional da Guanabara, prestação de contas para a grande massa popular, elogios a Flexa Ribeiro e Terezinha Saraiva, trabalho pioneiro em educação pública primária e ginasial, aumento do número de escolas, oferta de vagas, sucessão no governo da Guanabara, Terezinha Saraiva comenta a inauguração do teatro João Caetano, aumento do preço das passagens da Central do Brasil, aumento do preço da carne, do leite, e do telefone, terreno minado,cilada armada, evitar a sua candidatura à Presidência da República,			Saraiva, fala sobre o governador Carlos Lacerda. Menciona o quanto ele era leal a suas amizades, como não abandonava os seus amigos. Lembra de quando o conheceu, contando que, quando era professora numa escola do morro do Salgueiro, tinha realizado a mais bela experiência de sua vida de professora. Acrescenta que mesmo tendo tido a oportunidade de trabalhar em outros lugares, nada fora melhor do que seus 15 anos dando aula no morro do Salgueiro. Terezinha diz que, numa tarde de sábado, quando ainda deputado, Lacerda visitou sua escola e, na porta de saída, pediu-lhe seu nome completo, dizendo que não poderia esquecer-se dele, pois, se algum dia algo começasse para ele, ela lhe seria muito útil. Terezinha diz que seu maior prazer foi ter servido lealmente ao governo de Carlos Lacerda. Ela discorre sobre a obra de educação da gestão de Lacerda. Fala da aliança entre o governador, o povo e o magistério. Cita a importância do papel do professor Flexa Ribeiro, seu antecessor na Secretaria de Educação. Ela menciona a situação deplorável que o governo eleito da Guanabara em 1960 encontrou, no que se refere à educação do estado. Comenta a insuficiência do número de escolas, do déficit de vagas, que deixava 100 mil crianças fora da escola. Recorda as filas imensas de mães nas portas das escolas, em busca de vagas para seus filhos, da oferta do terceiro turno, iniciativa de Anísio Teixeira, ainda em 1933. Acredita que as conquistas do governo de Lacerda deveram-se ao plano audacioso e corajoso, de medidas administrativas, legais e técnicas encadeadas. Ela cita as medidas, tomadas antes da construção de novas escolas, como o rodízio da folga semanal, ideia simples que fez com 11% das 100 mil crianças conseguissem vagas nas escolas, pois de cada 5 salas de aula, uma era recuperada; a construção imediata de 373 salas de aula nas escolas já existentes e o regime de classes em cooperação, no qual uma instituição de caridade ou social, através de um convênio com a Secretaria de Educação, cedia as suas instalações e o estado colocava professoras da Guanabara e crianças cariocas. Assinala que 44 classes em cooperação tinham sido instituídas no governo. Sobre a construção de novas escolas, Terezinha diz que, até 1965, 176 novas escolas haviam sido inauguradas, e mais 48 ainda estavam em construção. Fala também que fizeram cumprir a lei 135, regulamentada pelo decreto 834, que dispunha que empresas com mais de 100 empregados teriam que financiar o estudo dos filhos de seus empregados ou dos menores. E isso poderia se dar por três formas: depositando dinheiro na Fundação Otávio Mangabeira, origem dos recursos para a construção de 65 escolas novas, ou construindo escola própria ou concedendo bolsas para as escolas particulares na Guanabara. Outras medidas levantadas por

eleições diretas presidenciais, vítima do governo da "Revolução", quando começaria de fato a "Revolução"			Terezinha Saraiva foram: o decreto de obrigação do ensino primário, em 1962, e o convênio com a Aliança para o Progresso e com o Ministério da Educação. Diz que a Aliança para o Progresso, depois de vir à Guanabara e ter testado a verdade do trabalho, transformou o que era financiamento em doação. Terezinha lembra que durante a campanha eleitoral, Carlos Lacerda havia prometido à população do estado a construção de 100 escolas. Salienta que ele cumpriria, ao final de seu mandato, a promessa em dobro. Acrescenta que a projeção para 1966, era acabar com o terceiro turno nas escolas do estado da Guanabara. Menciona o aumento do número de professoras; salienta os novos números, resultado da política educacional da gestão de Carlos Lacerda. Terezinha Saraiva lembra, também, o decreto que aumentava, de 7 para 14 anos, a idade limite da obrigatoriedade da oferta de ensino aos jovens, pelo estado. Ressalta que a partir de então, a única preocupação das crianças até 14 anos de idade, na Guanabara, deveria ser a de estudar. Diz Terezinha Saraiva que, cumprindo determinação da Lei de Diretrizes e Bases, a Guanabara havia realizado outro trabalho pioneiro, mais uma vez contando com o auxílio indispensável e precioso do magistério: o censo escolar da Guanabara. Acredita a secretária que o governo de Carlos Lacerda não seria lembrado apenas porque tinha construído escolas; seria lembrado, sobretudo, por ter realizado a reforma do ensino primário no estado da Guanabara, que era por todos admirada, que dera igualdade de ensino a todas as crianças, oferecendo oportunidade aos mais capazes. A secretária defende uma educação que não somente informasse, mas que formasse as crianças. Destaca que se queria, sobretudo, formá-los integralmente, dando-lhes civismo e amor ao próximo. Ela explica que a reforma do ensino baseava-se em quatro colunas mestras: a graduação escolar por idade – do antigo regime de séries escolares passara-se ao regime de anos escolares, pois as crianças tinham sido agrupadas pela faixa etária, numa conjugação com nível de escolaridade, que determinava o programa que as crianças deveriam receber; os avanços progressivos, dados pelo níveis de escolaridade, ao invés da promoção automática, sendo que a professora seria a única capaz de determinar se a criança, ao fim do ano letivo, poderia, no ano seguinte, receber um programa novo por estar preparada, ou se precisaria complementar seus estudos com a parte do programa não assimilada. Esclarece a secretária que com isso tinham terminado com o regime de reprovação, que era uma sanção tremenda à criança; a terceira coluna dizia respeito aos programas diferenciados que buscaram adequar o ensino à uma realidade: a de que as crianças não são iguais. Salienta Terezinha que uns caminhavam mais depressa, outros mais

			devagar no desenvolvimento de suas potencialidades. Sobre os programas, menciona que tinham sido instituídos o programa básico, o programa regular e o programa regular enriquecido; e a quarta coluna dizia respeito à avaliação da aprendizagem. Fala que havia aumentado de três para seis anos o tempo de permanência dos alunos na escola, para aqueles que não tinham progredido serialmente. Terezinha Saraiva considera que se havia transformado a escola primária seletiva, da qual só saía a elite, numa escola democrática. Ela assegura que a democratização da escola primária tinha sido a característica mais forte, mais humana e mais cristã da obra educativa do governo de Carlos Lacerda. *Faixa 2* Continuação da Faixa Anterior A secretária de Educação, Terezinha Saraiva, discorre sobre a política educacional do governo de Carlos Lacerda e sobre suas realizações. Ela fala sobre a oferta de merenda a todos os alunos, nas escolas públicas da Guanabara, mesmo àqueles que levavam merenda de casa. Ela lembra que antes de Lacerda, a diretora da escola no morro do Salgueiro, ao tocar o sinal do intervalo, ia até à sala e pedia que a professora escolhesse 10 alunos, dos cerca de 50, para merendar. Ela perguntava quem não tinha levado lanche e quem queria merendar e quase 50 braços eram levantados... Ela pede que visitassem as escolas da Guanabara, para que se visse ao vivo o que era feito pelo Governo do Estado em matéria de educação, o exemplo que a Guanabara dava ao Brasil, como o fim das filas na porta das escolas. Em uma alusão às eleições de sucessão no governo da Guanabara, Terezinha Saraiva diz que o governo Carlos Lacerda trabalhava por amor aos cariocas, sem pensar, até mesmo, na própria família. Manifesta o desejo de que os cariocas apenas pensassem com amor no futuro de seu estado e, sobretudo, no futuro das crianças da Guanabara. Observação: o áudio que contém o restante do discurso de Terezinha Saraiva termina aos 00:04:48, sendo que oito segundos depois entra outro áudio, cujas informações são as que se seguem. Com a palavra o governador Carlos Lacerda, em discurso na Central do Brasil, na cerimônia oficial de inauguração da exposição da obra do ensino educacional da Guanabara. Menciona que levava ao conhecimento da grande massa popular, que passava diariamente pelo local, uma parte da prestação de contas que seu governo tinha o dever de fazer para o povo, em matéria de educação pública no estado. Informa que no dia seguinte, a partir de 22 horas, em cadeia de rádio e televisão, até a manhã seguinte, haveria prestação de contas

			completa de tudo o que seu governo estava procurando fazer, do estado em que havia encontrado a cidade e do estado em que iriam deixar. Ele exalta os autores da obra educacional, o professor Flexa Ribeiro e Terezinha Saraiva, então secretária de Educação. Ele comenta o trabalho pioneiro realizado na Guanabara em matéria de educação pública primária e ginasial. Fala do orgulho das mães, dos pais e dos alunos do Rio de Janeiro. Ressalta que não acreditava em democracia sem escola. Ele fala do legado deixado à cidade, com o aumento do número de escolas na Guanabara e a oferta de vagas, pondo todas as crianças de até 14 anos de idade na escola. Ele lembra que, no período eleitoral, atingiram-no com a calúnia de que se fosse eleito para o Governo do Estado, iria acabar com a escola pública. Adverte que isso mostra o quanto era perigoso acreditar em profetas de véspera de eleição. Ele fala das eleições no dia 03 de outubro próximo, de sucessão no governo da Guanabara. Lacerda recorda que sempre sustentara que o povo carioca só votava na oposição porque não tinha bons governos. Ele acredita que as eleições diriam se ele tinha ou não razão, pois seria um teste decisivo para a Guanabara e para o Brasil. Observação: o áudio que contém o discurso o discurso do governador termina aos 00:11:00, sendo que, seis segundos depois, entra outro áudio, cujas informações são as que se seguem. Retorna a voz de Terezinha Saraiva, secretária de Educação do governo de Carlos Lacerda. Ela comenta a inauguração do teatro João Caetano, que seria realizada no dia 7 de setembro, com um concerto da Orquestra Sinfônica Brasileira. Observação: o áudio sofre um novo corte, aos 00:12:03, sendo que três segundos depois volta a voz de Carlos Lacerda em outro discurso. Ele discorre sobre as eleições para a sua sucessão no governo da Guanabara. Diz que a luta não era só contra o PTB, mas contra as “forças obscuras, anônimas, misteriosas”, que não ousavam dizer seu nome e o apunhalavam pelas costas todos os dias e que, ao invés de fazerem revolução, faziam intriga. Carlos Lacerda menciona que o eleitorado do governo Castelo Branco não era o povo, e sim o que estava “naquele negócio lá de Brasília”, segundo as palavras do governador, referindo-se ao Congresso. Lacerda diz que o governo federal aumentara o preço das passagens da Central do Brasil, o preço da carne e do leite, e em 130% o do telefone... Isso tudo meses antes das eleições. E ele pergunta se isso tinha sido feito para ganhar as eleições, respondendo logo em seguida que não, pois como um governo quer ganhar eleição tomando tais medidas? Lacerda esclarece que isso era o que ele podia e queria contar, pois existiam outras coisas que ele afirma que talvez nunca viesse a contar, e que constituíam o seu pequeno calvário, o terreno minado em que vinha pisando

			desde o dia em que o general Castelo Branco, pela sua mão, subira ao poder. Lacerda queixa-se de que não havia dia em que uma cilada não lhe fosse armada, não havia dia em que uma provocação não o ameaçasse, não havia dia em que ele não fosse mordido nas canelas, não havia dia em que a máquina de corrupção, montada depois da "Revolução", à custa e à sombra do nome honrado do presidente da República, não se movimentasse para tentar esmagá-lo e a seu governo. Ele conclui dizendo que tudo isso era para evitar a sua candidatura à Presidência da República. Mas ele pergunta: "É só a minha?" Completa, respondendo que se fosse, não haveria problema, pois ele não tinha uma ambição pessoal a satisfazer, não tinha o desejo de ser presidente apenas para ter avião presidencial, para comer a comida oficial do palácio presidencial, que ele destaca que detestava. Acrescenta que odiava o excesso de continências, o excesso de protocolos e "toda esta pataquada indispensável" que não era de seu agrado, nem de seu feitio, nem de sua natureza. Carlos Lacerda acredita que o que existia em relação a ele era uma espécie de racismo político, pois não queriam as eleições apenas porque ele, Carlos Lacerda, era candidato. Não discriminavam apenas Carlos Lacerda, mas sim todos os políticos que viessem a querer eleições, pois o intuito era a não realização do pleito, a eleição de um homem que trouxesse ao Brasil um novo estilo de governar, que por ser anticomunista não precisava ser intrigante, segundo atesta o governador. Ele denuncia que os mesmos homens, que foram derrubados pela "Revolução", serviam de conselheiros do governo da "Revolução". Ele exige o cumprimento do compromisso, firmado pelos revolucionários, de realização de eleições diretas presidenciais no Brasil. Ele diz querer saber se tais homens tinham a honra que supunham ou não. Acrescenta que sabia que o presidente Castelo Branco era um homem honrado e, portanto, pede que ele fosse coerente. Com relação à eleição na Guanabara, Lacerda diz que não se tratava apenas da eleição de Flexa Ribeiro. O que lhe interessava era a realização das eleições presidenciais, e que, por isso mesmo, perdendo as eleições na Guanabara, "a maquineta dos sofismas" sairia vitoriosa, pois se diria: "este governador não garante a vitória da "Revolução" nas urnas do povo nem no seu estado, logo a "Revolução" perderá se ele for candidato, logo a "Revolução" perderá se houver eleição, logo vamos para outra fórmula". A outra fórmula, à qual se refere Lacerda, era um neofascismo monótono, uma coisa medíocre, mesquinha, brutal na realidade e melíflua na aparência. Lacerda diz que a situação política do Brasil era justamente essa. E mais, acrescenta que abusavam do nome das Forças Armadas dizendo que elas apoiavam a reforma do regime, encomendadas nos armazéns

			de Afonso Arinos. Lacerda adverte que um povo não melhorava deixando de votar; um povo melhorava votando, aprendendo a votar bem. Manifesta Lacerda, clara e francamente aos presentes, que não sabia, àquela altura, se não estava arrependido de ter contribuído para levar o nome do general Castelo Branco ao sr. ministro da Guerra da "Revolução" propondo-o como um nome capaz de unir militares e civis, assegurar a união das Forças Armadas, para realizar no governo a "Revolução" de que o país tanto carecia. Afirma que tinha sido a maior vítima do governo da "Revolução", e que chegava de sofrer por ter boa fé nos homens públicos. Conclui dizendo que queria saber quando acabaria a conversa fiada de reforma do regime e quando começaria de fato a "Revolução", que ainda não havia começado.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.286 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Reportagem Completa do Banquete Oferecido pelo Governador da Guanabara ao Prefeito de Londres - Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa Anterior 2. Temas 2.1 Faixa 1 Relações entre o Brasil, Portugal e Inglaterra no passado, história de Londres, entrega das chaves da cidade do Rio de Janeiro, discurso de Lacerda na 6ª Convenção Nacional de Lojistas, Guanabara sede do encontro anual, preços dos impostos, vendas e consignações, imposto predial, criação de critérios objetivos, situação econômica geral do país, queda da arrecadação, ameaça de desemprego, receitas ortodoxas 2.2 Faixa 2 Economia política, ciência exata, fiel ao movimento de 31 de março de 1964, ganhar as eleições, politicagem, aumentar capacidade de produzir e de consumir, bandeirantismo econômico	F1: 18:03min F2: 03:21min	**F1: 06/09/1965** **F2: 06/09/1965**	*Faixa 1* Instalação do 3º Simpósio Nacional de Turismo e do 1º Internacional - Hotel Glória O prefeito de Londres, sir James Miller, discursa sobre o Brasil e seu futuro de muitas glórias, sobre as relações entre o Brasil, Portugal e Inglaterra no passado e com as nações estrangeiras daquela época. Demonstra seu contentamento em visitar o Rio de Janeiro junto com sua comitiva. Com a palavra o governador Carlos Lacerda. Em resposta ao prefeito, diz que tinha sido um dos privilégios da cidade do Rio de Janeiro, no ano de seu 4º Centenário, o de recebê-lo. Lacerda fala sobre Londres, destacando as invasões e as resistências. Lembra que a Inglaterra tinha sido a nação que transforara a tradição em instrumento de progresso e que soubera combinar todo o aparato dos costumes antigos com a força impetuosa e renovadora das ideias novas. Ele se dirige ao prefeito de Londres, sir James Miller, e lhe entrega as chaves da cidade do Rio de Janeiro, que ele agradece, referindo-se à cidade do Rio de Janeiro como uma cidade maravilhosa. Observação: este áudio se encerra aos 00:08:58, sendo que, logo em seguida, entra outra gravação com a voz do governador Carlos Lacerda, cujas informações são as que se seguem. Trata-se do discurso feito por ele na 6ª Convenção Nacional de Lojistas. Lacerda manifesta o apreço do governo, do povo e dele mesmo, pela circunstância tão honrosa para Guanabara, ao ser escolhida como sede do encontro anual. Ele fala dos preços dos impostos praticados na Guanabara. Diz que o de vendas e consignações na Guanabara, "o prato de resistência da arrecadação do estado", era menor do que o de qualquer outro estado da mesma região geoeconômica. Ele fala da arrecadação do estado da Guanabara em comparação com São Paulo. Adverte que se fosse equiparado o imposto da Guanabara ao preço praticado em São Paulo, o estado arrecadaria 65 bilhões a mais no ano corrente. Sobre o imposto

			predial, ele diz que tinha sido aplicado o principio de honestidade e de justiça fiscal, pois antes o lançador do imposto lançava-o "de olho", havendo disparidade muito grande entre imóveis vizinhos. Ele fala na criação de critérios objetivos, por área construída, por valorização do bairro, pela rua, de maneira que, se era verdade que alguns passaram a pagar mais, outros passaram a pagar menos. Sobre a situação econômica geral do país, ele menciona o envio ao ministro da Fazenda de estudos econômicos. Comenta que a queda da arrecadação na Guanabara, no primeiro semestre, significava perda de substância econômica, que representava ameaça de desemprego e, o que era pior, perda de tempo. Adverte que as outras nações, enquanto isso, caminhavam e aconselhavam ao Brasil receitas ortodoxas, mas não as seguiam. *Faixa 2* Continuação da Faixa Anterior Discurso do governador Carlos Lacerda na 6ª Convenção dos Lojistas. Ele discorre sobre a política, tomada como um sobrenome da economia política, e da economia como uma ciência exata. Acredita que, considerá-los assim, era levar o país certamente para um caminho do qual todos procuraram afastá-lo, quando aplaudiram o movimento de 31 de março de 1964. Quanto ao movimento, Lacerda ratifica que permanecia fiel a ele e cada vez mais aos objetivos que determinaram a sua eclosão. Adverte que, por isso mesmo, tinha a tarefa de ganhar as eleições na Guanabara, contra a volta aos erros do passado e dos homens responsáveis por esses erros. Acrescenta que não se queria voltar ao passado, muito menos ao passado "fantasiado de futuro", ao passado com rótulo de uma "Revolução" que ainda não havia sido feita, cujos objetivos estavam sendo transformados na mais baixa, na mais rotineira, na mais monótona politicagem. Lacerda se dirige a portadores de civilização por vocação e por profissão, promotores de novos estímulos ao consumo e, portanto, de novas razões para o produtor aumentar a sua capacidade de produzir, a fim de ver aumentada a sua capacidade de consumir. Lacerda fala em bandeirantismo econômico, para explicar o papel do brasileiro como abridor de caminhos, de pregoeiro de rumos, de antecipador de destinos na área econômica, tanto no processo de produção quanto no mercado.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.287 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Discurso do Governador Lacerda no Almoço Oferecido ao Prefeito de Roma (Palavras do	F1:15:00seg F2: 21:02min F3: 21:46min	**F1: 06/09/1965** **F2: 14/09/1965** **F3: 27/09/1965**	*Faixa 1* Discurso do Governador Lacerda no Almoço Oferecido ao Prefeito de Londres (Palavras do Governador e do Prefeito de Londres) - Palácio Guanabara Observação: Do áudio consta apenas a voz do locutor da rádio anunciando tratar-se do discurso do governador Carlos Lacerda, no almoço do

Governador e do Prefeito de Londres) - Palácio Guanabara 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa 1 1.3 Faixa 3 Entrega de Medalhas de Fidelidade aos Servidores que Optaram pelo Estado da Guanabara – Maracanãzinho 2. Temas 2.1 Faixa 1 Voz do locutor anunciando discurso de Lacerda 2.2 Faixa 2 Viagem à Florença, conhecer escolas públicas do ensino secundário, copia do mobiliário escolar, elogios a Américo Petrucci, cidadão carioca, agradecimento de Américo Petrucci, presença de Roma no 4º Centenário 2.3 Faixa 3 Desmandos do governo federal , encostados no Ministério da Justiça, esvaziamento das corporações da Polícia e do Corpo de Bombeiros do estado, descumprimento do convênio, malogros dos propósitos da "Revolução", sucessão no estado da Guanabara, impedir as eleições diretas presidenciais, crítica à campanha de Negrão de Lima, divisão das Forças Armadas, escolha entre a guerra civil e o golpe militar, vedado o acesso ao rádio e à televisão, medalha da fidelidade, voto indireto, aliança entre corruptos e comunistas			Palácio Guanabara, oferecido ao prefeito de Roma. Gravação feita em 14 de setembro de 1965. *Faixa 2* Continuação da Faixa 1 Lacerda discursa intercalando expressões em italiano. Ele menciona o episódio em que viajou à Florença, Itália, para conhecer as escolas públicas do ensino secundário de lá, e, por gostar tanto do mobiliário das salas fotografou- os, para copiá-los aqui no Brasil, na oficina de marceneiros do estado, ao invés de importá-los, o que seria muito mais caro. Em tom de descontração, o governador menciona que tinha sido realizado um 'furto' do modelo na Itália. Lacerda discorre um pouco sobre o novo cidadão carioca, o sr. Américo Petrucci. Comenta que era uma glória para o homenageado e que o Rio se sentia honrado pela presença de Américo no ano de seu 4º Centenário. Salienta que Roma seria uma filial mediterrânea do Rio de Janeiro, e seus representantes estariam então visitando a sua sucursal. Acha que o Rio era uma cidade aberta para o mundo, para receber os visitantes. Dá boas vindas a Américo Petrucci e à sua comitiva. Palavras de agradecimento de Américo Petrucci, ressaltam a presença de Roma nos festejos do 4º Centenário da cidade do Rio de Janeiro. Ele comenta o progresso da cidade do Rio de Janeiro, a partir da gestão de Carlos Lacerda. Sobre o governador, Petrucci destaca o sentimento de solidariedade e orgulho pela sua pessoa, pela sua atividade presente e futura. Enfatiza a amizade e a consideração, e diz que, da sua parte ele saudava, com grande simpatia o país, dando vivas ao Brasil e vivas à Itália. *Faixa 3* Entrega de Medalhas de Fidelidade aos Servidores que Optaram pelo Estado da Guanabara – Maracanãzinho Com a palavra o governador Carlos Lacerda. Ele conta que a medalha fora instituída para distinguir, com o sinal da honra, aqueles que souberam resistir às tentações de um "governo federal desmandado". Assinala que a opção consistira em oferecer, aos elementos da ordem e da segurança do povo carioca, a oportunidade de ganhar sem fazer nada, encostados no Ministério da Justiça. Lacerda diz que o convênio entre o estado da Guanabara e o Ministério da Justiça, assinado no governo Castelo Branco, até então não tinha vigorado. Ele fala do esvaziamento das corporações da Polícia e do Corpo de Bombeiros do estado, por conta dessa opção oferecida pelo governo federal e do não cumprimento do convênio. Ele fala dos malogros dos propósitos da "Revolução", pelo fato do governo revolucionário ter sido levado, pouco a pouco, a diminuir a parte reservada à "Revolução" e aumentar o território das formalidades e das convenções que, não sendo

			autenticamente democráticas, não eram autenticamente revolucionárias. Ele menciona as eleições de sucessão no estado da Guanabara. Acredita que o governo federal se omitira e vinha criando dificuldades ao Governo do Estado, aumentando os preços dos serviços públicos e facilitando a demagogia, para impedir as eleições diretas presidenciais, para as quais o governador Carlos Lacerda se dizia candidato. Em alusão indireta a Negrão de Lima, Lacerda adverte sobre a candidatura de um "político corrupto e decadente", que já servira de articulador de ditaduras. Recorda que ao lado dele formaram, imediatamente, os que tiveram os seus direitos políticos suspensos pela "Revolução" Acrescenta que os comunistas haviam tomado a direção da campanha dele nas ruas, e, por ordem direta de seus líderes, passaram a participar ostensivamente da campanha de Negrão de Lima, com objetivo de engrossar as fileiras "do mais leviano e do mais incapaz", para tentar dividir as Forças Armadas, no caso de uma vitória dele. Ele denuncia o tom de insulto ao Governo do Estado e de injúria e calúnia contra a pessoa do governador, que adquirira a campanha de Negrão de Lima. Lacerda entende que a inópia dos políticos, a omissão dos chefes e a deserção dos líderes tinham levado o país a ter de escolher entre a guerra civil e o golpe militar, entre a falsa legalidade e a revolução para repor a lei. Diz que era preciso deixar isso claro perante o povo, que seria chamado a votar para fazer, dentro da lei, a revolução que pelas armas não se completara e que recuava cada dia mais, entregue a elementos que nada tinham a ver com ela e que queriam apenas aproveitá-la para impor ao país seus interesses, suas ambições, suas prevenções e seus recalques. Lacerda afirma que andara-se pouco depois da "Revolução", e o que se movera fora para trás. Diz que lhe era vedado o acesso ao rádio e à televisão para exercer o seu direito de resposta contra as calúnias que vinha sofrendo na campanha do outro candidato, que ele considerava um serviçal daqueles que estavam sendo cassados com o golpe de 1964. Lacerda diz que, fiel ao seu mandato e ao seu dever, ao conferir aos servidores da lei e da ordem na Guanabara, a medalha da fidelidade, ele cumpria o dever de advertir os presentes para se assegurarem de que seriam realizadas eleições em ordem, mas acrescenta que não bastaria que elas fossem em ordem, era preciso que servissem à ordem democrática, não levando de volta ao poder aqueles que a "Revolução" havia banido. O governador diz que os que queriam evitar eleições no Brasil desejavam, todos, que a eleição de sucessão no estado da Guanabara comprovasse a sua tese fatídica: queriam confirmar a ideia de que, por meio de eleições, os corruptos e os comunistas voltariam sempre. E, por isso, os ajudavam por ação e por omissão, porque

			queriam, em lugar das eleições presidenciais no ano seguinte, “as manobras espúrias da usurpação pelo voto indireto e outros repugnantes artifícios”. Crê o governador, que o povo tinha uma resposta a dar a tais manobras: votar com o sentimento de sua responsabilidade em promover, pelo voto, a revolução que pelas armas não se fizera. Sustenta que a aliança entre os corruptos e os comunistas visava a colocar contra a parede o governo do “honrado presidente Castelo Branco”, levando-o a divorciar-se dos companheiros da “Revolução” e a garantir, com o mandato que lhe fora dado, a volta dos corruptos e dos subversivos, portanto, a desmoralização da “Revolução” e a divisão das Forças Armadas. Lacerda pede que se evitasse, que os objetivos da “aliança maldita” fossem atingidos, por todos os meios legítimos ao alcance do povo. Ele pede a ajuda para que se evitasse que a traição voltasse ao poder.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.288 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Discurso do Governador Lacerda na Embaixada de Portugal 1.2 Faixa 2 Banquete Oferecido ao Presidente da Itália – Palácio Guanabara 1.3 Faixa 3 Palestra do Governador no Pavilhão de Portugal – Avenida Chile 1.4 Faixa 4 Homenagem ao Pracinha Olavo Soares de Moura – Central Telefônica em Bento Ribeiro 2. Temas 2.1 Faixa 1 Delegação portuguesa, .estima coletiva e o respeito geral por Portugal 2.2 Faixa 2 Unificação do território brasileiro, esforço do duque de Caxias, unificação italiana, Giuseppe e Anita Garibaldi, conjuntura política italiana do século XX, fascismo, movimentos revolucionários do Brasil em 1930 e 1932, insurreição comunista-militar de 1935, ditadura social fascista em 1937, redemocratização após	F1: 04:03min F2: 17:42min F3: 03:08min F4: 17:34min	**F1: 02/09/1965** **F2: 11/09/1965** **F3: 11/09/1965** **F4: [1965]**	*Faixa 1* Discurso do Governador Lacerda na Embaixada de Portugal Discurso do governador Carlos Lacerda, na embaixada de Portugal, em 02 de setembro de 1965. Ele diz que era para o estado da Guanabara, representado por todos os seus poderes e por sua inteligência, com representantes tão credenciados da comunidade carioca, uma honra muito grande receber o sr. ministro e sua delegação portuguesa. Acha que a melhor mostra do trabalho e da civilização portuguesa era a cidade do Rio de Janeiro. Lacerda diz que se havia um tema no Brasil capaz de reunir todos o brasileiros, era o amor comum, a fidelidade conjunta, a estima coletiva e o respeito geral por Portugal. Menciona que poderiam as opiniões, por acaso, variar aqui ou ali, sobre este ou aquele aspecto de pormenor, sobre este ou aquele aspecto contingente ou circunstancial, mas na continuidade do tempo e na perspectiva da história de Portugal, a nação portuguesa era para todos os brasileiros, dignos deste nome, um aliado permanente, uma espécie de matriz, um ponto de referência constante que a todos entreligava e irmanava. *Faixa 2* Banquete Oferecido ao Presidente da Itália – Palácio Guanabara Banquete com o presidente da Itália, em 11 de setembro de 1965. Com a palavra o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, utilizando expressões em italiano. Ele fala da unificação do território brasileiro com o esforço de duque de Caxias. Compara com a unificação italiana, citando Giuseppe e Anita Garibaldi. Comenta sobre a conjuntura política italiana do século XX e da luta para livrar a Itália do fascismo. Fala dos movimentos revolucionários do Brasil em 1930 e 1932, da insurreição comunista-militar de 1935 e a formação de uma ditadura social fascista em

1945, reforma agrária, combate à inflação, comunismo aliado à inércia e à corrupção 2.3 Faixa 3 Presença do presidente da República de Portugal, relações entre Brasil e Portugal, importância da História portuguesa, colaboração para as celebrações do 4º Centenário 2.4 Faixa 4 Homenagem ao pracinha Olavo Soares do Amaral, Central Telefônica de Bento Ribeiro, cerimônia de caráter cívico, amor à pátria, ataque a Monte Castelo, elogios ao general Salvador Mandim e ao brigadeiro Toledo, CETEL			1937. Fala também do quadro político brasileiro quando da redemocratização, após 1945. Sobre o comunismo, ele fala que quando este perde sustança se transforma numa versão atual do fascismo, com seu dogmatismo anacrônico, na mediocridade de seu estereótipo e símbolo, na sua inteligência burocratizada, na sua casta de privilegiados e seu desprezo congênito pela liberdade. Lacerda descreve o panorama político contemporâneo da Itália e do Brasil. Sobre o aspecto econômico, ele discorre sobre a reforma agrária e sobre o combate à inflação e à miséria nos dois países. Afirma que o inimigo principal da democracia não era o comunismo, e a força principal não era aquela somente comunista, mas aquela que era comunista aliada à inércia e à corrupção. Lembra que foi contra a ascensão do povo à democracia que o fascismo e o comunismo se uniram. Lacerda defende a paz, a instituição livre e a constituição de um sistema social em que se fundissem a iniciativa individual com a da coletividade. Afiança que este era o seu objetivo. *Faixa 3* Palestra do Governador no Pavilhão de Portugal – Avenida Chile Com a palavra o governador Carlos Lacerda. Ele sublinha a enternecida gratidão com que o estado da Guanabara recebia a inestimável, tanto quanto indispensável, colaboração para as celebrações do 4º Centenário de nascimento da cidade do Rio de Janeiro. Diz que houve por bem o governo português, representado por tão ilustres figuras de seu quadro dirigente, trazer à Guanabara não apenas Portugal da história, mas Portugal atualizado, Portugal de então, projetado sobre o futuro da comunidade luso-brasileira em marcha. Diz que a decisão iria trazer aos descendentes de portugueses, e a quantos brasileiros que por tais assuntos se interessassem, uma imagem real, porque viva, de Portugal, pequeno-grande país que não se deixou embalsamar, mas ao contrário, animou-se pela sua história. Acrescenta que a história portuguesa, criadora da própria historia de outras nações e regiões, tinha legado ao Brasil, na vocação marinheira de sua gente, um outro destino em tudo semelhante. Ao entrarem continente adentro, os brasileiros trouxeram, à terra firme, a vocação navegadora do povo português. Ele diz que ao agradecer, portanto, a essa prova de estima afetuosa, e de confiança generosa, em nossa fiel amizade, restava-lhe apenas sublinhar que a presença do sr. presidente da República na cerimônia bastava para significar a transcendência do ato, que deixava de ser comemoração local para ser como era, como deveria ser, nacional e internacional, para mostrar à comunidade luso-brasileira em marcha, sob a presidência do chefe de governo no Brasil, e o gênio de duas pátrias irmanadas pela distância

			que, em vez de separá-las, cada vez mais as iria unir. *Faixa 4* Homenagem ao Pracinha Olavo Soares de Moura – Central Telefônica em Bento Ribeiro Inauguração da placa em homenagem à memória do pracinha Olavo Soares do Amaral, na Central Telefônica de Bento Ribeiro, sede da CETEL (Companhia Telefônica do Estado da Guanabara). Com a palavra o governador Carlos Lacerda. Ele anuncia as autoridades presentes, entre elas os representantes do presidente da República e das autoridades militares. Assinala que era uma cerimônia de "exclusivo caráter cívico", das que deviam repetir-se periodicamente, para que não se perdesse no embate das ideias, no entrechoque dos interesses e na competição das ambições e nas rivalidades pessoais, nos eventuais ressentimentos e desentendimentos, sentimento comum a todos os homens dignos do nome de homem, que a todos irmanava, que a todos identificava e reunia sob a mesma invocação: o sentimento da amor à pátria e de sacrificar-se simplesmente por ela. Lacerda fala do episódio do ataque decisivo a Monte Castelo quando ele, Olavo Soares do Amaral, estabeleceu uma linha telefônica entre o PC do Batalhão e o comando de uma das Companhias. Fala do heroísmo do praça quando foi realizar a emenda da linha telefônica que fora rompida durante o bombardeio, pois a comunicação entre o Batalhão e a Companhia não poderia ser perdida. Lacerda descreve como o pracinha Olavo Soares do Amaral morreu em campo de batalha heroicamente, conseguindo restabelecer a linha, mesmo tendo sido alvejado por explosões de granadas. Exalta a figura do secretário de Serviços Públicos, "valoroso servidor" general Salvador Mandim, além do brigadeiro Toledo e de seus valorosos colaboradores, por conta da construção, na Guanabara, "com a técnica brasileira, com o patriotismo brasileiro, com a tenacidade construtiva brasileira", da CETEL que haveria "de ser exemplo e símbolo da capacidade de realização dos que se improvisam como heróis na guerra e se formam, como servidores da pátria, na paz". Lacerda anuncia que a estação, sede da CETEL, a estação central de comunicação de tráfego mútuo, recebia o nome do "Praça Telefonista" Olavo Soares do Amaral.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.289 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Inauguração do Viaduto Benfica 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa 1	F1: 32:18min F2: 01:47min F3: 03:24min F4: 04:19min F5: 17:45min	**F1:14/09/1965** **F2: 14/09/1965** **F3; 16/09/1965** **F4: 1960/1965** **F5: 19/08/1965** **Obs: os primeiros 17 segundos da fita**	*Faixa 1* Inauguração do Viaduto Benfica Com a palavra o governador Carlos Lacerda. Ele fala que, nos 4 anos e tanto de governo, não tinha existido semana em que ele não passasse pela região. Comenta os empreendimentos de urbanização realizados em Benfica. Ele ressalta que quando assumira o governo, a SURSAN (Superintendência de Urbanismo e Saneamento)

1.3 Faixa 3 Visita dos Radiologistas ao Palácio Guanabara 1.4 Faixa 4 Visita ao Grão Duque de Luxemburgo 1.5 Faixa 5 Inauguração da Praça Manágua, em Bento Ribeiro 2. Temas 2.1 Faixa 1 Empreendimentos de urbanização em Benfica. SURSAN, obra do DER, 'curso de Guanabara', trabalhador, classe média, Flexa Ribeiro candidato à sucessão, impedir outra revolução, dinheiro do Time Life, especulação do café do Walter Moreira Sales, mentira do Roberto Marinho, infâmia da rádio Continental, críticas a Negrão de Lima, eleições diretas para Presidência da República, críticas à Light e ao Partido Comunista, obras no subúrbio, melhoria dos índices educacionais, acabar a obra do esgoto, erradicar o tifo e reduzir a mortalidade infantil, água do Guandu 2.2 Faixa 2 Dinheiro dos impostos, hipocrisia de *O Globo*, 'especulador do parque Lage, candidatura Flexa Ribeiro e Danilo Nunes, hospital Moncorvo Filho, escola de radiologia, financiamento do governo alemão, imenso investimento para cursar radiologia 2.3 Faixa 3 Discurso em Francês 2.4 Faixa 4 Programa de obras, calçamento da rua, entrega da praça e da estação telefônica, ramal ferroviário Bento Ribeiro-Gávea, aumento das passagens da Central, dificuldades na execução das obras, responsabilidade de escolha, continuidade do progresso, candidatura de Flexa		**3 estão com a qualidade muito ruim**	estava órfã de pai e mãe. Ratifica que havia recuperado a SURSAN, mas que não era apenas aquela instituição que fazia obras na Guanabara. Cita como exemplo, o viaduto, então inaugurado, que era obra do DER (Departamento de Estradas de Rodagem). Ele fala dos números do DER, no que diz respeito à construção de estradas e viadutos. Acrescenta que muitos candidatos ao governo da Guanabara achavam que somente a SURSAN fazia obras no estado. Ele responde a isso dizendo que a SURSAN não construía escolas. Sugere que tais candidatos fizessem 'curso de Guanabara', antes de quererem ser governadores. Lacerda considera que o viaduto era um resumo da história de seu governo, pois começara entre as maiores dificuldades. Acrescenta que se tratava de um viaduto prometido há anos, e que haveria quem dissesse que ele nada mais tinha feito, do que fazer o que já havia sido prometido por outro governo. Mas, ele diz que promessa não era vantagem. Exaltando seu governo, Lacerda assinala que só se compraria a amizade do trabalhador e da classe média, de uma cidade altiva como o Rio de Janeiro, quando se dava ao trabalhador e à classe média um exemplo de fidelidade, de honestidade, de justiça e de dignidade na sua administração. Ele menciona que já estava chegando ao fim de um governo do qual sentiria muita saudade. Ele testemunha que governar não era bom, era ótimo. Mas, acrescenta que havia duas formas de gostar de ser governo: uma era ser governo para conversar políticas dentro das salas fechadas, de manhã à noite, para ser importante ou pensar que era; outra era fazer do governo um exemplo de trabalho e dedicação, e poder sair do governo tendo mais amigos do que quando entrou, como ele, que foi eleito governador por uma pequena maioria, mas que sairia do governo tendo a certeza de que muitos, que não votaram nele, votariam em Flexa Ribeiro, o seu candidato à sua sucessão na Guanabara. Ele confessa que pedia votos para Flexa Ribeiro para impedir que se fizesse outra revolução no país. Para impedir que ladrões fossem eleitos governadores da Guanabara. Lacerda acredita que à Guanabara competia o melhor, e o governador do estado tinha o dever de dizer à população qual candidato ele considerava o melhor para ser governador. Ele comenta que usava, sim, a inauguração de obras públicas para pedir votos para Flexa Ribeiro, pois, em cada obra pública inaugurada, havia um conselho dele, uma ajuda dele, um pensamento dele, assim como o de Danilo Nunes. Lacerda acha queriam que o povo da Guanabara não tivesse uma palavra de orientação e de amizade na hora da escolha de seu sucessor, e ficasse à mercê do dinheiro do *Time Life*, da especulação do café do Walter Moreira Sales, da mentira do Roberto Marinho, da infâmia da rádio Continental.

Ribeiro, eleições livres para Presidência da República, ditadura, desvio de dinheiro público 2.5 Faixa 5 Obras de calçamento, construção de praça, entrega da estação telefônica, luta contra o mosquito, aumento das passagens da Central, falta de apoio do governo federal , dificuldades na execução das obras, eleições de sucessão ao governo da Guanabara, continuidade do progresso, governo honrado, Flexa Ribeiro candidato, eleições livres para Presidência da República, ditadura, desvio de dinheiro público			Ressalta que os homens que “assaltaram o Banco do Brasil, pilharam a nação, queriam falar sozinhos e que o governador emudecesse”. Lacerda diz que poderia ter feito como Negrão de Lima, em 1937, quando este percorreu todo o país, reunindo-se com os governadores de estado, para impedir que fossem realizadas as eleições. Mas, ao contrário, enfatiza Lacerda, ele havia percorrido o país para garantir que fossem realizadas as eleições para os governos dos estados, e com a autoridade perante o povo, de quem pedira e reclamara eleições, ele assinala ter o dever de pedir ao povo que não desperdiçasse as eleições, que não jogasse fora o seu voto, que não desse a quem não o merecesse. Ele volta a falar da necessidade de realização de eleições diretas no ano seguinte para a Presidência da República. Lacerda diz que se o povo não votasse certo e justamente para um governo justo e certo, adeus eleições no ano seguinte, adeus democracia, adeus liberdade, adeus possibilidade de o povo reivindicar os seus direitos. Diz que a única coisa que se esperava, desde a Light até o Partido Comunista, era a sua derrota na Guanabara, para dizer que não poderia haver eleições no Brasil. Lacerda alerta o povo para o fato de que se mentiria nos 15 dias anteriores às eleições mais do que nos últimos 20 anos no Rio de Janeiro. Diz que o mesmo que tinha sido feito com ele, seria feito com Flexa Ribeiro, ou seja, ele seria vítima da várias calúnias, como aquela que dizia que sendo escolhido, Lacerda acabaria com a escola pública, ou a outra que dizia que ele governaria apenas para a Zona Sul. Lacerda responde demonstrando que seu governo havia construído uma escola nova a cada 10 dias, na Guanabara, e que 70% da verba para obras públicas no estado tinham sido aplicadas em obras feitas no subúrbio. Comenta que o viaduto custara não apenas 800 milhões de cruzeiros, mas principalmente o suor de todos e o dele. Custara “matéria cinzenta dos engenheiros e músculos dos operários”, adenda Lacerda. E tinha custado muito mais esforço de sua equipe, salienta o governador. Exalta o povo do estado da Guanabara e pede a ele que pensasse no que poderia ser a cidade do Rio de Janeiro, se tivesse cinco anos a mais de trabalho honrado para governá-la. Cinco anos a mais para acabar a obra do esgoto, erradicar o tifo e reduzir, a quase nada, a mortalidade infantil que ainda assolava a cidade e para distribuir, até às mais remotas casas cariocas, a água do Guandu. Sustenta que o candidato Flexa Ribeiro, que tinha sido capaz de, na condição de secretário de Educação, fazer escolas para todas as crianças, seria capaz de dar casas aos pais dessas crianças. Conclui ressaltando que seu contrato de trabalho com o povo carioca terminaria em dezembro do ano corrente, mas que, com a prática adquirida, ele pretendia conseguir um contrato melhor, em

			Brasília, numa alusão direta à sua intenção de se tornar presidente da República. *Faixa 2* Continuação da Faixa 1 Com a palavra o governador Carlos Lacerda na cerimônia oficial de inauguração do viaduto de Benfica. O governador revela que usava o dinheiro dos impostos com o cuidado de quem estava usando o seu próprio dinheiro, com a condição de saber que este dinheiro não era seu, mas de todos. Diz que seria uma hipocrisia intolerável, uma tolice, se, depois de dizer tais coisas e fazer outras tantas, ele cruzasse os braços em homenagem à hipocrisia de *O Globo* ou de outro qualquer 'especulador do parque Lage' e dissesse que não tinha candidato, que cada um votasse em quem quisesse. Ele reafirma que cada um poderia votar em quem quisesse, mas ele tinha candidato e ele chamava-se Flexa Ribeiro. Acrescenta que quem quisesse votar para que o Rio continuasse livre, com as características de cidade reconstruída, cidade de esperança ressurrecta, cidade em que a consciência do povo era quem determinava a obra do governo, votasse em Flexa Ribeiro e Danilo Nunes, nas eleições de sua sucessão ao Governo do Estado da Guanabara. Expressa o desejo de que o viaduto de Benfica fosse a plataforma que levaria, ao palácio Guanabara, Flexa Ribeiro, como governador do estado. *Faixa 3* Visita dos Radiologistas ao Palácio Guanabara Observação: os primeiros 17 segundos do áudio estão com a qualidade muito ruim, apresentando dificuldade para se identificar o que fala o governador. Aos 18 segundos de gravação, entra outro áudio gravado na homenagem feita ao governador Carlos Lacerda, pelos radiologistas brasileiros. Em seu discurso, o governador diz que não precisava de muitas palavras, após sublinhar a alegria que o tomava. Informa que estava fazendo, no mês corrente, no novo hospital Moncorvo Filho, uma escola de radiologia, para treinamento e aperfeiçoamento dos radiologistas do estado. Acrescenta que graças ao financiamento do governo alemão, haveria novos hospitais no Rio de Janeiro, novos equipamentos radiológicos. Diz que o próximo passo seria o financiamento de equipamentos radiológicos, para radiologistas das clínicas particulares. Comenta que este era, então, o problema mais perigoso para o desenvolvimento e para aplicação da radiologia no estado do Rio de Janeiro, devido ao imenso investimento que um jovem médico tinha que fazer para poder cursar radiologia, o que tornava difícil, e às vezes proibitivo, para um médico recém-formado, dedicar-se a este ramo indispensável da medicina.

			Faixa 4 Visita ao Grão Duque de Luxemburgo O governador da Guanabara Carlos Lacerda discursa em francês. *Faixa 5* Inauguração da Praça Manágua, em Bento Ribeiro O governador Carlos Lacerda discorre sobre o programa de obras para a referida Região Administrativa. Promete o calçamento da rua, a pedido de uma menina. Ele anuncia o secretario de Obras, dr. Tamoyo e outros. Diz que a entrega da praça ao povo se daria minutos antes do governador proceder à cerimônia de entrega da estação telefônica, sede da CETEL, no mesmo bairro. Reconhece que ficou faltando, para inaugurar, o ramal ferroviário Bento Ribeiro-Gávea, prometido durante sua campanha, na certeza de que teria em Brasília um governo amigo da Guanabara, coisa que ele afirma que não teve. Lacerda esclarece que havia coisas que dependiam do governo da Guanabara, como a praça então inaugurada, a estação telefônica, o calçamento de uma rua, a abertura de uma escola, a luta contra o mosquito, que o governador promete que chegaria a Bento Ribeiro até o final do ano corrente; mas, existiam outras que não dependiam do governo da Guanabara, como o aumento das passagens da Central e "outras calamidades semelhantes". O governador acredita que era preciso que o povo soubesse separar uma coisa da outra na hora de votar e ter em vista que havia 4 anos e 8 meses que ele tinha sido eleito para governar o estado, ressalvando que havia sido um governo que, durante todo esse tempo, tinha trabalhado pelo estado. Salienta que era um governo que podia não ter feito tudo que era preciso, pois não podia fazer tudo, mas que tinha feito tudo o que podia fazer, e sem pôr dinheiro dos outros nos seus bolsos. Ele comenta as dificuldades na execução das obras, até mesmo as ameaças e os insultos sofridos. Discorre sobre as eleições a serem realizadas no dia 03 de outubro do ano corrente, de sucessão no governo da Guanabara. Atribui ao povo a responsabilidade de escolha, que considera fácil de fazer: dependendo se queriam a continuidade do progresso da cidade do Rio de Janeiro ou se queriam o retorno ao que era antes de sua entrada no governo. Ele pede, especialmente à juventude de Bento Ribeiro, que o ajudasse a deixar em seu lugar um governo tão honrado quanto o dele, que pudesse aproveitar o seu esforço para fazer ainda mais do que o que havia sido feito. Ele ratifica a candidatura de Flexa Ribeiro e alerta o povo para as falsas promessas de campanhas eleitorais. Acrescenta que seu governo fora marcado pelo cumprimento das promessas dos outros. Lacerda diz aos presentes que se dessem a ele Flexa Ribeiro como

			governador da Guanabara, ele garantiria que haveria eleições livres para Presidência da República, com o voto do povo. Uma vez derrotado Flexa Ribeiro, Lacerda reconhece que seria duro conseguir as eleições livres para a Presidência, pois o problema desse negócio de ditadura, com Congresso ou sem Congresso, era que se sabia quando começava, mas não se sabia quando iria acabar. Reafirma a honradez de seu governo e dos homens que o compunham. Em resposta à calúnia que consistia em acusá-lo de desvio de dinheiro público para a construção de uma biblioteca em seu apartamento, declara que nem mesmo o apartamento havia sido quitado, e que homens honrados não metiam no bolso o dinheiro de ninguém.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.290 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Discurso em Miami 2. Temas 2.1 Faixa 1 Discurso para os exilados cubanos em Miami, solidariedade, reconquista da liberdade, caminho das Américas, patrono da vossa liberdade, espírito de unidade, unidade na adversidade, vanguarda e testemunho da América, destruição da nova tirania, comunismo, guerra civil permanente, marxismo, destruir o mundo, comunistas fanáticos	F1: 31:42:00	**F1:[1960/1965]**	*Faixa 1* Discurso em Miami O governador Carlos Lacerda dita um texto a ser copiado. A gravação se inicia com a leitura do documento. O texto na íntegra é o que se segue: "... Quando, em meio aos meus trabalhos, recebi a honra do convite de vos vir falar aqui em Miami, refleti muito sobre o que devia e podia aqui dizer-vos. Tratei que minhas palavras não nascessem de um sentimento de ódio, e sim de um sentimento de justiça. Entendo que é justo e indispensável trazer-vos, em vosso exílio, a minha pobre solidariedade de homem livre, e por vosso intermédio, de homens e mulheres, que tudo perdestes, menos a vida e a liberdade para usá-la na reconquista da liberdade de vosso povo, levar até vossos irmãos, também meus irmãos, no cárcere ou nos lares, que com o próprio cárcere hoje se confundem, na vossa bela pátria cubana, uma palavra de confiança e um testemunho da nossa profunda fraternidade. Mais do que trazer-vos algo, vim aqui buscar exemplo e alento para sustentar, na vida que me resta, aquilo que vos sustenta e justifica. Bem merecem o único bem que quiseram conservar aqueles que, para não perdê-lo, de tudo se despojaram, menos da fé. Nós devemos à vossa pátria tantas lições e tantas inspirações, mas não vos vim falar do passado, nem mesmo daqueles que no passado fizeram luzes que clareiam, no presente, o caminho das Américas. Não vim falar dos vossos grandes homens, nem dos seus exemplos, de José Marti, patrono da vossa liberdade e, mais do que isto, da vossa fidelidade a ela. Nem tão pouco vos vim falar dos erros e culpas do passado. Sabemos que não se volta atrás. Não desejo permitir-me sublinhar este ponto, que nada do que dizemos possa ser interpretado como apoio ou aprovação a nada do que foi feito errado no passado. Também não pretendo, de nenhum modo, por nenhuma indireta maneira, interferir em vossas decisões e orientações. Acredito que a um amigo se permita dizer o que ele gostaria também de ouvir, em seu próprio benefício. Estou certo de que não vos

			deixareis desunir, não vos desentendereis, nem pela ansiedade, nem pela desesperança. Confio em que nem os primeiros malogros, nem os primeiros êxitos quebrem o espírito de unidade, a vontade de juntos lutarem. E se exprimo essa confiança, é ainda porque também precisamos da vossa união, na medida em que dela depende a vossa vitória, sem a qual nós também seremos derrotados. Eu sei o quanto é difícil conservar a unidade na adversidade. Conheço a tentação do desespero e, aquela mais forte, do desânimo. Sei que o exílio, arrojando para fora da terra as raízes que nos ligam à terra, tende a quebrar o ânimo dos mais valentes e a serenidade dos mais confiantes. Conheço o poder da sedução de atribuir a culpa de alguns no passado aos erros de outros no presente, a tudo quanto possa haver de real ou imaginário na conduta de poucos ou de muitos, o atraso na libertação, a demora no sofrimento. Aqui tão próximo, sobretudo pela proximidade da memória, das paisagens e ambientes da vossa vida, na vossa terra, quanto deveis ansiar pela volta à ela, à vossa bela terra de palmeiras e canaviais, de cidades tão modernas e tão antigas tradições, e tão antigas povoações. Sei que para muitos, a própria visão recente ainda do luto que deixastes e da agonia com que partistes acentua a ansiedade, a pressa por esse dia em que de volta podereis dedicar os restantes dias de vossa vida a reconstruir, pelo amor, o que pelo ódio foi destruído. Por tudo que amais e tudo que esperais, conservai-vos unidos e temperai no fogo do sofrimento essa união. Dela depende a nossa união convosco e desta, por sua vez, a liberdade de todos nós e as do que depois de nós terão de vir. Vim falar-vos, porque sois hoje vanguarda e testemunho da América. Sois a primeira a linha, porque sois as primeiras vítimas e também, espero, os primeiros a proclamar a destruição da nova tirania. Sois, entre todos, os que tende o triste privilégio de anunciar aos povos de toda a América: “Nós também pensávamos que isto nunca chegaria a nos acontecer. Mas, hoje sabemos que isto pode acontecer em qualquer parte, em toda parte, neste continente”. Bem sabeis hoje que o comunismo não é apenas um movimento político; é uma guerra civil permanente, é uma conspiração internacional permanente. A política, para o comunista, é apenas a continuação da guerra. Tratar o comunismo, pois, como se ele fosse apenas uma ideologia é um erro. E o pior é o erro daqueles que o tratam como uma ideologia para o futuro. Como ideologia, o marxismo desmentiu-se por tudo o que o mundo hoje constrói, e por isto mesmo, para justificar-se, ele primeiro precisa destruir o mundo: a civilização que progride, a cultura que se difunde, o desenvolvimento da técnica, a progressiva libertação do esforço muscular, o progressivo aumento do lazer e a consolidação da

			estrutura econômica e a extrema mobilidade social de cada um de nossos povos nas Américas, a sua extrema mobilidade que não se aprisiona na arrumação por classes. Tudo em redor de nós é vivo desmentido dos vaticínios pseudocientificos de Marx, iludido pelos fenômenos peculiares da Primeira Revolução Industrial. O que sobra do comunismo já não é nem um programa, é uma doutrina, apenas. E como doutrina, o que o sustenta é uma fé, uma fé com sinal negativo, mas uma fé. Por isso é que não são fiéis, mas são fanáticos, os comunistas. Por isso é que a luta contra o comunismo exige também, uma fé, exige uma convicção lúcida e profunda, a coragem de sustentá-la contra a tentação do desânimo e a alucinação do desespero. Tácito é dizer-se que alguns anticomunistas desmoralizaram a luta contra o comunismo, porque ouviram demais, em toda parte e em toda gente, e porque o combateram para sustentar a iniquidade, para conservar a injustiça, preservar a desigualdade, fortalecer a tirania reacionária. Sei, e acredito, que alguns tenham exagerado e que apenas reproduzam também em forma negativa o fanatismo que é, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza dos comunistas.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.291 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Discurso do Governador Carlos Lacerda na Reunião de Pecuaristas de Goiás, na Associação de Pecuaristas de Goiás, em Goiânia 1.2.1 Faixa 2a Inauguração da Escola Berlim em Olaria 1.2.2 Faixa 2b Posse de 40 delegados na Superintendência de Polícia 1.2.3 Faixa 2c Inauguração do Mercado da COCEA, no Leblon 1.2.4 Faixa 2d Entrevista à Rádio Europa 1 Tradução Edgar Flexa Ribeiro 2. Temas 2.1 Faixa 1 Convite de alunos da Faculdade de Direito, sentimento democrático do povo brasileiro, contra a supressão da propriedade	F1: 60 min F2a, b, c, d: 60 min	**F1: 22/12/1963** **F2a: [1964]** **F2b: 07/04/1964** **F2c: 07/04/1964** **F2d: 22/05/1964**	*Faixa 1* Discurso do Governador Carlos Lacerda na Reunião de Pecuaristas de Goiás, na Associação de Pecuaristas de Goiás, em Goiânia O governador Carlos Lacerda anuncia que era um prazer estar na sede de uma associação autêntica, composta de homens autênticos que tinham energia de produzir para a segurança dos seus e a riqueza do país. Esclarece que tinha ido a Goiás atendendo a um convite de alunos da Faculdade de Direito. Mas, assinala que viera também pagar uma dívida, contraída com os homens da produção de Goiás, por sua solidariedade e pela coragem das suas atitudes. Lacerda conta que dispensara o policiamento no aeroporto, porque não viera a Goiás como o presidente Kennedy fora a Dallas. Ele afirma que tinha sido tão bem recebido, que, a melhor polícia que poderia ter, era a população goiana. Lacerda nega que tenha levado um dispositivo de segurança a Porto Alegre, pois não levava dispositivo de segurança, uma vez que sua proteção, abaixo de Deus, era o sentimento democrático do povo brasileiro. Lacerda diz que era definitivamente contra a supressão e as restrições ao uso legal, constitucional e indispensável da propriedade privada, como parte inseparável das liberdades humanas. Apresenta dois argumentos para defender a sua posição. O primeiro era que a Constituição colocava a propriedade como um direito inalienável do homem. Por isso, afirma que não se poderia mudar o artigo sobre a propriedade sem modificar totalmente a Constituição. Lacerda critica o Ministério da Agricultura por ninguém

privada, Constituição, propriedade um direito inalienável, critica o Ministério da Agricultura e o decreto de desapropriação de faixas de 10 quilômetros a beira das rodovias federais, proposta de reforma agrária retrógrada e reacionária, aumentar a produtividade, sovietização da economia brasileira, crítica ao transporte marítimo, falsas greves dos ferroviários, governo promove desordem, comunistas apropriaram-se da Petrobras, agricultura sustenta o Brasil, Mendes de Morais, contra a construção de Brasília 2.2.1 Faixa 2a Escola torna a vida menos difícil, problema da inflação, estudantes de Berlim, fábricas, em que os operários prosperavam X operários que trabalhavam como escravos, diferença entre o mundo livre de Berlim Ocidental e a prisão de Berlim Oriental 2.2.2 Faixa 2b Ascensão dos comissários 2.2.3 Faixa 2c Esforço da COCEA, mercado normalizado, projeto de lei para isentar imposto de vendas e consignações, gêneros de consumo obrigatório, “Revolução”, ameaça da tirania, demasia de autoridades empenhadas em preservar a paz, Ministério Público, Justiça dentro da Polícia, romper relações com o governo de Fidel Castro 2.2.3 Faixa 2d Vinda do Scala de Milão, comemorações do Quarto Centenário, atrações de Veneza e Florença, convite ao prefeito de Roma, exposição sobre Roma Antiga e sobre os planos da cidade para o futuro, delegação do Vaticano, Castelo Branco, missão de defender a “Revolução” na Europa, vinda do prefeito de Atenas			notar a sua existência. Critica também o decreto presidencial de desapropriação de faixas de 10 quilômetros a beira das rodovias federais, que considerava um crime. Acha que este decreto era inconstitucional e que o presidente estava cometendo crime de responsabilidade. Comenta que a utilidade deste decreto era destruir os sofismas que se tinha procurado armar. Critica a proposta de reforma agrária do governo que considera retrógrada e reacionária. Diz que a verdadeira reforma agrária visava a aumentar a produtividade da terra e do homem que trabalhava nela. Afirma que este decreto estimulava justamente o oposto, ao tirar terra de quem sabia produzir, para entregar a quem ainda não provara que sabia produzir. Para Lacerda, a reforma agrária proposta era a última fase da sovietização da economia brasileira. Sustenta que esse processo havia começado com a destruição do precário, mas, tradicional sistema de transportes do país. Critica o estado do transporte marítimo no Brasil e considera que era mais barato trazer sal de caminhão do Rio Grande do Norte para a Guanabara, do que de navio. Critica as falsas greves dos ferroviários, que eram estimuladas pelo governo e afiança que o governo brasileiro era o único do mundo que tinha interesse em promover a desordem, porque a desordem o beneficiava. Garante que os comunistas não tinham interesse em resolver os problemas do país, porque tinham interesse em que houvesse uma crise, para que eles pudessem promover a revolução e depois melhorar a vida do povo. Lacerda diz que os comunistas já se tinham apropriado da Petrobras e que poderiam sabotar o combustível utilizado pelas Forças Armadas. Considera que a agricultura ainda representava a maior parte das exportações brasileiras, e pergunta o que seria do desenvolvimento industrial sem o café e o cacau para pagar o preço das importações brasileiras. Lacerda acha que a produção agrícola poderia melhorar, mas não se poderia negar que era a agricultura que sustentava o Brasil. Comenta que, no seu governo, tinha dado prosseguimento a obras iniciadas pelo seu antecessor, o prefeito Mendes de Morais, a quem combateu e por quem foi combatido. Lacerda menciona um telegrama que recebeu de Mendes de Morais agradecendo a ele por ter dado continuidade às suas obras. Lacerda revela que tinha sido contra a construção de Brasília, mas que estava disposto a terminar de construí-la. *Faixa 2a* Inauguração da Escola Berlim, em Olaria. Carlos Lacerda menciona que, com a inauguração da escola, a outra mais próxima passaria a ter apenas dois turnos. Conta que a nova escola tinha 200 vagas para novos alunos, além dos que vinham do terceiro turno da outra escola. Fala que

			quanto mais difícil era a vida do povo, mais ele precisava da escola para tornar a vida menos difícil. Explica que o Governo do Estado não podia resolver o problema da inflação, não tinha campos para o plantio de arroz, não podia plantar cana de açúcar, não podia acabar com as filas que haviam recomeçado na Guanabara por causa da inflação e da incompetência do governo federal . Mas, diz que o Governo do Estado poderia construir escolas para educar a população e para que aprendessem a viver a democracia e a escolher melhor os governos. Lacerda anuncia que trouxera como convidados à inauguração dois estudantes de Berlim, para que eles vissem aqui coisas pelas quais eles lutavam por lá. Conta que na parte livre de Berlim, tinha visto fábricas, em que os operários prosperavam, e, do outro lado, vira operários que trabalhavam como escravos, porque trabalhavam só para o estado que era o dono de tudo. Lacerda diz que o povo de Berlim Oriental dera um exemplo para o mundo ao enfrentar os tanques do Exército, armado apenas com pedras e tijolos, para defender a sua liberdade e a vida de seus filhos. Diz que foi preciso construir um muro, para evitar que continuasse a fuga de alemães de Berlim Oriental para Berlim Ocidental. Conta que, pela primeira vez no mundo, fora construído um muro para as pessoas não saírem de um lugar, ao invés de servir para as pessoas não entrarem em um local. Ressalta a diferença entre o mundo livre de Berlim Ocidental e a prisão de Berlim Oriental. Afirma que era preciso tomar cuidado para que isso não acontecesse no Brasil. *Faixa 2b* Posse de 40 delegados na Superintendência de Polícia Carlos Lacerda saúda a ascensão dos comissários ao posto que lhes competia. Menciona que nunca perguntara a eles em quem tinham votado. Acrescenta que confiava que todos cumpririam a missão que lhes fora destinada. Agradece a presença de todos. *Faixa 2c* Inauguração do Mercado da COCEA, no Leblon Carlos Lacerda conta que tinha ótimas notícias, porque além do estoque normal de alimentos da cidade, o governo iria receber 200 mil sacos de arroz, 300 mil sacos de feijão e 50 mil sacos de milho. Esclarece que este seria o primeiro esforço da COCEA, (Companhia Central de Abastecimento) depois que fora levantado o sítio na cidade do Rio de Janeiro. Garante que estava normalizado o mercado de carne, leite, peixe e hortaliças. Anuncia que iria mandar à Assembleia Legislativa um projeto de lei para isentar, durante 90 dias, do imposto de vendas e consignações, os gêneros de consumo obrigatório: arroz, feijão,

			fubá, produtos hortigranjeiros e frutas nacionais. O objetivo, assinala, era baratear ou pelo menos não aumentar os preços. Espera que o comércio colaborasse com a manutenção dos preços. Adverte que a "Revolução" não fora feita para brincar, nem para ser traída, que não era um governo de bons moços que se ia fazer para livrar o país da ameaça da tirania e para devolver ao povo a confiança no trabalho e segurança no uso da sua liberdade com responsabilidade. Admite que aqui e ali poderia estar havendo, uma vez ou outra, alguma demasia de autoridades empenhadas em preservar a paz dos lares e a segurança das ruas, mas garante que, a partir daquele dia, todos os inquéritos na polícia, além da ação vigilante do secretário Gustavo Borges, teriam a presença de três promotores, para que o Ministério Público assegurasse a presença da Justiça dentro da Polícia. Lacerda pede que o ministro das Relações Internacionais rompesse imediatamente as relações com o governo de Fidel Castro. Ele espera que quando a OEA (Organização dos Estados Americanos) reconhecesse a procedência da denúncia da gloriosa República da Venezuela e decidisse pelo rompimento coletivo das nações do continente com a ditadura comunista de Castro, o Brasil cumpriria o tratado e acompanharia estas nações. Mas, Lacerda afirma que o Brasil deveria liderar as nações e não acompanhá-las. *Faixa 2d* Entrevista à Rádio Europa 1 Tradução Edgar Flexa Ribeiro. Carlos Lacerda anuncia que tinha boas notícias, uma delas era a vinda do Scala de Milão ao Rio de Janeiro, para participar das comemorações do Quarto Centenário da Cidade, em 1965. O governador explicita que também tinha feito acordos para trazer ao Rio atrações de Veneza e Florença. Lacerda comenta que convidara o prefeito de Roma a visitar o Rio e levar uma exposição sobre Roma Antiga e sobre os planos da cidade para o futuro. Conta que sugeriu ao Papa a formação de uma delegação do Vaticano para participar dos festejos do Quarto Centenário da Cidade. Lacerda conta que, antes de sair da Itália, tinha recebido do presidente Castelo Branco a honrosa missão de defender a "Revolução" na Europa. Ele acredita que sua missão havia sido bem sucedida e menciona que faria um relatório para o presidente sobre isso. Ele avisa que estava em Atenas e que fizera um convite para o prefeito da cidade visitar o Rio de Janeiro.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.292 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Título de Cidadão de Ribeirão Preto – Prefeitura de Ribeirão		**F1: 05/06/1965**	Não digitalizada

Preto			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.293			Não digitalizada – Nada escrito
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.294 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Concorrência para o . Alargamento da Rua 24 de Maio. 1.2 Faixa 2 Solenidade de Assinatura do Decreto que Aumentou os Vencimentos da PM, PV e do Corpo de Bombeiros 1.3 Faixa 3 Entrevista à imprensa. 1.4 Faixa 4 Governador na Homenagem ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Raul Brunini, no Cine Eskie. 1.5 Faixa 5 Entrevista na Rádio Bandeirantes 1.6 Faixa 6 Inauguração da Escola Lasar Segall 1.7 Faixa 7 Inauguração da Escola José Henrique Rodo 1.8 Faixa 8 Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda na TV Rio		**F1: [1964]** **F2: 16/04/1964** **F3: [1964]** **F4: [1964]** **F5: [1964]** **F6: 10/04/1964** **F7: 07/04/1964** **F8: 0 4/04/1964**	Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.295 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Entrevista com o Governador Carlos Lacerda 1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa Anterior 2. Temas 2.1 Faixa 1 Crítica à reforma agrária, aumento do poder do Estado, marxistas deturpam o marxismo, Marx, modo de produção determinava as relações de	F1: 40 min F2: 60 min	**F1: [1964]** **F2: [1964]** Obs: Gravação ruim em alguns trechos inaudíveis	*Faixa 1* Entrevista com o Governador Carlos Lacerda Carlos Lacerda critica a reforma agrária por não visar o aumento da produtividade da terra e sim o aumento do poder do Estado e a usurpação do poder do Estado por um grupo político determinado. Acusa os marxistas de estarem deturpando o próprio marxismo, porque, segundo ele, Marx afirmava que o modo de produção determinava as relações de produção. Acha que estavam querendo inverter esta ordem, fazendo com que as relações de produção determinassem o modo de produção. Menciona que quem menos acreditava nesta reforma agrária era o Luís Carlos Prestes que pegara o decreto da SUPRA e pedira que se poupassem as propriedades com menos de 500 hectares. Lacerda diz que 50% da produção agrícola da Rússia vinham de 3% das propriedades privadas permitidas no país, segundo o próprio governo russo. Afirma que Darcy

produção, relações de produção determina, o modo de produção, Luís Carlos Prestes, decreto da SUPRA, poupar as propriedades com menos de 500 hectares, Darcy Ribeiro, reforma agrária na Suécia, desprezo de Juscelino pela poupança nacional, Caixa Econômica Federal, utilizar os recursos da poupança, ironiza os comunistas, concorda com Marx, capital não tem pátria, regular o fluxo de capital estrangeiro, Goulart pagaria pelas provocações que fizera no comício, papel de boi de piranha, comunismo se beneficia da miséria 2.2 Faixa 2 Crítica ao governo Goulart, eleições livres, medo da Guerra Civil, Exército brasileiro, tradição pacifista, opinião pública, marginalização do Congresso e do Exército, reforma agrária, reforma de base do Exército, indenização com ações de empresas do governo, picareta João Pinheiro Neto, propaganda totalitária			Ribeiro nunca tinha lido nada sobre reforma agrária. Esclarece que a reforma agrária na Suécia diminuía o número de trabalhadores no campo. Acredita que o principal erro do desenvolvimento econômico do governo Juscelino foi o desprezo que ele teve pela poupança nacional. Explica que ele havia deixado que a poupança se dirigisse para setores especulativos e se protegesse contra a inflação. Conta que Juscelino havia desacreditado o crédito público, de maneira que os seus investimentos, que poderiam ser cobertos em grande parte pela poupança privada, tiveram que ser cobertos exclusivamente por via orçamentária, com a renda dos impostos. Queixa-se de que a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, com mais 70 bilhões de cruzeiros, não estava pondo um vintém em obra alguma na Guanabara. Ele considera um desperdício de crédito esta falta de investimento e considera um absurdo procurar dinheiro em outras fontes e não utilizar os recursos da poupança. Ironiza os comunistas que, depois de afirmarem que o capital não tem pátria, afirmavam que um tem e outro não tem. Ele salienta que concordava com Marx, que o capital não tinha pátria, e por isso deveria ser usado onde estivesse, em benefício da sua pátria. Ele explica que não via problemas em regular o fluxo de capital estrangeiro e afirma que o objetivo do governo era falar sobre as reformas, mas não fazê-las. Diz que o Partido Comunista não tinha interesse em que estas reformas acontecessem, porque eles queriam tomar o poder, e as reformas retardariam ou até impediriam que este dia chegasse. Então, se o Partido Comunista apoiasse estas reformas seria porque elas não se concretizariam. Destaca que não concordava com o discurso de que seria preciso combater a miséria e não o comunismo, porque o comunismo se beneficiava da miséria. Portanto, uma das maneiras de se combater a miséria seria combatendo o comunismo. Lacerda comenta que o governo federal tinha transferido para sua mão a bandeira da legalidade que fora jogada fora por Juscelino. Revela que achava natural que ela voltasse para as suas mãos. Recorda que quando Juscelino era prefeito da ditadura, ele já defendia a legalidade. Lembra que chegou a convidar, em um almoço e publicamente, Juscelino para conspirar. Lacerda adverte que não iria fazer papel de boi de piranha, porque, nesta altura, sua candidatura só poderia ser substituída por uma candidatura de união nacional. Fala que para sair da crise era preciso um planejamento, não se podia improvisar. Lacerda aposta que Goulart iria pagar muito caro pelas provocações que fizera no comício. *Faixa 2* Continuação da Faixa Anterior Gravação ruim. Alguns trechos inaudíveis.

			Lacerda considera que o mais difícil não seria o Brasil chegar às eleições, mas o país chegar às eleições com Goulart como presidente. Diz que Goulart não tinha a confiança de ninguém para promover eleições livres. Por isso, acredita que ou Goulart iria se transformar em ditador ou iria cair. Mas, afirma que se ele fosse ditador, iria cair também, porque os comunistas o tirariam. Lacerda considera que a situação era perigosa, porque o governo estava jogando com o medo da Guerra Civil. Ele diz que o Exército brasileiro tinha uma tradição pacifista, sobretudo no que se referia à ordem interna. Para Lacerda, o Exército só agia em função de uma maioria esmagadora da opinião pública e nas suas próprias fileiras. Aposta que se o ministro da Guerra tivesse que escolher entre os outros militares e o presidente da República, ele escolheria os outros militares. Critica o governo por estar legislando por decreto e portaria, marginalizando completamente o Congresso. Considera que estava havendo uma inversão total, porque o presidente da República não podia mudar a sede do governo, mas havia mudado para a Guanabara, e o Congresso, que poderia mudar a sua sede, sem mudar a sede do governo, continuava na sede do governo. Diz que a capital da República existia para o único órgão que não precisava funcionar na capital. Afirma que o Congresso era o pulmão político do país. Acredita que estava acontecendo um processo de marginalização do Exército, através do critério de promoções. Assinala que este critério sempre tinha sido defeituoso, mas funcionava mais ou menos. Porém, então, pela primeira vez, havia sido instituído o critério ideológico para a promoção. Deste modo, o sujeito era promovido de acordo com as suas convicções políticas e não de acordo com as suas capacidades militares. Considera que isto tinha uma vantagem, que era promover o debate sobre uma reforma de base das Forças Armadas. Sugere mudanças nas Forças Armadas, como a formação de quadros e a diminuição de efetivos, acabar com a fantasia do serviço militar obrigatório como ele era feito, porque ele não era obrigatório, não era universal. Ele critica o internamento em quartel de uma parte considerável da juventude, por 8 meses ou um ano, sem proveito real para a instituição e para a segurança nacional. Diz que estas mudanças precisavam ser debatidas e solicita que o Exército se pronunciasse. Lacerda acha que não era preciso criar novas leis para promover as reformas de base. Ele garante que seria possível fazer a reforma agrária com crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento. Acrescenta que para o governo incentivar a indústria de fertilizantes, fundamental para a reforma agrária, não era preciso criar uma lei. Critica o governo por estar se baseando em estatísticas tão falsas quanto a carta testamento. Comenta que o picareta João

			Pinheiro Neto cita falsas estatísticas com mais facilidade do que o doutor Juscelino, que era perito na matéria. Lacerda diz que havia um temor, no meio político, de parecer que se era contra a reforma. Reafirma que era a favor das reformas democráticas, mas sempre diziam que ele era contra elas. Considera que a propaganda totalitária tinha se apropriado da palavra reforma, embora não pretendesse fazê-la. Lacerda menciona que chegara a sugerir que os proprietários das terras desapropriadas para a reforma agrária fossem indenizados com ações de empresas do governo, cotadas na bolsa. As terras não poderiam ser pagas com ações da Rede Ferroviária Nacional, que ninguém queria, mas com ações da Petrobras, por exemplo.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.296 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Mesma gravação da Fita 163, Faixa 2 Pronunciamento do Governador Lacerda sobre a Tentativa de Invasão do Palácio Guanabara pelos Fuzileiros Navais. Palácio Guanabara 2. Temas 2.1 Faixa 1 Lacerda conclama os fuzileiros à aderirem à “Revolução”, general Kruel, tropas do 2º Exército, dinheiro roubado, soldados da Polícia Militar, almirante Pena, critica o general Aragão, liberdade	F1: 4 minutos	**F1: 01/04/1964**	*Faixa 1* Pronunciamento do Governador Lacerda sobre a Tentativa de Invasão do Palácio Guanabara pelos Fuzileiros Navais. Palácio Guanabara Mesma gravação da fita 163, faixa 2 Discurso do Governador Carlos Lacerda “Vem brasileiro fuzileiro, confraterniza conosco, estende-nos a sua mão, que nós lhe estenderemos a nossa, honrada como a sua, digna como a sua. Não se aproxime, não te queremos matar, mas estamos prontos para repelir os que aqui te mandaram. E se tu atirares, morrerás também, e creio que morrerás primeiro. Não queremos matar, mas não estamos dispostos a morrer na hora da vitória. O general Kruel está chegando ao Rio de Janeiro com as tropas do 2º Exército. O governador comunista Arraes, de Pernambuco, já está preso, entregue ao 4º Exército, sob o comando de Justino Alves Bastos, o grande general do Nordeste. Neste momento, se matares alguém aqui, não terás para onde fugir, fuzileiro do Brasil. Cuidado, porque os que te mandam matar, já estão com a viagem marcada para gozar o seu dinheiro roubado e depositado nos bancos de Nova York e da Suíça. Não mata para saciar a cobiça dos ladrões, não defende o ladrão, fuzileiro do Brasil. Não te faz assassino para enriquecer os ladrões que te enganaram. Vem fuzileiro, vem, vem aqui, seus irmãos, os soldados da Polícia Militar aqui estão há 48 horas, para cumprir um duro dever, o necessário dever. Estão aqui para defender a nossa liberdade, que é deles, que é minha, que é de todos, que é sua também, fuzileiro do Brasil. Não se deixes transformar em um assassino, meu irmão, meu amigo, meu possível companheiro. Não manche as suas mãos com o sangue dos inocentes. Se queres matar-me, me espera em uma esquina e me mata, mas não mata os outros. Os que têm por crime apenas serem leais a um governo digno, e defenderem o estado, a paz do povo, a honradez do povo, a lei do povo, a ordem do povo. Meus amigos, neste momento eu entrego o microfone ao almirante Pena, que aqui se encontra e que vai falar a São

			Paulo, a Minas, ao Brasil e aos fuzileiros, que acaso estejam ainda se aproximando do Palácio Guanabara. Saiam daqui, ninguém quer matar ninguém, mas ninguém se deixará matar impunemente. Viva a liberdade, viva o Brasil, viva a honra do Brasil. Almirante Aragão, assassino monstruoso, impetuoso miserável. Almirante Aragão, não se aproxime porque eu o mato com o meu revólver, canalha. Bandido, traidor, a sua hora chegou. Volte enquanto é tempo, garanta a impunidade, bandido, matador e mandante de inocentes soldados para matar outros soldados, para esconder a sua desonra, canalha.”
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.297 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Entrevista do Governador no Aeroporto de Congonhas		**F1: 21/08/1964**	*Faixa 1* Entrevista do Governador no Aeroporto de Congonhas
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.298 1. Assunto 1.1 Faixa 1 Entrevista à Imprensa sobre a Aplicação do Ato Institucional – Palácio Guanabara 2. Temas 2.1 Faixa 1 Decisão do STF, sanção das leis com base no Ato Institucional, crítica ao Supremo, aberração jurídica, aplicação do Ato Institucional, intervir na Guanabara, dinheiro do Time Life, estrangeiros não podem ter rádio e televisão no Brasil, “Revolução: ação entre amigos, crítica a Roberto Campos, CONSULTEC	F1: 14 min	**F1: 30/11/1964**	*Faixa 1* Entrevista à Imprensa sobre a Aplicação do Ato Institucional – Palácio Guanabara Carlos Lacerda anuncia que o governo da Guanabara não iria acatar a decisão do STF, que dera ganho de causa à representação da Assembleia Legislativa contra a sanção das leis com base no Ato Institucional. Considera a decisão inexequível e tomada por inimigos dele que haviam participado do julgamento. Lacerda afirma que respeitava o Supremo, mas considerava urgente limpar a instituição e lamentava o insulto recebido de um homem de bem, como Ribeiro da Costa. Critica o Supremo por ter julgado o último processo da fila, enquanto havia dezenas de processos iguais que não tinham sido julgados. Considera a decisão do STF uma aberração jurídica, inédita na Justiça desde a Idade Média ou nos tempos de regime totalitário. Ressalta que continuaria aplicando o Ato Institucional em tudo o que pudesse e adverte que se não estivessem satisfeitos, poderiam intervir na Guanabara. Lacerda convida o presidente do STF a comandar a intervenção. Menciona que *O Globo* chamava João Goulart de estadista, em troca de um empréstimo de 170 milhões de cruzeiros da Caixa Econômica Federal, tomado há cerca de dois anos atrás e naquele momento tinham 5 bilhões de cruzeiros para comprar uma cadeia de rádio e televisão. Lacerda questiona de onde tinha vindo este dinheiro. Acrescenta que se tinha vindo do Time Life, era contra a Constituição, porque estrangeiros não podiam ter rádio e televisão no Brasil. Comenta que tinha cópia do inquérito da Caixa e que então entendia porque não queriam a convenção da UDN e nem a sua candidatura. Salienta que estavam transformando a “Revolução” em uma ação entre amigos e que a única coisa que pedira ao

			presidente da República fora que ele pedisse ao procurador geral para seguir o rigoroso respeito à ordem cronológica dos recursos no STF. Em vez disso, ele tinha dado um parecer que importava quase na adesão ao ponto de vista dos ministros de João Goulart e Kubitstchek. Assegura que mais uma vez estava lutando sozinho, mas que assim lutava melhor. Não admite que o senhor Roberto Campos se apropriasse da "Revolução" para transformá-la em cão de guarda da CONSULTEC (Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda),). Enfatiza que mais uma dificuldade não o assustava, porque já havia enfrentado muitas. Comenta que enquanto o Supremo Tribunal fosse uma espécie de Fla X Flu, apitado pelo presidente do Fluminense, o que já seria uma injúria ao Fluminense, mas ele era Flamengo, não era possível contar com a justiça.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.299 1. Assunto 1.1.1 Faixa 1a Passagem de Ano Novo – Palavras do Governador Carlos Lacerda e do Presidente da República – Fortaleza de São João 1.1.2 Faixa 1b Inauguração da Escola São Domingos, em Del Castilho 2. Temas 2.1.1 Faixa 1a Comemorações do Quarto Centenário, importância nacional e internacional, presidente Castelo Branco presente à cerimônia 2.1.2 Faixa 1b Deputado Gama Lima, escolas condignas, nome da escola inspiração de trabalho e fé, apoio da Fundação Otávio Mangabeira, professor Edísio Gomes Matos, defesa da continuidade da Aliança para o Progresso.	F1a e b: 16 min	**F1: 31/12/1964**	*Faixa 1* Passagem de Ano Novo – Palavras do Governador Carlos Lacerda e do Presidente da República – Fortaleza de São João Lacerda elogia a escolha do local feita pelo presidente da República para dar início às comemorações do Quarto Centenário da Cidade do Rio de Janeiro. Acredita que a data estadual tinha importância nacional e até mesmo internacional. Discorre sobre o início da construção da cidade do Rio de Janeiro. Acrescenta que a cidade rogava ao presidente que, em nome da Nação, declarasse abertas as celebrações do Quarto Centenário de sua vida construtiva, laboriosa, altiva e digna, desde os morros em que as favelas despontavam até os pântanos, nos quais o homem construiu uma obra para a glória e edificação do Brasil. O presidente Castelo Branco menciona que estava honrado por participar da cerimônia, como presidente e como brasileiro. Apresenta as suas congratulações ao povo da Guanabara na pessoa do seu governador, Carlos Lacerda. Diz que tinha o prazer e a honra de declarar iniciadas as celebrações do centenário do Rio de Janeiro. *Faixa 1b* Inauguração da Escola São Domingos, em Del Castilho O deputado Gama Lima fala sobre a importância de oferecer escolas condignas às crianças do estado, em substituição às escolas adaptadas em prédios alugados que ainda existiam na Guanabara. Espera que o nome da escola fosse uma inspiração de trabalho e fé. Destaca o apoio da Fundação Otávio Mangabeira (FOM) na construção de escolas, no início do governo Carlos Lacerda. Elogia o presidente da FOM e o compara a um jardineiro que cuida das plantas da cidade. Gravação de trecho de uma entrevista com o professor Edísio Gomes Matos. O professor

			defende a continuidade da Aliança para o Progresso.